

HISTÓRIA DE ROMA ANTIGA - VOLUME 3

O SANGUE DE BIZÂNCIO

ASCENSÃO E QUEDA DO
IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

DIR.

GUSTAVO GONÇALVES

JOÃO PAIVA

RODRIGO GOMES

JOÃO RAFAEL NISA

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

Esta obra visa dar a conhecer a história do Império Romano do Oriente – conhecido como Império Bizantino (séculos IV-XVI). Trata-se de um livro panorâmico, centrado nos aspetos políticos e militares, que pretende facilitar um primeiro contacto com a odisseia milenar da parte oriental do velho Império Romano, derrubado pelos povos bárbaros no século V. Não é possível compreender a Europa atual sem conhecer a história do Império Bizantino; só através dela poderemos perceber o início da expansão muçulmana, o percurso do Cristianismo, a constituição da Igreja Ortodoxa, o aparecimento do alfabeto cirílico, a origem dos nacionalismos balcânicos, a formação do Estado russo, a aventura do pequeno reino da Arménia ciliciana, a epopeia dos Mongóis na Ásia Menor, as Cruzadas na Terra Santa... Este é, pois, um livro de iniciação a um tema quase esquecido pelos historiadores e pelos programas universitários portugueses. E uma porta de entrada num mundo único e fascinante – o do império cor de púrpura, que os Turcos Otomanos acabariam por conquistar em 1453.



E N S I N O



EDIÇÃO

Imprensa da Universidade de Coimbra
Email: imprensa@uc.pt
URL: http://www.uc.pt/imprensa_uc
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

CONCEÇÃO GRÁFICA

António Barros

INFOGRAFIA

Carlos Costa

REVISÃO

Fátima Lopes

ILUSTRAÇÃO DA CAPA

Sapatos imperiais bizantinos do século VI.
https://pt.wikipedia.org/wiki/Imperio_Bizantino

ISBN

978-989-26-1289-8

ISBN DIGITAL

978-989-26-1290-4

DOI

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1290-4>

OBRA PUBLICADA COM O APOIO DE



HISTÓRIA DE ROMA ANTIGA - VOLUME 3

O SANGUE DE BIZÂNCIO

ASCENSÃO E QUEDA DO
IMPÉRIO ROMANO DO ORIENTE

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO

DIR.

GUSTAVO GONÇALVES

JOÃO PAIVA

RODRIGO GOMES

JOÃO RAFAEL NISA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

(Página deixada propositadamente em branco).

Dedicatória

Aos professores José Varandas
e Salvatore Cosentino, pelos
seus ensinamentos, pela sua
competência e por todo o
seu carinho e incentivo

(Página deixada propositadamente em branco).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	9
----------------	---

I PARTE

HISTÓRIA CONCISA DO IMPÉRIO BIZANTINO (DAS ORIGENS À QUEDA DE CONSTANTINOPLA).....	15
<i>por João Gouveia Monteiro</i>	

II PARTE

BREVE HISTÓRIA MILITAR DO IMPÉRIO BIZANTINO	167
<i>por Gustavo Gonçalves, João Paiva e Rodrigo Gomes</i>	
I. O Exército Romano do Oriente (de Zenão a Justiniano)	169
II. A decadência do século VI (de Justino II a Maurício)	181
III. Heráclio: Como salvar um Império (duas vezes)	191
IV. <i>Témata</i> e <i>Tágmata</i> : Recuperar uma força perdida	205
V. Os Anos Dourados da Reconquista Bizantina 963-1025	233
VI. Manzikert (1071): a batalha decisiva pela Anatólia?.....	267
VII. O Renascimento Militar do Império: Os Comnenos entram em cena	297
VIII. Os Anjos: da tentativa de salvar um Império ao saque 'sagrado'	325
IX. Arte Militar em Bizâncio durante a Baixa Idade Média (1204-1453)	333
X. Constantinopla 1453: o cerco que mudou a Europa	369

III PARTE

A POLIORCÉTICA E O PODER NAVAL BIZANTINOS.....	423
<i>por João Rafael Nisa</i>	
I. Atormentar a alma, demolir a virtude e destruir a <i>pólis</i> – a poliorcética bizantina: origens, organização, tática e inovação	425
II. O <i>drómōn</i> como elemento de afirmação do poder naval bizantino no Mediterrâneo (c. 875-1025)	445
LISTA DE GOVERNANTES	459
CRONOLOGIA	465
GLOSSÁRIO	469
FIGURAS ANEXAS	473
ÍNDICE REMISSIVO.....	495
ÍNDICE TOPONÍMICO	511

PREFÁCIO

A obra que seguidamente se apresenta é parte integrante de um manual de ensino dirigido aos estudantes de história antiga, e como tal deve ser entendido. Nos dois tomos anteriores, tratou-se da história de Roma, desde as origens até à queda do Império Romano do Ocidente, ocorrida no século v depois de Cristo.

Ora, entenderam os coordenadores da obra e o respetivo editor, os meus estimados Colegas e Amigos, Professores Doutores José Luís Brandão, Francisco de Oliveira e Delfim Leão, que o projeto ficaria incompleto se acaso não incluísse um terceiro tomo, dedicado à história do Império Romano do Oriente, isto é, do Império Bizantino.

Aceitei com todo o gosto o convite gentil que me foi endereçado para me ocupar desta terceira parte do ambicioso manual de ensino que está agora a conhecer a luz do dia. Fi-lo porque, não me considerando propriamente um especialista em história bizantina, tenho trabalhado alguma coisa sobre esta temática ao longo dos últimos anos, beneficiando da cumplicidade e apoio do meu bom Colega e Amigo da Universidade de Bolonha (pólo de Ravenna), Professor Doutor Salvatore Cosentino, este sim, um bizantinista de créditos firmados, dentro e fora de Itália.

A minha intenção foi, sobretudo, a de tirar do esquecimento, junto do público falante da bela língua portuguesa, a história relevantíssima do Império Romano do Oriente, que prolonga em quase

mil anos (!) a do seu congénere ocidental, visto que a conquista de Constantinopla pelos Turcos teve lugar apenas no ano de 1453 (precisamente a mesma data em que, no Ocidente, terminava a Guerra dos Cem Anos).

Não creio que seja possível compreender a Europa atual sem considerar com alguma demora a história do Império Bizantino; só através dela poderemos perceber verdadeiramente o início da expansão muçulmana, o percurso do Cristianismo no mundo medieval, a constituição da Igreja ortodoxa, o aparecimento do alfabeto cirílico, a afirmação das entidades políticas que estão na origem dos nacionalismos balcânicos contemporâneos (Sérvia, Bulgária...), a formação do Estado russo, a fantástica odisseia de três séculos do pequeno reino da Arménia ciliciana, a aventura dos Mongóis na Ásia Menor, as Cruzadas na Terra Santa, entre muitos outros aspetos essenciais para um entendimento profundo do mundo em que vivemos e das suas origens remotas.

Além disso, Bizâncio configura um universo de tal maneira diferente e fascinante que ninguém que com ele contacte de forma um pouco mais atenta consegue escapar ao seu encanto. O espetáculo do poder, em Constantinopla, é tão peculiar e assombroso que não podemos continuar a permitir que ele seja simplesmente ignorado pelos nossos estudantes universitários. Estudar a Europa antiga e medieval sem passar pelo filtro cor de púrpura de Bizâncio é como ver o mundo a preto e branco, de costas voltadas para a entrada da caverna. Entendi que seria a altura de dar um contributo válido, ainda que preliminar e certamente incompleto, para colmatar esta grava lacuna na formação dos nossos futuros historiadores.

E foi assim que nasceu este livro, que se compõe de dois grandes blocos. Na Primeira Parte, que eu próprio elaborei, tenta-se apresentar uma visão panorâmica da história bizantina, desde a refundação da velha Bizâncio grega pelo imperador Constantino (daí o nome da cidade de «Constantinopla»), em maio de 330 d. C.,

até à conquista otomana de 1453. Nesta parte, o fio condutor é, inevitavelmente, a história política, sem prejuízo de algumas referências *en passant* sobre os grandes temas de natureza económica, cultural e, sobretudo, religiosa (o debate cristológico, a questão das imagens), sem os quais a história do Império Bizantino se torna ininteligível.

O segundo bloco, que corresponde às Segunda e Terceira Partes, incide sobre a história militar bizantina e foi preparado por quatro Mestrandos do Curso Interuniversitário de História Militar fundado em 2013, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pelo meu caro Colega e Amigo, Professor Doutor José Varandas. Dá-me imenso gosto apresentar aqui estas componentes da obra, decerto as mais ricas e interessantes, por várias razões. Primeiro, porque não se compreenderia a extraordinária longevidade do Império Bizantino sem o estudo cuidadoso da sua máquina militar (tão diferente da ocidental, em tantas valências) e da sua evolução ao longo dos séculos. Segundo, porque os jovens que assinam este segundo bloco da obra (Gustavo Gonçalves, João Paiva, Rodrigo Gomes e João Rafael Nisa) são quatro talentosos investigadores que abraçaram com enorme entusiasmo este projeto e que, inclusivamente, se deram ao trabalho de começar a aprender o Grego antigo para melhor poderem realizar a sua tarefa. Todos eles têm agora em mãos dissertações de Mestrado ou de Doutoramento sobre tratados militares bizantinos, pelo que bem se pode afirmar que constituirão a primeira geração de bizantinistas portugueses (pelo menos no que à ciência da História diz respeito)! Ora, isto é extremamente gratificante para quem os acompanha e é também uma considerável mais-valia para a universidade portuguesa.

Enquanto manual escolar, este volume não pretende ser um trabalho de pesquisa e de investigação, no sentido rigoroso do termo. Claro que todos os colaboradores leram diversas fontes coevas e muita bibliografia; mas este é sobretudo um livro de síntese

e de divulgação, cujo primeiro objetivo é dar a conhecer, nas suas linhas gerais, a (quase ignorada) história bizantina e enquadrar e potenciar trabalhos de pesquisa mais direcionada e convencional que, a partir de agora, se possam empreender sobre esta fascinante matéria. Na Primeira Parte, são sobretudo realçados os contributos de quatro notáveis autores, de escolas diferentes: Giorgio Ravegnani, Jean-Claude Cheynet, Mischa Meier e Michel Kaplan. Na Segunda Parte, os autores mais representados na reconstituição da atribulada história militar bizantina foram John Haldon, Warren Treadgold, David Nicolle e, subsidiariamente, Mark Bartusis e Paul Markham. A Terceira Parte, bastante curta e com um enfoque mais dirigido para a poliorcética e para a arte naval bizantinas, tirou particular proveito dos estudos de Leif Inge Petersen e de Denis Sullivan. Mas é justo acrescentar o quanto este trabalho é devedor do esforço de toda uma vida do Padre George T. Dennis, a quem se deve a tradução e edição de um número impressionante de fontes bizantinas, incluindo os tratados militares mais relevantes; é a ele e ao Dumbarton Oaks Center for Byzantine Studies (Washington, em articulação com a Universidade de Harvard) que a bizantinística mundial deve uma boa parte do seu atual esplendor, que começa finalmente a irradiar para a Península Ibérica.

Para que este livro fosse possível, tornou-se necessário reunir diversos apoios e colaborações, para além dos protagonizados pelos autores dos vários capítulos. Assim, devemos um agradecimento especial ao Senhor Diretor e à Senhora Diretora Adjunta da Imprensa da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Delfim Leão e Dra. Maria João Padez de Castro, pelo grande carinho e entusiasmo dispensados a este projeto. À Senhora Dra. Maria de Fátima Lopes devemos uma revisão linguística particularmente zelosa e competente deste trabalho, assim como a elaboração dos respetivos índices. À Senhora Professora Doutora Irene Vaquinhas

expressamos a nossa gratidão pelo apoio financeiro do Centro de História da Sociedade e da Cultura, que permitiu, justamente, incluir neste volume os preciosos índices remissivo e toponímico. Ao nosso bom companheiro Diogo Moura, aluno brilhante da licenciatura em Estudos Clássicos da Faculdade de Letras de Coimbra, estamos muito gratos pela revisão científica dos inúmeros termos provenientes do Grego antigo que surgem ao longo deste livro. Para o Carlos Costa, a quem se deve uma infografia cuidadosa desta obra, quero deixar um especial abraço de agradecimento. A todos, o meu muito obrigado.

Que este trabalho panorâmico seja o primeiro de muitos estudos sobre a história do Império Bizantino, e que isso permita uma entrada vigorosa e feliz desta matéria nas universidades portuguesas, são os nossos votos. Paraphraseando a conhecida frase de John F. Kennedy, “não o fizemos porque era fácil, mas sim porque era difícil” e, ao mesmo tempo – acrescentamos nós – tremendamente necessário e oportuno.

Cernache, junho de 2016.

João Gouveia Monteiro.

(Página deixada propositadamente em branco).

I PARTE

**HISTÓRIA CONCISA DO IMPÉRIO BIZANTINO
(DAS ORIGENS À QUEDA DE CONSTANTINOPLA)**

por João Gouveia Monteiro

(Página deixada propositadamente em branco).

1. Falar de Bizâncio

Quando, em 476, o líder dos Hérulos, Odoacro, depôs Rômulo Augústulo, o último imperador romano do Ocidente, consta que as respectivas insígnias foram enviadas para Constantinopla. Assim, de uma forma bastante simbólica, o Ocidente bárbaro reconhecia a sobrevivência mais a leste do Império Romano, num espaço político e cultural que ficou para a história com a designação de Império Bizantino. É desta imensa construção, tão pouco conhecida e injustamente mal-afamada, mas que durou até 1453, que nos cabe falar aqui. Mil anos de história – riquíssima e essencial para compreendermos a Europa em que hoje vivemos – numa casca de noz... O desafio é tremendo, mas a surpreendente originalidade do Império Romano do Oriente merece o esforço de uma tentativa séria.

Pensa-se que terá sido em meados do século VII a. C. que um grupo de famílias gregas originário de Mégara (uma cidade situada na parte norte do istmo de Corinto, a pouco mais de 40 km a oeste de Atenas), chefiado por um líder chamado Bizas ou Bizante, se estabeleceu na margem poente do estreito do Bósforo, dando origem a uma nova cidade, que em memória do seu chefe adotou o nome de Bizâncio. Quase mil anos depois (em 330 d. C.), o imperador Constantino I estabeleceria ali uma nova centralidade para o espaço político romano, inaugurando com pompa e circunstância a cidade de Constantinopla, que hoje todos conhecemos pelo nome de Istambul (em grego: *eis tèn polin* ou seja, “na cidade”), certamente a urbe mais conhecida e visitada da Turquia moderna.

A posição geográfica da rebatizada Constantinopla, ligando o Ocidente e o Oriente, as suas defesas naturais (Bósforo, mar de Mármara, Corno de Ouro) e a sua privilegiada articulação com as grandes rotas comerciais terrestres e marítimas (Europa-Ásia e mar Negro-mar Egeu) justificam plenamente a escolha do primeiro imperador cristão. Constantino tratou também de acautelar a segurança da nova cidade, ao edificar uma primeira muralha que cobria uma área de cerca de 750 hectares. Devido a um crescimento populacional espetacular, que depressa conduziu ao número exorbitante de 500 000 habitantes, Teodósio II (408-450) seria obrigado a ampliar a área fortificada, tanto na parte terrestre como na zona ribeirinha; quando Átila ameaçou Constantinopla, já a muralha (com doze a quinze metros de altura) se estendia por oito quilómetros junto ao mar de Mármara (ou Propôntida, como era conhecido entre os antigos Gregos), por sete quilómetros no Corno de Ouro e por seis quilómetros e meio na parte terrestre, achando-se reforçada, ao longo de todo este percurso, por 394 torres capazes de impor respeito aos mais audazes dos conquistadores (Kaplan 1991 56-60). A história do Império Bizantino dificilmente se compreende se não tivermos isto presente.

Entre o fundador (Constantino) e o imperador Zenão (o homem que governava a parte oriental do Império Romano à data da deposição de Rómulo Augústulo), Constantinopla foi sede de poder para dez imperadores: Constâncio (o filho de Constantino), Juliano I (“o Apóstata”, que morreu na campanha da Pérsia, em 363), Joviano (um imperador efémero), Valente (o que faleceu na célebre batalha de Adrianopla, em 378), Teodósio I, Arcádio, Teodósio II, Marciano, Leão I e Leão II. De todos estes, o mais decisivo terá sido Teodósio I, uma vez que, como já se explicou em volume anterior desta obra, foi ele quem, à beira da morte (em 395), dividiu para sempre o Império Romano em duas partes: o Ocidente (que legou ao seu filho Honório) e o Oriente (que ficou com Arcádio).

Seguiram-se tempos muito difíceis, em que os imperadores orientais acautelaram o melhor que puderam a integridade territorial do espaço sob a sua tutela, gerindo a poderosa influência militar germânica (bem representada por homens como Estilicão, Gainas ou Fravita, que desempenharam funções relevantes na máquina do poder) e tentando ‘desviar’ para Ocidente o perigo bárbaro. Talvez a nomeação de Alarico como *magister militum* da Ilíria, com comando sobre todo o exército imperial da região e como que abrindo o seu apetite para a vizinha Itália, possa ser citada como exemplo dessa política egoísta dos *basileís* de Constantinopla (*basileús* é o nome grego que se atribuiu, a partir de certa altura, aos imperadores romanos do Oriente). No entanto, se a metade nascente do velho Império Romano resistiu à hecatombe de 476, foi também porque as montanhas dos Balcãs travaram as incursões dos povos bárbaros que atuavam mais a poente, tendo o coração de Roma como um dos seus principais objetivos, e ainda porque tais povos não dispunham de uma frota, algo pouco menos do que imprescindível para assaltar com sucesso a poderosa cidade fundada por Constantino.

Talvez só se possa então falar, com inteira propriedade, de Império Romano do Oriente (ou de Império Bizantino) a partir de 476, e o citado episódio do envio das insígnias imperiais de Rómulo Augústulo para Constantinopla parece simbolizar isso mesmo. Nesta altura, a herança romana era, evidentemente, ainda muito forte: politicamente, a estrutura do Estado assentava no absolutismo imperial e numa burocracia pesada, que devem muito à experiência do Baixo Império romano; administrativamente, vigorava ainda o modelo de que Diocleciano fora o principal inspirador, com uma estrutura de tipo piramidal encabeçada pelo governo central e que abria depois, progressivamente, para uma rede de prefeituras, de dioceses, de províncias e de cidades; do ponto de vista ideológico e religioso, o *basileús* de Constantinopla assumia-se como

herdeiro de Constantino, ou seja, como um imperador cristão que governava um espaço (o *imperium*) entendido como um desígnio divino, eterno e universal. Sendo escolhido por Deus, ele era o comandante absoluto da justiça, da lei e do exército e, ao mesmo tempo, o protetor da Igreja; era uma pessoa “sacra” e objeto de culto, que, à maneira de Roma, governava assistido por um Senado de composição variável (em funções desde 340 e com 300 a 2000 membros) e importância especial em matéria de legislação e de indicação do sucessor no trono, e por um Consistório – uma espécie de conselho imperial restrito que incluía membros permanentes e outros nomeados pelo *basileús* e que juntava os mais altos oficiais civis e militares: o *quaestor sacri Palatii*, responsável pelas questões legais, o *magister officiorum*, adstrito a vários serviços da corte, o *comes sacrarum largitionum* e o *comes rei privatae*, diretores dos departamentos financeiros, e o prefeito do pretório do Oriente, para além dos chefes militares; entres estes, distinguiam-se os comandantes da guarda imperial (o *comes domesticorum* e, a partir do século v, o *comes excubitorum*) e os dois *magistri militum praesentales*, dos quais dependiam os exércitos móveis de passagem pela capital; por fim, o prefeito da capital (*praefectus Urbi* ou, em grego, *éparchos*) representava o Senado, do qual era o chefe, sendo ao mesmo tempo um funcionário do Estado com um papel cada vez mais relevante na garantia da ordem pública e do abastecimento de Constantinopla, assim como no controlo da respetiva vida económica (Ravegnani 2006 19).

Curiosamente, o funcionalismo bizantino não era de transmissão hereditária, embora os seus intérpretes fossem considerados nobres. A talho de foice, podemos acrescentar que, do ponto de vista social, desde o século v se definiram diversas categorias, que ainda devem muito à velha estratificação social romana: os *illustres* (os mais considerados, e de onde saíam os *comites*), os *spectabiles* e os *clarissimi*, para além de outras dignidades relevantes mas

reservadas aos membros da família imperial (como o *patricius*, o *nobilissimo*, o *curopalate* ou o *kaïsar*). Quanto ao título de *consul*, sobreviveu nos primeiros séculos, podendo ser atribuído a privados e conservando-se durante algum tempo a tradição romana de darem o nome ao ano; porém, em Bizâncio, os cônsules estavam sobretudo vocacionados para a organização de espetáculos, nomeadamente na capital (Ravegnani 2006 17-22). Como veremos mais adiante, toda esta hierarquia estava sujeita a uma etiqueta rigorosíssima, que visava constituir uma réplica da perfeição do universo e que sustentava uma espécie de religião imperial. Ora, este aspeto é já uma marca específica da civilização bizantina, que aos poucos associou, a uma interpenetração muito forte do cristianismo com a tradição clássica, o fulgor da cultura grega, língua que se imporá definitivamente a partir dos séculos VI ou VII.

No fundo, estas são as premissas de Bizâncio: um império cristão e grego, dirigido por um *basileús* (que era, no célebre dizer de uma das ‘leis novas’ de Justiniano, 527-565, “depois de Deus o pai de todos”), marcado por uma organização social e administrativa muito particular e legitimado por uma sumptuosa encenação do poder. Um império que resistiu estoicamente a terríveis adversidades (invasões sucessivas, calamidades naturais, crises internas gravíssimas) durante quase mil anos, e onde não só a política e a guerra mas também a religião e as disputas teológicas e dogmáticas tiveram uma importância nuclear. Em especial, as controvérsias cristológicas resultantes, em grande medida, da dificuldade de conciliação dos quadros da filosofia antiga e da racionalidade grega com o dogma trinitário proposto pelo cristianismo.

Já se explicou, em volume anterior desta obra, como e por que razão surgiu o arianismo (do padre Arius de Alexandria, que nos inícios do século IV pôs em causa a dupla natureza de Cristo, humana e divina, defendendo que na Santíssima Trindade só o Pai é Deus), assim como as sequelas e respostas que esta doutrina

suscitou, quer entre os chamados nestorianos (os discípulos de Nestor, monge sírio e patriarca de Constantinopla entre 428 e 431, que insistiam nas duas naturezas de Cristo, ao ponto de mal admitirem a unidade da sua pessoa e de recusarem a figura de Maria, mãe de Cristo, como mãe de Deus), quer entre os monofisitas (doutrina que, insistindo na unidade de Cristo e valorizando sobretudo a sua natureza divina, teve grande sucesso entre os coptas do Egito e da Etiópia, os Arménios e os jacobitas da Síria). Num primeiro concílio, convocado por Constantino e realizado em Niceia em 325, os bispos admitiram a consubstancialidade das três pessoas da Trindade e fixaram o dogma, condenando o arianismo. No entanto, este foi adotado por muitos povos bárbaros (Vândalos, Visigodos, Ostrogodos, entre outros) e impôs-se durante séculos nos reinos que estes constituíram. Em Constantinopla, em 381, um segundo concílio confirmou a condenação da doutrina de Arius; mais tarde, em 431, em Éfeso, apesar do apoio do imperador Teodósio II, um novo concílio condenou o nestorianismo, que refluíu para a Pérsia, de onde alastrou ao Turquestão, à Índia e à China. Em 451, no IV Concílio Ecuménico, reunido em Calcedónia (ao tempo de Marciano, o imperador romano do Oriente), foi a vez de o monofisismo (defendido por Eutíquio, abade de Constantinopla, e apoiado por Alexandria, contra Constantinopla e Roma) ser condenado, tendo contudo irradiado no mundo bizantino e influenciado fortemente o pensamento anti-iconoclástico, com largo apoio no seio das comunidades monásticas (Cheynet 2001 22-23; Fédou 1995 105 e 108).

Em Calcedónia (cidade da Ásia Menor, situada em frente de Constantinopla), no ano de 451, o IV Concílio Ecuménico, contando com a presença de muitos bispos ocidentais, adotou pois, como já se percebeu, uma fórmula afirmativa da dupla natureza de Jesus Cristo (“... sem confusão, sem mudança, sem divisão, sem separação, a diferença de natureza não sendo de modo algum suprimida pela união”), nos termos da qual Cristo era apresentado como uma

pessoa dotada de duas naturezas inseparáveis e era declarado perfeitamente Deus e perfeitamente homem. No entanto, o nestorianismo e, sobretudo, o monofisismo (que até tinha chegado a ser bem-sucedido num conclave realizado dois anos antes, em Éfeso) subsistiram longamente no seio do Império Bizantino, constituindo durante pelo menos dois séculos, devido à sua estreita associação com o nacionalismo político (em especial nas periferias: Síria e Egito), um grave problema para os imperadores, constantemente obrigados a ajustamentos da sua política eclesiástica e a tentativas de conciliação entre as diversas correntes (Cheynet 2001 22-23).

Em matéria religiosa, convém ainda salientar a importância do monaquismo na sociedade bizantina. Curiosamente, devido ao seu fundo marcadamente ascético e anacorético (veja-se o caso da imitação dos mártires e dos Evangelhos pelos “atletas de Cristo”), o monaquismo bizantino não conheceu nada do tipo das ordens monásticas ocidentais. No entanto, os monges e o seu ideal de vida, muitas vezes plasmado em comunidades minúsculas onde imperavam o despojamento e o trabalho manual, desfrutavam de um enorme prestígio, o que potenciava a sua intervenção na vida política do império. Talvez por isso, o concílio de Calcedónia, em 451, tenha decidido igualmente conferir aos bispos e aos patriarcas (os mais importantes, para além de Roma, eram os de Constantinopla, de Alexandria, de Jerusalém e de Antioquia) o direito de controlo espiritual sobre os mosteiros da respetiva diocese... Quando, no século VIII, se manifestou no Império Bizantino o movimento do iconoclasmo (do grego “quebra de imagens”), que considerava como idólatra a adoração das imagens santas, então a força do monaquismo (que constituiu uma espécie de vanguarda da iconodulia, a corrente que defendia a continuação dos cultos tradicionais) manifestou-se com todo o seu vigor. Em 787, um concílio ecuménico reunido em Niceia condenou o iconoclasmo, mas este

regressou mais tarde, como que num segundo fôlego, tendo a restauração da ortodoxia e a legitimidade do culto das imagens santas sido definitivamente proclamadas em Bizâncio apenas no ano de 843, em grande parte devido à influência dos monges. É preciso termos isto presente, se quisermos compreender a história política bizantina.

Uma última nota, em jeito introdutório, tem que ver com a intensidade da vida pública em Constantinopla. A cidade abrigava centenas de milhares de pessoas e, no seu Hipódromo, situado mesmo ao lado do Grande Palácio, decorriam divertimentos públicos muito apreciados e concorridos. Entre estes (e para além das corridas pedestres, das lutas entre atletas, das exibições de animais, dos combates de feras, das caçadas, dos jogos de habilidade e dos espetáculos cénicos, entre outros), é obrigatório realçar as corridas de carros. Também aqui, a herança da Roma antiga é evidente, mas de novo a marca bizantina é inconfundível: este Hipódromo, construído à imitação do Circo Máximo de Roma, deve ter sido erguido por Septímio Severo, mas foi Constantino quem o renovou e ampliou. Teria cerca de 400 metros de comprimento por 150 de largura, podendo as suas tribunas (de madeira até ao século x, de mármore a partir de então) acolher entre 30 000 e 50 000 pessoas, que ali acorriam com enorme entusiasmo, mesmo quando as distribuições gratuitas de víveres acabaram! Desenhado em forma de retângulo, com a parte norte em hemiciclo, possuía uma pista com um leito de pedra revestido de terra batida e um muro de separação decorado com estátuas, colunas e obeliscos. Podia haver 24 corridas num só dia, entre a manhã e a tarde, entremeadas por outros divertimentos. Os aurigas (cocheiros), que conduziam os carros, beneficiavam de uma consideração social relevante e estavam organizados em quatro equipas ou fações, que mais tarde se reduziram a duas: os Azuis (que acabaram por absorver os Brancos) e os Verdes (que submergiram os Vermelhos).

Elas próprias tratavam da organização e do financiamento das corridas, mas os respectivos chefes, que se contavam entre os dignitários cortesãos de alto nível (!), também dirigiam milícias de várias centenas de homens que podiam ser empregues pela polícia urbana ou utilizadas na defesa das muralhas da capital. O próprio imperador, no início do seu mandato, assumia a preferência por uma das fações (geralmente pelos Azuis, mais tradicionalistas e ortodoxos, ao passo que os Verdes eram mais turbulentos e muitas vezes opositoristas e favoráveis ao monofisismo). Até ao século XII, todas as grandes festividades públicas (como o aniversário do imperador ou a celebração de um triunfo) incluíam corridas de carros no Hipódromo, sendo as mais importantes as que se realizavam a 11 de maio, dia da inauguração da nova Bizâncio por Constantino, no ano 330; nesse dia, quatro quadrigas de cavalos cumpriam sete voltas à pista, ocorrendo a competição quatro vezes de manhã e outras quatro da parte da tarde. Curiosamente, o Hipódromo comunicava com o Grande Palácio, e o *basileús* até dispunha de um camarote a meio da tribuna oriental (o *káthisma*), no qual comparecia rodeado por senadores e por outros altos dignitários. Os Azuis formavam à direita e os Verdes à esquerda, e a população não alinhada em fações ocupava o resto das bancadas; ao entrar no seu camarote, o imperador saudava primeiro a ‘sua’ fação e só depois a outra. O papel do Hipódromo na vida política bizantina é, pois, crucial; de resto, era ali que o imperador era levantado e aclamado no momento da sua eleição e era também ali que ele dialogava com o povo da capital. Como veremos, algumas revoltas tiveram início no Hipódromo, assim como diversas execuções capitais ou cerimónias de humilhação, arrastamento e mutilação de figuras públicas; adversários religiosos e soldados desertores também podiam ser castigados neste espaço, onde reinavam as fações dos Verdes e dos Azuis (Kaplan 1991 61-62; Ravegnani 2006 150-153; Idem 2008 107).

2. História breve do Império Bizantino (de 476 a 1453)

A história de Bizâncio é geralmente dividida em três grandes etapas:

- i) a Antiguidade Tardia, que engloba a proto-história bizantina (de Constantino a Zenão), o notável principado de Justiniano (527-565) e o governo dos seus sucessores imediatos;
- ii) a época médio-bizantina, situada entre a crise do século VII (incursões dos Persas, dos Árabes e dos Lombardos) e a insólita conquista de Constantinopla pela Quarta Cruzada, em 1204, incluindo portanto a dinastia macedónica (867-1057), a mais brilhantes de todas, e a famosa dinastia dos Comnenos (1081-1185);
- iii) a época tardia, que inclui a resistência no exílio de Niceia, a restauração de 1261 e, por fim, a prolongada decadência política que acompanha a longa dinastia dos Paleólogos, até à conquista de Constantinopla pelos Otomanos de Mehmet II, em 1453.

De uma forma muito sintética, vamos evocar os principais momentos de cada uma destas três etapas.

2.1. A Antiguidade Tardia, de Zenão a Maurício e Focas (finais do século IV-inícios do século VII):

Depois de depor Rómulo Augústulo, Odoacro enviou uma embaixada a Zenão (474-491) com o objetivo de obter o título de *patricius* e a administração da Itália. A proposta, reveladora de como Constantinopla era considerada a continuadora natural

da Roma eterna (aliás, “Bizantinos” é uma designação moderna, pois os habitantes deste império chamavam a si próprios *Romani* e até entendiam a designação “Gregos” ou “Helénicos” como depreciativa, porque sugestiva de paganismo e de idolatria), foi liminarmente recusada. Pelo contrário, Zenão, bom conhecedor da estratégia de empurrar para oeste o *magister militum* mais difícil de controlar, tratou de incumbir Teodorico Amalo (um ostrogodo) de ir a Ravena depor Odoacro e restaurar a soberania imperial ‘romana’ em Itália... Teodorico cumpriu a missão, submetendo e matando Odoacro e a sua família e séquito em 493, talvez durante um banquete (Azzara 2013 21-22), mas depois cortou a sua ligação com Constantinopla e deu início à dominação ostrogoda em Itália, onde curiosamente tentou reanimar a decadente civilização romana e onde assegurou a consolidação económica e promoveu uma forte expansão territorial. Zenão não teve condições para reagir, tanto mais que as questões religiosas dominavam a corte bizantina, após a promulgação pelo imperador (possivelmente pró-monofisita), com o apoio do patriarca da capital, Acácio, do *Henotikón*, um “édito de união” destinado a conciliar as doutrinas monofisita e ortodoxa; a formulação, necessariamente ambígua, não convenceu, e o papa Félix III (ou II) excomungou o patriarca, que reagiu e deu início ao chamado “cisma acaciano”, que se prolongou durante três décadas (Norwich 2012 30-31).

À morte de Zenão, o Senado escolheu Anastácio I (491-518), seguindo a indicação da viúva Ariadne, que terá mesmo casado com o novo imperador, um antigo e respeitado funcionário da corte. Anastácio I fez um grande saneamento financeiro e, apesar das várias guerras em que se envolveu (revolta dos Isaurianos, invasão búlgara dos Balcãs, conflito com os Persas do rei Cavade), deixou um monumental tesouro de 320 000 libras de ouro. Do ponto de vista religioso, o novo *basileús* defendeu a ortodoxia e a neutralidade até 511, ano em que decidiu apoiar abertamente o

monofisismo, uma decisão que serviu de pretexto para uma revolta popular encabeçada pelo *comes foederatum* da Trácia, Vitaliano, e patrocinada pelo patriarca da Macedónia, esmagada a muito custo quatro anos mais tarde, depois de Anastácio ter chegado a considerar a hipótese de abdicar (Ravegnani 2008 53).

Anastácio I faleceu sem filhos e já depois da morte de Ariadne, pelo que, logo na noite de 9 para 10 de julho de 518, os senadores e o exército se reuniram (separadamente) para discutir a sucessão: no Hipódromo, o *magister officiorum* Celere juntou o corpo de elite dos *scholae palatinae*, enquanto o *comes excubitorum* Justino fazia o mesmo com a guarda imperial; quanto ao Senado, reuniu-se com o patriarca de Constantinopla no Grande Palácio (no pórtico diante do Triclínio dos XIX Leitos, a sala de banquetes). A demora na tomada de decisão inquietou o povo, impaciente nas escadarias do Hipódromo, de tal maneira que houve lugar a aclamações avulsas pelas fações (em especial pelos Azuis), à oferta do trono a diversas pessoas (entre as quais Justiniano, que recusou) e até a tumultos e a tentativas falhadas de coroação! Por fim, o Senado decidiu-se por Justino, que soubera fazer bom uso da sua influência junto da guarda imperial. Justino I (518-527) era um homem rude e inculto, que subira a pulso na corte bizantina, e Procópio de Cesareia, a nossa melhor fonte para esta época, deixou-nos da sua chegada a Constantinopla, nos anos 470, acompanhado pelos dois irmãos, uma sugestiva descrição nas preciosas *Anékdota* (ou *Histórias Secretas*):

“Quando o imperador Leão [I] exercia o poder supremo em Bizâncio, três jovens camponeses de estirpe ilírica – Zimarco, Ditibistos e Justino, de Bederiana [pequena povoação da Dácia mediterrânica] –, em luta contínua contra as carências domésticas, para se libertarem [delas] decidiram alistar-se no exército. Encaminharam-se para Bizâncio, trazendo às costas os sacos

repletos apenas do pão seco que ali tinham colocado à partida. Quando chegaram, foram arrolados no exército, e o imperador destinou-os para a guarda palatina: tinham, todos eles, um físico notável” (Conca 1996 VI 2-3 100-101).

Durante as guerras de Anastácio I, Justino tivera uma ascensão vertiginosa e tornara-se, como já dissemos, chefe da guarda imperial (*comes excubitorum*). Na altura em que foi eleito imperador, também graças à sua ortodoxia calcedónia, já tinha mais de 65 anos de idade e era casado com uma antiga escrava, Lupicina, que, ao tornar-se imperatriz e *augusta*, mudou o seu nome para Eufémia. Além do tesouro acumulado por Anastácio I, o novo *basileús* herdou diversos problemas militares e religiosos, agravados por catástrofes e fenómenos naturais (terramotos, incêndios, inundações, auroras boreais, cometas, eclipses, pragas de gafanhotos, epidemias), que já vinham do reinado anterior e que pareciam confirmar a proximidade do fim dos tempos. Aliás, o declínio de Roma estava tradicionalmente associado à ideia de fim do mundo e, na profecia de Daniel acerca dos quatro reinos terrestres (Antigo Testamento), muitos identificavam o último desses reinos com o Império Romano. Diversas passagens dos evangelistas Mateus, Marcos e Lucas pareciam sustentar esta previsão, e as cartas de Paulo sugeriam também que o Império Romano constituía o derradeiro travão à chegada do fim do mundo. Ora, este império caíra em 476, e diversos textos, como a *Teosofia de Tubinga* (um texto oracular da época de Anastácio I), asseguravam que a vinda do Anticristo estava iminente; do mesmo modo, o *Oráculo de Baalbek* (c. 503-504) afirmava que, na altura do fim do mundo, apareceria um imperador de nome desconhecido, mas semelhante ao dia do Juízo Final (e “Anastácio”, em grego, significa “ressurreição”).

Assim, por volta do ano 500, a inquietação religiosa era grande; só não se sabia o momento em que ocorreria o fim do mundo e

o retorno de Cristo, mas pensava-se que poderia estar muito próximo. Aliás, no Salmo 90, 4, encontramos a sugestão de que cada dia da criação corresponde a 1000 anos (“porque mil anos são em teus olhos como o dia de ontem, quando já passou: e como a vela da noite”: Bíblia, ed. Tolentino de Mendonça, trad. de Annes d’Almeida 2006 V 65), estando por isso o mundo terreno destinado a durar 6000 anos; ora, desde o século III d. C. que se calculava o nascimento de Cristo no ano 5500, pelo que o fim do mundo deveria ocorrer 500 anos depois (recordem-se Hipólito de Roma ou Sexto Júlio Africano), ou seja, cerca do ano 500, precisamente a época de Anastácio I (Meier 2007 23-26)..

Justino I não teve portanto vida fácil, mas também não dispôs de tempo para grandes reformas, uma vez que faleceu logo em 527. Mal preparado para a função, durante o seu governo apoiara-se muito nos sobrinhos, em especial em Petrus Sabbatius, mais tarde chamado Flavius Petrus Sabbatius Iustiniano. Este sobrinho Justiniano era, também ele, natural de Bederiana (Taurisium, na atual Macedónia); nascera em 481 ou 482, sendo filho de um trácio e de uma irmã de Justino; viera ainda jovem para Constantinopla, onde, ao contrário do tio, recebera uma educação bastante sólida, à base de latim (mais do que grego), direito, retórica, história romana, teologia e arte da guerra (Cheynet 2001 26). Jovem aristocrata ambicioso e um fervoroso adepto dos Azuis no Hipódromo da capital (participou até em alguns desacetos que o levaram aos calabouços), Justiniano teve a carreira facilitada devido à sua proximidade do imperador, pelo que ascendeu de forma meteórica na corte de Constantinopla: em 518, à morte de Anastácio I, tornou-se um dos 45 oficiais da guarda dos *scholae palatinae*, no ano seguinte recebeu o título de *comes*, depois tornou-se *magister equitum et peditum praesentalis* (ou seja, alto general), em 521 distinguiu-se como *consul* (tendo organizado espetáculos sumptuosos, com vinte leões e trinta leopardos, que custaram uma fortuna) e,

a seguir, recebeu a dignidade de *patricius*. Muito possivelmente, terá sido adotado pelo tio, tornando-se o seu sucessor natural. De resto, as fontes sugerem que governaram em conjunto e que Justiniano beneficiou muito disso, não só para ganhar experiência mas também para afastar possíveis concorrentes ao trono (como o eunuco e camareiro Amâncio, um pró-monofisita, ou o *magister militum* e cônsul Vitaliano, um apoiante das decisões do concílio de Calcedónia).

A 1 de abril de 527, Justiniano, já com 45 ou 46 anos de idade, foi associado formalmente ao trono, por indicação do tio (gravemente doente) e sob pressão do Senado. Três dias depois, seria coroado numa nova assembleia, convocada por si e que reuniu todos os grandes, incluindo o patriarca de Constantinopla. Como observa Mischa Meier, que compara esta cerimónia com a coroação de Leão II, em 474 (realizada no Hipódromo pelo avô Leão I, já muito enfermo, com forte participação popular e militar), Justiniano foi coroado no palácio e sem intervenção do povo, apenas na presença do chefe da Igreja, dos altos cortesãos, dos senadores e dos soldados; e até datou o seu reinado a partir do dia 1 de abril de 527, desvalorizando a assembleia do dia 4: “Era, portanto, apenas Deus que tinha transmitido o poder a Justiniano, através da mediação do tio Justino” (Meier 2007 11).

Justiniano foi, assim, o primeiro imperador bizantino a assumir desde o início o seu mandato divino, sem necessidade de qualquer caução popular. Como então resumiu o diácono Agapito de Constantinopla, “Deus não pressupõe nada nem ninguém, o imperador pressupõe apenas Deus” (*Ektthesis* 63, citado por Meier 2007 9). O projeto de Justiniano, o mais famoso imperador de toda a história bizantina, retomava a herança de Constantino I, mas numa tonalidade mais forte, afirmando claramente a legitimidade divina do imperador, a sua devoção integral e o seu espírito de missão. No prefácio dos *Digesta* (logo em 530), Justiniano afirma

governar em nome de Deus e buscar, através de guerras bem-sucedidas, a paz, a ordem e a estabilidade, sabendo à partida que tudo depende do favor da Santíssima Trindade. Para ele, tudo era uma dádiva de Deus: os sucessos constituíam uma recompensa, e os fracassos eram um castigo. No fundo, Justiniano retomava o célebre modelo de Eusébio de Cesareia, que em 335, na festa dos trinta anos de reinado de Constantino, afirmara que o império terreno configurava uma imitação do império celeste, existindo um só Deus e um só imperador, vigário de Deus na terra, sábio, devoto, justo, corajoso, vencedor e rei dos filósofos... Em síntese, conjugando a tradição secular com os valores próprios do cristianismo, postulava-se que o poder do imperador cristão era uma *imitatio Dei*, uma *mímēsis theou* (Meier 2007 8). Deste modo, Eusébio colocava na sombra o outro fundamento do poder imperial da República romana, nunca formalmente abolido: a soberania do *populus romanus*; com Justiniano não haveria, portanto, ensejo para a insurreição popular...

O reinado de Justiniano (que governou durante quase quarenta anos!) foi também um tempo de transformação da iconografia imperial, com um claro impulso dado às temáticas cristãs (nas moedas de ouro, os *solidi*, a tradicional representação da *Victoria* surge reinterpretada sob a forma de anjos), o que explica igualmente a generalização do globo e da cruz, símbolos do domínio universal sob o manto do cristianismo. Homem de fortes convicções ortodoxas, e como tal apoiante das decisões do IV Concílio Ecuménico de Calcedónia – 451 (nomeadamente do dogma das duas naturezas mas uma única vontade divina: a chamada fórmula diofisita ou calcedónia), Justiniano não deixou porém de buscar o diálogo com os moderados, promovendo colóquios com monofisitas como o patriarca de Antioquia, Severo, que lhe valeram dissabores com Roma e que acabaram por redundar no Sínodo de Constantinopla de 539, em que, com o apoio do próprio imperador, Severo foi

condenado e a autoridade dos quatro primeiros concílios ecumênicos foi reafirmada. O risco da rutura com a Igreja de Roma e a vontade de Justiniano, amante da teologia e crente, de elevar as suas opiniões religiosas a dogma universal, explicam esta evolução, assim como o desejo imperial de restaurar o cristianismo calcedoniano no Egito, mesmo à custa da deposição do patriarca de Alexandria, Teodósio; no *Codex Iustinianus*, afirma-se o objetivo de impor uma unidade religiosa em todo o Império Romano, de acordo com uma fé comum ditada pelo imperador: a fé trinitária aprovada em Calcedónia (Meier, 2007 31-35).

No contexto em que assumiu o poder, com a contradição crescente entre as expectativas do fim do mundo e a não ocorrência do regresso de Cristo (o que punha em causa a escatologia cristã e o sistema tradicional de datação do mundo), Justiniano sentiu-se na necessidade de dar muitas explicações às angústias populares e gastou muita energia no esforço de criar uma imagem de uma nova época, em que ele próprio surgia iluminado por Deus em tudo e em todos os momentos. No entanto, a sua política religiosa – como já percebemos – não esteve isenta de contradições e ziguezagues. Curiosamente, o próprio casal imperial parece espelhar alguma dessa incoerência, pois Teodora era uma monofisita convicta e parece ter atuado com bastante autonomia, protegendo muitos monofisitas no palácio de Ormisda e mantendo-os até em contacto com o *basileús*! É sabido, por exemplo, que Teodora apoiou Jaime Baradeu, o bispo que fundou a igreja independente (jacobita) da Síria, e também terá fornecido eclesiásticos monofisitas ao árabe Al Harith, os quais converteram a Núbia. Mas claro que Justiniano permitiu tudo isto, e o sinal de uma terrível fratura religiosa no seio do casal imperial também pode ser visto como o sinal de uma estratégia deliberada do astuto e experiente *basileús*, que, tudo o indica, terá amado profundamente Teodora, que faleceria em 548; Justiniano parece ter-se-lhe mantido fiel e é sabido que visitou

regularmente o seu túmulo, na Igreja dos Santíssimos Apóstolos, em Constantinopla.

Não é possível falar de Justiniano sem lembrar a extraordinária figura desta imperatriz Teodora, que tanta atração e repulsa tem suscitado, sobretudo depois da redescoberta, no século xvii, das *Anékdota* de Procópio (um fervoroso opositor do mais ilustre casal imperial bizantino). Teodora era filha de um domador de ursos, que trabalhava para os Verdes e que morreu ainda novo. A sua mãe voltou a casar e passou-se para a fação dos Azuis; tanto ela como as filhas atuavam como ‘atrizes’, profissão de baixa reputação social e que implicava participar (com pouca roupa vestida) em espetáculos cénicos e récitas populares. Procópio diz mesmo que Teodora vendia o seu corpo e fala em filhos e em abortos, pensando-se que ela se tornou amante do governador Ecébolo, que acompanhou no norte de África até por ele ser repudiada. De volta à capital, Justiniano, que amava o ambiente do Hipódromo, tornou-se seu amante, mas a tia Eufémia impediu o casamento (com base numa lei do imperador Otávio Augusto); à morte da sua tia, Justiniano alterou a lei e casou com Teodora, que se tornaria imperatriz: não deve ter sido nada fácil para os senadores, então compelidos a prestar homenagem à antiga artista, de joelhos, no Grande Palácio... As imperatrizes não costumavam ter grande interferência na política bizantina, mas é possível que Teodora tenha influenciado algumas das decisões do marido, designadamente sobre as atrizes, sobre a condição da mulher (lenocínio, prostituição) ou sobre o financiamento de instituições de caridade como o mosteiro de Metánoia (*arrependimento*); no entanto, como lembra Meier, Teodora, embora surja em alguns documentos ao lado do imperador, não figura na maior arma de propaganda do tempo: as moedas (Meier 2007 53; e Cesaretti 2003 *passim*).

Geralmente, atribui-se a Teodora um papel vital num dos mais graves acontecimentos do reinado de Justiniano: a revolta *Nika* (ou

Níkē, que significa *Vitória!*), ocorrida em Constantinopla, em 532. Num ambiente de fortes tensões sociais e religiosas, exacerbado por um crescimento demográfico explosivo, por grandes dificuldades económicas e pelo aumento da pressão fiscal, o povo da capital, a partir das fações do Hipódromo, revoltou-se violentamente e durante dez dias provocou saques e incêndios terríveis na cidade (daí resultou, por exemplo, a semidestrução da Igreja de Santa Sofia). A gota de água parece ter sido a condenação à morte, pelo prefeito da capital (Eudémono), de sete rebeldes do circo, assim como a recusa do imperador, em pleno Hipódromo, de conceder clemência a dois dos condenados que, fortuitamente, não tinha sido possível crucificar. Durante a revolta que se seguiu, a população amotinada exigiu a demissão de Eudémono e também a do prefeito do pretório do Oriente, João da Capadócia, e ainda a de Triboniano, um dos colaboradores mais próximos de Justiniano: o imperador acedeu, parecendo mostrar uma fraqueza que os senadores da oposição aproveitaram para começar a fazer planos para o futuro. O mais carismático general de Justiniano, Belisário, foi para as ruas combater os revoltosos, o que ainda incendiou mais os ânimos; neste ambiente, o povo aclamou um dos sobrinhos de Anastácio I, chamado Hipázio, ao mesmo tempo que corria o rumor de que o *basileús* legítimo preparava a fuga, que Teodora terá travado à última hora – repetindo o antigo dito “o poder é um esplêndido sudário” e exortando o marido a reagir e a lutar pelo trono... Há, no entanto, quem defenda que tudo isto não passou de uma encenação, de uma manobra maquiavélica de Justiniano, que assim obrigou a oposição a desmascarar-se e conseguiu reunir os revoltosos no Hipódromo, onde o general Narsés, depois de comprar a fação dos Azuis, semeou a discórdia, abrindo caminho para os generais Belisário e Mundo trucidarem a multidão. No final, havia 30 000 a 35 000 mil mortos, e muitos senadores foram exilados e viram os seus bens confiscados; quanto a Hipázio, seria justificado

como usurpador, juntamente com o seu irmão Pompeio. Desejada ou não por Justiniano, a *Níka*, a mais grave revolta popular da história do Império Bizantino, serviu para uma grande demonstração de força do imperador, que a partir daí, graças ao ‘efeito de terror’ que o acontecimento (largamente divulgado) produziu, não mais esteve verdadeiramente em perigo, nem foi contestado pela classe senatorial durante muito tempo. É certo que a popularidade do *basileús* caiu a pique, mas a sua autoridade saiu extremamente reforçada (Meier 2007 43-49; Kaplan 1991 61; Ravegnani 2006 44).

É hábito associar o principado de Justiniano a três grandes feitos: i) a reconquista de uma parte significativa do desaparecido Império Romano do Ocidente; ii) uma reforma profunda do Direito; iii) a edificação de grandes obras públicas.

Em relação à reconquista territorial, este foi assunto tratado no volume anterior desta obra e não iremos repetir-nos. Basta lembrar que tudo parece ter começado em 533 (o ano a seguir à *Níka*), com a intervenção de Belisário no norte de África, onde o imperador desejava vingar a deposição do rei dos Vândalos, Hilderico (seu amigo e simpatizante do catolicismo) pelo rival Gelimero. Tendo corrido bem e conduzido à criação da prefeitura do pretório de África (em 534) e ao reordenamento da respetiva Igreja (em 535), Justiniano terá começado a conceber um verdadeiro programa de restauração, que teve como grande alvo a Península Itálica. Isso conduziu à I Guerra Gótica (a partir de 535), onde, depois de muitos avanços e recuos e ao fim de cerca de quatro anos, Belisário e Narsés conseguiram vencer os descendentes de Teodorico (Teodato e Vitige, muito em especial). Anos mais tarde (entre 541/42 e 552), a Guerra Gótica conheceria uma segunda fase, com o rei Totila a poder contar com a cumplicidade dos Francos, valendo a Bizâncio a grande capacidade do general Narsés (um camareiro e eunuco pró-monofisita, que era o favorito de Teodora e um homem muito

rico), o qual obteve vitórias decisivas em Busta Gallorum (em 552, onde Totila encontrou a morte) e na batalha de Mons Lactarius (Salerno), no mesmo ano. Este sucesso significou a reentrada da Itália no *Imperium Romanum* e permitiu a Justiniano, em 554, a reorganização da região, com a promulgação da *Constitutio Pragmatica*. Na Hispânia, Justiniano interveio a partir de 552, a pedido do rei visigodo Atanagildo, em revolta contra o rival Agildo; os Bizantinos aproveitaram para se apoderar de Cartagena, de Málaga e de Córdoba, assim como do respetivo *hinterland*, um domínio que todavia não conseguiriam manter por muito tempo.

Contudo, para além de tudo isto, Justiniano teve também de travar uma dura guerra contra os Persas, com quem assinara uma suposta “paz eterna” em 532, depois dos ataques do rei Cavade e de Cosroés I na Ibéria do Cáucaso e na Arménia. O soberano parece ter adormecido à sombra desta “paz eterna”, que lhe permitiu ter as mãos livres para intervir em África e na Itália. Os Persas agradeceram a desatenção e o rei Cosroés I tomou Antioquia e atacou a Lazica (a leste do mar Negro) em 540, conquistando Petra (um bom ponto estratégico, na atual Jordânia) no ano seguinte e reacendendo assim uma guerra que se prolongou, dura e crua, por vários anos, com intervenção, sobretudo, do general Sitas (o primeiro *magister militum per Armeniam*) e de Belisário; o conflito acabaria por conduzir à assinatura de um armistício (em 545, renovado em 551 por mais cinco anos, com os Bizantinos a pagarem 2000 libras de ouro de cada vez) e, por fim, à paz de 561, em que Bizâncio ficou obrigada a versar um tributo anual de 30 000 moedas de ouro aos seus mais temíveis rivais. Finalmente, há que referir as dificuldades sentidas por Justiniano nos Balcãs (região cuja defesa descuroou demasiado), que permitiram desordens regulares na Trácia, na Ilíria e na Grécia, com ataques dos Eslavos, dos Germanos, dos Búlgaros e dos Hunos e, em 559, uma grande investida dos Búlgaros Cutrigui, que chegaram a ameaçar

Constantinopla! O imperador recorreu de novo a Belisário (que chegara a afastar e a manter sob vigilância apertada, por suspeita de ambição ao trono), e o velho general acabou por triunfar outra vez. O soberano tentou comprar a paz aos Búlgaros e aos Eslavos, por meio de tributos, e recorreu à estratégia (bem bizantina) de os lançar uns contra os outros, ao mesmo tempo que reforçava as fortalezas raianas, mas a verdade é que sentiu sempre imensas dificuldades nesta geografia setentrional.

No que diz respeito à obra jurídica de Justiniano, ela ocorreu logo na primeira fase do seu reinado, entre 528 e 542, e materializou-se sobretudo na produção do famoso *Corpus Iuris Civilis*, destinado a pôr cobro à confusão legislativa reinante e a melhorar e atualizar o *Codex Theodosianus* (elaborado no tempo de Teodósio II). O *Corpus* compõe-se de três partes: o *Codex Iustinianus* (uma recolha e adaptação das leis imperiais desde o século II até 534); as *Institutiones* (um manual jurídico para estudantes); e os *Digesta* ou *Pandeta* (uma recolha de jurisprudência romana (especialmente dos séculos II e III, reunindo Ulpiano e outros 40 juristas) para uso nos tribunais (incluía cerca de 2000 casos). O tiro de partida para esta reforma foi dado em 13 de fevereiro de 528, por uma comissão de dez pessoas, com a tarefa de recolher as leis imperiais ainda válidas, reordená-las e, se necessário, interpolá-las. Em abril de 529, já o *Codex* estava a ser publicado, anulando as recolhas anteriores, tendo os 50 livros dos *Digesta*, preparados por uma comissão de dezassete pessoas chefiada por Triboniano, entrado em vigor, com força de lei, em 533; por volta do mesmo ano entraram também em vigor as *Institutiones* e procedeu-se a uma reforma do ensino do Direito. No ano seguinte surgiu uma edição revista do *Codex* (com leis a partir do imperador Adriano), que felizmente se conservou até hoje (ao contrário da edição original), e assim se encerrava o chamado *Corpus Iuris Civilis*, uma designação atribuída apenas no século XVI. No entanto, até 542 surgiriam ainda

150 novas leis (as *Novelle*, neste caso em língua grega, um sinal claro do rumo cultural que o Império Bizantino estava a tomar), que acabaram por nunca ser sujeitas a uma recolha independente. Em toda esta profunda reforma jurídica, ainda hoje objeto de estudo nas nossas universidades, o imperador surge como *lex animata*, ou seja, como uma entidade capaz de legislar, nos termos de um poder que lhe vem de Deus. A figura principal deste processo foi Triboniano, um homem natural da Panfília (na Ásia Menor), que estudara Direito romano em Berito ou em Constantinopla e que era (tal como o seu imperador) um grande conhecedor da história romana; Triboniano optou por trabalhar com jovens competentes (em vez da antiga elite de funcionários jurídicos) e seria nomeado *quaestor sacrii palatii* desde 529 até à sua morte (em 542), com exceção do curto período em que grassou a revolta *Nika*. Também ele não colheu a simpatia de Procópio de Cesareia, que o considerava um corrupto e um cínico, para além de ter fama de pagão ou de ateu (Ravegnani 2006 45; Meier 2007 38-40).

Quanto à política de obras públicas de Justiniano, salientam-se as vastas obras defensivas realizadas em cidades fortificadas e castelos, especialmente em África, e alguns monumentos notáveis, de entre os quais é obrigatório realçar a reconstrução da Igreja de Santa Sofia, a partir de 537, expressão máxima do talento dos famosos arquitetos Antémio de Trales e Isidoro de Mileto. Numa obra de Procópio de Cesareia, *De aedificiis*, dispomos hoje de uma preciosa fonte para o estudo das quase cem igrejas construídas por Justiniano em todo o Império Bizantino, especialmente na capital. Também a fabulosa Basílica de São Vital de Ravenna (onde Justiniano e Teodora estão representados em mosaicos lindíssimos e que são hoje património mundial da Humanidade) foi concluída durante este reinado (em 547), assim como o impressionante Mosteiro de Santo Apolinário, em Classe (dois anos mais tarde). Justiniano, na opinião de Mischa Meier (2007 48-49), foi o imperador

que melhor se serviu de um programa de obras públicas (sagradas e profanas) para concretizar a aspiração do soberano cristão: demonstrar devoção, amor ao próximo e preocupação com o bem do povo. Além de ter restaurado cidades tão emblemáticas como Antioquia ou Iustiniana Prima (o novo nome dado à sua terra natal), ele investiu fortemente em obras públicas e civis, como palácios, estátuas equestres, cisternas, orfanatos ou hospitais, pelo que esta vertente de edil do seu principado será para sempre recordada.

Em 541, a peste bubónica chegou (por via marítima) a Constantinopla, depois de ter atacado o Egito e a Palestina. Procópio diz que a doença, que teve o seu epicentro em 541/542 mas que se repetiu em ondas sucessivas até aos finais do século VIII, de Roma à Escandinávia, dizimou metade da população do império; João de Éfeso, pelo seu lado, refere a ocorrência de 16 000 mortos por dia na capital. Talvez os cronistas (que contam que as pessoas saíam de casa munidas de pulseiras com o seu nome, para que, caso morressem de repente, não acabassem anónimas numa vala comum) exagerem, mas parece razoável admitir um declínio demográfico de cerca de 25%, com o litoral a ser mais afetado do que o interior do império (Meier 2007 75). Claro que a epidemia teve consequências devastadoras a todos os níveis: quebra do comércio, depreciação da moeda, colapso das infraestruturas, alterações no padrão de povoamento, escassez de mão-de-obra, subida dos preços, dificuldades de recrutamento militar, entre outras. As três variantes da doença (peste bubónica, pulmonar e septicémica) atuaram em conjunto e tiraram partido da fragilidade das condições de higiene pública, do fraco desenvolvimento dos recursos médicos e da fome. Tanto Procópio como Teófilo referem que era difícil sepultar um número tão grande de mortos, e praticamente todos os cronistas (com exceção, talvez, de Agátias) consideraram a maleita como um castigo enviado por Deus. O pânico e a descrença alastraram, tanto mais que o próprio Justiniano contraiu a peste em 542, chegando

a discutir-se a sua sucessão: afinal, que imperador era aquele que não só não protegia o seu povo contra os Persas, os Búlgaros e as catástrofes naturais como ainda fora apanhado, ele próprio, pela doença?... Se o mundo não tinha acabado, o que explicava os desastres? Será que Deus estava zangado com o soberano?

Parecem ter terminado aqui os dias felizes de Justiniano, o “imperador insone” (isto é, que não dorme) que planeava febrilmente novas reformas, tentando controlar a corrupção, os abusos de poder e a compra de cargos, redefinindo a administração provincial, reforçando a assistência social, reorganizando as cidades e as províncias, conduzindo a guerra em diversas frentes... Todas as tensões vieram ao de cima, tanto mais que a ação do exército implicava enormes custos e agravava exponencialmente os impostos (João Lido fala em vinte e sete tipos de taxas!), não sendo possível disfarçar as dificuldades através de medidas de emergência pontuais (como o alívio fiscal, os subsídios ou o tabelamento de preços) ou com algumas boas notícias económicas, como aquela que resultou do desenvolvimento da indústria da seda, possibilitado pela introdução secreta em Bizâncio dos ovos do bicho-da-seda (em 551-552 e graças aos monges). Para além do mais, havia graves problemas na província de África (rebeliões no exército bizantino, com apoio berbere, vândalo e escravo, a obrigar a campanhas difíceis de Salomão e de João Troglita), e o esforço de guerra contra a Pérsia e na Itália não podia parar de repente, sob pena de um desastre humilhante.

Justiniano sobreviveu, mas começava a ficar cada vez mais sozinho e hesitante. Alguns dos seus mais valiosos generais, como Mundo ou Sitas, já tinham falecido, Triboniano foi apanhado pela peste de 542, João da Capadócia fora demitido no ano anterior e Teodora morreu em 548... Quinze anos após a *Nika*, o ‘efeito de terror’ desvanecera-se e a revolta voltava a grassar em Constantinopla, que em 557 ainda viu a cúpula de Santa Sofia desabar na sequência

de um terramoto (Antémio de Trales faleceu por essa altura e já não pôde ajudar na reconstrução, iniciada em 562). Neste ambiente, os profetas anunciavam o fim do mundo, pululavam os movimentos ascéticos, cresciam a agitação e o pânico. Ainda por cima, também noutras regiões do império se avolumavam os problemas, com terremotos (p. ex., na Grécia central e no Mediterrâneo oriental, em 551), pestes, carestia, maremotos (p. ex., em Kios, em 551), inundações e épocas sucessivas de más colheitas (Meier 2007 94-95).

A resposta de Justiniano, um sexagenário no poder há já cerca de vinte anos, teve um cunho marcadamente religioso. Na segunda metade do seu longo principado, a política começou a subordinar-se à teologia e o imperador começou a escrever tratados com que intervinha abertamente nos grandes debates religiosos, ao mesmo tempo que depunha patriarcas e enfrentava o papa, que chegou a maltratar. Justiniano explorou a tradição oriental, que não separava nitidamente a Igreja do Estado, e convocou concílios onde tentou impor as suas ideias religiosas, regra geral de inspiração calcedónia. Em 543 e em 553, dois éditos imperiais condenaram a doutrina origenista (conciliação entre o neoplatonismo e o cristianismo, segundo Orígenes, teólogo da segunda metade do século III d. C.) defendida por Teodoro Askidas, um homem bastante fiel ao imperador. Cerca de 544 ou 545, Justiniano produziu o seu primeiro tratado contra os chamados Três Capítulos, nome dado a outros tantos escritos suspeitos de nestorianismo devidos a Iba de Edessa, a Teodoro de Mopsuestia e a Teodoreto de Ciro (todos eles falecidos entre 428 e 466); neste contexto, o papa Virgílio foi raptado em Roma e levado para Constantinopla, onde foi forçado a condenar também aquela doutrina. Em 553, o V Concílio Ecuménico, reunido em Constantinopla sob a presidência de Eutíquio (patriarca da capital) e com muito escassa representação de bispos ocidentais, confirmou as preferências de Justiniano, que influenciou as decisões por meio de um poderoso discurso inaugural. Os patriarcas de

Alexandria (Zoilo) e de Jerusalém (Macário) perderam mesmo os seus lugares, e o novo papa, Pelágio (556-561), um antigo defensor dos Três Capítulos, mudou de opinião sobre o assunto...

Em Itália, esta situação provocou um novo cisma e uma grande confusão, a nível civil e eclesiástico. O fervor religioso neocalcedónio do *basileús*, que queria evitar as interpretações monofisitas e nestorianistas, seguindo assim o pensamento de Cirilo de Alexandria (m. 444), levou-o ainda a intervir no debate interno dos Judeus sobre a língua em que deviam ser lidas as Sagradas Escrituras durante o ofício divino. Porém, curiosamente, em finais de 564 ou em inícios de 565, Justiniano promulgou um édito sobre o “aftartodocetismo”, em que apoiava uma corrente monofisita minoritária, que defendia a ideia da imortalidade do corpo de Jesus; todos os patriarcas do Oriente se opuseram, e Eutíquio chegou mesmo a ser exilado; a questão só acalmaria depois da morte do imperador.

Como se vê, a política religiosa de Justiniano continuava a evidenciar algumas contradições, sendo no entanto permanente a intenção imperial de impor em todo o lado as suas preferências. Se as catástrofes que assolavam o Império Bizantino eram um castigo de Deus, então o soberano tinha de estar apto a corrigir a trajetória espiritual do seu povo e a mudar as consciências. Às críticas cada vez mais duras que lhe eram dirigidas em resultado de uma governação menos enérgica e muito errática (críticas essas que já não partiam só da velha elite senatorial, mas a que se juntavam agora intelectuais como Procópio, João de Éfeso, João Malala ou Romano Melodista), aos atentados e às conjuras (p. ex., em 549 e em 562, esta última a envolver injustamente Belisário), Justiniano respondia com uma verdadeira liturgização da vida política, social e cultural bizantinas (Meier 2007 106). Os protagonistas de comportamentos sociais desviantes, como os homossexuais ou os blasfemos, assim como os seguidores da antiga fé e os pagãos,

foram convertidos em bodes expiatórios das desgraças do império e, como tal, foram perseguidos, tendo havido lugar a castigos públicos bem encenados, com queima de livros e de imagens e desfiles de condenados, entre outros.

Ao mesmo tempo, foram lançadas grandes campanhas missionárias (na Lazica, entre os Hunos e os Hérulos, no Cáucaso, no norte de África, na Núbia, na Etiópia) para eliminar o paganismo e integrar melhor as populações submetidas a Bizâncio; curiosamente, para este efeito, Justiniano recorreu à colaboração ativa entre ortodoxos e monofisitas. Incrementou-se a construção de edifícios religiosos (não só das igrejas de que já falámos, mas também de doze novos mosteiros) e ter-se-ão batizado perto de 70 000 pessoas, explorando a ligação entre a peste e a conversão dos pagãos; as catástrofes geraram mudanças decisivas nas práticas religiosas do império, que assim foi ganhando também uma fisionomia cada vez menos ‘romano-oriental’ e cada vez mais ‘bizantina’. Na Cítia, na primeira metade do século VI, o monge Dionísio-o-Exíguo introduziu o sistema cristão de contagem do tempo, com o início da datação “depois de Cristo”. Enquanto isso, as cidades, sentindo-se mais abandonadas à sua sorte e vendo o imperador retirado no seu palácio, muitas vezes parecendo perdido no seu labirinto, partiram para o desenvolvimento da adoração das imagens protetoras (que consagrava a velha ideia da cidade como comunidade de culto) e estimularam a veneração de Maria, mãe de Deus, que se reputava ter salvado Constantinopla da destruição total, por alturas da peste bubónica. Justiniano, sempre muito astuto, estimulou estas novas devoções, que acentuavam a evolução da tradição clássica rumo à simbólica cristã, promovendo festas e procissões (como a Anunciação de Maria, a 25 de março), e desenvolveu uma outra estratégia, que passou pela sacralização do soberano, substituindo assim a dignidade imperial cristã da Antiguidade Tardia pela dignidade imperial bizantina. Na sua descrição da Igreja de Santa

Sofia, em 562, Paulo Silenciário representa um soberano retirado do mundo terreno e que observa lá do alto, como Deus, os homens pecadores; Justiniano passava, assim, a surgir no papel de homem santo e asceta, próximo de Deus, taumaturgo e milagreiro, algo que Procópio, num passo da obra *De Aedificiis* (1, 7), repudia por completo e relaciona com a natureza demoníaca do imperador (Meier 2007 103).

Finalmente, em 14 de novembro de 565, Justiniano faleceu, de morte natural, aos 83 anos de idade, sendo sepultado na Igreja dos Santíssimos Apóstolos, envolto num sudário onde estavam representados os inimigos que derrotara, a cidade de Roma e ele próprio, com os pés assentes na cabeça de Gelimero, o rei dos Vândalos! Passara trinta e oito anos a governar o Império Bizantino, de que foi sem dúvida o mais célebre titular. Deixou uma obra imensa em todos os domínios e também com implicações do ponto de vista cultural, graças ao desenvolvimento da historiografia grega de tipo erudito (com Procópio de Cesareia), da historiografia popular em grego (com a *Cronografia* de João Malala, que se estende das origens do mundo ao tempo de Justiniano, num registo analítico, religioso e político), da historiografia latina (p. ex., com a *Crónica* do *comes* Marcelino), ou da própria literatura (com Agátias de Mirina, João Lourenço Lido, Cirilo de Citopólis, Flávio Crescónio Coripo, entre outros autores). Porta-voz da aristocracia ortodoxa, poucos lhe perdoarão, todavia, o encerramento da velha Academia de Atenas (escola prestigiada, de matriz platónica), acusada de paganismo impenitente (Kaplan 1991 18)...

A sucessão de Justiniano, que não teve filhos de Teodora e que não parece ter dado indicações a respeito de herdeiros, coube ao seu sobrinho Justino (filho da irmã Vigilância), que era *kouropalátēs* (alto funcionário palatino, com especiais responsabilidades no domínio militar) e que tinha, portanto, grande influência no palácio imperial, sendo além disso casado com uma sobrinha de Teodora,

chamada Sofia. Justino II (565-578) foi prontamente coroado pelo patriarca João III Escolástico e aclamado no Hipódromo. Tanto quanto referem as fontes (Coripo, Agátias, Menandro, Protetor), o novo imperador lamentou o preço exorbitante da política externa do seu antecessor (fazer a guerra em diversas frentes, comprar a paz à força de tributos pesadíssimos) e o estado do exército. Logo em 569, uma contraofensiva visigoda na Hispânia acabou por levar à expulsão dos Bizantinos da Península Ibérica. Pressionado, Justino II procurou reduzir os custos da guerra, evitando pagar o tributo aos Ávaros e aos Persas, e até reconquistou Sirmio, mas a nova orientação minimalista revelou-se fatal, com os Persas a atacarem de novo (conquista de Dara, em 573) e o novo imperador a ter de desguarnecer a fronteira norte para reagir, possibilitando com isso o avanço dos Ávaros, que, numa espécie de efeito de bola de bilhar, acabaram por empurrar os Lombardos para o Ocidente.

Os Lombardos tinham entrado na órbita do Império Romano ainda no século I, no norte da Germânia; em 489, fixaram-se a norte do Danúbio e, depois, mais a leste, estabelecendo-se na antiga Panónia (atual Hungria); eram considerados guerreiros extremamente ferozes e Narsés até tinha utilizado 2500 desses homens como mercenários na guerra contra os Godos, mas teve de os recambiar devido aos excessos que cometiam. A invasão lombarda da Itália deu-se em 568, logo que Justino II substituiu Narsés pelo prefeito Longino. Talvez a motivação para a migração deste povo germânico tenha de facto tido que ver com a perigosa vizinhança dos Ávaros após a eliminação, em 567 e pelos próprios Lombardos, do reino dos Gépidos, favorecidos por Justino II. Certo é que os Lombardos (e outros contingentes bárbaros) entraram nos Alpes Julianos em maio de 568, penetrando na planície do Vêneto sem oposição bizantina: a peste debilitara o império, que dispunha de poucas tropas móveis e que não contava com um comando centralizado na região; é também possível que tenha havido a expectativa de

um acordo inicial entre ambas as partes contra um inimigo comum – os Francos; no fundo, e como habitualmente, Bizâncio começou por utilizar uma estratégia defensiva, evitando as batalhas campais e preferindo a via diplomática (Luttwak 2009 *passim*). Contudo, até ao início de 570, o rei lombardo Albuíno conquistou toda a região entre os Alpes e o rio Pó (Friuli, Treviso, Verona, Milão), tendo Pádua resistido até 572; neste ano, Albuíno foi assassinado e substituído por Clefi, talvez com a ajuda do prefeito Longino. Dois anos mais tarde, foi a vez de Clefi ser abatido, seguindo-se dez anos de anarquia, que contudo não travaram a conquista lombarda, e com uma profundidade tal que levou à formação dos ducados de Espoleto e de Benevento. O grande porto de Ravenna, Classe, fundado por Júlio César, caiu em 578; dois anos antes, Justino II enviara um forte exército, sob o comando de Baduário, mas este fora derrotado e morto em batalha (Ravegnani 2006 51-52). De uma forma geral, o litoral resistiu melhor do que o interior, pois ali as cidades bizantinas podiam beneficiar de algum apoio marítimo. Todavia, os Lombardos vieram para ficar, e não é por acaso que, ainda hoje, a mais importante província do norte de Itália, com as grandes cidades industriais, se chama Lombardia.

Também as novas iniciativas do sucessor de Justiniano relativamente ao monosifismo não surtiram efeito, degenerando em perseguições pesadas. Afetado por uma doença mental, Justino II foi delegando cada vez mais as suas tarefas na imperatriz Sofia e, em 574, acabou por nomear o *comes excubitorum*, Tibério, como seu *kaïsar*, acelerando assim a sua própria sucessão. Tibério I, que Justino II tornaria *augusto* no seu leito de morte, foi imperador apenas durante quatro anos (de 578 a 582), e no seu tempo os Ávaros estavam a estender-se para a Hungria, desde a Boémia até ao Danúbio, tendo acabado por formar um grande império, ao dominarem populações búlgaras, gépidas e eslavas. Os Ávaros tinham uma grande capacidade militar, sendo-lhes mesmo imputada

a generalização do estribo de montar no Ocidente europeu, mas ainda preferiam o saque à ocupação territorial.

Já os Eslavos, protagonistas de uma migração notável, optaram por uma fixação estável em território imperial, o que conduziu à eslavização da Península Balcânica, com a população indígena a desaparecer ou a fugir para a costa ou para as ilhas (assim dando origem à chamada Eslavínia). Quase todo o centro e o norte dos Balcãs foram ocupados pelos Eslavos, pelo que Tibério decidiu fazer-lhes face aliando-se aos Ávaros; porém, a aliança durou pouco tempo e, em 580, os Ávaros capturaram Sirmio (a peça chave para o acesso à zona noroeste dos Balcãs), após um cerco de dois anos. No ano seguinte, os Eslavos atacaram em força e penetraram na Trácia, na Macedónia e na Grécia, fixando-se por ali; juntamente com os Ávaros, semearam o terror e, nos inícios dos anos 580, atacaram por duas vezes Tessalónica, a grande cidade bizantina da região. A Bizâncio (que, sem capacidade para reagir, praticamente entregou a defesa à população local) restavam agora, nesta geografia, as cidades costeiras do Adriático e do mar Negro, Tessalónica (rodeada de Eslavos) e, claro, Constantinopla, que assegurava um domínio precário sobre a zona vizinha da Trácia; já no sul da Península Balcânica, a Tessália, o Epiro e o Peloponeso ocidental foram profundamente eslavizados, com Bizâncio a controlar apenas alguns pontos a que conseguia aceder por via marítima (Ravegnani 2006 56-58).

Foi neste contexto, extremamente delicado, que assumiu o poder, em 582, um grande general da Capadócia, chamado Maurício (582-602), que fora *comes excubitorum* e *augusto* do seu antecessor. Maurício, homem de grande capacidade militar e que escreveu um tratado de arte bélica notável, *Strategikon*, onde, escorado na melhor tradição romana (nomeadamente em Flávio Vegécio Renato, tratadista latino que escreveu por volta do ano 400 d. C.), resumiu os princípios básicos da ciência militar bizantina, governou

longamente. Coube-lhe fundar, em 584, o exarcado de Itália (ou de Ravenna), com um modelo administrativo semelhante ao do exarcado da África bizantina, ou seja, com base na militarização do território e com supremacia do poder militar sobre as autoridades políticas: devido às conquistas lombardas, o ambiente era de guerra permanente, lembrando em parte aquilo que acontecerá na Península Ibérica medieval, com o regime das “frontarias”. O exarco de Ravenna dispunha, pois, de poderes excepcionais, que exercia através dos *magistri militum*, dos *duces* e dos *tribuni*; a sua autoridade estendia-se a tudo o que restava de Bizâncio em Itália (cerca de um terço da península), mas a Sicília e a Sardenha ficavam de fora, sob uma outra jurisdição. Os exarcos eram escolhidos pelo *basileús* e elevados à condição de *patricius*; geralmente, eram eunucos, para evitar a tentação das usurpações de poder (em Bizâncio, considerava-se que homens fisicamente deficientes ou mutilados não podiam governar). O exarcado de Ravenna durou até 751, estimando-se que, ao longo destes 167 anos, tenha havido cerca de 24 exarcos. Em finais do século VI, o exarcado de Itália incluía os seguintes territórios: o litoral da Ligúria e parte da costa da Toscana, a Ístria e uma parte do Vêneto, o exarcado propriamente dito, com centro em Ravenna, o ducado do Pentapoli (Rimini, Ancona, Urbino, Gubbio), o litoral do Abrúzio, o ducado de Perúgia (vital, porque ligava Ravenna a Roma, depois do corte, em vários pontos, da Via Flamínia pelos Lombardos), o ducado de Roma, o ducado de Nápoles e a Campânia (com a zona costeira de Cuma a Salerno) e as províncias da Apúlia, da Lucânia e do Brútio – a futura Calábria, no extremo sul da península (Ravegnani 2006 53-55).

Em 591, na Pérsia, deu-se o assassinato do rei Hormisdas, e o seu filho Cosroés II fugiu para Bizâncio e solicitou o auxílio de Maurício. O imperador respondeu ao pedido e efetuou uma campanha a oriente, com o seu aliado, da qual resultaram bons

dividendos para Bizâncio. A seguir, com a paz feita na Pérsia e a situação italiana estabilizada, Maurício pôde transferir tropas para os Balcãs, onde se assistiu a uma grande recuperação bizantina, com a reconquista de Belgrado e a assinatura de um tratado com os Ávaros, em 600, fixando a fronteira no rio Danúbio. Era necessário restabelecer as comunicações com o Ocidente e reabrir o grande eixo terrestre, a chamada Via Egnacia, que ligava Dirráquio (na costa oriental do mar Adriático) a Tessalónica e a Constantinopla. O exército bizantino chegou mesmo a invadir o território adversário e a forçar a retirada do *khan* Baian; no entanto, as tropas imperiais começavam a acusar alguma saturação e revoltaram-se quando Maurício decidiu reduzir os seus salários e estabelecer os acampamentos de inverno em região muito perigosa, a norte do rio Danúbio. Em 602, um oficial da armada danubiana, chamado Focas, foi proclamado imperador pelos soldados e marchou sobre Constantinopla; Maurício fugiu com uma parte do tesouro e com a família, mas foi apanhado na fuga e cruelmente executado, juntamente com os quatro filhos; ao que parece, as infiéis milícias do Hipódromo (os Verdes e os Azuis) pouco fizeram para proteger o seu *imperator*... Já Cosroés II da Pérsia foi mais 'solidário' e, a pretexto de vingar o seu antigo aliado, aproveitou para invadir a Arménia e a Mesopotâmia, onde conseguiu derrotar repetidamente os Bizantinos e penetrar profundamente na Ásia Menor. Quanto a Focas, só se manteria por oito anos no poder (de 602 a 610); teve de suportar muitas revoltas (como a de Narsés, *magister militum per Orientem*, que também queria vingar Maurício), as quais reprimiu com extrema brutalidade; contudo acabou, também ele, por ser derrubado e morto, em 610, na rebelião encabeçada pelo exarco de África, o notável comandante Heráclio.

Quatro imperadores, portanto, governaram Bizâncio nos quarenta anos que se seguiram à morte de Justiniano, e todos sentiram grandes dificuldades: crise financeira, herança pesada, muitas

frentes para defender em simultâneo (no Ocidente e no Oriente). À entrada do segundo período da história de Bizâncio, a situação não se afigurava nada fácil para o grande império herdeiro de Roma!

**2.2. A época médio-bizantina, desde 610
(início da dinastia heracliana) até 1204
(conquista de Constantinopla pelos cruzados):**

Heráclio (610-641) iniciou uma nova etapa da história bizantina e deu mesmo origem a uma dinastia, que se prolongou até 711 (o ano em que os Árabes invadiram a Península Ibérica) e que incluiu uma dezena de imperadores. No início, a grande preocupação foi, claro está, defender o território da ameaça dos Persas, dos Ávaros, dos Eslavos e, a breve trecho, dos Árabes e dos Búlgaros. Contudo, a dinastia heracliana também ficou para a História porque, devido às suas reformas administrativas e dos costumes, ajudou a orientalizar o Império e a dar-lhe uma fisionomia mais fortemente 'bizantina'. Foi nesta altura que a língua grega se impôs como língua oficial e que se deu o desaparecimento de várias magistraturas tardo-romanas essenciais: a prefeitura do pretório, por exemplo, caiu ao longo do século VII, dando lugar aos vários departamentos dos *sékreta* (isto é, às várias repartições da administração central), chefiados pelos logótetas (aqueles que «dão ordens», que «registam»). Do mesmo modo, o *praepositus sacri cubiculum* viu as suas competências fragmentadas, e o *comes sacrorum largitionum*, que se ocupava das finanças, foi substituído pelo *sakkellários*, cujos serviços estavam repartidos entre diversos *sékreta*¹. Curiosamente,

¹ O logóteta do *genikón* tinha autoridade fiscal sobre o conjunto do território para cobrar o imposto e enviava para as províncias os seus recenseadores (para atualizarem os cadastros) e os seus cobradores; dele dependiam os fiscais alfandegários. Já o logóteta do *stratiotikón* ocupava-se do recrutamento e do financiamento

o *magister officiorum* sobreviveu, mas apenas honorificamente (um sinal do típico conservadorismo bizantino), mas as suas atribuições foram de facto repartidas entre diversos oficiais, desde o logómeta do *drómos* (o correio oficial, que tratava da manutenção das estradas, da transmissão das mensagens e da recolha de informações secretas, sendo também a ele que competia receber os embaixadores estrangeiros) até ao *domestikós* dos *scholae* (o chefe da guarda dos *scholae palatinae*) e aos questores (para controlo dos *officia palatinae*).

No Grande Palácio, além dos serviços colocados sob a autoridade do *parakoimómēnos* (que vigiava a câmara imperial e que, por essa razão, foi durante muito tempo um eunuco, sendo uma das personagens mais poderosas do império) e do *prōtobestiários* (habitualmente também um eunuco, que era responsável pelo guarda-roupa imperial e um homem muito próximo do imperador), o *basileús* (um termo que se impõe a partir de Heráclio, substituindo o de *imperator*) dispunha de outros colaboradores bastante próximos, como por exemplo o prepósito do tinteiro (*epì toû kanikleíou*), que lhe apresentava as crisobulas (o mais solene dos documentos emitidos pela chancelaria imperial, datado e assinado pela mão do imperador com tinta púrpura e selado por uma bula de ouro) e os restantes atos imperiais. Os documentos eram preparados na chancelaria, dirigida pelo *prōtoasēkrētēs*, ele próprio secundado por uma série de notários; ao *epì tôn deéseōn* competia estudar os requerimentos apresentados ao imperador. Ao mesmo tempo, o *éparchos* (ou prefeito) de Constantinopla viu

dos exércitos, enquanto o prepósito sacelário se encarregava do tesouro do Estado e o prepósito do vestiário público guardava os metais preciosos e as armas. Pelo seu lado, o prepósito do *eidikón* pagava as *rógai* (remuneração, em numerário ou em tecidos preciosos fornecidos pelas oficinas imperiais, atribuída uma vez por ano, por altura da Páscoa, aos dignitários do império, segundo a sua hierarquia própria) e supervisionava as oficinas imperiais. A estes serviços, acrescentavam-se os curadores, que administravam o domínio privado do imperador.

reforçadas as suas competências, tornando-se a personagem mais importante da capital, a seguir ao *basileús*; assumia a administração municipal, a polícia, o controlo dos aprovisionamentos, dos preços e, por fim, a vigilância dos estrangeiros presentes em Constantinopla. Dada a redução do espaço do Império Bizantino, no século VII verificou-se uma restrição do número de funcionários e uma maior concentração de recursos e de elites na capital (Cheynet 2001 77-78).

Aos heraclianos está também associada a reforma militar que deu origem ao célebre regime dos “*témata*” (do grego *théma*, que significa *corpo armado*, ou da palavra turca *toumen*, que designava uma divisão de 10 000 homens). A primeira lista oficial conhecida de *témata* data de 687, correspondendo a um documento de Justiniano II (685-695) destinado ao papa, confirmando as atas do VI Concílio Ecuménico (reunido em 680). Os *témata* (singular *théma* ou “tema”; plural *thémata* ou “témata”) constituíram a espinha dorsal do Império Bizantino no período intermédio da sua história e, segundo alguns estudiosos, corresponderam a uma mudança de paradigma radical: eram novos distritos administrativos, que implicaram uma deslocação de forças militares numerosas sob o comando de um *stratēgós* que acumulava autoridade civil e militar, o que pressupôs o abandono da separação tardo-romana clássica entre o poder civil e o poder militar e a afirmação da militarização do território (já ensaiada com os exarcados de África e de Ravenna), de maneira a garantir a sobrevivência das conquistas imperiais (Ravegnani 2006 59-61; Cheynet 2001 81-82).

Parece existir algum consenso sobre a generalização deste modelo ao longo da segunda metade do século VII, na Ásia Menor, após o ataque dos Persas ou a seguir à grande investida árabe. Nessa altura, haveria apenas o *tema* dos Anatólicos (ou seja, dos orientais, desde 669), o dos Arménios (desde 667) e o do *Opsikion* (nome de uma unidade militar de elite tradicionalmente consagrada

a defender Constantinopla, desde 680)², para além do *tema* marítimo dos *Carabisiani* (na costa sul da Ásia Menor, desde 680-690). Depois, o sistema ter-se-á alargado aos territórios reconquistados e à Europa, no extremo final do século VII, com a criação dos *témata* da Trácia e da Hélade. Na segunda parte deste volume, voltar-se-á a este assunto.

Giorgio Ravegnani, professor em Veneza e um dos mais ilustres bizantinistas italianos da atualidade, considera que o regime dos *témata* “revolucionou a administração provincial, superando o intrincado sistema tardo-romano das prefeituras, dioceses e províncias variadamente subdividido nos novos distritos dependentes do governo central”; este investigador pensa também que o novo modelo, ao assegurar a proeminência do comando militar, permitiu “fazer frente de maneira mais eficaz à pressão inimiga sobre a fronteira, oferecendo um válido dispositivo defensivo que contribuiu para garantir a sobrevivência de Bizâncio” (Ravegnani 2006 61).

De acordo com a interpretação clássica, sugerida por Georges Ostrogorsky (1963) e parcialmente perfilhada por Ravegnani e por Kaplan, criou-se deste modo um novo tipo de exército, assente em soldados-colonos (*stratiôtai*), a quem o Estado garantia terra em troca de serviço militar obrigatório, assim se reformando o decadente modelo tardo-romano dos *limitanei*, as tropas fronteiriças de segunda classe, que Justiniano já desmobilizara. O novo sistema, aplicado em larga escala, terá sido duplamente vantajoso, uma vez que, por um lado, libertou o império da custosa manutenção de um exército de profissionais e, por outro, assegurou um exército sólido de soldados-colonos motivados para defender o território. A ocorrência de sucessivas vagas invasoras (a que adiante faremos

² No caso do *tema* do *Opsíkion*, por se tratar da defesa da capital, o comando estava entregue a um *kómēs* (conde, um título que, tal como o de *domestikós*, era conferido aos chefes dos regimentos da guarda) e não a um *stratēgós*.

referência) terá facilitado ao Estado a redistribuição de terras em proveito do novo exército, ao mesmo tempo que a formação de uma classe civil de pequenos camponeses livres, organizados em comunidades aldeãs, também ajudou, na medida em que proporcionou uma boa base produtiva e fiscal (Ravegnani 2006 61-62; Kaplan 1991 43).

Nem todos os especialistas, porém, estão de acordo com esta interpretação. Um prestigiado bizantinista francês, professor na Sorbonne, Jean-Claude Cheynet, por exemplo, considera esta visão excessivamente romântica e influenciada pela condição vivencial de Ostrogorsky, professor em Belgrado após a Segunda Guerra Mundial e com tendência para projetar sobre o passado o exemplo recente da resistência popular aos Alemães, seduzido pela ideia do soldado-camponês que lutava pela sobrevivência da sua pátria (Cheynet 2001 82). Este investigador francês recorda que, no século x, o imperador Constantino VII Porfirogeneta atribuiu a criação dos *témata* ao imperador Heráclio; segundo a tese clássica, este imperador teria dividido a Ásia Menor em grandes circunscrições e teria reconstruído o exército bizantino, combinando a instituição dos *limitanei* com a organização dos exarcados e fixando os soldados à terra (as chamadas “terras estratióticas”) em troca da garantia de um serviço militar hereditário, o que teria permitido a Heráclio levar de vencida os seus inimigos em pouco mais de três anos. Ora, para Cheynet, esta ideia (apoiada em interpretações bastante discutíveis de passagens do cronista Teófano) não tem fundamento: “uma tal organização não teria podido produzir os seus frutos em tão curto espaço de tempo, e a documentação prova que o imperador, até ao final do seu reinado, recrutou segundo as modalidades tradicionais”. Ora, mais do que a datação precisa da reforma, o que está em causa é a sua verdadeira natureza: “o nome que os *témata* tomaram explica-se pela origem das tropas (...). Assim, vê-se claramente que é o antigo exército central, estabelecido sobre

novos territórios, que esteve na origem dos *témata*. (...) Após várias décadas, os novos soldados foram recrutados no seio do respetivo corpo do exército e o *tema* designou então uma circunscrição administrativa que se substituiu, em pouco mais de um século, às velhas províncias romanas e que sobreviveu até ao fim do Império” (Cheynet 2001 83).

Assim, segundo o mesmo autor, o que realmente explica a reforma dos *témata* terá sido a necessidade de manter tropas o mais numerosas possível, tendo em consideração a ameaça árabe e as dificuldades financeiras do Estado (o fundador da dinastia heracliana chegou a ter de fundir o tesouro das igrejas, à falta de numerário no Tesouro imperial), muito agravadas pela perda das províncias orientais, nomeadamente do Egito, que garantiam uma boa receita fiscal; deste modo, “foram repartidas tropas por províncias que, até então, estavam praticamente desprovidas delas. A sua dispersão não correspondia a um projeto estratégico, mas à necessidade de obter para elas, com menos custos, o abastecimento, aproximando-as dos camponeses produtores que pagavam o seu imposto em géneros” (Cheynet 2001 83). Quanto às “terras estratéticas”, não parece sustentável admitir que os soldados tenham, no decurso deste processo, recebido terras para cultivar; a ideia é atraente, mas, para que o sistema funcionasse, seria preciso que os soldados tivessem aptidão para o trabalho nos campos, tempo para o executar e famílias numerosas para os substituir durante as suas longas ausências... Além disso, não é verosímil que o Estado dispusesse de reservas fundiárias em quantidade suficiente para distribuir por dezenas de milhares de soldados, muitos dos quais se sabe, de resto, que ficaram reduzidos à pobreza, o que não teria sucedido se dispusessem de uma alternativa de vida de base agrícola (facto que os poucos textos anteriores ao século x nem sequer sugerem). Em contrapartida, é certo – afirma Cheynet – que “a família era obrigada a fornecer um soldado; era uma obrigação

pessoal hereditária, em troca de uma vantagem fiscal para o lar. Uma família faltosa deveria assegurar uma compensação para o Estado. (...) Os soldados recebiam ainda algumas peças de ouro, numa época em que estas representavam um forte poder de compra, e estavam em condições de adquirir terras, tanto mais que permaneciam sempre nas mesmas aldeias, ou nos mesmos *kástra* (acampamentos). Eles constituíam bons partidos e acabaram por se misturar com os nobres locais, tornando-se, por sua vez, os mais felizes de entre eles, proprietários fundiários entre o século VII e o século IX” (Cheynet 2001 83-84).

Penso que esta interpretação de Jean-Claude Cheynet repõe alguma verosimilhança na reconstituição da reforma dos *témata*. Resta acrescentar que a eficácia demonstrada por eles não fez esquecer de todo a importância de dispor de um bom exército central. Assim que voltaram a ter condições para pagar um soldo anual regular, os imperadores, sem abolir os *témata*, reconstituíram um exército central formado por profissionais, sempre mobilizável e, contrariamente aos corpos militares dos *témata*, capaz de intervir longe dos seus aquartelamentos. Imperadores como Constantino V (741-755) dedicar-se-ão com entusiasmo à criação de um exército central desse tipo, nomeadamente devolvendo a certos regimentos da guarda o seu papel militar: foi o que sucedeu com o *tágma* dos *Scholes*, cujo chefe, o *domestikós* dos *Scholes*, adquiriu aos poucos o estatuto de Chefe do Estado-Maior, tornando-se mais tarde o substituto do *basileús* à frente dos exércitos³. Nos séculos X e XI, como perceberemos melhor mais adiante, a tendência acentuou-se, pois os *témata* começaram a revelar menor combatividade e os soldados passaram a preferir pagar um imposto em vez de servirem

³ *Tagma* (plural: *tágmata*): contingente do exército central, incluindo os da guarda imperial; eram comandados pelos duques ou *katepânō*. *Scholes*: regimento de elite, que guardava o palácio imperial.

na guerra, o que forçou os imperadores a contratar profissionais, entre eles muitos estrangeiros (Búlgaros, infantaria russa, arqueiros arménios, cavaleiros latinos e outros). Esta gente obedecia a quem lhe pagava (ou seja, ao imperador) e foi com este exército compósito que foram reconquistadas as províncias do Oriente e a Bulgária, nomeadamente graças ao célebre regimento russo dos Varegues ou Varangianos, um corpo da guarda palatina constituído por Basílio II (963-1025), um imperador macedónio de quem muito falaremos na altura própria (Cheynet 2001 84-85).

Mas regressemos a Heráclio e recordemos os acontecimentos político-militares mais decisivos do seu reinado de trinta e um anos, iniciado em 610 com a deposição e morte de Focas. O antigo exarco de África assumiu o poder debaixo de uma verdadeira chuva de ameaças, em especial nos Balcãs, com as invasões ávaro-eslavas (rumo ao Adriático, ao Egeu e ao Bósforo) e o cerco falhado de 626 a Constantinopla (defendida pelo *magister militum praesentalis* Bono, com o auxílio do patriarca Sérgio); incapaz de superar as fortes muralhas e impotente perante o poder naval bizantino, o *khan* ávaro acabou por se retirar, mas o problema balcânico prosseguiu, com a expansão eslava e, depois, a fixação dos Sérvios e dos Croatas, que só reconheciam a soberania bizantina de um ponto de vista formal. Também os Persas aproveitaram para atacar e conseguiram ocupar a Arménia e a Ásia Menor, tendo capturado Jerusalém logo em 614 (levando a preciosa *Vera Cruz* de Jesus Cristo para Ctesifonte); em 619, foi a vez de tomarem o Egipto.

Heráclio reagiu e, invertendo a estratégia tradicional bizantina, passou ao ataque, obtendo um grande sucesso na Arménia (em 624) e destruindo a hoste persa diante de Nínive, em 627; no ano seguinte, os Persas capitularam, tendo sido assinado um tratado de paz com o rei Xeroé (que eliminara o pai, Cosroés II): foi o fim das guerras romano-pérsicas, assinalado com o regresso triunfal da *Vera Cruz*.

Muito mais graves e duradouros foram os problemas causados pela expansão muçulmana: Maomé unira as tribos árabes (recorde-se que a Hégira ocorreu em 622) e, após a sua morte, os califas atacaram a Pérsia e Bizâncio. A primeira guerra islâmica deu-se no Iraque, então sob o domínio persa, e conduziria ao assassinato do derradeiro monarca sassânida, em 651. Contra Bizâncio, as operações começaram em finais de 633 e geraram diversas vitórias militares muçulmanas, a mais célebre das quais obtida no rio Yarmouk (um afluente do Jordão, a sul de Tiberíades), em 636. Num estilo de autêntica *Blitzkrieg*, os Árabes conquistaram a Síria e a Palestina, tomando Jerusalém em 638 e Cesareia dois anos mais tarde; seguiram-se a Mesopotâmia (em 639-641) e uma parte da Arménia (640); em 639-640, foi a vez do Egito e de Alexandria! A exaustão do exército imperial, o entusiasmo dos conquistadores e o apoio que recolheram entre as comunidades monofisitas ajudam a explicar esta onda de vitórias muçulmanas (Ravegnani 2006 65-66).

Heráclio procurou então aproximar os calcedónios dos monofisitas, uma estratégia que conduziu à formulação de duas novas doutrinas conciliadoras, por iniciativa do patriarca Sérgio: o monoenérgismo, segundo o qual Cristo tem duas naturezas mas um só princípio de ação ou força agente (*enérgeia*); e o monotelismo, doutrina que reconhece em Cristo uma só vontade, para além da dualidade das suas naturezas. Em finais de 638 ou em inícios de 639, o édito imperial *Ékthesis* impôs o monotelismo, mas foi um fracasso: os monofisitas não aderiram, e o decreto suscitou uma oposição violenta em Roma, onde o papa Martinho I fez convocar um concílio, reunido no palácio de Latrão e sem aprovação imperial, o que constituía uma afronta; os bispos do Oriente, sob o impulso de Máximo (um monge de Leste) condenaram o monotelismo e excomungaram o patriarca de Constantinopla. Como represália, o *basileús*, através do exarco de Ravena (Isácio) e do titular da circunscrição militar de Roma (Maurício), banuiu os

principais dignitários da Igreja romana e confiscou os seus bens; além disso, o papa Martinho e o monge Máximo foram transferidos para Constantinopla e deportados (o Sumo Pontífice quase foi executado, tendo sido depois exilado na Crimeia)!

Entretanto, após a perda das províncias orientais bizantinas, não foi mais necessário conservar o monotelismo, concebido para as unir... Em conformidade, a doutrina seria condenada no VI Concílio Ecuménico, reunido em Constantinopla em 680-681, e só os maronitas da Síria perseveraram na sua defesa. Como observa Cheynet, esta longa crise religiosa revelou que era impossível pôr de acordo, simultaneamente, sobre uma mesma doutrina religiosa, Roma e as igrejas monofisitas do Oriente; mostrou ainda a oposição violenta de uma corrente da Igreja (representada pelo monge Máximo) a toda a intervenção imperial em matéria de doutrina. No entanto, as divergências entre Roma e Constantinopla não devem ser exageradas, pois o sentimento de unidade cristã era ainda largamente predominante (Cheynet 2001 52-53).

A sucessão de Heráclio foi complicada, porque o seu primogénito, Constantino III (641), morreu três meses depois. A segunda esposa de Heráclio, Martina, assumiu a regência em nome do filho, Heraclonas, mas estes tornaram-se muito impopulares e foram derubados pelo próprio Senado e mutilados. O poder passou então para um filho de Constantino III, chamado Constante II (641-668), que só tinha 11 anos de idade, tendo o Senado exercido a regência e recuperado, assim, algum do protagonismo que perdera ao longo dos tempos.

Os Árabes estavam então no auge da sua expansão, e o Egito bizantino foi abandonado quase sem combate, apesar de ser uma das províncias mais ricas do império; em 645, a frota imperial ainda recuperou Alexandria, mas foi um sucesso passageiro, tanto mais que, no Egito, a dominação muçulmana parece ter sido bem recebida pela população. Por esta altura, os Árabes estenderam

a sua expansão à costa norte-africana (Trípoli), à Arménia (em 642-643) e à Ásia Menor (Cesareia da Capadócia e Frígia) e, com o califa Othman (a partir de 644), tornaram-se uma potência naval, o que lhes garantiu as capturas de Chipre, de Rodas e de Cós. Em 655, a frota imperial foi estrondosamente derrotada junto à Lícia, numa batalha naval que assinalou o fim da talassocracia bizantina.

Nos anos seguintes, devido ao assassinato de Othman em 656 e à guerra civil árabe que se seguiu durante um lustro, Constante II pôde respirar melhor e obteve um sucesso importante nos Balcãs, ao atacar os Eslavos em 658; recuperou alguns territórios, viu a soberania bizantina reconhecida na Macedónia e procedeu também a algumas deportações para a Ásia Menor, procurando integrar os visados nas fileiras do exército bizantino.

Para melhor enfrentar os Lombardos, e também os Árabes que ameaçavam a Sicília, Constante II transferiu a sede de governo para a Itália (uma opção muito contestada em Constantinopla). Foi bem acolhido pelo papa Vitaliano (657-672), que saudou esta primeira visita de um *basileús* ao Ocidente depois de 476, mas sofreu alguns desaires militares e acabou por ser assassinado em Siracusa, em 668, em resultado de uma política fiscal muito dura e de um estilo de governação demasiado repressivo. Ruíam assim, simultaneamente, o projeto bizantino de colocar o Ocidente no centro da política imperial e a última tentativa de Constantinopla para recuperar o domínio sobre o sul da Península Itálica (Ravegnani 2006 70).

Constantino IV (668-685), ao subir ao trono, tratou logo de mutilar os seus irmãos (Heráclio e Tibério) para evitar partilhar o poder. Dois acontecimentos marcaram o seu reinado: por um lado, o cerco árabe a Constantinopla, a partir de 674, que durou perto de quatro anos e que fracassou devido à utilização, pelos sitiados, do célebre fogo greguês, uma substância muito pegajosa (possivelmente inventada por monges e arremessada por sifões pressurizados) que combinava resina de pinheiro, nafta, cal e

enxofre ou salitre e que tinha a particularidade extraordinária de arder na água; por outro, a formação do Império Búlgaro, cerca de 680, na antiga Mécia e na Cítia (a nordeste do mar Negro). Os Búlgaros terão sido empurrados para sudoeste pelos Khazares (uma população das estepes do sul da Rússia, à qual foram parcialmente submetidos) e cruzaram o rio Danúbio, submetendo os Eslavos que aí se encontravam. Bizâncio tentou travar, logo desde o início, este processo, com uma campanha por mar e por terra, que terminou com muitas baixas e com a doença do próprio imperador. Constituiu-se então um Estado búlgaro entre o Danúbio e as montanhas balcânicas, o que significa que, pela primeira vez, se formou um império independente em território bizantino (Ravegnani 2006 73)! Constantino IV foi obrigado a reconhecer esta realidade e a assinar um tratado de paz com uma nova grande potência, que durante séculos ameaçaria Constantinopla; as tribos eslavas tiveram de pagar um tributo, mas, aos poucos, fundir-se-iam com os novos ocupantes, dando origem a um único povo eslavo-búlgaro.

Justiniano II (685-695 e 705-711) assumiu o trono à morte do pai, com a particularidade de ter reinado por duas vezes e de ter encerrado a dinastia heracliana. Começou por obter alguns sucessos nos Balcãs, mas a retomada infeliz da guerra contra os Árabes, em 691, conduziu a uma revolta que levou à sua deposição em 695, à sua mutilação (foi-lhe cortado o nariz) e à sua deportação. Assumiu então o poder o estrategista do *tema* da Hélade, Leôncio (695-698), mas os Árabes conquistaram Cartago (nada menos do que a capital do exarcado de África) e a frota bizantina amotinou-se, proclamando imperador o almirante Absimaro, que subiu ao trono púrpura com o nome de Tibério II (698-705). Porém, a instabilidade continuou e permitiu a Justiniano II recuperar o trono, com a particularidade (premonitória) de o ter feito com a ajuda dos Búlgaros e do *khan* dos Khazares, onde se refugiara e cuja filha esposara! Tibério e Leôncio foram capturados e mortos, dando o tiro de partida para

um regime de terror orquestrado pelo vingativo Justiniano II, o que em 711 conduziu a uma revolta generalizada do exército, da marinha e da população, a partir de Cherson: o imperador foi assassinado e o armênio Filipico Bardanés (711-713) foi proclamado imperador.

A mudança de dinastia não trouxe a bonança a Bizâncio. Ainda com Justiniano II, tinham-se reaberto os problemas com a Igreja de Roma, pois o Concílio Trulano de 692 tomara decisões contrárias ao culto romano, em matéria de casamento do clero e de jejum de sábado, o que suscitara a oposição do papa Sérgio I (687-701) e novos conflitos com as autoridades bizantinas em Itália. Os Lombardos aproveitaram o contexto e assaltaram as possessões bizantinas na Campânia, avançando depois sobre Roma, onde o papa João VI (701-705) os convenceu a retirarem-se. Visivelmente, o exarcado de Ravenna, sob a tremenda pressão lombarda, entrara em decadência profunda, agravada pela influência de uma Igreja tendencialmente hostil a Bizâncio, pelo desenvolvimento de uma aristocracia fundiária independente de Constantinopla e por uma revolução urbana que produzia milícias cidadinas que só eram fiéis aos seus chefes locais (Ravegnani 2006 75). Ainda assim, percebe-se que, com medo do expansionismo lombardo, a Igreja de Roma foi adiando a rutura com Bizâncio (o papa Constantino, 708-715, chegou a visitar Constantinopla); todavia, o definhamento do exarcado de Itália obrigaria Roma, a breve trecho, a procurar no reino dos Francos um outro (e muito poderoso) aliado.

Pouco há a dizer sobre os imperadores que se seguiram ao fim da dinastia heracliana. Filipico Bardanés (711-713) governou apenas dois anos e opôs-se às decisões do VI Concílio Ecuménico, defendendo o retorno ao monotelismo, para indignação de Roma. Os Árabes atacaram na Ásia Menor e o *khan* búlgaro, Tervel, chegou a aparecer em Constantinopla, sob pretexto de vingar Justiniano II. Em junho de 713, Filipico foi deposto e cegado, tendo sido colocado no trono um funcionário civil, que escolheu o nome

de Anastácio II (713-715). Também este teve vida efêmera: restabeleceu as relações com Roma e retomou a luta contra os Árabes, mas foi deposto por uma revolta das tropas do *tema* do *Opsíkion*, em 715. Subiu então ao poder, durante dois anos, Teodósio III, um antigo cobrador de impostos, mas em 717 foi a vez de o *tema* dos Anatólicos encerrar o *basileús* num mosteiro e proclamar como novo imperador Leão III, conhecido como “o Isauriano” (apesar de ser originário, não da Isáuria, mas de Germaniceia, na Síria).

Iniciava-se assim uma nova dinastia, dita “isauriana”, que se prolongaria até 802. O Império recuperou alguma estabilidade, tanto mais que Leão III (717-741) era um governante muito enérgico e empenhado em afirmar a autoridade central. O seu longo reinado ficou assinalado por três grandes marcos: i) as vitórias sobre os Árabes; ii) uma nova compilação jurídica; iii) a controvérsia iconoclastica.

Logo em 717-718, o *basileús* viu a sua posição reconfortada, ao vencer o cerco muçulmano à capital (com 80 000 homens e uma frota de 1800 navios, sob o comando do irmão do califa, Maslam). Foi uma grande vitória bizantina, de novo auxiliada pelo uso do fogo greguês, e que seria confirmada em 740, na batalha de Acroino, na Ásia Menor. O império podia agora respirar de alívio, pelo menos na frente oriental.

Em 726, surgiu uma nova compilação jurídica bizantina: o *Eklogé* (isto é, *seleção de leis*); tratava-se de uma escolha das leis mais importantes do *Codex* de Justiniano, mas agora redigidas em grego e adaptadas (p. ex.: ao nível das molduras penais, a mutilação substituía muitas vezes a pena de morte).

No mesmo ano, Leão III emitiu um édito contra a veneração de imagens; o debate não era novo, mas foi avivado por um cataclismo ocorrido na ilha vulcânica de Santorino (no sul do mar Egeu), uma catástrofe que o imperador (porventura sob a influência da iconoclastia dos Árabes, que eram contra a representação de seres

vivos) terá interpretado como um sinal da ira divina. O debate entre os iconoclastas (os adversários das imagens) e os iconodúlios (os partidários das imagens) assumiu uma relevância extraordinária, pois as imagens estavam associadas à liturgia e eram objeto de uma grande veneração e até de prostração, à maneira pagã, com juramentos, queima de incenso, derrama de pó das imagens em cálices e outros (Ravegnani 2006 78-80). Mas claro que também havia motivações políticas e militares muito pragmáticas por trás deste debate, dada a intervenção ativa dos monges (que eram fortes defensores do culto das imagens), dada a necessidade de seduzir as comunidades da parte oriental do império (onde grassavam as seitas monofisitas e a influência muçulmana) e dada até a reação de alguns dos *témata* (p. ex., o da Hélade revoltou-se contra o iconoclasmo e nomeou um anti-imperador, tendo organizado uma frota, que seria destruída em Constantinopla).

O debate atingiu também grande expressão em Itália, conduzindo a uma revolta das milícias do exarcado (inicialmente, com o apoio do papa Gregório II) e, em 728, ao assassinato do exarco de Ravenna, Paulo; a frota bizantina da Sicília tentou vingar o ato dos rebeldes, mas foi derrotada pela população de Ravenna, cabendo ao novo exarco, Eutímio, repor mais tarde a situação. Leão III ainda tentou ganhar o papa e o patriarca de Constantinopla, Germano, para a causa iconoclasta, mas não teve sucesso e a fratura alastrou perigosamente: Germano foi substituído por Anastácio e o iconoclasmo tornou-se doutrina oficial do Estado, com perseguições ferozes aos iconodúlios, em especial aos monges. Em Roma, o novo papa, Gregório III, reuniu um concílio que condenou a doutrina iconoclasta, mas, como de costume, as represálias imperiais não se fizeram esperar, com o confisco dos bens papais na Calábria e na Sicília e com muitas igrejas italianas a serem subtraídas à jurisdição romana. Neste cenário, a queda do exarcado de Ravenna tornava-se uma probabilidade cada vez maior!

Os iconoclastas eram contra a veneração das imagens de Cristo, da Virgem e dos santos; já os iconodúlios eram a favor, alegando que se tratava apenas de símbolos, tal como sucedia com as imagens imperiais. Como explica Jean-Claude Cheynet, o centro do debate estava na legitimidade da representação de Cristo através de uma imagem: “Cristo unia de forma indissociável as duas naturezas, a divina e a humana; ora, o divino não poderia deixar encerrar-se num desenho” (Cheynet 2001 113). Os iconoclastas faziam aos seus adversários uma pergunta embaraçosa: “se eles representavam simultaneamente as duas naturezas, confundindo-as para exprimir o Cristo-Homem, então tornavam-se, dessa forma, monofisitas. Se, pelo contrário, representavam apenas a natureza humana, separando-a da outra, nesse caso tornavam-se culpados de nestorianismo. Tais acusações assentavam na ideia, de raiz platónica, segundo a qual a imagem é da mesma natureza que o seu protótipo” (idem 114). Note-se, entretanto, que os iconoclastas não questionavam o papel da Virgem ou dos santos, mas sim o culto das relíquias; queriam, acima de tudo, travar os excessos e preservar a tradição; segundo eles, as únicas três coisas a venerar eram: a Eucaristia (dada por Cristo e consagrada pelo clero), a Igreja (consagrada pelo bispo) e o sinal da Cruz (oferecida aos homens por Deus, desde Constantino); quanto aos ícones, não tinham lugar em nenhuma destas categorias.

Pelo seu lado, a argumentação dos iconodúlios pressupunha a elaboração de uma teoria da imagem: eles “não podiam limitar-se a afirmar, erradamente, que se pintavam imagens desde o tempo de Cristo, ou mesmo, como recordava João Damasceno, que a Encarnação, ao tornar Deus visível aos homens, tinha abolido a interdição, inscrita na Bíblia, de representar Deus. Era preciso elaborar uma teologia da imagem. Os iconodúlios avançaram então com um argumento decisivo, segundo o qual a imagem não poderia ser da mesma natureza que o protótipo. Em consequência,

a imagem é relativa e refere-se a um modelo de que não pode partilhar a substância, o que refutava a acusação de idolatria. A imagem de Cristo não se confunde com a essência de Cristo; ela remete, simplesmente, para a humanidade do Filho e permite exprimir o mistério da Encarnação. A imagem é, portanto, muito mais do que um simples instrumento de educação dos fiéis, ela é indispensável ao verdadeiro cristão” (Cheynet 2001 114).

Há quem defenda que o iconoclasmo se afirmou sobretudo na Ásia Menor, mas não parece ter existido uma fronteira geográfica precisa nesta matéria. Certo é que os imperadores iconoclastas constituíram um verdadeiro partido dentro da Igreja (p. ex., nomeando bispos favoráveis para as sés vacantes) e até no exército (p. ex., formando um *tágma* de elite, com homens escolhidos de entre todos os *témata*). Uma parte significativa da velha aristocracia da capital opôs-se como pôde a esta política, refugiando-se nas suas terras e fundando mosteiros, que foram autênticos bastiões da resistência da iconodulia.

O imperador que sucedeu a Leão III, Constantino V (741-775), dito “o Coprónimo” (por ter sujado a pia sagrada no momento do batismo), era um iconoclasta convicto. Assim, a controvérsia sobre as imagens acentuou-se (levando o cunhado Artavasde a revoltar-se, até 743), mas o novo *basileús* também obteve sucessos militares importantes contra os Árabes (no norte da Síria, na Arménia, na Mesopotâmia e ao largo de Chipre), tirando partido da crise interna do califado, mergulhado numa luta sangrenta entre os Omíadas e os Abássidas (um grupo de orientação sunita, que triunfou e transferiu a capital para Bagdade); também nos Balcãs, fez incursões vitoriosas, especialmente na Trácia, entre 772 e 775. No entanto, o principado de Constantino V ficou manchado pela queda de Ravena às mãos dos Lombardos, em 751 (precisamente o ano em que Pepino, “o Breve”, assumiu o trono dos Francos e deu início à portentosa dinastia dos Carolíngios). Caía, assim,

o exarcado italiano, o que pôs fim ao domínio bizantino sobre grande parte da Itália do norte e do centro, com exceção de Veneza (que se autonomizaria depois) e, durante alguns anos, da Ístria (que oscilaria entre as mãos de Bizâncio, dos Lombardos e, por fim, de Carlos Magno). Perante as investidas dos reis lombardos Liutprando e Astolfo, restaram a Bizâncio, no sul de Itália, a Sicília, Nápoles, Amalfi, Gaeta e Sorrento (que depois também se autonomizou), enquanto o ducado de Roma passou para as mãos do papa pouco depois de 751, em resultado do apoio dos Francos e dando origem ao embrião do atual Estado do Vaticano.

Constantino V foi um homem de grande cultura e um teólogo radical, tendo escrito treze tratados religiosos em que negava o dogma da intercessão da Virgem e dos santos, assim como o culto das relíquias, e até de Maria. Em 754, num concílio (pouco ecuménico) reunido em Hieria, no Bósforo (conhecido como “sínodo acéfalo”, por não contar com nenhuma delegação papal, nem dos patriarcas do Oriente), os 338 bispos presentes condenaram o fabrico, a posse e a veneração de imagens ou ícones. Esta decisão fez com que a luta contra a iconodulia se radicalizasse, com os mosteiros e os monges a serem alvo de perseguições sistemáticas; por exemplo, o abade Estêvão, de monte Auxentios, junto a Calcedónia, foi linchado por ordem do imperador; também o estratega do *tema* da Trácia, Miguel Lacanodracone, foi intimado a escolher entre abandonar o hábito de monge (que tinha decidido vestir) ou ser cego e exilado (Ravegnani 2006 83)...

Com a chegada ao poder de Leão IV (775-780), filho do anterior *basileús*, a repressão atenuou-se, mas o novo imperador morreu muito cedo, deixando o trono a um menino de 10 anos, Constantino VI (780-797), e, sobretudo, à viúva Irene, uma ateniense que era uma iconodúlia convicta. No VII Concílio Ecuménico (o último reconhecido pela Igreja do Oriente), reunido em Niceia no ano de 787, com a presença de delegados do papa e dos patriarcas orientais,

a heresia iconoclasta foi condenada e os escritos que a sustentavam foram destruídos, o que causa hoje muitas dificuldades de reconstituição de toda esta trama aos historiadores; o culto das imagens foi restaurado e foi assegurada a reintegração dos bispos que se retratassem. Foi, claro está, uma grande vitória do monaquismo.

O governo de Irene ficou assinalado por um ato muito cruel, cometido em 797, e que consistiu na deposição do seu próprio filho, a quem foram arrancados os dois olhos. As derrotas sofridas por Constantino VI diante dos Árabes e dos Búlgaros, acarretando o pagamento de tributos humilhantes, e a chamada “disputa moiqueânica” (resultante da decisão do imperador de repudiar a sua mulher, Maria da Paflagônia, para casar com a amante, cometendo assim adultério: *moicheia*) parecem ter estado por detrás dessa decisão terrível, que permitiu a Irene governar como soberana única entre 797 e 802. Tratava-se de uma situação inédita em Bizâncio, de tal forma que a imperatriz optou por intitular-se de *basileús*, evitando o uso da forma no feminino (*basílissa*)... Uma mulher no poder não deu, porém, sorte alguma a Bizâncio, pois ela conduziu uma política financeira ruinosa (favorecendo descaradamente os mosteiros), o que levou a um golpe palaciano chefiado pelo logóteta das finanças, Nicéforo I (802-811); foi encerrada num mosteiro, em Lesbos, onde morreu logo em 803. Curiosamente, pouco antes destes acontecimentos, chegara a Constantinopla uma delegação franca para propor o casamento de Irene com Carlos Magno, unificando assim o Ocidente e o Oriente; Nicéforo I, que não reconhecia a autoridade do imperador carolíngio, mandou os embaixadores embora (Ravegnani 2006 85)...

Por esta época, acendeu-se uma disputa grave entre Francos e Bizantinos, em torno da posse de Veneza, uma cidade cada vez mais autónoma e onde existia um forte partido pró-franco. Depois de algumas operações militares, terrestres e navais, foi selado um acordo entre as cortes de Constantinopla e de Aix-la-Chapelle.

Nicéforo I não teve, portanto, vida fácil, sendo obrigado a reorganizar a política fiscal – o que suscitou a ira dos monges –, a reprimir uma revolta dos Eslavos no Peloponeso (em 805) e a formar novos *témata*. Porém, foi contra os Búlgaros (muito reforçados desde que Carlos Magno destruía os Ávaros) que sofreu os principais reveses, em especial ao ser derrotado nas montanhas balcânicas, em julho de 811. Nicéforo I morreu nesse combate, e o *khan* Krum, que já invadira o império dois anos antes, deu-se ao requinte de fabricar uma taça com o crânio do *basileús*... O filho do infeliz imperador, Stauracio (811), ainda chegou a ser proclamado, mas, devido aos ferimentos que sofrera na mesma guerra, não teve condições para governar e acabou encerrado num mosteiro pelo cunhado, o *kouropalátēs* Miguel I Rangabé (811-813).

Ocorreram então importantes negociações entre as potências franca e bizantina, que conduziram à assinatura do Tratado de Aquisgrana (Aix-la-Chapelle), em 812. Bizâncio reconheceu a Carlos Magno (que morreria dois anos mais tarde) o título de “imperador”, mas não “dos Romanos”, prerrogativa que muito simbolicamente reservou para o seu próprio *basileús*. Ficou também assegurado o domínio franco sobre a Ístria e a Dalmácia (salvo nas cidades costeiras), enquanto Veneza reentrava na órbita de Constantinopla.

No ano seguinte, Miguel I foi derrotado pelos Búlgaros em Versinika (perto de Adrianopla), provavelmente devido a uma traição do estrategista do *tema* da Anatólia, Leão, “o Armênio”, que, na sequência deste desastre, subiu ao trono como Leão V (813-820), dando início ao chamado “segundo período iconoclasta”. O começo do reinado de “o Armênio” ficou marcado por novos ataques búlgaros a Constantinopla, em especial com o cerco de 814, interrompido pela morte de Krum, circunstância que permitiu a assinatura de uma paz de trinta anos entre Bizâncio e a Bulgária. No plano religioso, Leão V, um iconoclasta da mesma escola militar de Leão III, “o Isauriano”, anulou as decisões de Niceia – 787 (no

Sínodo de Santa Sofia, em 815, onde também se repôs Hieria – 754), submeteu a Igreja, exilou muitos monges e depôs o patriarca de Constantinopla, Nicéforo (autor de uma importante obra literária e histórica, em especial a *Síntese Cronográfica*, desde Adão até 829, e o *Breviário* ou *História Abreviada*, preciosa para conhecer Bizâncio entre 602 e 769), substituindo-o por um parente afastado de Constantino V, chamado Teodoto Melisseno.

A rutura não trouxe sorte a Leão V, que em 820 foi assassinado por um dos seus mais próximos camaradas de armas, Miguel II, “o Amoriano” (nascido em Amório, na Frígia). Com este novo imperador, iniciou-se uma derradeira (e muito curta) dinastia antes do surgimento (em 867) dos grandes imperadores macedônios. Miguel II (820-829) teve de suportar o cerco de Tomás, “o Eslovo”, a Constantinopla (em 823, com o apoio do califa abássida) e tentou, em vão, responder aos avanços árabes, que aos poucos tomaram conta da ilha da Sicília (conquistaram Palermo em 831 e Siracusa em 878, com uma grande carnificina). Sucedeu-lhe o filho Teófilo (829-842), homem de uma certa erudição e admirador da cultura islâmica, que retomou a política iconoclástica com grande energia, contando com o apoio do patriarca João Gramático (uma das figuras representativas do renascimento cultural do século IX); porém, a resistência monástica mostrou-se tenaz, e a ambicionada restauração iconoclástica, iniciada por Leão V, acabou por não surtir efeito. À morte de Teófilo, subiu ao trono Miguel III (842-867), que substituiu João Gramático pelo ortodoxo Metódio e que promoveu a restauração do culto das imagens no Sínodo de 843. Ao que parece, a reviravolta foi patrocinada pela viúva de Teófilo, Teodora, regente em nome do seu filho menor: foi o fim do iconoclasmo e o início da Festa da Ortodoxia, assinalada, até aos dias de hoje, no primeiro domingo da Quaresma. Embora em Bizâncio a subordinação religiosa ao poder político fosse uma idiossincrasia, nesta altura a Igreja ortodoxa pôde respirar um

pouco mais fundo e ter-se-á então sentido mais liberta da tutela imperial (Ravegnani 2006 89-90).

Miguel III ficou com fama de devasso, mas protagonizou um reinado bastante bem-sucedido, inicialmente sob a tutela da mãe e de alguns conselheiros: conseguiu obter sucessos importantes na Ásia Menor, contra os Árabes, a partir de 863, através de uma estratégia ofensiva pouco comum em Bizâncio e que recorda a época de Heráclio. Convém, no entanto, lembrar que, por esta altura, a expansão muçulmana estava em clara recessão, com as rivalidades entre os Abássidas de Bagdade e os Omíadas estabelecidos na Hispânia a partir dos meados do século VIII, com o fracasso das ambições na Gália (as célebres derrotas diante de Carlos Martel) e com a constituição do califado fatímida do Egito, de orientação xiita e rival de Bagdade.

Em 856, Miguel III encerrou a mãe, Teodora, num mosteiro e passou a uma fase de poder absoluto, embora o seu tio Barda (feito *kaïsar* em 862) tivesse um papel determinante na governação. Foi também uma época de algum renascimento cultural (há quem fale de um “primeiro humanismo bizantino”), que contrasta com o obscurantismo iconoclástico, tendo-se dado a reabilitação da chamada “Universidade de Constantinopla”, com a conversão do palácio imperial da *Magnaaura* em centro da cultura profana; grandes mestres, como Leão, “o Matemático”, que redescobriu a ciência euclidiana e que o próprio califa abássida Al Mamum coibiçou, ensinaram neste novo espaço, que acolhia todos os saberes. Sublinhe-se também a eleição de Fócio (ou *Phôtios*, c. 810-c. 893) como patriarca da capital, em 858, um laico que fora chanceler e que Barda, em rutura com o patriarca Inácio, promovera; é autor de uma obra monumental, a *Biblioteca*, em que resumiu nada menos do que 279 obras religiosas e profanas, clássicas e bizantinas, que tinha lido! Fócio interessou-se pelos autores pagãos, apesar de ter dado preferência aos cristãos, e as suas notas testemunham

um método de crítica textual muito interessante, oferecendo-nos simultaneamente uma panorâmica das obras que no seu tempo se podiam encontrar em Constantinopla; convém também frisar que, no *Eisagōgē*, este príncipe dos patriarcas medievais estabeleceu – um pouco à maneira da célebre teoria dos dois gládios expressa pelo papa Gelásio I, em finais do século V – um paralelismo entre as funções temporal e espiritual, tendo definido o imperador como uma autoridade legítima submetida não apenas aos cânones da Igreja mas também às leis dos seus predecessores; quanto ao patriarca, via-o como “a imagem viva e animada do Cristo” e um concorrente do *basileús* (tradicionalmente apelidado, como já vimos, de “imitador de Cristo”, sobretudo a partir de Justiniano), uma formulação que jamais foi verdadeiramente aceite pelos imperadores (Cheynet 2001 23). Claro que Roma se opôs a esta eleição, e o papa Nicolau I (858-867) tratou de depor o patriarca Fócio, mas depois foi ele próprio excomungado pelo Senado de Constantinopla, em 867, numa reunião em que a Igreja romana também foi acusada de heresia e onde se condenou a sua ingerência nos assuntos da Igreja bizantina; apenas a morte de Miguel III (em 867) evitaria um novo cisma.

Convém também recordar a grande atividade missionária de Miguel III na Morávia (um Estado eslavo entre a Boémia e a Eslováquia) e na Bulgária; tal como os primeiros Carolíngios gostavam de fazer no Ocidente, o último dos Amorianos entendia que a dominação militar deveria ser completada com a evangelização do território: foi justamente neste contexto que teve lugar a importantíssima missão de dois irmãos de Tessalónica, Cirilo (ou Constantino) e Metódio, na Morávia, da qual veio a resultar a criação do alfabeto *glagolítico* (do verbo *glagolati*, que significa *falar*), usado em manuscritos eslavos antes do desenvolvimento do alfabeto “cirílico”, derivado do alfabeto grego mas com elementos dos alfabetos copta e hebraico. Como se sabe, este alfabeto

cirílico continua hoje a ser utilizado em diversas línguas eslavas; acrescenta-se que, graças à escrita glagolítica, Cirilo e Metódio traduziram as Sagradas Escrituras para o antigo eslavo. O czar búlgaro foi batizado em 804, e a sua Igreja, que inicialmente se aproximou dos Francos e, depois, do papa, acabaria por se submeter a Constantinopla, embora o respetivo arcebispo conservasse uma certa autonomia (Ravegnani 2006 94).

Em 867, Miguel III foi assassinado durante o sono pelo seu próprio favorito e coimperador, Basílio, “o Macedónio”, que já eliminara o rival Barda dois anos antes. Era o início da dinastia macedónica, que duraria quase dois séculos e que é, provavelmente, a mais brilhante de toda a história bizantina.

Basílio I (867-886) era um homem de origem modesta, da região de Adrianopla, que beneficiara de um casamento proveitoso com uma viúva do Peloponeso. Graças à sua força hercúlea, tornara-se escudeiro de Miguel III e, em 865, recebera um alto cargo palatino; no mesmo ano, eliminara Barda e tornara-se coimperador. Em pouco tempo, a relação entre Miguel III e Basílio degradou-se e levou ao assassinato do *basileús*. Basílio I tratou de repor o patriarca Inácio, afastando Fócio e reatando as relações com Roma (papa Adriano II); em 869-870, o Concílio de Constantinopla excomungou Fócio, que foi exilado, mas o notável letrado seria mais tarde reintegrado como patriarca, com o apoio do papa João VIII e de um sínodo reunido em 879, dois anos após a morte de Inácio.

Ao nível da política externa, Basílio I reforçou a posição bizantina na Dalmácia, onde constituiu um novo *tema* e fez abortar o ataque muçulmano de 867 a Ragusa (Dubrovnik). O novo imperador conseguiu também sucessos importantes no Oriente, contra os Árabes (e contra a seita herética dos Paulinianos). Mas foi no sul da Itália que a estrelinha de Basílio I mais brilhou, com reconquistas

notáveis na Apúlia (caso de Bari, em 871, com o apoio de Luís II, imperador franco), na Lucânia e na Calábria (tomada de Tarento, em 880, com forte investimento naval); em 876, Bari tornar-se-ia a capital da Itália bizantina. Esta cavalgada surpreendente seria consolidada por um grande militar, o estrategista Nicéforo Focas, que eliminou a presença árabe na Calábria e estendeu em profundidade a influência imperial em Itália (Ravegnani 2006 96).

Em 886, durante uma caçada, Basílio I encontrou a morte e foi rendido no trono pelo seu filho, Leão VI, “o Sábio” (886-912). Recai sobre este novo imperador – homem letrado, poeta e profeta místico, mas que tinha com Basílio I uma relação muito difícil – a suspeita de ser realmente filho de Miguel III, a quem dispensou grandes honras fúnebres. No plano militar, Leão VI (que escreveu um importante tratado de arte da guerra, *Taktika*: Dennis 2014) obteve alguns sucessos no Oriente e na Itália do sul, onde conseguiu ocupar durante algum tempo a Benevento lombarda, ao mesmo tempo que impedia os Árabes de se fixarem na Calábria. Contudo, noutras paragens, foram grandes os reveses sofridos pelo “Sábio”, com os Árabes a tomarem Tessalónica, a frota bizantina a ser derrotada em Kios, em 912, e, sobretudo, com o czar búlgaro Simeão a revoltar-se e a atacar; Leão VI, seguindo uma velha orientação estratégica romana, aliou-se aos Húngaros para melhor se defender, mas Simeão, pelo seu lado, coligou-se com os Petchénègues e obteve uma vitória decisiva em Bulgarophigon (na Trácia, atual Bulgária), em 896, obrigando o império a uma paz difícil e a mais um tributo pesado.

Foi também no tempo de Leão VI que foram promulgadas as *Basiliká*, uma nova compilação jurídica, iniciada pelo seu antecessor: trata-se de 60 livros de recolha de leis, completada por muitas leis novas (as *Novelle*); como comenta Ravegnani (2006 98), foi uma importante reelaboração do direito justiniano, numa recolha muito mais sistemática e toda ela em língua grega, que

estabeleceria as bases do sistema jurídico bizantino para as centúrias seguintes.

O final do principado de Leão VI foi marcado por uma violenta polémica com a Igreja, por causa do quarto casamento do imperador, que desejava a todo o custo garantir um herdeiro varão. As três primeiras mulheres do *basileús* (Teófane, Zoé Zautzina, de quem teve uma filha, e Eudóxia Bainé, que morreu no parto de um menino que faleceria poucos dias depois) estavam todas mortas, e o *basileús* decidiu casar pela quarta vez, com a sua amante Zoé Carbonopsina. Porém, o patriarca de Constantinopla, Nicolau Místico, opôs-se veementemente, e o matrimónio foi celebrado por um padre do Grande Palácio, de modo a legitimar-se o filho do casal, o futuro Constantino VII Porfirogeneta. O patriarca, na linha da doutrina de Fócio, alegava que o imperador estava obrigado a respeitar as leis e lembrava que, nas *Novelle*, Leão VI vetara os terceiros casamentos e até desaprovava os segundos... A disputa assumiu uma enorme gravidade, com Nicolau Místico a impedir o imperador de participar em algumas cerimónias religiosas em Santa Sofia (p. ex., no Natal de 906 e na Epifania do ano seguinte). Porém, Leão VI conseguiu obter uma bula de dispensa papal para este seu último casamento e aproveitou para substituir Nicolau Místico por Eutímio no patriarcado de Constantinopla.

Quando “o Sábio” faleceu, Constantino VII (913/944-959) era ainda um menino, pelo que a regência ficou à guarda do tio Alexandre, que todavia morreu logo em 913, sem tempo para mais do que repor Nicolau Místico e expulsar Zoé do Grande Palácio. Esta situação gerou um vazio de poder, que deu lugar a uma terrível luta de fações: de um lado, o patriarca reposto, apoiado pelo conselho de regência; do outro, a regressada Zoé, a que se juntava o partido eclesiástico fiel a Eutímio. Neste ambiente, o *domestikós* dos *scholái*, Constantino Ducas, tentou conquistar o poder, mas o golpe foi brutalmente reprimido pelo patriarca Nicolau.

Quem aproveitou toda esta disputa foi o czar Simeão, que, alegando o não pagamento do tributo devido aos Búlgaros, atacou Constantinopla, com o sonho de formar um grande império búlgaro-bizantino de que seria ele o titular, tanto mais que fora formado no ambiente cultural bizantino. Constantinopla teve de negociar: pagou, prometeu a mão de Constantino VII a uma filha de Simeão e o patriarca ainda coroou o czar como *basileús* dos Búlgaros, que se retiraram satisfeitos. Porém, em 914, Zoé protagonizou um golpe na capital e rejeitou o acordo, o que levou Simeão a atacar de novo o território bizantino, obtendo duas vitórias importantes em batalha campal. Em 924, o czar búlgaro cercou outra vez Constantinopla, mas as muralhas e a diplomacia bizantina (que frustrou um acordo dos Búlgaros com o califado fatímida do Egito) neutralizaram a ofensiva. Simeão foi obrigado a negociar com Romano Lecapeno, o *droungários* (chefe da frota) que, em 919, se tinha imposto em Constantinopla, tornando-se regente em vez de Zoé. O czar sonhador morreria em 927, seguindo-se um acordo entre Bizâncio e o novo líder dos Búlgaros, que obteve algum reconhecimento e a mão de Maria, a neta do coimperador Romano Lecapeno (ou Romano I).

Como já se percebeu, Romano I (920-944) foi o primeiro dos usurpadores da era macedónica, que atuaram contudo de uma forma cautelosa: mantiveram sempre no trono o soberano legítimo, desse modo mostrando a sua lealdade à dinastia no poder (um princípio que ia ganhando raízes cada vez mais fundas na tradição política bizantina). Apesar disso, sendo coimperador desde 920, Romano Lecapeno (o nome vem de Lakape, na Arménia, onde nasceria) promoveu o casamento de Constantino VII com a sua filha Helena, o que o tornava *basileopátōr* (*pai do imperador*), relegando Constantino VII para terceiro lugar na linha sucessória (a seguir a ele próprio e ao seu filho mais velho, Cristóvão, o pai de Maria)... Mais tarde, Romano I tornou-se *kaîsar* e imperador associado.

Consolidado no poder, Romano I procurou sarar as feridas, fazendo a paz com os Búlgaros e aproveitando o Sínodo de 920, em Constantinopla (com a presença de legados papais), para promulgar o “Tomo da União”, onde se reprovava o quarto casamento de Leão VI mas se absolvía este imperador e se legitimava o filho Constantino VII e o patriarca Eutímio, sem pôr em causa a figura de Nicolau Místico, o que permitiu a reconciliação das duas Igrejas. O resto do longo período de governação de Romano I ficou assinalado por três marcos essenciais.

Em primeiro lugar, a contenção do expansionismo da nação russa, que se constituíra no século IX, através da integração da componente eslavo-oriental que se fixara nas planícies do Volga e da componente constituída por Vikings suecos (ou Varegues) que conquistaram a região (o próprio nome “Russos” provém de uma tribo viking da parte europeia da atual Rússia, com capital em Kiev); em 941, os Russos saquearam a parte asiática do Bósforo, mas o *basileús* derrotou-os no mar; dois anos mais tarde, o príncipe Igor tentou atacar os Balcãs, mas Romano I antecipou-se e negociou a paz.

Em segundo lugar, a obtenção de algumas vitórias espetaculares sobre os Árabes, nomeadamente a destruição da esquadra de Leão de Trípoli (perto de Lemno, em 924), a reconquista de Melitena (na Arménia, em 934) e as operações contra o emir de Mossul e de Alepo (Sayf al-Dawlah), na Síria, com recuperação da famosa relíquia *mantélion* de Edessa, uma peça de tecido com a imagem de Cristo, que se dizia ter sido feita por mão não humana.

Em terceiro lugar, a produção de uma série de leis de proteção da pequena propriedade camponesa e de contenção da expansão dos latifúndios, incluindo a reposição, em 922, da lei do *protímēsis*, que concedia prioridade na aquisição de terra alienada aos vizinhos e parentes do antigo proprietário (alargando-se o princípio, no caso dos bens dos soldados, aos últimos trinta anos); apesar

de reforçada por volta de 934, a medida não resultou, não só por causa da carestia mas sobretudo porque a sua aplicação concreta foi sabotada pelos funcionários que deveriam vigiar a sua entrada em vigor e pelos latifundiários.

Em 944, os filhos de Romano I revoltaram-se e afastaram-no do poder, mas a população de Constantinopla, numa ação claramente legitimista, insurgiu-se contra qualquer projeto de interrupção da dinastia macedónica e devolveu o trono ao monarca que no fundo estivera cerca de duas décadas afastado do poder real, Constantino VII Porfirogeneta (isto é, nascido na *Porphyra*, uma câmara do palácio com as paredes forradas a pórfito, doravante um sinal da legitimidade dinástica), que foi sobretudo um homem de cultura, a quem se deve uma atividade notável como mecenas, como pintor, como mandante de obras eruditas (sobretudo literatura enciclopédica) e ainda como autor: escreveu o *Livro das Cerimónias* (c. 938-959), onde se analisa a etiqueta da corte e as cerimónias religiosas e profanas, com descrições minuciosas que têm ajudado sobremaneira a reconstituir a fisionomia e a organização interna do Grande Palácio⁴; e foi ainda o autor da *Vida de Basílio I* (seu avô), do *Livro dos Têmata* (um tratado histórico-geográfico sobre as províncias bizantinas) e do escrito *Sobre a administração do Império* (um tratado dedicado ao filho, Romano II, e versando a arte de bem governar, à maneira dos célebres “espelhos de príncipes” ocidentais). No plano político-militar e diplomático, registem-se

⁴ Outra obra da mesma época, ligeiramente anterior (c. 899) e que trata também o cerimonial da corte (banquetes, etiqueta, etc.) é o *Kletorológion*, de Filoteu. Este escrito, destinado a orientar os funcionários palatinos responsáveis pelo protocolo, fornece grandes indicações sobre a hierarquia e o aparelho burocrático coevos. Por aqui se percebe que os cortesãos estavam divididos em duas categorias: os dignitários da corte, que recebiam uma “dignidade por meio de sinais”, honorífica e vitalícia, materializada numa insígnia ou numa patente; e os titulares de cargos temporais, a quem era atribuída uma “dignidade por voz” ou por édito, revogável. Em ambos os casos, separavam-se as dignidades dos eunucos das dignidades próprias dos “homens barbudos”. Voltaremos a este assunto mais adiante.

sobretudo as novas vitórias obtidas sobre os Árabes, na Anatólia e no Eufrates, através de notáveis generais como Nicéforo Focas ou João Zimisce, assim como a visita (em 957) da princesa Olga de Kiev a Bizâncio, onde se demorou bastante tempo e onde se converteu ao cristianismo. Poucos anos antes (em 949), tinha estado também em Constantinopla (como embaixador de Berengário II, marquês de Ivreia e futuro rei de Itália) Liutprando de Cremona, que nos deixou no *Antapódosis* um relato maravilhoso da sua experiência (de alguns meses) na corte bizantina, que trataremos de aproveitar um pouco mais adiante. Em termos de política agrária, Constantino VII manteve-se fiel à linha orientadora definida pelo seu pai.

Em 959, Romano II (959-963) sucedeu ao autor do *Livro das Cerimónias*. Tinha 21 anos de idade e parece ter sido um homem bastante dado ao luxo e aos prazeres, frívolo e sibarita (Ravegnani 2006 108). Pouco interessado na arte de governar (apesar do manual que o pai compilara para ele), casou em segundas núpcias⁵ com a filha de um estalajadeiro, Teófane, de quem teve dois filhos: Basílio (o futuro Basílio II) e Constantino (o futuro Constantino VIII). Em 963, à morte prematura de Romano II, a viúva ocupou a regência, tendo acabado por estabelecer um acordo com o general Nicéforo Focas, que se apoderou do trono na sequência de uma sublevação militar e com quem Teófane acabou por casar, legitimando-o como coimperador, sob o nome de Nicéforo II Focas (963-969). O grande general, expoente da aristocracia militar e autor eventual de um grande tratado de arte bélica (*De Velitatione*, um tratado sobre a guerrilha: Dennis 1985), governou como tutor de Basílio II. Tinha a seu favor uma carreira brilhante, pois reconquistara a ilha de Creta e obtivera diversos sucessos na Ásia Menor, como

⁵ O primeiro casamento de Romano II foi com Berta, filha natural de Hugo da Provença, um matrimónio que fora considerado degradante em Bizâncio, onde, como veremos, imperava a tradição de os imperadores desposarem mulheres bizantinas.

já dissemos. Em matéria de política agrária, favoreceu, porém, os latifundiários, anulando as medidas dos seus antecessores sobre a proteção da pequena propriedade camponesa. Embora bastante religioso, esforçou-se por conter o crescimento da população eclesiástica, em especial dos mosteiros, por considerar que isso era uma ameaça.

No que diz respeito à parte militar, Nicéforo II distinguiu-se pela anexação da Cilícia, de Chipre e de uma grande parte da Síria (incluindo Antioquia), em detrimento dos Árabes; no sul de Itália, reforçou a presença bizantina, apesar da oposição de Otão I, o titular do Sacro Império Romano-Germânico. Este poderoso monarca (que em 955 travara a expansão magiar para o Ocidente, na célebre batalha de Lechfeld) surgiu em 966 em Itália, disposto a expulsar os Bizantinos da Apúlia e da Calábria; começou por utilizar a via diplomática, propondo o casamento do seu herdeiro, Otão II, com uma irmã de Basílio, mas Nicéforo II recusou e Otão atacou Bari, sem sucesso. Dois anos mais tarde, enviaria uma embaixada a Constantinopla (curiosamente, chefiada por Liutprando de Cremona), insistindo no projeto matrimonial, mas o coimperador recusou de novo. Assim, em finais de 968, Otão I devastou o território bizantino em Itália, embora sem conseguir conquistar as principais cidades e sem evitar que os Bizantinos capturassem o seu principal aliado, o príncipe lombardo de Cápua e Benevento, Landolfo. Mas, em finais de 969, Otão I obteve uma vitória muito importante em Ascoli e conseguiu ocupar algumas cidades da Apúlia.

Este revés militar, bem como a política fiscal e autoritária de Nicéforo II Focas, levaram a um golpe palaciano em dezembro de 969: com a ajuda de Teófane, o amante desta e também consagrado general João Zimisce eliminou o coimperador e subiu ao trono. A ideia de Teófane era casar com Zimisce, mas o patriarca Polieucte opôs-se ao sórdido projeto, e o novo coimperador

(antigo companheiro de armas de Focas) viu-se mesmo obrigado a exilar a amante.

João Zimisce (969-976), no fundo o terceiro usurpador da era macedónica (depois de Romano I Lecapeno e de Nicéforo II Focas), alargou consideravelmente o território do Império Bizantino, conquistando a Palestina aos Árabes e fazendo uma campanha na Bulgária contra o príncipe russo de Kiev, Svyatoslav (que Nicéforo II tinha chamado para travar os Búlgaros, mas que depois decidira estabelecer-se por lá, traíndo Bizâncio); esta intervenção do coimperador Zimisce permitiu a anexação da Bulgária oriental, até ao rio Danúbio. Do lado ocidental, foi conseguido um bom acordo com Otão I, que renunciou à disputa pela Itália meridional em troca de um bom casamento (com uma outra Teófane, provável parente de Zimisce). É interessante notar que Otão I tinha (como Carlos Magno o fizera duzentos anos antes) restaurado o título imperial, mas Bizâncio (ainda no tempo de Constantino VII) reagira de novo à ideia e utilizara em seu proveito a célebre Doação de Constantino, um documento falso, forjado nos meios eclesiásticos romanos nos inícios do século IX, e que dizia que Constantino I, depois de refundar e rebatizar a cidade de Bizâncio, onde se estabeleceu, confiara Roma e a sua região ao Sumo Pontífice (o papa Silvestre); este “falso” serviu à Santa Sé para justificar a existência do Estado pontifical e a independência do seu chefe perante o poder temporal, mas foi também utilizado pelos imperadores bizantinos para mostrar que Constantinopla era a única verdadeira herdeira de Roma, tendo ocorrido uma transferência do poder imperial (*translatio imperii*), pelo que nenhum outro soberano, além do bizantino, tinha o direito de utilizar o título imperial, muito menos um soberano germânico como Otão I...

Em 976, com o corpo massacrado por feridas de guerra, João Zimisce fechou os olhos para sempre, deixando à beira do poder os dois filhos legítimos de Romano II e de Teófane, em nome de

quem governara: Basílio (com 18 anos de idade) e Constantino (com 16 anos). O governo ficou interinamente a cargo do eunuco Basílio (filho bastardo de Romano Lecapeno e o favorito de Focas, por ser um homem bastante capaz), mas Basílio II (963/976-1025) depressa se desembaraçou de todos os rivais e, com extrema energia, arrancaria para um principado brilhante.

Os primeiros tempos foram muito difíceis, com uma revolta da aristocracia fundiária da Ásia Menor (um autêntico viveiro de generais bizantinos) encabeçada por Barda Sclero, um parente de João Zimisce; contudo, o jovem Basílio II apoiou-se no alto aristocrata e chefe militar Barda Focas e, em 979, salvou a situação. Seis anos depois, Basílio II exilou o eunuco seu homónimo e começou a governar sozinho, em seu nome e no do seu irmão Constantino; porém, no cenário búlgaro, a situação complicou-se, pois o czar Samuel conseguira ressuscitar a antiga potência e impôs uma derrota a Bizâncio, que serviu de pretexto para uma nova revolta aristocrática liderada por Sclero (em 987). O imperador enviou de novo Focas, mas desta vez os dois Bardas entenderam-se entre si e combateram juntos Basílio II! Depois, Focas prendeu Sclero e prosseguiu a luta sozinho, colocando o *basileús* à beira de um colapso; valeu a este a aliança com o príncipe Vladimiro de Kiev e a consequente vitória na batalha de Abido (em abril de 989), onde Barda Focas caiu morto. Sclero ainda se proclamaria imperador, mas Basílio II acabou por estabelecer com ele um bom acordo (no mesmo ano) e a situação serenou. Bizâncio teve de recompensar fortemente Vladimiro, que recebeu nada menos do que a mão de Ana Porfirogeneta (a irmã do imperador), algo raro na tradição política bizantina e que até a Otão I havia sido negado! Em contrapartida, Vladimiro converteu-se ao cristianismo, e o facto acarretou a conversão do seu povo; assim, a Rússia entrou na órbita do patriarca de Constantinopla e da cultura bizantina durante séculos; o uso do alfabeto cirílico e o papel da Igreja

ortodoxa na Rússia, até aos dias de hoje, não são de modo algum alheios a esta história...

Também Basílio II quis proteger os pequenos camponeses, com legislação semelhante à de Romano I Lecapeno e obrigando ainda os magnatas a pagarem uma taxa (o *allélengyon*) pelas terras baldias, tornando os proprietários ricos solidários dos contribuintes faltosos da comunidade aldeã, sem por isso os autorizar a retomar a sua terra (Cheynet 2001 93); muitas famílias de aristocratas (como os Focas, os Maleinos ou os Filocales) foram despojadas de quase todos os seus bens, ou detidas (Ravegnani 2006 114). Mas os melhores anos de Basílio II decorreram, sem dúvida, das vitórias que conseguiu obter contra os Búlgaros e que lhe valeram, aliás, o cognome de *Boulgaroktónos* (o *exterminador de Búlgaros*)! O imperador comandou pessoalmente uma máquina de guerra formidável, que a partir de 990 atacou a Bulgária durante vários anos; em 1004, o *basileús* já tinha mais de metade do território búlgaro nas suas mãos, mas prosseguiu a luta durante mais uma década e, em 1014, acabou por cercar e dizimar o exército de Samuel num desfiladeiro: 14 000 prisioneiros foram enviados ao czar (que conseguira fugir) em grupos de 100, dos quais 99 cegos e apenas um deles com um dos olhosãos, para lhes servir de guia; perante este cenário horrendo, diz-se que Samuel perdeu os sentidos, vindo a falecer dois dias mais tarde (Ravegnani 2006 116). Quatro anos depois deste acontecimento, a Bulgária foi definitivamente vencida e anexada ao Império Bizantino. Esta foi a coroa de glória de Basílio II, que também interveio na Síria, em Itália e no Cáucaso, e que, pensa-se, estaria a preparar uma grande expedição para, com a ajuda de Veneza, expulsar os Árabes da Sicília, quando a morte o surpreendeu, dez dias antes do Natal de 1025. Como remata Giorgio Ravegnani, sob o governo do “exterminador de Búlgaros”, o Império Bizantino tinha logrado alcançar a sua máxima extensão desde a era de Justiniano, em meados do século vi (2006 116).

Seguiu-se meio século de crise (entre 1025 e 1081), com a degradação da autoridade central, o crescimento dos latifúndios, a substituição progressiva dos *témata* pelo recrutamento de mercenários, uma fratura religiosa definitiva com Roma (após o Cisma de 1054) e, sobretudo, com o aumento das ameaças militares externas, devido ao aparecimento na cena político-militar de dois novos (e temíveis) protagonistas: os Turcos Seljúcidas e os Normandos.

A Basílio II sucedeu o seu irmão mais novo, Constantino VIII (1025-1028), com o qual se extinguiu a linha masculina da dinastia macedónica. Não teve tempo para quase nada e, no seu leito de morte, forçou a filha Zoé, já cinquentenária, a casar com o *éparchos* de Constantinopla, Romano Argiro (que até já era casado). O matrimónio celebrou-se em 1028 e deu início ao período dos chamados três “príncipes consortes” (todos eles maridos desta Zoé, já que a irmã, Teodora, se recusou sempre a aceitar o procedimento). Romano III Argiro (1028-1034) foi o primeiro desses príncipes e praticamente só trouxe más notícias para o grosso da população do império: transferência de terras para os latifundiários, fim do centralismo administrativo macedónico, diminuição dos ingressos fiscais e da mão-de-obra civil e militar, grandes concessões à Igreja e aos mosteiros, retoma dos gastos sumptuosos por parte de uma corte frívola e corrupta (uma intriga levou mesmo Zoé a encerrar a irmã Teodora num mosteiro), entre tantos. O governo real ficou nas mãos de um monge eunuco chamado João Orfanótrofo, natural da Paflagónia (nas margens do mar Negro), que aproveitou a circunstância para abrir o caminho do poder para o seu próprio irmão Miguel, que tratou de ligar sentimentalmente a Zoé, rejeitada pelo marido. Assim, em 1034, Romano III foi assassinado na piscina do Grande Palácio e, no mesmo dia, Zoé casou com Miguel IV, “o Paflagónico” (1034-1041).

Miguel IV foi um bom governante, mas morreu muito novo e foi sucedido pelo sobrinho Miguel V, “o Calafate” (1041-1042), que Zoé adotara como filho. O novo imperador afastou João Orfanótrofo e substituiu-o por um outro tio seu, chamado Constantino. A seguir, tentou encerrar Zoé num mosteiro, mas, curiosamente, confirmando a sua progressiva afeição à regra do legitimismo dinástico, o povo de Constantinopla revoltou-se, dado que a decisão retiraria de cena a imperatriz, que era o verdadeiro elo entre os novos governantes e a dinastia macedónica! Miguel V foi deposto e nem a aparição *in extremis* de Zoé na tribuna do Hipódromo, vestida de monja (ao que parece, por esquecimento imperdoável dos cortesãos de “o Calafate”) salvou a situação: o povo pensou que ela estava presa, retirou Teodora do mosteiro e fê-la coroar em Santa Sofia, pelo patriarca. Quanto a Miguel V, fugiu da capital com o seu tio, mas foi capturado numa igreja e foram ambos cruelmente torturados (arrancamento dos olhos, um ato testemunhado e descrito por uma das nossas principais fontes da época: Miguel Pselo).

O poder ficou então nas mãos das duas irmãs, Zoé e Teodora, que se detestavam. Pelos vistos, já se admitia mais facilmente em Bizâncio que uma mulher (ou, neste caso, duas!) pudesse(m) governar o império, e agora por vontade do povo e não por abuso de poder, como sucedera com Irene entre 797 e 802. Como comentou Miguel Pselo, “foi então a primeira vez que o nosso tempo viu o gineceu transformar-se em Consistório imperial, com os civis e os militares a porem-se de acordo sob a liderança de duas damas e a obedecerem-lhes melhor do que a um qualquer déspota viril” (ed. Signes 2005)... No entanto, a experiência não correu bem, pois as irmãs não se entenderam e os conselheiros decidiram que haveria que casar uma delas; perante a recusa de Teodora, Zoé contraiu matrimónio pela terceira vez, desta feita com um nobre ancião de Constantinopla, que ficou para a história com o nome

de Constantino IX Monómaco (1042-1055). Foi um reinado relativamente fraco, mas com quatro acontecimentos decisivos:

- i) a confirmação do desaparecimento do exército nacional dos *témata*, substituído por forças mercenárias, talvez com a intenção de conter a aristocracia militar (ainda que, salvo no caso dos estrategos dos *témata*, fosse muito difícil à oposição mobilizar forças privadas capazes de enfrentar a guarda imperial);
- ii) o desenvolvimento incontrolado da grande propriedade agrícola, agravando as condições de vida dos pequenos proprietários e satisfazendo os donos dos latifúndios;
- iii) o cisma definitivo entre as Igrejas de Roma e de Constantinopla, em 1054, na sequência dos desentendimentos entre o papa Leão IX (um dos maiores reformadores cluniacenses) e o patriarca Miguel Cerulário, em torno de quatro velhas questões: a dupla procedência do Espírito Santo, o jejum de sábado, o casamento dos padres e o uso de diversos tipos de pão na comunhão. Constantino IX não teve forças para se impor ao patriarca de Constantinopla, mostrando como o tradicional cesaropapismo bizantino entrara já em declínio;
- iv) um florescimento cultural assinalável, especialmente em resultado da ação e das obras de Miguel Pselo (apelidado de “cônsul dos filósofos”) e João Xifilino (jurista) e também devido ao aparecimento de uma ‘universidade’ de Filosofia e Direito em Constantinopla, no ano de 1045.

Em relação a este último ponto, vale a pena frisar que Miguel Pselo (um funcionário público que se tornou árbitro da política imperial) foi um dos maiores nomes da cultura bizantina, sendo autor de uma vasta obra literária, com realce para a *Cronografia*,

onde analisa as vidas dos imperadores dos séculos X e XI (de Basílio II a Miguel VII), num registo muito inovador (impessoal e psicologicamente penetrante) e beneficiando igualmente do facto de ter testemunhado muitos dos acontecimentos que decidiu relatar (Signes 2005). Tendo nascido numa família da classe média, Miguel Pselo recebeu uma educação esmerada e tornou-se um dos conselheiros mais escutados por Constantino IX Monómaco; participou nas intrigas da corte como partidário dos Ducas e tornou-se preceptor dos filhos de Miguel VII. Apaixonado por Platão e despedido de preconceitos desfavoráveis a respeito dos autores pagãos, Pselo teve contudo o cuidado de evitar conflitos com a Igreja; compôs numerosos elogios aos soberanos que serviu e não há praticamente nenhum domínio do conhecimento em que não tenha deixado um contributo, mesmo que nem sempre original. Como observa Cheynet (2001 123), “a sua obra revela o peso das solidariedades e das amizades, assim como a força das redes de relação pessoais”.

Até meados do século XI, ainda houve alguma estabilidade e vitórias importantes sobre os Árabes (como a reconquista de Edessa, em 1032), sobre os Búlgaros (que se revoltaram em 1041) e sobre os Russos (que cercaram Constantinopla pela última vez em 1041), para além da reconquista da parte oriental da Sicília pelo famoso general Jorge Maniakés (de 1038 a 1042). No entanto, o surgimento dos Turcos Seljúcidas na frente leste, dos Normandos na frente ocidental e até de povos das estepes (como os Petchénègues, os Uzi e os Cumani) a norte, como que substituindo as velhas ameaças búlgara e russa, faziam antever o pior. Além do mais, foi nesta época que a aristocracia fundiária viu o seu poder reforçado, graças a isenções fiscais e a imunidades judiciárias que desaguarão na instituição da *prónoia* (isto é, *concessão*), uma nova técnica fiscal que inicialmente permitia remunerar a parentela imperial, mas cujo benefício foi depois estendido aos funcionários do Estado,

nomeadamente aos oficiais, tornando-se o seu modo de pagamento normal; como explica Jean-Claude Cheynet (2001 81), a *prónoia* transferia para o beneficiário um privilégio fiscal, ou seja, o Estado dava terras aos poderosos (de forma temporária e vitalícia) para que estes as administrassem, cabendo-lhes receber as rendas; foi uma espécie de marca da “feudalização do Estado bizantino”, pois o beneficiário da *prónoia* tornava-se um verdadeiro ‘senhor’ dos camponeses a quem cobrava o imposto; enquanto o poder central foi razoavelmente forte (até à centúria de Trezentos), ainda pôde fazer respeitar as condições de atribuição do privilégio e evitar as exações dos beneficiários perante os seus contribuintes, pondo fim à concessão quando o serviço que justificava o seu pagamento cessava; mas, na fase terminal do império, a *prónoia* passaria a ser hereditária.

À morte de Constantino IX, Teodora tornou-se a última mulher a governar em Bizâncio, mas apenas durante um ano e meio (1055-56) e sob o claro domínio dos eunucos que pululavam na corte; seguiu-se um quarto de século de confusão. Primeiro, com Miguel VI Bringas (1056-1057), um dignitário que fora próximo de Teodora mas que foi rapidamente deposto por uma revolta popular; depois, com Isaac I Comneno (1057-1059), um membro da aristocracia militar da Ásia Menor, que depressa a aristocracia civil de Constantinopla substituiu por um dos seus líderes: Constantino X Ducas (1059-1067). Foi todo um tempo de deterioração do sistema político e militar, o que facilitou a saga dos Normandos em Itália (nomeadamente da família Guiscard, que chegou a prender o papa Leão IX na batalha de Civitate, em 1053, e que, seis anos volvidos, se uniu com a Santa Sé, contra Bizâncio). Nos Balcãs, o expansionismo húngaro levou à queda de Belgrado, em 1064, o ano em que os Uzi devastaram o território bizantino, até à Grécia. Todavia, o perigo principal resultou da afirmação do poder dos Turcos Seljúcidas, a Oriente: eles dizimaram o Império Árabe,

tomaram Bagdade em 1055 e reduziram o califado abássida a uma importância residual (embora tenha sobrevivido até 1258).

Os Turcos assumiram, assim, o programa expansionista antibizantino dos Árabes: em 1065, anexaram a Arménia, dois anos mais tarde conquistaram Cesareia da Capadócia e, em 1071, obtiveram uma vitória espetacular e decisiva, em Manzikert (bastante a sudeste de Trebizonda, junto ao lago Van Gölü, perto da atual fronteira da Turquia com a Arménia, o Azerbaijão e o Irão). Nesta batalha, provavelmente a mais famosa da história do Império Bizantino (Haldon 2001 112-127), o coimperador Romano IV Diógenes (um general que a viúva de Constantino X Ducas, Eudóxia, elevara ao trono, casando com ele) foi estrondosamente derrotado e preso pelo sultão seljúcida, Alp Arslan (1063-1073). Na ressaca, Romano IV foi afastado e cegado por Miguel VII Ducas (1067/71-1078) e pode bem dizer-se que este foi o começo do desmoronamento do Império Bizantino. Aliás, logo em 1071, Bizâncio perdeu Bari para Roberto Guiscard (após três anos de cerco), seguindo-se a Croácia e o principado sérvio de Zeta (Montenegro), entre outros territórios. Também internamente, grassava uma tremenda crise económica, decorrente da ação do logóteta Niceforítze (o principal ministro de Miguel VII), que gerara uma enorme inflação ao declarar como monopólio estatal o comércio dos cereais (Ravegnani 2006 126).

Assim, em 1078, o estrategista do *tema* da Anatólia, Nicéforo III Botaniate (1078-1081), depôs o *basileús* e assumiu o poder, não conseguindo todavia estancar a crise e a luta interna de fações: logo em 1081, um outro chefe militar da Ásia Menor, Aleixo I Comneno, derrubou-o do trono e deu início à famosa dinastia dos Comnenos. O império bem precisava de um novo fôlego, até porque, em 1078, já os Seljúcidas tinham anexado uma grande parte da Península da Anatólia, com o príncipe Suleiman a fundar em antigo território bizantino o sultanato de Icónio (também chamado, muito simbolicamente, “do Rum”, ou seja, “sultanato romano”),

com capital em Niceia (e mais tarde em Icônio). Neste momento delicadíssimo, restava a Bizâncio, que perdera já as suas regiões mais prósperas e dinâmicas, a parte ocidental da Ásia Menor (com Constantinopla à cabeça) e as costas do Mediterrâneo e do mar Negro! Seria possível ao velho Império Bizantino sobreviver por muito tempo mais?

As dinastias dos Comnenos e dos Anjos (esta de muito curta duração) foram as últimas do período médio bizantino, tendo-se prolongado até 1204, o ano em que os cruzados concretizaram a insólita conquista de Constantinopla. Foram dinastias importantíssimas, em especial a dos Comnenos, que lutaram denodadamente pela recuperação do império, negociando soluções inovadoras (como a aliança com Veneza), mas que se viram confrontadas, por causa do avanço dos Turcos, com o problema das Cruzadas na Terra Santa e com a degeneração progressiva do espírito original deste projeto. Toda esta situação criou um caldo civilizacional que obrigou Bizâncio a abrir-se mais ao exterior, rompendo com o isolamento que lhe era próprio e ocidentalizando algumas das suas práticas, nomeadamente a nível económico. Foi também um tempo de grandes escritores, os mais célebres dos quais foram Ana Comnena (autora da famosa *Alexíada*, em que narra a vida do pai, o imperador Aleixo I Comneno), Nicéforo Briênio (o marido de Ana, elevado à condição de *kaisar* e autor de uma obra inacabada sobre a segunda metade do século XII), João Cínamo (o secretário de João II Comneno, no terceiro quartel do século XII) ou Niceta Coniate (um alto funcionário que escreveu sobre os acontecimentos desde o reinado de João I até ao final do período dos Anjos, em inícios do século XIII).

Aleixo I (1081-1118) teve um início de reinado terrivelmente difícil, devido sobretudo à pressão dos Normandos, cujo líder histórico, Roberto Guiscard, possuído por uma “bulimia conquistadora”

(Delumeau / Heullant-Donat 2000 114), abandonou a Itália em 1081 para atacar Bizâncio, tendo ocupado Corfu (uma ilha do mar Jónico, na atual costa albanesa) e cercado Durazzo (Albânia), com o evidente propósito de marchar depois sobre Constantinopla. Nesta aflição, Bizâncio foi salva por uma aliança urdida por Aleixo I com a cidade semi-independente de Veneza (receosa do expansionismo normando), aliança essa que teria uma repercussão imensa no futuro do império. Graças ao apoio naval veneziano, o cerco normando a Durazzo fracassou; como recompensa, Aleixo I – medindo mal os riscos desta sua generosidade – atribuiu ao *doge* (o dirigente máximo) veneziano a alta dignidade de *prôtosebastós* (a título hereditário e colocando-o ao nível da família imperial bizantina, com o respetivo estipêndio), elevou o patriarca de Grado (antigo patriarcado de Aquileia, em Itália) à dignidade de *hypertímios* (uma grande honra eclesiástica) e, sobretudo, comprometeu-se a pagar 20 libras de ouro anuais aos Venezianos (que estes podiam distribuir pelas suas igrejas) e ordenou que todos os Amalfitanos com lojas em Constantinopla (e não só) pagassem 3 moedas de ouro por ano à Igreja de São Marcos, em Veneza; além disso, foram outorgadas aos de Veneza generosas concessões imobiliárias em Durazzo e na capital bizantina (um comprido quarteirão comercial ao longo do Corno de Ouro, o porto natural da cidade) e foram-lhes ainda concedidos enormes privilégios comerciais: isenções de taxas, exclusão de ficar sob a jurisdição dos funcionários marítimos bizantinos em vários dos centros comerciais mais importantes do império e ainda outros (Ravegnani 2006 132-133)!

Quando os Petchénègues, com o apoio dos bogomilos (uma seita de inspiração maniqueísta) e dos Turcos, atacaram os Balcãs, em 1087, Aleixo I defendeu-se à boa maneira bizantina: fez uma aliança com os Cumani (um povo nómada, oriundo das estepes russas) e conseguiu uma vitória relevante na batalha do monte Levunião, em 1091; a seguir, forçou o emir de Esmirna a levantar o

cercou a Constantinopla, patrocinando uma revolta local contra ele; por fim, livrou-se dos Cumani (que derrotou) e preparou-se para atacar os Turcos na Ásia Menor, de modo a desafogar a situação geoestratégica de Bizâncio; todavia, acabou por não concretizar este seu projeto, em resultado da chegada da Primeira Cruzada a Constantinopla.

As Cruzadas tinham sido lançadas pelo papa Urbano II no encerramento do Concílio de Clermont, em finais de 1095. O objetivo era canalizar para o Oriente a violência destruidora da cavalaria feudal, atribuindo-lhe um objetivo mais nobre: a libertação dos Lugares Santos, associados à vida de Jesus Cristo (Monteiro 2006 167-168). Bizâncio tinha solicitado a Roma auxílio militar na luta contra os Turcos, que como vimos já haviam engolido uma grande percentagem do território imperial, mas não estava à espera do que surgiu em Constantinopla a partir da primavera de 1096: primeiro, uma “Cruzada popular”, chefiada por dois visionários (Pedro, “o Eremita” e Gualter “Sem Haver”) postos à cabeça de uma turba imensa e mal armada, que Aleixo I depressa tratou de colocar do lado nascente do Bósforo e que foi imediatamente chacinada pelos Turcos; depois, um exército de cerca de 100 000 cavaleiros, liderado por uma série de príncipes ocidentais, entre os quais Boemundo de Tarento (o filho de Roberto Guiscard!). Bizâncio reagiu com mil cautelas e fez um acordo com os cruzados: dar-lhes-ia apoio logístico e militar, com vista à reconquista de Jerusalém, mas, em troca, os “Francos” (nome por que eram conhecidos os primeiros cruzados, dado serem na sua grande maioria oriundos da França) jurar-lhe-iam fidelidade e entregariam a Bizâncio as terras que reconquistassem aos Turcos.

Negócio feito, os cruzados lá avançaram e, até ao verão de 1099, obtiveram uma série notável de sucessos, o que lhes permitiu fundar três Estados latinos na Terra Santa: o condado de Edessa (por Balduíno de Bolonha, em março de 1098), o principado de

Antioquia (por Boemundo de Tarento, em junho de 1098) e o reino de Jerusalém (entregue a Godofredo de Bulhão, duque da Baixa Lorena, em julho de 1099); em 1102, seria ainda fundado, por Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse, o condado de Trípoli. Quanto à prometida restituição de territórios a Bizâncio, nada: os cruzados alegaram que Aleixo I não tinha cumprido a sua parte, designadamente quando os Francos se viram aflitivamente cercados em Antioquia pelo emir turco de Mossul, Kerboga, e este desencontro inquinou definitivamente as relações entre Gregos e Latinos. Em conformidade, Aleixo I iniciou uma guerra sem quartel ao principado ítalo-normando de Antioquia, acabando por obrigar Boemundo de Tarento a submeter-se e a declarar-se seu vassalo, em 1108 (ainda que o território tenha ficado nas mãos de Tancredo de Hauteville, um sobrinho de Boemundo).

João II Comneno (1118-1143) prosseguiu a obra do pai e enfrentou os Seljúcidas na Ásia Menor (em 1119) e os Petchénègues nos Balcãs (na Macedónia e na Trácia, obtendo uma vitória decisiva em 1122). A seguir, teve de se ocupar da ameaça protagonizada pelos Sérvios e pelos Turcos.

Como recorda Giorgio Ravegnani (2006 137-138), os Sérvios eram originários do norte dos Cárpatos, e Heráclio tinha-os fixado nos Balcãs, para conter os Ávaros. A sua origem étnica é incerta, mas acabaram por se misturar com a população eslava local, embora tivessem estabelecido duradouramente relações culturais e políticas estreitas com Bizâncio; as suas comunidades chamavam-se *zupanije* (ou *zupe*) e eram governadas por um príncipe (*zupan*). Bizâncio parece ter tido sobre os Sérvios uma soberania nominal até meados do século IX: no tempo de Basílio I (867-886), os Sérvios aceitaram o cristianismo ortodoxo e a vassalagem política ao império, mas, em meados do século XI, o maior principado sérvio (conhecido como Diocleia ou Zeta) tornou-se independente, situação que seria confirmada pelo papa Gregório VII (o pontífice

da célebre “reforma gregoriana”), desejoso de fazer entrar a Igreja sérvia na órbita romana. Nos inícios do século XII, o principado de Zeta entrou em decadência, verificando-se em contrapartida a ascensão do governador de Rascia (o nome deriva do forte de Ras, a residência do príncipe); no entanto, a experiência não foi muito duradoura: João II Comneno venceu o *zupan* de Rascia, e a guerra travada com a Hungria a partir de 1128 terminou com um acordo favorável a Bizâncio; assim, em finais da centúria, a Sérvia já estava novamente sob a supremacia imperial, embora tenham ocorrido muitas rebeliões, pelo menos até à segunda metade do século XIII.

Quanto aos Húngaros (ou Magiares), tinham relações com Bizâncio desde o século VI, quando viviam entre o rio Danúbio e o Cáucaso. No século IX, migraram para poente e alcançaram a margem norte do estuário do Danúbio; nos finais dessa centúria, a pressão dos Petchénègues deve tê-los empurrado para a Panónia, onde, em 906, destruíram o reino da Morávia. A partir daí, efetuaram incursões regulares, quer contra o Ocidente, quer contra Bizâncio, mas – como já sabemos – em 955 foram copiosamente derrotados por Otão I na batalha de Lechfeld; estes desaires puseram fim ao nomadismo húngaro e, pouco depois, este povo tornou-se uma nação estável, graças sobretudo à ação do príncipe Géza e do seu filho, Vajk (isto é, *herói*), o primeiro rei da Hungria, que adotou o nome de Estêvão I (1000-1038). Ao converterem-se ao cristianismo em 970, os Magiares entraram na órbita religiosa romana, mas conservaram estreitas relações políticas e culturais com Bizâncio, até porque, durante dois séculos, mantiveram uma fronteira comum. Há mesmo notícia do envio, por Constantino IX Monómaco e por Miguel VII Ducas, de coroas a alguns monarcas húngaros, e também sabemos que Géza I casou com uma sobrinha do imperador Nicéforo III Botaniate (1078-1081), chamada Sinadena Teodoro. Em 1104, uma filha do rei magiar Ladislau I (de nome

Piroska) casou com o *basileús* João II Comneno e tornar-se-ia imperatriz e *augusta* (Ravegnani 2006 138-140).

A João II deve-se também uma ofensiva militar bem-sucedida na Ásia Menor, com a submissão dos emirados de Melitena e da Cilícia, um ataque a Antioquia (que forçou o príncipe latino, Raimundo de Poitiers, a jurar fidelidade ao *basileús*, em 1137) e com a recuperação da Panfília. O imperador estaria a preparar-se para recuperar a Palestina quando encontrou a morte durante uma caçada, em 1143. Um balanço imparcial do reinado de João II deve ainda lembrar a degradação das relações com Veneza, pois o *basileús* começou por se recusar a cumprir o leonino contrato assinado pelo seu pai, e a grande cidade mercantil retaliou com represálias navais a partir de 1122, obrigando o imperador a recuar e a renovar, em 1126, o acordo original...

Curiosamente, João II escolheu como sucessor, não o seu primogénito (Isaac), mas um filho mais novo, Manuel, que considerava mais habilitado para o efeito; esta decisão implicou uma entorse no princípio político da Antiguidade, que era vulgarmente aceite na tradição imperial bizantina.

Manuel I Comneno (1143-1180) intensificou a abertura de Bizâncio ao Ocidente e imprimiu ao império o derradeiro impulso expansionista. O seu longo reinado pode dividir-se em duas partes, separadas pelo desastre militar ocorrido em Miriocéfalo, em 1176, contra os Turcos.

No início do seu principado, Manuel I teve de concentrar a sua atenção no acompanhamento da Segunda Cruzada, um projeto inteiramente falhado (salvo a conquista, absolutamente periférica, de Lisboa aos Mouros) e que decorreu entre 1147 e 1149, sob a liderança de dois poderosos monarcas ocidentais: Luís VII, rei de França, e Conrado III, titular do Sacro Império Romano-Germânico (Monteiro 2006 174-176). Com o príncipe normando da Sicília, Rogério II, a aproveitar as dissensões entre os cruzados (e entre

estes e os Bizantinos) para tomar Corfu e devastar a Grécia (com as capturas provisórias de Tebas e de Corinto), Manuel I teve de renovar a aliança com os Venezianos, concedendo mais privilégios; ainda pensou atacar os Normandos em Itália, com o auxílio do seu cunhado Conrado III (os descendentes dos Otões mantinham vivo o sonho de dominar a Itália), todavia os Venezianos fizeram abortar o projeto para não correrem o risco de verem os Bizantinos instalados nas duas margens do Adriático. Então, Manuel I recrutou mercenários e resolveu atacar sozinho, com o apoio do papa Adriano IV, tendo começado por obter um sucesso na Apúlia, mas sofrendo depois um grave revés em 1156, diante de Guilherme I, o novo rei siciliano. Em 1158, foi assinado um tratado entre Bizâncio e os Normandos, que praticamente expulsou os Bizantinos da Península Itálica! Esclarecido quanto à política veneziana (que optara pela neutralidade naquele conflito), Manuel I virou-se para Génova, outra poderosa república marítima italiana, porém a diplomacia normanda gorou qualquer aliança.

Mais sorte teve Manuel I noutras paragens: contra os Estados latinos do Oriente, conseguiu obter a submissão definitiva da importantíssima cidade de Antioquia, em 1159; nos Balcãs, foi bem-sucedido contra os Húngaros, e submeteu a Dalmácia, a Croácia, a Bósnia e Sirmio (em 1167), para além de ter dominado a rebelião de um príncipe sérvio, Estêvão Nemanja, em 1172. Eram passos importantes para uma reconquista territorial significativa, embora as bases fossem frágeis e os sacrifícios financeiros estivessem a tornar-se cada vez mais difíceis de suportar pela população.

Em 1175/1176, Manuel I organizou uma campanha contra o sultanato turco de Icónio, mas foi severamente derrotado em Miriocéfalo (na Frígia, no centro-oeste da Ásia Menor), em setembro de 1176. Esta derrota, que Ravegnani (2006 144) compara a Manzikert – 1071, assinalou o fim da restauração comnena e o início do processo de desagregação do aparelho estatal bizantino.

Para agravar a situação, Veneza, desconfiada das ambições italianas do *basileús* (p. ex.: apoio às comunas do Norte, na luta contra o imperador Frederico I “Barba Ruiva”), cortou com Bizâncio, o que levou Constantinopla a ordenar, no dia 12 de maio de 1171, a detenção de todos os Venezianos que estivessem em território imperial! Em retaliação desta megaoperação policial, de que resultaram muitos prisioneiros, Veneza organizou uma frota de 100 navios e, sob o comando do *doge* Vital II Miguel, atacou algumas ilhas gregas (Eubeia, Kios, Lesbos, entre outras), numa ação que acabou por abortar devido a uma epidemia e ao mau tempo, que forçaram a esquadra italiana a regressar destroçada a sua casa, em 1172. O *doge* acabou por ser assassinado, mas o seu sucessor, Sebastião Ziani, manteve a guerra a Bizâncio: fomentou a revolta sérvia, cedeu navios a Frederico I (inimigo declarado dos Gregos) e, após um acordo com os Normandos da Sicília, obrigou Manuel I a negociar, em 1179; daqui resultou a libertação de alguns prisioneiros venezianos, mas a morte do imperador não permitiu outras evoluções.

Os últimos dois imperadores dos Comnenos, Aleixo II (1180-1183) e Andrónico I (1183-1185) tiveram reinados muito curtos e malsucedidos. O primeiro, Aleixo II (filho de Manuel, que herdou o trono ainda menor, ficando sob a frágil regência da imperatriz Maria), foi vítima de um ambiente cada vez mais hostil aos Latinos, sobretudo em Constantinopla, das dificuldades de gestão do dossiê das Cruzadas, dos problemas religiosos e dos nacionalismos bizantinos. O segundo, Andrónico I, primo de Manuel, impôs-se pela força e mandou matar a imperatriz-mãe (que assumira o hábito monástico por imposição prévia do marido) e o próprio soberano legítimo, Aleixo II! Mas nem por isso este antigo governador do Ponto teve um principado tranquilo: em maio de 1182, uma marcha sobre Constantinopla conduziu ao massacre dos Latinos ali residentes (nomeadamente Genoveses e

Pisanos) pela população enfurecida; no entanto, esta política (de novo) isolacionista e antiocidental, se podia ser muito popular na capital bizantina, não dispensou Andrónico I de reatar com Veneza, a quem foi restituída a maior parte dos privilégios outorgados por Aleixo I, para além de indemnizações chorudas pelos acontecimentos de 1171. No fundo, Andrónico tentava conter como podia a desagregação do aparelho estatal e a corrupção (venda de cargos políticos, extorsões fiscais, por exemplo), instituindo para o efeito um ambiente altamente repressivo e brutal. Todavia, as derrotas sucessivas averbadas em diversos tabuleiros (contra os Húngaros e os Sérvios, ou contra os Normandos, que em 1185 tomaram Tessalónica e avançaram sobre Constantinopla) acabaram por desgraçar o usurpador, que terminou linchado pela multidão nas ruas da capital do império...

Chegava ao fim a era dos Comnenos, dinastia que – como observa Jean-Claude Cheynet (2001 136) – fizera assentar o seu estilo de governação em três mandamentos: i) uma centralização crescente; ii) a valorização da família imperial; iii) a procura do apoio da Igreja e da população de Constantinopla. A seguir aos Comnenos, vieram os Anjos (ou Ângelos), que nem por isso salvaram Bizâncio da decadência; esta breve dinastia (de 1185 a 1204), promovida pela aristocracia feudal, reuniu apenas quatro monarcas. O primeiro foi Isaac II (1185-1195), um primo de Andrónico que conseguira refugiar-se em Santa Sofia e que foi aclamado imperador; teve capacidade para forçar os Normandos a abandonarem o território imperial, mas sofreu grandes humilhações às mãos dos Búlgaros (que em 1187 constituíram uma espécie de segundo império, em versão minimalista) e, sobretudo, foi apanhado pela Terceira Cruzada na Terra Santa (1189-1192), à frente da qual vinha justamente Frederico I “Barba Ruiva”, acompanhado por Ricardo “Coração de Leão”, rei de Inglaterra, e por Filipe II “Augusto”, soberano da França...

Constantinopla temeu o pior, e são conhecidas as alianças de Isaac II Anjo com Saladino (o grande líder turco e sunita que unificara os muçulmanos, reativara a *jihad* e reconquistara Jerusalém em 1187), assim como o envio de novas embaixadas a Veneza, igualmente receosa da ameaça germânica. O afogamento de Frederico I na Cilícia, em 1190, facilitou a vida ao novo *basileús*, que no entanto viu Ricardo conquistar Chipre, em maio de 1191, tornando a ilha uma excelente base de operações contra a Síria-Palestina. A Terceira Cruzada não permitiu aos ocidentais reconquistar senão uma faixa costeira dos velhos Estados latinos, falhando o objetivo principal (a reconstituição do reino de Jerusalém), mas Isaac II acabou por ser deposto pelo seu próprio irmão, Aleixo III, que o cegou e encerrou na prisão.

Aleixo III (1195-1203) teve de fazer face às ambições do novo imperador germânico, Henrique VI (dono do trono siciliano e cunhado de Isaac II), e obrigou-se ao pagamento de um pesado tributo (a chamada “taxa alemã”) para evitar a guerra; foi nessa altura que começaram a ser removidos dos túmulos imperiais bizantinos os ornamentos mais valiosos, um sinal claro da exaustão do Tesouro (Ravegnani 2006 151). Aleixo III tentou favorecer sistematicamente Génova e Pisa (uma jovem potência marítima em ascensão), assim como Ragusa, à custa de Veneza e, para poupar o erário público, suspendeu os pagamentos e as ajudas aos Venezianos; contudo, tal como sucedera com João II Comneno, acabaria por recuar e, em 1198, acabou por assinar um novo tratado bizantino-venezião, que repôs a aliança anterior.

O pior, porém, no que à dinastia dos Anjos diz respeito, estava guardado para o fim: em 1198, o papa Inocêncio III lançou a Quarta Cruzada, que deveria partir de Veneza. O astuto *doge* Henrique Dandolo (nonagenário e quase totalmente cego) soube negociar com os promotores franceses da expedição o preço do transporte em navios venezianos. Quando os cruzados se juntaram, faltavam

muitos homens e... muito dinheiro; os Venezianos propuseram atacar Zara, uma cidade da margem esquerda do Adriático, que era uma adversária comercial dos Venezianos. Os cruzados, endividados, aceitaram; no entanto, nem assim conseguiram pagar a sua dívida. Foi então que surgiu uma proposta veiculada por um filho do velho e cego Isaac II, detido nas masmorras de Constantinopla: dizia este outro Aleixo que, se os cruzados e os Venezianos repusessem o seu pai no trono, saldariam todas as dívidas da operação e ainda os ajudariam a reconquistar Jerusalém (Monteiro 2006 177-179)!

E assim foi: Aleixo III foi destronado, Isaac II foi reposto no trono (como era cego, o seu filho tornou-se imperador associado, sob o nome de Aleixo IV: 1203-1204) e os ocidentais ficaram à espera que Constantinopla cumprisse a sua parte do acordo. Não obstante, Aleixo IV só conseguiu reunir metade da verba e solicitou um adiamento; o tempo foi passando e os nervos foram crescendo, dentro e fora da capital; em janeiro de 1204, Aleixo V Ducas Murzuflo encabeçou um golpe de Estado, prendeu e estrangulou Aleixo IV; quanto ao velho Isaac II, morreria dias depois, na prisão. Como era alheio ao negócio com os ocidentais, Aleixo V recusou-se a pagar-lhes qualquer indemnização; sentindo-se traídos, os cruzados e os Venezianos assaltaram Constantinopla e tomaram a maior cidade cristã do mundo, em abril de 1204! Por fim, um exército conseguia conquistar a capital do Império Bizantino, que depois foi fortemente saqueada e semidestruída (felizmente, os Venezianos tiveram a ideia de poupar muitas obras de arte, que ainda hoje se podem admirar em Itália).

Após este insólito *grand final* de uma Cruzada lançada pela Santa Sé, os cruzados e os Venezianos repartiram entre si os despojos. Nascia desse modo o Império Latino do Oriente, que duraria até 1261: Balduíno da Flandres ficou como imperador, enquanto o novo patriarca de Constantinopla (Tomás Morosini) foi escolhido entre os Venezianos. O Império Bizantino foi dividido,

com uma quarta parte para o imperador Balduíno (centrada em Constantinopla, na Trácia, na Ásia Menor e nas ilhas gregas) e o resto a ser repartido entre os Venezianos e os cavaleiros cruzados. No entanto, permaneceram muitas zonas por submeter, pelo que houve necessidade de ajustamentos posteriores, em resultado da resistência grega e de outros fatores.

A conquista ocidental das províncias bizantinas (sem grande oposição, ao que se sabe) decorreu entre finais de 1204 e 1205, conduzindo a diversos Estados semi-independentes no seio do Império Latino, em especial:

- i) o reino de Tessalónica, em 1205, exigido por Bonifácio de Montferrato e com jurisdição sobre a Macedónia e a Tessália;
- ii) o ducado de Atenas (incluindo a Ática e a Beócia), em 1205, a favor do borgonhês Otão de la Roche, com o apoio do rei de Tessalónica;
- iii) o principado de Acaia ou da Moreia (no Peloponeso), constituído em 1205, por Guilherme de Champlitte e Godofredo de Villehardouin.

Veneza obteve, claro está, imensas vantagens, embora tivesse renunciado à Grécia continental, o que teria tornado a cidade lagunar uma potência também terrestre: para além de controlar Durazo, Corfu e uma parte da Eubeia, entre outros territórios, Veneza ficou com os melhores portos do mar de Mármara e do Helesponto, com possessões na Trácia (como Adrianopla) e com um enorme quarteirão em Constantinopla. O sábio Henrique Dandolo morreu em 1205, mas o novo *doge* ficou dono e senhor de “quarta parte e meia do império da România” (ou seja, de metade do que sobrava, depois de retirado o quarto do imperador latino)! Ao que se sabe, Veneza aproveitou muito melhor do que os cruzados este sucesso

em Constantinopla, estabelecendo uma prefeitura na capital e sabendo construir um grande império mercantil; além do mais, tinha sido suficientemente astuta para escusar o *doge* de jurar fidelidade ao imperador latino, e também era menos vulnerável ao efeito das tradicionais forças centrífugas feudais (Ravegnani 2006 158).

2.3. A época tardia: da resistência no exílio de Niceia (1204-1261) à conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos (1453):

Apesar de a oposição à conquista franco-veneziana não ter sido feroz, alguns aristocratas fugiram para zonas que os Latinos ainda não tinham ocupado e, a partir dessas posições, onde criaram governos independentes, organizaram a resistência bizantina. Devemos evidenciar, sem prejuízo de alguns enclaves mais pequenos e menos relevantes que surgiram na Ásia Menor:

- i) o chamado “império de Niceia”, na Ásia Menor, criado logo em 1204 por Teodoro Lascaris, genro de Aleixo III (personagem que fugira do cerco cruzado a Constantinopla); Lascaris fez-se coroar imperador quatro anos mais tarde, por um patriarca (Miguel Autoriano) que ele próprio nomeou;
- ii) o despotado do Epiro (Albânia/Grécia), a partir de 1205, no noroeste da Grécia, com capital em Arta; foi fundado por Miguel Anjo (ou Ângelo), um cunhado de Isaac II e de Aleixo III;
- iii) o “império de Trebizonda”, a sul do mar Negro, logo a partir de abril de 1204, com os irmãos Aleixo e David Comneno, sobrinhos de Andrónico I, que reclamavam o título imperial; devido à sua posição mais periférica, esta

formação resistiria até à conquista turca de 1453 (ou até um pouco além disso).

Claro que os Latinos quiseram de imediato sufocar o império de Niceia e, em finais de 1204, atacaram a Ásia Menor, mas a ocorrência de uma revolta bizantina na Trácia, em fevereiro de 1205, com o apoio do czar búlgaro Kalojan, obrigou à suspensão das operações. A 14 de abril de 1205, o imperador latino foi pesadamente derrotado pelos Búlgaros nas proximidades de Adrianopla; Balduíno foi preso neste combate, em que tombou a fina flor da cavalaria cruzada, e nunca mais foi devolvido pelos seus captores. Perante estes reveses, muitos cruzados, em pânico, optaram por regressar à Europa; por isso, os Ocidentais viram-se obrigados a evacuar a Ásia Menor, e o império de Niceia respirou de alívio. Teodoro Lascaris organizou então o seu novo Estado com base no modelo bizantino, constituindo uma espécie de ‘governo imperial no exílio’, de tal maneira que ainda hoje os historiadores consideram os governantes de Niceia, entre 1204 e 1261, como legítimos sucessores de Aleixo V Ducas Murzuflo. O sucessor de Balduíno (o seu irmão Henrique da Flandres), depois de travar os Búlgaros, tentou eliminar o império de Niceia, mas não dispôs de meios para tanto e, em 1214, acabou por assinar o Tratado de Ninféia, que definia as fronteiras entre os dois impérios (o latino, que conservou a costa noroeste da Ásia Menor, e o de Niceia).

Um outro epígono relevante de Bizâncio foi o despotado do Epiro, que controlava também a Acarnânia e a Etólia e que Teodoro Anjo tornou uma potência antilatina; em 1224, conquistou Tessalónica e pôs fim a esse reino latino (mantido pelos sucessores de Bonifácio de Montferrato, liquidado pelos Búlgaros em 1207). Teodoro, que também dominava uma grande parte da Macedónia, chegou mesmo a proclamar-se imperador dos Romanos e a reclamar a herança bizantina, criando por conseguinte uma situação de enorme rivalidade

relativamente a Niceia. Assim, em 1225, o Império Latino estava praticamente reduzido a Constantinopla e aos seus arredores, mas acabaria por sobreviver durante mais algumas décadas.

O novo imperador de Niceia, João III Ducas Vatatzès (1222-1254), submeteu rapidamente quase tudo aquilo que restava da Ásia Menor latina e ainda conquistou Adrianopla, na Trácia. Ficou assim aberta a via para Constantinopla, cidade-ícone que passou a ser disputada por três potências: pelos Latinos, que a queriam preservar a todo o custo, pelo imperador de Niceia e pelo déspota do Epiro (agora também chamado imperador de Tessalónica). Mas não podemos esquecer a ambição dos Búlgaros, tanto mais que o novo czar, Ivan II Asen, tinha o mesmo sonho de Simeão: formar um império búlgaro-bizantino com capital em Constantinopla!

Sabendo disso, os Latinos, para sobreviverem aos dois rivais mais próximos, decidiram aliar-se ao czar e, após a morte do imperador Roberto de Courtenay (em 1228), até pensaram confiar-lhe a regência do jovem Balduíno II! Na sequência desta aliança contranatura, Teodoro Anjo foi derrotado e preso pelos Búlgaros, na batalha de Klokotnica-Marizza (em 1230), o que provocou um apagamento significativo da potência do Epiro-Tessalónica, para gáudio dos de Niceia. Porém, em tempo de alianças extremamente volúveis, no ano seguinte os Latinos mudaram de planos e elegeram como coimperador o ancião João de Brienne, descendente de uma distinta família de cruzados. Sentindo-se enganados, os Búlgaros, por sua vez, aliaram-se a Niceia em 1235, contando com a simpatia discreta do novo imperador de Tessalónica, Manuel Anjo (irmão de Teodoro). Os aliados cercaram Constantinopla por mar e por terra, em 1235 e em 1236, mas a conquista não era fácil, e o czar Ivan II entendeu-se de novo com os Latinos, vindo a abandonar a disputa em 1237.

Deste modo, Niceia ficou com as mãos livres para enfrentar sozinha Constantinopla, mas João III Vatatzès não teve tempo para

cumprir o seu sonho (a reconstrução do Império Bizantino), devido ao surgimento de um dado novo: a invasão mongol da Europa oriental, em 1242, impulsionada pelo *khan* Ögedey (o sucessor do lendário Gengis *khan*). No ano seguinte, os Mongóis destroçaram o exército dos Seljúcidas do Rum na batalha do desfiladeiro de Köse Dagħ (no nordeste da atual Turquia), criando assim um novo quadro geoestratégico na região. Niceia foi obrigada a entender-se com os Turcos para conseguir sobreviver, enquanto os Mongóis avançavam até à costa do Adriático. No entanto, a investida mongol foi de curta duração e acabou por ter efeitos colaterais benéficos para os de Niceia, uma vez que debilitou os seus principais vizinhos e potenciais adversários orientais: o imperador de Trebizonda e o sultão turco de Icónio, que se tornaram vassalos dos invasores mongóis.

Embora sem ter conseguido alcançar o seu objetivo final, João III duplicou a extensão do império de Niceia, que conheceu também nesta época um significativo florescimento cultural. Para sobreviver, o imperador latino, Balduíno II, estava agora obrigado a mendigar apoios no Ocidente, no decurso de uma viagem de vários anos em que chegou a ceder relíquias preciosas (como a coroa de espinhos e outras, que Luís IX de França acolheria na sua preciosa Sainte-Chapelle, em Paris); até o filho do imperador latino, Filipe, foi entregue em penhor do apoio dos Venezianos! Na linha do que Aleixo III tinha já sido obrigado a fazer com os ornamentos tumulares, foi nesta altura que o chumbo dos tetos dos palácios de Constantinopla começou a ser vendido, para pagar as dívidas (Ravegnani 2006 74-75)... E, apesar de todos estes esforços, o Ocidente (com exceção de Veneza, claro está) abandonou a Constantinopla latina à sua sorte.

A João III sucedeu, em Niceia, Teodoro II Lascaris (1254-1258), um homem de cultura, que desenvolveu os estudos humanísticos, mas que não teve tempo para mais. Quando faleceu, o seu filho e herdeiro, João IV Lascaris (1258-1261), era ainda menor, pelo

que a regência ficou nas mãos de um prestigiado general, Miguel Paleólogo, que depressa se tornou coimperador. Coube a este último defender Niceia de uma temível coligação que então se organizou e que incluía Manfredo da Sicília, Miguel II do Epiro e Guilherme II de Villehardouin, do principado de Acaia (na costa norte do Peloponeso); em 1259, o Paleólogo derrotou com estrondo esta coligação em Pelagônia (na Macedônia), desferindo um golpe mortal no que restava das ambições epirotas. Niceia e a Constantinopla latina (apoiada por Veneza) ficavam sozinhas em campo e, para enfraquecer a posição da grande cidade mercantil italiana, Miguel Paleólogo optou por se entender com a rival Génova, com quem celebrou o Tratado de Ninfeu, em março de 1261; neste acordo, foram prometidas enormes regalias aos Genoveses, caso Constantinopla fosse reconquistada pelos herdeiros legítimos de Bizâncio. Os Genoveses, ansiosos por ocuparem a posição dos seus concorrentes do Vêneto na grande metrópole do Bósforo, enviaram alguns navios para as proximidades, mas Constantinopla acabou por cair, quase de forma fortuita, antes mesmo de eles poderem ser úteis: Aleixo Strategopolo, um general de Niceia, fora enviado à Trácia para assustar os Latinos; ao passar perto de Constantinopla, percebeu que a cidade estava muito mal defendida, uma vez que o grosso da guarnição tinha saído para atacar uma ilha do mar Negro; astuto, o general aproveitou para avançar na noite de 25 de julho de 1261, com o apoio de alguns residentes; Balduíno II foi apanhado de surpresa e pôs-se em fuga com o seu séquito, enquanto o resto dos latinos (incluindo o prefeito veneziano e o patriarca) evacuava a cidade em ritmo de ‘salve-se quem puder’. Cinquenta e sete anos após a insólita conquista cruzada, Constantinopla voltava a ficar nas mãos dos Bizantinos!

Foi assim que começou a última dinastia de Bizâncio – a dos Paleólogos. O seu primeiro titular foi justamente o general Miguel, que logo em 1261 mandou cegar João IV Lascaris e se tornou

imperador único. Muito território tinha sido perdido ao longo do último meio século, mas o império sobrevivera à provação do exílio niceno e Miguel VIII (1259/1261-1282) procurou, quer pela força das armas quer pela habilidade da astuta diplomacia bizantina, recuperar o que podia.

Nos primeiros anos, Miguel VIII conseguiu algumas restituições na Acaia, recuperou aos Búlgaros alguns portos na costa ocidental do mar Negro e forçou o Epiro a reconhecer a soberania imperial; já no Peloponeso, em 1264, sofreu vários desaires contra o príncipe renegado de Acaia. Em relação às cidades mercantis italianas, o primeiro Paleólogo optou por se aliar, ora com Génova, ora com Veneza, para não ficar excessivamente dominado por nenhuma delas; a base de Gálata, no Corno de Ouro, foi então convertida em cidade comercial italiana, transbordando de prosperidade.

Com a subida ao trono da Sicília por Carlos de Anjou (irmão do rei Luís IX de França), as dificuldades de Miguel VIII aumentaram, uma vez que Carlos ambicionava o trono bizantino e pôde contar com o apoio do papa para uma grande expedição contra Constantinopla! O *basileús* manobrou como pôde para desviar a Santa Sé de uma aliança com os Angevinos e, em 1274, no Concílio de Lyon, foi proclamada a união das Igrejas latina e grega, com enormes cedências bizantinas ao papa italiano Gregório X (o antecessor do único papa português: Pedro Hispano, ou João XXI); o facto, porém, acarretou uma fatura interna pesada para o primeiro dos Paleólogos: uma grande parte da população, apoiada pelos monges e pelos partidários do patriarca deposto de Constantinopla, Arsénio, opuseram-se, obrigando Miguel VIII a duras perseguições aos dissidentes. Para agravar a situação, em 1281, Carlos de Anjou conseguiu fazer eleger o papa francês Martinho IV, favorável aos seus interesses, e este fomentou uma imensa coligação antibizantina, que reunia, além de Carlos e da Santa Sé, os herdeiros do trono latino de Constantinopla (a família dos Courtenay), Veneza (irritada

pelo facto de Miguel VIII andar a conquistar possessões suas no mar Egeu, através de um pirata italiano: Licário), a Tessália (a norte da Grécia), a Sérvia e a Bulgária! Com a vida de novo presa por um fio, Bizâncio acabaria por ser salva pela eclosão da revolta das Vésperas Sicilianas (Palermo, março de 1282), que Constantinopla deve ter fomentado e que, numa célebre ‘noite das facas longas’, acabou com o domínio francês na Sicília (e, mais tarde, no sul da Península Itálica), em proveito dos reis de Aragão. Três anos mais tarde, Veneza voltaria a aproximar-se de Bizâncio.

Nessa altura, porém, já era Andrónico II (1282-1328), filho de Miguel VIII, quem ocupava o trono bizantino. Este imperador governou durante quase meio século e começou por pacificar a Igreja bizantina, repudiando a união com Roma, ao mesmo tempo que tomava duras medidas de saneamento financeiro, sobretudo diminuindo as despesas com o exército e a marinha. Em matéria de política externa, Andrónico preferiu o entendimento com Génova e a via diplomática, patrocinando por exemplo o casamento da sua filha com o czar sérvio Milutin, de modo a travar uma perigosa ameaça sobre Tessalónica. Este foi, no entanto, um tempo de grande desvalorização monetária e de empobrecimento da população, salvo dos grandes latifundiários e dos detentores da *prónoia*. Foi também um tempo de exacerbamento das rivalidades entre Génova e Veneza, que disputaram uma autêntica guerra de influência nos territórios e mares do Oriente; em 1302, foi assinado um armistício entre Veneza e Bizâncio, bastante oneroso, que tornou o império um verdadeiro refém dos seus próprios aliados (Ravegnani 2006 170). Quatro anos depois (1306), Carlos de Valois (irmão do rei de França, Filipe, “o Belo”, e herdeiro do trono latino de Constantinopla) concebeu com o papa Clemente V (que excomungou Andrónico II e Veneza) um novo plano de cruzada contra Bizâncio, mas esta não chegaria a concretizar-se. Bastante mais reais foram os efeitos da desastrosa campanha bizantina na Ásia Menor, contra os Turcos.

Aqui, a presença mongol conduziu à fragmentação do sultanato seljúcida do Rum em diversos emirados, sob o domínio dos descendentes de Gengis *khan*. Todavia, nos inícios de Trezentos, a potência mongol entrara em declínio e isso possibilitara a afirmação gradual do emirado dos Otomanos (ou Osmanlis), no território da antiga Bitínia (na margem sul do mar Negro). Esta tribo turca fora das últimas a chegar à Ásia Menor, sob o comando de Ertogrul, a quem sucedera o filho Osman (1281-1326), o verdadeiro fundador da dinastia otomana. Excelentes guerreiros, os Otomanos começaram a expandir o seu território e a unificar as tribos turcas, ameaçando perigosamente os interesses de Bizâncio; num ápice, dominaram a Ásia Menor, enfraquecida com a transferência da capital de Niceia para Constantinopla.

Esta ameaça levou, em 1303, Andrónico II a fazer uma aliança com uma companhia mercenária de origem catalã, chefiada por Rogério de Flor. A “Companhia Catalã”, que contaria com cerca de 6500 homens, já tinha atuado na Sicília, e Andrónico II chegou a casar uma sobrinha sua com Rogério de Flor, capitão mercenário que elevou à condição de *kaîsar*! Em 1304, os Catalães derrotaram os Turcos no cerco de Filadélfia, mas o atraso no pagamento dos soldos levou-os a constituírem um principado independente na Ásia Menor. Sentindo-se traída, Bizâncio promoveu o assassinato de Rogério, em 1305, e os Catalães declararam guerra aberta ao império: derrotaram o coimperador Miguel em batalha e, depois, devastaram a Trácia bizantina e rumaram ao norte, onde saquearam o famoso mosteiro de Athos, na Grécia (em 1308), antes de alcançarem a Tessália. Dois anos mais tarde, aliaram-se ao duque franco de Atenas, Gualter de Brienne, mas romperam com ele logo em 1311, tendo-o derrotado e estabelecido então em Atenas um principado catalão destinado a durar sete décadas!

Este ambiente conduziu, em Bizâncio, a uma guerra civil de 1321 a 1328, entre Andrónico II e o seu neto Andrónico III (o filho

do coimperador Miguel IX, morto em 1320). Do lado do neto, que reagia assim ao seu afastamento da sucessão ao trono, alinhou a jovem aristocracia bizantina, encabeçada por João Cantacuzeno. No final da disputa, o *basileús* foi obrigado a abdicar e a entrar para um mosteiro, e Andrónico III Paleólogo (1328-1341) subiu ao trono de púrpura, escolhendo como seu braço-direito João Cantacuzeno.

Apesar de os Sérvios e os Búlgaros terem aproveitado a guerra civil para devastarem o território bizantino, a nova dupla governante trouxe algum revigoreamento ao império. É certo que Andrónico III foi vencido por Orkhan (filho de Osman) na batalha de Pelékanon (na Bitínia), em junho de 1329, tendo perdido também Niceia (em 1331) e Nicomédia (em 1337), o que o levou a assinar um tratado humilhante com os Turcos, no qual reconhecia o Estado otomano e se obrigava a pagar um pesado tributo anual. Mas, em contrapartida, o novo *basileús* e o seu primeiro-ministro, Cantacuzeno, conseguiram estabilizar as relações com Veneza, reconstruíram a frota bizantina e obtiveram vários sucessos contra os Genoveses (em Kios, na Fócia, em Gálata) e contra a nova ameaça séria do czar Estêvão Dusan (neste último caso por via diplomática); além disso, reconquistaram a Tessália e o Epiro, aproveitando as disputas internas causadas pela morte de príncipes titulares que não haviam deixado herdeiros.

A morte de Andrónico III, em 1341, abriu um novo período de guerra civil, uma vez que o seu sucessor legítimo, João V Paleólogo, tinha apenas nove anos de idade. Nesta guerra, João Cantacuzeno, então com o estatuto de *mégas domestikós*, enfrentou o partido da imperatriz-mãe, Ana de Saboia, apoiada pelo patriarca de Constantinopla (João Caleca) e pelo *mégas dux* (isto é, o comandante da frota), Aleixo Apocauco, que recolhia um significativo apoio popular. A guerra civil prolongou-se por seis anos e, dado que nenhuma das partes conseguia impor-se pelos seus próprios meios, envolveu muitos parceiros externos ocasionais (Sérvios, Seljúcidas,

Otomanos, Búlgaros, entre outros), o que muito contribuiu para o dilaceramento do que restava do império. Além disso, a questão assumiu também uma dimensão religiosa, com o rebentamento da polémica do hesicasmo, uma doutrina que remetia para o silêncio, para a meditação de tipo oriental, para a contenção da respiração em ordem a avistar a luz divina, muito acarinhada no mosteiro de Athos e inspirada no episódio evangélico do monte Tabor. Os hesicastas, com o teólogo grego Gregório Palamas à cabeça, apoiaram João Cantacuzeno, enquanto os seus adversários (liderados por um monge da Calábria, Barlaão) alinharam com a facção opostora. Durante esta guerra civil, explodiu ainda, nomeadamente em Adrianopla e em Tessalónica, uma revolta social dos antiaristocratas, incentivados pelo *mégas dux* Apocauco; nesta última cidade, a rebelião conduziu mesmo à formação de um governo de zelotes durante alguns anos (Ravegnani 2006 174). No final, foi de novo Cantacuzeno quem ganhou a guerra civil, tendo-se feito coroar coimperador em 1347; com ele, que governava como João VI mas em nome do legítimo *basileús* (João V Paleólogo), o hesicasmo tornou-se a doutrina oficial da Igreja bizantina, circunstância que alargou o fosso relativamente a Roma.

Nesta época, o velho império estava exangue e sofria constantes perdas territoriais: Kios (para os Genoveses), a Macedónia (com exceção de Tessalónica), o Epiro e a Tessália (para os Sérvios) e outras regiões. Bizâncio estava agora reduzida, para além da capital e dos seus subúrbios, à Trácia, às ilhas do norte do mar Egeu, a Tessalónica (cada vez mais isolada) e a uma parte do Peloponeso. Mau grado todos os esforços e reformas, o império entrou em colapso financeiro, ao ponto de a imperatriz Ana de Saboia decidir empenhar a Veneza as joias da Coroa, incluindo a baixela da corte, toda em chumbo e em terracota (Ravegnani 2006 174)! Para agravar a situação, em 1347, a Peste Negra chegava a Constantinopla...

João Cantazueno tentou gerir o melhor possível as relações com as repúblicas mercantis italianas. Não foi nada fácil, dada a extrema rivalidade entre Veneza e Génova (que travaram uma batalha naval, de resultado indeciso, no Bósforo, em fevereiro de 1352); para mais, Cantacuzeno e João V tinham preferências distintas em matéria de alianças, e essa discórdia acabou por conduzir a uma nova guerra civil, aberta em 1352 e favorável a Cantacuzeno (e aos Genoveses), graças à intervenção dos Otomanos. Estes aproveitaram o embalo e, em 1354, invadiram a Europa, tendo tomado Galilopoli, no Helesponto, uma porta de entrada privilegiada no continente europeu! Vencido mas não convencido, João V aliou-se então a um corsário genovês, Francesco Gattiluso, a quem prometeu a ilha de Lesbos; juntos, promoveram a deposição de Cantacuzeno, em finais de 1354; o notável governante foi obrigado a tornar-se monge, mas ainda viveria durante cerca de três décadas, com grande participação na vida pública (aliás, os seus partidários mantiveram-se no poder na Moreia até 1380) e, sobretudo, com uma intervenção cultural relevante: Cantacuzeno compôs uma história dos acontecimentos do seu tempo que constitui uma fonte preciosa.

Ao assumir finalmente o poder como único governante, João V teve de enfrentar uma situação desesperada, em especial devido à ameaça dos Otomanos, que aproveitaram a morte do czar Estêvão Dusan para esfrangalhar o Império Sérvio (1355) e que, a partir de Galilopoli, começaram a submeter a Trácia; em 1359, os Otomanos surgiam pela primeira vez às portas de Constantinopla; depois, atacaram a Bulgária, tendo submetido Filipopolis em 1363. Dois anos mais tarde, o sultão Murad I fixava a sua capital em Adrianopla (em plena Trácia)! Com estes acontecimentos, todo o Ocidente se sentiu ameaçado e Bizâncio começou a ser vista na Europa com mais simpatia, por constituir a fronteira da cristandade contra os Turcos. Desde 1355, João V procurou uma aliança, acenando de novo

com a submissão da Igreja bizantina a Roma, e começaram a ser concebidos planos para uma grande cruzada contra os Otomanos; mas só em 1365, graças aos esforços do papa de Avinhão, Urbano V (1362-1370), com o apoio do rei de Chipre (Pedro de Lusignan), se deu uma ofensiva cristã; esta acabou, todavia, por redundar em fracasso, com um ataque ao Egito e o saque de Alexandria. João V viajou para Buda, em busca de apoios, mas só o conde Amadeu de Saboia, primo do *basileús*, correspondeu, possibilitando a reconquista de Galilopoli, em 1366, e alguns outros sucessos contra os Turcos e os Búlgaros (incluindo a libertação do imperador, que havia sido aprisionado no seu regresso da Hungria).

Entre 1369 e 1371, João V viajou para Itália, em busca de salvação e disposto a tudo; em Roma, converteu-se ao catolicismo romano; a Veneza, ofereceu a cobiçada ilha de Ténedos (no Helesponto), em troca de ajuda militar, mas sem sucesso. Em 1371, os Turcos venceram estrondosamente os Sérvios em Maritsa e reduziram a Macedónia sérvia à vassalagem: Bulgária e Bizâncio foram gradualmente reduzidas a um estado de dependência formal dos Turcos, que exigiam tributos e fornecimento de tropas. Em 1387, Tessalónica tombou, após três anos de um duro cerco a Manuel Paleólogo (filho do imperador); no ano seguinte, os Otomanos afogaram em sangue a insurreição sérvia (apoiada pelos Búlgaros) nos Balcãs, ao vencerem a batalha de Kosovo Polje, em 15 de junho de 1389; o sultão Murad I até morreu no combate, mas o seu filho Bajazed I assegurou a vitória sobre o príncipe Lázaro da Sérvia e sobre os seus apoiantes nobres, que foram presos e executados; toda a Sérvia caiu então sob o domínio turco...

Entretanto, em Constantinopla, rebentara uma nova crise dinástica, com Andrónico IV (filho de João V), apoiado por um príncipe otomano, a promover uma conjura contra o pai e o sultão Murad I, em 1376. A conspiração foi duramente reprimida, mas Andrónico IV (1376-1379) conseguiu fugir da prisão e, com o apoio genovês

e turco, tomou o poder; prendeu o pai, confiscou os bens dos Venezianos (cedendo Ténedos aos Genoveses) e restituiu Galilopoli aos Turcos. Governou na base de compromissos vários durante três anos, mas, em 1379, João V Paleólogo e o seu segundo filho, Manuel, depuseram-no com a ajuda de Veneza e dos Turcos, que os haviam retirado das masmorras.

A queda de Bizâncio estava cada vez mais iminente e o cenário era de completa desagregação do que restava do velho império. Em 1391, à morte do pai, Manuel II (1391-1425) subiu ao trono, numa altura em que a expansão otomana prosseguia imparável, sob a liderança de Bajazed I; em finais do século XIV, Bizâncio já só controlava Constantinopla e (de novo) a Moreia, que era governada por um déspota convertido em vassalo dos Turcos. Em 1393, os Otomanos submeteram a Bulgária e ameaçaram a Hungria, tendo ocupado também Tessalónica; dois anos mais tarde, a Valáquia tornou-se vassala dos Turcos e deu-se uma incursão militar na Moreia (Peloponeso); pelo meio, registou-se um bloqueio a Constantinopla, que apenas sobreviveu graças aos abastecimentos venezianos.

Neste cenário, o Ocidente tentou de novo organizar uma cruzada em defesa da cristandade; o seu promotor foi o rei Sigismundo da Hungria, o único Estado balcânico com recursos para tal empresa. Em Roma e em Avinhão, os papas Bonifácio IX e Bento XIII, respetivamente, deram o seu apoio ao projeto, o que permitiu concentrar perto de 100 000 homens, na sua maioria húngaros, em Buda. No verão de 1396, o exército cruzado passou o rio Danúbio e foi cercar Nicópolis; porém, a 25 de setembro, Bajazed I apareceu para derrotar copiosamente as forças cristãs. Empolgado, no ano seguinte o sultão muçulmano ocupou Atenas e começou a expandir-se para a costa sul da Grécia, tomando Argos aos Venezianos.

Manuel II requereu desesperadamente o auxílio do Ocidente, mas só obteve promessas vagas. O rei de França, Carlos VI, ainda

enviou uma pequena esquadra de 1000 homens, sob o comando do experiente marechal Boucicaut, que no final do verão de 1399 ajudou a romper o bloqueio turco a Constantinopla. Manuel II e o marechal viajaram então para a Europa (Itália, Paris, Londres), em busca dos apoios militares que rareavam: destas viagens, os resultados mais tangíveis foram até a nível cultural, com relevantes trocas de experiências e de informações entre eruditos gregos e ocidentais; por exemplo, Manuel Crisolora (aluno do erudito Demétrio Cidone) estabeleceu-se em Florença, onde ensinou o grego entre 1397 e 1400 (foi professor de Guarino Veronese), dando um importante impulso ao movimento humanístico europeu (Ravegnani 2006 182). Já politicamente, os reinos europeus pareciam mais empenhados na resolução das suas crises internas, agravadas pelos efeitos conjugados da Peste Negra, do Cisma de Avinhão e da Guerra dos Cem Anos. O contexto, definitivamente, em nada favorecia o antepenúltimo imperador de Bizâncio!

Quando tudo parecia ruir, porém, os Mongóis de Timurlenk (Tamerlão) derrotaram os Otomanos em Ancara (1402), prenderam Bajazed I e, assim, adiaram o fim de Bizâncio. É certo que os Mongóis se retiraram dois anos mais tarde, mas a luta pela sucessão no sultanato enfraqueceu os Otomanos até 1413; nesse ano, deu-se a ascensão de Mehmet I, e este novo sultão, por paradoxal que pareça, manteve com Bizâncio um relacionamento cordial até à sua morte, ocorrida em 1421. Manuel II pôde, assim, recuperar Tessalónica e o monte Athos, na Grécia, viu ser levantado o bloqueio a Constantinopla e ainda conseguiu aligeirar o tributo anual a pagar aos Otomanos.

Seguiram-se alguns anos de calma e até de vitalidade cultural, especialmente em Mistras (com o déspota Teodoro II Paleólogo e o humanista Jorge Gemisto Pletone), com um reflorescimento do helenismo, que contrasta de forma muito curiosa com a decadência do império. Como observa Ravegnani (2006 182), a Moreia tornou-se

um viveiro de “grecidade” e expandiu-se por todo o Peloponeso (com exceção de algumas colônias venezianas, como Argo). Em 1432, a sujeição do principado latino de Acaia pôs fim à disputa franco-bizantina pelo Peloponeso, e o imperador ordenou então que se construísse um bastião defensivo (o *Hexamilion*) ao longo do istmo de Corinto.

Este radioso ‘outono bizantino’ terminou em 1421, quando o novo sultão otomano, Murad II (1421-1451), retomou a tradicional política antibizantina dos Turcos: os privilégios foram revogados, Constantinopla foi uma vez mais cercada (em 1422), o *Hexamilion* foi destruído (e o sul da Grécia saqueado, em 1423) e, enfim, Bizâncio foi constrangida a assinar uma paz humilhante, prestando de novo vassalagem aos Otomanos a partir de 1424. Seis anos mais tarde, ocorreu a queda de Tessalónica, a segunda cidade do império que os Venezianos (que tinham recebido a respetiva cedência em 1423) defenderam até ao fim.

Perante este quadro de renovadas aflições, o novo *basileús*, João VIII Paleólogo (1425-1448), efetuou – também ele – uma viagem ao Ocidente, em busca de apoio e jogando de novo a cartada da reunificação religiosa, acompanhado por muitos clérigos e monges e mesmo pelo patriarca José II. No Concílio de Ferrara-Florença, em 1438/1439, foi proclamada a união das duas Igrejas, mas em Bizâncio muitos populares e religiosos reagiram mal; as mais famosas exceções foram os bispos de Niceia, Bessarião, e de Kiev, Isidoro, que foram mesmo viver para Itália, onde se tornaram cardeais.

A Europa não foi totalmente indiferente aos últimos apelos bizantinos e, em 1443-1444, realizou-se a chamada Cruzada de Varna, de novo chefiada pelo rei da Hungria (neste caso Ladislau III), que conduziu um exército cruzado incluindo ainda o voivoda da Transilvânia (Hunyadi), o déspota da Sérvia (Brankovic) e um legado papal (Juliano Cesarini). Cerca de 25 000 soldados (a que

se juntaram pelo caminho perto de 8000 sérvios) cruzaram o rio Danúbio em inícios de outubro de 1443 e penetraram na Bulgária e na Trácia, obtendo muitos sucessos até que o inverno caiu e as operações pararam. Murad II viu-se em apuros, até porque teve de acudir na mesma altura a uma revolta na Ásia Menor, a uma insurreição na Albânia e à ofensiva de Constantino Paleólogo (o déspota bizantino da Moreia) sobre a Grécia central. Por isso, o sultão propôs uma trégua, negociando-se um armistício por dez anos, acordo esse que acabou depois por ser rejeitado pelos cristãos, com exceção do previdente déspota sérvio. Assim, o grosso dos cruzados avançou para o mar Negro e preparou-se para embarcar em navios venezianos, em Varna, para rumar a Constantinopla; no entanto, as operações foram mal coordenadas e um atraso nos movimentos dos Venezianos permitiu a Murad II transportar tropas asiáticas para o Bósforo. Por fim, a 10 de novembro de 1444, as forças otomanas, que superavam na proporção de um para três as suas adversárias, infligiram aos cruzados a sua última derrota, perto da cidade de Varna (atual Bulgária); o rei Ladislau e o cardeal Cesarini morreram e poucos cristãos se salvaram...

Quatro anos mais tarde, o déspota da Moreia, Constantino XI Paleólogo (1448-1453), tornou-se o último *basileús* bizantino, tendo sido coroado em Mistras, perto de Esparta (e já não em Constantinopla). Todavia, já pouco ou nada poderia fazer pela causa do velho império, perante a cavalgada imparável dos Turcos; com a Moreia devastada desde 1446 por Murad II, restava, nas montanhas da Albânia, a resistência de Jorge Castriota “Scanderberg”.

Em 1451, um novo e jovem sultão otomano, Mehmet II, “o Conquistador”, percebeu que tinha chegado a hora de acabar com o que restava de Bizâncio, e que se resumia praticamente à capital: isolou Constantinopla, construiu no ponto mais estreito do Bósforo o castelo de Rumili-Hisar (que contracenava com a fortaleza

de Anadolu Hisar, erguida por Bajazed I na margem asiática) e munuiu-o de artilharia extremamente potente, capaz de impedir a aproximação de qualquer navio inimigo. Em começos de abril de 1453, teve início o cerco otomano a Constantinopla, com um exército que se estima reunisse 150 000 homens e uma força tremenda de artilharia (incluindo um célebre canhão gigantesco fabricado em Adrianopla por um especialista húngaro e que foi transportado por 60 bois durante dois meses!). Do lado de dentro, a cidade-ícone era defendida por apenas 7000 homens, entre residentes, venezianos e sete centenas de mercenários genoveses comandados por João Justiniano Longo, que comandava as operações (voltaremos a este assunto na segunda parte deste volume).

O assalto começou a 12 de abril de 1453, por mar e por terra, e não se pode dizer que a resistência não tenha sido brava; porém, o bombardeamento foi-se intensificando e, a 26 de abril, Mehmet II começou a preparar a ofensiva final. No dia 28, fez-se em Constantinopla uma grande procissão, seguida de uma cerimónia religiosa: o destino estava traçado, mas muitos esperavam ainda um milagre. No dia 29 de maio, pelas três horas da madrugada, os Otomanos concretizaram o derradeiro assalto, com os janízaros (uma tropa de elite composta por jovens cristãos capturados em batalha, convertidos ao islão e treinados para a guerra desde criança) a conseguirem ultrapassar a muralha ao nascer do Sol. O comandante Longo, ferido, abandonou as operações, e o pânico generalizou-se; quanto ao último dos imperadores, Constantino XI, morreu dignamente em combate; algumas embarcações de venezianos, de genoveses ou de cretenses foram a tábua de salvação para uma parte dos cristãos que conseguiu sobreviver. Nos três dias seguintes, Constantinopla foi sujeita aos rigores da 'lei da espada', tendo sido brutalmente saqueada.

O Ocidente pouco tinha feito para salvar a maior cidade cristã do mundo, a qual forneceria aos Turcos uma ótima base de apoio

para o seu assalto futuro à Europa (travado em 1529 e, de novo, em 1683, às portas de Viena). Desencantada com a união religiosa proclamada em Santa Sofia pouco antes do Natal de 1452, uma grande parte dos súbditos bizantinos resignou-se à submissão muçulmana, que não se estimava que pudesse ser pior do que a ‘romana’... O ducado de Atenas tombou em 1456, a Moreia cairia em 1460 e Trebizonda no ano seguinte; já as colónias venezianas e genovesas, espalhadas pelo espaço imperial, resistiram um pouco mais à investida turca. Entretanto, muitos bizantinos refugiaram-se em Itália, entre os quais um número significativo de eruditos.

Terminava assim a história de Bizâncio. O Império Romano do Oriente deixou, todavia, uma herança significativa (Cheynet 2001 172):

- i) do ponto de vista político, o seu legado foi assumido pelos Turcos, que necessitaram de um século (até ao apogeu, sob Solimão, “o Magnífico”) para reconstituir o império da Antiguidade Tardia, centrado em Constantinopla, que voltaria a ser uma grande metrópole. Como no tempo de Bizâncio, a administração do Império Otomano organizou-se em torno da divisão entre Europa e Ásia (Anatólia). Os Gregos, os Sérvios, os Búlgaros e as outras nações conservaram a sua religião e as suas próprias leis, sob o olhar vigilante do sultão otomano, que acautelava o bem-estar dos seus povos. Foi também por isso que, no período recente da deslocação do Estado otomano (a partir dos inícios do século XIX), as nações grega, sérvia e búlgara puderam ressurgir;
- ii) do ponto de vista espiritual, a herança bizantina foi reclamada por Moscovo, que se intitulou mesmo... a “terceira Roma”! Em 1472, o grão-duque Ivan III casou em segundas núpcias com Sofia Paleóloga, sobrinha do último

basileús. O czar tornou a Igreja de Moscovo independente do patriarca de Constantinopla, cargo para o qual Mehmet II escolheu, aliás, um titular grego (Scholarios), mas claramente antiocidental. O monaquismo do Athos sobreviveu, e a Santa Montanha foi reedificada por cristãos dos Balcãs e da România. Nos séculos XV e XVI, os mosteiros ligados a Meteore (na Tessália) constituiriam um verdadeiro bastião da ortodoxia;

iii) do ponto de vista intelectual, a presença de muitos letrados orientais no Ocidente, a partir de 1453, reintroduziu na Europa o apreço pela língua grega e estimulou a grande curiosidade dos ocidentais pelos autores clássicos gregos. Em Veneza, que detinha as ilhas jónicas (como Creta ou Naxos), a única província da Grécia que escapava à autoridade otomana, os refugiados mantiveram um centro de helenismo bastante ativo.

Entretanto, o espírito de cruzada não tinha sido abolido: na corte dos reis de França, nos séculos XV e XVI, alguns gregos (da família Lascaris e de outras) forneciam informações preciosas sobre as capacidades militares do sultão e multiplicavam os conselhos para uma expedição a Constantinopla. O tempo do Império Bizantino, porém, tinha-se esgotado definitivamente...

3. Em jeito de visita guiada

Concluída a viagem pela história política do Império Bizantino, gostaríamos agora, para finalizar a primeira parte deste volume, de iluminar alguns aspetos da vida em Bizâncio que nos parecem especialmente relevantes. Seleccionámos três e, sobre cada um deles, faremos uma pequena síntese.

3.1. A paisagem e a economia⁶:

A economia bizantina teve grandes oscilações ao longo do vasto período considerado, muitas delas provocadas por agentes externos: a peste, a varíola, as calamidades naturais (secas, pragas de gafanhotos, entre outras). Também a guerra e os movimentos de deslocação das populações afetaram significativamente a economia e a paisagem.

No período da Antiguidade Tardia, o mundo rural era a grande fonte de recursos. O imperador era o principal proprietário, seguido pela Igreja e pelos latifundiários (mas no Egito, por exemplo, só havia 10% de grandes proprietários, em contraste com os muitos cidadãos que dispunham de pequenas courelas); a escravatura rural entrou em recuo e não parece ter havido mudanças significativas, nem nos utensílios, nem nos métodos agrícolas. As principais culturas eram o trigo, a vinha e a oliveira (uma trilogia muito mediterrânica), mas com rendimentos muito variáveis, consoante as regiões; por exemplo, nas montanhas dos Balcãs produzia-se muito menos do que no vale do Egito. Esta agricultura produzia excedentes que alimentavam as grandes cidades, como Constantinopla, com meio milhão de habitantes no seu apogeu (ainda assim, muito abaixo de Bagdade, que tinha o dobro no século x), mas também havia lugar à criação de animais, sobretudo como forma de valorização das regiões montanhosas, florestais ou semiáridas, e até de cavalos de guerra (p. ex., nas coudelarias da Frígia). As mulas e os camelos eram utilizados para o transporte, os bovinos para a tração, o leite e a carne, enquanto as cabras, os carneiros e os porcos serviam para o consumo alimentar e para as artes têxteis. Havia algumas especializações, como os cereais ou o azeite, mas

⁶ Neste ponto, e salvo indicação em contrário, apoiar-nos-emos em Jean-Claude Cheynet, 2001.

não existia monocultura, e algumas regiões, como o norte da Síria, alcançaram níveis elevados de prosperidade.

As reformas monetárias dos imperadores (como Anastácio I, 491-518) revelam a intenção de se adaptar a uma economia de troca, com moedas regionais e um desenvolvimento interessante do artesanato: cerâmica para guardar o vinho e o azeite, com diversos tipos regionais de ânforas, e peças de louça, vidros sírios e lamparinas. Os *basileis* empenharam-se na manutenção dos portos e das estradas comerciais, embora os portos mediterrânicos fossem agora mais pequenos (salvo o de Constantinopla), se bem que munidos de bons equipamentos (casos de Alexandria, Antioquia ou Cesareia da Palestina). A capital era o nó das grandes rotas comerciais, por ali circulando trigo egípcio, grãos africanos, azeite e vinho da Síria e da Palestina, entre outros produtos. Em matéria de exportações, elas faziam-se em grande quantidade da África bizantina para os Balcãs e a Gália, mas também para o Ocidente bárbaro, até à Bretanha; no entanto, era com o Oriente que as trocas incidindo sobre mercadorias de preço se revelavam mais ativas: a rota das Índias, pelo mar Vermelho, era utilizada para importar especiarias e incenso, mas também chegavam à Síria-Palestina caravanas oriundas da Pérsia; pelo reino cristão de Axum (atual Etiópia) chegavam os produtos africanos, como o marfim; Tiro, pelo seu lado, foi um grande centro de trânsito da seda bruta que vinha do Oriente, antes de os monges terem conseguido introduzir o bicho-da-seda no império, ao tempo de Justiniano. Portanto, no século VI, temos um comércio ainda animado e com uma forte presença do Estado, que possuía manufaturas que permitiam entregar armas aos soldados e formar ateliês têxteis, nomeadamente os do palácio imperial, onde se trabalhava a seda (em especial a de cor púrpura, um exclusivo do *basileús*).

Com a peste e a varíola de 560, a economia bizantina estremeceu e a população diminuiu de forma significativa. O Mediterrâneo permaneceu aberto às trocas, todavia estas eram agora menos intensas.

Com as vitórias dos Árabes no mar, a partir de meados do século VII, houve uma redução drástica da atividade marítima, mas, ao mesmo tempo, a recessão demográfica também tornou menos necessário o transporte de géneros alimentares a longa distância. Muitas cidades reduziram-se a acampamentos-refúgio, com exceção daquelas que ficavam fora das rotas de invasão. Ainda assim, nas províncias sob dominação árabe, preservou-se um certo dinamismo económico.

Do ponto de vista fiscal, o Império Bizantino caracterizou-se por uma taxaçaõ regular e por uma moeda de ouro forte (ao contrário do que sucedia no Ocidente). Não se sabe bem se os impostos eram pagos em moeda ou em géneros, mas é seguro que, com a reconquista macedónica do século X, a pressão fiscal do Estado aumentou de forma significativa, de modo a garantir a existência de um exército numeroso, um dos grandes segredos da sobrevivência do império – sob Basílio II (963-1025), a máquina fiscal bizantina atingiu a sua maior eficácia, alcançando os 3 000 000 de *nomísmata* (o *nomisma* era uma moeda de ouro muito forte); havia uma capitaçaõ sobre as pessoas, outra sobre as transações comerciais e, ainda, uma série de taxas miúdas; os recursos estavam adaptados às despesas correntes, mas situações excepcionais podiam provocar a cobrança de impostos adicionais. Todos os impostos estavam organizados por províncias, e pagar pelo vizinho faltoso dava direito a cultivar as suas terras; já os grandes domínios eram registados à parte, sendo toda a informaçaõ centralizada no *sékretõn* do *génikon* (o departamento da administraçaõ fiscal), em Constantinopla. Segundo Cheynet (2001: 80), este sistema permitia ao Estado contar com rendimentos bastante estáveis, estimando-se que a parte de rendimentos de um camponês efetivamente taxada oscilasse entre um quinto e um quarto da sua produçaõ, o que parece bastante razoável. Ao longo do século XI, o fisco deixou de vender as terras que lhe chegavam por diversas razões (fuga, conquista, arresto) e tornou-se ele próprio um grande proprietário,

cobrando não só o imposto como uma renda: esta evolução esteve na origem da técnica fiscal da *prónoia*, a que já fizemos referência e que transferia para os beneficiários um direito fiscal.

Não é possível afirmar com precisão se, depois das calamidades sofridas (recorde-se que a recidiva da peste, em 747, reduziu Constantinopla a menos de 100 000 habitantes), o Império Bizantino recuperou (ou não) o nível demográfico da Antiguidade Tardia. Mas sabe-se que os *basileis* procuraram instalar as populações recém-chegadas nas terras desertas; os Eslavos foram quem mais contribuiu para esta política, mas nem todas as deslocações se fizeram da Europa para a Ásia: por exemplo, os Isaurianos vitoriosos trouxeram muitos prisioneiros da Síria, e a Trácia foi reforçada com famílias arménias.

Certo é que a exploração familiar predominou, sobretudo numa fase inicial, tendo desaparecido a escravatura rural (os escravos que subsistiram eram essencialmente domésticos). A par das pequenas explorações, havia grandes domínios, como sabemos por uma fonte preciosa da primeira metade do século IX: a *Vida de São Filareto*, “o Misericordioso”, um rico e generoso proprietário da Paflagónia, escrita pelo seu neto Niketas:

diz ele que Filareto (que teve uma neta, Maria, que casou com Constantino VI e se tornou *augusta*) “era muito rico e tinha bastantes animais: 600 cabeças de gado, uma centena de juntas de bois, 800 éguas nas pastagens, 80 cavalos e mulas de sela e 12 000 ovelhas; Filareto tinha ainda 48 quintas com terra em quantidade, todas separadas, muito lindas e de grande valor, pois em frente de cada uma delas estava um poço abundante, vindo do cume de um morro e capaz de irrigar tudo aquilo de que precisasse. E tinha muitos escravos e possessões” (ed. L. Rydden, 1, p. 61).

A partir do século IX, houve um claro movimento de concentração de terras, que quase levaria ao desaparecimento da pequena propriedade familiar sob a dinastia dos Comnenos. Como já vimos, nos séculos X e XI, alguns imperadores (como Romano I Lecapeno, Constantino VII ou Basílio II) tentaram travar este processo, proibindo aos grandes a compra de terras aos mais desfavorecidos e instituindo regras como a do *alléléngyon* (imposto fundiário que atingia os proprietários ricos, solidários com os seus pobres vizinhos em incumprimento, sem com isso beneficiarem do direito de precedência na compra) mas perderam esta batalha, embora tivessem tirado também algum partido fiscal disso. Aos poucos, as “terras estratióticas” foram desaparecendo e começou a notar-se alguma tendência para a colocação dos pequenos camponeses sob a dependência de grandes proprietários: os *pároikoi*, além do imposto normal, pagavam um censo (o *paktón*), mas não podiam ser expulsos pelos terratenentes; em contrapartida, ficavam obrigados a permanecer na sua terra, sem por isso se tornarem servos, já que, se encontrassem um substituto, poderiam partir. A força de trabalho e a superfície das terras era, entretanto, aquilo que diferenciava verdadeiramente a população camponesa e a inscrevia em categorias fiscais distintas: o *zeugáratos* tinha uma junta de bois completa e mantinha uma quinta de cinco a dez hectares, em média; o *boídatos* possuía um único boi e associava-se a um colega para constituir uma junta; e o *pezós* ou *aktémōn* não tinha nem bens nem animais, mas podia alugar os seus serviços e ocupar-se do artesanato ou dos transportes a dorso de asno.

Também na época médio-bizantina parece ter havido escassa inovação técnica, com os instrumentos a evoluírem muito pouco: manteve-se o arado, adequado aos solos mediterrânicos, leves e macios; os instrumentos de ferro estavam já bastante difundidos, mas predominava uma utensilagem manual: enxada para completar os arroteamentos, pá, foicinha para a ceifa e outra. Nos Balcãs,

a agricultura evoluiu relativamente pouco até à Primeira Guerra Mundial, também porque se tratava de uma lavoura muito virada para a autossuficiência. Há, no entanto, notícia de canais de rega, de moinhos de água, do aperfeiçoamento das técnicas de prensagem das uvas e das azeitonas, de seleção dos cereais, de difusão do trigo duro e do cultivo de leguminosas (ervilhas, favas e lentilhas) nos pousios. No século x, as propriedades monásticas sentiram grandes dificuldades de capitais, mas na centúria seguinte foi instituído o regime do “caristicariado”, pelo qual alguns notáveis laicos puderam colocar o seu dinheiro ao serviço da valorização dos domínios eclesiásticos, recebendo os eventuais excedentes dos rendimentos assim gerados, depois de providos os monges (Cheynet 2001 95). Em consequência dos arroteamentos, atestados pelos sinais de renovação urbana, surgiram novos lugarejos e mais mosteiros; no século xii, sabemos que Bizâncio exportava trigo, apesar do aumento populacional.

A comunidade aldeã permaneceu sempre como um elemento nuclear muito forte. Em cada propriedade, as quintas costumavam estar agrupadas ao centro, empoleiradas num sítio com boas condições defensivas, no sopé das colinas ou perto dos rios. As casas camponesas eram ainda bastante frustes: muitas delas eram de madeira e possuíam um mobiliário pobre. Havia jardins, pomares e vinhas, protegidas por paliçadas e com as outras culturas à volta; nas periferias, existiam as terras baldias e os bosques. Cheynet (2001 96) lembra que, na Macedónia do século xi, o que havia era “uma paisagem de terras arborizadas e inexploradas, rompi-da todos os cinco ou seis quilómetros por uma clareira aldeã”. Os cereais continuaram a predominar, sendo metade trigo e o restante cevada e aveia. Utilizava-se o afolhamento bienal, com as leguminosas a serem utilizadas para suplemento de calorias, mas também para enriquecimento das terras em azoto. Quanto ao rendimento agrícola, estima-se que oscilasse entre 1:3 e 1:5 (grãos de

trigo); neste último caso, já se gerariam excedentes. A vinha estava presente em todo o lado, mas a qualidade do produto era medíocre, apesar de alguns bons vinhos regionais, surgidos já nos finais da Idade Média (caso da malvasia da Monemvásia, no Peloponeso). É interessante realçar a presença frequente de jardins de 200 a 400 metros quadrados para cultivo de legumes (couves, alhos-porros, cenouras, alhos, pepinos) e de boas cinturas hortícolas à volta das cidades. Nas regiões mais áridas, escarpadas ou frias, continuou a recorrer-se à criação de gado; evoquem-se os grandes rebanhos de criadores especializados, como os Valáquios dos Balcãs, ou a criação de imensos cavalos no semiárido planalto da Anatólia.

De uma forma geral, pode dizer-se que a condição do camponês não era nem luxuosa nem miserável, mas estava sempre sujeita aos efeitos das guerras e das calamidades naturais, que podiam causar anos consecutivos de penúria. A alimentação camponesa parece ter sido bastante frugal: à base de trigo, completado com produtos da horta, da vinha ou da criação animal; nas regiões de pastorícia, a carne e o queijo eram muito importantes; as muitas colmeias permitiam também a produção de adoçante, sob a forma de mel.

A intensificação das relações com as grandes cidades mercantis italianas, a partir dos Comnenos (desde 1081), animou as trocas comerciais e estimulou o renascimento urbano. Nenhuma cidade igualava Constantinopla, mas Tessalónica, Éfeso ou Trebizonda podem ter atingido os 30 000 a 40 000 habitantes (Kaplan 1991 56). Na capital, vendiam-se, de forma muito liberal, produtos de todas as regiões e instalaram-se ofícios e lojas de mesteiros, com regras rigorosas de abertura e de funcionamento, que implicavam um exame prévio e a validação pelo *éparchos*. Em Constantinopla, havia padarias, mercearias, peixarias, tabernas e talhos, e, na zona do Grande Palácio, vendiam-se produtos de luxo, como metais preciosos, sedas e perfumes.

Já sabemos que os Italianos dispuseram de bairros novos e de grandes privilégios para negociar em Constantinopla; resta saber se isso acarretou a decadência económica de Bizâncio. Segundo Cheynet (2001 106), até à conquista cruzada de 1204 tal não deve ter acontecido, porque a perda de receitas do Tesouro foi modesta, porque os mercadores orientais exportavam trigo e produtos de luxo que estimulavam a economia e porque os grandes proprietários fundiários e os artesãos de Tebas e de Corinto se achavam beneficiados. Em contrapartida, os mercadores bizantinos ficavam em minoria no seu próprio mercado, o que, a prazo, causaria muitos problemas (recorde-se o massacre dos Latinos, em 1182). Se é seguro que alguns comerciantes reuniram grandes fortunas, que lhes permitiram até ambicionar integrar a hierarquia da corte, não é menos verdade que os instrumentos de crédito estavam ainda pouco desenvolvidos: taxas de juro altas, sede de numerário, por exemplo. Já nas províncias, houve benefícios claros do desenvolvimento económico, com um artesanato ativo no século XII a atrair mercadores distantes (incluindo portugueses) a Tessalónica (sobretudo por ocasião da feira de São Demétrio) e a outras cidades, como Corinto e Tebas, onde se produziam tecidos de luxo para os mercadores italianos. Na Ásia Menor, as cidades de Antioquia, Melitena, Teodosiopólis, Erzerum e Trebizonda asseguravam o controlo das rotas de caravanas; na primeira daquelas cidades, havia mesmo mercadores de todo o Oriente, para além dos latinos; entre a classe mercantil de Antioquia, contavam-se muitas minorias religiosas, como Arménios e, sobretudo, Sírios, lembrando-nos a riqueza escondida dessas cidades do Oriente, que também impressionavam pelo contraste entre os bairros ricos e os quarteirões miseráveis que existiam em cada uma delas (Kaplan 1991 81). Mas claro que, após a conquista turca de 1453, o comércio, de uma forma geral, sofreu uma perturbação durante algumas décadas.

3.2. *Constantinopla, Santa Sofia e o Grande Palácio*⁷:

Constantinopla foi concebida como uma “segunda Roma”, de tal modo que foi também organizada em 14 secções urbanas, distribuídas por sete colinas (a última, do lado sul, praticamente não se distingue na paisagem, sendo meramente simbólica). O pequeno ribeiro do Lykos, que corre para o mar de Mármara, ocupou, neste imaginário, o lugar do sumptuoso rio Tibre.

Já falámos, no início deste trabalho, sobre as muralhas de Constantinopla, que os sismos obrigaram a reconstruir e que muito devem a Constantino e a Teodósio II. Por detrás dessas muralhas, sobressaía a massa dos grandes edifícios públicos, em especial o Grande Palácio, o Hipódromo e a Igreja de Santa Sofia, cuja cúpula dominava as de todos os outros edifícios religiosos. Os edifícios principais abriam para uma grande praça, o *Augustéon*, que representava o centro da cidade: do lado oriental, ficava o edifício do Senado, coroado por uma cúpula e antecedido por um pórtico; o revestimento de mármore branco exprimia o seu valor simbólico, apesar da desvalorização progressiva deste órgão de soberania a partir dos Heraclianos (desde 610); por trás, ficava o Grande Palácio, que abria para o *Augustéon* através de uma grande porta de bronze, a *Chalkê*. No século vi, foi aqui colocada a imagem de Cristo, em vez da de Constantino, mas Leão III, “o Isauriano” (717-741), ao abrir a época iconoclasta, mandou-a retirar. A sul da praça do *Augustéon* ficava o Hipódromo, de que também já falámos com algum pormenor; era o centro da vida política de Constantinopla e serviu para variadas funções, dos jogos às proclamações imperiais, passando pelas execuções e outras sevícias públicas (p. ex., em 766, por ocasião da crise iconoclasta, muitos

⁷ Seguiremos, neste ponto, Kaplan 1991 (para a descrição da cidade) e Ravegnani 2008 (para o Grande Palácio).

monges e monjas foram obrigados a percorrer a pista desprovidos dos seus hábitos e alinhados em pares, com um homem e uma mulher de mãos dadas...).

Do outro lado da praça, elevava-se a grande Igreja de Santa Sofia, obra impressionante dos arquitetos Antémio de Trales e Isidoro de Mileto, que a reconstruíram depois da revolta *Nika* de 532. Este templo conserva a planta cristã herdada das basílicas romanas, mas está encimado por uma cúpula fabulosa que representa a esfera do reino de Deus. Como esta semiesfera tem 61 metros de altura e coroa um templo de planta retangular, foi necessário garantir um suporte sólido, por meio de pilares espessos, de contrafortes, de arcobotantes, de abóbadas e de semicúpulas. O edifício tem uma massa imensa e, quando se transpõe o nártex e se entra na nave, o olhar do visitante é instintivamente desviado para o alto, para a cúpula e para a figura de Cristo que a decora; os jogos de luz ajudam a imprimir um ambiente único de majestade e de elevação divina ao interior do templo.

A principal artéria de Constantinopla era a *Mésē*, que conduzia desde a praça do *Augustéon* até à Porta de Ouro, uma das entradas principais da cidade. Era uma avenida monumental e de grande animação comercial, bordejada de pórticos, ao fundo dos quais se abriam as lojas; aqui e ali, surgiam diversos foros (p. ex., de Constantino, de Teodósio, do Boi, de Arcádio), definidos por praças circulares ou retangulares. As outras artérias importantes que faziam a ligação dos setores leste e oeste da capital organizavam-se segundo o mesmo modelo; já as vias secundárias eram bastante estreitas e de traçado inseguro; as que tinham orientação norte-sul, segundo a boa tradição do quadriculado romano, em declive, assumiam por vezes a forma de escadarias; nestes acesos secundários, a circulação era mais difícil.

A aristocracia de Constantinopla possuía numerosos palácios imponentes, isolados e com jardins interiores sumptuosos ou com

pátios bordejados por pórticos e ligados por galerias; nestes palácios, havia grandes salas para recepções sociais, com todas as comodidades, a começar pelos banhos. Já os alojamentos das classes populares eram sombrios e desconfortáveis: geralmente, tinham uma oficina no rés do chão e a casa de morada no piso imediatamente acima. Os imóveis coletivos eram ainda raros, pois, apesar das grandes cisternas alimentadas por uma rede de aquedutos que iam buscar a água à Trácia, predominava ainda a figura do transportador de água. Já havia esgotos, mas subsistiam as dificuldades de eliminação dos dejetos, muitas vezes ainda feita diretamente para a rua. Como em muitas cidades do império que cresceram demasiado depressa, era grande o contraste entre um centro rico e uns arredores pobres.

Uma característica interessante de Constantinopla era a diversidade dos seus bairros, cujos nomes adotavam por vezes o da profissão que aí predominava, das suas cores, dos seus barulhos ou dos seus odores: perto de Santa Sofia, do lado poente, ficava o ruidoso bairro dos caldeireiros; mais à frente, sobre a *Mésē*, o dos ourives, e a seguir o dos aromas deliciosos dos perfumistas. Em toda a cidade havia padarias, sobretudo na *Mésē*, entre os foros de Constantino e de Teodósio. Com frequência, os bairros tomavam os nomes de grandes personagens que aí tinham o seu palácio: *tà Eugeniou*, *tà Roupiniou*, *tà Próbou*, *tà Olympiou*, por exemplo (Kaplan 1991 56-69).

A par de Santa Sofia, o edifício mais importante era o Grande Palácio, ou Palácio Sacro, composto por uma série de construções, pátios, terraços e jardins situados entre o *Augustéon* e o mar de Mármara, no extremo oriental da cidade. Deve-se a Constantino a construção do núcleo original, que foi sendo ampliado ao longo dos séculos. Nos finais do século XI, o Grande Palácio começou a ceder o seu lugar ao Palácio de Blachernes, preferido pelos Comnenos, que ali ergueram esplêndidas habitações. Quando os

Turcos tomaram Constantinopla, em 1453, o Grande Palácio já estava em ruína e, mais tarde, ainda se construiu por cima desses destroços...

Entrava-se no Grande Palácio pelo *Augustéon* e, depois de transpor a *Chalkê* (onde havia muitas estátuas de grandes personagens da história bizantina), acedia-se a um edifício de planta retangular, com uma grande cúpula central em forma de ovo (o *Oaton*) e duas abóbadas menores. As paredes interiores estavam decoradas com mármore policromáticos, e os tetos com mosaicos alusivos aos triunfos de Justiniano. Ultrapassando o quarteirão da guarda imperial, acedia-se à parte mais interna do palácio, com o Triclínio dos XIX Leitos (a sala de banquetes), a Igreja do Senhor e o Consistório. No conjunto de edifícios do Grande Palácio, figuravam também a *Sakelle* (arquivo e depósito do Tesouro), o Palácio de Dafne, o *Augusteus* (sala de representação, onde foram coroadas muitas imperatrizes), a Igreja de Santo Estêvão (fundada em 428, por Pulquéria, com relíquias preciosas) e o *Octágōnon* (a sala octogonal). A Igreja de Santo Estêvão ligava-se ao *Káthisma*, composto por três pisos e com vários apartamentos, para além da já citada tribuna onde o imperador podia seguir os jogos do Hipódromo. No século IX, Teófilo acrescentou a este complexo outros edifícios, como o *Tríkonchos* (com teto dourado e três absides) ou o *Sigma* (munido de uma arcada semicircular).

A Justino II (565-578) devia-se o centro da vida pública do palácio: o *Chrysotríklinos*, uma sala de ouro com forma octogonal e uma cúpula semelhante à da Basílica de São Vital de Ravenna; o trono estava posicionado na abside, debaixo de um mosaico que representava Cristo no trono: ou seja, estabelecia-se uma relação implícita entre a corte celeste e a corte terrestre. A norte do *Chrysotríklinos* ficavam o *Lausiakós* (também devido a Justino II, mas com mosaicos de Teófilo), o *Trípeton* (que funcionava como um vestíbulo do *Chrysotríklinos*), o Relógio e o *Kenoúrgion* (uma

sala em forma de basílica, da época do imperador Basílio I, decorada com mosaicos de fundo dourado representando membros da família imperial). Na parte sul do palácio, havia três igrejas contíguas: Teótoco de Faro, São Demétrio e Santo Elias, a que Basílio I (867-886) acrescentou a *Néa* (ou seja, a *nova*, a mais rica e a mais esplendorosa de todas).

A norte do complexo palatino encontrava-se a *Magnaaura*, uma sala de representação, talvez de Constantino I, muito importante para os cerimoniais; tratava-se de uma basílica em três naves e com três absides; no centro, estava instalado o trono de Salomão, conforme a descrição bíblica que consta do primeiro *Livro de Reis*: “Do mesmo modo, o rei fez um grande trono de marfim que revestiu de ouro puro. O trono tinha seis degraus; no espaldar havia seis cabeças de vitelo; o assento tinha dois braços laterais, em cujos flancos se erguiam dois leões. Doze [outros] leões irrompiam daqui e dali, sobre degraus; não existia nada semelhante em nenhum reino” (citado por Ravegnani 2008 106). Eis aqui bem materializada a ideia do imperador “eleito por Deus”, com o trono disposto como o altar numa igreja: a *basileús* era, de facto, o novo Salomão! Mas a *Magnaaura* incluía ainda, na parte contrária à fachada, uma zona arborizada, provavelmente uma alameda com árvores de um lado e do outro, e servia para diversos fins: “receção aos embaixadores e personagens ilustres, assembleias solenes, sede da universidade, corte de justiça e até, ocasionalmente, habitação dos soberanos” (Ravegnani 2008 106).

Mais isolados, ao longo da costa do mar de Mármara, ficavam a Casa de Hormisdas, o porto de *Boukoléon*, com um conjunto de mármore visível do porto e representando um leão a atacar um touro (incluía ainda um palácio do tempo de Teodósio II), e, possivelmente, a *Porphyra*, de que fala Ana Comnena na *Alexíade*: trata-se de uma divisão quadrada, com cobertura piramidal, pavimento de mármore e paredes em púrpura vermelha com pontos brancos; a tradição diz que era aí que, desde Constantino,

as imperatrizes davam à luz os filhos, por isso chamados “porfirogenetas”. Entre aqueles três edifícios e o complexo palatino estava o *Tzykanistêrion*, um estádio para divertimento da corte, onde se jogava o *tzykânion*, um jogo do tipo do polo, oriundo da Pérsia. Contíguo ao palácio, ficava o Hipódromo, que já descrevemos e de que restam vestígios na atual praça de Atmeydani, em Istambul (obelisco e colunas).

Em síntese, o Grande Palácio constituía uma pequena cidade e contava com uma guarda própria de 10 000 homens. Um grande número de dependentes assegurava os serviços palatinos, com realce para os eunucos (a “multidão dos homens castos”), de quem Coripo diz ter carta-branca para aceder a serviços decisivos nos lugares sacros, à mesa, no policiamento da casa, nos aposentos sagrados, no vestiário e noutros espaços reservados. Constantino VII diz que eles eram tantos que pareciam moscas num estábulo durante o verão, apesar das leis que proibiam a castração – uma sujeição cruel e a que sobreviviam menos de três em cada noventa homens (Ravegnani 2008 108-109)! Os eunucos cresceram muito com a imperatriz Irene (797-802), e as cerimónias dos séculos IX e X mostram que eram um grupo organizado hierarquicamente. Ao que parece – e já que as leis bizantinas, nomeadamente de Leão I (457-474), proibiam a venda de eunucos ‘romanos’ no império –, eram recrutados entre ‘bárbaros’ da Pérsia, da Arménia ou do Cáucaso; na época de Justiniano I, provinham sobretudo do reino pagão dos Abasgi (entre o mar Negro e o Cáucaso); Procópio conta que os dois reis locais raptavam as crianças às famílias para as castrarem e venderem mais caro no Império Bizantino; escolhiam as mais belas e matavam os pais, para evitarem futuras vinganças.

Os eunucos eram muito requisitados pela corte e pela aristocracia bizantinas, sendo mais caros do que os escravos normais; o seu preço variava conforme a sua idade e aquilo que sabiam fazer. Justiniano procurou, sem sucesso, travar esta situação com

leis severas, como numa *Novella* de 558, em que prevê a pena de mutilação e o confisco de bens (ou a deportação, caso fossem mulheres a prevaricar). Atribuía-se aos eunucos a guarda do gineceu e muitos outros serviços palatinos; eram também essenciais nas cerimónias: como anjos, rodeavam o soberano terrestre. Tiveram ainda importantes funções públicas, religiosas (incluindo alguns patriarcas) e até militares, e o seu alto estatuto na corte era bem evidente: enquanto *cubicularii* (ou camareiros), integravam o *sacrum cubiculum* imperial; tal como outros funcionários não eunucos (p. ex., os *silentiarii*), estavam sob a autoridade do *praepositus sacri cubiculum* (igualmente um eunuco), com competências financeiras e outras. Se fossem escravos, obtinham a liberdade ao entrarem ao serviço do imperador. O seu chefe era equiparado aos mais altos funcionários públicos, com o título de *illustris*; quando aposentados, entravam para o Senado (Ravegnani 2008 109-110).

3.3. O espetáculo do poder⁸:

Valeria a pena ser imperador de Bizâncio?... A resposta não é fácil: de um lado, o fascínio do poder, o enorme prestígio do cargo e a inserção num mundo de etiquetas e de cerimoniais que ainda hoje nos parece irreal; do outro, o risco da função: entre Zenão (474-491) e Constantino XI (1449-1453), Bizâncio teve cerca de 80 imperadores e coimperadores, dos quais quase 40% foram depostos; destes, uma dezena e meia foi assassinada, e muitos outros foram objeto de mutilações gravíssimas, para não poderem voltar a exercer o cargo: olhos arrancados e narizes cortados, na maior parte dos casos; os destronados mais felizes foram forçados

⁸ Neste ponto, seguiremos sobretudo Ravegnani, 2008, *passim*.

a tornar-se monges ou exilados; há ainda alguns casos (raros) de imperadores que morreram na guerra (como Nicéforo I).

Qualquer que seja a resposta do leitor, falaremos sobretudo da parte boa do cargo... Como já vimos ao discutir o principado de Justiniano, a corte bizantina celebrava uma autoridade absoluta e desejada por Deus. Os relatos dos muitos escritores que se referem à vida deslumbrante da corte de Constantinopla (Procópio de Cesareia, Pedro Patrício, Coripo, Miguel Pselo, Ana Comnena, Constantino VII Porfirogeneta, Filoteu, Agapito de Santa Sofia, o Pseudo-Codino, entre muitos outros) deixam claro que Deus era a fonte da legitimidade do poder imperial e que o *basileús dei Romani* era um intermediário entre o céu e a terra, uma espécie de 13.º apóstolo. Por isso, o palácio era um lugar sagrado, um espelho da harmonia do mundo, construída à imagem e semelhança da harmonia celestial. O céu era o modelo da perfeição e o governo do bom imperador imitava Deus, para depois ser imitado pelos súbditos: portanto, o palácio (quer o Grande Palácio quer, a partir dos Comnenos, o Palácio de Blachernes) deveria ser um espaço esplendoroso, capaz de reproduzir na terra a corte celeste. Já vimos que, no *Chrysotriklinos*, o cadeiral do soberano surgia sob uma imagem de Cristo no trono; e que, na *Magnaaura*, o *basileús* se sentava num trono construído segundo o modelo bíblico do de Salomão. No fundo, o rei dos céus enviara o imperador para que ele o representasse na terra; este devia, por isso, ser virtuoso, capaz e fisicamente perfeito, razão por que os mutilados (incluindo os eunucos), não correspondendo ao cânone, não podiam aspirar ao poder supremo.

Tudo no palácio funcionava de maneira muito formal, segundo ritos, gestos e fórmulas muito expressivos e rigorosos. Por exemplo, o silêncio era deveras importante na presença do soberano, que agia como um ídolo impassível, servido por eunucos em vestes cerimoniais, como se fossem anjos, e que conduziam as operações.

O *basileús* não pisava o mesmo chão dos outros: caminhava sobre tapetes de púrpura ou sobre placas de pórfiro, e só ele podia utilizar os sapatos cor de púrpura! Quem recebia um dom do imperador, devia levá-lo consigo e escondê-lo na dobra do manto, para preservar a sua sacralidade. Nos cerimoniais da corte, a marca religiosa era forte, todos tinham lugares próprios e o imperador não falava, comunicando por gestos com os eunucos. A música tinha também um papel importantíssimo, por exemplo nas cerimônias de aclamação do novo *basileús*. Apesar das reservas do clero, a adoração das imagens imperiais nunca foi abolida: enquanto cópia da corte celeste, a corte terrena devia suscitar a devoção. Vestes cerimoniais de tipo litúrgico, aclamações rítmicas, velas e incensos, cânticos de exaltação do soberano, tudo isso tinha o seu espaço e o seu papel na fascinante vida cortesã bizantina.

Como vimos, não havia em Bizâncio, tal como não houvera em Roma, regras precisas de sucessão no trono: o problema era regulado pelo costume e pelas circunstâncias do momento. Em teoria, a dignidade imperial era eletiva, cabendo ao Senado, aos grandes dignitários do Estado, ao exército e ao povo uma palavra decisiva na escolha do novo soberano. No entanto, progressivamente, foi-se acentuando uma tendência para a transmissão hereditária do poder, o que levou à constituição de dinastias. A partir de Miguel II Amoriano (820-829), este novo modelo sucessório ficou praticamente consolidado, seguindo-se sete dinastias quase sem interrupção: os Amorianos, os Macedônios, os Ducas (estes por apenas três décadas), os Comnenos, os Anjos (ou Ângelos), os Lascárides de Niceia e os Paleólogos. O legitimismo foi-se enraizando na mentalidade popular e o trono tornou-se um bem de família, com o poder a assumir frequentemente uma forma colegial: um imperador, a que se associava(m) um ou mais coimperadores, geralmente seus familiares (de raiz ou por via de casamentos urdidos na ocasião). A partir dos Macedônios (867-1056), enfatizou-se

o conceito de “porfirogenetas”, para referenciar aqueles que, tendo nascido na púrpura (isto é, na sala *Porphyra*), do ventre de uma *augusta* ou *basíssa*, transportavam consigo a garantia de serem membros da família imperial.

Subidos ao trono, os imperadores de Bizâncio, ainda que devedores de contas apenas ao poder divino, deviam respeitar a Igreja e, de preferência, as leis que eles próprios produziam. Teoricamente, não havia outros limites ao seu poder, mas não restam dúvidas de que existiram diversos contrapesos, que condicionaram fortemente o exercício concreto da governação: o poder da aristocracia fundiária; a força das facções do Hipódromo (os Verdes e os Azuis, expressão do sentimento do povo de Constantinopla); o monaquismo; os patriarcas (em particular o da capital); e as forças armadas (em especial os estrategos dos grandes *témata*). Em última análise, recorria-se à usurpação (“a autocracia imperial era, assim, temperada pela usurpação”: Kaplan, 1991 32), ainda que, cada vez mais, com a preocupação de não se suplantar a dinastia legítima, ou seja, mantendo nominalmente em funções o imperador (ou a imperatriz) no poder: recorde-se o regresso de Zoé, sobrinha de Basílio II, em 1042, sob forte aclamação popular. Isto mostra que, na etapa médio-bizantina, pelo menos desde os meados do século IX, era possível aceitar uma sucessão por via do matrimónio ou da adoção, por muito forçados que fossem, mas já não a violação do princípio da legitimidade dinástica (Ravegnani 2008 65).

Quanto ao princípio da primogenitura, funcionou como regra geral, sobretudo a partir da fase de afirmação clara das dinastias; no entanto, não havia mecanismos rígidos, e o princípio da colegialidade que referimos não devia esmagar a vontade própria do principal soberano; foi por isso que João II Comneno, em 1143, pôde indicar como sucessor, não o seu primogénito, mas um filho segundo: Manuel I. Por fim, devemos salientar

o papel dos conselhos de regência e das imperatrizes nos momentos de algum ‘vazio de poder’, criados pela ascensão ao trono de príncipes muito jovens; algumas imperatrizes-mãe, como a cruel Irene (797-802), aproveitaram bastante bem esses períodos de transição, quase sempre associados a situações de grave instabilidade.

A partir dos Paleólogos (1259/61-1453), a última e também a mais longa de todas as dinastias bizantinas, nota-se claramente uma tendência para o exacerbamento das lutas de poder no seio da própria família imperial. Se os Comnenos tinham valorizado os laços de sangue que uniam o *basileús* aos seus colaboradores mais próximos, já os Paleólogos experimentaram uma deriva quase suicida para a guerra interna e para a *faida* entre famílias. Curiosamente, isto aconteceu no exato momento em que o território do império se reduzia de modo substancial.

As cerimônias solenes de investidura imperial tinham origem romana, mas foram enriquecidas com o tempo e, a partir do século VII, predominou nelas o aspeto religioso. Antes disso, a cerimônia da coroação comportava três grandes momentos:

- i) o rito militar, com o cerimonial do levantamento no escudo, segundo uma tradição de origem germânica que envolvia a atribuição do torque (o colar de tipo celta) e da coroa, traduzindo a delegação de uma autoridade de comando;
- ii) a coroação propriamente dita, com a receção do diadema, a ida a Santa Sofia, a deposição da coroa no altar, a pregação pelo patriarca e, novamente, a coroação do *basileús*;
- iii) a proclamação em espaço público, com aclamação pelos soldados e pelo povo, promessas de bom governo, entrega de donativos às tropas, uma procissão a Santa Sofia e um banquete solene espampanante.

Com o tempo, o rito militar tornou-se quase residual, e a coroação pelo patriarca converteu-se no momento principal da cerimônia; dada a relevância das disputas religiosas em Bizâncio, foi, aliás, exigido um juramento de ortodoxia a muitos *basileis* (como a Miguel I ou a Leão V), o qual seria substituído, no século IX, por um *credo* segundo os cânones dos concílios eclesiásticos. Para o novo imperador, a caução religiosa era imprescindível, e reforçou-se com a introdução do rito da unção sagrada com o crisma (unguento de nardo consagrado), talvez a partir do século IX e em Santa Sofia, com o patriarca de Constantinopla a traçar uma cruz sobre a cabeça do novo imperador; este rito tinha o valor do batismo, cancelando os pecados anteriores, santificando o soberano e atribuindo-lhe o poder de Cristo; o *basileús* ficava, assim, investido da mesma sacralidade e dignidade dos membros do clero.

Felizmente, sobreviveram as descrições das cerimônias de proclamação de alguns imperadores (como Anastácio I, no século V, por Pedro Patrício; ou Justiniano I, no século VI, pelo mesmo autor); e, no seu *Livro das Cerimônias*, Constantino VII Porfirogeneta (913-959) oferece-nos um relato pormenorizado do protocolo da coroação, provavelmente do século IX e em vigor na época da dinastia macedônica: o papel dos dignitários, as vestes utilizadas, a saída do imperador de uma sala palatina devidamente escoltado, a adoração pelo Senado no Consistório, o cortejo até Santa Sofia, a subida ao ambão (púlpito ou tribuna) com as insígnias da realeza (a clâmide e a coroa), a intervenção do patriarca e do imperador mais velho, o vestir do candidato por um eunuco, a coroação, a aclamação por três vezes (“santo, santo, santo, glória a Deus no alto dos céus e paz na terra”), os votos, a passagem a uma outra sala, o sentar-se no trono móvel, a adoração pelos dignitários e funcionários (com um beijo nos joelhos) e o encerramento da cerimônia por um eunuco (Ravegnani 2008 81).

Também da coroação de Nicéforo II Focas (em 963) nos chegou uma descrição anônima feita por uma testemunha ocular, que realça o percurso a cavalo pela *Mésē*, com o candidato vestido com um *skaramángion kastóron* (uma túnica guarnida de pelo de castor, ou mais provavelmente de cor castanha), que em Santa Sofia trocou pelo *tzitzákion* (um manto de origem cazar, usado para as coroações durante a semana da Páscoa e na vigília da Epifania). A Miguel Pselo devemos, na *Cronografia*, uma descrição da coroação de Miguel IV, em 1034, promovida pela amante (a imperatriz Zoé); por aqui se percebe que o Senado teve de obedecer a Zoé, curvando-se perante ela (sentada no trono) e beijando também a mão direita de Miguel IV.

Com o tempo, os ritos de coroação tornaram-se cada vez mais demorados e mais fortemente religiosos. No *Tratado sobre os cargos*, do Pseudo-Codino, relata-se o caso de Andrónico III Paleólogo (1328-1341) e diz-se que os arcontes (os grandes dignitários) se reuniam no Grande Palácio, passando a noite da véspera em grupo, com familiares, enquanto o povo se juntava na capital; depois da profissão de fé em Santa Sofia, o novo *basileús* lançava ao povo e aos soldados, no palácio, saquetas de tecido com três moedas de ouro; a seguir, realizava-se a coroação em Santa Sofia (num trono de ouro montado sobre um estrado de madeira, com o candidato vestido com uma túnica) e a unção pelo patriarca, com a imperatriz ao lado, munida de um ramo de palma; seguia-se a bênção, cortejos a cavalo, festas e ainda alguns banquetes, que podiam durar entre 10 e 30 dias (Ravegnani 2008 83-84)!

E já que falamos das imperatrizes, convém explicar que a sua escolha também era objeto de uma regulamentação minuciosa. De um modo geral, predominou o princípio de os *basileús* casarem com princesas bizantinas (o que, aliás, é próprio do isolacionismo imperial), mas, à medida que as dificuldades se avolumaram, sobretudo a partir dos Paleólogos, a regra conheceu cada vez mais

exceções: a corte de Constantinopla viu-se constrangida a alianças matrimoniais sucessivas, de forma a facilitar a recolha de apoios à sua sobrevivência; quanto mais avançamos no tempo, menos prestigiosas são essas alianças: primeiro, com casas nobres da Germânia, da França, da Normandia, da Rússia ou da Hungria; depois, com famílias de Montferrato, de Trebizonda, do Peloponeso, de Lesbos ou outras...

Dentro de Bizâncio, não se escolhia uma princesa qualquer; ela até nem precisava de ser rica, mas tinha de pertencer a uma família com boa fama e de reunir certas características físicas. A corte de Constantinopla enviava emissários pelas diversas províncias do império, que se encarregavam de trazer para o palácio candidatas a desposar o novo (e, geralmente, muito jovem) *basileús*. Ou seja, organizava-se um verdadeiro concurso de beleza, um *bride show*, durante o qual cerca de uma dúzia de candidatas desfilava perante um júri cortesão, até que uma delas era escolhida como a nova *augusta* (em grego, *sebasté*), *basílixa* ou *autokratissa*. A já citada *Vida de São Filareto* conta como Maria da Paflagónia chegou à corte bizantina e foi selecionada pela imperatriz-mãe Irene e pelos altos funcionários palatinos para casar com Constantino VI. Na sua terra, Maria tinha sido previamente avaliada com o “metro bizantino”, com que lhe foram medidos os seios, a estatura e os pés, antes de seguir com a família toda (cerca de 30 pessoas!) para a capital (ed. L. Rydden, 4, pp. 83-93)!

Como o cerimonial da corte não podia funcionar sem uma imperatriz, Miguel II (820-829), quando enviuvou, foi pressionado para casar novamente, tal como Leão VI (886-912) coroou a filha Ana para que os rituais pudessem funcionar normalmente. Alguns imperadores já eram casados quando chegaram ao trono, casos de Justino I (cuja mulher, a antiga escrava Lupicina, mudou o nome para Eufémia) ou de Justiniano (com a antiga atriz Teodora). Em qualquer dos casos, a coroação de uma imperatriz era feita em

cerimónia à parte; Constantino VII oferece-nos uma descrição deste ritual, numa sala palatina, com a dama escondida por um véu, o patriarca a proferir uma oração e a passar a coroa ao imperador, que depois coroava, ele próprio, a sua esposa como *augusta*. Era, claro está, um momento alto da vida da corte, embora as imperatrizes raramente tivessem uma influência política real, ficando quase todas circunscritas ao respetivo gineceu; as grandes exceções (embora não as únicas), para além da mulher de Justiniano, foram Irene (por volta do ano 800), Teófane (no terceiro quartel do século x) e as irmãs Zoé e Teodora, no final da dinastia macedónica (meados do século xi).

Em Bizâncio, também não se apreciava o casamento de membros da família imperial com estrangeiros(as), embora tenhamos referido exceções, ditadas por *causa urgente*: Otão II da Germânia casou com Teófane (provavelmente uma parente do usurpador João Zimisce) e Basílio II deu em casamento a sua irmã Ana ao príncipe Vladimiro de Kiev, a quem ficara a dever o trono.

A chegada de uma imperatriz a Constantinopla era pretexto para mais uma cerimónia solene; tanto Constantino VII como, séculos mais tarde, o Pseudo-Codino nos relatam isso mesmo, referindo a chegada das noivas por mar ou por terra, a sua receção pelas mulheres dos grandes dignitários, a cavalgada até às muralhas da capital, a imposição dos hábitos imperiais e do calçado cor de púrpura, a chegada do cortejo montado ao palácio e outros pormenores. Entre as imperatrizes ocidentais com maior relevo na corte bizantina, devemos mencionar duas: Iolanda-Irene de Montferrato (mulher de Andrónico II Paleólogo, 1282-1328), que ajudou a difundir os costumes feudais, mas que acabou por se retirar para Tessalónica, onde desenvolveu uma política independente de Bizâncio; e Ana de Saboia (mulher de Andrónico III e filha do famoso conde Amadeu V de Saboia), protagonista da maior guerra civil que abalou Bizâncio (em meados do século xiv)

e famosa também por ter empenhado aos Venezianos as joias da Coroa (pedras preciosas, pérolas e ouro) para conseguir um empréstimo de 30 000 ducados a três anos.

As insígnias da realeza bizantina eram ricas e variadas. As mais importantes eram a coroa e o calçado púrpura. A coroa consistia numa banda de tecidos com pedras preciosas e pérolas, colocada sobre a nuca; mas também podia ser de calote rígida (*kamelaú-kion*, típica dos Comnenos) e aberta, com pendentes; numa época tardia, adquiriu uma forma de tampa. Quanto à púrpura, era uma cor reservada ao *basileús*, sendo produzida, com algumas variações cromáticas, nas fábricas do Estado para o imperador e a sua casa. Só o soberano, sob cujos pés corria o sangue real, podia usar calçado púrpura, afirma Coripo, e, durante o assalto final a Constantinopla pelos Otomanos, em 1453, Constantino XI parece ter-se despedido de todas as insígnias imperiais com exceção dos... sapatos púrpura. Procópio explica que este calçado também era próprio do rei da Pérsia e dos sátrapas arménios vassalos de Bizâncio. Era um calçado muito mole e de cor mais intensa do que as rosas sanguíneas (Coripo), e era um sinal tão próprio do *basileús* que Nicéforo III Botaniate, quando foi deposto (em 1081), pediu para continuar a usá-lo.

Tanto quanto se sabe, na Antiguidade Tardia, os imperadores podiam envergar três tipos de traje:

- i) o hábito militar, com couraça, manto de púrpura, lança, escudo, calçado militar, elmo (com diadema e pendentes) e *toúpha* (a coroa rígida com penas de pavão abertas em leque, para os triunfos);
- ii) o hábito consular, com a *trabea triumphalis* (um manto grande com rosetas em fundo púrpura, enriquecido com gemas), muitas vezes vestido para a celebração de um triunfo e associado (como se vê nos dípticos dos séculos iv

a vi) a um cetro de marfim agarrado pela mão esquerda e a uma bandeira (*máppa*) que, brandida pela mão direita, servia para dar início aos jogos no Hipódromo;

iii) o hábito civil, composto por uma túnica branca com banda dourada, um cinto de ouro com gemas, uma clâmide (manto) de púrpura apertada com fíbula com pendentes de ouro e pérolas (a qual fechava sobre o ombro esquerdo, deixando apenas visível o braço direito), calçado púrpura com pedras preciosas e, claro, a coroa.

Com o tempo, o hábito consular caiu em desuso e o hábito civil foi-se tornando cada vez mais complexo e luxuoso, ganhando mais ornamentos preciosos, variando as cores e adquirindo uma pompa especial, pelo menos até à época dos Comnenos (1081-1204). Já no tempo dos Paleólogos, devido às dificuldades financeiras, o vestuário simplificou-se, embora preservando uma grande dignidade e uma fisionomia incomum. As insígnias imperiais eram uma peça nuclear das cerimónias da corte, e a prova disso é que os usurpadores tentavam-se apoderar logo delas, para legitimar a sua posição política. Também os dignitários palatinos utilizavam vestes próprias, que sinalizavam a sua condição e categoria.

A principal fonte para reconstituir a evolução do vestuário imperial bizantino é a iconografia imperial. Neste ponto, é obrigatório salientar os mosaicos da Basílica de São Vital, em Ravenna, que representam de maneira única Justiniano (com o hábito civil) e Teodora, para além de muitos cortesãos e funcionários palatinos. O maior imperador bizantino surge aqui com sandálias púrpuras ornamentadas com pedras preciosas; veste calções de cor púrpura e, sobre estes, uma túnica branca com uma longa faixa de ouro até aos joelhos (*dibitision*), apertada na cintura por um cinto vermelho (*cingulum*); por sobre a túnica, Justiniano

enverga a clâmide de púrpura roxa com um retângulo ou caixa dourada bordada e decorada com pássaros verdes (*tablíon*); a coroa (*stémma*) está enriquecida com pendentes de ouro e termina numa pérola encastoadada num oval de ouro. No mesmo painel, à direita de Justiniano, vê-se um subdiácono com um turíbulo, o arcebispo de Ravena (Maximiniano) e diversos dignitários com hábitos de corte (entre os quais, provavelmente, Belisário e Narsés). O imperador segura na mão direita uma patena de ouro (isto é, um prato de bordo largo utilizado para cobrir o cálice e conter a hóstia). Quanto a Teodora, representada noutra zona dos fabulosos mosaicos, avança com um cálice de ouro na mão, com gemas (em homenagem à Igreja); veste uma túnica branca listada de ouro, uma clâmide púrpura com a representação das ofertas dos Reis Magos em baixo e, ao pescoço, traz um colar fino e um colar grosso (*maniákēs*); a sua coroa é riquíssima, com pendentes longos e uma dupla fila de pérolas.

Os outros símbolos de soberania mais presentes na iconografia imperial são: o globo com a cruz, o cetro, a *akakía* (um invólucro de seda púrpura contendo pó tumular, em sinal da caducidade humana), o *lôros* (uma estola ornada de pérolas e pedras preciosas, que cobria o ombro, deixando uma ponta levantada pelo braço esquerdo) e o *suppedíon* (o tapete redondo sobre o qual o *basileús* poisava os seus pés). Por vezes, são representadas personagens (p. ex., prisioneiros búlgaros, como sucede numa iluminura veneziana de c. 1020 alusiva às conquistas de Basílio II) em atitude de submissão (*proskýnēsis*). Os grandes funcionários palatinos, eunucos ou *barbuti* (a começar pelo *prōtobestiários*, que supervisionava o guarda-roupa imperial), e os principais chefes militares (como o *mégas domestikós*, de espada ao ombro) também surgem com frequência nesta iconografia, que não raro incluía ainda diversos membros da família imperial e representações de Cristo, da Virgem, de anjos e arcanjos ou de santos. Os mosaicos

do Mosteiro de Santo Apolinário, em Classe (o porto de Ravenna), merecem igualmente uma referência, devido ao deslumbramento que ainda hoje suscitam.

Curiosamente, em Bizâncio, os cargos não eram hereditários. Quem exercia um cargo público entrava automaticamente para a nobreza, mas havia também muitos títulos isolados (sem ligação com o exercício de atividades públicas) e uma nobreza permanente (tipo nobreza de sangue), com base na tradição e não necessariamente titulada, constituída sobretudo pelos grandes proprietários fundiários, que, a partir dos séculos X e XI, adquiriram uma influência determinante na vida pública bizantina. Como explicámos em nota, os cortesãos estavam divididos em duas categorias: os dignitários da corte, que recebiam uma “dignidade por meio de sinais”, honorífica e vitalícia, materializada numa insígnia ou numa patente; e os titulares de cargos temporais, a quem era atribuída uma “dignidade por voz” ou por édito, revogável; em ambos os casos, separavam-se as dignidades dos eunucos das dignidades próprias dos “homens barbudos”.

Utilizando como base aquilo que se conhece a partir da época macedónica, em que a hierarquia palatina se sofisticou bastante (misturando antigos cargos tornados dignidades com novos títulos inventados), temos, no que diz respeito às “dignidades por meio de sinais”:

- A) HOMENS BARBUDOS (18 dignidades, por ordem decrescente): i) *cesar* (que usava uma coroa sem cruz); ii) *nobilissimo* (tinha uma túnica púrpura, com ornamentos de ouro); iii) *kouropalátēs* (ou *curo palatii*, vestia uma túnica vermelha com ornamento de ouro, clâmide e cinto); iv) *zostē patrikía* (patrícia “com cintura”, a única dignidade feminina da corte, criada por Teófilo para a sogra Teoctista no século IX e assinalada por lâminas

de marfim)⁹; v) *magistro* (o antigo *magister officiorum*, desapareceu nos séculos XI-XII e tinha uma túnica branca tecida em ouro, com dragonas de ouro e cinto de couro vermelho com pedras preciosas); vi) *anthýpatos* (possuía um codicilo escrito com tinta cor de púrpura); vii) *patríkios* (lâminas de marfim com codicilo em forma de lei); viii) *prōtopatário* (o primeiro portador da espada, recebia um colar rígido de ouro com pedras preciosas); ix) *disýpatos* (duas vezes cônsul, ostentava um diploma); x) *spatarocandidâtos* (tinha um colar de ouro com pérolas); xi) *spatário* (empunhava uma espada dita *chrysókanos*, talvez com o punho de ouro); xii) *hýpatos* (memória do antigo cônsul, possuía um diploma); xiii) *strátōr* (recebia um chicote de ouro com pedras preciosas); xiv) *candidâtos* (ostentava um colar com três laços ou nós); xv) *mandátōr* (exibia um bastão vermelho); xvi) *bestítōr* (usava um *fiblatōrion*: um manto fechado por uma fíbula); xvii) *silentiários* (comunicava por gestos e bater de mãos nas cerimónias, e tinha um bastão de ouro); xviii) *stratelátēs epì théma* ou *apò éparchon* (que recebia um diploma em forma de rolo).

B) EUNUCOS (8 dignidades, por ordem decrescente): i) *patríkios* (que recebia lâminas de patrício com codicilo); ii) *prepósitos* (recebia a mesma insígnia e desempenhava funções cerimoniais e administrativas); iii) *prōtopathários* (com colar de ouro ornado de pedras preciosas e pérolas e com as mesmas funções do anterior); iv) *primikérios*

⁹ As quatro primeiras dignidades eram um exclusivo da família imperial; com o tempo, o *kaísar* caiu para terceiro lugar, depois de Aleixo I ter fundado o *sebastokrátōr* para o irmão e de Manuel Comneno ter criado o *despota*.

(com as mesmas funções dos dois anteriores, recebia uma túnica branca com dragonas e ornamentos de ouro); v) *ostiários* (que controlava as portas das salas durante as cerimónias e que tinha como insígnia um bastão de ouro, com o punho ornado de pedras preciosas); vi) *spatarokoubikoulários* (com funções de guarda da câmara e de escolta, recebia uma espada *chrysókanos*, talvez com o punho de ouro); vii) *koubikoulários* (que tinha as mesmas funções do anterior e usava o *paragaúdition*, uma veste com painéis); viii) *nipsistiários* (que transportava a bacia para lavar as mãos e envergava uma veste de linho com um bordado acima da cintura).

No que diz respeito às “dignidades por voz”, temos:

A) EUNUCOS (9 ou 10 dignidades ou cargos, por ordem decrescente): i) *parakoimómenos* do imperador (vigia o quarto de dormir); ii) *prōtobestiários* do imperador (supervisionava o guarda-roupa); iii) *prepósitos* da mesa do imperador; iv) *prepósitos* da mesa da imperatriz; v) *papías* (porteiro) do Grande Palácio; vi) *deúteros* (o vice, ou substituto, do anterior); vii) *pinkérnēs* (copeiro do imperador); viii) *pinkérnēs* da imperatriz; ix e x) *papías* (porteiro) da *Magnaúra* e *papías* do Palácio de Dafne.

B) HOMENS BARBUDOS (60 dignidades ou cargos): começava pelos mais elevados postos de chefia, cada qual desdobrando-se num ofício mais ou menos amplo e com diversos funcionários administrativos. No topo, estavam o *basileopátōr* (o tutor do soberano, com plenos poderes administrativos), o *reitor* (um clérigo com funções imprecisas, mas mais nominais do que reais) e o *sýnkello* (o

eclesiástico que servia de assistente do patriarca nomeado pelo imperador). Depois, vinham os grandes comandos militares: o *estratego do tema dos Anatólicos* e o *domestikós* dos *scholai*, que atingiam os níveis de *anthýpatos* e de *patríkios*; a seguir, os restantes cargos militares e civis, até ao 60.º posto. Com os Comnenos, foram criados o *mégas dux* (que comandava no mar e que tinha sob a sua alçada o grande *droungários* da frota, o almirante, o *protokómēs* e os condes) e o *mégas domestikós* (que comandava em terra). Não podendo enunciar aqui estas 60 dignidades, remataremos dizendo que estavam organizadas em sete grupos (mais um grupo à parte, para cargos especiais) e que era aqui que se incluíam o *sakkellários* (que tratava das finanças do Estado e que ocupava o 32.º lugar), o logóteta do *génikon* (assuntos fiscais), o questor da justiça, o logóteta do *stratiōtikón* (que cuidava do recrutamento e do abastecimento militares) e até os chefes das fações do Hipódromo (Verdes e Azuis); no final da escala, vinha o *domestikós* dos imperiais (que era o segundo comandante de uma divisão da guarda).

Note-se, para finalizar, que os eunucos podiam exercer todas as funções públicas dos *barbuti*, exceto as de *éparchos*, de questor ou de *domestikós*. Por esse motivo, a distinção entre uns e outros é mais aparente do que real.

Todo este vasto corpo de dignitários assegurava os sumptuosos cerimoniais da corte bizantina. Entre estes, contavam-se – além dos casos já mencionados – a investidura dos funcionários palatinos (de que Pedro Patrício nos oferece algumas descrições) e a recepção aos embaixadores. Esta última cerimónia tinha uma relevância especial (em particular no caso dos embaixadores persas) e, por isso, realizava-se no Consistório, uma sala extra

destinada a glorificar o imperador; aqui, segundo uma descrição de Coripo, havia um trono em forma de altar, com baldaquino e ornamentado com gemas, quatro colunas, muito ouro maciço, um palco de mármore, degraus de pórfiro e vitórias aladas com coroas de ouro, entre outros requintes. A entrada na sala era controlada por uma tenda: o *velum*, com três portas de cada lado; o imperador e o seu séquito entravam por um dos lados, que conduzia diretamente ao trono. Quando um visitante era admitido à presença do *basileús*, os *silentiarii* afastavam o *velum*, como numa cerimónia religiosa; competia depois ao embaixador prostrar-se no chão várias vezes, beijar os pés do soberano e mostrar as ofertas que trazia (e que até podiam incluir cavalos); seguia-se a troca de saudações rituais e promessas de descanso e de um novo encontro para tratar dos assuntos comuns; por fim, o embaixador saía tal como tinha entrado, e a sessão encerrava com uma fórmula ritual de tipo religioso e a aclamação do imperador (Ravegnani 2008 129-130).

Também o nascimento de um “porfirogeneta” obedecia a um ritual preciso, que, entre outros números, incluía: uma procissão a Santa Sofia; um espetáculo numa fonte próxima do palácio; uma corrida no Hipódromo (com a proclamação oficial do nome do recém-nascido); a consagração do menino ao Senhor, ao oitavo dia (à entrada da igreja e com pregação e uso de vestuário branco); uma homenagem ao bebé e à mãe, por parte das mulheres e das viúvas dos senadores e dos mais altos dignitários (com ofertas do tipo dos Reis Magos, como explica o *Livro das Cerimónias* de Constantino VII); e ainda uma festa na capital durante uma semana, com libações e uma bebida aromática (*lochózema*, o vinho da parturiente). Só depois da instrução religiosa se realizava o batismo em Santa Sofia, com a aplicação da tonsura em cruz (colocando-o acima dos laicos) e com os padrinhos a ficarem como fiéis depositários do cabelinho da criança.

O dia a dia do *basileús* era controlado pelos muitos relógios do palácio; começava com o *papías* (o porteiro) a autorizar a abertura da porta principal e com um dos eunucos a bater três vezes na porta da câmara, para despertar o soberano; a seguir, este vestia-se e rezava no *Chrysotríklinos*; depois, sentava-se no trono móvel e mandava entrar as pessoas que pretendia receber. No final do despacho, o *papías* tomava a chave e afastava os presentes, encerrando o palácio. De tarde, repetia-se este ritual.

Os atos solenes realizavam-se nas principais salas do trono e ninguém se podia sentar à mesma altura do imperador. Como já dissemos, o silêncio imperava, com os eunucos a comunicarem entre si através de sinais e de bater de mãos e com o *basileús* através de gestos. Sentado no trono, o soberano não proferia uma única palavra. Todos estavam sujeitos a adorar o imperador, prostrando-se e beijando-lhe os pés ou os joelhos, exceto ao domingo e no dia de Páscoa; o patriarca era o único que podia limitar-se a saudar o soberano. As mãos deviam estar cruzadas no peito e a retirada devia acontecer depois de o imperador fazer por três vezes o sinal da cruz para a assembleia; era então que o *prepósitos* gritava a ordem de saída.

No caso dos cortejos imperiais (a pé ou a cavalo), havia muito mais movimento e alegria; as ruas estavam enfeitadas com flores e plantas odoríferas (hera, louro, murta e alecrim) e os populares exteriorizavam saudações e aclamações, com os chefes das fações do circo a entregarem um *libbeláron* (contendo súplicas sobre a administração ou sobre as corridas no Hipódromo). Também as cerimónias de celebração de um triunfo eram espetaculares, com cânticos triunfais e a humilhação dos vencidos, à maneira romana; por exemplo, no segundo quartel do século XI, os soldados do general rebelde Jorge Maniakés, cuja cabeça foi exibida no Hipódromo, foram compelidos a montar em asnos virados ao contrário, com o cabelo rapado e com tranças de lixo penduradas ao pescoço, em

sinal de ignomínia! Miguel Pselo deixou-nos uma bela descrição de um esplêndido triunfo de Miguel IV (o imperador epilético, favorito de Zoé, apesar do seu corpo deformado), a que o autor da *Cronografia* assistiu presencialmente.

Nos ritos religiosos, o imperador desempenhava um papel ativo, em especial no Natal, na Epifania, na Páscoa, no Pentecostes e na Ressurreição. Nestes períodos, havia procissões solenes a Santa Sofia, dedicação de igrejas, doações de caridade aos pobres e exortações morais aos súbditos numa sala do palácio. Na quinta-feira de Páscoa, o *basileús* visitava os hospícios de velhos e distribuía fruta ou canela; no domingo seguinte, dava-se o beijo da paz, e os cortesãos beijavam o imperador nos joelhos, nas mãos e na boca. Durante toda a semana pascal, o soberano devia receber no palácio seis recém-batizados e seis órfãos, e entregava dons simbólicos aos dignitários.

O nosso já conhecido Liutprando de Cremona deixou-nos uma descrição fabulosa da sua embaixada de 949 (ao tempo de Constantino VII) a Constantinopla, em representação de Berengário II, marquês de Ivreia e futuro rei de Itália. Sabemos que ele deixou Pavia em 1 de agosto e que viajou com um mercador de Veneza e com um eunuco bizantino que regressava da Hispânia e da Saxónia; chegaram juntos à capital bizantina, a 17 de setembro, e foram requintadamente recebidos na *Magnaaura*:

“Diante do cadeiral do imperador havia uma árvore de bronze dourado cujos ramos estavam cheios de pássaros, também eles de bronze dourado, de diversos géneros, que emitiam sons diferentes consoante as diversas espécies. O assento do imperador fora fabricado de uma tal maneira que, num certo momento, parecia baixo, a seguir mais alto e, de repente, parecia altíssimo. Este cadeiral era guardado, por assim dizer, por dois leões de enorme grandeza, não se

sabe se de bronze ou de madeira, que batiam no chão com a cauda e que, com a boca aberta, movendo a língua, emitiam rugidos. (...) Levado sobre os ombros de dois eunucos, fui conduzido nesta casa à presença do imperador. E se bem que, à minha chegada, os leões rugissem e os pássaros cantassem (...), não fui sacudido por temor algum, por estupor algum, porque tinha sido informado de tudo por aqueles que tinham bom conhecimento disto. Depois de, com o rosto em terra, ter adorado por três vezes o imperador, levantei a cabeça e, subitamente, vi sentado quase ao pé do teto da sala e vestido com outro traje o homem que tinha visto num cadeiral pouco acima do solo! Como é que isto aconteceu, não consegui perceber: talvez o tivessem içado com um cabrestante daqueles com que se içam as árvores das prensas. Diretamente, [o imperador] nunca falou dado que, mesmo que o tivesse feito, a distância teria tornado isto indecoroso; e informou-se por meio do logóteta sobre as condições de vida e de saúde de Berengário. Depois de ter respondido em tom respeitoso, retirei-me a um sinal do intérprete e fui de imediato acolhido no alojamento que me atribuíram” (citado por Ravegnani 2008 139-140).

Algumas das narrativas de Constantino VII confirmam este espantoso relato de Liutprando. O mesmo embaixador participou também num dos célebres banquetes que se realizavam no Triclínio dos XIX Leitos. Estas refeições, e o protocolo rigoroso a que obedeciam, estão especialmente bem descritas no já citado *Kletorológion*, de Filoteu, redigido em 899 pelo mais famoso mestre de cerimónias de Bizâncio, para orientar os seus sucessores. No triclínio, havia 19 mesas, à volta das quais os convidados se dispunham por ordem de dignidade e precedência, depois de formal e solenemente introduzidos na sala pelo *atriklínēs*, que

organizava a cerimónia. Sentavam-se à maneira romana, e a mesa imperial ficava sobrelevada numa abside para o *basileús* e para doze amigos seus, à maneira de apóstolos; cabiam 228 convidados, pois cada mesa levava uma dúzia de pessoas. No Natal e na Epifania, havia doze banquetes consecutivos, e as doze personagens que faziam companhia ao *basileús* na sua mesa eram: dois *magistri*, seis *anthýpatoi*, patrícios e estrategos, dois amigos búlgaros e dois funcionários da categoria de logóteta do *stratiō-tikón* ou inferior; os outros 168 convidados incluíam os senadores e os dignitários palatinos, claro está, e também 24 *agarēnoi* do Pretório, 12 homens dos amigos búlgaros e 12 irmãos pobres (um sinal da generosidade do soberano cristão). Os *bokálioι* (arautos ou cantores) davam a ordem para os convidados se estenderem nos leitos e, de vez em quando, o banquete era interrompido por música e por aclamações ao imperador, com as clâmides despidas, ou então por jogos ou pelo envio de algum alimento especial a partir da mesa de honra, através do *kastrésios* (o funcionário eunuco adstrito à mesa do soberano).

Liutprando faz referência expressa a estas tradições e salienta os manjares variados e deliciosos, o vasilhame de ouro, os espetáculos acrobáticos, os carros de fruta elevados com um cabrestante mecânico preso ao teto e vários outros aspetos de uma refeição inolvidável (Ravegnani 2008 145-147). Como seria de esperar, com a decadência do império e o esgotamento do Tesouro bizantino, o fausto prandial diminuiu bastante, tal como as procissões e outros cortejos e cerimoniais...

Ainda assim, manteve-se a paixão dos imperadores por alguns desportos; para além do *tzykánion* (já referido e que Teodósio II terá introduzido no século v) e do jogo da bola (que Alexandre apreciava tanto que deu a vida por ele, após uma partida jogada sob um sol inclemente), deve notar-se que existia um hipódromo no próprio palácio, e ainda outros na periferia; Miguel III

frequentava-os muito, envergando a casaca dos Azuis. No entanto, a maior paixão desportiva dos *basileis* era a caça, realizada em grandes coutadas que existiam nos seus próprios palácios, ou então em florestas verdadeiras, na Ásia Menor; já vimos que alguns imperadores morreram durante uma caçada, como foi o caso de João II Comneno, ou o de Basílio I, que, apesar da sua força hercúlea, encontrou a morte quando andava a perseguir os cervos. Bem ligeira deve ter sido a vida de Romano II Porfirogeneta (959-963), um soberano muito pouco dado às agruras da governação e que dividia assim o seu tempo: de manhã, presidia às corridas no Hipódromo, findas as quais almoçava com os senadores e jogava no *Tzykanistérion*; de tarde, atravessava o Bósforo para ir caçar, regressando ao palácio depois de matar quatro javalis; morreu bastante novo, mas aproveitou bem o tempo que teve...

Já outros imperadores eram mais dados ao mecenato cultural, como sucedeu com Teodósio II, com Justiniano I, com Maurício, com Constantino V, com Leão VI, com Constantino VII, com Nicéforo II Focas, com Constantino X e, por fim, com Miguel VII Ducas; a todos eles se devem, direta ou indiretamente, obras literárias, filosóficas ou técnicas relevantes; por sua vez, os Comnenos, eram sobretudo homens de guerra. Durante o exílio em Niceia e após a restauração bizantina de 1261, a cultura voltou a ter alguns momentos altos, sobretudo com Teodoro II Lascaris e com João VI Cantacuzeno. Outros *basileis*, enfim, preferiam entregar-se a devoções religiosas ou, em contraponto, a ocupações mais frívolas, como foi o caso dos sibaritas Miguel III, Constantino VIII ou Constantino IX Monómaco...

Infelizmente, entre uns e outros, muitos acabaram mal, sendo porventura o suplício de Andrónico I Comneno (1183-1185), que mandara matar a imperatriz-mãe e o herdeiro legítimo do trono, o mais cruel de todos. Capturado em fuga na costa sul do mar Negro, foi horrivelmente executado por Isaac II Anjo: cortaram-lhe a mão

direita, foi encerrado num cárcere sem comida nem água, teve um olho escavado, viu-se obrigado a desfilar vergonhosamente pela capital amarrado a um camelo ou a um asno lazarento (sujeito aos improperios, aos golpes e ao lançamento de dejetos por parte da população) e, por fim, foi amarrado a duas colunas no Hipódromo, com mutilação genital e outras sevícias, até expirar.

O leitor dirá, desse modo respondendo à pergunta com que abrimos este capítulo, se o deslumbramento cerimonial bizantino e o fascínio do poder num dos mais duradouros impérios da história europeia compensaria o risco de ascender um dia a *basileús dei Romani...*

Bibliografia

Fontes

- Conca, F. (1996), *Procopio. Storie Segrete*. Tradução italiana de Paolo Cesaretti. Edição bilingue. Milão, BUR Rizzoli.
- Dennis, G. T. (1984), *Maurice's Strategikon. Handbook of Byzantine Military Strategy*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Dennis, G. T. (1985), *Three Byzantine Military Treatises*. Washington DC, Dumbarton Oaks.
- Dennis, G. T. (2014), *The Taktika of Leo VI*. Revised edition. Washington D. C., Dumbarton Oaks Texts.
- Frankopan, P. (2009), *Anna Komnene, The Alexiad*. Tradução de E. R. A. Sewter. Nova Iorque, Penguin.
- Leib, B. (1937-1945), *Anne Comnène, Alexiade*, 3 vols. Paris.
- Panascia, M. (1993), *Constantino Porfirogenito, Ibn Rosteh e Liutprando da Cremona, Il libro delle cerimonie*. Trad. italiana parcial. Palermo.
- Rydén, L. (2002), *Niketas, The Life of St Philaretos, the Merciful, written by his grandson Niketas*. A Critical Edition, with Introduction, Translation, Notes, and Indices. Uppsala, Swedish Research Council.

Signes, Juan (2005), *Miguel Psellos, Vidas de los emperadores de Bizancio*. Trad. espanhola, Madrid, Gredos.

Tolentino de Mendonça, J. (2006), *Bíblia Ilustrada, vol. V*. Tradução de João Ferreira Annes d'Almeida. Lisboa, Círculo de Leitores.

Estudos Citados

Azzara, C. (2013), *Teodorico*. Bolonha, Il Mulino.

Cesaretti, P. (2003), *Teodora. Ascesa di un'imperatrice*. Milão, Mondadori.

Cheyne, J.-C., *Byzance. L'Empire Romain d'Orient*. Paris, Armand Colin.

Delumeau, J.-P. / Heullant-Donat, I. (2000), *L'Italie au Moyen Âge, V^e-XV^e siècle*. Paris, Hachette.

Fédou, R. et alii (31995), *Lexique historique du Moyen Âge*. Paris, Armand Colin.

Haldon, J. (2001), *The Byzantine Wars. Battles and Campaigns of the Byzantine Era*. Charleston, Tempus Publishing.

Kaplan, M. (1991), *Tout l'or de Byzance*. Paris, Gallimard.

Luttwak, E. (2009), *The Grand Strategy of the Byzantine Empire*. Harvard College.

Meier, M. (2007), *Giustiniano*. Trad. italiana, Bolonha, Il Mulino.

Monteiro, J. G. (2006), *Lições de História da Idade Média (séculos XI-XV)*. Coimbra, Faculdade de Letras.

Norwich, J. J. (2012), *Os Papas: A História*. Trad. portuguesa, Lisboa, Civilização.

Ostrogorsky, G. (31963), *Geschichte des byzantinischen Staates*. Munique, C. H. Beck.

Ravegnani, G. (2006), *Introduzione alla storia bizantina*. Bolonha, Il Mulino.

Ravegnani, G. (2008), *Imperatori di Bisanzio*. Bolonha, Il Mulino.

Cronologia Breve

451: Concílio de Calcedónia.

527-565: principado de Justiniano I.

532: Sedição *Níka*.

- 537: Reconstrução da Igreja de Santa Sofia, sob a direção dos arquitetos Antêmio de Trales e Isidoro de Mileto.
- 547: Construção da Basílica de São Vital de Ravenna (com os célebres mosaicos de Justiniano e Teodora).
- 610-711: dinastia heracliana.
- 636: batalha do rio Yarmouk (vitória dos Árabes e tomada da Palestina e da Síria).
- 726: Édito de Leão III contra a veneração das imagens (início da questão iconoclasta).
- 751: tomada de Ravenna pelos Lombardos e queda do exarcado bizantino em Itália.
- 843: Restauração do culto das imagens e fim do iconoclasmo.
- 867-1056: dinastia macedônica.
- 963-1025: principado de Basílio II (com grandes vitórias militares, nomeadamente contra os Búlgaros).
- 1071: Batalha de Manzikert (derrota bizantina pelos Turcos).
- 1081-1185: dinastia dos Comnenos.
- 1176: Batalha de Miriocéfalo (derrota bizantina às mãos dos Turcos Seljúcidas).
- 1204: Conquista de Constantinopla pela IV Cruzada. Início do “Império de Niceia”.
- 1261: Restauração bizantina, com a reconquista de Constantinopla por Miguel VIII (início da dinastia dos Paleólogos).
- 1396: derrota da cruzada cristã em Nicópolis.
- 1443-1444: Cruzada de Varna, liderada pelo rei da Hungria (Ladislau III) e derrotada pelo sultão otomano, Murad II.
- 1453: Conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos (Mehmet II). Morte do último imperador bizantino (Constantino XI Paleólogo).

FIGURAS

(Página deixada propositadamente em branco).



Imperatriz anónima (provavelmente Ariadne). Marfim, tábuas de díptico imperial de fins do séc. V - inícios do séc. VI. Florença, Museo Nazionale del Bargello.

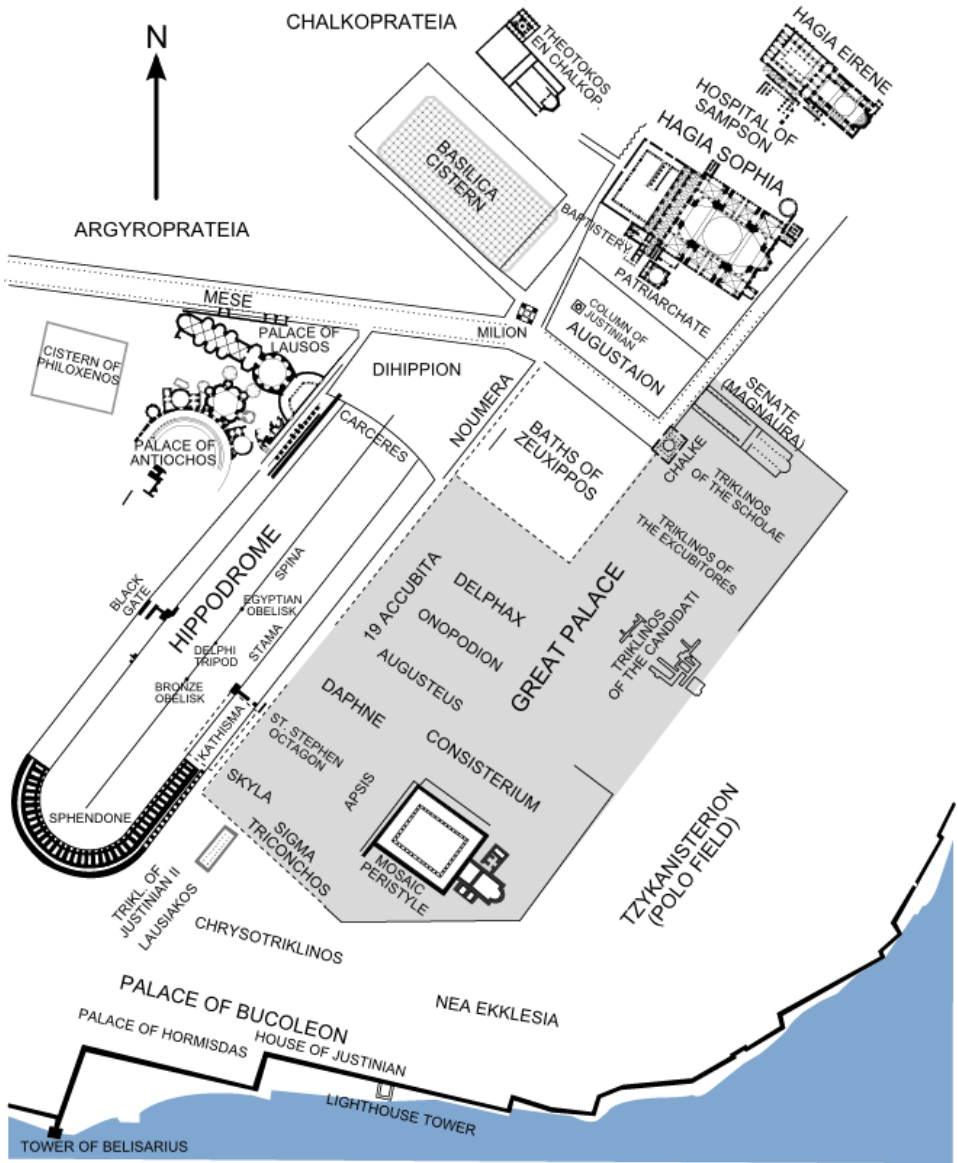
Giorgio Ravegnani, *Imperatori di Bisanzio*, Bolonha, 2008, plate 1



Manuel II Paleólogo.

Iluminura do séc. XV (c. 1407). Paris, Bibliothèque
Nationale, cod. Paris. Suppl. gr. 309, fl. VIr.

Giorgio Ravegnani, *Imperatori di Bisanzio*, Bolonha, 2008, gravura 14



O Grande Palácio de Constantinopla (Magnum Palatium)

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Grande_Palácio_de_Constantinopla



Moeda de ouro do imperador Manuel I (1143-1180)

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, gravura 6

II PARTE

BREVE HISTÓRIA MILITAR DO IMPÉRIO BIZANTINO

por Gustavo Gonçalves, João Paiva e Rodrigo Gomes

(Página deixada propositadamente em branco).

I

O EXÉRCITO ROMANO DO ORIENTE (DE ZENÃO A JUSTINIANO)

O período compreendido entre a divisão administrativa do Império Romano por Diocleciano (em 286) e a ascensão de Anastácio (em 491) foi preenchido por uma série de conflitos, acompanhados de mudanças radicais que, a longo prazo, alteraram o perfil da máquina militar romana. No decorrer destes quase dois séculos, assistimos a profundas alterações, desde o recrutamento às táticas empregadas no campo de batalha, passando por uma incrível instabilidade sentida no topo da cadeia de comando político.

Neste espaço de tempo circunscrito (se tivermos em atenção o longo período cronológico vivido pela máquina militar romana), a conjuntura em redor do *limes* foi-se degradando, com a constante entrada de outros povos num território considerado, até então, como ‘civilizado’: falamos, claro está, do processo que conduziria às chamadas “invasões bárbaras”. Enquanto, a ocidente, toda a fronteira estabelecida na Germânia se foi desintegrando, a oriente, uma persistente vaga de invasores ameaçou constantemente o império, tendo-se tornado cada vez mais evidentes os seus efeitos. Após Diocleciano ter abdicado do poder, o modelo da “tetrarquia imperial” acabou por se revelar um projeto falhado: era, no fundo, a influência do grande imperador ilírio que mantinha a coesão

do império e, não estando ele mais no comando, as insurreições verificaram-se em (quase) todo o território.

Foi com Constantino que se voltou a alcançar uma efêmera unificação do império, especialmente após 324, com a derrota de Licínio, o último dos seus rivais. Contudo, esta unificação, com o seu centro de gravidade instalado em Constantinopla (a antiga Bizâncio), logo foi desfeita, retomando-se a instabilidade política nos dois polos do império. Tal instabilidade viu-se agravada pela incursão de tropas godas que, em 378, conseguiram infligir uma pesada derrota aos exércitos orientais, nas imediações de Adrianopla.

Teodósio, o recém-empossado imperador do Oriente (já que Valente perecera na batalha contra os Godos), procedeu a novas políticas de recrutamento e a uma nova gestão militar, tendo conseguido recriar uma força armada capaz de combater a vaga de invasores. Não querendo apenas manter a calma nos limites do Império do Oriente, marchou para ocidente, numa tentativa de o reunificar (uma vez mais): conseguiu-lo-ia apenas de uma forma efêmera, pois à sua morte (em 395) consumou-se a divisão (definitiva) do velho território imperial pelos seus dois filhos: Arcádio ficou a comandar o Oriente e Honório tornou-se responsável pela parte ocidental.

O século v mostrou ser um período de raras mudanças, no que toca ao exército, mantendo-se as velhas estruturas. Foi, isso sim, um tempo negro para as forças romanas localizadas a nascente, as quais, para além de se verem a braços com os avanços visigodos, tiveram de recuar perante a invasão dos Hunos. Para a gestão das novas ameaças, nada contribuiu o fraco desempenho governativo dos imperadores orientais; ainda assim, de forma a conseguir manter o seu número de efetivos, o imperador Leão I (457-474) acabou por recrutar forças na Anatólia, entre as quais alguns contingentes de isaurianos, liderados por Zenão, que acabaria por se tornar,

primeiro, o comandante da guarda imperial em Constantinopla (Treadgold 1995 14) e, depois, o herdeiro de Leão I.

Quando, em 468, se enceta uma catastrófica campanha para reconquistar o norte de África, a instabilidade social renasce, mergulhando o império numa nova vaga de conflitos civis. Até 491, Zenão governa em Constantinopla, procedendo a irrisórias reformas no exército, que visavam melhorar o recrutamento assegurado pelo governo central. É após a sua morte que sobe ao poder um dos mais importantes imperadores bizantinos, a nível militar: Anastácio I.

1. De Anastácio I a Justino I

Após a morte de Zenão, em 491, o Senado (segundo a indicação da viúva Ariadne, que terá mesmo casado com o novo imperador) encontra em Anastácio I a face do seu novo *basileús*, que, assim que ascende ao poder, se depara com a revolta dos Isaurianos, a qual esmaga com punho de ferro, ao fim de sete anos de conflitos armados. Foi, com efeito, após esta revolta que o século V viu a sua crise militar terminada, pela mão do recém-empossado imperador, que seguidamente empreende uma série de reformas, tendo em vista o saneamento financeiro do *thēsaurós* imperial, com grande incidência no orçamento destinado ao exército.

Após 498, sufocada a revolta dos Isaurianos, Anastácio vai proceder a uma reforma do soldo dos combatentes, substituindo o pagamento em géneros, uniformes e armas por somas monetárias, o que vai permitir aos soldados comprar aquilo de que pudessem necessitar. É de realçar o facto de estas somas não serem pouco generosas (muito pelo contrário) e de terem servido como móbil para a atração de muitos mais homens para as unidades militares (Treadgold 1995 14).

Por via destas reformas, assistimos ao abandono do recrutamento compulsivo (que havia sido instaurado no século IV) e, simultaneamente, a uma significativa diminuição do recurso a mercenários bárbaros (que tinham sido de grande relevância ao longo de todo o século V), os quais veem a sua importância eclipsada. Deste modo, Anastácio I garante a sua segurança no que concerne a eventuais sublevações por parte de generais bárbaros, aumentando com isso a eficiência do exército imperial.

É em 502 que este exército, agora reformulado, encontra o seu primeiro grande teste: a invasão da Arménia por parte do rei Cavade, da Pérsia. O imperador reage, reunindo uma hoste de uma dimensão nunca antes vista nas fronteiras orientais e forçando os Persas a recuar. Estes veem-se, por fim, obrigados a assinar a paz, em 506, ficando a fronteira com a Pérsia delimitada de uma forma segura, graças à fortificação de Dara; construída ainda no reinado deste imperador, a cidade adquiriu uma especial importância estratégica, não só por vigiar as fronteiras com o Império Persa, mas também porque se situava na rota de acesso da zona romana da Mesopotâmia ao norte da Síria, prolongando-se depois para os territórios da Ásia Menor.

Em 511, dentro de um contexto religioso, encontramos Anastácio a combater e a derrotar, ao fim de quatro anos e a muito custo, uma revolta popular encabeçada pelo *comes foederatum*¹ da Trácia, Vitaliano (uma sublevação patrocinada pelo patriarca da Macedónia). Em 518, morre, deixando como legado um exército tão poderoso que, em 527, Justiniano poderá mesmo ambicionar a reconquista das províncias ocidentais (Treadgold 1995 15).

¹ Termo empregado pelos oficiais militares para distinguirem os seus diversos estatutos; encontrava-se adstrito a um propósito específico. Uma vez que se tratava de um título honorífico, era apenas atribuído aos oficiais do alto comando do exército. O *comes foederatum* era o encarregado de manter a disciplina no seio das forças bárbaras recrutadas para as hostes imperiais (Kazhdan 1991 484).

Antes disso, porém, aquando da morte de Anastácio I, decorrera uma reunião na noite do dia 9 para 10 de julho de 518, com o fim de se discutir a questão da sucessão imperial. Célere, o *magister officiorum*² junta no Hipódromo a elite dos *scholae palatinae*³, enquanto, por seu turno, o *comes excubitorum*⁴, Justino, faz algo de semelhante com a guarda imperial. Após a demora na tomada de decisão (assinalada por inúmeros tumultos por parte do povo, que esperava ansiosamente a novidade), o Senado opta por associar ao trono imperial Justino, que soubera tirar partido da sua influência junto da guarda imperial...

Aquilo que sabemos do reinado de Justino I, em termos militares, é escasso. Tendo governado por um período relativamente curto (entre 518 e 527) e tendo subido ao trono contando já 65 anos de idade (o que não lhe concedeu tempo para grandes reformas), o novo imperador herdou, para além do tesouro deixado pelo seu antecessor, um conjunto de problemas militares e religiosos que foram precedidos por uma série de catástrofes e de fenómenos naturais. Tratando-se de um homem rude e inculto (o que nos é sugerido por uma descrição nas *Anékdota* de Procópio de Cesareia), procurou apoio nos seus sobrinhos, em especial em Justiniano. Sabemos pelas fontes que tio e sobrinho governaram em conjunto, daí retirando benefício mútuo.

² Principal responsável por toda a administração civil do império. Criado com o propósito de restringir os poderes do prefeito pretoriano, acaba por reunir, sob a sua tutela, toda a atividade desenvolvida dentro do palácio imperial (Kazhdan 1991 1267)

³ Guarda imperial criada por Diocleciano. Unidade de maior prestígio, mais do que os próprios *comitatenses*. Para as *Scholae* eram atraídos membros de toda a aristocracia e muitos dos seus postos eram obtidos através de compra. Foi com Justiniano I que esta força começou a ser integrada no exército e usada em batalha campal. Posteriormente, no reinado de Constantino V, farão parte do regime dos *tágmata*, tornando-se uma das principais unidades deste modelo (Kazhdan 1991 vol. III 1851).

⁴ Oficial responsável pela guarda imperial.

2. A Reconquista de Justiniano I: do confronto com os Persas à Paz Perpétua; as Guerras Góticas e a (re)organização do exército

A 1 de Abril de 527, Justiniano é associado ao trono por indicação do seu tio e, sob pressão senatorial, é coroado três dias depois. Após a subida ao poder, o novo *basileús* depara-se com um duro conflito contra os Persas, na sequência dos ataques do rei Cavade e de Cosroés I, em 530, na Ibéria (Ravegnani 2009 10). Em resposta, é criado um novo corpo militar, o exército da Arménia, que serviu de suplemento ao exército oriental, posicionado a norte. Embora tenha procedido à transferência de tropas experientes para este novo corpo, Justiniano leva também a cabo o recrutamento de novos soldados, de modo a equilibrar o poderio desta nova unidade com os contingentes já existentes; o alistamento de novos elementos parece ter sido executada sem grandes problemas (Treadgold 1995 15). Vendo-se confrontados com estes dois exércitos, os Persas sofrem grandes derrotas às mãos dos Bizantinos.

No decorrer deste conflito, dá-se a batalha de Dara, onde cerca de 25 000 soldados bizantinos defenderam a fortaleza de Anastasiópolis (outro nome dado à fortaleza de Dara) de uma ofensiva persa constituída, aproximadamente, por 40 000 homens (Haldon 2001 30). Tratou-se de um episódio que se estendeu por dois dias, e do qual o melhor relato de que dispomos é o de Procópio de Cesareia, secretário militar de Belisário.

De acordo com a descrição desta fonte, a batalha foi inovadora a vários níveis: foi a primeira vez, num longo período de tempo, que uma força romana – em inferioridade numérica – se mostrou capaz de derrotar as forças persas. Ora, isto constituiu um golpe demolidor no moral persa e um importante incremento no moral das forças bizantinas. De um ponto de vista tático, esta batalha adquire especial significado na medida em que foram as forças de cavalaria (de ambos os lados) que tiveram um papel decisivo

no confronto. A infantaria bizantina, por seu lado, foi mantida no corpo central, bem defendido, ao passo que a infantaria persa pouco ou nada terá interferido na batalha.

O conflito encontrou o seu termo em 532, com a assinatura da Paz Perpétua. Nos termos deste tratado, Justiniano pagou uma avultada soma ao rei persa, tendo, para o efeito, suspenso o pagamento às tropas que guardavam as fronteiras orientais do império; como que embalado pela perspectiva de uma ‘paz eterna’, pôde então preparar-se para intervir tanto em África como na Itália.

Dois anos antes da assinatura deste tratado, o imperador enviara o seu brilhante *magister militum*⁵, Belisário, para o norte de África, numa tentativa de conquistar o reino que os Vândalos aí haviam estabelecido. Em apenas um ano, o comandante concluiu com sucesso a missão que lhe havia sido entregue, vencendo duas batalhas decisivas; a campanha culminou com o envio para Constantinopla do rei dos Vândalos e do saque que se obtivera; por fim, o que restara dos sobreviventes tinha acabado por ser integrado no exército oriental bizantino. Desta forma, abriu-se para Justiniano I a possibilidade de criar um novo exército de África e cinco novos ducados de tropas fronteiriças.

Volvidos cinco anos, em 535, o imperador envia Belisário para a Itália, de modo a libertá-la do domínio dos Ostrogodos. Numa primeira fase da campanha, o brilhante general toma o sul de Itália e a importante cidade de Roma; até 540, consegue ainda a proeza de conquistar Ravenna, a capital ostrogoda, e todos os territórios a sul do rio Pó.

Contudo, o grande general é chamado de volta às fronteiras orientais, por ordem imperial motivada pela ameaça dos Persas, que, sob o comando do rei Cosroés I, haviam quebrado as supostas

⁵ Título atribuído ao comandante de cada um dos exércitos provinciais e *prae-sentales* (exércitos de campanha do imperador). Cf. Kazhdan 1991 1266.

tréguas eternas e em 540 já tinham tomado Antioquia (a principal metrópole na Síria) e capturado Lazica, a leste do mar Negro. Esta investida realizara-se sem grande oposição, pois, como já mencionámos, Justiniano I, para pagar o tributo ao rei persa, tinha suspenso o pagamento aos soldados fronteiriços, os quais, no início do conflito, acabaram por abandonar os seus postos!

É apenas aquando da chegada do exército provincial da Arménia à região que os Bizantinos conseguem montar uma verdadeira defesa; no entanto, só é possível tomar uma atitude ofensiva quando Belisário regressa com grande parte das suas tropas vindas da Itália; encabeçada por este general, a ofensiva devasta os territórios persas na Mesopotâmia, ao mesmo tempo que põe Cosroés I em fuga. O pagamento aos soldados foi restabelecido, e o exército de campo bizantino aparentava estar agora na melhor das suas formas (Treadgold 1995 16).

Nos inícios do ano 541, o império vê-se assolado por uma nova catástrofe nunca antes vista no mundo mediterrânico: a peste bubónica. Os seus efeitos foram devastadores, ceifando, nos quatro anos em que perdurou, uma grande parte da população, tanto de soldados como de civis (que eram a principal fonte de impostos); por pouco o próprio Justiniano I não sucumbiu a esta epidemia. Logo que ficou recuperado, o *basileús* afastou Belisário, que consta que teria planeado subir ao trono, caso este ficasse vago...

Os efeitos da peste, bem como o atraso nos pagamentos aos soldados (sua consequência imediata) tiveram efeitos nefastos na prestação marcial bizantina. Logo em 545, os Ostrogodos conseguem recuperar a maior parte da Itália, aproveitando o facto de as hostes bizantinas aí estacionadas terem começado a desertar. Entre os territórios perdidos para os Ostrogodos contava-se a cidade de Roma, cujas tropas se renderam; enquanto isso, em África, uma grande parte dos territórios bizantinos caiu às mãos dos berberes, tendo muitos homens optado por desertar, enquanto outros se

amotinaram. Felizmente para o império, a peste tinha tido também os seus efeitos devastadores nos territórios persas, o que levou a um novo período de tréguas (desta feita por um preço moderado), nesse mesmo ano (545).

Nos inícios da segunda metade do século VI, Justiniano conseguiu repor a situação financeira, o que lhe proporcionou a oportunidade de encetar, em Itália, uma nova campanha de dimensões consideráveis. O exército responsável por esta operação militar, liderado pelo eunuco Narsés, no período de um ano inflige pesadas derrotas aos Ostrogodos, em especial nas batalhas de Tadina (552) e do rio Casilino (554). Merece aqui especial relevo o primeiro desses combates.

Travada em junho de 552, a batalha de Tadina opôs o exército de Narsés, que contabilizava um total de cerca de 20 000 a 25 000 homens (incluindo tropas aliadas sob o estandarte de Auduin, rei dos Lombardos, forças hérulas, bem como algumas forças recrutadas por Narsés e oriundas da Trácia e da Ilíria), ao exército de Totila, em clara inferioridade numérica. Tal como sucedera em Dara, os Bizantinos optaram por uma atitude defensiva, esperando que fossem os Ostrogodos a abrir as hostilidades: posicionando o seu exército num local geograficamente bem protegido, Narsés dispôs as suas forças de infantaria ao centro, ao passo que, nas alas, colocou as tropas montadas, protegidas por contingentes de cerca de 4000 arqueiros dispostos na sua frente; um corpo de aproximadamente 1500 cavaleiros foi estacionado na retaguarda da ala esquerda, tendo a função de agir como reserva, em caso de necessidade.

É de salientar a progressiva importância que a cavalaria tinha vindo a adquirir no seio do exército romano, uma tendência que se vinha acentuando desde o século III (Haldon 2001 26). De facto, quando se chega ao século VI, vemos a cavalaria ligeira a ser reforçada com elementos de cavalaria pesada, tornando-a assim um componente devastador, assentando a sua eficácia em cargas e

numa tal capacidade de choque que lhe permitia romper as linhas inimigas. Deteta-se aqui, claramente, uma influência oriental, que se pauta pelo recurso a tropas montadas fortemente armadas, tanto ofensiva como defensivamente.

Por outro lado, Totila, após receber um reforço de 2000 cavaleiros, colocou toda a sua cavalaria num único corpo, posicionado ao centro. O grosso do exército godo seria composto, majoritariamente, por tropas montadas; avançando com uma só unidade, tentaram romper as linhas centrais do exército romano, mas fracassaram em grande parte, não só devido aos lanceiros romanos dispostos na vanguarda, mas também devido à sangria provocada pelos arqueiros bizantinos. Não é claro, pelo relato da batalha (escrito, uma vez mais, pela mão de Procópio de Cesareia), se a cavalaria romana fora instruída para flanquear o exército godo; contudo, parece certo que foi dada uma ordem geral para que as linhas avançassem.

Percebendo ser impossível retroceder e reagrupar, e perante o avanço das tropas bizantinas, as forças ostrogodas batem em retirada, esbarrando nas próprias forças de infantaria e criando, desta feita, uma situação de desorganização geral, da qual resultaram ainda mais baixas, tendo-se generalizado o pânico entre os soldados. Com o exército adversário transformado numa massa desordenada e em fuga, as tropas montadas bizantinas carregam sobre os adversários, perseguindo e abatendo ferozmente aqueles que procuravam escapar, dando origem à chacina própria da fase final de muitas batalhas.

Em 554, Justiniano I deu a conquista da Itália por concluída, tendo em conta a situação que se verificava no terreno. Por esta altura, imprimindo um último fôlego ao seu projeto de 'reconquista romana', envia tropas para a Hispânia, apoiando uma tentativa de revolta contra o rei dos Visigodos. Estas forças começaram a conquistar a região sul da Hispânia, mas não chegaram a ocupar mais

do que um quinto do território peninsular, pois em 558 ocorreu um novo surto de peste e o pagamento aos soldados foi de novo suspenso: em consequência disto, aliás, só em 561 é que Narsés logrou subjugar as restantes forças ostrogodas, na Itália. Neste mesmo ano, verificou-se ainda a assinatura de um novo período de paz com a Pérsia.

Aquando da sua morte, em 565, Justiniano I conseguira a grande proeza de deixar o império com novas dimensões, desta feita abrangendo territórios em África, na Itália e no sul da Península Ibérica, cada um deles detendo o seu exército de campo próprio. Deste modo, foi durante o reinado deste grande *basileús* que o Império Bizantino atingiu a sua maior dimensão. Ao mesmo tempo, aos quatro exércitos de campo originais, acrescentava-se agora o exército da Arménia.

Do ponto de vista logístico, Justiniano conseguiu sempre recrutar novos soldados, de forma a preencher as lacunas que haviam sido deixadas nos exércitos e criando novos corpos bélicos. A nível militar, os relatos que nos foram deixados, tanto por Procópio de Cesareia (Haldon 2001 30) como por Agátias (Treadgold 1995 59) levam-nos a concluir que, embora a infantaria ainda detivesse o papel dominante no campo de batalha, a cavalaria ia cumprindo uma função cada vez mais importante, até pela sua versatilidade, podendo mesmo substituir a infantaria, desde que devidamente empregue.

(Página deixada propositadamente em branco).

II

A DECADÊNCIA DO SÉCULO VI (DE JUSTINO II A MAURÍCIO)

1. O declínio após Justiniano: uma conjuntura difícil

A escolha do sucessor de Justiniano recaiu sobre um sobrinho seu, que subiu ao trono com o nome de Justino II. Tanto quanto as fontes sugerem, este terá lamentado a política externa do seu antecessor, bem como o preço exorbitante que tal exigia do *thē-saurós* imperial; contudo, não só as finanças o preocupavam, mas também o estado do exército: em 569, dá-se uma ofensiva visigoda na Hispânia, que leva ao fim da presença bizantina na Península Ibérica. Atentando no esforço que o corpo militar representava e nas dificuldades em manter o legado de Justiniano I, o novo *basileús* procura reduzir os custos de guerra, evitando o pagamento do tributo aos Ávaros e aos Persas.

Com esta nova política (que irá revelar-se desastrosa), dá-se um reacender, em 572, das hostilidades entre Bizantinos e Persas (Haldon 2001 51). Embora, numa fase inicial, o conflito tenha pendido a favor dos primeiros, com a conquista de Sirmio, uma grande ofensiva persa desbarata as forças bizantinas estacionadas na Síria, conseguindo, em 573, tomar Dara. A queda desta praça-forte constituiu um verdadeiro golpe para o poder bizantino naquela

região, na medida em que, como já sublinhámos, esta representava um ponto-chave do ponto de vista estratégico.

Para reagir a esta ofensiva, Justino II toma a decisão de desguarnecer a fronteira norte, algo que se revelará fatal, na medida em que acabará por possibilitar o avanço dos Ávaros pela zona do Danúbio. Este novo avanço, contudo, tem a característica de produzir um verdadeiro efeito dominó, na medida em que, na ânsia de invadirem os territórios bizantinos, os Ávaros acabam por empurrar os Lombardos para ocidente.

Tendo entrado na órbita do Império Romano ainda no século I (no norte da Germânia), os Lombardos fixam-se a leste do Danúbio em 489 e, posteriormente, na antiga Panónia (atual Hungria): como já foi explicado na primeira parte deste volume, a invasão lombarda da Itália ocorreu logo em maio de 568, aquando da decisão de Justino II de substituir Narsés pelo prefeito Longino. Uma vez na Península Itálica, os Lombardos não encontraram oposição bizantina de relevo, na medida em que todo o território se encontrava fragilizado, ainda devido aos efeitos das pestes que aí grassaram (o que resultou numa debilitação das tropas e na ausência de um comando militar forte). Por outro lado, não se pode descurar que, numa fase embrionária, tenha havido uma coligação contra um inimigo comum – os Francos; contudo, apesar de uma estratégia defensiva que passou por dar primazia à via diplomática e por evitar a batalha campal, em 570 os Lombardos já tinham conquistado a região entre os Alpes e o rio Pó. Seguiram-se dez anos de instabilidade no seio do comando lombardo (em grande parte devido aos assassinios dos seus líderes, com o apoio bizantino), o que, todavia, não foi suficiente para impedir o seu avanço: em 576, um forte exército, enviado pelo *basileús* e liderado por Baduário, é derrotado e, dois anos depois, o grande porto de Ravenna, Classe, cai.

Em 578, afetado por uma doença mental, Justino II abdica a favor de Tibério (o qual já havia sido designado *kaïsar*, em 574),

nomeando-o *aúgoustos* no seu leito de morte. Reinando apenas durante quatro anos (578-582), este deparou-se com um cenário deveras complicado nas diversas frentes do império: a norte, os Ávaros avançavam, fixando-se entre a Boémia e o Danúbio; os Eslavos, por outro lado, optaram por uma estratégia de sedentarização, fixando-se na Península Balcânica e ocupando quase todo o centro e o norte dos Balcãs. A oriente, o conflito com os Persas não mostrava sinais de terminar, pelo que Tibério recorre a uma estratégia de deslocalização das tropas da Ilíria para a frente persa, onde um certo movimento ofensivo foi possível. Todavia, tratava-se de um exército demasiado numeroso, onde a ameaça de insurreição era plausível, devido à falta de pagamento dos soldos (Treadgold 1995 17).

2. Maurício, o estrategista

É nestas condições que, em 582, sobe ao poder um dos mais brilhantes generais bizantinos: Maurício (582-602). Tendo já anteriormente dado mostras da sua capacidade como general – em 577 conseguira alcançar um equilíbrio de forças perante o poderio persa na Arménia, numa altura em que os exércitos bizantinos andavam a colecionar derrotas –, confronta-se de imediato com vários problemas que ameaçavam a continuidade do seu reinado (Haldon 2001 52).

Por um lado, as finanças públicas encontravam-se esgotadas, não havendo forma de garantir o pagamento a todas as forças imperiais; por outro, deflagravam conflitos em três frentes distintas: nos Balcãs, o avanço dos Ávaros e dos Eslavos fazia-se sentir cada vez mais, o que obrigou à deslocalização de tropas para esta região; em consequência direta destas operações, os domínios bizantinos em Itália e em África viram-se obrigados a defender-se sozinhos contra as invasões lombardas e berberes, que não davam quaisquer

sinais de abrandar; por fim, os conflitos na fronteira com a Pérsia mantinham-se acesos (Treadgold 1995 19).

No que toca à Itália, o ambiente que se vivia era o de guerra permanente, devido às constantes incursões lombardas e ao avanço do seu processo de conquista. Assim, em 584, Maurício vai proceder à fundação de um novo modelo administrativo, em muito semelhante àquele que vigorava na África bizantina: cria-se, deste modo, o exarcado de Itália (ou de Ravenna), um modelo com base na militarização do território, registando-se um primado do poder militar sobre as autoridades políticas. Entretanto, o tesouro público atingia os seus níveis mais baixos, o que obrigara o *basileús* a tomar uma medida que poderia ter-se tornado desastrosa: em 588, de forma a combater o défice orçamental, ordena que as suas tropas sejam pagas em géneros militares (armamento, principalmente) ao invés de pagamentos monetários, decisão que provocou vários episódios de insurreição, envolvendo sobretudo as tropas orientais. A situação só se restabeleceu a partir do momento em que esta medida foi revogada, voltando o pagamento monetário a ser praticado e tendo os exércitos orientais retomado a sua lealdade para com o imperador.

A oriente, a guerra com os Persas adquirira o mesmo padrão desde a subida de Maurício ao poder: mantinha-se o equilíbrio de forças, com vitórias bizantinas, seguidas de contra-ataques persas bem-sucedidos. Contudo, em 586, ocorreu um episódio que merece o devido realce: o embate de forças em Solachon.

3. A Batalha de Solachon

Corria a primavera de 586 quando o comandante dos exércitos orientais bizantinos, Filipico – que se encontrava numa situação estratégica bastante forte –, rejeita toda e qualquer proposta persa,

com vista à negociação de tréguas. Avança para sul de Amida, até Bibas, nas imediações do rio Zergan (Arzamon) e percorre mais 15 quilómetros nas terras altas, onde estabelecerá o seu acampamento sob a proteção do monte Izala, nas margens do rio Arzamon. Estrategicamente estacionados, os bizantinos conseguiram bloquear o acesso às águas locais, deixando assim as forças persas em grande desvantagem: para acederem à água, ficariam expostas ao poderio dos Gregos, caso não os conseguissem expulsar das imediações ribeirinhas.

O comandante persa – Kardarigan –, confiante na sua superioridade numérica, preparou um considerável número de reservas de água (utilizando peles de camelo) e criou jaulas, de modo a albergar os prisioneiros que viessem a ser detidos no decurso da refrega. Avançando desde Dara, as suas intenções, contudo, foram reveladas por causa da captura de batedores persas; sabendo dos planos adversários – tratar de atacar as forças bizantinas, explorando a tradição do *Sabbath* –, Filipico ordenou aos seus batedores que se mantivessem alerta e que vigiassem as imediações. E, tal como esperado pelos Bizantinos, na manhã do dia seguinte as tropas persas aproximaram-se, tornando a batalha inevitável (Haldon 2001 53).

Embora as informações disponíveis não sejam absolutamente claras, é verosímil presumir que ambos os exércitos consistissem, maioritariamente, em tropas montadas, havendo do lado bizantino a combinação de piqueiros com arqueiros e, ainda, algumas tropas árabes aliadas, sob a tutela dos seus próprios comandantes; do lado persa, a orgânica não seria muito distinta. Em ambos os lados, é possível que tenham comparecido unidades de cavalaria pesada, nomeadamente os catafractários.

Tirando o máximo proveito das características do terreno, Filipico dispõe as suas tropas no terreno mais elevado da planície de Solachon, protegendo o seu flanco esquerdo com o terreno

desnivelado da montanha e dispondo as suas forças nas três divisões típicas: Filipico a comandar o corpo central, enquanto Eilifreda fica responsável pelo flanco esquerdo e o flanco direito está sob o comando de Vitálio.

Os Persas, dispondo as suas forças de forma semelhante, apressam a batalha, começando por atacar as forças bizantinas com a sua cavalaria experiente no tiro com arco. As três divisões bizantinas respondem da mesma forma, mas organizam uma contraofensiva, o que conduz a um impasse na batalha; contudo, do flanco direito, Vitálio usara as suas forças de cavalaria pesada para quebrar as linhas persas, conseguindo desorganizar a sua formação e empurrando-as para trás, para a divisão central, criando aí uma certa confusão no seu seio.

É neste momento que ocorre uma situação que poderia ter ditado a vitória dos Persas: uma força considerável de cavaleiros bizantinos, ao ver que a carriagem persa não se encontrava longe, cavalga na sua direção, desrespeitando as ordens dos seus superiores: tivesse o comandante persa tido noção do que se estava a passar, e a sorte das armas teria sido desfavorável aos Bizantinos. Filipico, por seu lado, apercebe-se e, tirando o capacete, entrega-o a um dos seus generais e ordena que se reúnam esses soldados dissidentes, sob pena de punição severa. Tendo a ordem sido bem acatada e executada, as tropas bizantinas reagrupam-se ao avistarem o capacete do seu general, conseguindo a coesão que, até então, tinham perdido (Haldon 2001 56).

Todavia, ao centro, as unidades persas conseguem reorganizar-se e, graças à pressão que entretanto exerceram, forçaram as linhas bizantinas a recuar. Perante esta ofensiva, Filipico dá ordem às suas tropas para desmontarem e para formarem uma muralha de escudos com lanças apontadas para a frente, de forma a resistirem às forças de cavalaria persas. Aquilo que sucedeu nos momentos seguintes permanece desconhecido, mas não é de excluir a hipótese

de ter sido dada a ordem de atacar, com arco e flecha, os cavalos persas, o que levou a uma mudança na sorte das armas.

À medida que o centro persa recuava, a ala esquerda bizantina tentou, com sucesso, montar um contra-ataque, o que levou a ala direita persa a uma fuga desmedida: com os dois flancos desbaratados, a divisão central perde toda a coesão e começa a debandar. Esta fuga resulta na “total desintegração” das suas forças (Haldon 2001 56), pois não só os seus efetivos foram derrotados, como o seu general havia ordenado a destruição das suas próprias reservas de água – o que fazia parte de uma estratégia pessoal, que impôs nos seus soldados a pressão de uma vitória –, não deixando nenhuma hipótese de sobrevivência naquelas paragens. Muitos dos soldados que fugiram acabariam por morrer, quer por desidratação, quer por infeções estomacais.

Esta batalha terá durado pouco mais do que meia hora e é um excelente exemplo de como um exército bizantino, bem comandado e bem disciplinado, conseguia alcançar resultados positivos, mesmo quando todas as probabilidades apontavam no sentido contrário. Também é um exemplo elucidativo de quão típica era a utilização de forças de cavalaria nas campanhas persas e, de uma forma geral, da crescente importância que a cavalaria vinha a adquirir no seio do exército bizantino (um importantíssimo elemento da evolução militar que se estava a operar em Bizâncio).

No rescaldo imediato desta batalha, o poder político persa começou a mostrar sinais de desagregação. Factos ilustrativos desta situação foram o assassinato do rei Hormisdas e a fuga do seu filho, Cosroés II, para Bizâncio, em 509, onde solicitou o auxílio de Maurício (Treadgold 1995 19), tendo o imperador acedido a esse pedido e efetuado uma campanha na Pérsia, finda a qual Cosroés II foi reposto como rei. A operação gerou boas contrapartidas para Bizâncio: a cidade de Dara voltou a entrar na esfera do império, assim como uma grande parte da Arménia.

4. Da defesa do Danúbio à pacificação dos Balcãs

Uma vez resolvida a situação numas das frentes de guerra, Maurício, em 593, desloca uma quantidade considerável de tropas para a zona do Danúbio, onde se fazia sentir uma grande pressão, resultante da ameaça dos Eslavos e dos Ávaros; contudo, esta movimentação não era só motivada por razões militares. Apesar do sucesso da campanha a oriente, a situação financeira do império mantinha-se débil, e fora ordenado aos soldados que passassem a viver nos Balcãs e que se sustentassem daquilo que a terra aí dava, de forma a poupar em rações de campanha, porém, perante a emergente ameaça de revolta que se fez sentir, tal iniciativa não seguiu em frente (Treadgold 1995 19).

No ano seguinte, o *basileús* tenta implementar uma nova medida, substituindo os pagamentos destinados à aquisição de armamento por géneros e víveres. Embora Maurício, encontrando-se uma vez mais sob a ameaça de revolta dos seus exércitos, tenha tentado compensar tal medida com a promessa de que os soldados que tombassem em batalha seriam substituídos pelos seus filhos – o que para as dignidades mais elevadas do exército era bastante favorável –, estes exigiram o pagamento dos soldos, na sua totalidade. Apesar deste clima de tensão entre o poder imperial e os exércitos, os soldados prestaram um excelente serviço, conseguindo rechazar os Ávaros e os Eslavos, uma e outra vez, até que, em 599, os Balcãs se tinham já tornado uma área livre de invasores e a fronteira do Danúbio fora restabelecida.

Com a pacificação dos Balcãs, já seria possível enviar tropas para assegurar o controlo da situação na Itália, mas, uma vez mais, as finanças não o permitiam. Em 602, o imperador tenta de novo poupar nas rações dos soldados, ordenando-lhes que estacionassem a norte do Danúbio, durante o inverno; no entanto, desta

vez, os soldados não só se revoltaram, como marcharam sobre Constantinopla. Maurício tentou escapar (levando consigo a sua família e uma parte do tesouro), mas foi apanhado na fuga e foi barbaramente assassinado.

5. O *Strategikon* de Maurício

Quando falamos em Maurício, não nos podemos cingir aos acontecimentos políticos do seu reinado ou às dificuldades económicas que se fizeram sentir, mas também é de carácter obrigatório mencionar o seu legado, o qual se pautou por uma série de reformas militares, compiladas num dos mais brilhantes tratados da Antiguidade Tardia: o *Strategikon*. É um manual de arte bélica notável, onde – apoiando-se na herança de Vegécio – o imperador resumiu os princípios básicos da arte militar bizantina, alterando com isso a orgânica do exército e a sua estrutura.

Assistimos, pois, em finais do século VI, a profundas mudanças no aparelho militar bizantino. Maurício conservou alguma da orgânica romana – p. ex., uma patente elevada continuava a ser o cargo de tribuno –, mas procedeu à alteração do número de homens que cada oficial mantinha sob o seu comando direto: assim, encontramos os regimentos (*bánda*), comandados pelos tribunos, a deterem entre 200 a 400 homens, nos quais se incluíam, para além do tribuno, um porta-estandarte, o porta-capa e os trompetistas. Tais regimentos eram, posteriormente, postos sob tutela dos quiliarcos (prefeitos da legião), que (apesar de o seu nome evocar o comando de mil homens: *chiliás*) comandavam 2000 a 3000 homens. Contudo, estes comandos eram, por sua vez, inseridos numa unidade maior, as divisões (*mérē*), sob o comando de merarcas (legado da legião), cujo número não excederia os 7000 homens (Treadgold 1995 94).

Claro que, quando apontamos estes números, se incluem todos os componentes do exército – entre infantaria, cavalaria, auxiliares e técnicos militares – conseguindo-se uma relação simbiótica entre eles. Com esta reforma na constituição dos vários corpos militares, o objetivo parece ter sido o de proporcionar uma maior facilidade de manobra, de forma a favorecer a flexibilidade das tropas, designadamente naquilo que dizia respeito à organização das várias formações de combate.

As legiões (e outros regimentos) sobreviveram a estas reformas, sendo comandadas pelos quiliarcos e pelos tribunos. Porém, temos de isolar o caso das tropas de fronteira, as quais, embora tenham sobrevivido ao corte de pagamentos em 545, e conquanto ainda as encontremos durante as conquistas na Pérsia, não sobreviveram ao século VII: o seu pagamento há muito que se tornara escasso e, como tal, os soldados foram obrigados a procurar meios de subsistência alternativos.

Como é natural, no *Strategikon* de Maurício é dada uma especial atenção (e nisto difere da *Epitoma rei militaris*, de Vegécio) à componente de cavalaria: nele, são mencionados os diferentes corpos de cavalaria de elite (*optimates*, *illyriciani*, *vexillationes*) e a sua organização, e, embora os preceitos do tratado se refiram aos corpos profissionais do exército, a maior preocupação do seu autor é, de facto, com a cavalaria. Apesar de ser dada alguma ênfase à infantaria, é sublinhada a negligência que a função da cavalaria havia sofrido, chegando mesmo a afirmar-se que “um general se encontra sempre mais bem servido com mais cavalaria do que com infantaria” (Treadgold 1995 98), principalmente devido ao facto de estes soldados poderem combater tanto a cavalo como apeados. É no *Strategikon* de Maurício que se encontram os últimos relatos relacionados com a organização militar em legiões, antes da reformulação do exército bizantino, com o modelo dos *témata*.

III

HERÁCLIO: COMO SALVAR UM IMPÉRIO (DUAS VEZES)

A deposição e assassinato de Maurício, em 602, abrem a página para um dos períodos mais difíceis da história do Império Bizantino, pois vão dilacerá-lo e enfraquecê-lo de tal forma que este se vai mostrar incapaz de fazer frente à expansão árabe e à progressão muçulmana. Bom, incapaz num certo sentido, porque o Império Romano do Oriente, no final, sobrevive, embora mutilado, ao contrário do seu arquirrival, o Império Sassânida da Pérsia. Mas talvez não tivesse subsistido sem um dos seus imperadores mais importantes, Heráclio, que não só conseguiu governar neste período tão difícil e conturbado como também salvou o império não uma, mas sim duas vezes!

1. O infeliz reinado de Focas

Para falarmos do heroico (e, ao mesmo tempo, azarado) reinado de Heráclio, é necessário refletir acerca do curto mandato do usurpador que o precedeu, Focas, que ascendeu ao trono em 602, após o golpe de Estado das tropas da fronteira do Danúbio contra Maurício, e viu o seu reinado começar da pior forma possível: com uma guerra com a Pérsia de Cosroés II. E se, no início, a razão para o desencadear deste conflito por parte do imperador persa foi alegadamente pessoal, com

o pretexto de vingar a morte do seu aliado e apoiante, Maurício, e de colocar um suposto filho do mesmo no trono (muito à maneira do que Maurício fizera por ele), rapidamente tomou contornos expansionistas quando, à morte do pretendente, os exércitos da Pérsia invadiram as áreas bizantinas da Arménia e da Mesopotâmia.

Para dificultar ainda mais as coisas, o exarcado de África revoltou-se e inicia uma guerra civil contra Focas, apoiando-se na falta de legitimidade deste para ocupar o trono púrpura de Constantinopla. Durante os seus oito anos de reinado, o usurpador mostrou-se incapaz quer de resolver os seus problemas internos, quer de sustentar o poderio dos Persas. Estes, após ocuparem a totalidade da Arménia e da Mesopotâmia e aproveitando-se do caos interno vigente no reino do seu rival, enviam os seus exércitos para a Síria e para a Anatólia, que acampam na margem asiática de Constantinopla, o que configurou uma humilhação pessoal para o *basileús*. Enquanto isso, as vitórias que Maurício obtivera nos Balcãs foram neutralizadas com o regresso em peso dos Ávaros e dos Eslavos, que começam a saquear e a ocupar os territórios europeus de Bizâncio. Finalmente, em 610, Heráclio, filho do exarco de África, comandando uma grande frota vinda do Egito, dirige-se para Constantinopla, onde depõe e mata o usurpador e ocupa o trono, herdando o negro legado de Focas.

2. Os complicados primeiros anos

O império vivia então a sua pior crise desde os anos áureos de Justiniano. Nos Balcãs, os dois exércitos romanos tinham sido derrotados pela enorme vaga de povos que inundava esta zona, sendo que o exército da Ilíria fora completamente destruído e o exército da Trácia reduzido a 60% dos seus efetivos. Este cataclismo resultara, finalmente, na perda da maior parte dos Balcãs (restando somente as zonas costeiras).

Enquanto isso, a oriente, apesar de muitas vezes as forças bizantinas serem comandadas por Heráclio, os Persas conquistam a Síria, a Cilícia e a Palestina; em especial, a conquista de Jerusalém, em 614, com a captura de várias relíquias sagradas, entre as quais a preciosa Vera Cruz, representa um duro golpe no moral bizantino. É importante salientar que estas zonas eram as mais produtivas do império, de tal forma que a sua perda fragilizou imenso a economia já muito debilitada de Bizâncio, tornando o pagamento dos soldos ainda mais difícil: esta nova crise financeira quase que lançou o império numa nova guerra civil, com o exército de Itália a amotinar-se devido ao atraso nos pagamentos; o conflito só ficou resolvido quando Heráclio instituiu o pagamento em géneros (tal como Maurício tentara fazer anteriormente) aos restantes soldados, de forma a conseguir remunerar as tropas de Itália. Tão desesperada era a situação que os soldados aceitaram as alterações no pagamento do soldo, mau grado isso diminuir o valor dos seus salários em cerca de 50%.

Enquanto o imperador resolvia a crise interna, os Persas continuavam a saquear a Anatólia com ondas constantes de raides que, aos poucos, inundavam de sangue e de destruição a Ásia Menor; os Sassânidas não pararam de mover os seus exércitos para sul e, em 620, conquistaram o Egito. Com o império mais do que nunca à beira do colapso perante forças adversárias externas, ainda que finalmente seguro do ponto de vista interno, Heráclio inicia então um glorioso contra-ataque em todas as frentes (económicas, diplomáticas e, sobretudo, militares), circunstância que vai salvar Bizâncio da hecatombe.

3. O contra-ataque de Heráclio

Começando pela vertente económica, Heráclio pede à Igreja todo o ouro e prata possíveis, materiais esses que trata de fundir para encher os quase vazios cofres bizantinos e, assim, poder pagar às

suas hostes. Diplomáticamente, inicia negociações com os Khazares, um povo da estepe que lhe envia reforços para a guerra que trava contra os Sassânidas, e assina uma trégua com a confederação dos Ávaros e dos Eslavos, agora demasiado próxima de Constantinopla. Simultaneamente (e mais importante no contexto deste capítulo), na vertente militar, unifica os exércitos *praesentales* (os que estão na presença do imperador) e chama os exércitos do Oriente, da Arménia e da Trácia (que fora retirado atempadamente dos Balcãs) para a Anatólia. Finalmente, mas não menos decisivo, recupera a velha tradição romana, perdida após a morte de Anastácio, de tomar ele próprio as rédeas deste exército unificado do império e conduzi-lo para a guerra decisiva contra Cosroés II da Pérsia.

Os resultados desta manobra são espetaculares, evidenciando a grande capacidade de comando de Heráclio. Em 622, agora apenas com um inimigo, expulsa as forças persas que estão presentes na Anatólia e, dois anos mais tarde, conduz o seu exército para a Arménia, onde vai derrotar e expulsar o imperador Cosroés e as suas forças. No ano de 624, como forma de vingança pelo saque de Jerusalém, as forças bizantinas destroem o Grande Templo Zoroastra em Takht-I-Suleiman (atual Ganzak) e extinguem o Fogo Eterno de *Vshnap* (Luttwak 2009 400)! Disposto a não ceder a Arménia, estrategicamente muito importante, e sentindo-se insultado por tal blasfémia bizantina, Cosroés envia três exércitos para a região, mas todos eles são derrotados por Heráclio.

Em 626, os Ávaros, aliados à Pérsia, que conseguira enviar outro exército para a Anatólia, sob o comando de Shahrbaraz (aproveitando-se da ausência de Heráclio e da maior parte das forças bizantinas, que estavam na Arménia), quebram as tréguas e cercam Constantinopla, decididos a acabar com o Império Bizantino. Será um esforço inútil, porque os Bizantinos, sob o comando do *magister militum praesentalis* Bono e do patriarca Sérgio, conseguem resistir atrás das poderosas muralhas de Constantinopla; a falta de

coordenação dos dois lados culmina no naufrágio da ‘frota’ ávara (constituída apenas pelos *monóxyla* eslavos, que não passariam de pequenos batéis), carregada de muitos soldados persas e da tripulação eslava, ao largo da cidade, demonstrando que a talassocracia bizantina se mantinha dominante. Para além desta frota de improvisado e da tripulação eslava, terão perecido cerca de 4000 soldados persas, de acordo com o *Chronicon Paschale* (citado por Luttwak 2009 402). Ora, sem força naval era impossível tomar a grande capital do Império Bizantino e tanto o *khan* ávaro como o general persa Shahrbaraz, ao perderem a única forma de atacar a muralha marítima do Corno de Ouro, viram-se obrigados à retirada.

Enquanto o maior general persa se retirava para retomar a perseguição a Heráclio e o *khan* ávaro prometia regressar a Constantinopla, a maior parte dos Eslavos (em especial, os Croatas e os Sérvios), influenciados pela derrota no cerco (e pela falta de despojos e de comida que dela resultara) e pela diplomacia bizantina, começaram a afastar-se cada vez mais dos Ávaros, acabando por se revoltar abertamente contra eles e formando, posteriormente, Estados semi-independentes na Croácia e na Sérvia e ocupando várias áreas da Trácia. Falaremos da importância destas pequenas comunidades mais adiante.

O ano que se seguiu à vitória bizantina em Constantinopla, em 627, foi protagonizado pelo maior dos frutos da diplomacia de Heráclio: a aliança com os Khazares, um povo que formara um grande Estado nas estepes asiáticas e trouxera com ele 40 000 cavaleiros e a sua maior arma – os seus cavalos (ou pôneis). A maior vantagem destas montadas era, sem dúvida, a sua capacidade para conseguirem sobreviver em qualquer terreno desde que tivesse vegetação (mesmo no inverno), inclusivamente em terrenos muito acidentados (como aqueles que eram próprios do coração da Pérsia).

No dia 12 de dezembro de 627, as forças aliadas de Bizâncio e dos arqueiros montados dos Khazares travam uma batalha decisiva junto a Nínive (atual Mossul). Heráclio atraiu os Sassânidas para a

planície (provavelmente, com o apoio dos seus aliados e de fugas simuladas), sobre a qual pairava então um grande nevoeiro. Aqui, virou-se para enfrentar os Persas, que só se aperceberam de que os Bizantinos se tinham voltado para os combater quando estes caíram sobre eles (Luttwak 2009 405).

Com esta vitória, o último exército persa, que se encontrava entre Heráclio e Ctesifonte (a capital sassânida), tinha sido desbaratado. O imperador bizantino avançou depois pelo coração da Pérsia, ocupando alguns dos palácios de Cosroés; estes, que adotavam o estilo arquitetónico dos impérios clássicos persas (com grandes jardins, muitos deles zoológicos, com as mais exóticas espécies), rapidamente serviram de apoio logístico às forças bizantinas, que se alimentaram dos mantimentos armazenados nestes, bem como dos animais dos jardins zoológicos privados do rei...

Cosroés foi então obrigado a fazer uma opção difícil: ou mandar retirar todas as forças persas que estavam em territórios ocupados nas campanhas anteriores, de modo a derrotar, de uma vez por todas, Heráclio e o Império Bizantino; ou, em alternativa, usar apenas as (escassas) forças que tinha ao seu dispor e contar que o seu inimigo abandonasse a ofensiva durante o inverno. O líder persa optou pela segunda possibilidade, e a aposta saiu-lhe cara...

A recusa em chamar os seus generais (como o experiente Shahrbaraz, que se encontrava bem perto, na Mesopotâmia) e em assinar um tratado de paz com Heráclio, assim como a aproximação fulgurante e inesperada dos Bizantinos formaram a gota de água para muitos persas, já desalentados e cansados pelas sucessivas derrotas de Cosroés II. A 23 de fevereiro de 628, um grupo de rebeldes comandados por Xeroé, filho do imperador persa, destronou e matou o 'vingador de Maurício', tendo-o substituído no trono de Ctesifonte pelo filho, que iniciou negociações com Heráclio para pôr fim ao conflito; este acedeu, retirou-se e regressou com o seu experiente exército à Arménia.

A paz, no entanto, não seria assinada por Xeroé, que seria por sua vez apeado do trono por um golpe de Estado encabeçado pelo reputado Shahrbaraz, cabendo ao general que dois anos antes cercara Bizâncio negociar a paz com Heráclio. Esta negociação repôs quase todas as fronteiras políticas anteriores à guerra, com exceção de certos territórios do lado persa do Eufrates, que constituiriam uma reconquista de terras que previamente teriam estado na posse dos Sassânidas (Luttwak 2009 407).

Com a paz, voltaram também à posse bizantina as preciosas relíquias sagradas perdidas após a tomada de Jerusalém, em 614; foi com estas relíquias que o imperador bizantino regressou a Jerusalém, onde entrou triunfalmente em 630, após a vitória numa guerra que durara cerca de vinte anos. Heráclio conseguira salvar um império à beira do colapso, apesar de ter perdido os Balcãs. No entanto, o pior ainda estava para vir...

4. Os Árabes

Os Árabes não eram um povo estranho para os Bizantinos ou para os Persas; muito pelo contrário, ambos os lados contavam, entre os seus maiores aliados, com duas grandes tribos do norte da Arábia: os Gassânidas (aliados de Bizâncio) e os Lakhmidas (aliados do Império Sassânida). Estes aliados proporcionavam às duas partes trocas comerciais, forças auxiliares e serviam ainda de tampão contra as restantes tribos nómadas da Península Arábica.

Esta situação manter-se-ia até aos inícios do século VII, pois, no conturbado período da (última) guerra bizantino-persa, o profeta Maomé realizara a Hégira e iniciara a pregação do islão na cidade de Medina. Anos mais tarde, em 630, no ano da entrada triunfal de Heráclio em Jerusalém, Maomé conquistava Meca, cumprindo o seu grande objetivo de vida; mais tarde, conseguiria unificar a Península

Arábica sob a sua égide e, claro está, da religião islâmica; à sua morte teria início a grande conquista islâmica sob a batuta dos califas.

O martelo do islão caiu, portanto, sobre os dois impérios. Os Persas portaram-se inicialmente melhor do que os Bizantinos: comandados pelo seu novo imperador, Yazdarij, derrotaram um exército muçulmano em 634, na “batalha da Ponte”. No entanto, mais tarde, em 637, o Império Persa seria pesadamente derrotado na batalha de Qadisiyah, abrindo aos Árabes o caminho para Ctesifonte, que foi tomada e saqueada, facto que assinalou o fim da conquista do Iraque e a retirada dos Persas para o mais facilmente defensável planalto iraniano.

Os Bizantinos foram, contudo, os primeiros a enfrentar as cimitarras dos califas: no ano de 633, os exércitos árabes lançam vários raides ao sul da Síria, sob o comando do general Khalid ibn al-Walid, e chegam em abril de 634 às portas de Damasco, cidade que é saqueada pelos fiéis do Profeta; nesse mesmo ano, as forças árabes infligiriam uma primeira derrota às forças do Império Bizantino, na batalha de Ajnadain.

Heráclio, apanhado inicialmente de surpresa pelo ímpeto árabe, reage o mais rapidamente possível e, em 636, reúne um enorme exército, que fica sob o comando do seu irmão Teodoro, uma vez que o imperador se encontrava doente. Este exército avança pela Síria adentro e, tal era o seu tamanho, faz os Árabes abandonarem Damasco e retirarem-se para sul, até às margens do rio Yarmouk: será aqui que se irá travar, no mesmo ano, uma das batalhas mais decisivas da milenar história do Império Bizantino.

5. A Batalha de Yarmouk – 636

Antes de o combate começar, já se notavam diversos problemas do lado bizantino: a falta de cooperação entre as populações locais

e os soldados, relativamente às provisões, tinha provocado vários confrontos entre eles (em especial, em Damasco); os comandantes também não estavam de acordo entre si no que dizia respeito a vários aspetos, circunstância de que resultava um exército pouco coeso e disciplinado (Haldon 2000 59).

As forças bizantinas aproximaram-se de Jabiya (uma região muito importante para os Gassânidas, porque providenciava forragem e mantimentos para as suas forças), uma zona importantíssima do ponto de vista logístico, pois possibilitava o acesso à estrada que ia para sul a partir de Damasco e, desse modo, às regiões localizadas a sul e a leste da cidade. De forma a não serem cercadas pelas forças escondidas e dispersas que os muçulmanos tinham colocado na região, o comando bizantino tomou a decisão de espalhar as suas forças pelo terreno acidentado, comprometendo as facilidades de comunicação entre as várias componentes do exército. Os soldados imperiais foram assim dispostos ao longo da linha da velha estrada romana, paralela ao leito do rio Ruqqad, um outro afluente do Jordão, que na altura se encontrava seco. Os Bizantinos terão então estabelecido dois acampamentos na região, um em Yaqusa (15 milhas a sul de Jabiya), junto ao flanco direito bizantino, onde se estabeleceram Baanes e as forças do *magister militum* Jorge, e outro em Jilliq (a norte de Jabiya), que seria o acampamento das forças do exército do Oriente e de Teodoro. Por fim, a povoação de Jabiya seria a base das forças dos Gassânidas.

O exército bizantino que entrou na Síria, em 636, tinha quatro comandantes principais: Teodoro (irmão de Heráclio e *magister militum* do Oriente), Jorge (o *magister militum* da Arménia), Jabala ibn al-Ayham (o chefe das forças gassânidas) e Baanes (um arménio, que era o comandante principal desta força). Outra presença importante no campo de batalha era, sem dúvida, a do persa Nicetas, filho do imperador Shahrbaraz, que terminara também ele assassinado! Já os Árabes eram comandados por dois grandes comandantes:

Abu 'Ubayda ibn al-Jarrah e o grande líder da conquista árabe da Síria, o já nosso conhecido general Khalid ibn al-Walid.

Qual era a composição de cada uma das forças? O historiador John Haldon aponta para cerca de 20 000 soldados bizantinos, sendo o exército composto por metade dos efetivos dos dois exércitos principais do Oriente (Arménia e Oriente) e pelo conjunto dos aliados gassânidas, num total de 15 000 homens, a que se juntariam soldados oriundos de unidades de outros setores (entre *limitanei* e auxiliares), num número estimável entre 2000 e 5000 homens. Já os números árabes são mais difíceis de determinar, mas é improvável que fossem iguais aos de Bizâncio: as táticas utilizadas pelas forças islâmicas (eliminar cada força bizantina, uma a uma, enquanto as outras eram espicaçadas e atrasadas pelas restantes) refletem uma hoste inferior à dos súbditos do *basileús*. Em matéria de tipos de tropas, ambas as hostes possuíam contingentes de infantaria e de cavalaria.

Nos dias do combate decisivo opondo Árabes e Bizantinos (entre 18 ou 19 de agosto e o dia 20), a disposição das (divididas) forças bizantinas era a seguinte: a ala direita, comandado por Jorge, posicionou-se entre a estrada romana e Yaqusa; o flanco esquerdo, comandado por um oficial desconhecido com a categoria de drungário, formou em frente a Jabiya; o centro, que estaria sob o comando de Teodoro ou de Baanes, tomou posições ao longo da estrada romana, entre a ala direita bizantina e a ponte romana que permitia a travessia do leito seco do Ruqqad; por fim, as forças dos Gassânidas estavam de guarda à ponte.

Assim, a batalha terá começado a meio do dia 18 ou 19 de agosto, quando os comandantes bizantinos, incitados por surtidas muçulmanas, ordenaram o avanço de todas as suas forças contra as linhas adversárias. As guarnições bizantinas terão então abandonado as posições estratégicas ao longo do rio Ruqqad e começado a atravessar o terreno acidentado do leito seco do

afluente do Yarmouk: logo que cruzassem o leito do Ruqqad, estariam numa zona taticamente vulnerável, pois encontrariam à sua frente o leito de outro rio, o Allan, e, a sul, o Yarmouk, correndo o risco de ficarem completamente isoladas, caso o inimigo desbaratasse a ala esquerda e a área a norte da zona principal (Haldon 2000 60).

O primeiro ataque foi lançado pelas guarnições do setor norte (a ala esquerda do exército bizantino), cujas forças de infantaria conseguiram empurrar a linha islâmica e abrir caminho em direção ao acampamento muçulmano. No entanto, os Árabes foram taticamente mais argutos e iniciaram, ao longo daquele setor, uma sequência de fugas simuladas. Estimulados pela retirada adversária, os Bizantinos principiaram a perseguição dos aparentemente derrotados soldados muçulmanos... Caíram, assim, numa armadilha mortal, porque, enquanto alguns guerreiros muçulmanos debandavam, outros receberam ordens para se esconderem por entre o terreno acidentado, levando-nos a crer que esta estratégia terá sido previamente planeada pelos seus hábeis comandantes.

Deste modo, enquanto a cavalaria bizantina perseguia o inimigo em fuga, afastando-se progressivamente da infantaria, Khalid ibn al-Walid comandou o seu grupo de cavaleiros em direção à brecha da linha bizantina, rodou a sua unidade sobre o flanco e chocou contra a cavalaria adversária: foi nesta altura que os soldados muçulmanos que previamente se tinham escondido (e que agora estavam na retaguarda do exército bizantino) se mostraram e lançaram o ataque contra as forças imperiais. A cavalaria presente nas alas foi apanhada de surpresa por este ataque de duas frentes e bateu em retirada, enquanto as forças de infantaria imperiais ficavam, subitamente, sem o apoio dos seus cavaleiros e davam de caras com os soldados muçulmanos que, supostamente, estavam em fuga mas que se viraram na sua direção e contra-atacaram. Apertadas por três lados, as forças de infantaria bizantinas começaram a

dispersar e a retirar-se em toda a linha; o setor norte do exército imperial tinha deixado de existir!

Enquanto isso, os Gassânidas entraram em pânico e fugiram, ou passaram-se para o lado adversário, e assim os Bizantinos perderam o controlo da ponte. Aproveitando o fim de uma força homogénea que lhes fizesse frente, os vitoriosos cavaleiros de Khalid ibn al-Walid atravessaram a ponte, atacaram e saquearam o acampamento bizantino de Jillic.

Nessa altura, já as restantes forças imperiais tinham atravessado o Ruqqad e expulsado as forças muçulmanas daquela zona (forças essas que cobriam a ala direita, o centro e o principal acampamento muçulmano), mas não chegaram a atravessar o Allan. Terá sido então que as notícias da defeção dos Gassânidas chegaram, e isso constituiu um enorme golpe no moral dos bizantinos. O primeiro dia de combate estava concluído com uma clara vitória muçulmana.

Durante a noite, os Árabes lançaram um ataque surpresa sobre o outro acampamento bizantino, em Yaqusa, obrigando a ala direita imperial a retirar-se; os muçulmanos conseguiram, assim, ocupar a retaguarda do exército bizantino. Para as forças imperiais bizantinas, só havia agora duas opções: ganhar a batalha ou recuar para norte, onde estaria localizada a ala esquerda (os Bizantinos não sabiam que esse setor já tinha sido ocupado pelos Árabes, com a debandada da ala esquerda do seu exército).

A desgraça dá-se no dia 20, quando as forças muçulmanas a norte, do lado de lá do Allan e da retaguarda bizantina, lançam um ataque, em simultâneo, contra as forças bizantinas encurraladas naquela caixa de morte (limitada pelos leitos do Ruqqad, do Allan e Yarmouk e, claro está, pelas forças muçulmanas que tinham ocupado o setor norte). Quando os soldados árabes que vinham do norte estavam quase a atingir a ala esquerda do que restava das forças bizantinas, levantou-se uma violenta tempestade

de areia, acabando com a já pouca coesão do (outrora) poderoso exército de Heráclio.

Completamente cercado e isolado, o principal corpo bizantino entrou em pânico e começou a debandar na sua totalidade. Alguns soldados e oficiais tentaram render-se, mas de nada lhes valeu, pois tinha sido ordenado aos soldados muçulmanos que não fizessem prisioneiros. Milhares de soldados bizantinos pereceram no campo de batalha, enquanto as forças muçulmanas perseguiram os sobreviventes para norte, chegando até Damasco e Emesa (atual Homs).

Quais foram os resultados da batalha que se travou junto ao rio Yarmouk? Na verdade, aquela hoste bizantina tinha deixado de existir, e com ela desaparecia perto de metade dos soldados dos exércitos do Oriente e da Arménia... Sem oposição, os muçulmanos retomaram o seu caminho para norte, reconquistaram Damasco e exerceram o seu poder sobre a maior parte da Síria, com exceção das suas duas maiores fortalezas: Jerusalém e Cesareia. Em 637, o califa completou a conquista do Crescente Fértil, com a tomada da Mesopotâmia, após a derrota de uma força persa em Jalula. Em 638, era a vez de Jerusalém cair e, dois anos mais tarde, Cesareia.

6. A última decisão de Heráclio

Mas como reagiu Heráclio a estes acontecimentos? Reuniu as forças que lhe faltavam e preparou um último e decisivo ataque, como fizera anteriormente com Cosroés II? Não: optou por ordenar uma retirada geral das forças bizantinas para a Anatólia, para trás das cordilheiras do Tauro, com instruções para evitar qualquer combate com as vitoriosas forças árabes.

Assim, o que resta do exército da Arménia é fixado no noroeste da Anatólia, a fim de proteger as passagens da cordilheira do Antitauro, enquanto o exército do Oriente é colocado no sudoeste

dessa península, para defender as chamadas “portas da Cilícia”. O imperador opta, assim, por usar a barreira natural da cordilheira do Tauro como uma muralha contra o crescente poder islâmico, em vez de apostar numa última demonstração de poder, como farão os Persas, algo que lhes irá custar o império (Treadgold 1995 207).

O plano de Heráclio, do ponto de vista geoestratégico, é notável, pois a Anatólia era limitada pelas cordilheiras do Antitauro e do Tauro, que eram intransponíveis para qualquer exército, ainda mais para os exércitos dos Árabes, que tinham pouca experiência de luta em terreno montanhoso: as únicas passagens por esta poderosa muralha natural eram alguns desfiladeiros e, mesmo estes, eram muito perigosos de atravessar durante o inverno. Para ele, era melhor ter um exército para proteger os territórios que permaneceram seus do que ter regiões inteiras sem um exército para as defender, e por isso sempre preferiu poupar homens para continuar a lutar em territórios mais facilmente defensáveis a gastá-los inutilmente em terras que seriam certamente perdidas. No fundo, ao tomar a decisão de se retirar para a Anatólia, Heráclio conseguiu salvar o império pela segunda vez.

Até à sua morte, em 641, o sucessor de Focas viu a Síria ser completamente perdida e assistiu aos primórdios da invasão do Egito, mas pelo menos conseguiu assegurar a Península da Anatólia como uma muralha intransponível para o poderio árabe. Enquanto isso, no lado europeu, a única barreira de que precisava era a quase inexpugnável Constantinopla, que só poderia ser tomada com o auxílio de uma poderosa armada; ora, naqueles anos e naquela área do mundo, a frota mais poderosa continuava a ser a própria frota imperial. Uma vez mais, Heráclio salvara o Império Bizantino, que haveria de lhe sobreviver ainda por oitocentos anos.

IV

***TÉMATA E TÁGMATA:* RECUPERAR UMA FORÇA PERDIDA**

O que simboliza ao certo o reinado de Heráclio? Mudança. Concluído o seu principado, o Império Bizantino começa a afastar-se da herança de Roma. Os territórios herdados são muito reduzidos, e a estratégia defensiva bizantina muda drasticamente (em grande parte, porque as fronteiras bizantinas se vão tornando mais concretas e facilmente defensáveis), assim como se altera a distribuição local das forças imperiais. Os soldados, em jeito evolutivo das alterações efetuadas por ele, vão continuar a ser modificados e a baixar, bem como a cadeia de comando do exército.

Inicia-se, assim, uma nova era para o Império Bizantino, com inimigos de características diferentes daqueles que os *basileis* anteriores a Heráclio tinham enfrentado. Trata-se de uma era que se traduzirá num longo processo evolutivo das forças militares dos Romanos do Oriente; embora repleta de derrotas nos diversos campos de batalha, ela irá culminar nos enormes sucessos dos três mais poderosos imperadores macedónios: Nicéforo II Focas, João I Zimisce e, claro está, Basílio II “Bulgaróctono” (“exterminador de Búlgaros”). É a era dos *témata* e dos *tágmata*, que se prolongará de 641 a 1025.

1. Os novos inimigos de Constantinopla

Começamos então por falar dos principais inimigos de Bizâncio neste período. Os adversários que tinham enfrentado Justiniano e/ou Heráclio foram expulsos dos territórios que controlavam e, mais tarde, destruídos: os Ávaros foram repelidos da Trácia por alguns dos povos eslavos que se tinham insurgido após o cerco de Constantinopla e também pelos Búlgaros, sendo mais tarde aniquilados como uma entidade independente por Carlos Magno; enquanto isso, os Persas, como já foi dito, após a derrota em Qadisiyah, em 637, foram expulsos da majestosa Ctesifonte e retiraram-se para o planalto do Irão. Mais tarde, as forças militares do Império Sassânida acabariam por ser destroçadas em 642, na batalha de Nehawend (a ‘vitória das vitórias’ dos Árabes) numa última demonstração de poder do imperador Yazdarij (Burlot 1990 35), com o império em si a ser desmembrado na batalha do rio Oxus, em 651. Os dois principais inimigos do Império Bizantino são, assim, erradicados e substituídos por outros: na Europa, os Ávaros dão lugar aos Búlgaros e aos Eslavos, enquanto, no Oriente, o Império Persa cede a sua vez ao Império Árabe.

Debrucemo-nos antes de mais sobre os Árabes. À morte de Heráclio não se seguiu o fim da bulímica expansão muçulmana, continuando esta a propagar-se para onde lhe fosse possível: os terrenos desérticos do norte de África, muito semelhantes àqueles da terra de onde vieram, representavam uma oportunidade para espalhar a religião do Profeta. Então, os Árabes tinham iniciado a invasão da província mais rica do império – o Egito; no entanto, noutras direções, a sua expansão viu-se muito dificultada: as cordilheiras do Tauro e do Antitauro barravam o acesso das forças islâmicas à Península da Anatólia e ao coração do Império Bizantino; a norte, apesar de a Arménia ter dobrado o joelho, os Khazares,

aliados de Bizâncio, ainda eram bastante fortes e resistiam a esta nova ameaça; e o acidentado terreno do Irão ocidental dificultava o acesso ao coração da Pérsia.

Apesar disso, os Árabes consumaram a conquista da província mais rica do Império Bizantino e tomaram ainda o exarcado de África, nos finais do século VII. Como já foi dito, em 655, o recém-criado poder naval árabe derrotou a frota imperial grega na Lícia, pondo fim à talassocracia bizantina, ameaçando Constantinopla e assegurando várias ilhas importantíssimas do Mediterrâneo oriental, como Rodes e Chipre (que mais tarde se tornaria uma zona desmilitarizada, controlada pelos dois lados).

Quanto aos Búlgaros, foram o primeiro povo a criar um Estado independente em território imperial *de jure*, na Trácia. Após terem sido expulsos da estepe pelos Khazares, subjugaram os Eslavos e tiveram sempre o sonho de criar um Império Bizantino-Búlgaro, sediado, claro está, em Constantinopla. Adotaram vários aspetos bizantinos, como o título de imperador ou *basileús*, e infligiram graves derrotas ao poderio imperial, como na terrível batalha de Pliska e em Acheloos.

O historiador norte-americano de origem romena, Edward Luttwak (antigo conselheiro da Casa Branca para as questões de estratégia militar), considera que um dos principais perigos que o reino búlgaro representava para a coroa púrpura de Constantinopla era a flutuação do respetivo poder. Por outras palavras, os Búlgaros não podiam ser muito fortes, nem muito fracos: se fossem muito fortes, eram uma ameaça direta a Constantinopla; mas, se fossem muito fracos, não conseguiriam defender o rio Danúbio dos temíveis povos da estepe, que representariam então um enorme risco para a cidade (re)fundada por Constantino. Foi por isso que os Bizantinos, ao longo da existência do Estado búlgaro-eslavo, tentaram ou aliar-se a eles, ou (na maior parte dos casos) aniquilá-los (Luttwak 2009 172).

2. A Estratégia Bizantina entre Constante II e Nicéforo II Focas

Como é que Bizâncio reagiu a estas novas ameaças? Que estratégia é que os *basileis* bizantinos adotaram? De início, as forças bizantinas tentavam repelir as forças inimigas por meio de uma batalha campal, no entanto este plano foi pouco positivo e acabou por ser abandonado, tendo-se elaborado uma nova estratégia, de forma a proteger mais eficazmente o território do império.

Este plano estratégico pode ser balizado em três pontos-chave: primeiramente, tentar manter e repelir as forças invasoras nos desfiladeiros do Tauro e do Antitauro; caso as hostes imperiais não tivessem sucesso, deveriam retirar-se e deixar as forças inimigas passar, vigiando-as de perto através de unidades de batedores. Logo que possível, os contingentes rivais deveriam ser atacados por meio de pequenas escaramuças ou emboscadas, e era este o segundo ponto fundamental da estratégia defensiva imperial: qualquer grupo de homens que abandonasse a expedição inimiga deveria ser assaltado e neutralizado; assim, para a realização deste segundo princípio, era necessário que as forças bizantinas fronteiriças possuíssem um bom conhecimento do terreno e bons batedores, o que nem sempre era o caso. Outro elemento essencial neste ponto era formado pelas guarnições dos fortes nas principais estradas da Anatólia, dos armazéns onde estavam os armamentos e pelas principais fortalezas dos desfiladeiros que permitiam a entrada em território bizantino, as quais facilitavam a vigilância do território imperial e das forças inimigas que nele pudessem penetrar, sendo pois vitais para a proteção destas posições estratégicas (Haldon 2001 68-69).

No entanto, com o passar do tempo e com o avanço das fronteiras bizantinas a nascente, a estratégia do império foi-se aperfeiçoando, e os objetivos de guerra dos adversários no *limes* foram modificados: à componente dos despojos, juntava-se agora a necessidade de

ocupar e destruir postos de vigia e fortalezas fronteiriças romanas. Chegados ao século x, era responsabilidade dos comandantes locais manterem uma boa rede de postos de vigia na região, terem bons batedores indígenas entre os seus homens e disporem de espões eficientes em território inimigo, de modo a poderem identificar rapidamente as ameaças sobre as regiões pelas quais eram responsáveis. Foram criados planos de contingência para proteger a população civil e os seus bens, que, em caso de perigo, deviam ser evacuados por estradas e caminhos que o inimigo, supostamente bem vigiado e com o trajeto identificado, não devesse seguir (Haldon 2001 90).

O acompanhamento da hoste adversária por forças locais era, assim, essencial ao bom funcionamento da estratégia defensiva bizantina. Era fundamental saber que desfiladeiro a força invasora iria usar para abandonar o território imperial, de modo a que essa garganta montanhosa fosse previamente ocupada: se o desfiladeiro fosse corretamente identificado, as forças imperiais deixariam passar a vanguarda do inimigo, bloqueavam de seguida a garganta e, por fim, atacavam as componentes mais lentas da expedição (como o corpo principal, o trem de apoio ou a retaguarda); em caso de sucesso, isso permitiria aos soldados bizantinos recuperarem os despojos que os inimigos tivessem recolhido durante a campanha, bem como capturarem o trem de apoio dessa força (com o prémio suplementar de destruírem essa expedição de saque). Algumas táticas inspiradas neste modelo foram utilizadas pelos defensores bizantinos em certas expedições de Sayf ad-Dawlah, o arguto e arrojado emir de Alepo, nos meados do século x (por exemplo, em 950, em 958 e em 960). Outra estratégia consistia em seguir o inimigo e reunir as forças dos *témata* e dos *tágmata*, e preparar depois uma batalha decisiva em território imperial, desde que travada em condições claramente favoráveis aos Bizantinos. Foi esta última estratégia que foi usada durante a expedição muçulmana que culminou nas batalhas de Marj al-Usqf e de Lalakão, em 863.

A grande guerra civil no califado, em 842, após a morte do califa Mu'tasim, resultou na desfragmentação do poder árabe entre os vários emires. Assim, entre as obrigações que os mesmos já detinham, acrescenta-se agora a obrigação de organizarem a *jihad* contra os infiéis, em especial contra o Império Romano do Oriente. É neste contexto sagrado que os emires de Tarso, na Cilícia, e de Melitena, entre a Ásia Menor e a Arménia, se aliam e lançam um grande raide na Anatólia no ano de 683, tencionando recolher todos os despojos possíveis. No entanto, chegada à Capadócia, a maior parte das forças árabes, incluindo o emir de Tarso, dá meia-volta deixando 'para trás' o emir de Melitena, Omar, e 8000 dos seus homens, que são autorizados a prosseguir o raide. Enquanto isso, o imperador Miguel III reúne sob o seu estandarte as forças dos *tágmata* e contingentes dos *témata* dos Anatólicos, do *opsíkion* e da Capadócia, acompanhados por tropas das *kleisoûrai* de Charsianon e de Selêucia, com o objetivo de intercetar os árabes.

O embate acabará por se dar em Marj al-Usqf (o "Prado do Bispo"), uma região entre as localidades de Nazianzos e Nyssa; era nesta zona que se erguia o planalto onde estava localizada a sede episcopal de Doara. Ora, é nesta área que as hostes inimigas, com dimensões equiparáveis (Haldon indica que a dos árabes teria uma ligeira vantagem em termos numéricos), travam uma batalha de tal modo renhida que termina num empate técnico: as forças árabes conseguem empurrar as forças bizantinas e prosseguir a expedição para norte, mas os Bizantinos logram impor baixas significativas ao exército adversário, tendo o imperador voltado a Constantinopla e deixado o resto da tarefa nas mãos do *domestikós* dos *scholae*, Petronas.

Enquanto os Árabes prosseguem para norte, são seguidos, bem de perto, por batedores bizantinos encarregados de ir informando os comandantes imperiais, em especial Petronas, das movimentações adversárias. Os Árabes ainda conseguiram saquear a região da

cidade de Amisos, mas, algum tempo mais tarde, acabam cercados pelas forças deste general nas margens do rio Lalakão, na região entre os *témata* da Paflagónia e dos Arménios.

As forças bizantinas que se opõem à pequena hoste árabe são expressivas (para cada soldado árabe estão três soldados bizantinos) e variadas: a poente, encontram-se as forças sob o comando direto de Petronas, constituídas pelos *tágmata* e pelos *témata* dos Tracésicos, da Trácia e da Macedónia; vindos do norte, soldados dos *témata* de Coloneia, Paflagónia, Arménios e bucelários avançam sobre o inimigo muçulmano; por fim, do sul, aproximavam-se as forças que anteriormente tinham lutado sob o estandarte imperial, reorganizadas após a batalha de Marj al-Usqf e prontas para a desforra (Haldon 2001 84-85). Para complicar ainda mais a situação aos muçulmanos, estes estavam rodeados pelas colinas de Deveci Dağ, que o rio Lalakão atravessava.

Os oficiais árabes ainda tentaram convencer Omar a fugir com uma pequena comitiva, mas o emir optou por ficar e lutar. As forças imperiais avançaram na sua totalidade e esmagaram as forças árabes com a sua superioridade numérica, tendo o emir de Melitena encontrado ali o seu fim. Das numerosas forças árabes que tinham entrado na Ásia Menor, sobreviveu apenas um pequeno conjunto de soldados sob o comando do filho de Omar, que, ainda assim, foi caçado e destruído mais tarde por forças da *kleisoûra* de Charsianon.

As batalhas de Marj al-Usqf e de Lalakão demonstram, pois, a eficácia da estratégia defensiva bizantina, caso os princípios básicos desta fossem aplicados da forma adequada e os respetivos comandantes fossem competentes.

Ainda assim, era necessário que o trabalho de perseguição fosse feito de maneira eficaz e discreta, com as rotas inimigas bem afeitas, tal como o desfiladeiro que o inimigo tencionava usar para regressar ao seu próprio território para lá das cordilheiras, o que nem sempre foi o caso. Por exemplo, num raide bem-sucedido do

emir de Alepo, em 956, o trabalho de acompanhamento da força muçulmana não foi feito da melhor forma e, no final dessa expedição, o distrito de Anzitene, no *tema* da Mesopotâmia, foi assolado pelos saqueadores alepinos: o emir limitou-se a usar um desfila-deiro menos defendido e que os Bizantinos não esperavam que pudesse ser utilizado por Sayf ad-Dawlah, e assim este regressou vitoriosa e heroicamente (e, certamente, bem mais rico) a Alepo...

Esta estratégia pressupunha uma consequência desfavorável: a criação de uma terra de ninguém na zona do *limes*, quando estas manobras começaram a ser implementadas, nos finais do século VII e em inícios do VIII. A economia anatoliana terá então começado a centrar-se na costa, onde predominavam o comércio e a agricultura, e no Planalto Central, onde se praticava maioritariamente a pastorícia.

Por fim, o terceiro ponto nevrálgico, embora mais tardio, para o bom funcionamento desta estratégia foi a criação de um novo tipo de distrito nos *témata* orientais: as *kleisoûrai* (de que falaremos mais adiante), surgidas durante o reinado de Teófilo (829-842). Estas complementaram o modelo dos *témata*, aumentando a sua eficácia; assim, as *kleisoûrai* foram o resultado final da grande estratégia militar defensiva bizantina.

3. Os *témata* e as *kleisoûrai* – o escudo de Bizâncio

Já dissemos muito sobre os *témata*, mas em que é que eles consistem exatamente? E por que razão foram formados? Neste capítulo, não vamos falar muito das teorias para a formação dos *témata* e das chamadas “terras estratióticas”, uma vez que isso já foi sumariamente discutido no capítulo inicial; aproveitaremos antes para evocar as ideias dos historiadores Warren Treadgold e Leif Inge Petersen sobre a formação dos *témata*.

O primeiro investigador começa por refutar a ideia de Ostrogorsky, que aceita que os *témata* terão sido criados por Heráclio (como menciona Constantino VII Porfirogeneta) e que terão sido implementados de forma a reduzir o encargo fiscal que o exército representava para o Estado, o que, aliado à nova motivação dos soldados de defender as suas terras (o autor não rejeita estes fatores de índole financeira e psicológica, mas rejeita as balizas cronológicas e o contexto político em que Ostrogorsky as insere), teria permitido a este imperador empurrar os Persas da Anatólia e ganhar a guerra em três anos. Baseando-se em três argumentos, Treadgold começa por fazer notar que há muito poucas fontes que atribuem a Heráclio a formação dos *témata*; existem, isso sim, fontes que indicam que foram “os homens que se seguiram a Heráclio” que criaram este modelo; segundo o autor, a primeira menção aos *témata* é do ano de 662, com referências aos *témata* do *opsíkion* e dos Arménios (ou *Armeniakón*). O segundo argumento é geográfico: se os *témata* foram criados como forma de defender o império contra os Persas e foram colocados permanentemente (pelo menos os que conhecemos) na Anatólia, então ficaram situados numa zona muito inconveniente para uma ofensiva na Pérsia, cujo *limes* (espaço fronteiriço) se localizava na Mesopotâmia. O terceiro argumento é de índole militar: se o modelo dos *témata* tinha tido grande sucesso contra os Persas, por que razão não terá tido o mesmo sucesso contra os Árabes?

Treadgold faz remontar a origem dos *témata* e das “terras estratégicas” ao período situado entre 659-662, baseando-se em provas historiográficas e arqueológicas. Já falámos das provas historiográficas, que apontam para a primeira menção dos *témata* (em diversas fontes) no ano de 662, no âmbito da viagem do imperador Constante II a Itália com os soldados do *tema* do *opsíkion*. Arqueologicamente, trata-se da descoberta de um selo de chumbo produzido por um dos armazéns do Estado responsáveis pela venda de armas aos soldados dos *témata*: segundo o mesmo autor,

estes armazéns estavam autorizados a vender abastecimentos e armamentos a soldados, desde que estes habitassem em “terras estratióticas”, a troco de somas monetárias ou então de géneros (caso o soldado não possuísse meios monetários); estes estabelecimentos emitiriam selos de chumbo com a sua heráldica própria, e o selo mais antigo remonta ao ano de 659. Portanto, estima-se para esse ano a formação desse tipo de instituição estatal, que acabou por se espalhar um pouco por todo o império (foram descobertos selos de chumbo de 674 e de 697 em África e na Sicília, respetivamente). Por fim, caso esta teoria se confirme, a criação destes estabelecimentos e a primeira menção de *témata* em fontes vão coincidir, cronologicamente, com uma trégua assinada com o califado no ano de 659, que deu espaço de manobra a Constante II para começar a impor o modelo dos *témata* (Treadgold 1995 24).

Outra prova que o historiador invoca para a explicação desta tese é o desaparecimento da maior parte das terras que o imperador possuía neste período, o que pode explicar quais foram os terrenos que os soldados bizantinos receberam e onde se estabeleceram após a retirada para a Anatólia. Assim, os soldados bizantinos pobres e em risco de ficarem sem soldos terão recebido como pagamento porções do território pessoal do imperador, bem como os benefícios que os armazéns estatais lhes ofereciam; no entanto, continuavam a receber um pequeno soldo anual que lhes garantiria a sua sobrevivência ou, possivelmente, a compra de armamento.

Em diferentes moldes, apresentando-se contra esta teoria mista de Treadgold (que combina os pontos fortes da teoria de Ostrogorsky e os pontos fortes da teoria “gradualista”), encontramos Leif Inge Petersen, que se coloca do lado de historiadores como John Haldon. Com efeito, Petersen apresenta-se como um claro seguidor da tese gradualista, começando por contrariar Treadgold, ao indicar que os *témata* (em fontes escritas) surgiram apenas durante o reinado de Nicéforo I (802-811), enquanto as regiões militares bizantinas,

nas fontes do século VII, se denominavam “regiões de um estrategista”, em vez de *témata* (Petersen 2013 105).

Por sua vez, em termos de abastecimento, o historiador norueguês informa-nos de que os cavalos eram fornecidos pelas coudelarias imperiais, enquanto os armamentos passaram a ser produzidos gradualmente em manufaturas locais, tendo a produção central de armamento começado a perder importância a partir dos meados do século VII. Por fim, as “terras militares” são, não o resultado de concessões de terreno pelo Estado, mas sim a consequência de um contínuo processo de investimento das tropas bizantinas em terra e do privilégio de ganharem isenções fiscais, caso participassem em campanhas militares e utilizassem a sua riqueza para adquirirem equipamento militar. Prova disso é a imposição de impostos em géneros em vez de monetários, sempre que necessário, durante os séculos VII e VIII, sendo os armazéns estatais, referidos anteriormente, responsáveis pela distribuição de bens e armas aos soldados dos *témata* (Petersen 2013 105).

Dito isto, podemos, talvez, concordar com a seguinte definição: os *témata* eram circunscrições territoriais com funções maioritariamente militares e habitadas por soldados com terrenos próprios; em termos de armamento, os soldados eram abastecidos por armazéns estatais, que aceitavam pagamentos em soldos ou em géneros. Além das vantagens económicas, o sistema dava aos soldados motivação para defenderem as suas próprias terras (e, assim, protegerem a integridade territorial do império), garantindo aos *basileis* os efetivos suficientes para fazerem frente às forças mais numerosas dos califados árabes. Este modelo possibilitava também ao Estado alguma economia nos soldos, permitindo-lhe aumentar o numerário no *thēsaurós* imperial.

Como já foi referido anteriormente, os exércitos do Oriente e da Arménia foram colocados atrás das grandes cordilheiras do Tauro e do Antitauro. De acordo com Treadgold, mais tarde, durante o

reinado de Constante II, foram atribuídas terras aos soldados bizantinos, sendo o território dividido pelos *témata* (ou “regiões de um estratega”). O nome destas regiões e dos soldados que nelas habitavam deriva do exército romano do Oriente, que se retirou para a respetiva área aquando da anexação da Síria-Palestina pelos Árabes. Assim, os primeiros *témata* foram os seguintes:

- o *tema* dos *Arménios* (ou *Armeniakón*) – que estava localizado atrás da cordilheira do Antitauro, região para onde se tinha retirado o exército da Arménia;
- o *tema* dos *Anatólicos* (no sentido de Oriente, e não de Anatólia) – estava localizado no sudeste da península, atrás da cordilheira do Tauro, para onde se tinham retirado os soldados do exército do Oriente;
- o *tema* dos *Tracésicos* – onde foram colocados os sobreviventes do exército da Trácia, situava-se na Anatólia ocidental;
- o *tema* do *opsíkion* (nome de um dos regimentos da guarda imperial) – com territórios situados junto a Constantinopla e também no coração da Anatólia, servia de refúgio para os exércitos móveis dos *praesentales* (ou seja, os exércitos móveis que acompanhavam sempre os antigos imperadores romanos do Oriente nas suas campanhas). Ao contrário dos outros *témata*, que eram chefiados por um *stratēgós*, o *opsíkion* era comandado por um oficial denominado “conde”;
- o *tema* dos *Carabisianos* – era o território das tropas marítimas de Bizâncio (com cerca de 4000 soldados) e Treadgold

supõe tratar-se dos sobreviventes do exército da Ilíria que conseguiram fugir para a Grécia e para as ilhas do Egeu. Inicialmente, este *tema* incluía o Peloponeso, as ilhas do mar Egeu e a costa sul da Ásia Menor; mais tarde, seria subdividido entre os *témata* marítimos do *Cibirreote*, do mar Egeu e da Hélade.

Quando Leão VI redige o seu célebre tratado militar, *Taktika*, os *témata* estavam obrigados a providenciar duas *toúrmai* (“divisões”) comandadas por *toúrmarchos*, que eram constituídas por cerca de 2000 homens, embora pudessem atingir os 6000. Por sua vez, cada uma das *toúrmai* estava dividida inicialmente em cinco *droûngoi* (“batalhões”), sendo posteriormente o número reduzido para três; os números dos *droûngoi* terão variado entre os 1000 e os 3000 homens, no máximo, e eram comandados por oficiais com o estatuto de “drugário”. Por fim, os *droûngoi* eram constituídos por cinco *bánda* (“companhias”), com números variáveis entre os 50 e os 200 homens; o oficial responsável pelas *bánda* era denominado *kómēs* ou “conde” (Treadgold 1995 105).

O historiador John Haldon informa-nos ainda que as *toúrmai* e as *bánda* tinham identidade territorial, enquanto os *droûngoi* eram unidades táticas e não tinham qualquer identidade territorial, formando-se apenas em campanhas militares. As *toúrmai* possuíam quartéis-generais, geralmente em fortalezas ou em cidades fortificadas, enquanto as *bánda* eram geralmente identificadas com a localidade de onde provinham os seus soldados. O autor refere ainda que a maior parte dos *témata* possuía duas ou três *toúrmai*, mas que tal não significava que todas tivessem igual tamanho ou igual número de divisões ou de homens, aplicando-se o mesmo às *bánda*, cujo número, como já dissemos, também variava (Haldon 2001 70).

Dentro dos exércitos dos *témata*, existiam ainda outros oficiais que não estavam ligados a estas divisões (das *toúrmai*, dos *droûngoi*

e das *bánda*): referimo-nos aos centuriões, que comandavam grupos de cem; aos *pentēkóntarchoi*, que comandavam grupos de cinquenta homens; e aos decuriões, que eram responsáveis por dez homens.

Posteriormente, surgiu uma nova região, que acabou por fundir e por melhorar o “escudo” bizantino: as *kleisoûrai* de Teófilo (829-842), pequenos distritos militares instalados nos desfiladeiros que protegiam a Anatólia da ameaça árabe; representavam um padrão de defesa muito bem localizado, destinado a uma bem preparada estratégia de guerrilha, com o objetivo final de reduzir ao máximo o dano causado pelas expedições de saque inimigas, salvo as de maiores dimensões. Cada *kleisoúra* possuía fortalezas próprias e era responsável pelo desfiladeiro onde estava localizada; os comandantes destes distritos denominavam-se *kleisourárchai*. As *kleisoûrai* que tivessem um bom desempenho podiam ver o seu estatuto de distrito alterado, convertendo-se em *témata*; um desses casos foi o da *kleisoúra* da Capadócia, no *limes* do *tema* dos Anatólicos, que depois de derrotar saqueadores árabes (em 840 e em 841) foi recompensada por Teófilo com a ‘promoção’ a *tema* (Treadgold 1995 32).

4. Os *tágmata* – a espada de Bizâncio

Os imperadores depressa descortinaram grandes problemas suscitados pela organização dos *témata*: primeiramente, os *stratēgoí* (os governadores dos *témata*) e os *katepánō*⁶ tinham muito poder nas suas mãos, o que lhes permitia sonhar com a ascensão a imperadores – por exemplo, até 741, só o *tema* do *opsíkion* rebelou-se cinco vezes contra o poder imperial!

⁶ Os governadores dos *katepánata*, ou seja, das províncias da Itália e da Sicília.

Em segundo lugar, os soldados dos *témata* não eram soldados de campanha, muito pelo contrário. Podiam ser soldados muito bons para defender o seu território, ou na guerra de guerrilha, a chamada ‘guerra pequena’ (por ex., emboscadas ou pequenas escaramuças), mas nunca se portaram muito bem em batalha campal, pois eram muito indisciplinados, tinham pouco treino e o seu armamento nem sempre era o melhor. Salvo raras exceções, os soldados dos *témata* funcionavam bem quando tinham bons comandantes, que soubessem impor a disciplina, como sucedeu com Heráclio, irmão do imperador Tibério II Absimaro (698-705), que não só conseguira contrariar os raides inimigos como lançara contraofensivas espetaculares na Síria (admitindo-se neste ponto a teoria de que os *témata* começaram a existir no século VII). A alegada falta de disciplina adviria, provavelmente, de se sentirem desconfortáveis a lutar longe das suas terras; Haldon chega a descrever os soldados bizantinos dos *témata* como “soldados de milícia” (Haldon 2001 68).

Os *témata* representavam, assim, uma excelente solução defensiva para a guerra típica dos árabes (como raides e ataques rápidos de pequena escala), mas estavam longe de ser perfeitos contra exércitos de maior dimensão e não permitiam expandir as fronteiras do império, pelo menos para leste, onde o poderoso califado árabe se mantinha coeso. Por outro lado, tratava-se de soldados de qualidade duvidosa, pouco disciplinados e muito dependentes do seu líder, seguindo-o para guerras civis e para tentativas de usurpação de poder em Constantinopla. Como é que os imperadores resolveram estes problemas?

Em relação ao poder dos *stratēgoí* dos *témata* e às suas aspirações imperiais, o problema foi-se resolvendo com a diminuição constante dos seus territórios (o que, junto ao *limes* oriental, permitia um melhor controlo dessa zona, resultando numa melhoria da estratégia defensiva bizantina); por exemplo, o *tema* dos *opsíkion*

foi dividido várias vezes até 741, ano em que a revolta encabeçada pelo seu “conde”, Artavasdus, foi subjugada pelas forças conjuntas dos *témata* dos *Tracésicos* e dos *Anatólicos*, sob o comando do verdadeiro imperador, Constantino V. Após a aniquilação da revolta, o *tema* foi dividido pelos novos regimentos da Guarda Imperial, os *tágmata*, e, após uma nova revolta (em 766), viu o que restava do seu território ser repartido com um novo *tema*, o dos bucelários (Treadgold 1995 28).

Os *tágmata* (plural de *tagma*, regimento) não só serviram como uma solução para o problema da insubordinação dos *témata* mais poderosos, mas também como uma base para a criação de um novo e poderoso exército bizantino permanente, profissional e leal ao *basileús*. Os *tágmata* não eram regimentos muito grandes (na sua totalidade, não ultrapassavam os 4000 homens), mas isso era compensado pelo melhor treino, equipamento e soldo, transformando-os rapidamente na “espada de Bizâncio”, atuando em conjunto com o seu “escudo” – o modelo dos *témata*. Com o passar dos tempos, os *tágmata* passaram a incluir experientes companhias mercenárias, ou corpos de tropas estrangeiras (como a famosa Guarda Varangiana), tornando o exército imperial um exército muito mais flexível e profissional, completado por uma forte componente mercenária.

A origem dos *tágmata* é atribuída a Constantino V (741-755), pouco depois de este ter posto fim à insurreição do *opsíkion*. Como já foi referido, os primeiros regimentos tomaram o manto de uma nova guarda imperial, e os nomes que receberam eram os de alguns dos já existentes, embora decadentes (como os *scholae*). Foram divididos em três tipos: i) os de cavalaria pesada: os *scholae*, os *excubitores* e os da *vigla* (da guarda); ii) os regimentos de infantaria (que constituíam a guarnição permanente de Constantinopla): o dos *numera* e o das muralhas; iii) e um regimento de apoio logístico em campanha: os *optimates*.

Os *tágmata* iniciais eram comandados por um oficial com o título de *domestikós*, com exceção da *vigla* (que tinha um drungário) e das muralhas (que tinha um conde); estavam divididos em brigadas presididas por oficiais chamados *topotērētai*. No virar do século IX para o século X, os territórios dos *tágmata* de cavalaria foram fixados numa pequena porção da Trácia que Constantino V (re)conquistou aos Eslavos e no noroeste da Anatólia (Treadgold 1995 28); no reinado de Romano II (956-963), os *tágmata* foram divididos em dois comandos distintos, um para o Ocidente e outro para o Oriente, e cada comando estava sob a liderança de um *domestikós*.

No entanto, tal como defendem alguns autores, não podemos considerar os soldados dos *tágmata* como superiores, originalmente, aos soldados dos *témata* (Petersen 2013 108): no princípio, eram até muito insubordinados, como demonstram as ações da *basílixa* Irene, que substituiu os soldados dos *tágmata*, em massa, por forças dos *témata* da Ásia Menor, quando eles se mostraram demasiado desleais à imperatriz. Esta ideia do historiador escandinavo pode ser aplicada ao estudo da batalha de Pliska, onde a falta de disciplina e de prudência dos *tágmata* custou a Bizâncio uma pesada derrota.

Nos inícios do século IX, o Império Bizantino está a meio de um processo de fortalecimento da sua economia e do seu exército, ao mesmo tempo que o Califado Abássida começa a entrar numa fase de decadência, após a morte do poderoso califa Harun al-Rashid, no ano de 809, a que se segue uma enorme guerra civil, que vai permitir ao seu rival soltar um suspiro de alívio e preparar-se para resolver um problema bicudo: o suscitado pelo Império Búlgaro.

A sorte, no entanto, não se circunscrevia aos Bizantinos. Os Búlgaros viram surgir, subitamente, proveitosas oportunidades quando os Ávaros sofreram derrotas esmagadoras às mãos de Carlos Magno, o que possibilitou ao *khan* Krum expandir o

território búlgaro para os territórios outrora ávaros na Croácia e na Hungria: entusiasmado por estas conquistas, ousou preparar e encetar a expansão do seu domínio para a Trácia, dando passos lentos mas seguros na direção de Constantinopla.

Para o imperador Nicéforo I, esta situação configurou uma oportunidade e o motivo certo para, finalmente, pôr fim à humilhação e ao perigo que o Estado búlgaro representava para a coroa púrpura de Constantinopla. Assim, com o califa abássida morto e com o caos da guerra civil a reinar sobre o seu mais perigoso vizinho, o *basileús* vê reunidas as condições ideais para a empreitada e comanda uma primeira expedição contra a Bulgária, em 809, a qual termina com o saque da capital: Pliska.

Esta campanha, no entanto, seria apenas o prelúdio para uma expedição maior e mais ambiciosa que Nicéforo I tinha em mente realizar – a operação que visava terminar com o Estado búlgaro de uma vez por todas. Tal expedição aconteceu no ano de 811 e nela participou o grosso das forças bizantinas: os *témata* da Europa enviaram a maioria dos seus soldados; os *témata* da Ásia Menor mais próximos (especialmente o de *opsíkion*, o dos Tracésicos e o dos bucelários) fizeram o mesmo; por fim, os *tágmata* de Constantinopla avançaram com o seu imperador. Mais importante do que isso, a fina flor bizantina (todos os comandantes, dignitários e patrícios) e os *bikanâtoi* (um novo *tagma* formado por Nicéforo I, com os filhos dos *árchontes*, ou seja dos comandantes) afiaram as suas facas para o confronto com Krum.

Para trás ficou apenas o grosso dos *témata* mais orientais (*Anatólicos* e *Arménios*) e do *tema* marítimo da Ásia Menor (o de *cibirreotes*), para qualquer eventualidade que pudesse surgir nessas frentes. Registe-se ainda o descontentamento clerical, próprio de um grupo que viu os seus impostos ao imperador serem aumentados nas vésperas de a expedição partir. O clero bizantino jamais perdoaria ao *basileús* este “pecado tão grave e ultrajante”

(Luttwak 2009 177), um sentimento que se repercutiria nos escritos de Teófilo, “o Confessor”, claramente desfavoráveis ao *basileús*.

A campanha, que irá culminar na batalha de Pliska, começa a ser preparada nos finais de maio de 811 e a sua organização é finalizada nos primeiros dias de julho. No dia 10 deste mês, com o objetivo de amedrontar e desmoralizar os Búlgaros, o grande exército imperial acampa junto à fronteira, lançando de seguida vários ataques simulados a território adversário, para confundir o inimigo. O ataque real dá-se finalmente no dia 19 ou 20 de julho, com o exército bizantino a dividir-se em várias colunas, pensando-se que existiriam duas principais que seguiram percursos distintos em direção ao destino final: a primeira seguiu o caminho mais direto, ultrapassou o desfiladeiro de Shipka e atravessou o coração montanhoso da Bulgária, até chegar a Pliska; a segunda, por sua vez, acompanhou os limites orientais da cordilheira de Sredna Gora, através da estrada costeira, circundando a cordilheira pelo norte e rumando depois para sudoeste, para atingir a capital búlgara (Haldon 2001 73).

Os Búlgaros, inicialmente, não resistiram, tendo fugido para as montanhas que caracterizavam a maior parte do território ocupado e com o seu líder, Krum, a tentar fazer a paz com Nicéforo, mas sem sucesso; no entanto, tinham procedido à construção de paliçadas em vários desfiladeiros na Sredna Gora, com o objetivo de barrar o acesso às forças imperiais. Estas paliçadas, que possuíam um grande fosso à sua frente, não estavam destinadas a proteger um exército durante muito tempo, mas permitiam duas grandes vantagens aos defensores: i) deixavam o inimigo vulnerável a ataques por cima e pelos flancos, enquanto essas defesas improvisadas eram removidas (Haldon 2001 73); ii) permitiam aos arqueiros búlgaros disparar com segurança, por trás das paliçadas, graças a seteiras esculpadas na madeira, ao mesmo tempo que diminuía a eficácia dos seus homólogos bizantinos (Luttwak 2001 180).

Estes obstáculos, no entanto, não dificultaram o caminho aos Bizantinos, que conseguiram sempre descobrir a tempo quais os desfiladeiros que estavam bloqueados, continuando o seu caminho para a capital búlgara. A 23 de julho, as forças bizantinas de Nicéforo I atingem Pliska, onde travam uma primeira batalha com a guarda palatina de Krum – que a *Crónica Bizantina do ano 811* aponta estar formada por 12 000 homens –, seguida de uma outra batalha, desta feita com um exército de socorro que chegava aos 50 000 soldados⁷, tendo o imperador Nicéforo ganho ambas as batalhas. O que se seguiu à gloriosa conquista foi o saque da cidade e a descoberta do tesouro real do *khan*; o que foi feito, ao certo, com o tesouro é algo discutido nas duas fontes: Teófilo, sempre hostil ao imperador, diz que este mandou trancar os cofres e proibir aos seus soldados o acesso ao tesouro búlgaro; já a *Crónica* trata-o de uma forma mais benevolente e generosa, relatando a partilha do tesouro com o exército (cf. Luttwak 2001 180).

Após a destruição de Pliska, o *khan* Krum assume a derrota e apela ao abandono do território búlgaro pelos Bizantinos, mas Nicéforo rejeita. Com esta grande vitória, o imperador sabe que pode aniquilar o Estado búlgaro de uma vez por todas: o moral e a confiança dos soldados bizantinos estão em alta e estes iniciam a perseguição ao destroçado inimigo...

Contudo, confiança em excesso nunca é uma atitude sensata, e a desorganização começa a espalhar-se pelas fileiras romanas: a disciplina torna-se escassa, o trabalho dos batedores passa a ser desleixado e o próprio *basileús* encerra-se na sua tenda durante a

⁷ Parece-nos mais credível a afirmação de John Haldon (2005 73) que, apesar de não indicar números, nos diz que o exército de resgate possuía o mesmo número de efetivos que a guarnição da cidade de Pliska (provavelmente, a guarnição do palácio que nos é indicada pela *Crónica*: cf. Luttwak 2001 179). Apesar de não apresentar a mesma opinião, Luttwak (*ibidem*) acredita que os números da *Crónica* fossem muito elevados, uma vez que a maior parte dos búlgaros fugira para as montanhas, aquando da invasão.

noite, recusando conversar com os seus oficiais e com o próprio filho. Enquanto isso, Krum continua a retirada para o interior da cordilheira de Sredna Gora e apela a aliados ávaros e eslavos, para preparar a desforra.

No dia 25 de julho, principia o embate final entre Búlgaros e Bizantinos, decidindo o controlo da Bulgária e a supremacia nos Balcãs. No final desse dia, os desafogados bizantinos, demasiado confiantes nas suas capacidades, são avisados muito tardiamente pelos seus batedores de que o desfiladeiro por onde se deslocavam tinha sido bloqueado por uma das paliçadas búlgaras... O enorme exército bizantino caíra numa armadilha, encontrando-se agora vulnerável a emboscadas inimigas. Para piorar a situação, o dia findava, o que afastava qualquer oportunidade de se retirar em segurança para nordeste (o exército bizantino tinha vindo a deslocar-se para sudoeste, a partir de Pliska), pelo que o imperador foi obrigado a mandar os soldados montar acampamento e esperar pelo dia seguinte para inverter o trajeto e, com sorte, evitar uma emboscada de Krum. No entanto, para complicar a situação, enquanto uns soldados bizantinos montavam as tendas, outros tinham tido ordem para continuar o saque ao território em redor; durante esta onda de pilhagens, alguns dos oficiais e as respetivas forças desertaram do exército, perda que estava qualquer esperança de sobreviverem se acaso se mantivessem ao lado do imperador.

Tudo indica que o exército bizantino e os seus oficiais tenham feito um trabalho satisfatório na construção do acampamento, seguindo os conselhos dos melhores manuais de guerra coevos. Aliás, os exércitos bizantinos eram conhecidos pelas suas capacidades de boas defensivas (com fossos e paliçadas), em localizações estratégicas (pontos altos ou protegidos) e com acesso a necessidades básicas, como água e forragens. As capacidades bizantinas estendem-se também à sua habilidade para responder a um ataque inimigo ao acantonamento, recuar organizadamente para este durante uma

batalha ou instalar um novo enquanto estavam sob ataque (Haldon 2001 70)! O campo não fugia à regra, estando dividido em vários sectores para cada um dos regimentos dos *témata*, com alguma distância entre eles, enquanto o imperador acampava em conjunto com os *tágmata* e com a maior parte dos dignitários oficiais. No caso em apreço, o acampamento localizava-se a sul de uma corrente de água (que configurava uma excelente fonte de abastecimento) e de um pântano; do outro lado, localizava-se a embocadura do desfiladeiro bloqueado pelos Búlgaros.

O desastre caiu subitamente na madrugada do dia 26 de julho, quando os Búlgaros lançaram um ataque surpresa (que não foi identificado a tempo pelas sentinelas imperiais) sobre o acampamento dos *tágmata*. O que se seguiu foi a chacina do coração do exército imperial: atordoados pela sonolência e pelo imprevisto do assalto, os guardas de Constantinopla ainda tentaram organizar-se e responder, mas as suas linhas foram completamente quebradas e o massacre continuou. O drungário do *tagma* da *vigla*, ao ver a chacina tomar aquelas proporções e a maioria dos oficiais fugir ou ser liquidada, retirou-se também do acampamento. O imperador Nicéforo, por seu lado, terá sido morto logo na fase inicial do ataque.

Certamente por esta altura, as restantes forças bizantinas começaram a aperceber-se (era difícil conseguirem enxergar bem o que acontecia na escuridão da noite) do que se passava e organizaram-se o mais rapidamente que podiam para prestarem auxílio às forças da Guarda Imperial; no entanto, à medida que acorriam ao acampamento para fazerem frente às forças de Krum, iam sendo detidos pelos fugitivos com notícias da morte do imperador e avistavam o acampamento dos *tágmata* a ser incendiado pelos Búlgaros e pelos seus aliados. Seguiu-se a debandada total das forças dos *témata* bizantinas, que foram rapidamente perseguidas e atacadas pelas forças vitoriosas do *khan* búlgaro. Poucos soldados, porém, conseguiram escapar: os que fugiram para norte

foram apanhados nos pântanos e morreram afogados ou retalhados pelas armas búlgaras, tendo os corpos dos que lá morreram servido como ponte para os guerreiros inimigos perseguirem os que tinham sobrevivido; os que fugiram para sul viram-se frente a frente com a desguarnecida paliçada búlgara que, mesmo assim, lhes bloqueava o caminho; em pânico, alguns tentaram trepá-la apenas para caírem no fosso do outro lado, outros ainda conseguiram atear fogo às suas estruturas, de tal forma que esta caiu sobre o fosso, transformando-se numa ponte sobre o mesmo... mas nem mesmo assim os fugitivos bizantinos tiveram sorte: de facto, a madeira, enfraquecida pelo fogo, desfez-se sob os pés dos soldados romanos, fazendo-os tombar com ela, isto é, lançando-os dentro do inferno que começava a lavrar naquela vala...

As baixas bizantinas foram pesadíssimas: para além da morte do imperador, tinham caído o *stratēgós* romano, do *tema* dos Anatólicos, o *stratēgós* da Trácia, os comandantes dos *tágmata*, muitos oficiais e “infundáveis números” de soldados (Luttwak 2011 178); além disso, o herdeiro do imperador, Staurakios, fora gravemente ferido na coluna vertebral durante a batalha, tendo sucumbido dois meses depois. Às mortes e feridas dos grandes, juntava-se a destruição dos exércitos móveis bizantinos e da maior parte dos exércitos dos *témata* da Europa, encontrando-se Constantinopla indefesa. Por outro lado, Krum emergia mais forte do que antes da guerra com Bizâncio, empunhando nas suas mãos a caveira de Nicéforo I com a embocadura envolta em prata, que servia agora como caneca para os vitoriosos nobres búlgaros. Sobre os chacinados da batalha de Pliska, ele conseguira construir a ponte que o levaria à indefesa Constantinopla e, quiçá, à queda desta.

Apesar de infrutífera quanto ao objetivo final, a campanha de Nicéforo produzira todavia um importante trunfo, que permitiria ao império sobreviver: a destruição das melhores e mais disciplinadas tropas de Krum, por ocasião da queda do seu palácio em Pliska, uma

perda que para o governante búlgaro era muito difícil de repor. Por outro lado, os Búlgaros não possuíam uma frota nem o material de cerco necessário para assaltar as muralhas de Teodósio, pelo que necessitavam de tempo e de especialistas para o construir e para treinar os seus homens nestas manobras. Quando estas condições ficaram mais ou menos cumpridas, em abril de 814 (após derrotar Miguel I Rangabé em Versinika, o que lhe permitiu conquistar a maior parte da Trácia, incluindo Adrianopla, e assestar outro duro golpe nas forças provinciais ocidentais), era já tarde demais: para além de se sentar agora no trono cor de púrpura um experiente comandante, Leão V, disposto a lutar até ao fim contra o *khan*, a morte surpreendeu Krum em abril de 814, sendo este sucedido por um governante incapaz e que não soube dar seguimento à campanha ambiciosa do seu predecessor (Luttwak 2011 183).

Mas, ao certo, o que nos ensinam os acontecimentos de Pliska? Primeiramente, eles demonstram a eficiência e competência de um exército bizantino quando colocado sob a tutela de bons generais e de excelentes oficiais; até à conquista desta cidade, pelo menos, eles tinham mantido a disciplina e a coesão das suas forças e, mais tarde, tinham conseguido ainda construir acampamentos com os requisitos necessários a uma campanha em território inimigo. Por outro lado, demonstra que as tropas dos *témata*, quando desmoralizadas e sem liderança capaz (ou sem liderança, como parece ter sido o caso), rapidamente caíam na indisciplina e na desorganização, daí resultando a terrível derrota averbada na batalha de finais de julho de 811 (Haldon 2001 75).

5. A tática e o armamento bizantinos entre os séculos VII e X

Falemos agora um pouco das táticas (e da evolução das mesmas) do Império Bizantino ao longo deste período. Inicialmente, com a

mudança de adversários do império, viu-se consolidada a transição da predominância da infantaria para a cavalaria ligeira; tal facto era evidenciado pela atribuição da denominação *kaballarikà thematiká* aos principais contingentes bizantinos deste período. A grande importância da cavalaria ligeira nesta fase é facilmente justificável pela primazia da guerra de guerrilha na fronteira oriental bizantina.

No entanto, não se pode desvalorizar a infantaria, que era fundamental para fazer frente ao exército (maioritariamente apeado) do califado; em bom rigor, o que este possuía não eram exércitos compostos por milhares de tropas de cavalaria ligeira, mas sim de infantaria montada, o que lhe conferia um grande raio de intervenção, coberto a grandes velocidades. Assim, era também importante para o Império Bizantino, que adotava uma estratégia geralmente defensiva, manter grande número de tropas apeadas, para fazer frente à superioridade numérica árabe. Todavia, e como já foi referido, estas tropas eram muito pouco treinadas e disciplinadas, comportando-se mal em batalha campal (a não ser que tivessem um bom comandante, inspirador e capaz de impor a disciplina). As forças mais poderosas e disciplinadas estavam nos *tágmata* de Constantinopla, onde se encontravam também os únicos contingentes de cavalaria pesada do Império Bizantino deste período (Haldon 2001 70).

Por outro lado, com o desaparecimento dos mercenários hunos e dos seus aliados, com quem o império aprendera a forma peculiar de tiro a cavalo, os Bizantinos perderam os meios para treinar em condições as suas forças de arqueiros, facto que teve como consequência principal o declínio em qualidade e quantidade dos arqueiros gregos. Quando apareceram pela primeira vez os Turcos da Ásia Central (excelentes arqueiros a cavalo) ao serviço do califado, nos meados do século IX, os soldados bizantinos viram-se em grandes apuros, porque não sabiam muito bem como contrariar esta poderosa força montada. Por isso, os Romanos aperceberam-se

de que a sua falta de manejo do arco composto lhes tinha custado muitas derrotas (Leão VI fá-lo notar no seu tratado *Taktika*: in Dennis 2014 85), como sucedera em Anzen (838). Os Bizantinos começaram então a treinar alguns dos seus recrutas com o arco (como aconselha Leão VI) e a recrutar mercenários da estepe para preencherem esta 'lacuna' nas suas forças militares.

Esta tendência altera-se no século x, graças a três grandes evoluções a nível tático: i) o regresso de uma força de infantaria pesada coesa, disciplinada e poderosa; ii) o retorno em força da cavalaria pesada, armada com lanças e com maças de armas; iii) o desenvolvimento de táticas que pudessem combinar a organização e a força defensiva da infantaria pesada com o poder de choque da cavalaria pesada (Haldon 2001 95).

Em relação à infantaria, surgiu uma nova unidade, com capacidade para fazer frente a ataques de cavalaria pesada inimiga; estava armada com piques ou com lanças compridas, devendo combater em linha ou em cunha. O conhecido tratado *Praecepta militaria*, escrito pelo excelente general (mais tarde imperador) Nicéforo Focas por volta do ano 970, dá-nos a conhecer a importância relativa deste novo tipo de soldado: em cada 1000 soldados, 100 (ou seja, 10%) eram deste tipo, 400 eram lanceiros comuns, 300 eram arqueiros e os restantes eram compostos por forças de infantaria ligeira, entre fundibulários e dardeiros (cf. Haldon 2001 95).

Enquanto isso, os comandantes bizantinos começaram a dar grande importância ao bom treino e à boa disciplina das tropas, em especial nos meados do século x, sob a influência do general Nicéforo Focas; daqui resultaram exércitos disciplinados, organizados e com excelentes desempenhos no campo de batalha; terá sido por esta altura que surgiram os hoplitarcos, isto é, os oficiais responsáveis pelo treino e pela disciplina das divisões de infantaria. Esta inovação permitiu o desenvolvimento de um novo conjunto de preceitos táticos, com reflexos na organização das colunas de

marcha (onde a cavalaria pesada bizantina era protegida dos mísseis adversários pela infantaria organizada num quadrado ou num retângulo, dependendo da orografia local). A infantaria tornou-se tão bem organizada que podia modificar rápida e ordeiramente o seu dispositivo, transformando um sólido ‘quadrado’ de lança e escudos numa perigosa linha ofensiva (Haldon 2001 95).

Além da inserção destes corpos e das melhorias no treino e na disciplina das forças de infantaria, o historiador John Haldon (2005 95) indica-nos que, neste período, se inverteu de novo a tendência no campo de batalha. A infantaria bem armada, treinada e disciplinada voltou a ocupar o lugar principal no campo de batalha, deixando de servir meramente como um suporte para a cavalaria, enquanto a cavalaria foi fortalecida com o regresso dos cavaleiros pesados catafractários aos exércitos bizantinos. O caso mais claro do regresso de tal arma foi protagonizado pelos *klibanophóroi* de Nicéforo II Focas, uma tropa de cavalaria muito pesada protegida por todo o corpo com armadura lamelar e cota de malha, dispoindo de cavalos igualmente bem defendidos. Este tipo de força rapidamente se tornou a elite montada bizantina, e era de tal forma poderosa e destruidora que podia rapidamente inverter o resultado de uma batalha (como nos combates de Dorostolon, em 971, travados por João I Zimisce, como explicaremos mais adiante).

No campo de batalha, vemos estas unidades de *klibanophóroi* atuarem em conjunto com unidades de cavalaria ligeira ou de arqueiros. Enquanto esta elite montada avançava em cunha, de forma a fazer desmoronar as linhas inimigas, era coberta pelo fogo dos arqueiros bizantinos, ao mesmo tempo que outras tropas de cavalaria mais leve e que as acompanhavam giravam sobre o seu flanco para abrir ainda mais as linhas, assim que estas eram rompidas pelo choque daqueles autênticos ‘tanques de guerra’ bizantinos. O *Praecepta militaria* indica que um regimento de *klibanophóroi* era constituído por 500 cavaleiros, sendo dois terços deles

verdadeiros catafractários e os restantes arqueiros a cavalo (cf. Haldon 2001 96); no entanto, estas unidades nunca foram muito numerosas, tendo em conta que, devido ao seu armamento (e ao das suas montadas), eram muitíssimo caras de manter; ainda assim, permaneciam como um dos maiores recursos militares do império.

Quanto ao armamento bizantino, sabemos que, em meados do século IX (ou seja, pouco depois da criação dos *tágmata*), incluía espadas, lanças, escudos e elmos e, como proteção defensiva, os soldados podiam ainda vestir um *lōrikion* (cota de malha) ou outra armadura de corpo; no caso dos mercenários e de algumas tropas provinciais, usava-se também o arco e a flecha (Haldon 2001 82).

De acordo com o cronista Leão, “o Diácono”, em meados do século X o armamento ofensivo era constituído por espada, lança, dardos, fundas, arco e flecha e maça de armas. Já o armamento defensivo era constituído por elmos, escudo e uma proteção de peito, sendo certo que o cronista dá grande ênfase aos cavaleiros pesados catafractários de Nicéforo II (Talbot e Sullivan 2005 39-40).

Por conseguinte, em meados do século X, os *basileis* têm já nas suas mãos um excelente exército, treinado e disciplinado; é também um conjunto de forças bem equilibrado (entre forças de cavalaria pesada e ligeira, infantaria e atiradores com arco), cujas componentes conseguem interagir eficazmente, cumprindo, assim, preceitos táticos até aí muito difíceis de executar, pois exigiam muita disciplina e organização.

Graças a este novo exército, os Bizantinos têm agora todas as condições para encetar um grande projeto de conquista. Sob os *klibanophóroi* de Nicéforo II Focas, os *Imortais* de João I Zimisce e o “machado nórdico” (a célebre Guarda Varangiana) de Basílio II, o Império Romano do Oriente vai derrotar inimigos em todas as frentes e, no espaço de sessenta anos, vai-se tornar a principal potência política e militar do Mediterrâneo oriental! Será uma nova idade de ouro para os herdeiros de Justiniano e de Teodora.

V

OS ANOS DOURADOS DA RECONQUISTA BIZANTINA 963-1025

1. Os generais de Bizâncio

O Império Bizantino, durante o seu milénio de história, não sobreviveu apenas graças à bem implementada estratégia defensiva (e às táticas com ela relacionadas), baseada no modelo dos *témata* e nos corpos profissionais de Constantinopla – os *tágmata*. Afinal, estas tropas precisavam de comandantes para as organizar, liderar e, se necessário, lutar lado a lado com elas no campo de batalha diante dos grandes adversários de Bizâncio. Uma parte importante da sobrevivência do império deve ser atribuída aos seus generais: os *stratēgoí*. Era sobre os ombros destes homens que estava colocado o grande peso de defender o Império Romano do Oriente, tanto nos tempos menos agitados como nos períodos mais difíceis que se seguiam a pesadas derrotas que enfraqueciam gravemente o império, como na fase que se seguiu à batalha de Pliska (811).

Sendo assim, o que deve caracterizar um bom general bizantino? De acordo com o célebre tratado militar *Taktica*, de Leão VI, um general tem de ter uma boa constituição física, uma grande resiliência espiritual (controlo emocional, sobriedade, seriedade e incorruptibilidade perante qualquer vício), grande inteligência e

eloquência e, claro, uma grande capacidade de comandar as suas tropas. Outras qualidades seriam: ter família ou fazer parte da aristocracia (cf. Dennis 2014 16-38; e Decker 2014 42).

A estas qualidades devemos acrescentar os ensinamentos que foram sendo compilados em variados tratados militares bizantinos⁸, reflexo da experiência de alguns dos grandes generais ou intelectuais gregos. Estes conhecimentos eram assim transmitidos aos *stratēgoí*, que os deviam aplicar não só no campo de batalha mas também noutras valências militares, casos do acampamento, das ordens de marcha, do treino e da logística, entre outras.

No entanto, um grande general bizantino não era só isto. De facto, era possuidor de uma poderosa aura espiritual que o rodeava e que influenciava os seus soldados, a capacidade e o moral dos mesmos. Por outras palavras, qualquer fator que afetasse o general e as suas responsabilidades, quer no âmbito físico quer psicológico (como um estado de doença ou de depressão), iria repercutir-se na destreza e no estado de espírito dos seus soldados: exemplo desta afirmação é a depressão do imperador Manuel Comneno durante a batalha do Miriocéfalo, em 1176. Outro grande perigo provinha dos presságios anteriores a uma batalha ou de incidentes no seu decurso que indicassem qualquer infelicidade acontecida ao comandante, visto que destruíam completamente o moral das suas tropas, provocando o pânico e derrotas desastrosas⁹;

⁸ Os tratados militares bizantinos são, de resto, uma das características distintivas do modelo militar oriental europeu relativamente ao que se praticava no Ocidente, que, após a *Epitoma rei militaris* de Flávio Vegécio Renato (c. 400 d. C.), não terá publicado obras tratadísticas até ao aparecimento da *Expugnatio Hibernica*, de Giraud de Barri, nos finais do século XII. Sobre esta matéria, veja-se, por todos, Salvatore Cosentino 2009 *passim*.

⁹ Durante a batalha de Acheloos, em 917, o general Leão Focas, verificando que esta decorria a favor dos Bizantinos, afasta-se temporariamente para se refrescar. No entanto, devido ao clamor da batalha, o seu cavalo assusta-se, foge a galope e atravessa a retaguarda e o acampamento bizantinos. Tal visão provoca o pânico dos soldados romanos, que pensam que o general tinha tombado, e de imediato debandam catastróficamente, causando uma enorme derrota às forças do Império Romano do Oriente.

por outro lado, qualquer feito heroico do *stratēgós* elevaria o moral das suas tropas e a respetiva habilidade. O general era, portanto, o coração do exército, e o seu bom estado físico e mental influenciava automaticamente a boa ou a má prestação dos soldados em batalha.

O *stratēgós* era, também, o ‘cérebro’ desse ‘corpo’ que era o exército. De acordo com o historiador norte-americano Michael Decker, estava nas mãos do general conseguir consolidar, em conjunto com os seus oficiais, a unidade das tropas em campanha. O general tinha, portanto, de possuir mão de ferro sobre estas, para evitar a desordem e a corrida aos espólios adversários durante uma batalha ou uma campanha e para garantir que as comunicações (ainda algo primitivas, diga-se) tivessem o maior alcance e eficiência possíveis (Decker 2013 44). O *stratēgós* devia ser atento e rigoroso durante o comando das suas forças em batalha, uma vez que, iniciado o recontro, era muito difícil manter o controlo sobre a hoste; devia ainda ser muito cuidadoso, de forma a não ser morto ou obrigado a abandonar o combate, porque qualquer um destes acontecimentos provocaria um ‘efeito dominó’ na capacidade de liderança dos oficiais bizantinos, acabando por fazer implodir qualquer forma de comando no exército. Em suma, completando as características apontadas pelo imperador Leão VI no *Taktica*, um bom general bizantino deve ser cuidadoso e rigoroso, bem como possuidor de um poderoso espírito guerreiro, capaz de feitos heroicos, sendo assim um grande impulsionador das forças que lutam sob o seu comando.

Podemos agora começar a relatar os feitos de três grandes *basileis* bizantinos: Nicéforo II Focas, João I Zimisce e Basílio II.

2. Nicéforo II Focas – estender o império para Oriente

De acordo com o cronista Leão, “o Diácono”, no dia 15 de março de 963, o imperador Romano II abandona Constantinopla a

cavalo para ir caçar, acompanhado por uns “sujeitos pestilentos”¹⁰... Quando regressa, está nos seus últimos suspiros! Morte natural provocada pela árdua cavalgada devido ao duro terreno montanhoso (“uma convulsão fatal”, segundo diziam algumas pessoas na altura) ou envenenamento por cicuta proveniente dos aposentos das mulheres (Talbot e Sullivan 2005 83)?...

A dúvida causada pela morte do imperador traria bastante incerteza a Constantinopla, com o *basileús* a deixar dois filhos pequenos, Basílio e Constantino (cinco e dois/três anos, respetivamente), como herdeiros do trono púrpura. O patriarca Polieuktos e o Senado decidem converter Teófane, que acabara de enviuar, em regente imperial; no entanto, o verdadeiro poder estava nas mãos do patriarca e do *parakoimómēnos*¹¹ José Bringas. Enquanto isso, vindo do território da dinastia hamdânida (à qual pertencia o nosso já conhecido Sayf al-Dawlah), o *stratēgós* Nicéforo Focas é surpreendido pela notícia da morte do *basileús*, durante a sua vitoriosa viagem de regresso a Constantinopla.

Quando corre o ano de 963, já Nicéforo Focas era considerado um grande general bizantino, com tremendas vitórias a seu crédito cimentando a fama de ser um dos homens mais poderosos do Império Romano do Oriente; ocupava então o cargo de *domes-tikós* do Oriente. Provavelmente, a sua maior vitória (antes de se tornar coimperador) terá sido a reconquista da ilha de Creta¹² aos

¹⁰ Estes sujeitos tinham sido anteriormente referidos, pelo autor, como os responsáveis pela corrupção deste imperador, o qual, aquando da sua ascensão ao trono, era justo, temperado e um benfeitor para os seus súbditos (Talbot e Sullivan 2005 82); depois, tornou-se um homem bastante dado ao luxo e aos prazeres, frívolo e sibarita, tal como é referido por Giorgio Ravegnani (cf. *supra*, Parte I).

¹¹ O eunuco encarregado de vigiar o quarto do *basileús*.

¹² Creta tinha sido conquistada por piratas muçulmanos expatriados do Al-Andalus, em 828. Estes, aproveitando-se da vulnerabilidade da ilha (que nunca se tinha tornado um *tema* e que tinha uma guarnição muito fraca), tomaram-na e converteram-na rapidamente na sua base de operações, de onde atacavam as ilhas e as possessões costeiras do Império Bizantino e para onde regressavam

piratas sarracenos, em 961, depois do cerco de um ano à capital, Chandax; esta enorme vitória valeu-lhe grandes recompensas da parte do imperador Romano II, que lhe assegurou a manutenção do seu cargo. Insaciável, o *domestikós* inicia então uma nova campanha, que o leva a invadir as possessões de Sayf al-Dawlah na Síria e na Cilícia, onde consegue (nas palavras de Leão) conquistar mais de 60 fortalezas muçulmanas e apoderar-se de um espólio grandioso. Durante esta campanha, que culmina em 963, ou seja, pouco antes da morte de Romano II, Nicéforo consegue ainda apoderar-se temporariamente da capital dos Hamdânidas, Aleppo, a 23 de dezembro de 962, ainda que não tenha logrado tomar a cidadela.

De imediato, regressa a Constantinopla, onde consegue que lhe seja assegurado pela regência o comando das tropas do Oriente. No entanto, o regente José Bringas tenta retirar-lhe o poder e exilá-lo, procurando aliciar João Zimisce (o sobrinho de Nicéforo e, também ele, um grande general) para o seu lado. De acordo com Leão, o esquema acaba por se virar contra ele, com Zimisce a divulgar o plano ao *domestikós*, que de imediato trata de reunir as suas tropas e de marchar sobre a capital, onde vai depor o eunuco regente e envergar ele mesmo o manto imperial, no lugar dos órfãos de Romano II! De forma a legitimar o seu poder, Nicéforo toma como sua esposa a viúva Teófane, e sobe assim ao poder com o título de coimperador Nicéforo II Focas.

O coimperador fez jus às suas capacidades militares, enquanto exerceu o seu cargo, especialmente a oriente. No ano que se seguiu à sua usurpação do poder, em 964, ocupa Chipre, terminando com o equilíbrio vigente na ilha entre Bizantinos e muçulmanos,

em segurança. Os Bizantinos tinham já feito várias tentativas para reconquistar a ilha, mas todas fracassaram (as principais deram-se em 843, em 911 e em 949).

nos termos de um acordo celebrado quase três séculos antes¹³! No ano seguinte, em 965, foi a vez de encetar uma campanha contra a Cilícia (uma das bases das razias sarracenas), agora parte dos domínios hamdânidas, que toma nesse mesmo ano; conquistada a região, procede à formação de cerca de uma dúzia de pequenos *témata* para melhor defender o novo *limes* do império.

Foi após a conquista de Tarso, a capital da Cilícia, que se deu o primeiro evento de uma série de acontecimentos, que se revelariam outros tantos erros crassos por parte do *basileús* Nicéforo II e que haveriam de ajudar à implementação de um novo e perigoso poder nos Balcãs: os Rus de Kiev¹⁴. O imperador recebeu uma embaixada do czar Pedro da Bulgária, que lhe requer o pagamento aos Búlgaros do tributo acordado pelo *basileús* Romano I, em 927, nos termos de um acordo que preservava a paz entre Preslav (na altura, a capital da Bulgária) e Constantinopla; sentindo-se ultrajado, tratou imediatamente de espancar os embaixadores, reenviando-os depois de volta a casa, com a seguinte mensagem (nas palavras de Leão, “o Diácono”):

“Informai o vosso soberano rói-couros vestido no seu gibão de couro que o magnificente e todo-poderoso imperador dos Romanos irá de imediato à sua terra, para lhe pagar o tributo em toda a sua totalidade, para que possais aprender – ó vós que sois três vezes escravos pela vossa linhagem – a proclamar os soberanos dos Romanos como vossos

¹³ A ilha de Chipre tinha sido declarada território neutro em 688, por um tratado assinado pelo *basileús* Justiniano II e o califa Abd al-Malik. Neste tratado, ficava ainda estipulado que ambas as partes poderiam cobrar impostos à população cipriota, bem como usufruir dos seus portos (Kazhdan 1991 567).

¹⁴ Ironicamente, seriam estes eventos, que quase puseram em risco a soberania (e quiçá a presença) bizantina nos Balcãs, que acabariam por consolidar a hegemonia bizantina na região e por levar à anexação dos territórios do Império Búlgaro, mas falaremos disso nos subcapítulos seguintes.

senhores, e a não exigir tributo deles, como se eles fossem escravos!” (citado por Talbot e Sullivan 2005 110).

De seguida, o *basileús* comanda uma pequena força para destruir alguns postos fronteiriços búlgaros e, pondo em ação a máquina diplomática bizantina, envia uma embaixada ao príncipe Svyatoslav de Kiev com presentes, exortando-o a invadir a Bulgária pelo Danúbio. O príncipe dos Rus aceita de imediato a proposta e Nicéforo regressa a Constantinopla, deixando a questão nas mãos do seu novo aliado, que acaba por conquistar a totalidade do território búlgaro, estendendo o seu domínio territorial para sul do rio Danúbio. Inadvertidamente, a aliança de Nicéforo II com Svyatoslav criara um perigo ainda maior a Constantinopla... Contudo, não seria este *basileús* a ter de resolver esse problema.

No ano de 966, o imperador vira de novo a sua atenção para oriente, desta vez para uma das cidades da Pentarquia: Antioquia¹⁵. Contrariamente ao que fizera a outras fortalezas importantes, não tencionava tomar esta pela força das armas de cerco, preferindo recuperar a cidade sem a danificar; depois de conquistar algumas fortalezas na região (como, por exemplo, Hierápolis e Arka), dirige-se para Antioquia, onde constrói um acampamento fortificado que lhe serve de base para o cerco da cidade. Nicéforo deixa então um largo contingente para trás, enquanto ele próprio regressa a Constantinopla. Antioquia acabaria por cair em 28 de outubro de 969, quando um grupo de soldados utilizou umas escadas para subir à muralha, incendiou certos pontos da cidade e abriu os portões. Depois de os seus habitantes se renderem, os Bizantinos extinguiram os fogos e informaram Constantinopla da conquista da antiga capital do Império Selêucida (Talbot e Sullivan 2005 123-124).

¹⁵ Antioquia tinha sido perdida em 637/638 para as forças árabes.

Antes da conquista da cidade, em 967, o imperador recebeu em testamento o principado de Taron, o que lhe permitiu expandir o território bizantino para a Arménia ocidental. Este território foi dividido em cerca de uma dúzia de *témata*, que colocou sob o poder do *stratēgós* de Chaldia, a quem foi atribuído o título de *doúx* (Treadgold 1995 35)¹⁶.

Apesar do empolgamento pela tomada da cidade, Antioquia foi a última conquista do glorioso imperador, traído e morto pela esposa e pelo sobrinho, João Zimisce, que tomaram o poder no *Boukkellárion*, em dezembro de 969. Quais foram as principais razões para este golpe de Estado? A pouca atenção dedicada por Nicéforo II à imperatriz, o afastamento de João Zimisce das suas funções de *domestikós* (depois da conquista de Tauro) e o regime autoritário que se fazia sentir em Constantinopla (necessário para manter a máquina de guerra do coimperador).

Como legado pessoal, Nicéforo II deixou um exército bizantino reformado, os poderosos contingentes dos *klibanophóroi* (catafrac-tários, ou seja, cavalaria pesadamente equipada) e dois importantes tratados militares, que lhe são geralmente atribuídos: o *De Velitatione Bellica*, que expõe especialmente a forma como se deve fazer a guerra de guerrilha; e o *Praecepta Militaria*, que descreve essencialmente as reformas táticas feitas no exército bizantino durante o século x.

Negativamente, Nicéforo II deixou para trás duas graves crises: em Itália, onde Otão I tinha acabado de vencer a importante batalha de Ascoli (969), ameaçando assim as possessões romanas no sul da região; e na Bulgária, onde a traição de Svyatoslav, ao anexar aquele território em vez de somente o saquear, instalava um enorme perigo às portas de Constantinopla, que, para resolver estes problemas, contava agora com João I Zimisce – também ele

¹⁶ A este conjunto de *témata*, incluindo o de Chaldia, atribuir-se-á o nome de “Ducado de Chaldia”.

teria um excelente reinado, sendo ainda hoje considerado um dos melhores generais que o Império Bizantino jamais teve.

3. João I Zimisce: Do Danúbio à Palestina

– Entre Rus e Muçulmanos!

O episódio da morte de Nicéforo II Focas é relatado da seguinte forma na *História*, de Leão, “o Diácono”:

“Quando os guarda-costas de Nicéforo se aperceberam, tarde demais, do seu assassinato, eles apressaram-se a defendê-lo, na crença de que o homem ainda se encontrasse entre os vivos, e tentaram forçar as portas de ferro com todas as suas forças. Mas João ordenou que trouxessem a cabeça de Nicéforo e que a mostrassem aos seus guarda-costas por uma janela. Um homem chamado Atziteodoro veio e cortou a cabeça, mostrando-a àquele grupo turbulento de homens. Quando eles tiveram aquela visão monstruosa e inacreditável, deixaram as suas espadas cair das mãos, mudaram de tom e, numa só voz, proclamaram João como imperador dos Romanos” (citado por Talbot e Sullivan, 2005 140-141).

E é assim, desta forma macabra, que João I Zimisce ascende ao trono púrpura da rainha das cidades: Constantinopla. No entanto, o início do reinado do usurpador não seria fácil, e o novo coimperador, antes de se lançar em planos de conquista maiores, teria de enfrentar graves problemas que já foram enunciados. Se o problema dos Otões foi solucionado através de um ‘simples’ contrato matrimonial¹⁷, já o dilema nórdico só seria resolvido de

¹⁷ Cf. *supra*, Parte I.

uma única forma: no campo de batalha e nas ruas das cidades do Império Búlgaro do desafortunado czar Boris II.

Inicialmente, o novo *basileús* tentou resolver o problema à boa maneira bizantina: pela diplomacia. Num primeiro contacto, tentou apelar ao bom senso do príncipe Svyatoslav, exortando-o a abandonar as suas recém-conquistadas possessões na Bulgária, levando com ele o prémio prometido pelo antigo *basileús*; justificava-se ainda o pedido com a afirmação de que aquele território (a Bulgária) era romano *de jure*.

A resposta do soberano dos Rus vinha pejada de uma arrogância que tinha nascido da série de vitórias que o povo nórdico (e, em especial, Svyatoslav) infligira aos Búlgaros, com o príncipe a declarar, em jeito de ultimato, que jamais abandonaria aquelas terras férteis, a não ser que lhe fossem pagas somas avultadas de dinheiro; no entanto, se o dinheiro não fosse recebido, os Bizantinos deviam imediatamente abandonar os seus territórios na Europa. O ultimato foi obviamente rejeitado pelo *basileús*, que intimou Svyatoslav a regressar imediatamente aos seus territórios na Ciméria (a norte do mar Negro), lembrando-lhe os tratados de paz assinados no passado¹⁸. Não bastando estes avisos, o imperador aconselhou o seu homólogo ‘bárbaro’ a não tentar invadir o território romano, sob pena de ser vitimado e humilhado por uma série de acontecimentos semelhantes aos que tinham sucedido com o seu falecido pai, Igor¹⁹, caso forçasse os exércitos bizantinos a marcharem contra ele na Bulgária (Talbot e Sullivan 2005 155 e 156). A resposta do príncipe russo, repleta de fúria, não se fez esperar:

¹⁸ Nomeadamente o que fora assinado com o soberano de Kiev, Oleg, em 907.

¹⁹ O azarado pai de Svyatoslav tentara conquistar Constantinopla em 941, utilizando milhares de batéis semelhantes aos *monóxyla* eslavos, para além de uma força armada substancial. O resultado não foi o esperado pelo soberano de Kiev, que viu a maior parte da sua frota ser devorada pelo fogo greguês dos Bizantinos, memória que, naqueles anos, ainda perdurava nas mentes dos Russos. O príncipe Igor seria mais tarde morto pelos Derevliane, um povo que habitava na margem ocidental do Dniepre (no entanto, esta versão da sua morte não é consensual, sendo considerada por alguns investigadores como uma invenção do cronista Leão, “o Diácono”).

“Não vejo necessidade de o Imperador dos Romanos vir até nós. Assim sendo, que ele não se canse a vir para esta terra; porque muito em breve nós vamos armar as nossas tendas em frente às portas de Bizâncio, cercá-la-emos com uma poderosa paliçada e vamos opor-nos bravamente quando ele lançar uma surtida, se ele tiver a coragem de tentar tão grande combate. Iremos ensiná-lo com muitos feitos que não somos meros ‘trabalhadores que vivem pelo trabalho das nossas mãos’, mas somos ‘soldados sedentos de sangue’ que lutam contra os nossos inimigos com armas, apesar de o imperador acreditar, na sua ignorância, que os soldados *Rus* são como mulheres mimadas, e tentar assustar-nos com estas ameaças, como se fôssemos crianças de colo assustadas por *bobgoblins*” (citado por Talbot e Sullivan 2005 157).

Estava, assim, desenterrado o machado de guerra, e os Bizantinos prepararam-se para o pior. A maior preocupação, até àquele momento, tinha sido garantir a manutenção das conquistas mais recentes na Síria; para tal, o *basileús* enviara a maior parte das suas forças efetivas, sob o comando do patrício Nicolau, para a zona de Antioquia, onde repeliram vários ataques sarracenos. Quando eclode o conflito bizantino-russo, vendo a frente oriental finalmente estabilizada, chama de volta as forças do patrício. Porém, ciente de que estas ainda tardariam alguns meses a regressar a Constantinopla, tem de arranjar uma forma para ganhar algum tempo, pelo que decide enviar dois experientes generais, Barda Sclero e o patrício Pedro (o homem que conquistara Antioquia), para o *limes* bizantino-búlgaro, com os seguintes objetivos: vigiar o território inimigo (sendo auxiliados nesta tarefa por espões bizantinos enviados para solo inimigo), treinar tropas e proteger o território romano das forças de saqueio adversárias. Terá sido

nesta altura que João Zimisce criou um novo *tagma*: os “Imortais”, que seguiam o coimperador em todas as suas batalhas.

Enquanto estes acontecimentos se processavam no lado bizantino, o príncipe Svyatoslav, alertado para a presença militar bizantina às suas portas, envia um exército de cerca de 30 000 homens, entre Rus, Búlgaros e aliados da estepe (como Petchénègues e Magiares) na direção de Constantinopla, com o objetivo secundário de saquear a Trácia. Pelo caminho, este corpo militar consegue ainda tomar Filipopolis, a última grande fortaleza independente búlgara, onde, de acordo com Leão, “o Diácono”, executa em estacas 20 000 homens capturados na cidade²⁰. Em resposta, Barda Sclero junta uma força de elite de cerca de 12 000 homens e avança na direção do inimigo, que se encontrava nas imediações de Arcadiópolis (atual Lüleburgaz, 100 km a poente de Constantinopla), onde se vai travar a batalha, a primeira deste duelo de titãs que opunha João I Zimisce e Svyatoslav.

Ciente da superioridade numérica inimiga, Barda divide o seu exército em três contingentes, tomando ele próprio o comando de um contingente de 2000 a 3000 homens e dando ordens às restantes divisões para se esconderem na vegetação e nos bosques que existiam no caminho em direção ao acampamento russo; logo que estas movimentações foram concluídas, o general comanda os seus homens numa investida contra o adversário, especialmente direcionada aos soldados Petchénègues; surpreendidas, as forças russas organizam-se para atacar, abandonam o seu acantonamento e iniciam a batalha com o arrojado inimigo, batendo-se vigorosamente (no decorrer desta escaramuça, a hoste bizantina terá mesmo sido cercada algumas vezes). Quando vê chegada a altura, Barda

²⁰ Esta técnica, de acordo com os tradutores da *História*, é mais parecida com a crucificação do que com a empalação, pois consistia em fixar um indivíduo numa *phourka* (uma estaca aforquilhada), onde era ridicularizado; de seguida, podia ser executado por estrangulamento (Talbot e Sullivan 2005 155).

Sclero ordena às suas tropas que se retirem organizadamente em direção ao lugar da emboscada, perseguidos bem de perto pelos ágeis cavaleiros dos Petchénègues, que eram seguidos pelas forças dos Búlgaros e dos Rus. Assim que as tropas bizantinas do general ultrapassam o lugar da emboscada, os outros contingentes caem sobre os homens da estepe e massacram-nos, tendo estes batido em retirada atabalhoadamente, atravessando as fileiras dos seus restantes aliados, que de imediato foram atacados pelas forças bizantinas em perseguição.

Apanhada completamente de surpresa pela tática de fuga simulada do exército que se pensava derrotado, e desorganizada ainda mais pela fuga dos Petchénègues por entre as fileiras, a coligação de Svyatoslav foi duramente castigada pelo seu descuido e sofreu pesadas baixas, entrando em debandada geral pouco depois da emboscada inimiga. Enquanto as forças bizantinas, de acordo com John Haldon, sofreram baixas que rondavam os 550 homens, os homens de Svyatoslav tiveram milhares de perdas! O contingente do general Barda Sclero cumpria então o seu principal objetivo: ganhar tempo para que João I Zimisce preparasse a campanha do ano seguinte; mas serviu também para que os oficiais bizantinos (e, assim, o *basileús*) tomassem conhecimento das características fundamentais do adversário, tais como a composição das respectivas forças; o seu moral; e o poder de combate das hostes sob o comando de Svyatoslav (Haldon 2001 98).

Com a ofensiva do príncipe de Kiev esmagada, chegou a vez de João I Zimisce lançar as suas peças de xadrez na ofensiva. A vitória nas imediações de Arcadiópolis acabou por trazer um outro trunfo ao *basileús*: uma razão para retirar deste jogo os Petchénègues, que abandonam a causa de Svyatoslav. Foi no mês de abril de 971 que o exército bizantino, comandado pelo coimperador João I Zimisce, entrou na Bulgária, pronto para destruir a ameaça nórdica de uma vez por todas. A força que acompanhava o senhor do Império

Bizantino era muitíssimo poderosa e incluía todas as componentes das forças militares imperiais: um bom exército terrestre (com cerca de 30 000 homens); máquinas de cerco; um grande trem de apoio, com os mantimentos necessários para a hoste; e uma força naval que transportava tropas, mantimentos e, claro está, o poderoso fogo greguês. O objetivo da frota era atacar forças inimigas na zona costeira assim que possível e, de seguida, entrar no Danúbio, de forma a apoiar diretamente as forças imperiais terrestres, logo que estas atingissem o grande rio.

As forças terrestres, lideradas pelo *basileús*, invadiram então a Bulgária, em abril de 971, e avançaram rapidamente pelos desfiladeiros que, na altura, se encontravam desprotegidos, visto que Svyatoslav estava a enfrentar uma rebelião búlgara a norte. Sem oposição, os Bizantinos investem sobre Preslav, a capital do Império Búlgaro, que conquistam em dois dias e onde massacram 7000 soldados russos e búlgaros que defendiam o palácio real. Além desta importante vitória, João I Zimisce consegue um importante trunfo: o czar Boris II da Bulgária. Anteriormente, o *basileús* tinha-se comprometido a repor o deposto czar no trono de Preslav, mas agora tinha-o nas suas mãos, prometendo retribuir aos Rus as injustiças cometidas contra o povo búlgaro durante a invasão.

Os efeitos não se fizeram esperar: à medida que as forças bizantinas seguiam para norte, para confrontar Svyatoslav na sua base em Dorostolon, nas margens do Danúbio, os Búlgaros entregavam as suas fortalezas sem dar luta, aceitando prontamente os termos que o coimperador lhes oferecia para se renderem. Por outro lado, Svyatoslav viu-se obrigado a purgar as forças militares, quando estas começaram a desertar das suas hostes: alguns oficiais foram assassinados, enquanto outros foram aprisionados. O último confronto antes das batalhas de Dorostolon deu-se pouco antes de os Bizantinos chegarem à fortaleza, quando descobriram que um pequeno contingente de Rus massacrara um grupo de

batedores imperiais; enviaram cavaleiros da guarda imperial para os perseguir, tendo capturado alguns deles, que acabaram mortos a mando de João Zimisce.

Chegados à fortaleza situada nas margens do Danúbio, os Bizantinos foram recebidos com uma parede de escudos de soldados russos, com as lanças a postos para a batalha. Tendo deixado para trás as máquinas de cerco e o trem de apoio (protegidos por alguns homens no acampamento), o coimperador ordena às suas forças que se organizem em três divisões: a infantaria ocupa as linhas da frente; as reservas de *klibanophóroi* reforçam cada uma das alas; e, por fim, grupos de artilharia neurobalística (arqueiros e fundibulários) formam uma segunda linha por trás das fileiras da infantaria romana.

A parada estava alta no primeiro dia das batalhas de Dorostolon, com os dois lados a considerarem a eventualidade de uma derrota no confronto como algo de humilhante: de um lado, os Rus (que se dizia atingirem os 60 000 homens²¹), reputados invencíveis pelos seus vizinhos, com a sua fama de poderosos guerreiros de infantaria, não queriam perder; mas, do outro lado, estavam os Bizantinos, que consideravam desastroso serem obrigados a retirar-se de Dorostolon diante de um povo de bárbaros, que nem sequer sabia montar a cavalo (Talbot e Sullivan 2005 185)! Os projéteis romanos voavam em direção às fileiras dos Russos e só pararam quando as duas forças colidiram uma com a outra: ferocidade nórdica contra disciplina romana; parede de escudos contra falange. A primeira batalha foi bastante equilibrada, com os Bizantinos a aguentarem bem a linha e a conseguirem romper por entre as forças russas em dois pontos, apenas para os Russos se retirarem, reformarem a parede de escudos e avançarem

²¹ Um número muito possivelmente inflacionado, tendo em conta que a área da fortaleza não permitia albergar tantos homens (Haldon 2001 99).

novamente contra os homens de Constantinopla; contudo, esta tática só terá sido decisiva ao final do dia, quando as forças de cavalaria pesada bizantinas colocadas nos flancos, apoiadas por um novo avanço da linha romana, carregaram em cunha e penetraram nas alas da massa de soldados russos, empurrando-os para o centro. As fileiras dos Rus começaram então a esboroar-se, sendo rasgadas pelas linhas romanas, que puseram os Russos em fuga na direção de Dorostolon, ocorrendo muitas mortes durante esta retirada.

O primeiro dia termina, pois, com uma importante vitória para os Bizantinos, que voltam para junto do *basileús* logo que as portas de Dorostolon são fechadas e a perseguição é terminada, começando-se então a construir o acampamento principal para servir de base ao assédio à fortaleza do Danúbio; de acordo com Leão, “o Diácono”, este terá sido construído no topo de um pequeno monte, a alguma distância da fortaleza. Assim que as tendas foram armadas, os soldados terão escavado uma trincheira em sua volta, amontoando a terra retirada junto a este fosso, de forma a criar uma pequena barreira improvisada; quando este muro atingiu uma altura adequada, foram colocadas lanças no seu topo e encostados escudos na base das lanças. Ainda segundo Leão, “o Diácono”, esta prática era habitual quando as tropas imperiais acampavam em território hostil (citado por Talbot e Sullivan 2005 186).

No segundo dia, os Romanos iniciaram o ataque à fortaleza, com os Rus a responderem com o lançamento de dardos e de flechas contra as forças imperiais. Os Bizantinos contra-atacaram com flechas e projéteis das suas fundas, consistindo o ataque, nas palavras do cronista citado neste capítulo, numa espécie de escaramuça que termina com o seu regresso ao acampamento. O dia não acabaria por aí, no entanto, devido a uma surpreendente surtida da cavalaria russa sobre a paliçada romana; os Bizantinos rapidamente travaram este ataque surpresa, com a retaliação de um dos contingentes da sua própria cavalaria, que, comprovando a falta de treino e de prática dos

soldados russos na guerra a cavalo, rapidamente puseram os nórdicos em retirada, de volta à segurança das muralhas de Dorostolon.

É no terceiro dia que chega a arma secreta de João I Zimisce: vinda do mar Negro, a frota bizantina entra no Danúbio e bloqueia a fortaleza ocupada por Svyatoslav. Os navios vão entregar mantimentos e reforços às forças do *basileús*, mas, mais importante que isso, trazem a arma secreta de Bizâncio – o fogo greguês.

Esta perigosa substância ainda hoje suscita atenção e curiosidade, mas, nas palavras de Edward Luttwak, são conhecidos cinco atributos deste líquido, que foram descobertos por um “eminente bizantinista que procurou com sucesso deitar fogo a um inofensivo veleiro” (Luttwak 2009 325). Note-se que este bizantinista é o já muito citado John Haldon... Assim sendo, eis as características que conhecemos acerca desta arma ‘secreta’ bizantina:

- a) Consegue arder mesmo em contacto com a água do mar. Vários estudos levaram a concluir que o fogo greguês é uma substância que resulta da mistura de crude (ou seja, o petróleo em bruto)²² e resina. São estes os únicos ingredientes que, tendo em conta as limitações da Química na altura, se tem a certeza de que pertenciam à receita desta arma bizantina.

- b) O fogo greguês era projetado por meio de sifões – tubos munidos de um pistão interno que lançava a substância pelo bocal; para isso, o líquido teria de ser aquecido antes, o que nos leva a crer que os contentores da substância tinham de ser aquecidos num lugar do navio não muito longe do

²² Luttwak considera que a principal fonte desta matéria-prima seriam as costas do mar Cáspio, que estariam bem ao alcance territorial e comercial do império (Luttwak 2009 325).

sifão, o que acarretava grandes perigos para a embarcação e a tripulação, se algo corresse mal (Luttwak 2009 327).

- c) Para o bom uso da arma, que tinha como principais limitações o curto alcance do sifão e a necessidade de o navio de guerra possuir capacidade para aquecer (e provavelmente, incendiar) o fluido, era necessário que a tripulação manobrasse a embarcação suficientemente perto dos navios inimigos, mas ao mesmo tempo suficientemente longe para não correr o risco de ser abordada... Para além disso, eram necessárias águas muito calmas, para não pôr em perigo os navios bizantinos.
- d) O fogo greguês era muito mais útil como arma defensiva do que como arma ofensiva. Isto porque, necessitando de águas calmas, era melhor ser usado nas águas costeiras mais tranquilas (como as do mar de Mármara) do que em alto-mar, onde, para além de poder haver más condições atmosféricas, as embarcações que transportavam os sifões eram escassas para fazerem frente a navios com capacidades de abalroamento, de abordagem ou de tiro.
- e) O segredo desta arma única de Bizâncio é muito discutido nos dias de hoje, e existem autores que admitem a possibilidade de os Árabes terem conseguido descobrir a receita e a forma de fazer os sifões (quando descobriram o *Pneumatika* de Héron de Alexandria) e de terem mesmo utilizado a substância na conquista de Creta e no assalto a Tessalónica, em 904²³.

²³ Por outro lado, Luttwak admite que as repúblicas mercantis italianas pudessem ter conhecimento da receita do fogo greguês, mas aperceberam-se do seu valor militar limitado e nunca o adotaram (Luttwak 2009 326).

Assim, a chegada desta substância inflamável, além do seu poder intrínseco, representava um grande problema para o moral dos soldados de Svyatoslav, que ainda tinham as memórias amargas da destruição da frota de Igor nas águas de Constantinopla, em 941; pelo contrário, o moral dos Bizantinos aumentara consideravelmente com a chegada de tal arma e com o bloqueio à fortaleza, que fechava o cerco de Dorostolon pelo rio e trancava os Russos na margem sul do Danúbio. Mais do que nunca, tornava-se imperativo quebrar o cerco da cidade, e é isso que Svyatoslav tentará fazer no dia seguinte... Mas em vão, porque o equilíbrio de forças do primeiro dia se irá manter até a cavalaria catafractária esmagar as linhas dos Rus com as suas maças de ferro, de maneira similar ao que sucedera durante o primeiro confronto. Uma vez mais, o príncipe de Kiev é obrigado a retirar-se para as muralhas de Dorostolon.

Ao quinto dia, as máquinas de cerco bizantinas começam a atacar as fortificações e a guarnição da poderosa fortaleza, e os Russos respondem com uma surtida contra o equipamento de guerra imperial, tencionando deitar fogo à maquinaria bizantina. Foi perto de um destes engenhos que se deu um dos acontecimentos mais insólitos deste cerco:

“O *magistro* João Kourkouas, que era parente do imperador e que estava a guardar estas máquinas, viu o ataque ousado do inimigo e, apesar da languidez provocada pelo vinho e pelo sono (já que era depois de almoço), montou no seu cavalo e enfrentou-o, com alguns seguidores que selecionara. Mas o seu cavalo caiu num buraco e lançou o *magistro* pelas suas costas. Quando os Citas lhe avistaram a armadura reluzente e o bridão do cavalo e outros atavios de magnífica lavra (pois encontravam-se ricamente dourados), pensaram que ele era o imperador e atacaram-no no corpo com as suas armas, tendo-o cortado cruelmente em pedaços

com espadas e machados; empalaram a cabeça dele numa lança e afixaram-na na torre, escarnecendo dos Romanos, a quem tinham matado o seu imperador como se fosse uma ovelha...” (citado por Talbot e Sullivan 2005 192).

Foi assim, neste episódio, que morreu o *magistro* João Kourkouas, conhecido pelo seu alcoolismo e pela forma exuberante de se vestir, confundido pelos seus inimigos, que pensaram tratar-se do verdadeiro *basileús* e que, deste modo, acreditaram ter obtido um importante trunfo com que abater o moral inimigo... Todavia, João I Zimisce continuava bem vivo e as máquinas de cerco permaneciam ilesas. Não obstante, os Russos, ao sexto dia, avançaram para uma outra ofensiva, onde, novamente, as duas hostes se terão organizado como no primeiro dia; desta vez, conseguiram abrir uma brecha nas fileiras bizantinas, mas uma contraofensiva das reservas, incluindo alguns contingentes dos *tágmata*, permitiu repelir as forças que a tinham aberto, tendo um dos membros do contingente dos Imortais, chamado Anemas, conseguido matar o braço-direito de Svyatoslav, Ikmor. Este evento desmoralizou ainda mais os Rus, que ao serem novamente empurrados pelas linhas bizantinas se retiraram em desordem para Dorostolon.

No final desse dia, deram-se ainda alguns acontecimentos importantes: a cremação em piras funerárias dos mortos rus, cujos corpos foram recolhidos (sem interferência da parte dos Romanos) ao anoitecer, pelos seus compatriotas e pelas suas famílias; ainda nessa noite, um grupo de soldados russos, de 2000 homens, logrou iludir as patrulhas fluviais bizantinas e, a alguma distância do campo de batalha, na margem sul do Danúbio, conseguiu adquirir alguns mantimentos que levou para Dorostolon, matando um grupo de cavaleiros bizantinos pelo caminho. A fúria do *basileús* perante o descuido das forças navais é compreensível, uma vez que tinha perdido soldados de uma forma completamente desnecessária, e os

Russos tinham podido armazenar mais alguns mantimentos, que lhes seriam muito úteis caso o cerco se prolongasse.

Por fim, ao amanhecer, Svyatoslav reuniu um conselho de guerra, onde juntou os restantes líderes do seu exército, para decidirem o que fazer a seguir. Alguns aconselharam-no a arriscar uma fuga de barco, pelo Danúbio, tentando escapular-se dos navios de guerra de Constantinopla; outros queriam que ele encetasse negociações com o coimperador de forma a salvar o maior número de vidas possível, pois estavam desiludidos com o destino que lhes estava reservado e receavam o poder dos *klibanophóroi* bizantinos; porém, a maior parte dos conselheiros tinha a mesma opinião de Svyatoslav, tendo exortado o príncipe a continuar a combater, porque preferiam morrer em combate glorioso (e ir para o Valhala, o cemitério dos guerreiros, na mitologia nórdica) a render-se (Haldon 2001 103).

E assim, a 24 de julho de 971, ao sexto dia de cerco a Dorostolon, vai-se dar a batalha decisiva. As forças russas, comandadas pessoalmente por Svyatoslav, abandonam a fortaleza a meio do dia e dispõem a sua habitual parede de escudos; à sua frente formaram os Bizantinos, na sua disposição habitual, com o *basileús* e a sua guarda a servirem de reserva ao centro. No entanto, existiam duas grandes diferenças neste confronto, que o distinguem dos anteriores: o combate iria ocorrer mais perto da fortaleza, num sítio onde as hostes teriam de combater numa frente mais estreita e que estava localizado entre uma floresta e uma zona de pântanos, limitando muito o espaço de manobra da cavalaria bizantina; por outro lado, os Russos, pela primeira vez, colocaram artilharia neurobalística, nomeadamente arqueiros e dardeiros, nos flancos, de forma a contrariar o ímpeto da cavalaria pesada inimiga.

Será, então, com estas condições adversas ao poder dos *klibanophóroi*, que as forças dos Rus, com o príncipe de Kiev à cabeça, se vão lançar numa carga furiosa contra as falanges de Bizâncio,

empurrando o centro do exército para trás, enquanto os seus dardos e flechas provocam muitas mortes nas montadas das alas bizantinas; por outro lado, era um dia muito quente, pelo que as tropas se cansavam rapidamente, tendo o *basileús* ordenado que se misturassem com vinho as rações de água a serem entregues aos soldados, de forma a refrescá-los para o resto do dia, uma estratégia que parece ter dado os seus frutos.

As forças imperiais, sem o apoio fundamental da sua cavalaria, estavam cada vez mais em apuros, apesar de conseguirem aguentar o ímpeto russo. Foi por esta altura que João I Zimisce terá ordenado ao seu exército que se retirasse na sua totalidade, de forma ordeira, para uma grande planície, onde poderia tirar bom partido do valor da cavalaria pesada bizantina; os soldados obedeceram de forma exímia a esta ordem, tendo conseguido recuar sem quebrar as suas linhas, enquanto enfrentavam as forças russas. Pouco depois desta retirada, revigorou-se o combate, com os Imortais do coimperador a reforçarem a linha e com o destemido Anemas a quase assassinar Svyatoslav, que apenas se salvou graças à sua armadura e à prontidão dos homens que o rodeavam e que rapidamente cortaram o herói em pedaços.

A morte do herói bizantino incentivou os Rus a combater com ainda mais agressividade, e a linha romana começou a enfraquecer, tendo algumas forças de cavalaria na retaguarda começado a virar-se para trás, para fugir. Vendo o desastre a abater-se, o coimperador comandou um contra-ataque juntamente com a sua própria guarda, uma ação que elevou os ânimos dos Bizantinos, que de imediato regressaram às suas posições e repeliram os Russos que tinham penetrado nas suas linhas. Terá sido ainda por esta altura que o clima se voltou contra os nórdicos, tendo um forte vento adverso começado a soprar, enquanto uma enorme trovoada rebentava nos céus sobre o campo de batalha, que servia como cenário do último confronto entre Zimisce e Svyatoslav.

A batalha ficou resolvida, nas palavras de Leão, “o Diácono”, quando São Teodoro, o padroeiro do *basileús*, liderou uma carga final decisiva contra as restantes forças dos Rus; John Haldon acredita, no entanto, que quem liderou realmente esta carga de cavalaria foi o próprio João I Zimisce e os seus *Athánatoi* (os Imortais). Os Russos foram empurrados para trás pelo novo ímpeto romano e não conseguiram reformar-se, pois foram atrapalhados pelo vento e pela água da chuva durante o ataque romano. Enquanto isso, os *klibanophóroi* de um dos flancos (não é especificado qual), comandados por Barda Sclero, rodeiam a hoste russa e flanqueiam-na, empurrando a ala que atacaram para o centro, pondo termo a qualquer tentativa de reorganização russa. Foi a machadada final nos planos de Svyatoslav: os Russos retiram-se em debandada, perseguidos pelas forças de catafractários bizantinos, que os massacram.

Esta batalha marca o fim da ocupação da Bulgária pelo príncipe Svyatoslav, que acede finalmente a render-se às forças de João I Zimisce, depois de perder a maior parte²⁴ dos seus homens e de correr o risco de ficar sem mantimentos muito em breve. Para garantir a sua sobrevivência, o príncipe de Kiev é obrigado a entregar Dorostolon, todos os seus prisioneiros e todos os despojos capturados durante a invasão da Bulgária; estas condições satisfazem o *basileús*, que o deixa abandonar o território sem ser importunado pelos navios de guerra que tanto temia. Foi prometido ainda ao príncipe o restabelecimento de relações comerciais com Bizâncio, assim que regressasse a Kiev; porém, por ironia do destino, Svyatoslav não regressaria vivo a sua casa, pois foi morto na embocadura do Dniepre pelos Petchénègues...

²⁴ Leão, “o Diácono”, indica que os Rus terão perdido cerca de 38 000 soldados durante as batalhas de Dorostolon, sendo que só na última batalha terão perdido 15 000 soldados, em comparação com uns escassos 350 bizantinos (cf. Talbot e Sullivan 2005 197)! Devemos, porém, desconfiar destes números, tendo em conta a parcialidade de Leão, “o Diácono”.

Outra personagem que também não teria grande futuro foi o czar Boris II, que viu as suas insígnias imperiais confiscadas pelo coimperador, que tratou logo de seguida de anexar a Bulgária oriental ao Império Bizantino, como uma nova província; contudo, a Bulgária ainda sobreviveria por mais quase meio século. Entretanto, o império recuperava a fronteira do Danúbio, perdida há quase três séculos para os Búlgaros. Deixando para trás Dorostolon com uma poderosa guarnição e um novo nome, Teodorópolis – em honra do mártir Teodoro de Stratelates, que, de acordo com a *História* de Leão, “o Diácono”, possibilitou a vitória em Dorostolon –, o *basileús* regressa vitorioso a Constantinopla: graças aos seus soldados disciplinados e à poderosa cavalaria pesada bizantina, João I Zimisce tinha obtido a sua maior vitória... mas não a última.

No ano seguinte, o coimperador leva as suas forças a combater, no oriente, o poder decadente dos Hamdânidas e de outros príncipes muçulmanos que ameaçavam a fronteira, conquistando e arrasando a cidade de Nísibe e grande parte da Mesopotâmia do norte; dois anos depois, em 974, as cidades de Amid e de Maayafakin (a antiga Martiropólis) rendem-se ao glorioso *basileús*, pagando pesados tributos pela sua sobrevivência; depois de tomar as cidades, tenta alcançar Bagdade, mas é travado pelo deserto da Síria; no ano seguinte, em 975, volta a estas paragens para esmagar uma revolta hamdânida, aproveitando a situação para capturar várias cidades na costa síria e a grande urbe de Damasco. Numa carta ao rei da Arménia, Ashot III, vangloriou-se de que iria reconquistar Jerusalém... Porém, a 10 de janeiro de 976, provavelmente aos 50 anos, João I Zimisce foi surpreendido pela morte (Decker 2013 60). Antes de morrer, tinha procedido ainda a uma nova organização administrativa do *limes*, com a criação de mais ducados, que reuniam vários *témata*. Os ducados que criou foram: Antioquia e Mesopotâmia (entre este ducado e o ducado de Chaldia, estando localizado na zona central do *limes* oriental), a nascente;

e Tessalónica e Adrianopla, na fronteira do rio Danúbio (Treadgold 1995 36).

À sua morte, o *basileús* deixava um poderoso exército ao seu sucessor: o filho primogénito de Romano II, Basílio, que sobe ao trono com o nome de Basílio II, aos vinte anos de idade. Depois de dois usurpadores e tendo, finalmente, atingido a maioridade, o verdadeiro imperador terá um dos principados mais brilhantes do império, em termos militares; sob a sua liderança, Bizâncio atingirá a sua maior extensão, desde Heráclio e do tempo das primeiras guerras contra os Árabes.

4. Basílio II, “o Bulgaróctono” – expandir o Império com um machado nórdico

O reinado de Basílio II não iria começar da melhor forma: apesar de ser filho de Romano II, tinha agora de legitimar a sua posição perante os grandes aristocratas bizantinos, incluindo os familiares de Nicéforo II Focas e de João Zimisce. De facto, no exato ano em que o jovem *basileús* ascende ao trono, o herói de Arcadiópolis, Barda Sclero, revolta-se na Ásia contra o poder imperial; a insurreição durou três anos e custou a Basílio II dois exércitos e várias porções do território asiático bizantino, tendo apenas terminado após a destruição da frota de Sclero em Abido, a que se seguiu a vingança de Barda Focas, o aristocrata ao qual Basílio tinha apelado e que, depois de uma derrota em 978, em Pancaleia, o venceu a 24 de março de 979. O insurgente fugiria para o califado abássida, mas voltaria mais tarde para tentar novamente a sua sorte.

Enquanto isso, em 986, na Bulgária ocidental, que não tinha sido completamente submetida por João I Zimisce, o Império Búlgaro recuperava do seu torpor. Foi exatamente no território onde hoje se localiza a Macedónia que os quatro filhos do *kómēs* (comandante

local), denominados *komētópouloi*, se revoltaram contra o poder do *basileús* bizantino, apoiando-se na guerra civil iniciada por Barda Sclero; no entanto, apenas o irmão mais novo, Samuel, sobreviveria para assumir o comando do povo búlgaro. Esta nova Bulgária, sediada na Macedónia, rapidamente expandiu o seu território, recuperando as províncias conquistadas da antiga Bulgária até ao Danúbio (anulando no processo as conquistas de João I Zimisce) e adicionando ao seu reino territórios na faixa ocidental dos Balcãs, como a Tessália, o Epiro ou a Albânia. Quando Basílio II se sentiu pronto para enfrentar esta nova ameaça, o czar tinha começado a atacar a Trácia bizantina e a enviar expedições de saqueadores para a Grécia.

A resposta do novo imperador foi rápida: convocou os seus exércitos e marchou contra o território de Samuel, pondo cerco a Serdica (atual Sófia), mas foi obrigado a retirar-se mais tarde e a regressar ao território imperial. Esta retirada, por sua vez, também não correria muito bem, com o exército bizantino a ser apanhado numa emboscada nas “portas de Trajano”²⁵, sendo completamente esmagado pelos Búlgaros (e perdendo mesmo a bagagem imperial)²⁶, a 16 ou 17 de agosto de 986! Entretanto, Basílio II, quando consegue finalmente voltar a casa, tem um autêntico ‘comité de boas-vindas’ à sua espera: não uma, mas sim duas revoltas!

A primeira foi protagonizada por Barda Sclero (que havia regressado do seu exílio no Oriente), a segunda pelo antigo aliado do imperador: Barda Focas, o sobrinho de Nicéforo II Focas. Certo é que Barda Sclero quase não participou nesta segunda guerra intestina do reinado de Basílio II, pois, apesar de se ter aliado ao outro insurgente, Barda Focas capturou-o e tomou ele próprio

²⁵ Um importante desfiladeiro que ligava as antigas províncias romanas da Macedónia e da Trácia.

²⁶ O próprio Leão, “o Diácono”, relata que ele, por pouco, sobreviveu a esta derrota de Basílio II (cf. Talbot e Sullivan 2005 215).

o comando da rebelião e do conjunto das forças rebeldes²⁷. A situação do *basileús* não era nada favorável, porque muitos pensavam que Barda tinha mais direito do que ele ao trono púrpura, por ser sobrinho de Nicéforo II Focas (Blöndal 2007 43).

Isolado e sem aliados, Basílio II recorre uma vez mais à diplomacia, apelando ao socorro do príncipe Vladimir de Kiev²⁸, que terá aceitado ajudá-lo, enviando-lhe um poderoso contingente de 6000 varegues nórdicos²⁹; em troca, o príncipe russo recebia como esposa a princesa Ana, irmã do *basileús*³⁰.

Foram, pois, estes 6000 varegues que vieram em auxílio de Basílio II e que, juntamente com algumas outras forças que lhe permaneciam leais, atravessaram o Bósforo para enfrentar a insurreição de Barda Focas. O primeiro confronto deu-se em abril de 989, na batalha de Crisópolis (um porto na margem asiática do Bósforo), onde o *basileús* e os seus contingentes varegues enfrentaram o segundo em comando do líder da insurreição, Delphinas, um prestigiado patrício grego que já tinha sido *anthýpatos* e *katepánō* da Itália. De qualquer forma, nenhum destes honrosos títulos valeu de nada ao rebelde, que, depois de uma batalha bastante renhida, foi enforcado (Talbot e Sullivan 2005 216).

²⁷ Cf. *supra*, Parte I.

²⁸ O filho e herdeiro do falecido Svyatoslav.

²⁹ O termo “Varegue” é usado na historiografia bizantina como referência a Nórdicos, Russos e, após o século XI, Anglo-Saxões que serviram na famosa Guarda Varangiana (Kazhdan 1991 2152). Estes Varegues nórdicos, em especial, de acordo com o estudioso islandês Sigfús Blöndal, fariam parte de um contingente de mercenários que ajudou o príncipe Vladimir a cimentar o seu poder na Rússia, durante a insurreição do seu irmão Jaropolk (Blöndal 2007 42). De acordo com o mesmo autor, o apelo de Basílio II permitiu juntar o útil ao agradável: por um lado, o príncipe concretizava uma aliança com Bizâncio, por outro, livrava-se de 6000 mercenários que já não lhe eram úteis e que eram muito caros de manter (Blöndal 2007 44).

³⁰ A princesa era também o preço da conversão do príncipe de Kiev ao cristianismo (grego). Quando a princesa viajar para Kiev, levará com ela um grande conjunto de clérigos bizantinos, que muito contribuirão para a conversão oficial dos Rus (Blöndal 2007 44).

A resposta de Barda Focas foi marchar em direção a Abido e tentar tomar a fortaleza pela força, para posteriormente atravessar o Bósforo. De acordo com Leão, “o Diácono”, o imperador reagiu quase de imediato, avançando com as suas forças para enfrentar o adversário. Seguiu-se uma nova batalha, bastante encarniçada, que terminou com a morte de Barda Focas (segundo as versões, morto em combate após cair do cavalo, ou então fulminado por um ataque cardíaco durante a batalha). O combate de Abido, ocorrido a 13 de abril de 989 (Blöndal 2007 44), foi a última grande batalha contra forças opositoras internas que Basílio II teve de travar e consolidou definitivamente a sua posição³¹.

Este conflito demonstrou também ao jovem *basileús* as grandes capacidades bélicas do grupo de mercenários seu auxiliar, muitíssimo eficientes, com uma disciplina rigorosa e extremamente fiáveis (especialmente graças ao seu elevado salário); foi devido a estas características que criou um *tagma* composto exclusivamente por estas tropas, o afamado regimento da Guarda Varangiana, e foi este *tagma* que começou a segui-lo nas suas guerras vitoriosas contra os Búlgaros, os Arménios e os Árabes.

Regressemos então à Bulgária, onde Basílio II sofrera já uma humilhante derrota, que não deixaria passar impune. No entanto, realizar uma campanha decisiva contra a Bulgária era muito difícil, tendo em conta que Samuel tinha já consolidado muito bem o seu poder nos Balcãs e, como já foi dito, ousara até atacar grandes centros populacionais bizantinos, como a segunda maior cidade do império, Tessalónica, nos anos 985 e 986. Por conseguinte, dois anos após a vitória em Abido, o *basileús* leva os seus exércitos novamente para os Balcãs, onde combate durante cerca de dois

³¹ Cronologicamente, trata-se também do último evento mencionado na *História* de Leão, “o Diácono”, apesar de o autor demonstrar a sua intenção de relatar os eventos do reinado de Basílio II (cf. Talbot e Sullivan 2005 218).

anos, até ser obrigado a regressar ao Oriente devido à ameaça protagonizada pelos Fatímidas. O poder do czar búlgaro permanecia, assim, praticamente inalterado e este pôde continuar a atacar o território bizantino sem medo de grandes retaliações.

Num desses ataques, em 997, forças búlgaras sob o comando do czar e do seu filho, Romano, invadiram a Trácia e a Grécia; pouco depois de terminarem a sua campanha, iniciam o regresso a casa, sendo no entanto intercetadas por Nicéforo Ouranos³², um dos mais hábeis generais de Basílio II, que tinha saído de Tessalónica para enfrentar a ameaça búlgara. Quando finalmente alcançou os seus adversários, Samuel e os seus homens estavam acampados junto ao rio Spercheios (no golfo de Mália, na região de Lâmia, Grécia central), na margem oposta à das forças imperiais, numa altura do ano em que, devido a chuvas muito intensas, o caudal do rio era muito superior ao normal. Tenazes até ao fim, as forças bizantinas, depois de explorarem bem o terreno, conseguem finalmente identificar uma pequena passagem no rio, circunstância que, a coberto da noite, permite à hoste imperial atravessá-lo sem qualquer entrave e atacar o acampamento búlgaro, pouco antes do nascer do Sol. Surpreendido, o exército de Samuel é completamente dizimado (tendo a maior parte dos homens sido morta ou capturada); o czar e o filho Romano sobrevivem apenas por graça do destino e com muita argúcia³³. Vitoriosos, os Bizantinos voltaram à segunda cidade do império com muitos despojos e escravos (Haldon 2001 107).

Chegado o ano de 1001, Basílio II pôde iniciar uma guerra à boa maneira bizantina: lenta, que requeria alguma paciência, mas que constantemente ia demolindo o poder de Samuel sobre

³² Nicéforo Ouranos é também o autor de um importante tratado militar, conhecido como *Taktika*.

³³ Os dois homens, gravemente feridos, conseguiram escapar escondendo-se no meio dos cadáveres, até se poderem escapulir.

a Macedónia e os Balcãs, em geral. Na campanha desse ano, o imperador conquistou uma larga porção de territórios que uniam a Trácia à cordilheira dos Balcãs e a Pliska, o que dividiu os domínios do czar em dois: a Macedónia e a antiga Bulgária. Ainda nesse mesmo ano, as forças imperiais sob o comando de Nicéforo Xífiás (de quem falaremos mais adiante) e de Teodorocanos invadiram a antiga Bulgária, onde reconquistaram a maior parte da região (incluindo os maiores centros populacionais, Preslav e Pliska), privando o império de Samuel das suas terras mais férteis e das zonas mais povoadas (Luttwak 2009 190).

A partir de 1001, e até 1018, através de pequenas campanhas anuais, Basílio II foi conseguindo, pouco a pouco, conquistar pequenas porções do território de Samuel e, em 1007, a superioridade militar bizantina era já clara, com as forças búlgaras a tomarem uma atitude completamente defensiva.

A derradeira vitória de Basílio II neste teatro de operações deu-se em 1014, no desfiladeiro de Kleidion. Aplicando os conceitos de estratégia defensiva búlgara, Samuel tinha começado a bloquear os desfiladeiros que ligavam o seu território ao território bizantino com as paliçadas de que já falámos anteriormente, e foi exatamente uma delas que travou a progressão das forças imperiais no importante desfiladeiro de Kleidion (perto da localidade de Kljuc): atrás desta paliçada e do seu fosso, encontrava-se o último exército de Samuel II, que contava com mais de 15 000 homens. Inicialmente, as forças bizantinas tentaram o assalto, mas, sendo vítimas de enormes baixas, foram obrigadas a recuar e a ponderar o que fazer.

O *basileús* quase ordenou que a campanha fosse cancelada e apenas prosseguida no ano seguinte (contornar o desfiladeiro demoraria muito tempo), até que o comandante de Filipopolis, Xífiás, o convenceu a enviá-lo com um pequeno contingente de homens em busca de uma forma de atacar o exército búlgaro por

trás. A fim de manter as hostes de Samuel ocupadas, Basílio II continuou a acometer a paliçada com pequenas surtidas, até que, na madrugada de 29 de julho, os homens de Xífiar arremeteram contra a retaguarda búlgara, espalhando o pânico e a desordem. Graças a esta investida, as forças bizantinas sob Basílio II puderam então derrubar a paliçada e esmagar os restantes soldados búlgaros, tendo a maior parte destes combatentes sido capturada.

O destino destes soldados foi bastante macabro: 15 000 foram capturados e posteriormente divididos em grupos de cem, e em cada grupo noventa e nove foram completamente cegados, sendo o prisioneiro mais feliz apenas cegado de um olho, de modo a poder conduzir os restantes homens até Samuel... Não se sabe muito bem se esta história é verdadeira ou não, mas o certo é que o czar morreu pouco depois do regresso das suas forças, vitimado por um enfarte ou por um ataque cerebral. A perda deste exército foi também o fim de qualquer resistência coordenada búlgara, que levaria à subjugação total do império criado por Samuel, em 1018, com a fronteira no Danúbio permanentemente recuperada por Bizâncio e a maior parte dos Balcãs ocupados, com exceção de uma pequena área no noroeste desta zona, que estava nas mãos dos Croatas e dos Sérvios (Haldon 2001 108). De forma a garantir a defesa deste extenso território, Basílio procedeu à criação de três novos ducados: o de Paradunavum, situado além do rio Danúbio; o da Bulgária, no centro destes novos territórios; e o de Sirmio, ao longo do Danúbio (Treadgold 1995 37-38).

A campanha búlgara foi a mais conhecida das encetadas por Basílio II, que, sempre acompanhado pela Guarda Varangiana, ainda conseguiu expandir o império para oriente: em 995, dirigiu as suas forças na direção de Alepo, cercada pelos Fatímidas; será nesta zona que, durante cerca de seis anos, irá constantemente quebrar o ímpeto conquistador do califado xiita do Egito, conseguindo assinar uma trégua por dez anos em 1001, ou seja, pouco

antes do início das expedições contra Samuel. Por sua vez, no dealbar do segundo milénio, as forças imperiais obrigam o rei de Vaspurakan a ceder o seu reino a Bizâncio, infligindo pouco depois uma derrota a uma coligação de georgianos e do rei de Ani, que seria forçado a deixar o seu reino ao Império Bizantino, a título de herança (Treadgold 1995 39).

Em Itália, as forças bizantinas digladiaram-se bravamente com a agressividade dos Normandos e contra o espírito autónomo que se fazia sentir em Bari. Assim, no ano de 1009, soldados varegues³⁴ são enviados para a Península Itálica, a fim de pacificarem a revolta de um cidadão chamado Meles, que tencionava instaurar uma república independente no coração bizantino do catepanato de Itália – a cidade de Bari, que dois anos mais tarde, em junho de 1011, o exército bizantino recaptura. No entanto, a rebelião de Meles não acabou aí, tendo-se aliado aos Normandos e provocando ainda grandes dores de cabeça ao *basileús*, que só são resolvidas no ano de 1018, com a vitória do *katepánō* Basílio Boianés sobre o rebelde e os seus aliados, em Ofanto, uma circunstância que retardou o ímpeto conquistador normando em Itália. Em 1025, com a situação na região controlada graças aos sucessos de Boianés (que conseguira ainda conquistar Messina, na Sicília), o imperador preparava-se para comandar pessoalmente a reconquista da Sicília aos Árabes, quando a morte o surpreendeu.

Foi, assim, à entrada do segundo quartel do século XI, com a morte de Basílio II, “o Bulgaróctono”, que terminou a reconquista bizantina. O seu maior erro foi, sem dúvida, não ter determinado

³⁴ Blöndal indica-nos que existiam dois tipos de Varegues no império: os “Varegues da Cidade”, que pertenciam à Guarda Varangiana e que acompanhavam o imperador nas suas campanhas, saindo raramente da sua presença (não abandonavam Constantinopla a não ser, como já foi referido, quando o *basileús* comandava pessoalmente uma campanha); e os “Varegues de fora da Cidade”, que serviam noutras unidades mercenárias e em qualquer zona do império (Blöndal 2007 45).

claramente quem haveria de lhe suceder, visto que, depois dele, se viveram longos anos de instabilidade política, tendo o Império Bizantino sido governado durante quase meio século por imperadores que não souberam impor-se à agressividade normanda em Itália e aos saques incontroláveis (tanto por parte do poder bizantino como por parte do Império Seljúcida, mau grado o crescimento do seu poderio) praticados pelos nómadas turcos. O desaparecimento de Basílio II foi o catalisador de um longo período de decadência, que, embora interrompido pelo “Renascimento Comneno”, levaria à queda de Constantinopla em 1204. E foi durante este período de decadência e de caos político que se deu um combate marcante da história bizantina: a batalha de Manzikert, travada no verão de 1071.

(Página deixada propositadamente em branco).

VI

MANZIKERT (1071): A BATALHA DECISIVA PELA ANATÓLIA?

É sob o sol quente de agosto, junto às fortificações de Manzikert, que as flechas turcas do sultão Alp Arslan vão embater contra as ‘falanges’ organizadas pelo coimperador Romano IV Diógenes. Finalmente, a versatilidade tática dos Seljúcidas, conjugada com a traição de alguns oficiais bizantinos, vai derrotar os contingentes romanos e atirar o império para um novo período de graves confrontos intestinos, que desestabilizaram as suas defesas e que reduziram drasticamente a sua extensão territorial.

Até que ponto foi Manzikert *realmente* decisiva? Foi a derrota em Manzikert que lançou os Turcos numa fúria conquistadora que quase empurrou os Bizantinos para fora da Península da Anatólia? Ou a perda da Anatólia só foi possível porque, após a batalha, os Romanos não tomaram certas medidas, necessárias para a manutenção do “coração do império”? Tentaremos responder a estas perguntas ao longo deste capítulo.

1. Os grandes perigos pós-macedónicos

No ano de 1028, o irmão mais novo de Basílio II, Constantino VIII, fecha os olhos para sempre. Era o último membro da linha masculina da dinastia macedónica, que, durante cerca de 160 anos, governara o Império Bizantino e o conduziu a uma nova Idade de Ouro. Com a morte do filho mais novo de Romano II, o império começa, lenta mas decisivamente, a mergulhar num abismo profundo. Sob o poder de *basileis* que não tinham a capacidade militar e política de Basílio II, o Império Romano do Oriente iria mostrar-se incapaz de fazer frente aos grandes inimigos que surgiram para substituir os Árabes, os Búlgaros e os Lombardos: falamos dos Turcos³⁵, dos Húngaros e dos Normandos.

Durante esta metade de século, as diferenças entre as grandes famílias aristocráticas militares da Anatólia e da elite civil de Constantinopla e das áreas europeias do império agravaram-se profundamente, acabando por gerar uma grave crise intestina em Constantinopla, em especial depois da morte (em 1056) de Teodora, a última imperatriz macedónia. As disputas internas que assinalaram a administração do Império Bizantino nesses anos tomaram rapidamente uma dimensão militar, com os *tágmata* ocidentais e orientais a tomarem partido, à semelhança das legiões de outrora, que serviam Roma aquando do auge territorial do império e que combatiam pelo seu *legatus* em sangrentos conflitos pelo poder absoluto sobre o território que circundava o *mare nostrum*.

O Império Bizantino não sobreviveria imaculado às ambições dos seus principais grupos aristocráticos. Não bastando o enfraquecimento dos seus exércitos, a economia bizantina começou a regredir neste período de conflitos, enquanto a vitória final

³⁵ Aqui, não nos referimos apenas aos Turcos Seljúcidas, mas também aos Uzi, aos Petchénègues e aos Cumanos, que atacaram o império pela fronteira do Danúbio.

dos grandes latifundiários levou uma grande fatia da população romana à pobreza, quando lhe foram arrebatadas as suas pequenas propriedades, sem oposição do Estado, durante o reinado de Constantino IX Monómaco (1042-1055)³⁶.

Este enfraquecimento da economia levou, por sua vez, os imperadores, provenientes da aristocracia civil europeia, a terminar com o serviço militar obrigatório em certos *témata*, especialmente em alguns dos mais importantes no *limes* oriental (como os anatólicos)! Relembramos que, até ao reinado de Constantino IX, os *basileis* possuíam um dispendioso exército de campanha, protagonizado pelos *tágmata*, que eram constituídos por caríssimos mercenários bizantinos ou estrangeiros, além de um bom ‘escudo’, interpretado pelos *témata*, que eram ainda uma realidade (decadente mas, ainda assim, uma realidade, apesar de sempre dispostos a servirem os seus *stratēgoi* e duques). O machado da aristocracia civil caiu sobre os *témata*, não só para cortar nas despesas mas também para retirar poder à aristocracia anatoliana, sendo certo que os principais prejudicados por esta medida foram aqueles que se encontravam no *limes* oriental entre o império, a Arménia e os emirados árabes, exatamente aqueles que tinham mais treino e mais experiência no campo de batalha! A solução para repor a perda destes soldados foi o recurso a mais mercenários, sempre que fosse necessário defender o território. O preço a pagar por tudo isto foi uma grave mutilação da capacidade de resposta bizantina aos adversários do império, apesar de este conservar um bom exército profissional em torno de Constantinopla.

E foi em meados do século XI, exatamente nessa frente, que surgiu a maior ameaça externa a Bizâncio naqueles tempos caóticos: os Turcos Seljúcidas de Toghril Beg.

³⁶ Cf. *supra*, Parte I.

2. Das estepes asiáticas aos palácios de Bagdade: a ascensão do Império Seljúcida

Em 1040, o sultão Mas'ud, do Império Gaznávida, e o seu exército, que incluía elefantes e máquinas de cerco, é derrotado por 16 000 turcos ao serviço da família seljúcida na batalha de Dandanaqan, perto de Merv (atual Mary, no Turquemenistão). Esta grande vitória põe um fim ao domínio gaznávida em Khorasan (Irão oriental), mas, ainda mais importante do que isso, vai fazer com que os grandes líderes seljúcidas (como Toghril Beg) ascendam da condição de simples chefes nómadas à de senhores territoriais. No entanto, esta mudança súbita de condição governamental acarretaria grandes problemas, porque as restantes tribos turcomanas mantiveram os seus hábitos nómadas, não se vergando à posição de súbditos dos, agora territoriais, líderes seljúcidas. Enquanto isso, mais tribos turcomanas continuavam a chegar, ansiosas por saque (Bosworth 2007 22-23).

Com a conquista de Khorasan assegurada, o *beg*³⁷, Toghril, inicia de imediato a conquista da Pérsia ocidental, de forma a libertar Bagdade das mãos do califa xiita dos Fatímidas³⁸; em catorze anos, os Seljúcidas ocupam-na, enfrentando os Buídas (uma dinastia muçulmana xiita que controlava a maior parte da Pérsia ocidental e do Iraque) e os Fatímidas, tirando partido de casamentos estratégicos e da utilização de tribos indisciplinadas para desestabilizar e enfraquecer as regiões

³⁷ Um *beg* é um líder de uma tribo turca.

³⁸ Borsworth indica que Toghril Beg (e o seu sucessor, Alp Arslan) nunca teve como objetivo tornar-se paladino da *jihad* na luta contra os cristãos ortodoxos e os monofisitas de Bizâncio e da Arménia, respetivamente. Os seus objetivos principais eram: primeiro, controlar os territórios mais ricos do Irão (Khorasan, Fars e Jibal); segundo, tomar conta do Iraque e de Bagdade, para fazer frente ao califado xiita dos Fatímidas. O sultão terá deixado a *jihad* nas mãos das tribos turcomanas vassalas que eram orientadas para os Estados fronteiriços do Império Seljúcida (Borsworth 2007 43).

que o sultão³⁹ desejava ocupar. Foi durante um período de guerra civil em Fars (no sudoeste iraniano) que Toghril Beg conseguiu subjugar a região, tirando partido da ganância das tribos de Turcomanos, que a atacaram e ocuparam entre 1052 e 1053, e ainda uma outra porção deste território, o Khuzistão, em 1054/1055.

Em 1050, Toghril pôde encetar a conquista do Iraque, invadindo o norte desta região fragilizada por raides de Turcomanos Oguzes; cinco anos depois, inicia a campanha que libertará Bagdade e o califa dos últimos Buídas. Decerto avisado pelos seus conselheiros sunitas, o sultão organiza as suas forças e, sob o pretexto de uma peregrinação a Meca, marcha até Bagdade, onde o califa autoriza a sua entrada em dezembro desse ano, durante o Ramadão; será durante a sua estadia que vai tomar o poder da mesma, aprisionando o emir buída al-Malik al-Rahim e pondo assim um ponto final no controlo xiita sobre a cidade e o Iraque – que os Fatímidas ainda tentariam reocupar durante mais de cinco anos, tendo apoiado os homens liderados pelo general turco Arslan Basasiri, que conseguiu recuperar Bagdade em 1058. Dois anos mais tarde, porém, abandonado pelo Califado Xiita, Basasiri é morto em batalha e os xiitas de Bagdade são objeto de uma purga. A suserania de Toghril Beg e dos Seljúcidas sobre o Iraque não mais será disputada (Borsworth 2007 47).

No geral, antes da sua morte, o sultão não se preocupou muito (ou não teve tempo) em atacar diretamente o Império Bizantino. Comandou, no entanto, uma campanha contra o império, no decurso da qual conseguiu penetrar na Anatólia até Trebizonda, saquear a região de Van, na Arménia, e cercar Manzikert⁴⁰, em 1054; anos

³⁹ Toghril Beg tornara-se sultão em 1038, após a primeira conquista da cidade de Nishapur (no atual Irão) aos Gaznávidas, altura em que começou a ter relações diplomáticas com o califado sunita dos Abássidas (Borsworth 2007 45).

⁴⁰ No entanto, a chegada do inverno obrigou-o a retirar-se (Borsworth 2007 44). O historiador bizantino Miguel Attaleiates, na sua crónica intitulada *A História*, conta outra versão para o fim do cerco turco à fortaleza. O cronista diz que os Seljúcidas tinham trazido com eles um enorme engenho de cerco que atirava

antes, em 1048, um enorme conjunto de *gbazis*⁴¹ oguzes tinha invadido a Arménia e a Geórgia, capturando inclusive o príncipe Liparit (Borsworth 2007 43). Serão, assim, estes Turcomanos incontroláveis pelos sultões (primeiro Toghril e, depois, Alp Arslan) que atacarão o império durante este período de fraqueza governativa, não havendo ‘tecnicamente’ uma invasão seljúcida da Anatólia... Já a Arménia é um caso bem diferente, como veremos.

Toghril Beg morrerá em 1063, em Ray (atual Irão), e será sucedido por Alp Arslan (uma das personagens principais da batalha de Manzikert), após uma curta guerra civil que durou cerca de um ano. Ao ocupar o cargo, o novo sultão é dono de um império que se estende desde o deserto da Síria até ao atual Afeganistão, e do deserto da Arábia até ao mar Aral, no coração das estepes da Ásia central. Um império vasto mas que ele trataria ainda de expandir...

3. A Arménia na mira de dois impérios

Estrategicamente falando, a Arménia é uma pérola oriental. Localizado entre o mar Cáspio e o mar Negro e a sul da cordilheira do Cáucaso, este pequeno território montanhoso de difícil conquista possibilitava um fácil acesso à Anatólia e ao norte do Iraque (permitindo circunscrever o deserto da Síria e as cordilheiras do Tauro e do Antitauro); por isso, não admira que, ao longo da Antiguidade Tardia e da Idade Média, diversos impérios se tenham dilgadiado brutalmente pela posse deste rincão. Os Romanos e os

enormes rochas (possivelmente um trabuco), artifício do qual os Bizantinos não se conseguiam defender. Deus terá então inspirado um soldado latino a abandonar a fortaleza e a atirar uma vasilha de fogo greguês contra a máquina, incendiando-a. O soldado latino conseguiu regressar incólume a Manzikert, enquanto o sultão turco ficou furioso e levantou o cerco (Attaleiates 2012 83).

⁴¹ Os *gbazis* eram guerreiros religiosos muçulmanos que participavam em razias e em outras expedições militares.

Persas sempre quiseram dominar este pequeno reino, tornando-o seu vassalo ou dividindo-o entre eles, de forma a mais facilmente defenderem o seu território ou atacarem o do seu arquirrival. No dealbar da expansão árabe, a Arménia estava dividida em três: a província romana da Arménia Menor, a ocidente do Eufrates; o reino da Grande Arménia, na margem oriental do Eufrates; e as satrapias persas, no sul da região (Kazhdan 1991 175).

Quando os Seljúcidas aparecem a oriente, a Arménia volta a tomar estas dimensões, passando a servir de tampão entre os Bizantinos e os Turcos⁴². Infelizmente, aqueles vão cometer um erro bastante grosseiro, que lhes sairá muito caro: a anexação deste território. De facto, em 1040, no mesmo ano em que os Seljúcidas vencem a batalha de Dandanaqan, o rei de Ani, João Smbat III, que fora obrigado por Basílio II a deixar-lhe o seu reino em herança caso morresse sem herdeiros, abandona este mundo, atirando o reino para uma enorme guerra civil entre o sobrinho, Gagik II, e um conjunto de príncipes arménios que almejavam o trono. Os Bizantinos também tomaram parte nesta guerra, invadindo a Arménia várias vezes e usando como *casus belli* o acordo entre o antigo rei e o *basileús* Basílio II; finalmente, chegaram a acordo com Gagik e tornaram-se senhores de Ani e de grande parte da Arménia.

Sem o estado-tampão de Ani para bloquear o acesso aos saqueadores turcomanos, estes vão aproveitar o período de instabilidade civil e atacar a Ásia Menor. Tirando partido da sua grande mobilidade, visto que a maior parte deles (senão todos) eram cavaleiros ligeiros, levemente armados, rápidos e bons arqueiros a cavalo, conseguiam escapar aos exércitos bizantinos, mais pesados, que eram enviados contra eles. A situação não foi assim tão má durante

⁴² Cf. Paul Markham, *The Battle of Manzikert: Military Disaster or Political Failure?*, acessível em <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>

cerca de vinte anos (salvo a conquista, saque e destruição da cidade de Melitena por saqueadores, em 1057), até 1064, altura em que sobe ao poder o sultão Alp Arslan e os Seljúcidas conquistam e saqueiam Ani (e assim grande parte da Arménia), abrindo uma enorme brecha nas, assim se pensava, bem estruturadas linhas bizantinas. É preciso ter em conta que, em 1064, o Império Bizantino era governado por Constantino X Ducas, um imperador proveniente da aristocracia civil e que desmobilizara os exércitos dos *témata* fronteiriços orientais: sem apoio local tanto das tropas dos *témata* como de muitos indígenas arménios⁴³ e privadas da sua principal base de operações, as restantes fortificações bizantinas ficam isoladas e tornam-se alvos fáceis à mercê dos Seljúcidas.

O caminho para a Anatólia estava quase irremediavelmente aberto e foi bem aproveitado pelas tribos turcomanas, supostamente sob o controlo de Arslan. Em 1067, Cesareia (na Capadócia) é atacada e saqueada; em 1068, cabe a vez a Amório; por fim, em 1069, os Turcomanos atacam Icónio (atual Konya), no coração da Anatólia (Borsworth 2007 63)! Bizâncio enfrentava agora, não uma, mas duas grandes ameaças: a instabilidade civil e um dilúvio de tribos turcomanas que eram empurradas para a Anatólia e para a Geórgia pelo sultão, de forma a não provocarem problemas dentro do Império Seljúcida, como era habitual. É nestes tempos conturbados que o coimperador Romano IV Diógenes, a principal figura do lado bizantino na batalha de Manzikert, sobe ao poder.

⁴³ Estes tinham sido alienados pouco depois da conquista bizantina de Ani, em 1045, quando o imperador Constantino IX ordenou a purga da Igreja Miafisista da Arménia. Muitos arménios, cansados da guerra e agora da perseguição religiosa, ter-se-ão então juntado ao reino da Geórgia ou aos Turcos, que começavam agora a aparecer nas imediações imperiais (cf. P. Markham: <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>).

4. Da ascensão à campanha de Manzikert: as expedições orientais de Romano IV Diógenes

“Mas um, do seio da nobreza, ergueu-se: Romano, um vestarco, cujo apelido era Diógenes. Desde algum tempo que ele vira que tinham sido as falhas da incompetência dos soberanos que tinham possibilitado ao inimigo fazer tudo o que quisesse, e que fora a parcimônia dos Romanos que fizera o inimigo aumentar em força” (M. Attaleiates 2012 177).

É com estas palavras que o historiador Miguel Attaleiates introduz o futuro Romano IV Diógenes no seu livro *A História*. Membro de uma família da aristocracia militar anatoliana, este general tinha obtido renome a combater os Petchénègues e outros povos nómadas que, na altura, atacavam os Balcãs. Não será então de admirar que, mesmo após as suspeitas que percorriam a corte de que ambicionava tornar-se ele próprio *basileús*, a imperatriz viúva Eudóxia o tenha escolhido para seu novo coimperador, em lugar do filho Miguel, e por razões bem evidentes: apercebia-se claramente do perigo que os Seljúcidas e os Turcomanos representavam para o Império Bizantino e necessitava de neutralizar rapidamente esta ameaça; decidindo tirar proveito da experiência militar de Romano Diógenes, anula a sentença que o condenara à morte, em vez de o punir pelas suas ambições e de perder um valioso recurso⁴⁴. Por outro lado, ao novo coimperador interessa acumular vitórias militares contra aquele inimigo, de forma a legitimar a sua posição perante os principais rivais, a família do *basileús* – os Ducas. A tarefa, no entanto, não se adivinhava fácil: para além de não contar com o apoio do “partido civil”, tinha

⁴⁴ Com alguma indulgência, Attaleiates refere ainda que o futuro coimperador não tencionava tornar-se imperador para proveito próprio, mas sim para inverter a maré de azar (e incompetência) que assolava o Império Bizantino, naquela altura (Attaleiates 2012 177).

perdido muitos dos homens mais experientes do império, quando a maior parte dos *témata* orientais fora desmilitarizada. Ainda assim, Romano IV insiste em empreender uma campanha no Oriente.

Numa primeira expedição, em 1068, o coimperador concentra-se nos arredores de Alepo e nas forças turcomanas que estavam na região. A campanha não obteve grandes resultados, para além da conquista de Hierápolis, e o *basileús* viu-se obrigado a levantar o cerco à antiga capital dos Hamdânidas, sob pena de ser cercado pelas forças do emir da cidade e das tribos turcomanas locais; no caminho de regresso, tentou ainda intercetar as forças de Afsin, um líder seljúcida que saqueara Amório, mas sem sucesso (Nicolle 2013 15); no ano seguinte, uma nova campanha do *basileús*, na Arménia, vai ter o mesmo (ou ainda menos) êxito, com os Turcos a mostrarem-se bastante astuciosos e forçando Romano a regressar à capital de Bizâncio nos finais de 1069.

Um ano após estes acontecimentos, em 1070, o coimperador é obrigado a manter-se em Constantinopla a fim de pôr um ponto final nas conspirações dos Ducas, que se apoiavam na falta de uma vitória decisiva no teatro de guerra oriental⁴⁵: entre a espada e a parede, tem de agir rápida e eficazmente para manter o posto e conseguir salvar o império⁴⁶; é assim que, tirando proveito de uma trégua assinada com o sultão Alp Arslan, Romano decide planear para o ano de 1071 – com o grande objetivo de recuperar a Arménia e parar o fluxo de saqueadores turcomanos que continuavam a atacar a Ásia Menor – a campanha que culminará na batalha de Manzikert.

⁴⁵ Cf. P. Markham: <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>

⁴⁶ O historiador David Nicolle informa-nos ainda que muitos dos conselheiros de Romano IV o tinham aconselhado a retirar-se para a Anatólia, mas o *basileús* recusou, estando ciente do péssimo estado das fortalezas existentes e das tropas locais, i. e., dos *témata* da Ásia Menor mais próximos de Constantinopla (Nicolle 2013 29).

5. As manobras dos comandantes: da lenta viagem de Romano IV Diógenes à reação rápida de Alp Arslan

“Enquanto ele atravessava os estreitos da Calcedónia, uma pomba voava sobre ele. Não era completamente branca, mas grande parte da sua aparência era escura, e esta aproximou-se do barco que transportava o Imperador, finalmente parando para descansar nas suas mãos. (...) Este parecia ser o sinal de algum desenlace, mas não havia qualquer concordância ou acordo entre aqueles que o tentavam interpretar.” (M. Attaleiates 2012 263)

No mês de março, emissários bizantinos entram em contacto com o sultão turco, que, na altura, assediava Edessa (a norte da Mesopotâmia) com o seu exército. Esta embaixada tinha sido enviada com o objetivo de prolongar as tréguas entre os dois impérios, estando prevista nas cláusulas a troca de algumas cidades: Manzikert e Archech – que estavam nas mãos dos Turcos – por Hierápolis, que Romano IV lhes tomara, dois anos antes; o sultão terá aceitado esta proposta, levantado o cerco e comandado o seu exército em direção à cidade de Aleppo, sob o controlo dos Fatímidas. Para além deste acordo, a embaixada teria também como objetivo examinar os homens chefiados por Alp Arslan, sondar os seus sentimentos relativamente a uma eventual guerra com Bizâncio e avaliar o moral das suas tropas⁴⁷.

Com o sultão temporariamente distraído em Aleppo, o *basileús* pôde então marchar com os seus homens em direção à Arménia, numa demonstração de força que há muito não era vista em Bizâncio! A hoste grega era bastante numerosa e heterogénea: começando

⁴⁷ Cf. P. Markham: <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>

pelos números, as fontes coevas atribuem cifras exorbitantes (e sem dúvida absurdas) ao exército comandado por Romano IV Diógenes: entre 100 000 e 300 000 homens! John Haldon, por sua vez, recusa estes números bastante inflacionados, defendendo que existiriam cerca de 40 000 soldados ao todo, apresentando como argumentos a demografia do império naquela altura, bem como o suporte logístico desta hoste, que não deixaria que o número fosse muito mais elevado⁴⁸ (Haldon 2001 117).

Em termos de composição interna das forças, temos um exército bizantino heterogéneo e multinacional. Começando com as forças indígenas, observamos a presença de soldados de infantaria dos *témata* dos Anatólicos e da Síria⁴⁹; a estes juntavam-se os soldados dos *tágmata* ocidentais, infantaria ligeira búlgara e um grande número de soldados arménios, provenientes das regiões envolventes das cidades bizantinas de Sebasteia e Teodosiopólis. A acompanhar estas forças nacionais, encontramos corpos de mercenários estrangeiros, que entravam nesta campanha maioritariamente como cavalaria: cerca de 500 cavaleiros pesados germanos e francos, sob Roussel de Bailleul, que eram muito procurados em Bizâncio, especialmente após o sucesso da cavalaria pesada normanda na batalha de Hastings (1066); arqueiros a cavalo turcos e petchéneques; e unidades dos aliados e vassalos de Bizâncio nos Balcãs. Por fim, não podemos esquecer a Guarda Imperial, que, acompanhando o *basileús*, era constituída principalmente pelos corpos dos *scholae*, da *betaireía*, dos *stratēlataí* e, obviamente, da fiel e temível Guarda Varangiana. Esta hoste era também acompanhada por um trem de

⁴⁸ Markham, no entanto, lembra que a força deveria parecer muito maior, tendo em conta o conjunto de seguidores de campo e o pessoal não combatente que acompanhava o imperador nesta campanha (<http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>).

⁴⁹ Da Capadócia, Coloneia, Charsianon, *Anatolikón*, Chaldia e *Armeniakón*.

apoio digno de um tal exército, composto por máquinas de guerra, munições, tendas e indivíduos especializados na poliorcética.

Romano IV Diógenes iniciou então a marcha para oriente, tendo o percurso sido bastante complicado por várias razões. Por um lado, houve presságios negativos: a cruz da Santa Sofia, que – nas palavras do coimperador após a batalha – teria caído da sua posição inicial, ficando virada na direção de Meca, num espaço de três dias, mesmo depois de endireitada e até acorrentada; a pomba, a que nos referimos no início deste subcapítulo; a transferência do lugar onde a força se deveria reunir – mudou de Nicomédia para Helenópolis; e, finalmente, a queda do poste central da tenda do coimperador. Houve ainda problemas graves na linha de comando, com o experiente general, Nicéforo Botaniate, entre outros, a ser enviado para trás por desconfiança da parte do *basileús*, que no entanto manteve ao seu lado Andrónico Ducas, o primogênito de João Ducas (o principal rival de Romano).

Mais nefastos ainda foram outros problemas que foram surgindo à medida que Romano se dirigia para oriente: por exemplo, um incêndio que vitimou diversos animais e que destruiu algum equipamento de guerra; ou os incidentes provocados pelo contingente dos Germanos junto ao rio Halys, o que obrigou o coimperador a enviá-los para longe (Attaleiates 2007 261-263). Chegados a Sebasteia, ocorreram vários conflitos entre Romano IV e a elite local, que, nas palavras de David Nicolle, terão levado o *basileús* a prometer terminar com a religião miafisista, assim que regressasse da campanha (Nicolle 2013 42).

Em junho, o exército chegou a Teodosiopólis (atual Erzerum), onde os Bizantinos, mal informados acerca da posição de Alp Arslan (da qual falaremos mais adiante), tomaram a decisão de prosseguir a ofensiva em direção ao território seljúcida na Arménia. Contra esta forma de atuação, manifestaram-se dois experientes generais: Nicéforo Briénio e José Tarcaniotes, que preferiam que o *basileús*

fortificasse as povoações circundantes, fortalecesse as guarnições e queimasse os terrenos adjacentes, esperando que o sultão viesse até ele. Provavelmente, por motivos logísticos, o *basileús* rejeitou a segunda opção, ordenando a continuação da campanha para o oriente (Haldon 2001 115).

Os Bizantinos contavam que Alp Arslan estivesse, por essa altura, no Iraque a reunir tropas para fazer frente ao seu poderio, certamente em pânico por ter o inimigo à sua porta... Todavia, estavam enganados, pois o sultão e o exército seljúcida estavam a pouco mais de 160 quilómetros de distância!...

Enquanto o coimperador bizantino marcha para nascente, Alp Arslan levanta o cerco de Edessa, confiante em que a fronteira norte esteja segura, e direciona os seus homens para o emirato de Alepo, controlado pelo emir Mahmud. Será durante o cerco da cidade que chegará uma segunda embaixada, liderada por um indivíduo de nome Leão Diabatenos, que terá feito um ultimato ao sultão: a troca imediata das cidades acordada na primeira embaixada e o fim dos raides turcomanos, ou então a guerra! Esta embaixada terá sido recebida no mesmo dia em que foi informado da campanha de Romano IV; por isso, ter-se-á sentido traído e, depois de garantir a subserviência do emir após algumas negociações, levantou o cerco à cidade de Alepo (Nicolle 2013 47).

Esta decisão, no entanto, prejudicou o sultão, que, subitamente, viu muitos dos seus vassalos tribais abandonarem o exército com a possibilidade de obterem um punhado da riqueza de Alepo que tinha sido posta de lado⁵⁰, de tal forma que, chegada às margens do Eufrates, a hoste seljúcida tinha sido reduzida para cerca de 10 000 homens, entre os quais o seu *askar*, composto por

⁵⁰ Cf. P. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>.

4000 *ghulam*⁵¹! A passagem do Eufrates, a 27 de abril de 1071, terá saído cara ao sultão, que perdeu muitos dos seus animais e da sua bagagem quando a hoste turca, supostamente, cruzou o grande rio bíblico “a cavalo e sem barcos” (Nicolle 2013 47); pouco depois, levou o seu exército através das montanhas do Curdistão, em direção ao Azerbaijão, aonde chegou por volta do mês de junho, após uma custosa travessia das montanhas a sudeste do lago Van, na Arménia (Nicolle 2013 48).

Será nas planícies verdes do Azerbaijão, junto à cidade de Khoy, que Alp Arslan se declarará *ghazi*, de forma a demonstrar aos seus súbditos que lutará em nome de Alá contra os infiéis, e não meramente como sultão dos Turcos. Foi aqui que os 10 000 homens (incluindo alguns voluntários curdos) que ele reunira durante a viagem aumentaram para 30 000, incluindo 15 000 *ghulams*. Confiante, abandona então o Azerbaijão, em direção ao norte, pronto para enfrentar Romano IV Diógenes. Os dados estavam lançados!

6. Nos arredores de Manzikert – da derrota em Khliat às escaramuças nas vésperas da batalha final

Como vimos, em finais de junho de 1071 os exércitos bizantino e turco começaram a marchar em direção à Arménia, com objetivos distintos: os Bizantinos tencionavam tomar, inicialmente, Manzikert e Khliat; os Turcos tencionavam derrotar os Bizantinos de forma a poderem manter o seu poder na região. As forças eram bastante desiguais: os Turcos possuíam maioritariamente cavalaria ligeira;

⁵¹ Muito semelhantes aos *tágmata* bizantinos, os Seljúcidas possuíam um exército central e profissional, chamado de *askar* e constituído por soldados *ghulam*, que eram originalmente escravos. No entanto, David Nicolle adverte para o facto de as origens destes homens poderem ser mais complicadas de identificar do que anteriormente se pensava (Nicolle 2013 28).

já os Bizantinos reuniam contingentes de peonagem, de infantaria pesada, de cavalaria ligeira e de cavalaria pesada.

Conhecemos melhor o trajeto de Romano IV e da sua hoste, que abandonaram Teodosiopólis e se dirigiram para nascente. Pouco depois de terem feito a travessia do rio Araxes, o coimperador terá ordenado a um conjunto de soldados *patchénègues* que se dirigissem a Khliat, considerado o mais difícil dos dois objetivos, tendo enviado os Francos (sob Roussel de Bailleul) logo atrás deste pequeno contingente, enquanto o *basileús* mantinha o grosso das restantes forças junto a ele, direcionadas para Manzikert (Haldon 2011 118). O exército bizantino movia-se muito lentamente, não só pelo peso do seu trem de apoio e das máquinas de cerco que transportava, mas também devido ao difícil terreno arménio.

Em meados de agosto, o recorrentemente mal informado coimperador divide o seu exército em dois, para acelerar a realização dos seus objetivos iniciais, tendo entregado metade da hoste ao comandante José Tarcaniotes, que terá recebido ordens para se dirigir com os seus contingentes para sul, de forma a auxiliar Roussel no seu empreendimento. Tarcaniotes terá então levado consigo algumas das melhores tropas do *basileús*, como alguns varangianos e alguns dos arménios mais experientes, que tinham servido sob o *doúx* de Teodosiopólis (Haldon 2001 118); de acordo com Nicolle, entre estas forças que se separaram do principal exército imperial contar-se-ia também uma grande parte dos arqueiros bizantinos (Nicolle 2013 71). O comandante terá então infletido para sul, utilizando a estrada que saía de Manzikert por sudoeste e que ligava a Khliat, a poente do lago Van.

A proximidade desta estrada relativamente a Manzikert terá permitido à guarnição local enviar um mensageiro a Khliat e ao sultão seljúcida, que terá dado instruções a um dos seus oficiais, Sanduq al-Turki, para levar consigo cerca de 10 000 cavaleiros, de modo a reforçar Khliat, que, por si só, já possuiria uma boa

guarnição. Enquanto isso, Alp Arslan terá continuado a seguir a estrada que percorre a margem norte do lago Van, num trajeto muito menos difícil e mais curto do que o que faria se utilizasse a estrada que percorre a margem sul⁵², tendo depois infletido para norte e contornado o sopé oriental do *Süphan Dağı*⁵³, na direção de Manzikert⁵⁴ (Nicolle 2013 54-56).

Quando as forças de Sanduq atacaram as de Roussel e Tarcaniotes, estas estavam dispersas no terreno circundante da fortaleza a armazenar forragem e víveres, a fim de se prepararem para o cerco. Ao serem confrontados pelas forças de Sanduq e da guarnição de Khliat, a nascente, o general bizantino e o líder mercenário franco terão então sido obrigados a retirar-se para norte, onde se depararam com as tropas de Alp Arslan – isto se tivermos em conta o itinerário hipotético de Nicolle e o facto de o sultão aparecer em Manzikert, dias depois, exatamente pela estrada que ligava a cidade a Khliat, pelo sul (Haldon 2003 120). Encurralados por forças adversárias bastante expressivas a norte e a leste, podemos eventualmente considerar que Tarcaniotes, Roussel e as suas forças terão, então, sido forçados a marchar para sul, na direção de Muş (atual Turquia); terá sido aqui que os dois comandantes bizantinos infletiram para ocidente, retrocedendo em direção a Melitena e

⁵² Por outro lado, e como veremos mais adiante, se o sultão e as suas forças tivessem usado este itinerário, teriam empurrado as forças bizantinas de Tarcaniotes para norte, e não para sudoeste.

⁵³ Um pico vulcânico, com cerca de 4434 metros de altura, que faz parte de uma cordilheira de montes que liga o lago Van a Manzikert.

⁵⁴ O autor, no entanto, refere que este itinerário é hipotético e que tem em conta as movimentações posteriores da hoste bizantina responsável pela preparação do cerco de Khliat (Nicolle 2013 56).

abandonando Romano IV e a campanha⁵⁵, sem sequer avisarem o *basileús* da forte presença turca a sul da sua posição⁵⁶!

Relatada a derrota (ou simples fuga) ocorrida em Khliat, viremos novamente o nosso olhar para norte, para a principal hoste bizantina, liderada pelo coimperador. Exatamente no mesmo dia em que ocorreram os nefastos eventos mais a sul, a 23 de agosto de 1071, a guarnição de Manzikert rende-se ao *basileús*, provavelmente com muito pouca ou nenhuma resistência (Haldon 2001 120). Aproveitando-se das boas condições topográficas a leste da cidade, que bloqueavam qualquer aproximação adversária a sul ou a nascente, o coimperador terá aí construído um bom acampamento fortificado, que reforçava ainda mais o local elevado onde se encontrava: um fosso que o protegia de surtidas, um pequeno riacho que o protegia a norte, entre outras defesas (Nicolle 2013 57).

Foi no dia a seguir que, em bom dizer, as coisas começaram a complicar-se. Na manhã do dia 24, o coimperador é avisado de que vários contingentes responsáveis por recolher mantimentos e forragens destacados para sul foram emboscados pelos Turcos. Continuamente mal informado, Romano IV não se apercebe de que eram as forças do sultão turco – que ele ainda contava que estivesse no Iraque – e envia contra estes o comandante da ala esquerda, Nicéforo Briénio. Uma vez mais, um descuido do coimperador vai sair muito caro, pois,

⁵⁵ As opiniões dos historiadores, no entanto, vão divergir. Enquanto Haldon e Markham não referem datas para a retirada para Melitena, embora nos levem a crer que terá sido quase imediata (Haldon 2001 120; e P. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>), Nicolle entende que eles só terão abandonado a região quando tomaram conhecimento da derrota em Manzikert (Nicolle 2013 56).

⁵⁶ Uma vez mais, Nicolle ergue-se em defesa de Tarcaniotes e de Roussel, afirmando que, mesmo que tivessem enviado mensageiros a Romano IV, seria impossível eles terem atravessado em segurança os montes circundantes, agora ocupados por cavaleiros turcos (Nicolle 2013 56). Haldon, pelo seu lado, argumenta que teria sido possível que alguns cavaleiros ligeiros conseguissem passar (Haldon 2001 120).

ao não mandar batedores para averiguar o número de efetivos dos Turcos, lança um dos seus melhores comandantes numa emboscada de grandes proporções! Vendo mais forças em apuros, Romano IV ordena a Nicéforo Basiliakes, o *doúx* de Teodosiopólis, que vá salvar o seu camarada, juntamente com um grande número de cavaleiros. Desta feita, será a ignorância do comandante arménio relativamente aos bons princípios táticos bizantinos que vai fazer com que ele e as suas forças caiam no perigoso jogo das fustigações e das fugas simuladas turcas e sejam por sua vez cercadas e aniquiladas, com o próprio Nicéforo a ser capturado (Haldon 2013 120)!

Briênio, que, entretanto, conseguira escapar e reagrupar, pôde ainda salvar os sobreviventes arménios da emboscada a Basiliakes, e foi só aí que um deles o informou de que enfrentavam não um grupo de turcomanos ou, como o *doúx* pensava, de membros da guarnição de Khliat (Nicolle 2013 59), mas sim a hoste do próprio Alp Arslan! Vendo agora o grosso das forças turcas a avançar na sua direção, Briênio, impondo uma disciplina digna de Nicéforo II Focas, manda as suas tropas retirar-se ordenadamente, lançar contra-ataques em marcha quando necessário e consegue até, a certa altura, obrigar os Turcos a uma verdadeira fuga. Como recompensa por este belo desempenho, as forças da ala esquerda bizantina chegam sãs e salvas ao acampamento, e o comandante, com duas feridas de flecha nas costas e uma de lança no peito, mesmo assim fará questão de combater no dia da batalha decisiva (Haldon 2001 121).

Romano IV ainda tenta impor batalha ao sultão nesse mesmo dia, mas Alp Arslan vai fustigar as tropas bizantinas quase até ao anoitecer, quando as forças romanas estavam prestes a entrar em terreno bastante acidentado, onde seria possível manterem a formação; frustrado, o coimperador vê-se obrigado a mandar o exército dar meia-volta, para regressar ao acampamento. Durante a noite, um grupo de mercenários oguzes foi emboscado enquanto negociava com mercadores locais e foi obrigado a recuar para o acampamento,

onde, por causa da escuridão, era impossível distinguir se aqueles homens eram os turcos aliados ou não. Por algum tempo, temeu-se um ataque em grande escala, mas os Seljúcidas limitaram-se a lançar pequenas ofensivas a coberto da noite (Haldon 2001 121).

O dia 25 de agosto foi marcado por três acontecimentos. O primeiro, logo ao início do dia, foi uma escaramuça do outro lado do pequeno rio a norte do acampamento, quando um pequeno contingente seljúcida tentou ocupar essa margem, escaramuça essa que terminou com a vitória da infantaria bizantina, que conseguiu repelir o adversário. O exército bizantino sofreu, no entanto, um duro golpe quando, pouco depois deste confronto, um grande número de oguzes desertou para Alp Arslan, tendo-se apenas mantido alguns do lado do *basileús* por iniciativa do próprio Attaleiates, que os terá obrigado a proferir votos de fidelidade a Bizâncio (Nicolle 2013 64).

Por fim, uma embaixada enviada pelo califa de Bagdade para negociar a paz com o coimperador foi recebida de forma arrogante: o embaixador foi obrigado a fazer a *proskýnesis*⁵⁷; Romano IV impôs condições inaceitáveis aos Turcos; e rematou as negociações dizendo que a paz só seria discutida quando os Bizantinos chegassem a Ray, no Irão (Nicolle 2013 69); falhadas as negociações, a embaixada abandonou o acampamento. Poucas horas depois, chegou a vez de o exército bizantino seguir as pisadas destes homens, para começar a formar em campo aberto. Estava-se no dia 26 de agosto de 1071 e ia ter início a batalha de Manzikert.

7. A Batalha de Manzikert

A hoste bizantina que formou em frente a Manzikert para enfrentar o exército maioritariamente de cavalaria ligeira turco

⁵⁷ Uma vénia de joelhos, quase até ao chão.

organizou-se em quatro segmentos táticos. Na frente do exército, e ao centro, encontramos o coimperador Romano IV Diógenes com as suas melhores tropas, entre as quais os regimentos da Guarda Imperial, as melhores tropas de infantaria arménia de que dispunha e grande parte da cavalaria pesada bizantina; por sua vez, a ala esquerda da formação era comandada pelo experiente Nicéforo Briênio, que trazia consigo os *tágmata* ocidentais, enquanto a formação da ala direita era comandada por Teodoro Aliates e teria entre os seus elementos a maior parte das unidades orientais, os arqueiros montados mercenários oriundos dos povos das estepes⁵⁸, que ocuparam os seus lugares nas alas, em especial no lado direito; por fim, a retaguarda, que estava nas mãos do filho do principal rival de Romano IV, Andrónico Ducas, era formada por membros das guardas pessoais dos grandes proprietários bizantinos (Nicolle 2013 70-71). A estes contingentes temos de acrescentar ainda as forças de Tarcaniotes e de Bailleul, onde estavam alguns dos melhores soldados imperiais, como varegues, arménios e francos, bem como grande parte dos arqueiros bizantinos, que não participaram na batalha, e os cavaleiros germânicos que tinham sido enviados para longe por causa dos desacatos provocados pouco após a travessia do Halys. Outro grupo importante de arqueiros tinha sido deixado para trás no acampamento, para o defender em caso de necessidade (Nicolle 2013 71).

Do lado oposto, Alp Arslan, contando com menos homens (embora talvez não muito menos), organizou as suas forças em três unidades (o centro e as duas alas), que, no campo de batalha, formavam um crescente convexo virado para norte. Nas palavras de Haldon, cada dispositivo era constituído por pequenos grupos, que, se fosse necessário, poderiam abandonar a formação principal e agir de modo independente (Haldon 2001 72). No entanto,

⁵⁸ Petchénègues e Turcos.

no terreno circundante, tinham sido posicionados homens para efetuarem emboscadas aos soldados bizantinos que caíssem no estratagema das fugas simuladas dos cavaleiros de Alp Arslan.

Seguindo séculos de experiência romana e grega no combate contra povos que usavam táticas daquele tipo, Romano IV sabia que só tinha um plano de ação possível: ser agressivo e tentar forçar a luta corpo a corpo com os Turcos, onde sabia que os Bizantinos poderiam levar vantagem. Alp Arslan, por sua vez, só teria de tirar proveito das suas forças e da flexibilidade tática que elas lhe garantiam, evitar a todo o custo o corpo a corpo⁵⁹ e aplicar fugas simuladas, quando chegasse a altura de atrair os soldados bizantinos às emboscadas previamente preparadas.

A hoste bizantina começou então a avançar em direção aos Turcos, com a retaguarda a manter uma distância de segurança em relação ao resto do exército, de forma a esmagar o adversário entre o martelo e a bigorna, caso este tentasse circundar os corpos avançados. Enquanto isso, os homens de Alp Arslan iniciaram o seu ataque e começaram a disparar contra as formações cerradas bizantinas, tendo rapidamente o centro turco tomado uma atitude mais esquiva do que as alas: estas eram mais agressivas, aproximando-se velozmente dos flancos onde iriam descarregar as suas flechas, para depois se retirarem e repetirem novamente a manobra (Haldon 2001 123).

Esta estratégia acabou por dar frutos, começando a notar-se um distanciamento entre o centro e os flancos bizantinos, e, ao final da tarde, a divisão do coimperador estava quase a atingir o terreno acidentado do lado oposto ao acampamento. As fragilidades, no entanto, não se faziam sentir no contingente imperial, mas sim nos flancos, onde, desgastados pela fustigação inimiga,

⁵⁹ Sem muitos arqueiros em campo, é provável que os Bizantinos não tivessem forma de contrariar os ataques rápidos dos Seljúcidas, que, já em combates anteriores, demonstravam conseguir fugir dos cavaleiros pesados bizantinos antes de estes os alcançarem.

a organização e a disciplina se estavam a esbater; cansados da chuva de flechas permanente que sobre eles se abatia, vários soldados bizantinos começaram a abandonar a formação tentando carregar sobre o adversário. Os soldados do sultão teriam então dado início a uma sequência de fugas simuladas, à medida que grupos de soldados bizantinos abandonavam as suas formações, atraindo-os para as bem preparadas emboscadas... Estas táticas continuaram a ser usadas até ao anoitecer, altura em que Romano IV Diógenes se apercebeu do estado do seu exército: este tinha deixado de se apresentar coeso e as alas estavam demasiado afastadas do centro, que, por sua vez, se encontrava mais avançado do que os flancos. Para piorar a situação, estavam a ficar sem mantimentos e o exército, enfraquecido por aquele dia de marcha e posicionado a uma grande distância do acampamento, mostrava-se vulnerável a um eventual ataque rápido dos muçulmanos pela retaguarda (Haldon 2001 125). Sem alternativas e com a noite quase a cair, o coimperador mandou virar o pendão imperial para trás, ou seja, deu o sinal para o início da retirada (Attaleiates 2012 293)...

O desastre abate-se então sobre as forças romanas. Na ala direita, de Aliates, alguns soldados e oficiais confundem o sinal do coimperador e pensam que este tombara em combate! Enquanto isso, a retaguarda de Andrónico Ducas, que até então tinha seguido os preceitos táticos bizantinos (mantendo-se a uma distância razoável do resto do exército e suportando as outras formações quando necessário, ao mesmo tempo que impedia os ataques turcos por esse lado), dá meia-volta e regressa ao acampamento, deixando os outros contingentes bizantinos vulneráveis a um ataque pela retaguarda e comprometendo de imediato uma retirada segura do corpo do exército... Para piorar as coisas, Andrónico espalhou o boato de que o coimperador tinha de facto tombado em combate, persuadindo assim mais soldados a segui-lo para fora do campo

de batalha. Ao perceber-se da desagregação quase completa do exército inimigo, Alp Arslan ordena um ataque geral das suas forças.

A vitória turca ficou então assegurada: a ala direita bizantina dissolve-se quase de imediato diante da agressividade inimiga, entrando em debandada total; mais organizada foi a retirada das forças de Briénio, que conseguiram preservar uma prodigiosa ordenança, pelo menos até serem atacadas pela retaguarda, pelas forças que tinham desbaratado a ala de Aliates, tendo os *tágmata* ocidentais iniciado a fuga, em pânico, após o choque. Quando deu por si, o coimperador estava isolado e a ser combatido por todos os lados, com as suas forças a começarem a abandonar a formação, deixando o *basileús* sozinho com um punhado de homens ao seu lado (Haldon 2001 125)!

“Entretanto, o inimigo cercou o imperador mas não foi fácil capturá-lo rapidamente, pois ele era um guerreiro experiente e um general que enfrentara muitos perigos. Defendeu-se vigorosamente contra os seus oponentes e matou muitos deles, mas no final acabou ferido na mão por uma espada. O seu cavalo, além disso, havia sido atingido com muitas flechas e ele lutava a pé. Aproximando-se o anoitecer, cansado, rendeu-se e – como suportar uma coisa dessas! – foi feito prisioneiro. Naquela noite, deitou-se no chão como todos os outros, em desonra e agonia (...)” (Attaleiates 2007 297).

8. Depois de Manzikert: Da prisão de Romano IV Diógenes à ascensão de Aleixo I Comneno

Se Romano IV foi encontrado após o combate, quando os Turcos recolham os despojos de guerra, como diz Haldon (2001 125), ou

se se rendeu, como indica Attaleiates, pouco importa para o contexto deste capítulo: o que interessa é que foi capturado, e a sua prisão representava o pior que podia acontecer a um coimperador bizantino – uma humilhação pessoal para o detentor de tão elevado cargo e para o próprio império; de uma maneira ou de outra, parece-nos que terá sido tratado com a dignidade merecida pelos homens com o seu estatuto⁶⁰. Os dois líderes terão então assinado um tratado de paz entre os dois impérios, onde terão acordado o seguinte: Antioquia, Edessa, Hierápolis e Manzikert passariam para as mãos dos Seljúcidas, enquanto o sultão turco se comprometia a pôr fim às incursões turcomanas na Ásia Menor⁶¹. Por fim, despediram-se como amigos e cada um seguiu o seu caminho, segundo as palavras de vários cronistas citados por David Nicolle (2013 89).

Todavia, poucos ou nenhuns destes acordos seriam cumpridos. Cerca de oito dias após a batalha, os Ducas investem Miguel Ducas *basileús* em Constantinopla, depois do regresso do exilado João Ducas e do aprisionamento da imperatriz Eudóxia⁶². Ou seja, quando Romano Diógenes regressa ao Império Bizantino, vê-se um coimperador sem trono, tomando então a decisão de viajar com a sua escolta pessoal, que lhe tinha sido provida por Alp Arslan, em direção a Doceia (atual Tokat, Turquia central), onde se reúne com muitas das tropas que sobreviveram à batalha, incluindo as da Capadócia e as do seu aliado Aliates, a que se juntariam outros senhores poderosos, como o *doúx* de Antioquia, Katchatourios. Infelizmente, tudo isto será em vão: Romano sofrerá mais duas importantes derrotas,

⁶⁰ Cf. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>.

⁶¹ Nicolle e Markham falam ainda na possibilidade de eles terem acordado um casamento entre os seus filhos (Nicolle 2013 89; Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>).

⁶² Cf. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>

a primeira em Sebasteia (atual Sivas, na Turquia), ainda em 1071, e a outra em Adana (na Arménia ciliciana, no sul da atual Turquia), no ano seguinte; terá então concordado em render-se, sob a condição de poder vestir o hábito de monge e de viver os seus dias em paz num mosteiro. Os Ducas aceitaram a rendição, mas prenderam-no, cegaram-no violentamente e encerraram-no num mosteiro, onde ele acabaria por falecer em julho de 1072 (Nicolle 2013 91).

Por seu lado, Alp Arslan também não teria tempo para fazer jus à sua palavra. Pouco depois da batalha, regressa ao Irão, ao mesmo tempo que uma euforia religiosa percorre todo o mundo islâmico, numa celebração que por certo seria tão grande como aquela que tinha sido vivida nos anos do dealbar da sua expansão, no século VII, após as vitórias em Yarmouk e em Qadisiyah; pouco tempo depois, seria atacado por um líder rebelde quando se preparava para o executar, morrendo quatro dias depois, a 24 de novembro de 1072. Após a sua morte – e apesar de ter escolhido um herdeiro –, o Império Seljúcida caiu numa guerra civil, o que obrigou o filho – Malik Sha – a combater para conseguir legitimar-se (Nicolle 2013 91-92).

Como se vê, o destino não foi generoso para com nenhum dos principais comandantes de Manzikert. Voltemo-nos agora para os homens que lutaram sob Romano IV Diógenes, para os soldados bizantinos que participaram naquela que foi, durante muito tempo, considerada uma batalha catastrófica. Porém, se olharmos com atenção, apercebemo-nos de que a batalha não foi assim tão desastrosa, pelo menos do ponto de vista militar. Paul Markham apresenta, muito sumariamente, uma lista da condição de todos os interveientes no combate, inclusive daqueles que estiveram em Khliat.

Assim sendo, temos os cerca de 20 000 homens sob Tarcaniotes e Roussel, que contavam com alguns dos melhores soldados do império; estes sobreviveram à batalha sem nela participarem (quanto a saber se se retiraram para Melitena antes ou depois

do combate, isso é outra discussão). A retaguarda imperial, sob Andrónico Ducas, que contaria com cerca de 5000 homens, sobreviveu intacta e podemos dizer o mesmo da maior parte dos homens sob Nicéforo Briénio, na ala esquerda, que terá perdido cerca de mil homens, incluindo aqueles que foram mortos ou capturados no dia 24 de agosto. A maior parte das baixas ter-se-á circunscrito ao centro e ao flanco direito, onde terá havido poucos sobreviventes: os membros da Guarda Imperial (incluindo os varegues que não tinham partido com Tarcaniotes) que participaram na batalha terão morrido todos ou quase todos nos momentos fatídicos da mesma; do mesmo modo, do lado direito, Markham sugere que apenas terão conseguido escapar cerca de mil soldados⁶³, fora os desertores arménios. Completamente massacrados foram os mercenários turcos que acompanhavam Romano IV ao centro, os quais terão recebido o pagamento pela sua traição (não incluindo aqui, claro está, os cerca de mil que desertaram para o lado seljúcida no dia anterior à batalha)⁶⁴.

Contas feitas, Markham calcula que os Bizantinos terão perdido cerca de 20% das forças empregues na campanha, algo que seria facilmente recuperável pela política de recrutamento de mercenários que vingava na altura e pelo recrutamento nos *témata* ainda existentes⁶⁵. Por outro lado, Romano IV Diógenes fora cuidadoso com os seus territórios ocidentais nos Balcãs, que se encontravam agora ameaçados pelos Normandos que tinham capturado Bari nos inícios de 1071: terá ali deixado números significativos de

⁶³ Markham, no entanto, refere que neste flanco se encontravam soldados arménios, contrariando Haldon (2001 122) e Nicolle (2013 71), que falam em soldados das unidades orientais, em especial da Capadócia, de onde era originário o seu comandante, Aliates.

⁶⁴ Cf. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>.

⁶⁵ Cf. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>.

soldados, enquanto, no *limes* sírio, os Bizantinos contavam ainda com muitos efetivos para proteger a região (Nicolle 2013 39 e 91). Na contagem global deste autor, o Império Bizantino possuía ainda cerca de 80 000 homens aptos a defender o império. Porque terá então caído a Anatólia?

Para uma compreensão plena dos motivos da queda da Anatólia, vale a pena recordar uma frase de Paul Markham: “Manzikert representou menos um convite para os Turcos invadirem do que para os Bizantinos iniciarem uma guerra civil”⁶⁶. De facto, a tentativa de Romano IV Diógenes para recuperar o trono foi apenas a primeira batalha de um ciclo de dez anos de guerras civis contínuas! Enquanto isso, a oriente, dois aristocratas militares bizantinos, Teodoro Gabras e Filareto Bracamius, criaram zonas defensivas em torno de Trebizonda-Teodosiopólis e de Antioquia-Cilícia, respetivamente, as quais registaram grandes sucessos contra os saqueadores. Entre as duas zonas, no entanto, existia um enorme corredor, que os Turcomanos usavam a seu bel-prazer para atacar a Anatólia.

Apesar de não ter havido uma invasão seljúcida da Anatólia, um dos usurpadores, Nicéforo Botaniate, terá apelado ao emir Suleyman ibn Kutalamis, que lhe enviou um exército de compatriotas seus para o ajudar a depor Miguel VII Ducas. As guerras civis, no entanto, só terminariam em 1081, quando Aleixo I Comneno destronou Botaniate e deu início à dinastia dos Comnenos, que iniciará um período de recuperação política e militar, denominado “Renascimento Comneno”, a que nos referiremos mais adiante.

Aproveitando-se desta conjuntura de crises internas, os Turcomanos continuaram a invadir o território ainda durante o reinado de Alp Arslan, que não teria meios (ou interesse, agora

⁶⁶ Cf. Markham, <http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>.

que Romano IV Diógenes tinha sido deposto) para os controlar. Nicolle (2013 92) refere que Malik Sha, em especial, ter-lhes-ia até ordenado que atacassem a Anatólia, enquanto ele consolidava o poder no Irão e se concentrava depois, à boa maneira seljúcida, nos Fatímidas do Egito e da Síria. Todavia, enquanto alguns turcomanos eram apenas saqueadores, outros apresentavam-se como mercenários aos diferentes líderes bizantinos, uma tendência que se foi registando ao longo daquela década, até que começaram mesmo a ocupar território, como povoadores e governadores das cidades que se lhes rendiam. Chegado o ano de 1081, quando as guerras civis acabam e os Bizantinos se podem virar contra os Turcos, é tarde demais: os Turcomanos, aproveitando-se do vazio de poder na região, do constante desgaste de recursos militares e económicos na zona e das condições naturais que lhes eram tão familiares (pois eram propícias à pastorícia), tinham tomado a maior parte do planalto da Anatólia e tinham criado um novo Estado seljúcida (embora não ligado ao império que unia o Iraque e o Irão) – o sultanato de Icónio.

Podemos concluir dizendo que o fator decisivo em Manzikert prendeu-se, não com a vertente militar, que nem sequer foi dramaticamente afetada pela derrota do coimperador, mas sim pelo desastre político interno que dela resultou. De facto, tivesse Romano IV Diógenes vencido a batalha e derrotado o sultão Alp Arslan e teria possivelmente conseguido não só legitimar o trono, mas também obrigar o líder turco a impor um certo controlo sobre os súbditos mais descomedidos, bem como repor a Arménia como uma barreira defensiva, podendo depois investir mais recursos nas guarnições que defendiam o *limes* oriental, caso os Turcomanos se recusassem a obedecer ao seu sultão.

Caberia agora aos Comnenos tentar recuperar a Ásia Menor, uma empresa que teria algum sucesso nos reinados dos três imperadores daquela dinastia, como veremos já de seguida.

(Página deixada propositadamente em branco).

VII

O RENASCIMENTO MILITAR DO IMPÉRIO: OS COMNENOS ENTRAM EM CENA

1. Aleixo I Comneno (1081-1118)

Em 1081, inicia-se aquela que será uma das mais importantes (e brilhantes) dinastias do Império Bizantino: a dinastia dos Comnenos. Foram estes imperadores que lutaram denodadamente pela recuperação do império, negociando soluções inovadoras (como a aliança com Veneza), mas viram-se também confrontados com o avanço dos Turcos e com os problemas surgidos na sequência do advento das Cruzadas. Assim, e tal como foi explicado na primeira parte desta obra, o Império Bizantino foi obrigado a abrir-se mais ao exterior, rompendo com o isolamento que lhe era próprio e ocidentalizando algumas das suas práticas.

Foi com Aleixo I Comneno que se iniciou esta dinastia. O respetivo relato chega-nos pela mão da sua filha, Ana Comnena, através da obra *Alexíada*, na qual é narrada a vida e obra do progenitor.

Tendo subido ao trono imperial em 1081, vê-se, desde logo, confrontado com a ameaça normanda, o que irá tornar bastante atribulados os primeiros anos do seu reinado.

2. A ameaça normanda e a Batalha de Dirráquio (1081)

Foram os Normandos que constituíram a mais séria ameaça ao império, durante o longo reinado de Aleixo I (37 anos). De facto, o perigo normando já se vislumbrava desde 1071, aquando da conquista de Bari, o último grande bastião bizantino na Península Itálica, e os seus desígnios estendiam-se até aos domínios gregos nas regiões dos Balcãs.

Dez anos volvidos e em maio de 1081, o normando Roberto Guiscard inicia uma nova campanha, na parte ocidental dos Balcãs; por alturas de junho, sem ter encontrado oposição de relevo na sua marcha, cerca a capital da região – a cidade-fortaleza de Dirráquio (Haldon 2001 133), que estava então bem protegida, situada numa longa e estreita península (na costa oriental do mar Adriático), com poderosas defesas, que remontavam ao século VI e haviam sido bem mantidas e preservadas, e dispondo de reservas que lhe permitiriam aguentar um cerco, por muito demorado que este se pudesse tornar.

O plano inicial de Roberto Guiscard era atacar Dirráquio por terra e por mar, simultaneamente. No decorrer dos eventos, valeu aos Bizantinos o envio de uma esquadra veneziana – fruto de uma aliança forjada entre Aleixo I e o *doge* de Veneza –, que se antecipara à chegada dos Normandos e que consegue infligir grandes perdas, materiais e humanas, às suas forças navais. Em virtude deste auxílio, o *basileús* irá recompensar ricamente o *doge* e a cidade semi-independente de Veneza, o que, no futuro, acarretará consequências do maior relevo para o império. Contudo, enquanto Bizantinos e Venezianos mantinham à distância a armada normanda, Roberto Guiscard deparava-se com sérios problemas no seio do seu acampamento, onde as febres grassavam e ceifavam as vidas aos seus soldados, desde as tropas ordinárias aos mais nobres dos cavaleiros.

Apesar de todos estes constrangimentos, Guiscard insiste em manter o cerco, o que compele o *basileús* Aleixo I Comneno a marchar na sua direção, com o intuito de expulsar a ameaça normanda, a qual comprometia seriamente a segurança das províncias bizantinas nos Balcãs, que tinham adquirido uma importância crucial para a sobrevivência do império após a perda virtual da Anatólia.

Aquando da marcha das forças imperiais para socorrer Dirráquio, os defensores da cidade viam-se confrontados com o bombardeamento das suas muralhas, pois, atestada a inexpugnabilidade destas perante um vulgar assalto, os Normandos recorreram à construção de engenhos de cerco, de forma a poderem enfraquecer os mecanismos defensivos bizantinos.

A melhor fonte de que dispomos para a análise da batalha de Dirráquio é a *Alexíada*, de Ana Comneno. Porém, o relato deste episódio é algo tendencioso, na medida em que a principal preocupação da autora foi evidenciar o comando descuidado de Roberto Guiscard, nomeadamente quando descreve o recrutamento e o treino dos efetivos normandos; apesar desta posição parcial, não se encontram razões para duvidar dos dados que nos são apresentados sobre a composição do seu exército: segundo este relato, seria composto por cerca de 30 000 homens, entre forças de infantaria e de cavalaria; na vertente marítima, disporia de cerca de 150 embarcações (isto antes do confronto com a coligação bizantina-veneziana).

Ao contrário dos restantes inimigos de Bizâncio – Seljúcidas, Petchénègues, Cumani –, que combatiam com o propósito de pilhar, envergando apenas um armamento ligeiro (ofensivo e defensivo), e que, sempre que possível, evitavam o confronto direto, os Normandos apresentavam-se como uma força bem equipada, com um grande nível de organização e, por isso, configuravam uma hoste temível. Foi precisamente a ameaça protagonizada pelas forças normandas que levou Aleixo I a, nos primeiros anos do seu reinado,

descurar as defesas da parte oriental do império e a desvalorizar a importância dada às forças turcas, a oriente (Birkenmeier 2002 61).

Pelo seu lado, Aleixo I contaria com os *tágmata* da Trácia e da Macedónia (5000 homens), os *exkoubita*, um corpo de guarda (1000) e ainda um número semelhante composto pelos seus *bestiáριοι*, e com o auxílio de cavaleiros francos, sob a liderança de Constantino Humbertopoulos. Encontram-se também unidades oriundas de Machaens, compostas por dois corpos de cerca de 2800 homens cada um; registre-se igualmente a presença de um corpo de alguns milhares de soldados da Arménia e, para finalizar, da poderosa Guarda Varangiana, que se apresentava com um corpo de, aproximadamente, 1200 efetivos: no total, as forças do *basileús* bizantino eram compostas por um número de soldados que rondaria os 18 000 a 20 000 homens.

Procurando auxílio estratégico, o imperador reúne e consulta o seu conselho de guerra sobre a viabilidade de uma possível ofensiva bizantina. Enquanto isso, a guarnição de Dirráquio consegue destruir um dos engenhos de cerco construídos pelos Normandos. Argumentando que o tempo corria a favor dos Bizantinos, alguns dos oficiais mais experientes aconselharam precaução a Aleixo I, enquanto outros insistiam na ideia de um ataque imediato, ao que o *basileús* anuiu.

Contudo, a possibilidade de apanhar os Normandos de surpresa veio a ser frustrada, pois Roberto Guiscard, sendo um grande tático, posicionara batedores nas imediações, que prontamente o informaram do avanço da coluna de marcha bizantina. Assim, tendo perdido o efeito surpresa, Aleixo I estaciona as suas tropas em colinas situadas frente a frente com o acampamento normando e inicia os preparativos para um ataque no dia seguinte.

O acampamento imperial havia sido entrincheirado ao longo das posições mais elevadas, tendo o mar e uma lagoa a proteger o seu flanco esquerdo e uma zona de escarpas montanhosas do

seu lado direito (Haldon 2001 134). O plano de Aleixo seria atacar os Normandos em duas frentes, utilizando simultaneamente forças da cidade e um contingente armado (que avançariam pelas zonas mais pantanosas), enquanto o corpo principal do exército bizantino contornaria a península e acometeria os Normandos pela retaguarda. Mas Guiscard (que significa “astuto”) nunca se deixaria apanhar em tal armadilha e, antecipando os movimentos bizantinos, durante a noite de 17 para 18 de outubro reposiciona as suas tropas, de forma a enfrentar Aleixo fora da península.

Apesar de já ter enviado um contingente pelas zonas pantanosas, Aleixo I reformula a sua estratégia e dispõe as suas forças em três corpos, opostos às forças normandas, encabeçando ele próprio o corpo central (no qual se encontrava incluída a Guarda Varangiana) e dando o comando das alas esquerda e direita a Gregório Pacuriano e a Nicéforo Melisseno, respetivamente. Do outro lado, Guiscard comandava o corpo central do seu exército, dando o comando da ala esquerda ao seu filho, Boemundo; por sua vez, o conde de Giovinazzo ficava a liderar a ala direita.

Aquando das manobras para pôr em prática a nova estratégia de Aleixo I, os contingentes de Dirráquio e uma força de infantaria ligeira que haviam sido enviados para atacar o acampamento normando alcançam-no e encontram-no abandonado, ao mesmo tempo que o imperador dá a ordem para o avanço geral do seu exército.

À Guarda Varangiana tinha sido ordenado que avançasse uns metros, enquanto grupos de arqueiros ultrapassavam a sua linha, de forma coordenada e organizada, e disparavam *volleys* sobre os corpos do exército normando, recuando em seguida para se prepararem os disparos seguintes. Esta foi a estratégia adotada por Aleixo I, e foi usada enquanto a batalha o permitiu, até ao momento do choque direto entre os dois exércitos; servia também como um meio para neutralizar (ou, pelo menos, debilitar)

a poderosa cavalaria pesada normanda, que constituía uma séria ameaça à infantaria bizantina.

De facto, assim que os exércitos estavam prestes a enfrentar-se, Guiscard ordena uma carga de cavalaria sobre as tropas varangianas. Contudo, não foi obtido o efeito pretendido, na medida em que os *volleys* continuamente disparados pelos arqueiros de Aleixo I provocaram perdas significativas na formação dos cavaleiros normandos. Quase de seguida, as unidades da ala direita normanda efetuaram uma carga sobre o ponto onde os corpos esquerdo e central bizantinos se iriam unir: este movimento tinha o intuito de devastar o flanco esquerdo da Guarda Varangiana; porém, uma vez mais, as expectativas normandas foram goradas, pois aquele corpo de elite bizantino conseguira aguentar a sua posição, enquanto a ala direita carregava, desintegrando as forças normandas, que acabam por se pôr em fuga e por abandonar o campo de batalha.

Foi neste momento que a vitória pareceu certa aos Bizantinos. A força inimiga batera em retirada e a elite do exército de Aleixo I mostrara-se à altura das cargas normandas... Contudo, às tropas varangianas pareceu impossível resistir à perseguição das forças inimigas em debandada e, no seu ímpeto, separaram-se do corpo principal do exército. Cansada pela perseguição e pelo esforço físico a que a batalha (e o peso das armaduras) obrigara, esta força de elite não se mostrou capaz de repelir um ataque de piqueiros normandos enviados por Roberto Guiscard, que os apanha pelo flanco e que, em pouco tempo, os põe em fuga. Alguns refugiaram-se numa capela que se encontrava nas imediações, mas viram-se aí encurralados e encerrados pelos Normandos, que não perderam tempo em incendiar o templo; todo o destacamento bizantino pereceu devido ao fogo que então grassou.

Privado da sua ala direita (que ainda perseguia os normandos fugitivos) e com o seu centro exposto, Aleixo encontrava-se agora vulnerável às cargas da cavalaria pesada normanda, protagonizadas

por um contingente que havia sido mantido em reserva e que, dividido em pequenos grupos, embate com violência contra as linhas mais avançadas da infantaria imperial. É de mencionar que as forças normandas já não se encontravam sob a ameaça dos *volleys* de arqueiros bizantinos (nem na *Alexíada* volta a haver qualquer menção a esta componente do exército). O *basileús* e a sua guarda aguentaram as sucessivas cargas, mas acabaram por ser obrigados a recuar e a fugir do campo de batalha, enquanto os Normandos massacravam as restantes forças e pilhavam o seu acampamento, rico em despojos.

Não se pode atribuir, na sua totalidade, a derrota em Dirráquio a Aleixo I Comneno. Tratava-se de um excelente estrategista, mas não conseguira contrariar a tentação que assolou os seus soldados: perseguir os normandos em fuga, o que resultou no aniquilamento de um dos principais trunfos bizantinos. Esta derrota tornou-se especialmente pesada para Bizâncio, numa altura em que o poder imperial se encontrava despojado de recursos económicos e humanos. É, pois, de assinalar o seu mérito ao conseguir, nos anos que se seguiram, recuperar o poderio militar bizantino e ser capaz de enfrentar e derrotar as várias ameaças que se lhe apresentaram pela frente.

O confronto seguinte contra os Normandos ocorreu nas imediações do rio Vardar. Uma vez mais, Aleixo I optou por um estratagema semelhante ao utilizado em Dirráquio, mas os Normandos, repetindo a experiência, antecipam-se aos seus movimentos, e o resultado final é a derrota do imperador e, conseqüentemente, a sua fuga...

Em 1084, Roberto Guiscard inicia uma nova campanha, mas esta será de curta duração, na medida em que a morte do seu líder (acometido por uma febre violenta em Cefalónia, em 1085) conduziu ao seu fim prematuro, assumindo o comando das forças normandas Boemundo de Tarento, seu filho. Entretanto, aproveitando este período de relativa paz com os Normandos, Aleixo I entra em negociações com Suleiman, que irá garantir-lhe o apoio

de uns quantos milhares de soldados turcos e vai permitindo algumas pequenas vitórias aos Bizantinos.

Entre 1107-1108, dá-se início a uma campanha conduzida por Boemundo, que ilustra o lado mais brilhante de Aleixo I Comneno enquanto tático militar e cujo desenrolar chegou até nós, em grande parte, graças ao relato de Ana Comnena. Evitando sempre o confronto direto com as tropas normandas, o imperador manobra as suas forças de modo a que todos os combates ocorridos sejam a uma escala reduzida, envolvendo um número relativamente baixo de unidades. De resto, utilizando sempre uma tática de autêntica guerrilha, consegue, com grande sucesso, privar as forças normandas de receberem quaisquer apoios, impossibilitando ainda os adversários de adquirirem forragens para os seus exércitos; tal bloqueio aconteceu também por via marítima, com os Bizantinos a impedirem as embarcações normandas de receberem qualquer tipo de auxílio. Aleixo I aproveitou a oportunidade para lançar uma autêntica política de contrainformação e de burlas, ludibriando desta forma os planos de Boemundo de Tarento. Assim, foi possível semear a discórdia no seio do alto-comando inimigo...

Por fim, as doenças e a desmoralização das tropas obtiveram aquilo que três grandes confrontos (Dirráquio, rio Vardar, Ioannina) e cinco a seis anos de conflitos não tinham logrado produzir: Boemundo é forçado a assinar um tratado de paz, cujas cláusulas foram humilhantes, sendo obrigado a retirar-se dos Balcãs. Estava, finalmente, controlada a ameaça normanda em terras bizantinas.

3. Petchénègues, Cumani e Seljúcidas

As campanhas de Aleixo I Comneno contra os Petchénègues, os Cumani e os Seljúcidas revestem-se de um aspeto bem diferente daquelas que se fizeram contra os Normandos. Ao contrário destes,

com os quais uma ou duas derrotas gravosas consecutivas poderiam significar o fim abrupto do Império Bizantino, diante das tribos dos Petchénègues (que, não poucas vezes, foram apoiadas por forças turcas) e dos Cumani a dificuldade residia em encontrar um meio de conseguir uma vitória decisiva, na medida em que os seus exércitos eram dotados de uma excelente mobilidade, o que lhes permitia ludibriar com sucesso os pesados contingentes do exército bizantino. Assim, Aleixo I Comneno compreende que a única estratégia viável perante tais adversários teria de ser idêntica, ou seja, seria forçado a contar com as suas companhias de escaramuceiros para destroçar o inimigo, numa espécie de “combater o fogo com fogo”...

Já nos territórios bizantinos situados na Europa esta estratégia encontrou um grande entrave: os exércitos de Petchénègues e de Cumani eram de tal forma vastos (e constituídos, na sua maioria, por forças ligeiras) que conseguiam ameaçar o controlo que Bizâncio detinha sobre a Trácia e a Bulgária.

No Livro II da *Alexíada*, temos a primeira menção a uma força oriunda da Cítia a executar raides nas imediações de Adrianopla, em 1080 (*Alexíada*, ii, 83), e foi Tatikios, um general bizantino a quem Aleixo I recorria frequentemente para lidar com missões de caráter mais delicado, que ficou encarregado de enfrentar tal ameaça (Birkenmeier 2002 71). Recrutando homens que encontrava no seu percurso, ele facilmente derrotou de forma decisiva os Citas, que estavam sobrecarregados com todo o saque acumulado. Note-se que, para tal, Tatikios contara também com o apoio de cerca de 200 soldados francos, sob o comando de Humbertopoulos.

Contudo, em 1087, um exército de Petchénègues consegue invadir, com relativo sucesso, pelo norte, o império, antes de sofrer a derrota às mãos dos Bizantinos. Com estas duas invasões, ficaram expostos dois problemas cruciais: por um lado, a fraqueza das regiões fronteiriças a norte, por outro a incapacidade de manter um exército que pudesse socorrer as regiões sob ameaça imediata. Embora o *basileús*

continuasse a contar com o apoio das tropas francas, optava, sempre que possível, por mobilizar os seus soldados nas terras campesinas: isto teve como pesadas consequências um certo despovoamento das regiões de recrutamento, bem como a continuação dos raides dos Petchénègues, pois, para reunir um exército capaz de fazer frente a esta ameaça, Aleixo I necessitava de mais tempo do que de facto dispunha para defender as regiões afetadas.

Segundo o relato de Ana Comnena, após a derrota da grande horda e a morte do seu líder, os Petchénègues ficaram a ser chefiados por Dácios (Húngaros) e por Sármatas (Cumani). Conseguiram, assim, assegurar o controlo das províncias situadas a norte do Danúbio, o que levou Aleixo I a organizar uma nova campanha com vista à vitória definitiva e, após uma tentativa falhada de conquistar Drista, volta-se para a grande Preslav, onde residia o grosso do exército inimigo; aqui, os Petchénègues haviam organizado o seu exército à volta de carroças. Valeu o papel desempenhado pela poderosíssima Guarda Varangiana, a qual foi capaz de penetrar no círculo de carroças e pôr o exército inimigo em fuga.

Taticamente, esta batalha foi, em grande parte, semelhante àquela que ocorreu em 1088, na medida em que Aleixo I utilizara os seus peltastas (infantaria ligeira) de forma a conseguir neutralizar a cavalaria inimiga, ao mesmo tempo que executava manobras coordenadas com a primeira linha de infantaria. Contudo, nada pôde impedir a derrota bizantina, aquando da chegada de um exército de cerca de 36 000 homens, das tribos Cumani que se tinham aliado às tropas petchénègues e que tinham vindo em seu socorro. Perante tal desequilíbrio de forças, o exército bizantino é posto em fuga e o imperador refugia-se em Verroia.

Tal como no passado, uma vez mais os Bizantinos beneficiaram da desunião que se instalou no seio dos inimigos: os Petchénègues recusaram a divisão dos despojos com os seus aliados, os Cumani, o que trouxe dissensões entre eles. Em resultado desta discórdia,

ocorreram confrontos entre as duas forças, o que acabou por debilitar ambos os exércitos. Exaustos da anterior batalha, os Petchénègues retiram-se, derrotados pelos seus aliados, o que permitiu a Aleixo I obter uma margem de manobra suficiente para poder reunir um segundo exército, que fará frente a esta ameaça. Contudo, enquanto tal exército não se formava, as tribos inimigas pilhavam e saqueavam as regiões a sul do Danúbio, chegando até às imediações da fronteira com a Trácia.

Finalmente, com a reorganização do seu exército (cerca de 7000 homens), o *basileús* considerou-se suficientemente bem preparado para enfrentar, de novo, os Petchénègues: foi em Rousion que ocorreu o combate, do qual os Bizantinos saíram vitoriosos; porém, não se tratava de uma vitória decisiva e Aleixo I recua para Tzouralos, que fortifica e defende. Uma vez mais, dá-se o confronto entre as duas forças e, de igual forma, a vitória sorri ao exército imperial, mas em nada decide o fim do conflito (Birkenmeier 2002 75).

Foi só em 1091 que se deu a vitória decisiva sobre os Petchénègues, cujo exército, nas imediações do monte Levunião, deparou com as forças de Aleixo I, que eram auxiliadas por cerca de 40 000 cumani; esta coligação excedia, em muito, o número de efetivos do exército adversário. Pela terceira vez, os Bizantinos alcançam a vitória, e os Petchénègues deixarão de constituir uma ameaça para o império, pelo menos até ao fim do reinado de Aleixo I.

A última campanha de Aleixo I Comneno contra as tribos do norte do Danúbio dar-se-ia contra os seus ex-aliados, os Cumani, que decidiram apoiar a causa de um impostor, que se dizia filho ilegítimo do falecido imperador Romano IV. A peleja aconteceu em Anchialos, onde, contando com as defesas naturais da cidade e com o auxílio da sua armada, o imperador consegue neutralizar o vasto número de invasores, impossibilitando as suas manobras de cavalaria; desta forma, os Cumani

foram obrigados a atacar diretamente as principais linhas de infantaria bizantinas (que, para além de serem constituídas pela Guarda Varangiana, contavam ainda com o reforço de mercenários francos). O resultado, uma vez mais, mostrou-se favorável ao exército de Aleixo I.

Esta última campanha contra os Cumani demonstra a evolução da capacidade tática deste imperador, ao impedir os seus homens de se lançarem em perseguição dos inimigos em fuga (algo que se revelara desastroso em ocasiões anteriores) e fazendo um excelente uso dos seus arqueiros, que conseguiam fustigar e retardar o avanço das hostes contrárias; por fim, aplicava brilhantemente a força da sua cavalaria, a qual infligia grandes baixas ao exército adversário. Os Cumani seriam definitivamente derrotados a norte de Adrianopla, onde a cavalaria ligeira bizantina os perseguiu para lá das fronteiras do império.

Entretanto, Aleixo I preparava-se para fazer frente à ameaça turca que surgia na Ásia Menor, mas o seu plano vê-se gorado por um movimento que, em anos posteriores, decidiria os fados do império: as Cruzadas. Assim, só em 1117 é que Bizantinos e Turcos se irão defrontar diretamente, naquela que será a última campanha do *basileús*: foi em Nicomédia e, apesar das muitas críticas de que foi alvo por parte dos seus generais (organizar um poderoso exército mas, no decorrer da campanha, evitar o confronto com o sultão Malik Shah), os Bizantinos alcançaram, uma vez mais, uma importante vitória, na medida em que o sultão se viu obrigado a assinar um tratado de paz que acabou por causar a dissensão no seio do Império Turco. Esta campanha de Aleixo I, já no final da sua vida, foi brilhante, pois atesta a proficiência que a máquina militar bizantina do século XI alcançara; em especial, uma grande disciplina, que fora capaz de impedir os Turcos Seljúcidas de infligir danos sérios nos territórios imperiais.

4. As Cruzadas

Foi em 1095, aquando do encerramento do Concílio de Clermont, que o papa Urbano II lançou o grande projeto das Cruzadas na Terra Santa. O seu propósito era canalizar para oriente o ímpeto destruidor da cavalaria feudal, concedendo-lhe um cariz mais nobre: libertar os Lugares Santos, associados à vida de Jesus Cristo (Monteiro 2006 167). Note-se que Bizâncio havia solicitado antes o auxílio de Roma, na sua luta contra os Turcos; no âmbito deste conflito, já uma grande parte dos territórios bizantinos havia caído nas mãos destes formidáveis inimigos, nomeadamente aqueles que se situavam na Ásia Menor.

Contudo, nada preparara o *basileús* para aquilo que surgiria às portas de Constantinopla na primavera de 1096: uma “Cruzada Popular”, encabeçada por Pedro “o Eremita” e Gualter “Sem Haver”. Tratava-se de uma massa enorme e mal preparada, constituída, na sua esmagadora maioria, por gente do campo, sem qualquer experiência militar, movida apenas pela sua crença e que, à sua passagem, cometia as maiores atrocidades, perseguindo os judeus e todos aqueles que eram considerados inimigos da fé. Perante um tal ‘exército’, Aleixo I providencia os meios para que ele atravessasse o estreito do Bósforo o mais rapidamente possível; logo após a travessia, este imenso grupo seria chacinado por um exército turco, que já o esperava.

Pouco depois, foi a vez de chegar a Constantinopla um exército com cerca de 100 000 cavaleiros, encabeçado por Boemundo de Tarento (o descendente de Roberto Guiscard) e por um grupo de príncipes ocidentais. Nesta ocasião, Bizâncio reage com mil cautelas e faz um acordo com os cruzados: em troca do apoio militar e logístico bizantino, estes obrigam-se-iam a jurar fidelidade ao *basileús* e a entregar a Bizâncio as terras que reconquistassem aos Turcos. Uma vez acordadas as cláusulas, os cruzados avançam e,

até ao verão de 1099, alcançam um grande número de importantes vitórias, as quais lhes permitiram a fundação de três Estados latinos na Terra Santa: o condado de Edessa (março de 1098), o principado de Antioquia (junho de 1098) e o reino de Jerusalém (julho de 1099). Em 1102, seria ainda fundado o condado de Trípoli.

Contudo, quanto à acordada restituição dos territórios, nada, pois os ocidentais alegavam a falta do prometido apoio de Bizâncio, principalmente na ocasião em que os “Francos” (nome por que eram conhecidos os cruzados, oriundos, na sua maioria, da França) se viram cercados pelo emir de Mossul, Kerboga. Foi este desencontro que criou dissensões entre gregos e latinos e, em conformidade, Aleixo I inicia uma guerra sem quartel ao principado de Antioquia, obrigando no final Boemundo de Tarento a submeter-se e a declarar-se seu vassalo.

5. João II Comneno (1118-1143)

Em 1118, João II Comneno assume o título de *basileús*, substituindo assim o seu pai, Aleixo I, e dando continuidade à sua obra. Para o reinado de João II, é necessário ter em atenção alguns aspetos que o tornam bastante característico (e original) em relação aos reinados quer do seu antecessor, quer dos seus sucessores. Em primeiro lugar, tal como Aleixo I, enfrentou os Seljúcidas (1119) e os Petchénègues (1122); em segundo, e nesta faceta se demarca em muito do que acontecera até ali, as suas campanhas foram, na sua maioria, de carácter ofensivo, pois as condições económicas e militares que herdara do pai permitiam-lhe assumir uma tal postura; por fim, é importante mencionar que, no total das suas campanhas, o assédio de cidades mostrou ser uma componente relevante: ao todo, efetuou cerca de 25 cercos durante o seu reinado de 25 anos!

No plano da geoestratégia, os desígnios do *basileús* resumiam-se a três pontos-chave: a segurança nas fronteiras orientais, o controlo sobre Antioquia e a contenção dos Danismêndidas (Birkenmeier 2002 86).

O primeiro exemplo do génio tático de João II ocorre aquando da sua primeira campanha, enquanto *basileús*, contra os Turcos, em 1119. O seu propósito era conquistar a cidade de Sozópolis, em Panfília (uma região situada entre a Lícia e a Cilícia), na Ásia Menor, e foi a primeira tentativa para o estabelecimento de uma linha de abastecimento para oriente. Em 1120, dá-se o cerco da cidade, de curta duração, mas que constituiu um grande sucesso: João II ordenara aos seus cavaleiros (munidos de arco e de flecha) que disparassem contra os guardas dos portões; estes, cegos pela sua frustração, optam por tentar romper o cerco e perseguir os seus atacantes. Tratou-se de uma manobra que se revelou fatal pois, no seu ímpeto descuidado, não se aperceberam de que se tratava de uma fuga simulada e acabaram por ser emboscados pelo grosso do exército inimigo, que os cercou e chacinou. Posteriormente, as tropas bizantinas alcançam as portas principais da cidade (agora com uma guarda muito reduzida) e conseguem tomá-la sem grande dificuldade.

Aqui, inferem-se três aspetos que devem ser salientados: em primeiro lugar, o elevado grau de disciplina do exército bizantino, o que permitiu a realização de complexas manobras táticas no campo de batalha; em segundo lugar, a versatilidade das tropas montadas de João II, proficientes tanto no uso do arco e da flecha como na *mêlée*; por fim, a capacidade de aplicar aos Turcos as táticas nas quais eles próprios eram mestres: execução de uma fuga simulada e posterior emboscada.

João II Comneno dá mostras, desde o início do seu reinado, de uma brilhante capacidade tática de coordenar manobras próprias de um general experiente (Birkenmeier 2002 90). Em 1122,

os Petchénègues voltam a assombrar o Império Bizantino, cruzando uma vez mais as margens do Danúbio, depois de se mostrarem inativos desde 1091, com a derrota sofrida às mãos de Aleixo I, na batalha do monte Levunião. Fazendo frente a esta nova ameaça, o imperador consegue forçar os invasores ao combate em campo aberto, nas imediações de Verroia (na atual Bulgária): tal como o seu pai fizera no seu tempo, agora também ele pretendia impedir estas tribos de saquearem as ricas regiões da Trácia e da Macedónia. Travou-se o combate e, assim como décadas antes, a vitória sorriu aos Bizantinos.

Este incidente mostra-se interessante de analisar por duas razões. Em primeiro lugar, há muito que a Guarda Varangiana não intervinha nos campos de batalha, tendo nos últimos anos de vida de Aleixo I servido, meramente, como guarda palaciana; o facto de voltar a ser mobilizada para o combate é um indicador de que, novamente, se havia tornado um corpo de elite do exército imperial. Em segundo lugar, esta batalha atesta que as táticas empregadas pelos Petchénègues não sofreram alterações, na medida em que repetiram a concentração das suas forças num círculo de carroças, que de nada valeu, pois não conseguiram resistir ao feroz ataque protagonizado pela Guarda Varangiana, que uma vez mais rompeu as suas barreiras e pôs o inimigo em fuga.

Em 1127/1128, João II travou uma guerra contra os Húngaros, numa campanha que mostrou ser sobretudo defensiva. Tendo já saqueado Branicevo e Sárdica (na atual Sérvia), em 1128, o *basileús* enfrenta as hostes invasoras, numa operação que envolveu tanto as forças terrestres como a armada bizantina e que mostrou ser brilhante, do ponto de vista tático. Ancorando a frota no Danúbio, efetua a travessia do rio com o seu exército imperial – é importante reter que a travessia dos rios pelos exércitos medievos era uma das mais complexas (e perigosas) manobras da arte militar. Estando protegidas pelos arqueiros e pelos engenhos de tiro das

embarcações, as tropas imperiais efetuam a travessia e conseguem infligir uma pesada derrota aos seus inimigos; após esta vitória, ficam estacionadas a norte de Zeugminão, até 1129, quando se obtém um acordo de paz. Não mais os Húngaros voltarão a perturbar os territórios imperiais durante o reinado de João II, e o *basileús* pôde concentrar os seus esforços, nos anos que se seguiram (desde os finais de 1128 até à sua morte, em 1143), nos territórios orientais da Cilícia e da Paflagónia (Birkenmeier 2002 91).

6. As campanhas na Cilícia

Na década que se seguiu à batalha de Manzikert (1071), os príncipes da Arménia, refugiados na Cilícia (entre as cordilheiras do Tauro e do Amanus), foram-se tornando progressivamente independentes do domínio bizantino: a comprovar isto, alguns oficiais das forças arménias virão a ser os governantes *de facto* de cidades como Antioquia e Trebizonda. Posteriormente, o advento da Primeira Cruzada veio complicar ainda mais uma situação que, já de si, era difícil para o poderio bizantino, embora tal conjuntura não constituísse um problema para o domínio imperial, até ao momento em que Leão Roubênida, o mais influente dos príncipes da impropriamente chamada “Pequena Arménia”, toma o poder e subjuga quase todo o território da Cilícia, chegando inclusive a ameaçar as cidades bizantinas das costas da Anatólia, pois o seu objetivo era o controlo de Selêucia (atual Silifke), o mais importante porto bizantino na Ásia Menor.

Perante tal ameaça, João II toma as devidas providências para recuperar o controlo, tanto da Cilícia como da Lícia: à testa de um imenso exército, o *basileús* facilmente conquista Adana e Tarso, mas as fortificações de Vahka e de Anarzarba resistem a um primeiro confronto. Uma vez mais, e repetindo a experiência de Sozópolis,

ataca os defensores dos portões e das muralhas e, com os seus engenhos de cerco (que entretanto tratara de proteger com muros de barro à sua volta), consegue infligir-lhes pesadas perdas, pelo que a cidade cai sem dificuldades de maior. Trata-se de dois exemplos pouco comuns, na história militar medieval, em que uma vitória decisiva é alcançada com bastante rapidez graças à utilização de engenhos de cerco (Birkenmeier 2002 92).

Após esta breve campanha na Cilícia, o *basileús* dirige-se à Síria e entra em Antioquia como aliado e suserano de Raimundo, o príncipe cruzado desta cidade. Mas qual o motivo de tal ação, tendo em conta que uma campanha na Síria teria como resultado o fortalecimento do poder dos cruzados naquela região? A resposta é muito simples: ao consolidar este poderio, João II beneficiaria, de forma indireta, o Império Bizantino, na medida em que os “Francos” serviriam como um escudo contra as investidas dos Turcos, afastando-os de Constantinopla; por esta razão, o sultão Mas’ud ataca as imediações da capital bizantina, numa vã tentativa de o distrair do seu objetivo. Porém, a ofensiva fracassa e o imperador, decidido na sua campanha, não se deixa intimidar; ele irá permanecer na Síria, numa operação que durou três longos anos (1137-1139).

Nos anos que se seguiram, o exército de João II Comneno não cessou de evoluir, no plano tático e estratégico, e continuou a dar mostras de um brilhantismo inigualável. Apresenta-se agora dividido em frações que atuam de forma semi-independente, constituídas por divisões de Macedónios e de Petchénègues (algumas forças que, desde o reinado de Aleixo I, haviam sido incorporadas no seio dos exércitos bizantinos); importa sublinhar que, apesar da sua denominação, estas divisões não eram baseadas em critérios de ordem regional. O medo que conseguiam instilar nos seus inimigos era tal que facilmente alcançavam a vitória, como sucedeu em 1139, em Shaizar. No topo de todos os regimentos, mostrava-se ainda de crucial importância a Guarda Varangiana,

que adquirira uma relevância extrema, quer no campo de batalha, quer no decorrer dos cercos.

No tocante a esta organização do exército, um ponto que deve ser realçado é o facto de tanto a retaguarda como a vanguarda atuarem a ritmos diferentes: ou seja, quando a vanguarda se aproximava das forças inimigas, a sua missão era aguentar as linhas (e, entretanto, desgastar as forças opositoras) até ao momento em que o grosso do exército chegasse e infligisse a derrota aos inimigos. Daí que as ordens de marcha fossem diferentes para cada secção do exército de João II.

Um aspeto importante que ainda se deve reter deste reinado é o facto de ter sido por esta altura que as relações com Veneza se degradaram. O *basileús* recusa-se a cumprir o leonino acordo assinado pelo seu pai e, como consequência, Bizâncio sofre pesadas represálias navais, impostas pela poderosa cidade mercantil italiana. Isto vai obrigar o imperador a recuar e, em 1126, a renovar o acordo original...

Em 1143, no decorrer de uma caçada, João II é acidentalmente ferido de morte; curiosamente, escolhera, para lhe suceder, não o seu primogénito, mas um filho mais novo, que julgou ser mais capaz de continuar a sua obra: Manuel I ascende, assim, ao trono de Bizâncio.

7. Manuel I Comneno (1143-1180) – Entre Turcos, Cruzados e Normandos; a degradação das relações com Veneza

O primeiro exemplo de que dispomos para o modelo tático adotado por Manuel I ocorre em 1146, durante a retirada do cerco a Icónio. O propósito desta primeira campanha do novo *basileús* seria, aparentemente, punir o sultão dos Seljúcidas, Mas'ud, cujas forças haviam pilhado as possessões bizantinas na Ásia Menor;

contudo, como nos narra Niceta Coniate, na sua *História*, o seu verdadeiro objetivo seria cercar e tomar a cidade de Icônio, a capital do poder seljúcida. Apesar de toda uma excelente organização, esta campanha revelou-se um fracasso.

O exército turco, recorrendo a táticas de emboscada, conseguiu frustrar os esforços bizantinos, na medida em que, recorrendo a diversas armadilhas, foi capaz de retardar o avanço da coluna imperial, não sem sofrer alguns reveses, como sucedeu em Filomélion (apesar de derrotados, os Turcos conseguiram infligir ao exército de Manuel I significativas perdas, bem como afetar o moral dos soldados). Depois de, finalmente, alcançar a capital onde se encontrava Mas'ud, Manuel I vê-se incapaz de ultrapassar as defesas da muralha, e a retirada apresenta-se como a única solução plausível. Foi nestas circunstâncias que, uma vez mais, os Turcos iniciaram uma série de ataques, cujo objetivo era debilitar ainda mais as forças bizantinas.

Porém, nem assim foi possível derrotar o exército imperial, pois, apesar de em retirada e desmoralizadas, as tropas do *basi-leús* apresentavam-se como um corpo muito mais bem equipado e organizado, capaz de manter a coesão, mesmo na fuga. Após esta campanha frustrada, o imperador retira-se para Constantinopla, aonde, no âmbito da Segunda Cruzada, estavam a chegar os cavaleiros do Ocidente.

A chegada da Segunda Cruzada a Constantinopla oferece uma excelente oportunidade para comparar o exército de Manuel I a um exército europeu ocidental. O primeiro contingente a apresentar-se foi o liderado por Conrado Hohenstaufen, imperador do Sacro Império Romano-Germânico, que, de imediato, entra em colisão com as forças bizantinas (Birkenmeier 2002 108).

Estes choques não são de admirar, dada a desconfiança que os Bizantinos nutriam pelas restantes potências ocidentais. Para além de certas tentativas, indiretas, de enfraquecer o poder de Bizâncio,

os imperadores eram obrigados a facultar aos cruzados a travessia para a Ásia Menor, o que tinha duas importantes consequências: permitir a passagem destes exércitos que se dirigiam à Terra Santa implicava uma travessia pelas ricas terras da Macedónia e da Trácia; em segundo lugar, se o *basileús* adotasse uma postura hostil, isso significaria a permanência de um vasto exército nas imediações da capital, perigo que os Bizantinos queriam evitar a todo o custo. Todavia, em setembro de 1147, sobrevém uma situação particularmente grave, decorrente de desentendimentos entre Germanos e Gregos e que irá culminar num conflito mesmo defronte das muralhas de Constantinopla, da qual os Bizantinos saíram vitoriosos.

No rescaldo deste episódio, o exército de Conrado Hohenstaufen é transferido para a outra margem do Bósforo onde, posteriormente, sofrerá uma derrota às mãos dos Turcos. No ano seguinte, o mesmo irá suceder com as forças de Luís VII, rei de França.

Acalmadas as animosidades suscitadas pela Segunda Cruzada (cujo único resultado positivo foi, num cenário periférico, a conquista de Lisboa aos Mouros, em 1147), as atenções de Manuel I viraram-se para ocidente. Aproveitando as dissensões que surgiram (uma vez mais...) entre Bizantinos e cruzados, Rogério II, rei da Sicília e dos Normandos, tomou Corfu e efetuou uma autêntica devastação na Grécia. Perante tal ameaça, o imperador vê-se obrigado a renovar a aliança com Veneza, agraciando a cidade mercantil com sumptuosas oferendas.

Contudo, aos Venezianos não convinha verem o poder bizantino instalado nas duas margens do Adriático e, por isso, negaram todo e qualquer apoio a uma ofensiva contra os Normandos. Assim sendo, e uma vez que se encontrava sozinho, Manuel I recorre à contratação de mercenários e entrega a campanha em Itália a dois dos seus mais brilhantes generais: Miguel Paleólogo e João Ducas. Numa primeira fase, foi conseguida uma importante vitória na Apúlia, mas, após a ascensão ao trono siciliano de Guilherme I,

em 1156, dá-se um revés na campanha; na sequência de uma série de derrotas, os Bizantinos são obrigados a recuar e, em 1158, é assinado um tratado entre as duas potências, que tem como consequência funesta a expulsão de Bizâncio da Península Itálica.

Já em outras paragens, o *basileús* foi mais feliz. A oriente, com grande sucesso submete Antioquia ao domínio de Bizâncio, algo que se afigurava crucial em 1159. Na década que se seguiu, obteve importantes vitórias nos Balcãs, contra os Húngaros, alcançando um importante triunfo na batalha de Sirmio (1167); em 1172, consegue esmagar uma rebelião sérvia, protagonizada pelo príncipe Estêvão Nemanja – a pacificação dos Balcãs estava, assim, assegurada. Isto era de importância vital pois, perante as perdas territoriais sofridas, era necessário obter rendimentos para a sobrevivência do império.

8. A batalha de Miriocéfalo (1176)

No decurso da década de 1170, Manuel I conseguira estabelecer, na Ásia Menor, um verdadeiro equilíbrio com o sultanato de Icónio e tentava, aos poucos, avançar territorialmente, tendo como objetivo a recuperação de uma grande fatia da parte central do planalto da Anatólia. Contudo, o entrave que se punha a tão ambicioso projeto encontrava-se a ocidente, onde os imperadores do Sacro Império Romano-Germânico faziam de tudo para gorar os esforços bizantinos. Bizâncio era vista como a maior ameaça ao domínio germânico na região central do Mediterrâneo; no seu extremo, chegaram mesmo a apoiar o sultão seljúcida, Kilidj Arslan, contra os esforços do *basileús*. Toda aquela região se encontrava fora da esfera da política bizantina.

Um importante aspeto a considerar prende-se com o facto de uma das principais características da política de Manuel I ter sido a de manter, por vezes com grande custo para os cofres do império,

boas relações, quer com os cruzados e os príncipes ocidentais, quer com os emires de Alepo, os quais serviam como uma espécie de proteção contra o poderio dos Seljúcidas. Ora, em 1174, Saladino, cujo domínio tinha nesta altura o seu centro de gravidade mais a sul (no Egito), assume o poder em Alepo; como tal, a sua atenção vê-se desviada dos Turcos, o que fez o equilíbrio geoestratégico tremer, não facilitando a situação ao imperador.

Em virtude disto, Manuel I decide que uma ofensiva com o intuito de erradicar a ameaça protagonizada pelos Seljúcidas poderia trazer grandes proveitos para o império, a longo prazo; assim, os preparativos para uma colossal campanha são então encetados. O objetivo: uma vez mais, tentar tomar Icónio, a capital seljúcida. Em 1176, eclode a guerra e, no verão desse mesmo ano, o *basileús* inicia a sua campanha, tendo o cuidado de fortificar todas as guarnições no seu percurso; fazia-se acompanhar, para além dos seus soldados, de um imponente trem de apoio e dos mais variados engenhos de cerco (Haldon 2001 140).

Estes acontecimentos preocupavam também, do outro lado, o sultão Kilidj Arslan, o qual viu estas movimentações bizantinas como uma séria ameaça, que não poderia ser subestimada. Tentando evitar os confrontos, é enviada ao imperador uma embaixada com o intuito de o dissuadir de uma tal campanha, mas, resoluto na sua decisão, Manuel I recusa receber a comitiva e prossegue a sua marcha. Posto isto, o sultão vê-se sem outra opção a não ser defender o seu território da melhor maneira possível.

Conseguindo antecipar o percurso que a imensa hoste bizantina escolheria, os Turcos facilmente dispuseram diversas armadilhas que, na ótica do sultão, configuravam a melhor forma de retardar e de ganhar vantagem sobre a coluna de marcha adversária, e a localização óbvia para assumir uma derradeira posição defensiva era numa antiga passagem, através das montanhas do planalto da Anatólia: o terreno era acidentado e os seus penhascos ofereciam

a oportunidade perfeita para se realizar uma emboscada, sem risco de grandes perdas. E, com efeito, o exército bizantino viu-se forçado a tomar este caminho, pois, devido à política turca de terra queimada, as suas reservas já escasseavam e não havia depósitos de água potável por perto (ao envenenarem rios e fontes, os Turcos tinham garantido que os seus opositores não teriam forma de se reabastecer). O desvio que esta passagem proporcionava era, assim, a única solução que o *basileús* podia considerar, pois a fome e a sede, aliadas à disenteria, começavam já a ceifar a vida dos soldados bizantinos.

Sabendo que as tropas inimigas haviam ocupado o desfiladeiro e confrontado com a indecisão de atacar ou não, Manuel I (ignorando as vozes que o aconselhavam a fazer o contrário), opta por um ataque direto. Não se sabem as razões que o levaram a uma escolha tão precipitada, mas é possível que a falta de recursos e a crescente desmoralização das tropas tenham tido aí grande influência nesta escolha.

O exército bizantino é, assim, organizado em várias divisões, cada uma delas apresentando-se como um corpo homogêneo, com um número equilibrado de cavaleiros, de infantaria e de arqueiros. Apenas a carriagem era constituída, maioritariamente, por tropas apeadas.

Segundo os relatos, Manuel I terá ignorado as características do terreno que o seu exército teria de percorrer: as bestas de carga não tiveram o peso dos seus fardos distribuído equitativamente, e nada fora feito para proteger os engenhos de cerco ou para facilitar a sua movimentação; assim, este importante núcleo do exército viu-se impossibilitado de efetuar a travessia com uma maior celeridade; finalmente, nenhuma ação fora encetada para averiguar a localização das forças turcas, nem houve qualquer tentativa para as desalojar dos seus abrigos. Posto isto, a vanguarda de Manuel I inicia a travessia do desfiladeiro, encontrando a primeira linha de combate turca. Inesperadamente, os Turcos são apanhados

de surpresa e facilmente rechaçados – o exército bizantino prossegue, portanto, a travessia sem encontrar grande oposição.

Tratou-se de uma travessia que se prolongou por seis longas horas, atendendo ao tamanho da hoste, da carga que transportava e das características do terreno. Foi assim que, neste momento, a situação se deteriorou: a principal divisão da carriagem acelera a sua marcha, afastando-se do corpo central, e vê-se emboscada; a ala direita do exército bizantino sofre pesadas perdas e, não conseguindo impor a ordem, quase todos os soldados são chacinados ou postos em fuga. De facto, era impossível executar as manobras necessárias, uma vez que se encontravam debaixo do tiro das flechas turcas, bem como embaraçados pela configuração do terreno. Adivinha-se, também aqui, o efeito das eficazes armadilhas que os Turcos tinham previamente montado (Haldon 2001 143).

A carriagem só a muito esforço conseguiu escapar, transpondo o cimo de uma colina. É erigido e fortificado o acampamento imperial e, pouco depois, este era alcançado pela principal divisão do exército de Manuel I. Contudo, a retaguarda via a sua marcha retardada (ainda mais!) pelos corpos dos soldados que tinham tombado e pelas flechas dos Turcos, que não cessavam de infligir baixas nas fileiras gregas.

Não ajudando à situação, levanta-se uma tempestade de areia, que torna praticamente impossível a um exército avistar o outro. Foi neste momento que, galvanizado pelos seus soldados e oficiais, Manuel I (que, segundo as crónicas, já se havia resignado perante a derrota), conseguiu restabelecer a ordem e a disciplina entre as tropas, fazendo com que o exército adotasse uma postura defensiva e podendo, assim, efetuar o resto da travessia do desfiladeiro. Aproveitando o caos que se havia instalado pelo advento da tempestade de areia, o que restava da retaguarda bizantina alcança também o grosso do exército, escapando às flechas dos Turcos.

Embora esta derrota (comparada com Manzikert) não tenha sido tão pesada em termos de vidas humanas, ela teve como consequência a perda de oportunidades, devido a táticas incorretas que foram aplicadas. O imperador ignorara certos procedimentos a ter em conta, no tocante à marcha dos exércitos, e falhara ao não ter enviado batedores para se prevenir dos perigos que corria. A juntar a isto, a perda dos engenhos de guerra (que os Turcos conseguiram destruir) impossibilitou a concretização daquele que era o objetivo de uma tal campanha: a tomada de Icónio, a capital seljúcida.

Nunca mais o *basileús* voltou a poder reunir tamanha hoste, mas, por outro lado, os Turcos também não chegaram a rentabilizar esta vitória. Ao contrário do que muitos historiadores defendem, não foi com a derrota de Miriocéfalo (em 1176), mas sim após a morte de Manuel I Comneno (em 1180) que o poder imperial começou, de facto, a apresentar sinais de deterioração...

Neste reinado, é importante realçar ainda um aspeto da mais alta importância: em 1171, deu-se o corte diplomático entre Veneza e Bizâncio. Esta situação foi deveras perigosa para os Bizantinos, na medida em que a importante cidade mercantil italiana encetou uma política com vista a fazer ela própria guerra a Constantinopla. No meio de uma série de reveses, em 1179, Manuel I foi obrigado a assinar um acordo de paz, ainda que limitado, contudo a morte do imperador, no ano seguinte, não permitiu mais evoluções neste cenário diplomático.

9. O canto do cisne dos Comnenos

Quanto aos dois últimos imperadores dos Comnenos, Aleixo II (1180-1183) e Andrónico I (1183-1185), protagonizaram reinados muito curtos e malsucedidos. O primeiro foi vítima de uma gestão descuidada no tocante às relações com os cruzados,

aos nacionalismos bizantinos e a um ambiente que se apresentava cada vez mais hostil aos Latinos; já Andrónico I tentou impor-se pela força, usurpando o trono a Aleixo II. Em 1182, dá-se o massacre de latinos em Constantinopla, por uma população enfurecida. Apesar de encetar uma política de isolacionismo e antiocidentalismo, o *basileús* não se dispensou de reatar as negociações com Veneza, restituindo-lhe todos os privilégios e aceitando pagar indenizações pesadas pelas ocorrências de 1171; tratava-se, no fundo, do canto do cisne da autoridade imperial. Contudo, toda esta tentativa de restabelecer o poder do imperador viu-se questionada por uma série de derrotas (diante dos Húngaros, dos Sérvios e dos Normandos, que em 1185 tomaram Tessalónica e marcharam em direção a Constantinopla), as quais tiveram como consequência a desgraça do *basileús*, que acabaria por ser vítima da multidão, nas próprias ruas da capital do império...

Terminava, assim, uma das mais brilhantes dinastias de que Bizâncio dispusera. Assistimos ao rejuvenescimento do exército com Aleixo I, que, gradualmente, conseguiu transformar uma máquina que se apresentava deficitária num aparelho militar verdadeiramente eficiente, capaz de fazer frente às maiores ameaças. Com João II Comneno, verificámos o renascimento da arte de cerco, ao longo dos vinte e cinco anos do seu principado. Com Manuel I, descortinámos os primeiros sinais de abatimento e a falta de apoios de que o Império Bizantino começava a sofrer. Finalmente, com os últimos dois imperadores (Aleixo II e Andrónico I), assistimos claramente à degradação da autoridade imperial e ao enfraquecimento do poder em Bizâncio.

(Página deixada propositadamente em branco).

VIII

OS ANJOS: DA TENTATIVA DE SALVAR UM IMPÉRIO AO SAQUE ‘SAGRADO’

1. Isaac II: o último suspiro

Com o fim do reinado de Andrónico II tem início a dinastia dos Anjos (ou Ângelos). Tratou-se de uma breve dinastia – cerca de dezanove anos –, que foi marcada pela deterioração do aparelho militar bizantino, pela degradação das relações com Veneza e por toda uma conjuntura hostil, propiciada pelo advento da Terceira e da Quarta Cruzadas.

Assim que sobe ao trono, em 1185, por meio de uma revolução que culminou na morte do seu primo (Andrónico II), Isaac II Anjo tem de enfrentar uma situação desesperada: uma poderosa força normanda encontrava-se a cerca de 300 quilómetros de Constantinopla e as suas intenções não eram desconhecidas do novo *basileús*... Perante esta ameaça, Aleixo Branas, um dos generais mais competentes de Bizâncio, é enviado para o *tema* de Tessalónica, levando consigo uma poderosa força de apoio, que se apresentava como o expoente militar máximo que o império podia reunir em tão pouco tempo: graças a estes meios, consegue expulsar os Normandos do seu território; em Mosinópolis é alcançada uma grande vitória, que constituiu um rude golpe

no moral normando e, meses depois, em novembro, são novamente derrotados.

Contudo, Isaac II é obrigado a cegar ambos os filhos do seu predecessor; uma ação cruel, mas vista como necessária, na medida em que legitimava a posição do recém-instalado *basileús* e porque, para os seus súbditos, ele se apresentava como a “primavera que vem depois de um rigoroso inverno, ou a bonança que precede sempre uma tempestade” (Norwich 1997 295).

Mas toda esta nova esperança era na verdade uma ilusão, dado que toda a governação bizantina assentava agora em moldes corrompidos: ao contrário de Andrónico, que conseguira erradicar quase toda a corrupção do governo do império, Isaac II ignorara tudo e todos na atribuição dos novos postos oficiais. Para além deste problema de ordem interna, outros surgiam no horizonte: o antigo modelo dos *témata* estava completamente desarticulado e notava-se o constante crescimento de uma aristocracia feudal, que minava a autoridade imperial.

Apesar de todas as fragilidades que Bizâncio apresentava, o novo *basileús* não baixou os braços. Foram empreendidas diversas ações para subjugar todas as rebeliões que alastravam pelo império, e uma especial atenção foi dada à proteção das fronteiras territoriais, constantemente ameaçadas. Mas nem com toda a energia despendida foi Isaac II capaz de impedir a formação de um Segundo Império Búlgaro e, em 1190, uma campanha realizada nos Balcãs mostrou-se verdadeiramente desastrosa: o exército imperial foi completamente arrasado e só a grande custo o imperador conseguiu escapar com vida. Foi este o marco decisivo para o fim da supremacia bizantina na Europa oriental.

Entretanto, em 1187, Jerusalém, a Cidade Santa, é tomada pelos Árabes; tal acontecimento esteve na génese do apelo, feito pelo papa Gregório VIII, a uma Terceira Cruzada na Terra Santa. Constantinopla temeu o pior, pois, encabeçando esta nova cruzada,

estava Frederico I “Barba Ruiva”, um seu antigo inimigo, que liderava o maior exército cruzado alguma vez reunido... Quanto aos restantes “grandes” da Europa que integravam este movimento – Ricardo “Coração de Leão”, rei de Inglaterra, e Filipe II “Augusto”, soberano da França –, têm pouco relevo para o desenrolar dos acontecimentos posteriores em Bizâncio (a exceção é a tomada, em maio de 1191, da ilha de Chipre pelas forças inglesas, que a tornaram uma excelente base de operações). Não são desconhecidas as alianças de Isaac II com Saladino e toda uma política de entendimentos com Veneza, que também se encontrava receosa da ameaça protagonizada pelo poder germânico. Contudo, em 1195, Isaac II acaba por ser deposto pelo próprio irmão, Aleixo III, que o cega e encerra na prisão.

2. Aleixo III: de usurpador a usurpado

Assim que é proclamado imperador, Aleixo tem de se confrontar com as exigências feitas por Henrique VI (o filho de Frederico “Barba Ruiva”), monarca siciliano e cunhado de Isaac II, ao trono de Constantinopla. Aterrorizado (mostrava-se muito mais facilmente manipulável do que o seu predecessor), e percebendo que não se encontra em posição de enfrentar o poderio germano-siciliano, acede às condições impostas. O tributo que era exigido a Bizâncio estava destinado ao pagamento das tropas mercenárias que Henrique VI contratara para uma campanha a ser realizada em terras sob o domínio muçulmano; para conseguir reunir a avultada verba exigida, o *basileús* instituiu uma pesada taxa incidindo sobre todo o território imperial, a qual ficou conhecida como a “taxa alemã”. O objetivo de pagar tal tributo era impedir a guerra (a única saída para Bizâncio, tendo em conta a situação degradante em que se encontrava o seu exército) e, para a sua

execução, o líder bizantino viu-se obrigado a lançar mão de todos os recursos disponíveis, incluindo a remoção dos ornamentos de maior valor do interior dos túmulos bizantinos. Eis um sinal claro da situação de empobrecimento a que o tesouro imperial havia chegado (Ravegnani 2006 151).

Noutros campos, Aleixo III esforçou-se por impor uma verdadeira política de alianças com as cidades de Génova, Pisa e Ragusa – importantes jovens potências marítimas –, favorecendo-as sistematicamente e paralelamente, de forma a poupar o erário público, cortando todos os pagamentos a Veneza bem como toda a ajuda acordada. Porém, tal como sucedera anteriormente com João II Comneno, em 1198 é obrigado a recuar, e um novo tratado é assinado entre Veneza e Bizâncio, o qual repôs a velha aliança e compensou generosamente os italianos.

No entanto, o pior de tudo ainda estava guardado para o fim. Em 1198, pela mão do papa Inocêncio III, é lançada a Quarta Cruzada. Aqui, importa referir a figura de Henrique Dandolo, o nonagenário *doge* de Veneza, que soube tirar partido dos seus negócios com os promotores franceses da expedição, em relação ao preço do transporte... em navios venezianos! Assim que o exército cruzado se reúne, depara-se com dois graves problemas: em primeiro lugar, regista-se uma grande falta de homens e, em segundo lugar, não há dinheiro suficiente para pagar o transporte para a Terra Santa. Apesar de todos os esforços encetados com vista à angariação do pagamento devido, as forças cruzadas necessitavam ainda da avultada quantia de 34 000 marcos (Norwich 1997 300); a situação torna-se complicadíssima, tanto mais que o velho *doge* não permite a saída de um único barco que seja, em direção à Terra Santa, enquanto a totalidade da dívida não for paga.

É então proposto, pelos Venezianos, um ataque a Zara, uma cidade da outra margem do Adriático e importante adversária comercial dos seus interesses. Perante tal situação, os cruzados

não tinham escolha e decidem aceitar; contudo, nem com o saque obtido conseguem saldar a sua dívida para com os aliados. Foi aí que surgiu uma nova possibilidade: um filho do deposto e cego Isaac II, de seu nome Aleixo, propõe que, caso os cruzados e os Venezianos reponham o seu pai no trono de Constantinopla, toda a dívida será paga pelo erário bizantino e ainda será facultada alguma ajuda militar e financeira para a reconquista de Jerusalém (Monteiro 2006 177-179). Perante tão irrecusável proposta, o projeto avançou.

Assim, em 24 de junho de 1203, uma força conjunta de Venezianos e cruzados parte do porto de Veneza, em direção a Constantinopla. Aleixo III, que não havia feito qualquer tipo de preparativos para a defesa da cidade, assiste, incrédulo, ao desembarque de um grande exército, a 5 de julho, a norte do Corno de Ouro. A frota bizantina tenta opor-se à frota adversária, mas em vão, pois encontra-se em inferioridade numérica e é aniquilada.

O derradeiro ataque é, assim, dirigido ao ponto mais fraco de todo o dispositivo defensivo da cidade: a zona marítima, defronte do Palácio de Blachernes. Tratou-se de uma operação tanto marítima como terrestre e, em poucas horas, apesar de uma forte resistência protagonizada pela Guarda Varangiana, a cidade cai... e o imperador foge.

3. De Aleixo IV a Aleixo V: a hora mais negra do Império Bizantino

A 1 de agosto de 1204, Aleixo IV é associado ao trono imperial (o seu pai, além de ter ficado cego, já apresentava uma idade avançada para exercer o cargo de *basileús*). De imediato, o novo imperador arrepende-se das promessas feitas aos cruzados e a Veneza: era impossível conseguir pagar tão tremenda dívida... O erário público encontrava-se praticamente esgotado e novos impostos tiveram de

ser lançados, estando os contribuintes ao corrente do destino que seria dado ao numerário arrecadado. Gera-se, assim, um clima de grande hostilidade para com os ocidentais dentro da capital bizantina, algo que foi sendo agravado com a presença de forças cruzadas dentro de Constantinopla⁶⁷.

Perante a impossibilidade de pagar aquilo que era devido, os tumultos entre Gregos e cruzados começam a atingir proporções consideráveis. Por um lado, os habitantes da cidade queriam ver-se livres dos invasores, recusando-se a continuar a contribuir para o pagamento; por outro lado, encontramos o nonagenário *doge* de Veneza a recusar-se a abandonar a cidade, enquanto a totalidade da dívida não fosse saldada. Na verdade, porém, a questão do débito há muito que estava afastada da sua mente; o principal objetivo era agora, nada mais, nada menos, a conquista do Império Bizantino (Norwich 1997 303), e toda a sua ação foi desenvolvida com vista à consumação deste propósito. Perante isto, a posição dos Anjos não poderia ser outra: se os cruzados quisessem que a dívida fosse paga na sua totalidade, teriam de tomar a cidade pela força, uma ideia que, aparentemente, eles não tinham ainda equacionado. Uma vez controlada a cidade, e com um dos seus líderes no governo, a dívida poderia então ser paga e a Cruzada, finalmente, financiada...

Todavia, a opinião pública já acreditava que Aleixo IV, juntamente com as tropas cruzadas e venezianas, também deveria ser expulso da cidade. E é aqui que entra em cena Aleixo Ducas Murzuflo, que, à cabeça de uma nova rebelião, destrona o *basileús* e toma o seu lugar, sob o título de Aleixo V.

⁶⁷ Uma certa noite, um grupo de cavaleiros incendiou uma pequena mesquita no distrito muçulmano, mesmo atrás da Catedral de Santa Irene. O fogo que se propagou a partir dali consumiu uma parte da cidade. Desde os tempos de Justiniano I que nunca se havia visto semelhante catástrofe dentro das muralhas de Constantinopla.

Tentando um último esforço para proteger a capital de Bizâncio, todas as torres da cidade são elevadas e todos os muros são reforçados. Simultaneamente, todas as negociações com Veneza são interrompidas: o novo *basileús* não tomaria qualquer responsabilidade por uma dívida que era inteiramente alheia à sua governação. Em face desta recusa, aos cruzados restava apenas uma alternativa: a tomada pela força de Constantinopla.

Elaborado o plano de ataque, a 9 de abril de 1204, a rainha das cidades cristãs é atacada em força pelos exércitos cruzado e veneziano. Perante a fraca resistência oferecida, as muralhas e torres depressa cedem aos invasores. Aleixo V, que se encontrava a comandar as forças bizantinas, sente-se impotente para contrariar tal situação e abandona Bizâncio.

A carnificina que se seguiu durante o resto do dia foi brutal e só ao cair da noite é que os invasores se retiraram da cidade. Contudo, a hora mais negra para os habitantes de Constantinopla ainda estava para vir: no dia seguinte, com o primeiro raiar do Sol, a cidade é novamente invadida. Os três dias que se seguem são de uma brutalidade e massacre nunca antes vistos, pois, não encontrando resistência alguma, os cruzados chacinam todos à sua passagem, enquanto as forças venezianas tratam de pilhar toda a cidade. Nunca, desde o tempo das invasões bárbaras, havia a Europa visto tal ação de atrocidade e vandalismo. E assim foi saqueada a maior cidade de toda a cristandade...

Ao fim destes três dias negros para os habitantes de Constantinopla, a ordem é restaurada. Todos os espólios do saque veneziano são utilizados para o pagamento da dívida, e todo o Império Bizantino é dividido e partilhado entre as forças dos cruzados e de Veneza, a principal beneficiária da queda de Bizâncio. Termina assim também, sem honra nem glória, a dinastia dos Anjos, curta e manchada por toda a brutalidade a que se assistiu ao longo de perto de duas décadas.

Depois da primeira invasão de Constantinopla desde os tempos de Constantino I, jamais o Império Bizantino recuperaria o esplendor de outrora. Tudo aquilo a que se irá assistir, a partir do exílio de Niceia e até à queda final às mãos dos Turcos, em 1453, será tão-somente uma tentativa para restaurar uma tímida sombra do anterior legado esplendoroso do Império Romano do Oriente.

IX

ARTE MILITAR EM BIZÂNCIO DURANTE A BAIXA IDADE MÉDIA (1204-1453)

1. O exército imperial na época do exílio em Niceia (1204-1261)

Se fizermos um apanhado das políticas puramente militares do governo de Bizâncio aquando do seu exílio em Niceia (1204-1261), devemos salientar as reformas do imperador João III Ducas Vatatzès (1222-1254), cujo intuito seria a criação de um exército de campanha eficiente que pudesse atuar livremente na Europa assim que a fronteira do “Império de Niceia”, na Ásia Menor, fosse controlada e assegurada. Para a proteção e estabilização destas regiões fronteiriças (que se estendiam da costa sul do mar Negro até à região meridional do Egeu), foram fundamentais as relações amistosas que Vatatzès cultivou com os Seljúcidas de Icónio, a execução de uma diplomacia astuciosa e uma eficaz preparação militar que se traduziu, sobretudo, num conjunto de fortalezas que foram construídas durante este principado no vale do Meandro.

Para além disso, de forma a evitar as depredações em território bizantino praticadas por turcomanos e por alguns bandos de seljúcidas dissidentes (sobre os quais os sultões tinham pouco controlo), os imperadores de Niceia, através de um conjunto de políticas, incentivavam a população civil que vivia nestas fronteiras

montanhosas a permanecer nas suas habitações, visto que estes montanhesees eram vitais, ao atuarem como amortecedores entre os saqueadores turcos e os vales do império. Deste modo, foi concedida uma série de benefícios (isenções fiscais e a atribuição, a uma elite, das *prónoia*) a estas populações locais, já que a permanência destes habitantes significaria a manutenção de uma defesa localizada das suas terras, assim como a realização de surtidas ocasionais contra o território turco; estas ações militares eram já praticadas pelos montanhesees muito antes de terem recebido esses privilégios, de tal forma que estes nunca chegaram a ser apelidados de “soldados”⁶⁸; a concessão da isenção de impostos e de outros benefícios não implicou nenhum serviço adicional, para além da permanência nas respetivas terras. Em suma, podemos dizer que estes montanhesees de Niceia eram, essencialmente, uma milícia fronteiriça localizada, sem muita organização ou disciplina, que defendia as suas terras e que fustigava os seus inimigos em território turco, caso surgisse uma oportunidade. Como resultado desta estratégia, os comandantes de Niceia puderam direcionar os seus recursos militares para outras zonas de ação.

João III Ducas Vatatzès ainda conseguiu, por meios bastante habilidosos, adaptar-se a circunstâncias inesperadas. Foi o caso da chegada de um grande grupo de Cumani⁶⁹, em 1239, que, fugindo dos Mongóis, atravessou o Danúbio e invadiu a Trácia, pilhando e atacando um conjunto de cidades que tinham entrado recentemente no domínio de Niceia. Em 1242, Vatatzès, por meio de prendas e fazendo bom uso da diplomacia, conseguiu disciplinar esta hoste

⁶⁸ As obras do historiador Jorge Paquimeres (uma das principais fontes coevas sobre estas políticas militares) apenas referem que as políticas de Niceia afetaram toda a população fronteiriça, e não apenas uma camada que adquiriu o estatuto de “soldado”. Cf. Paquimeres I 16-17; e Bartusis 1992 25-26.

⁶⁹ População de origem turca, oriunda das estepes a norte do mar Negro e do mar Cáspio.

invasora e fixá-la nos territórios imperiais da Anatólia (no vale do Meandro e na região leste de Filadélfia), algo que nos é relatado no elogio que Teodoro II Lascaris fará ao seu pai. Assim, a política do imperador relativamente aos Cumani (cuja maioria foi integrada no exército imperial após ter sido batizada) salienta-se, não pela sua originalidade, mas sim pela sua escala e pelo seu relativo sucesso.

Este povo serviu o exército imperial providenciando cavalaria ligeira de reserva, que se fixou na Ásia Menor, e parte dela adquiriu os benefícios dos montanhesees da fronteira desta região, sendo requisitada várias vezes para as campanhas europeias de João III Ducas Vatatzês e dos seus sucessores⁷⁰. Para além da cavalaria ligeira, os Cumani ainda integraram tropas estacionárias, aparecendo-nos como um grupo distinto somente na eleição de Miguel Paleólogo para a regência de 1258; a sua presença na corte sugere que pertenciam então às guardas imperiais ou a divisões montadas, que poderiam responder mais rapidamente às emergências do que os seus compatriotas apeados. Uma grande percentagem dos cumani que permaneceram no império após 1290 perdeu a sua identidade étnica distintiva.

Os Latinos formavam um outro grupo de estrangeiros que ingressavam, frequentemente, nos exércitos imperiais (as Cruzadas acentuaram, aliás, esta tendência), tendo, durante o século XIII, garantido aos Lascaris de Niceia uma fonte viável de mercenários⁷¹. O crescimento da importância destes mercenários durante o

⁷⁰ São vários os exemplos de campanhas militares onde se verifica a presença de Cumani a integrarem os exércitos imperiais: no cerco de Tessalónica (em 1242); na batalha de Pelagónia (em 1259), onde terão participado 2000 cavaleiros cumani; na reconquista de Constantinopla (em 1261), onde grande parte dos 800 soldados liderados por Aleixo Strategopolo eram cumani; nas próprias campanhas de Miguel VIII Paleólogo no continente europeu (em 1263/64, 1270-72 e 1275), que incluíram grandes contingentes desta etnia; entre outros exemplos possíveis.

⁷¹ Como no caso da batalha de Antioquia, em 1211, onde as forças de Niceia eram compostas por 2000 cavaleiros, dos quais 800 seriam mercenários latinos.

principado de João Vatatzès foi simbolizado pela criação do cargo de *mégas konóstaulos* (“grande condestável”), o chefe dos mercenários francos (um título que o próprio Miguel Paleólogo viria a adquirir). Será nesta governação que aparecerão os primeiros *pronoētai* latinos, designados *kaballárioi* (residentes em Esmirna, na costa ocidental da Anatólia), que as fontes da época associam, num sentido mais lato, a todos os soldados e cavaleiros francos que possuíssem uma *prónoia* militar. Paralelamente a estes cavaleiros latinos, existiram os *stratiōtai* (literalmente, “soldados”) que já não teriam os privilégios fiscais da *prónoia*.

A concessão destas regalias a latinos que serviam Bizâncio, durante o século XIII, pode ser interpretada como um meio de honrar e de recompensar os soldados francos mais expeditos e, igualmente, como um mecanismo pelo qual se conseguiria reduzir os pagamentos em ouro que pressionavam o fisco; porém, a concessão da *prónoia* aos mercenários latinos alterou a natureza do seu serviço militar, visto que um soldado que adquirisse estes benefícios estatais se tornava um soldado de reserva, que não conseguiria corresponder a um serviço militar imediato. Desta maneira, os soldados latinos que residiam no Império de Niceia podem ser divididos em dois grupos: os mercenários estacionários e os *pronoētai* de reserva. A influência político-militar latina era tão grande que a expulsão dos soldados francos que tinham servido Bizâncio aquando do principado de Teodoro II Lascaris (este imperador sonhava com um exército composto meramente por gregos) deve ser considerada um dos fatores mais importantes na ascensão e usurpação do trono por Miguel Paleólogo.

Durante o principado de João III Ducas Vatatzès, assistimos ainda à restauração da administração provincial (com as suas implicações militares), visto que o Império de Niceia tendia a depender das estruturas administrativas existentes antes da conquista de Constantinopla de 1204. A restauração das antigas províncias

e estruturas bizantinas tornava-se evidente, de um ponto de vista pragmático, no sentido em que o império ocupava áreas das antigas províncias bizantinas e a revitalização destas serviria como mecanismo de legitimação do regime; deste modo, a divisão estrutural das forças militares num exército central e em contingentes provinciais foi igualmente replicada a partir dos finais do século XII. Por um lado, existia um corpo central composto por contingentes militares denominados *tágmata*, que incluíam os soldados da corte e da Casa Imperial e os exércitos de campanha; durante a dinastia dos Comnenos (1081-1185) e na era nicena, estas tropas eram maioritariamente compostas por estrangeiros (que se fixavam nas províncias e que faziam serviço militar) e por mercenários; por outro lado, este exército central era complementado por tropas provinciais (*témata*) organizadas a partir dos territórios imperiais.

No entanto, este modelo de administração militar (que surge no século VII e que já foi analisado em capítulo anterior) entra em decadência durante a Baixa Idade Média, sendo os exércitos provinciais de inícios do século XII insignificantes, não conseguindo mesmo sustentar os invasores, nem prover tropas de reserva para as campanhas (o objetivo primordial da criação do modelo dos *témata*); por isso, os Comnenos levaram a cabo uma reforma deste modelo, que culminou nos esforços de Manuel I (1143-1180) na região poente da Ásia Menor. Este imperador, como forma de combater a ameaça seljúcida, criou uma série de novos *témata* (mais pequenos), a partir da redefinição das áreas dos *témata* tradicionais; deste modo, o novo modelo dos *témata* poucas semelhanças tinha com o anterior, visto que o sistema militar e administrativo dos séculos IX e X (durante o período da dinastia macedónica)⁷² não sobreviveu

⁷² Este sistema possuía duas figuras fulcrais: os governadores militares, designados *stratēgoí* (“generais”), e os estados militares (*stratiōtiká thémata*), que dinamizavam os exércitos provinciais.

à crise do século XI. Apesar de as fontes não nos indicarem com clareza as características dos novos soldados dos *témata*, podemos considerar que estes estariam fixados em fortalezas fronteiriças (construídas ou restauradas pelos Comnenos) e que teriam uma forte afinidade com o local (um aspeto que já poderia ser atribuído aos *témata* antigos), circunstâncias que ajudarão a explicar o respetivo sucesso durante o principado de Manuel I Comneno.

O Império de Niceia foi herdeiro destas reformas, cujo êxito é evidenciado pela relativa estabilidade das fronteiras orientais entre as décadas de 1180 e 1260. Ainda que esta estrutura dos *témata* tenha requerido adaptações temporárias, a lista dos *témata* nicenos é praticamente igual à da Ásia Menor anterior à conquista latina de Constantinopla⁷³. Cada *tema* tinha o seu governador, denominado *doúx* (“duque” a partir do século XII), que era nomeado pelo governo imperial por um ano, competindo-lhe o comando do seu exército. As fontes relativas a estes exércitos são praticamente inexistentes⁷⁴, de tal forma que a função exata destes contingentes se torna um tanto ou quanto dúbia: terão servido para guarnecer as fortalezas e cidades dos respetivos *témata* e, à medida que nos vamos aproximando da reconquista de Constantinopla, em 1261, seriam utilizados em campanhas na Europa⁷⁵.

Assim, nos finais do chamado Império de Niceia, verificamos um conjunto de alterações nos exércitos de campanha, que passam a

⁷³ Em 1240, existiam os *témata* da Paflagónia, de Optimaton (próximo do *tema* de Opsikion, no território da Bitínia adjacente a Constantinopla), da Bitínia, de Tróade (um pequeno *tema* na região de Troia, que resultou também da fragmentação do *tema* de Opsikion), de Neocastro (na região de Pérgamo), do Tracésico (na região de Éfeso), e de Milasa ou Melanúdio (um *tema* surgido na região ocidental do antigo *tema* de Cibirreote e que deriva o seu nome daquelas duas cidades).

⁷⁴ Uma das poucas referências chega-nos pela pena do historiador Jorge Acropolita, que nos descreve a ascensão de Constantino Margarites no seio do exército dos *témata* de Neocastro, durante o reinado de João Vatatzês.

⁷⁵ A primeira referência à participação de exércitos provinciais em campanhas no continente europeu aparece-nos no reinado de Teodoro II Lascaris, em 1254-1258.

incluir (para além das tropas campais maioritariamente compostas por mercenários) guarnições provinciais, dissipando-se gradualmente as distinções entre estes dois tipos de contingentes (*tágmata* e *témata*). Devemos enunciar três fatores que contribuíram, decisivamente, para esta osmose: i) o uso crescente das tropas dos *témata* da Anatólia nas campanhas europeias, uma tendência que se inicia na década de 1250, durante o principado de Teodoro II Lascaris (com a cavalaria da Paflagónia), e que se afirma depois, sob o governo de Miguel VIII; ii) o facto de, desde o início das campanhas de reconquista da Trácia e da Macedónia, as tropas de campanha serem utilizadas para ocupar e reforçar as fortalezas da Europa; iii) a tendência gradual do Estado para conceder *prónoiai* aos soldados dos exércitos de campanha.

Podemos considerar que a utilização progressiva das tropas dos *témata* nas campanhas europeias se deveu, sobretudo, à necessidade de um grande número de soldados treinados para essas campanhas, à falta de dinheiro para a contratação de mercenários e à xenofobia de Teodoro II Lascaris (que contrariava a utilização de contingentes estrangeiros nos exércitos imperiais): o historiador bizantino Jorge Paquimeres, ao apresentar uma lista dos contingentes do exército de Miguel VIII Paleólogo e do seu irmão João Paleólogo (durante a década de 1260), sublinha que este imperador acentuou tal prática (cf. Paquimeres I 310; e Bartusis 1992 31-32). Para além dos Cumani e dos Latinos (elementos usuais dos exércitos nicosos de campanha) e de tropas da Trácia e da Macedónia, existia um conjunto de contingentes oriundos dos *témata* da Ásia Menor⁷⁶.

Por sua vez, a utilização de unidades de campanha no reforço das fortalezas reconquistadas na Europa (começam a ser utilizadas nos inícios de 1237 até ao termo da era nicena) contribuiu

⁷⁶ Portanto, dos *témata* da Paflagónia, Optimaton, Bitínia, Neocastro, Tracesiano e Milasa/Melanúdio.

decisivamente para a mescla entre os *tágmata* e as tropas dos *témata*. Apesar de a ocupação temporária das fortalezas conquistadas por tropas de campanha ter sido prática comum em toda a história do Império Bizantino, durante a reconquista da Trácia e da Macedónia pelo Império de Niceia a *ratio* das tropas de campanha para a área conquistada foi bastante elevado, devido à própria geografia do território e ao facto de estas províncias, após a reconquista, continuarem vulneráveis a ataques externos: dos Búlgaros (a nordeste), do reino da Sérvia (a noroeste), dos governantes epirotas e da Tessália (no sul) e, por fim, do Império Latino (a leste). Deste modo, Vatatzès e os seus sucessores foram forçados a manter uma presença militar forte nesta região, através do repovoamento das fortalezas mais importantes com as unidades de campanha que as conquistaram.

Por fim, devemos mencionar a propensão crescente para conceder *prónoiai* às tropas dos exércitos campais. Esta prática ter-se-á iniciado com os Comnenos e sido vulgarizada pelos imperadores de Niceia, os quais, apesar de terem exércitos muito menos numerosos do que os exércitos dos Comnenos, concederam *prónoiai* a mais soldados (ainda que as unidades que beneficiavam destes privilégios representassem sempre uma minoria nos exércitos imperiais): assim, não terá existido nenhuma tentativa, por parte dos Comnenos e dos Lascaris, para incorporar a instituição das *prónoiai* no modelo dos *témata*. Apesar de os militares que recebiam estes benefícios viverem nas províncias, não eram considerados soldados dos exércitos dos *témata*, mas sim parte dos *tágmata* (o principal exército imperial). Deste modo, enquanto estes privilegiados se mantiveram uma minoria no núcleo dos *tágmata* (sendo a grande maioria deles mercenários), foi possível considerar os soldados beneficiando de *prónoiai* militares como um tipo especial de combatentes dentro do exército imperial; contudo, devido à necessidade de mais recursos humanos para prosseguir as suas

campanhas na Europa, Vatatzès estendeu o sistema de concessão de *prónoiai* militares, de tal forma que, nos finais do século XIII, já era possível encontrar no exército imperial mais soldados auferindo de *prónoia* do que mercenários.

2. As reformas de Miguel VIII Paleólogo (1261-1282)

Após a reconquista de Constantinopla, em 1261, Miguel VIII Paleólogo investiu grande parte dos seus recursos na neutralização das potenciais ameaças a ocidente (através de uma diplomacia bem articulada e astuta) e na expansão para o despotado do Epiro e dos restantes Estados latinos localizados na Moreia (canalizando os seus exércitos para estas regiões): pode-se, assim, considerar que o centro da geopolítica bizantina se deslocou dos confins da Ásia Menor para a região do Mediterrâneo oriental (uma posição mais estratégica e simbólica). Consequentemente, as políticas militares de Miguel VIII centraram-se na proteção de Constantinopla, na organização de exércitos suficientemente fortes para combater os Latinos (na Moreia) e os Gregos (na Tessália) e na manutenção da presença bizantina nas províncias europeias da Trácia e da Macedónia.

Com este intuito, imediatamente após a reconquista de Constantinopla, Miguel VIII criou quatro novas divisões militares: os *thelēmatáριοι*, os *gasmôúλοι*, a divisão marítima dos *tzakónes* e os *prosaléntai*. Visto que pelo menos três destas divisões se mantiveram nos principados seguintes, podemos concluir que estas novas instituições militares foram bastante bem-sucedidas, o que abona o génio militar de Miguel VIII.

Os *thelēmatáριοι* viviam nas redondezas de Constantinopla e, tendo já ajudado Aleixo Strategopolo na reconquista de Constantinopla, foram reorganizados num grupo especial, apesar de termos poucas

informações relativas às suas atividades militares; são mencionados uma única vez na descrição da batalha de Apros (em 1305)⁷⁷, onde terão formado a retaguarda dos exércitos imperiais. Por sua vez, em 1318, existe uma breve referência a um grupo de *thelēmatáριοι* (chamado como testemunha num caso de heresia), o que nos sugere que este se manteve com um estatuto bastante modesto; porém, existiam algumas exceções, tendo alguns recebido *prónoiai*, o que significa que o estatuto deste grupo com funções militares terá crescido bastante desde o reinado de Miguel VIII. Deste modo, podemos concluir que, enquanto os *thelēmatáριοι* continuaram a existir como soldados durante o século XIV, as características do seu serviço militar e a sua posição socioeconómica ter-se-ão alterado.

De forma a afirmar a influência bizantina no Mediterrâneo oriental, Miguel VIII reconstruiu a armada imperial, tendo obtido os serviços dos *gasmóυλοι*, que residiam nos arredores de Constantinopla e que tinham surgido, à semelhança dos *thelēmatáριοι*, das relações entre os Bizantinos e os Latinos⁷⁸; estes soldados são-nos descritos (de forma bastante pejorativa) no tratado *Conselho sobre uma Passagem para o Ultramar*⁷⁹ como corsários que estavam mais interessados em destruir do que propriamente em ter lucro. Os *gasmóυλοι* foram, assim, contratados para a armada como mercenários; contudo, a necessidade de soldados

⁷⁷ Esta batalha resultou dos conflitos entre a Companhia Catalã e o imperador Miguel IX Paleólogo, devido ao atraso no pagamento do serviço militar que esta companhia prestou na Ásia Menor frente aos Turcos (cerco de Filadélfia, em 1304) e à tentativa de assassinato do líder mercenário Rogério de Flor (já em 1305). Após terem vencido os contingentes bizantinos nesta batalha, os Catalães saquearam a Trácia por dois anos, tendo de seguida conquistado o ducado de Atenas (1311) e formado um principado nesta região (Bartusis 1992 79-82).

⁷⁸ Contudo, se os *thelēmatáριοι* surgiram de relações meramente económicas com os Latinos, os *gasmóυλοι* seriam o produto de relações conjugais e da miscigenação que se haviam iniciado com a conquista latina de 1204.

⁷⁹ Este tratado latino, escrito por um autor anónimo cerca de 1330, tinha como finalidade incentivar o rei francês Filipe VI de Valois (1328-50) a realizar uma cruzada.

para fortificar e repovoar a capital, assim como de homens experientes para a marinha, levaram o imperador a transferir famílias originárias da Moreia para Constantinopla, as quais serviriam nas suas embarcações.

Destas famílias, devemos salientar os *lakónes* (mais tarde popularizados sob a designação de *tzakónes*), originários da Lacónia (Peloponeso) e que chegaram a Constantinopla em 1261/62, tendo reforçado os primeiros contingentes de *gasmouloi* de Miguel VIII. Os *tzakónes* (tal como os *gasmouloi*) eram soldados ligeiros, cujo contributo se intensificou no decurso de duas campanhas navais (em 1262⁸⁰ e em 1273); deste modo, durante as décadas de 1260 e 1270, os *tzakónes* e os *gasmouloi* constituíram a base de todas as forças marítimas bizantinas. O nome peculiar destes soldados ligeiros gregos (acentuado por Paquimeres e por Nicéforo Gregoras) tem as suas origens na palavra *tzákon*, cujo significado é bastante amplo: designa, por um lado, um conjunto variado de profissões militares/paramilitares (soldados ligeiros, guardas de uma fortaleza, guardas palacianos, polícias paramilitares) e, por outro, os habitantes originários da Lacónia.

Assim, podemos concluir que os *tzakónes* corresponderiam a homens oriundos da Moreia (e, provavelmente, de outras regiões), que serviriam como tropa marítima, como infantaria ligeira que guardava as muralhas das cidades e até como divisões palacianas. A profissão de *tzákon* era, pelo menos ocasionalmente, hereditária, o que não é surpreendente, visto que, segundo o patriarca Gregório de Chipre, os primeiros *tzakónes* teriam recebido pagamentos e terras (*tópoi*) perto da cidade. O imperador pretendia desse modo garantir uma fonte constante de mercenários residentes na capital, pois a posse

⁸⁰ Nesta campanha naval, a armada bizantina e genovesa (liderada pelo *prôtos-trátôr* Aleixo Filantropeno) atacou uma série de ilhas venezianas. Esta armada já foi constituída pelas novas tropas navais de Miguel VIII: *gasmouloi*, *proselóntes/prosaléntai* e os *lakoniai*.

de uma propriedade, mesmo que modesta, impedia muitos deles de abandonarem os seus trabalhos em busca de ocupações noutras locais.

Com os *gasmouloi* e os *tzakónes* a constituírem uma fonte significativa de soldados marítimos, Miguel VIII precisava agora de remadores, tendo ido buscá-los ao grande número de camponeses que havia ficado sem senhor, na sequência do colapso do Império Latino e da fuga dos grandes aristocratas ocidentais. Por conseguinte, o imperador não teve qualquer problema em obter mão-de-obra não especializada, já que até lhes oferecia, como pagamento, propriedades para cultivarem; deste modo, o nome *prosaléntai* (equivalente a *prosēlōntes*, que significa “remadores”) era a designação oficial dos remadores imperiais durante este reinado. Se analisarmos a documentação onde estes são mencionados, podemos concluir que as terras que lhes eram atribuídas se encontravam muito perto da costa (Lemnos, Calcídica, Sithonia e na região de *Strymon*).

Para além dos aspetos militares já abordados, a presença de tropas mercenárias turcas em detrimento dos habituais mercenários latinos refletiu uma alteração significativa na composição dos contingentes de estrangeiros dentro do exército bizantino. Apesar do patronato deste imperador se ter estendido aos mercenários latinos que o ajudaram a ascender ao trono, a importância destas tropas nas campanhas imperiais foi diminuindo⁸¹, de tal forma que a orientação ocidental das políticas de Miguel VIII levou a um melhor aproveitamento dos serviços militares dos Cumani e dos Turcos; por outro lado, a reconquista de Constantinopla poderá ter afetado a vinda de mercenários latinos para o império, tendo-se

⁸¹ Por exemplo, na batalha de Pelagónia (1259) é bem possível que as tropas de Niceia já não integrassem mercenários latinos, sendo certo que estes já não foram utilizados nas campanhas da Moreia.

restringido o seu serviço à guarda palaciana (que o imperador mais facilmente vigiaria).

Os Turcos tornaram-se, assim, um elemento significativo nos exércitos bizantinos, sobretudo após a ascensão de Miguel VIII (os exércitos de Niceia já incluíam algumas tropas turcas, mas em número ainda muito reduzido); é importante lembrar que este imperador esteve no exílio na corte seljúcida de Icônio⁸², o que deve ter contribuído decisivamente para o incremento de turcos nas campanhas bizantinas. De qualquer maneira, as tropas gregas não eram estranhas aos exércitos dos sultões seljúcidas da Ásia Menor, integrando usualmente os contingentes turcos na condição de mercenários, tropas aliadas ou mesmo como escravos⁸³. A vinda do sultão seljúcida Izz al-Din (e da sua corte) para a corte de Niceia (em 1260 ou 1261), procurando refúgio das investidas mongóis, terá acentuado esta tendência⁸⁴, de tal maneira que Nicéforo Gregoras nos refere que, após a fuga deste sultão para a Crimeia (em 1264), muitos dos turcos que o acompanhavam permaneceram no império, convertendo-se ao cristianismo e integrando o seu exército⁸⁵.

⁸² Em 1256, estando a ser perseguido por razões mal conhecidas, Miguel VIII fugiu para a corte de Izz al-Din Kayka'us II (sultão do Rum). Durante o exílio, o futuro imperador bizantino auxiliou o sultão nas suas lutas contra os Mongóis, tendo possivelmente comandado tropas turcas.

⁸³ São inúmeras as batalhas em que os Turcos Seljúcidas se servem de tropas de origem grega. Destas, devemos realçar a batalha do desfiladeiro de Köse Dagh (em 1242), onde Gregos de origem incerta e mercenários francos combateram contra os Mongóis.

⁸⁴ A existência de um contingente de turcos nos exércitos imperiais é-nos atestada pela *Crónica da Moreia* (que nos relata a campanha de 1262/63 onde já terão participado turcos) e por Paquimeres, que nos alerta para a permanência de um contingente de turcos no exército imperial. Cf. Paquimeres I 205; e Bartusis 1992 50-52.

⁸⁵ Um relato pormenorizado da vinda de Izz al-Din para a corte de Niceia poderá ser encontrado na obra de Mark Bartusis (1992 52-54).

Estes Turcopolos (*Tourkópouloi*⁸⁶) serviram aliás os exércitos imperiais em várias campanhas⁸⁷, sendo progressivamente assimilados⁸⁸.

Relativamente aos montanhese, que nos principados de João III Vatatzès e de Teodoro II Lascaris mantiveram uma posição relativamente estável como milícias fronteiriças, foram sujeitos a transformações radicais (sobretudo a partir da década de 1260), convertendo-se em tropas de campanhas. Esta alteração deveu-se, sobretudo, às novas políticas agrárias de Miguel VIII, que enviou para a Ásia Menor um oficial de nome Chadenos, que, após ter fiscalizado as propriedades de todos os montanhese isentos do pagamento de impostos, redistribuiu para cada terra dentro de uma *prónoia* um *posótēs*⁸⁹ (pagamento) de 40 hipérpiros⁹⁰, tendo revogado os seus benefícios fiscais e alargado as suas obrigações militares (como compensação, receberiam um salário anual que complementasse as suas *prónoiaí*).

O objetivo seria o restabelecimento do controlo do Estado sobre as regiões fronteiriças, particularmente importante devido à falta de popularidade de Miguel VIII (usurpador) na Anatólia. Deste modo, as reformas de Chadenos enfraqueceram a ligação económica e psicológica destes montanhese à sua terra, o que lhes concedeu

⁸⁶ Eram turcos cristianizados que tinham uma mãe cristã e um pai de origem turca. Apareciam frequentemente nos contingentes dos exércitos cristãos, servindo muitas vezes como tropa ou cavalaria ligeira.

⁸⁷ Campanhas efetuadas nas regiões da Moreia (1270-72), da Albânia (1281) e do Epiro (1292). Estes soldados terão sido decisivos aquando dos conflitos entre o imperador Miguel IX Paleólogo e a Companhia Catalã.

⁸⁸ Diferenciando-se já bastante das forças turcas da Ásia Menor que interviriam no império durante as guerras civis.

⁸⁹ Este termo significa, literalmente, “valor” ou “quantidade” e era geralmente utilizado para designar o preço de venda de uma propriedade. Durante os séculos XIII e XIV, este termo encontra-se frequentemente na documentação, com o sentido de pagamentos do Estado aos beneficiários de *prónoia* (Kazhdan 1991 1707).

⁹⁰ Padrão da moeda de ouro bizantina durante os últimos séculos do império, permanecendo até à segunda metade do século XIV (momento em que o imperador deixa de cunhar moedas a partir deste metal precioso); cf. Kazhdan (1991 964-965).

grande mobilidade, permitindo a sua utilização pelo imperador nas campanhas europeias; por sua vez, o facto de os montanheseos terem mantido uma determinada ligação às terras permitiu libertar o fisco de despesas desnecessárias com o financiamento de tropas estacionárias na região⁹¹. Segundo Paquimeres, as consequências destas reformas foram desastrosas, tendo o moral destes indivíduos baixado bastante, de tal maneira que, perante os ataques turcos e mongóis, muitos fugiram para as montanhas e tornaram-se bandidos, assolando a restante população bizantina⁹².

Por outro lado, será ainda importante mencionar que, durante o governo de Miguel VIII, se assistiu a uma relativa estabilidade na organização administrativa e militar das províncias europeias (que genericamente correspondiam às regiões da Trácia e da Macedónia⁹³), que se dividiriam em unidades administrativas mais pequenas denominadas, igualmente, *témata*⁹⁴. Contudo, entre a segunda metade do século XIII e a primeira metade do século XV, nenhuma destas províncias se manteve permanentemente sob controlo bizantino, de forma que a necessidade muitas vezes levava à junção destas unidades territoriais e à redefinição das fronteiras entre elas. Deste modo, as reformas levadas a cabo durante estes anos terão conduzido a uma alteração nas tropas dos *tágmata* (que se tornaram cada vez mais uma mistura entre beneficiários de *prónoiai* e mercenários) e à consolidação

⁹¹ Nesse sentido, estes montanheseos, após as reformas de Miguel VIII, apesar de se manterem como camponeses e donos de pequenas propriedades (nesta região fronteiriça), começam a servir como soldados de reserva.

⁹² Apesar do insucesso a longo prazo (perdas territoriais na Ásia Menor), estas medidas serviram os seus propósitos imediatos: a pacificação da população da Anatólia e a expansão para a Europa (Bartusis 1992 57).

⁹³ Os historiadores desta época consideravam que a fronteira entre estas duas províncias se situava no rio Nesto (encontrando-se, a ocidente, a Macedónia e, a oriente, a Trácia).

⁹⁴ Nestas regiões, existiram (pelo menos durante um certo período) os *témata* de Tessalónica, de *Serres* e *Strymon*, de Bolero, de Mosinópolis e de Véria.

das reconquistas na Europa e conseqüente desintegração das províncias da Anatólia (à qual se seguiu uma migração de gentes para o continente europeu).

3. Andrónico II e o legado do seu pai (1282-1321)

Após a morte de Miguel VIII, ascendeu ao trono púrpura Andrónico II, que herdou um império renascido e poderoso, fruto das reformas militares do seu progenitor, às quais tentou dar continuidade. Todavia, as ambições geopolíticas de Miguel VIII não só tinham esgotado os recursos do império como o tinham rodeado de inimigos (Turcos, Venezianos, Sérvios, entre outros): a situação financeira era tão deplorável⁹⁵ que o novo imperador, em 1285, foi obrigado a ceder à pressão do seu conselho, tendo reduzido a frota que o pai havia criado. Por sua vez, as políticas administrativas fracassadas de Chadenos na Ásia Menor (que não conseguiram levantar o moral das populações locais, perante as depredações provocadas pelas populações estrangeiras vizinhas⁹⁶) permitiram que os Turcos, liderados pelo emir da Bitínia, Osman⁹⁷, invadissem sistematicamente a região, onde, apesar dos esforços de Andrónico II, acabaram por conquistar territórios, devido, em parte, à ação catastrófica dos mercenários catalães; desta forma, a partir deste governo,

⁹⁵ O financiamento das várias campanhas de Miguel VIII na Europa exigiu a criação de impostos extraordinários e uma cunhagem de moeda excessiva, o que levou à sua desvalorização.

⁹⁶ Para mais pormenores sobre as reformas deste oficial, veja-se o subcapítulo anterior.

⁹⁷ Este emir seria o fundador da dinastia dos Osmanlis (Otomanos), tendo os seus descendentes conquistado rapidamente todas as possessões bizantinas na Ásia Menor, invadindo depois a Europa num conjunto de campanhas militares, que culminaria na conquista de Constantinopla, em 1453, com o conseqüente desmantelamento do Império Bizantino (como veremos mais adiante).

o império (que desde João Vatatzès tinha iniciado novas políticas expansionistas) entra num novo período de retração, do qual não mais viria a ressurgir.

Perante os crescentes encargos financeiros, Andrónico II foi, como dissemos, obrigado a reduzir a armada construída pelo seu pai, através de uma série de políticas cujos efeitos nos *gasmouloi*, nos *tzakónes* e nos *prosaléntai* foram bastante variados. Os menos afetados com a redução da armada imperial foram os *prosaléntai*, visto que estes remadores não dependiam do pagamento em dinheiro, sendo antes recompensados pela concessão de terras sob a posse do imperador (a maior parte desses terrenos localizava-se em regiões costeiras); assim, pelo menos até 1296, ainda atuaram na região de Constantinopla, tendo-se mantido como uma instituição militar até à segunda metade do século XIV⁹⁸. Por sua vez, à exceção da descrição que Jorge Codino⁹⁹ faz do papel dos *tzakónes* como guardas imperiais, todas as menções a este grupo de soldados desaparece depois da década de 1280; deste modo, o facto de receberem como recompensa não só terras (à semelhança dos *prosaléntai*), mas também pagamentos em dinheiro, leva-nos a crer que estariam entre os prejudicados pelas reformas de Andrónico II. Por conseguinte, a ausência de abonações sugere que estes soldados perderam, ao longo do tempo, as suas características étnicas distintivas, acabando por ser incorporados no grupo dos *gasmouloi*.

De todas as divisões navais criadas por Miguel VIII, a mais afetada pela crise que assolou o Estado bizantino durante o governo do seu sucessor foi, sem dúvida nenhuma, a dos *gasmouloi*.

⁹⁸ Indiretamente, tanto Cantacuzeno como Nicéforo Gregoras fazem referência a remadores que atuam na frota imperial do século XIV (referindo-se, certamente, aos descendentes dos *Prosaléntai* criados por Miguel VIII). Cf. Bartusis 1992 68.

⁹⁹ Também conhecido como Pseudo-Codino, as obras deste *Kouropalátês* (alto dignitário responsável pelas construções e organização do palácio imperial) são fontes fundamentais para o estudo do exército bizantino tardio, sobretudo nos séculos XIV e XV. Cf. Kazhdan (1991 1157).

Não nos chegando nenhuma prova de que estes soldados recebessem terras como recompensa pelos serviços prestados, com a extinção dos pagamentos em soldo perderam a sua única fonte de subsistência: foi assim que muitos deles foram servir nas embarcações turcas e latinas, enquanto outros deixaram de combater dedicando-se, segundo Paquimeres e Gregoras, à agricultura. Contudo, nem todos estes soldados debandaram em 1285, tendo alguns deles permanecido na armada imperial¹⁰⁰, de tal forma que no século xv encontramos muitos camponeses a servirem como *gasmouloi*, recebendo como compensação uma redução nos seus impostos (*gasmoulikè douleía*); segundo as fontes, podemos concluir que, por volta do século xiv, os serviços prestados por eles perderam a sua exclusividade étnica (podendo ser assegurados por indivíduos de outras regiões do império) e tornaram-se mais abrangentes (eram tropas ligeiras nas campanhas terrestres, para além de serem soldados das embarcações). Apesar da continuação destas divisões militares, a dependência de Bizâncio do apoio naval genovês voltou a aumentar¹⁰¹, o que trouxe ao império consequências bastante negativas, visto que este apoio pressupunha o auxílio do imperador nas guerras sistêmicas que esta república mercantil travava com Veneza¹⁰².

¹⁰⁰ Aliás, os *Gasmouloi* que continuaram a servir na armada imperial terão tido um papel fulcral nas guerras civis da década de 1340. Por sua vez, após a conquista de Constantinopla, em 1453, muitos destes soldados entrariam ao serviço dos sultões otomanos.

¹⁰¹ Por exemplo, a expedição que Andrónico fez no Epiro, em 1292 (contra a coligação de Carlos II de Nápoles, filho de Carlos de Anjou, e do déspota do Epiro), já voltou a ter a participação de embarcações genovesas, que transportaram as tropas bizantinas até Arta, com o objetivo de assediar a capital do despotado.

¹⁰² Foi o caso da guerra de 1296 a 1302, da qual o império saiu bastante debilitado economicamente, sem ter usufruído de qualquer tipo de compensação relevante aquando da assinatura da paz. Vejam-se pormenores na obra de M. Bartusis (1992 71).

Desta maneira, o envolvimento dos exércitos imperiais em guerras com pouco interesse geopolítico levou a uma escassez de recursos financeiros, cuja mobilização para as zonas fronteiriças do império (especialmente na Ásia Menor) era essencial. A progressiva migração de ortodoxos da Ásia Menor para os territórios europeus tentou ser compensada pelos esforços de Andrónico para levantar o moral das populações locais (indo em pessoa a estas regiões periféricas e reconstruindo as suas fortalezas), no entanto estas medidas não surtiram os efeitos desejados. Será nesta linha que o imperador, antes de regressar a Constantinopla, nomeia o *pinkérnēs*¹⁰³ Aleixo Filantropeno como governador e comandante do exército de toda a Ásia Menor (com exceção da região costeira da Jónia), provando ser um general competente e arrecadando, nos anos de 1294/95, uma série de vitórias sobre os Turcos do vale do Meandro; o seu exército era composto por Turcos (os que se iam rendendo) e por divisões de cavalaria mercenária oriundas de Creta¹⁰⁴. Por sua vez, podemos encontrar uma série de semelhanças entre estes mercenários montados e os montanheses da Anatólia após as reformas de Miguel VIII, visto que os cretenses que Andrónico trouxe para a Ásia Menor também receberiam um salário como parte da sua remuneração e possuiriam, igualmente, propriedades, mas é improvável que o imperador estivesse a tentar reconstituir um sistema defensivo que tinha entrado em decadência ainda no principado do seu pai. O certo é que a popularidade que Filantropeno adquiriu foi tão grande – fruto não só dos seus sucessos militares, mas também dos impostos elevados e da ineficácia do governo central em

¹⁰³ Dignitário bastante prestigiado na corte bizantina, que cumpria funções equivalentes à dos copeiros nas cortes medievais do Ocidente (Kazhdan 1991 1679).

¹⁰⁴ Estes cretenses eram refugiados que chegaram a Bizâncio (com as suas famílias) após a ocupação veneziana da ilha. Andrónico II fixou-os na Anaia e em Éfeso (ambos na costa ocidental da Ásia Menor), concedendo-lhes salários em troca do serviço militar.

resolver a ameaça dos Turcos – que a população local considerou-o o único salvador da Ásia Menor, criando bastantes tensões entre o general e o governo¹⁰⁵.

Depois de Aleixo Filantropeno, Andrónico II decide enviar para a Anatólia o general João Tarcaniotes (seu primo) com o intuito de efetuar uma reforma fiscal e militar na região. A corrupção abundava, tendo muitos soldados perdido as suas terras (que lhe tinham sido entregues sob o regime de *prónoia*), enquanto outros aumentaram as suas propriedades através do suborno dos seus oficiais (chegando mesmo alguns a deixar de cumprir o serviço militar). As reformas de Tarcaniotes procuravam, portanto, acabar com estas irregularidades (através de uma revisão fiscal das terras) e revitalizar o exército local; apesar de ter sido inicialmente bem-sucedido (conseguindo mesmo construir uma pequena frota), a oposição que teve de enfrentar, protagonizada pelos grandes proprietários (que não queriam perder a sua posição económica) e pela própria Igreja¹⁰⁶, obrigou-o a abandonar o cargo e a fugir para Tessalónica.

Após o fracasso das medidas de Filantropeno e de Tarcaniotes, Andrónico II optou por uma solução exclusivamente militar, aproveitando a chegada de um número considerável de Alanos¹⁰⁷ (que tinham fugido dos Mongóis) ao império, dispostos a servir como mercenários¹⁰⁸. O imperador divide-os assim em dois grupos, que

¹⁰⁵ Os cavaleiros mercenários cretenses consideravam-no mesmo o único governador de Bizâncio, desafiando constantemente Aleixo Filantropeno a iniciar uma guerra civil contra o imperador (ao que ele acedeu nos finais de 1295). A situação só se resolveria após Andrónico II oferecer o título de *Kaisar* a Aleixo Filantropeno, em troca da sua obediência.

¹⁰⁶ Tarcaniotes criara muitas inimizades com alguns membros do alto clero da Ásia Menor (caso do bispo de Filadélfia, que o acusara de traição), pois apoiara o patriarca Arsénio, que excomungara o imperador Miguel VIII após este ter cegado João Lascaris, em 1261.

¹⁰⁷ Gregoras aponta cerca de 10 000 pessoas, enquanto Paquimeres fala em 16 000 indivíduos. Cf. Paquimeres II 307-308; e Bartusis 1992 76.

¹⁰⁸ Os Alanos (um povo turco mas cristianizado) já haviam lutado nos exércitos imperiais como mercenários, nos séculos XI e XII.

seguem para a Ásia Menor: o primeiro seria comandado pelo general Mouzalon e deveria combater os Turcos na região da Nicomédia; o segundo, liderado pelo filho do imperador (Miguel IX), marcharia para a região de Magnésia (ao pé do vale do Meandro). Quanto à hoste chefiada por Mouzalon (que se encontrava a defender Nicomédia), sabemos que sofreu derrotas muito pesadas diante do exército de Osman, que de seguida pilhou todo o norte da Ásia Menor ainda sob o controlo bizantino; por sua vez, a hoste de Miguel IX manteve-se intacta até chegar à região de Magnésia, onde os mercenários alanos, assim como os contingentes bizantinos, começaram a desertar. Devido à sua ineficácia como mercenários, os Alanos acabariam por negociar com o imperador a devolução das armas e dos cavalos que este lhes havia concedido, tendo de seguida saído dos territórios imperiais.

A situação crítica na Ásia Menor obrigou Andrónico II a contratar a Companhia Catalã (composta por aproximadamente 6500 soldados, liderados por Rogério de Flor), que, apesar de inicialmente ter arrecadado um conjunto de vitórias contra os Turcos (as quais não trouxeram qualquer ganho territorial a Bizâncio), depressa entrou em desavenças com o imperador, devido ao atraso nos pagamentos e às atrocidades que estes mercenários cometeram na região, onde roubaram e assassinaram muitos gregos que lá permaneciam¹⁰⁹. Estes conflitos culminaram no assassinato de Rogério de Flor, o que, por sua vez, levou os Catalães a enfrentarem os Bizantinos na batalha de Apros (em julho de 1305), a qual resultou numa derrota esmagadora de Miguel IX¹¹⁰. Após a resolução do “desastre catalão” (1313) e até ao início da guerra civil entre Andrónico II

¹⁰⁹ Para uma leitura mais pormenorizada relativa à campanha dos Catalães na Ásia Menor (que se iniciou na primavera de 1304) e, posteriormente, aos conflitos que opuseram o imperador e estes mercenários, veja-se M. Bartusis (1992 78-82).

¹¹⁰ Devemos recordar que os Catalães acabariam por conquistar o ducado franco de Atenas (1311), formando um principado catalão que permaneceria intacto até aos finais do século XIV!

e o seu neto Andrónico III (1321/22), assistiu-se a um período de estabilização do território imperial e de redefinição das fronteiras¹¹¹, com poucas iniciativas militares, tanto por parte de Bizâncio como dos seus vizinhos mais agressivos (caso dos Otomanos).

Assim sendo, se fizermos um apanhado do reinado de Andrónico II, podemos concluir que este imperador conduziu políticas militares constantes, mas que resultaram, em grande parte dos casos, do aparecimento de situações críticas (sobretudo na Ásia Menor). Por outro lado, as estratégias por ele implementadas não surtiram os efeitos desejados, culminando na progressiva perda dos territórios da Ásia Menor (cujas causas já poderão ser encontradas nas políticas de Miguel VIII, muito mal recebidas na região).

4. O período das guerras civis e o descalabro do império (1321-1357)

Nos inícios da década de 1320, Andrónico II encarava positivamente o futuro de Bizâncio, visto que, apesar de ter perdido grande parte dos territórios asiáticos, o império mantinha as suas possessões europeias, especialmente a Trácia e a Macedónia (que, entretanto, haviam recuperado economicamente das guerras contra os Catalães), conseguindo mesmo estender os seus domínios para os despotados de Epiro¹¹² e da Tessália¹¹³. Deste modo, com o seu filho Miguel IX, começa a preparar, em 1320, uma enorme

¹¹¹ Com a Bulgária e a Sérvia, a norte; com os Otomanos, na Ásia Menor; e com uma série de territórios latinos (venezianos, catalães e genoveses), na Grécia.

¹¹² Tomás I Comneno Ducas (1296-1318), governador do despotado, tinha pedido o auxílio de Andrónico II contra a ameaça dos Angevinos; acabou por ser assassinado, permitindo a conquista bizantina da região.

¹¹³ A morte do seu último governador, João II Ducas (1303-1318), que não tinha descendência, levou à divisão da Tessália entre Andrónico e o ducado catalão de Atenas.

campanha militar, cujo objetivo seria a afirmação da presença bizantina em todas estas regiões, tendo para isso arrecadado (através de impostos) a quantia impressionante de quase 1 milhão de hipépiros, que, segundo Gregoras, serviriam para financiar 20 trirremes (utilizadas contra os inimigos marítimos de Bizâncio), 1000 cavaleiros na Bitínia e 2000 na Trácia e na Macedónia. Porém, todos os esforços de Andrónico e do seu filho para restaurarem o império seriam anulados por uma série de guerras civis, que devastaram por completo Bizâncio.

A primeira destas guerras (em 1321/22, com continuidade nos anos de 1327/28)¹¹⁴ colocaria Andrónico II contra o seu neto Andrónico III, que explorou os fracassos militares (a perda da Ásia Menor, o episódio catalão) e económicos (reformas administrativas na Ásia Menor e elevados impostos para subornar os inimigos). Ora, este período (como aliás aconteceu durante as restantes guerras civis) não trouxe quaisquer inovações na administração militar, de tal modo que as facções rivais utilizaram os mesmos tipos de tropas, nomeadamente os soldados que beneficiavam de *prónoiai* e as companhias de mercenários que tinham sido contratadas nos inícios do reinado de Andrónico II. Dos mercenários que foram contratados durante estes conflitos internos, devemos distinguir os latinos¹¹⁵, os sérvios, os búlgaros e, sobretudo, os turcos (dentro dos quais, pela primeira vez, aparecem mercenários otomanos); destes povos, os Búlgaros (o principal inimigo histórico do império, a norte) foram os primeiros a imiscuir-se nestas guerras civis. Sem recursos nem poder para entrarem em conflito direto entre si, ambos os impérios tentavam interferir nas querelas políticas do

¹¹⁴ Para pormenores sobre esta guerra, veja-se M. Bartusis (1992 87-91).

¹¹⁵ Contudo, o historiador Mark C. Bartusis considera que a presença de latinos nas guerras civis se poderá dever ao facto de as forças em questão serem muito diminutas e de os historiadores bizantinos terem tendência para realçar a presença de pequenos grupos de latinos (Bartusis 1992 86).

seu rival, aproveitando para conquistar algumas regiões fronteiriças ou para incitar à desordem interna¹¹⁶. A presença de tropas búlgaras aliadas no império era praticamente uma novidade (vista a sua inexistência durante o período do Império de Niceia e na fase inicial do governo dos Paleólogos¹¹⁷); estas, segundo a *Crónica da Moreia*, poderão ter participado ao lado dos Bizantinos na batalha de Pelagónia, em 1259¹¹⁸.

As guerras civis que grassaram durante estas décadas foram, portanto, desastrosas para as estratégias do imperador contra as ameaças externas, sobretudo a protagonizada pelos Turcos Otomanos na Ásia Menor ocidental e, a partir de 1352, na região da Trácia. Deste modo, só nos períodos de paz que intercalavam as guerras civis é que assistimos a algumas iniciativas por parte do governo central para recuperar o território perdido na Ásia; tais tentativas, porém, foram infrutíferas¹¹⁹, de tal maneira que, em 1326, a cidade de Bursa é conquistada por Osman, tornando-se a capital dos Otomanos já no sultanato do filho Orhan (1326-1359) e ficando a presença bizantina na Ásia Menor reduzida às áreas da Nicomédia e de Niceia e a alguns pontos isolados (casos de Filadélfia e de Heracleia). O marquês de Montferrato, Teodoro Paleólogo (filho

¹¹⁶ O auxílio prestado pelo imperador Teodoro Svetoslav (1300-1322) a Andrónico III (seu cunhado), na primeira fase da guerra civil (1321-22) que opôs o já idoso Andrónico II ao seu neto Andrónico III, tinha precisamente o propósito de fomentar o caos em Bizâncio.

¹¹⁷ Os dois cercos a Constantinopla, na década de 1230, são os únicos casos em que encontramos uma coligação entre os Búlgaros e os Bizantinos.

¹¹⁸ Esta batalha opôs Miguel VIII Paleólogo (ainda na qualidade de coimperador de João IV Lascaris) a uma coligação composta pelo rei Manfredo da Sicília, o déspota Miguel II do Epiro e o príncipe latino da Acaia, Guilherme II de Villehardouin. Esta batalha já foi mencionada atrás.

¹¹⁹ Em 1324, por exemplo, o imperador Andrónico II envia o general Aleixo Filantropeno (já cego e sem exército, devido à sua rebelião em 1295) para a Ásia; a sua reputação bastou para levar os Turcos a abandonarem o cerco que efetuavam a Filadélfia. Outra expedição terá sido conduzida por João Cantacuzeno em direção à Bitínia, com algum sucesso.

de Andrónico II), aponta como causas para estas conquistas as fragilidades militares¹²⁰ e a ganância dos oficiais¹²¹ da região.

Perante esta situação crítica, Andrónico III e João Cantacuzeno, após terem ganho a guerra civil contra Andrónico II (1328), decidem lançar no ano seguinte uma derradeira investida contra os Otomanos, mas só conseguiram reunir cerca de 4000 soldados, oriundos de Constantinopla e da Trácia. Este exército enfrentaria a hoste de Orhan (composta por cerca de 8000 homens) na região de Pelékanon, em junho de 1329, sofrendo uma pesada derrota depois de o imperador se ter ferido no decorrer da batalha, o que baixou o moral do exército bizantino ao ponto de este debandar¹²².

Na sequência desta batalha, a presença bizantina na Ásia Menor eclipsou-se progressivamente (com as tomadas de Niceia, em 1331, e de Nicomédia, em 1337), e o imperador foi mesmo obrigado a pagar um tributo anual humilhante ao sultão otomano (1333). Assim, à exceção de alguns enclaves, toda a Ásia fora perdida, tendo Andrónico III iniciado uma política de contenção, em detrimento de estratégias mais agressivas: pretendia agora assegurar o controlo das ilhas do mar Egeu adjacentes à costa da Ásia Menor (conquistando Kios aos Genoveses, em 1336), de forma a impedir o avanço turco para a Europa, enquanto procurava alianças com os outros emires da região que pudessem fazer frente

¹²⁰ Nas palavras do marquês: “Parece que os habitantes da terra não tinham quaisquer fortalezas para se defenderem e protegerem dos seus inimigos. (...) Quando um inimigo chegava, todos fugiam, deixando as suas terras e as suas casas com as suas mulheres e filhos até encontrarem um castelo ou uma fortaleza onde estivessem seguros”. Cf. Teodoro Paleólogo, 1983 107-108.

¹²¹ “Os castelões e oficiais apontados para defender e guardar os ditos sítios (...) tiram o dinheiro dos seus habitantes, porque são homens contratados e não se preocupam com as suas ovelhas” (cf. Knowles 1983 107-108).

¹²² Esta ferida foi infligida na sequência de uma retirada precipitada dos contingentes bizantinos, que os Otomanos aproveitaram. A notícia do ferimento do imperador desmoralizou de tal forma as tropas bizantinas que o imperador decidiu levantar o acampamento e dirigir-se para a costa, sendo as forças gregas derrotadas decisivamente pela hoste de Orhan antes de conseguirem entrar nas embarcações.

aos Otomanos. Destes governantes seljúcidas devemos salientar Umur Pasha, emir do beilhique de Aydin, que por diversas vezes auxiliou João Cantacuzeno nas suas campanhas na Europa, providenciando um número considerável de mercenários¹²³; a requisição de soldados mercenários turcos tornou-se uma constante durante este período (até à década de 1350), sendo descritos como tropas aliadas suplementares ou auxiliares¹²⁴. O imperador não pagaria o seu serviço (não esqueçamos que o Estado bizantino se encontrava numa situação financeira deplorável), dando-lhes, em vez disso, liberdade para saquearem e escravizarem as populações locais.

O início de uma nova guerra civil (1341-1347)¹²⁵, desencadeada por causa da menoridade de João V Paleólogo, debilitou mais uma vez o império devido às enormes perdas territoriais (caso da conquista da Macedónia pelos Sérvios) e à presença de uma série de tropas aliadas (búlgaras, sérvias, turcas) que ocupavam, saqueavam e destruíam os territórios bizantinos por onde passavam; destes aliados, devemos realçar mais uma vez as tropas de Umur Pasha, que por diversas vezes invadiram os territórios europeus (da Trácia e Tessalónica) a pedido de Cantacuzeno¹²⁶, que, no entanto, após a morte deste emir

¹²³ Por exemplo, em 1338, a Albânia revoltou-se, obrigando o imperador a enviar para a região um contingente de 2000 soldados ligeiros e arqueiros, que foram reunidos pelo emir de Aydin.

¹²⁴ Enquanto Gregoras considera estes soldados apenas como mercenários (*mis-thophóroi*), Cantacuzeno denomina os turcos de Umur como infantaria auxiliar (*symmachía pezé*). Cf. Bartusis 1992 93-94.

¹²⁵ Para uma descrição mais pormenorizada relativa a esta guerra, veja-se Bartusis 1992 94-97.

¹²⁶ Cantacuzeno indica pelo menos três situações em que Umur Pasha invade a Europa (durante esta guerra civil: no inverno de 1342/43, onde pilha a Trácia, com os seus 31 000 homens apeados e montados, sob o pretexto de auxiliar a mulher de Cantacuzeno, que se encontrava cercada em Didimoteico; no outono de 1343, onde ajuda Cantacuzeno a tentar conquistar Tessalónica – sem sucesso –, levando consigo 200 embarcações e 30 000 tropas – na sua maior parte infantaria; e na primavera e verão de 1345, período em que faz uma última campanha na Trácia, com cerca de 20 000 cavaleiros. Os números dos efetivos de Umur Pasha encontram-se, no entanto, bastante inflacionados.

(1348), começou a explorar a recém-formada aliança com o sultão otomano Orhan (através do casamento deste com uma das suas filhas), que envia soldados para as campanhas bizantinas contra a Sérvia¹²⁷, um império que se tinha apoderado da Macedónia, da Tessália e de Epiro, na sequência desta última guerra civil. Estas tropas, porém, antes de terem combatido contra os exércitos sérvios, começaram a saquear e a escravizar as populações locais.

O império encontrava-se desgastado (com exceção da Moreia, que se manteve relativamente estável) e retraído, possuindo as regiões de Constantinopla, Trácia, Tessalónica, algumas ilhas do mar Egeu e alguns enclaves costeiros na Ásia Menor, o que tinha provocado uma estagnação no comércio e a inexistência de fundos nos cofres do imperador. João Cantacuzeno considerava que a manutenção do domínio bizantino sobre territórios tão dispersos passava pela reconstrução da frota imperial, o que também permitiria libertar Bizâncio da dependência marítima de Génova e de Veneza; no entanto, os Bizantinos, mais uma vez, viram-se arrastados para as disputas sistemáticas entre estas duas repúblicas italianas sobre o controlo do comércio entre o mar Negro e o mar Egeu¹²⁸.

A última guerra civil (1352-57)¹²⁹, opondo João Cantacuzeno (que queria levar o seu filho Mateus ao poder) a João V Paleólogo, seria

¹²⁷ Em 1348, seriam mais de 10 000 soldados otomanos que ficariam sob o comando de Solimão (filho de Orhan), que, conjuntamente com o filho de Cantacuzeno (Mateus), invadiu a Sérvia. Dois anos depois, o sultão otomano voltaria a enviar um novo contingente, composto por 20 000 cavaleiros (um número claramente inflacionado), que contudo voltou à Ásia antes de participar em qualquer combate.

¹²⁸ Deste modo, os Genoveses, ameaçados pela reconstrução célere da armada imperial, declaram guerra, em 1348, enfrentando os Bizantinos perto de Constantinopla logo no ano seguinte. Porém, a desorganização dos tripulantes indisciplinados da nova armada bizantina (que devido a uma forte ventania entraram em pânico, tendo abandonado as embarcações para admiração e gáudio dos Genoveses) levou a uma derrota humilhante.

¹²⁹ Mais informações relativas a esta guerra civil poderão ser encontradas em M. Bartusis 1992 99-100.

mesmo congeminada pelos Venezianos, que apoiavam este jovem, muito mais indiferente ao crescimento da influência dos Venezianos no estreito do Bósforo. Esta guerra evidencia-nos a fragilidade militar e política de Bizâncio diante dos seus vizinhos, visto que a participação de tropas imperiais foi bastante diminuta, predominando os exércitos aliados de Turcos (aliados aos Genoveses e a Cantacuzeno) e de Búlgaros e Sérvios (apoiantes de Veneza e dos Paleólogos).

Tanto os Búlgaros como os Sérvios haviam auxiliado, pelo menos três vezes, uma fação política de Bizâncio durante os conflitos internos do século XIV¹³⁰. Porém, foram raras as chegadas de exércitos eslavos que tivessem contribuído para os projetos geopolíticos do imperador, de tal forma que tanto uns como os outros só em 1352 é que participaram efetivamente num combate decisivo para o fim da guerra civil; assim, estes povos estariam mais interessados em enviar tropas na sequência de acontecimentos que tivessem desestabilizado o *status quo* do império do que em auxiliar o imperador em campanhas de expansão (por exemplo, na Ásia¹³¹). Na sequência destes conflitos, o império saía enfraquecido, e os governantes eslavos poderiam exigir recompensas vultuosas pelos serviços concedidos; por outro lado, como acentua o historiador Mark Bartusis, as próprias relações de rivalidade entre os dois impérios faziam com que a interferência em Bizâncio se tornasse atrativa, visto que ambos os Estados tinham interesses nos territórios imperiais¹³². A neutralidade de um dos impérios diante da participação do outro num conflito interno bizantino colocava-o em clara desvantagem.

¹³⁰ Os Búlgaros enviaram ajuda militar nos anos de 1321, 1328 e 1352, enquanto os Sérvios enviaram contingentes aliados nos anos de 1312, 1327, 1342/43 e 1352.

¹³¹ Aliás, estas campanhas seriam vantajosas para as ambições de conquista da Bulgária e da Sérvia nos Balcãs, visto que o imperador seria obrigado a mobilizar tropas para a Ásia.

¹³² Cf. Bartusis 1992 99-100.

Todavia, a entrada dos Otomanos no território europeu constituía uma ameaça muito mais grave para o império. A forma como se deu esta entrada foi um tanto insólita, visto que começaram a ocupar várias cidades da Trácia que se encontravam vazias devido a dois terremotos, que provocaram o pânico entre a população grega. O primeiro terremoto (1352) levou à evacuação da cidade de Tzympe (na costa de Galilopoli), que rapidamente foi tomada pelos Otomanos, sob o olhar desalentado de Cantacuzeno (que nos anos seguintes tentou, por via diplomática, convencer os Turcos a abandonar a região). Um segundo terremoto (em 1354) levou à afirmação da presença otomana na região, tendo Solimão (filho de Orhan) enviado um enorme número de turcos para invadirem todas as cidades e vilas que tivessem sido abandonadas pelas populações bizantinas¹³³. A década de 1350 marcaria a entrada definitiva dos Otomanos no continente europeu (até então tinham apenas servido como mercenários ou como tropas aliadas); durante a centúria seguinte, eles conduziram uma série de conquistas que levariam ao cerco de Constantinopla e à queda do Império Romano do Oriente.

5. A defesa milagrosa do enclave bizantino (1357-1451)

Durante a segunda metade do século XIV, os Otomanos procederam à conquista dos Balcãs, de forma que, por volta do ano de 1365, o império já era uma sombra do seu passado, retendo somente as cidades de Constantinopla (com a área envolvente) e de Tessalónica (isolada), a Moreia, algumas ilhas do mar Egeu (Lemnos, Tasos e Ténedos), poucas cidades costeiras do mar de Mármara e do mar Negro (Selímbria, Redesto e Anquíalo) e algumas cidades

¹³³ Para mais informações relativas à ocupação da costa de Galilopoli pelos Osmanlis, veja-se Nicol 1999 241-242.

isoladas (caso de Filadélfia, na Ásia Menor). É neste sentido que a sobrevivência do Império Bizantino (altamente debilitado do ponto de vista militar e financeiro) durante mais um século, perante o crescente poderio dos Otomanos na Europa, se torna extraordinária.

As informações que existem para descrever os exércitos bizantinos deste último século são bastante vagas, devido à escassez de fontes¹³⁴ e ao forte enfoque que estas dão à ascensão do Império Otomano¹³⁵. Deste modo, poderemos considerar que as práticas militares que já tinham sido aplicadas durante os principados dos primeiros Paleólogos foram, neste último século, reproduzidas a uma muito mais pequena escala. A presença de companhias de soldados, de *gasmouloi*, de *prosaléntai*, de Vargues, de mercenários cretenses e de latinos (que continuavam a prestar serviço militar na corte bizantina) subsiste, ainda que em menor número. Por outro lado, o panorama militar das conquistas otomanas nos Balcãs até à conquista de Constantinopla (1453) é bastante diversificado com a presença de outras tropas turcas (oriundas dos beilhiques de Aydin, de Saruhan e de Karasi)¹³⁶ e de exércitos que já se haviam imiscuído nos assuntos internos bizantinos dos séculos anteriores (latinos, búlgaros, sérvios). Não obstante a grande oposição cristã em algumas cidades, a conquista otomana dos Balcãs, salvo algumas exceções

¹³⁴ O que se deve, principalmente, à progressiva contração territorial do império e à incapacidade dos imperadores de financiarem a produção e conservação desse tipo de obras literárias.

¹³⁵ As principais crónicas que temos para esta época foram escritas pelo historiador Ducas (*The Decline and fall of Byzantium to the Ottoman Turks* constitui a principal fonte para o estudo da queda de Bizâncio frente aos Turcos, em 1453) e pelo historiador renascentista Laónico. Mas mesmo estes autores tinham pouco interesse em analisar um exército decadente e pouco significativo, quando comparado com o exército mais numeroso e tecnologicamente mais avançado dos Otomanos.

¹³⁶ Para além das tropas oriundas das mesnadas dos emires da Anatólia, a presença de soldados mercenários turcos manteve-se. Estes mercenários saqueavam e destruíam os arredores das cidades que eram conquistadas pelos Otomanos.

(caso de Tessalónica), ocorreu com celeridade¹³⁷, de tal forma que, em 1377, os Otomanos já tinham conquistado território suficiente para transferirem a sua capital para a Europa (Adrianopla).

Os esforços dos imperadores bizantinos e dos seus aliados para contrariarem o avanço turco foram infrutíferos. Porém, devemos realçar a ida do imperador João V à Hungria (em busca do auxílio do monarca deste reino), onde se propõe recrutar mais soldados nos territórios exíguos que o império ainda detinha; deste modo, pretendia concentrar combatentes nas imediações de Constantinopla, até à região da Selímbría, dando-lhes terras para cultivarem (provavelmente em regime de *prónoia*), mas algumas das propriedades que o *basileús* queria conceder aos soldados encontravam-se na posse da Igreja, e por isso o patriarca contrariou esta estratégia, que nunca viria a ser implementada. Apesar da situação desesperada, os últimos imperadores nunca perderam a esperança de encontrar uma solução que reerguesse o império, e assim, devido às tentativas falhadas de implementação de reformas militares e à falta de apoio por parte das outras entidades políticas nos Balcãs, João V foi ao Ocidente em busca de auxílio, obtendo respostas não conclusivas¹³⁸.

Durante a década de 1370, Manuel II (na altura governador de Tessalónica) aproveitara a derrota sérvia na batalha do rio Maritsa (1371)¹³⁹ para recapturar Serres, procurando instituir, simultaneamente, uma nova reforma que reconstruísse o exército bizantino; a fim de

¹³⁷ Desta maneira, apenas na década de 60 os Otomanos conquistaram uma série de cidades, das quais devemos realçar: Didimoteico (1361), Plovdiv (1363) e Adrianopla (1369).

¹³⁸ Muitos dos monarcas do Ocidente europeu tinham planos para conquistar a capital bizantina. Por sua vez, o papa exigia a submissão da Igreja Ortodoxa à Igreja Católica antes de qualquer auxílio militar; no entanto, os imperadores bizantinos reconheciam que a união das duas Igrejas (algo bastante polémico) não garantiria esse mesmo auxílio.

¹³⁹ Não houve intervenção de quaisquer soldados bizantinos nesta batalha, o que nos leva a crer que uma das razões que levaram os Otomanos a conquistar

encontrar financiamento para conceder mais *prónoiai* aos soldados, decidiu reduzir para metade a isenção de impostos de que o clero monástico da região de Tessalónica usufruía. As consequências desta política são desconhecidas, porém sabemos que vigorou pelo menos até aos finais do século xv e mostra que os líderes de Bizâncio persistiam numa reorganização interna necessária para a sobrevivência de um exército debilitado, sendo certo que o seu financiamento deveria continuar a ser assegurado sob o regime de *prónoia*.

Contudo, o facto de o imperador João V ter adotado uma política de submissão perante o sultão Murad I (a partir de 1373)¹⁴⁰, a falta de apoio externo e o surgimento de uma nova guerra civil (entre os anos de 1373-1385)¹⁴¹ impossibilitaram qualquer tipo de resistência bem-sucedida contra os Osmanlis. Aliás, o auxílio que as tropas otomanas concederam às duas facções em disputa (Andrónico IV *versus* João V) exigiu a entrega de muitos dos poucos territórios que o império ainda detinha, bem como o pagamento de um pesado tributo¹⁴². Assim, Manuel II encabeçara uma resistência localizada, que acabaria por soçobrar após a derrota bizantina na batalha de Chortaites (em 1384, perto de Tessalónica), a última grande batalha campal travada entre Bizantinos e Turcos.

os Balcãs tão rapidamente foi a falta de articulação e os atritos que existiam entre os poderes locais. Para mais pormenores, cf. Nicol 1999 274-275.

¹⁴⁰ Como acentua o historiador Mark Bartusis (1992 106), em substância, o imperador tornava-se um vassalo dos Otomanos, reconhecendo a sua dependência relativamente às políticas expansionistas do sultão. Deste modo, nos inícios do ano 1373, o imperador auxilia o sultão Murad I nas suas guerras na Anatólia.

¹⁴¹ Esta guerra opôs Andrónico IV (o filho mais velho do imperador João V) e Savci Beg (filho do sultão Murad I) aos seus pais, que entretanto se encontravam em campanha na Ásia. Mais uma vez, verificou-se o envolvimento de potências estrangeiras nos conflitos internos de Bizâncio. Para uma descrição mais pormenorizada sobre este conflito, veja-se Bartusis 1992 106-109.

¹⁴² Em 1376, Andrónico fora obrigado a entregar aos Turcos, como recompensa pelos seus serviços, toda a região de Galilopoli. Três anos mais tarde, seria a vez de João V firmar contas com os Osmanlis, tendo de lhes pagar um pesado tributo, assim como de lhes entregar Filadélfia (na Ásia Menor).

Na sequência desta guerra civil, o Estado bizantino encontrava-se reduzido à cidade de Constantinopla e ao enclave isolado da Moreia. Simultaneamente, os Osmanlis prosseguiram as suas conquistas nos Balcãs¹⁴³, derrotando decisivamente os Sérvios na batalha de Kosovo Polje (em 1389)¹⁴⁴. Nesta altura, o exército bizantino já se encontrava extremamente debilitado, ao ponto de o sultão Bajazed I pedir ao imperador João V o apoio de um filho para as suas campanhas, o qual deveria vir acompanhado de uma simples centena de soldados (algo bastante elucidativo dos baixos quantitativos do exército imperial no momento). O novo sultão chegou mesmo a montar um cerco a Constantinopla, que teria uma duração global de oito anos mas que seria várias vezes interrompido: devido à batalha de Rovine (travada pelas tropas de Bajazed I e de Mircea I da Valáquia, em 1395, com um resultado inconclusivo); e à batalha de Nicópolis (que ocorreu no ano seguinte, na sequência de uma cruzada que envolveu mais de 100 000 cristãos, liderados pelo rei Sigismundo da Hungria, por Mircea da Valáquia e por João Stracimir de Vidin, que foram esmagados pelas tropas otomanas). Por outro lado, as poderosas fortificações de Constantinopla, a tenacidade da população local e o provimento de navios e de mantimentos por parte dos Genoveses e dos Venezianos¹⁴⁵ terão sido fatores decisivos para a resistência da cidade durante tantos anos. Por fim, a desastrosa derrota otomana na batalha de Ancara, diante

¹⁴³ Conquistando as cidades de Sófia (1385), Niš (1386), Véria (1387) e Tessalónica (no mesmo ano).

¹⁴⁴ Apesar do assassinato do sultão Murad I durante esta batalha, o seu filho (futuro Bajazed I) assegurou a vitória otomana, ocupando efetivamente o território do Império Sérvio (que englobava grande parte da Grécia central, da Macedónia e dos Balcãs ocidentais).

¹⁴⁵ Este terá mesmo sido o fator decisivo, visto que a armada turca ainda não conseguia competir com as enormes armadas destas repúblicas mercantis. No cerco que levou à queda de Constantinopla (em 1453), e como adiante veremos, o bloqueio otomano seria novamente rompido pelas embarcações genovesas e venezianas, em dois momentos distintos.

dos Mongóis da dinastia Timúrida, em 1402, na sequência da qual o sultão Bajazed I é capturado (morrendo no ano seguinte em cativeiro), iniciaria uma guerra civil no sultanato, que só terminaria em 1413 e que faria abortar (ou pelo menos adiar) a conquista da “segunda Roma” e o colapso do velho Império Bizantino.

Dois anos mais tarde, Manuel II, aproveitando os efeitos económicos nefastos desta guerra civil otomana, decide empreender um conjunto de iniciativas militares de teor defensivo que incidiram, sobretudo, no enclave bizantino da Moreia. Esta região, aquando do despotado de Teodoro Paleólogo (o quarto filho de João V), fora vítima de uma série de conflitos internos (os Cantacuzenos consideravam que estas terras eram apanágio da sua família¹⁴⁶), assim como de investidas externas, protagonizadas pela Companhia de Navarra (que se tinha instalado no principado da Acaia, em 1381). Dos exércitos desta região, devemos mencionar os contingentes liderados por Demétrio Paleólogo Raul (um dos generais de Teodoro), nos quais se encontravam integrados Albaneses que se tinham fixado na Moreia, alistando-se como soldados; a migração deste povo para o Peloponeso havia sido promovida por Teodoro¹⁴⁷, de tal forma que ele se tornou um dos elementos nevrálgicos para a sua defesa.

Para além destes soldados, outro elemento central para a defesa deste enclave bizantino foi a construção do *Hexamilion*: uma linha de fortificações localizada no istmo de Corinto e que isolava o Peloponeso do resto da Grécia. A construção destas fortalezas representa uma contramedida às investidas otomanas na região (visto que os Otomanos ainda não tinham uma armada eficiente, só conseguiriam invadir a península do Peloponeso por terra); esta

¹⁴⁶ Devemos mencionar que Teodoro foi nomeado déspota da região após um longo despotado de Manuel Cantacuzeno (1349-1380).

¹⁴⁷ Manuel II, na oração funerária que faz ao seu irmão, diz que este último havia conseguido fixar na Moreia pelo menos 10 000 albaneses, tornando as forças do Peloponeso bastante significativas.

linha amuralhada havia sido destruída, nos finais do século XIV, por um exército turco composto por 50 000 a 60 000 soldados, comandados por Gazi Evrenos e Iakoub Pasha, e Manuel II estimula os planos para a sua reconstrução, que seria efetuada aproveitando os vestígios de uma muralha fortificada edificada por Justiniano no século VI¹⁴⁸: deste modo, em 1415, apenas em 25 dias, grande parte da muralha que idealizou foi erguida, possuindo 150 torres, com fortes em ambas as pontas!

Para financiar esta construção, Manuel II lançou um novo imposto (o *phloriatikón*), que, devido à sua impopularidade, causou uma rebelião na Moreia nesse mesmo ano. Apesar da imponência das novas fortificações, a falta de homens para as defender levaria à sua destruição em 1423, por um exército otomano de 25 000 homens liderado pelo general Turahan Bey, que de seguida saqueou a região¹⁴⁹. Após esta incursão, seguem-se sucessivas reconstruções e destruições do *Hexamilion*, de tal forma que, em 1431, este general volta a destruir a linha fortificada que havia sido reconstruída. Por sua vez, Constantino Paleólogo (o futuro Constantino XI, último imperador bizantino), quando se tornou déspota da Moreia (em 1443), reergueu de novo a muralha, sendo esta novamente destruída por Turahan Bey, três anos mais tarde¹⁵⁰! Já nos inícios da década de 1450, os déspotas Tomás e Demétrio Paleólogo promoveram uma

¹⁴⁸ Contudo, os recintos amuralhados mais antigos neste istmo datam do ano 480 a. C., quando da invasão persa (liderada por Xerxes).

¹⁴⁹ O humanista Jorge Gemisto Pletão, em duas cartas que escreve a Manuel II, já alertara para a escassez de recursos humanos que pudessem defender estes recintos amuralhados. Ele próprio menciona uma série de medidas para assegurar a povoação destas muralhas, oferecendo-se para recrutar os soldados necessários (através de reformas radicais que deveriam ser impostas em todo o império). Cf. M. Bartusis 1992 217-221.

¹⁵⁰ É curioso que Ducas atribui a destruição de 1446, não à escassez de soldados (mencionando cerca de 60 000 gregos e albaneses a defender o recinto amuralhado, um número claramente exagerado), mas sim à manha e perfídia do general Turahan Bey.

nova restauração do *Hexamilion*, o que, no entanto, não impediu o mesmo general de, em 1452, invadir a Moreia mais uma vez (esta incursão já se enquadrará nos preparativos do sultão Mehmet II para a conquista de Constantinopla).

Por fim, será importante mencionar o cerco que o sultão Murad II (distanciando-se das políticas cordiais com Bizâncio que o seu pai Mehmet I fomentara) montou a Constantinopla (de junho a agosto de 1422), visto que, pela primeira vez, os exércitos otomanos (cerca de 10 000 soldados) se fizeram acompanhar de armas de fogo; no entanto, estas não tiveram um impacto decisivo no decorrer do assédio, ao contrário do que aconteceria em 1453. O cerco de 1422 seria interrompido devido a uma nova guerra civil na Anatólia, promovida por Manuel II, que incitou o irmão mais novo de Murad II a revoltar-se... Porém, o levantamento do cerco não evitou a assinatura de outra paz humilhante para Bizâncio (1424), que se comprometeu a fazer novas concessões territoriais (ficando o império reduzido a Constantinopla e respetivos subúrbios e ao enclave da Moreia) e a pagar um novo tributo anual. Mais uma vez, a cidade sobrevivera fruto de acontecimentos políticos adversos ao sultão e à tenacidade dos bizantinos¹⁵¹. Contudo, o destino de Bizâncio estava traçado e, trinta anos mais tarde, Mehmet II (filho de Murad II) lideraria o derradeiro cerco a Constantinopla, pondo fim a um dos impérios mais duradouros da história da Humanidade.

¹⁵¹ João Cananos (historiador bizantino da primeira metade do século xv) evidencia esta resiliência mencionando que “não foram apenas os soldados e os peritos na guerra a fazer estas coisas, mas os arcontes do governo e as pessoas oriundas dos campos e todas as pessoas comuns, todos os sacerdotes e monges e a bravura dos arcebispos e o mais sagrado dos Espíritos Santos”. Cf. Bartusis 1992 117.

X

CONSTANTINOPLA 1453: O CERCO QUE MUDOU A EUROPA

1. Antecedentes próximos do cerco

A expugnação de Constantinopla em 1453 pelos Turcos Otomanos deve ser interpretada de forma ambivalente, visto que esta conquista marca não só o fim formal do antigo Império Romano do Oriente, como também simboliza o aparecimento de uma nova superpotência na Europa oriental mediterrânica: o Império Otomano. Ora, para os Otomanos, a região dos Balcãs era considerada parte integrante da Rumélia (a “terra dos romanos”), de tal forma que, desde o sultanato de Mehmet II, os sultões otomanos passam a intitular-se “governantes dos romanos” (*Sultan-i Rum*), considerando-se herdeiros diretos de Constantinopla e de Roma¹⁵². Porém, devemos ter em conta que a conquista da “Segunda Roma” era já um antigo sonho dos governantes islâmicos do Próximo Oriente, que chegaram a cercar a capital bizantina por várias vezes¹⁵³; aliás,

¹⁵² Os Turcos Otomanos chegaram mesmo a ser apelidados de *Rumiyun* (“romanos”) pelos muçulmanos que habitavam o Médio e o Extremo Oriente.

¹⁵³ Destes cercos devemos recordar o assédio efetuado, em 674-678, por um exército dos Omíadas liderado pelo califa Yazid I (no qual o fogo greguês terá tido um papel determinante para a defesa da cidade) e o sítio realizado em 717-718 por

relembremos que alguns antecessores do sultão Mehmet II já haviam organizado assédios a esta cidade¹⁵⁴, embora malsucedidos, devido à falta de armas de cerco eficazes e à emergência de conjunturas políticas desfavoráveis. O historiador David Nicolle refere que a elite otomana quatrocentista se encontrava dividida quanto aos moldes como se deveria processar a guerra religiosa a Ocidente: um grupo mais tradicional, que defendia uma guerra fronteiriça autónoma (*ghazi*); e uma elite feudal (da qual devemos salientar os *kapikulu*¹⁵⁵), que advogava a concentração do poder militar e da guerra religiosa na figura do sultão¹⁵⁶.

Podemos, portanto, considerar que há muito que se tornava premente a conquista otomana da cidade, visto que os exíguos territórios bizantinos serviam como base naval para as rivais marítimas dos Otomanos (Génova e Veneza). Por sua vez, as conquistas que os Turcos haviam realizado em território bizantino constituíam o pretexto ideal para a organização de cruzadas lideradas pelo único estadista da Europa oriental capaz de fazer frente ao avanço terrestre otomano: o rei da Hungria. Destas, devemos salientar a Cruzada de Varna (1443-1444)¹⁵⁷, comandada pelo rei húngaro Ladislau III, que conseguiu, temporariamente, dividir os territórios otomanos

um novo exército omíada comandado pelo general Umar Hubayra e pelo príncipe Maslama al-Malik (este cerco foi completado por um bloqueio marítimo que os Bizantinos conseguiram romper, permitindo assim o abastecimento da cidade).

¹⁵⁴ Para uma leitura mais pormenorizada dos cercos de Bajazed I (1394-1402) e de Murad II (1422), veja-se o capítulo anterior.

¹⁵⁵ Este grupo militar, criado por Murad I e por Bajazed I na segunda metade do século XIV, era composto por soldados-escravos (apesar de muitos deles se terem tornado homens livres) sob o comando direto dos sultões otomanos.

¹⁵⁶ Para pormenores relativos à conjuntura política interna aquando da ascensão de Mehmet II ao poder, veja-se David Nicolle 2007 175.

¹⁵⁷ Esta cruzada, promovida pelo papa Eugénio IV, culminaria na vitória decisiva dos Otomanos na batalha de Varna, na qual o rei húngaro e 10 000 dos seus soldados são mortos, iniciando-se um período de guerra civil no reino da Hungria, que impossibilitou a realização de novas expedições lideradas por esta potência terrestre.

européus em duas partes distintas, pondo em risco o império recém-formado. Para além disso, o sultão Mehmet II sofreu uma enorme humilhação no decorrer desta cruzada, visto que, após se ter tornado sultão (por abdicação do seu pai, Murad II, cansado dos conflitos internos do seu sultanato), foi retirado do poder pela elite otomana (especialmente pelo grande vizir Çandarlı Halil), que considerou mais sensato repor no trono Murad II, que entretanto regressara para governar o império e liderar os exércitos turcos contra os contingentes cruzados. Será neste sentido que a conquista emblemática da capital bizantina contribuirá decisivamente para a afirmação da influência marítima e terrestre dos Otomanos na Europa mediterrânica oriental¹⁵⁸.

Como realça o historiador David Nicolle, para os Otomanos o imperador bizantino era considerado somente um *tekfür* (do arménio *taghavor*, que significa “o portador da coroa”), devendo submeter-se à hegemonia do sultão. A fragmentação territorial do império bizantino (cuja composição se traduzia em alguns enclaves dispersos¹⁵⁹) e a conseqüente ineficácia do governo central para concentrar as valências militares do império nos seus interesses geopolíticos contribuíram decisivamente para o eclipse de Bizâncio, que se transformara num mero vassalo do sultão (tal como sucedia, de resto, com os subordinados do imperador, caso dos déspotas

¹⁵⁸ A conquista da “Segunda Roma” possibilitaria, igualmente, um acesso mais facilitado ao mar Negro, onde confluíam as rotas comerciais que ligavam a Rússia ao Médio Oriente e a Europa à Ásia das estepes. Daí o elevado interesse dos Genoveses em controlarem pontos comercialmente estratégicos na península da Crimeia (caso de Teodósia/Caffa, cidade a partir da qual a Peste Negra se espalharia pela Europa).

¹⁵⁹ Para além dos territórios bizantinos europeus, ainda subsistiam na Ásia outros Estados de matriz cultural bizantina, que se tinham tornado independentes do governo central do *basileús*: o império de Trebizonda (um Estado governado por uma dinastia rival dos Paleólogos e que conseguiu subsistir até 1461, ano em que foi anexado pelo sultão Mehmet II) e o principado de Teodoro (localizado na península da Crimeia e que sobreviveu mais duas décadas, sendo anexado pelos Otomanos em 1475).

da Moreia¹⁶⁰). Contudo, a determinação do sultão em conquistar Constantinopla tornou-se evidente desde que este regressou ao poder (após a morte do seu pai), em 1451: assim que ascende ao trono, Mehmet II toma uma série de medidas com o objetivo de eliminar todos os possíveis focos de resistência à sua governação. É com este intuito que nomeia os seus conselheiros mais próximos para cargos com elevado prestígio na corte otomana (casos de Zaganos Pasha e de Shihab al-Din Pasha, que se tornaram segundo e terceiro vizires, respetivamente) e que, simultaneamente, vai eliminando os seus adversários políticos (nomeadamente o seu irmão mais novo, Küçük Ahmet). Porém, apesar da veemência destas políticas centralizadoras, o sultão não conseguiu afastar o grande vizir Çandarlı Halil (que o tinha deposto aquando da Cruzada de Varna)¹⁶¹, nem capturar o príncipe Orhan, que vivia como refugiado político em Constantinopla e que permanecia um perigoso pretendente ao trono otomano.

A ascensão de Mehmet II foi considerada pela maioria dos estadistas bizantinos como benéfica para o império, visto que o aparecimento de um novo governante turco (que, além do mais, era bastante jovem e tido como demasiado inexperiente pelo imperador Constantino XI¹⁶²) poderia dar origem a uma guerra civil

¹⁶⁰ Estes governadores protagonizaram uma série de medidas defensivas localizadas (das quais devemos recordar o já citado *Hexamilion*) perante as diversas incursões que os generais otomanos faziam na região (podemos lembrar as campanhas de devastação de Turahan Bey, já mencionadas no subcapítulo anterior).

¹⁶¹ O sultão chega a retirar-lhe o controlo sobre as tropas de janízaros (dando aos seus comandantes a liderança destas e de outras unidades de infantaria), tentando desacreditar este político experiente, que começa a ser visto na corte otomana como um amigo dos infieis gregos ortodoxos.

¹⁶² Uma descrição mais pormenorizada acerca do parecer do imperador bizantino perante a ascensão deste jovem sultão, assim como dos comentários de outros políticos e diplomatas do mundo grego (não só de Bizâncio, mas também do império de Trebizonda, que fazia fronteira no norte da Ásia Menor com as possessões otomanas) pode encontrar-se na obra de Hanak 2011 359-361.

que debilitaria o Estado otomano¹⁶³ e que permitiria ao imperador exigir reduções nos tributos de vassalagem que pagava ao sultão e, quiçá, impor concessões territoriais. Pouco depois de subir ao trono, Mehmet II é obrigado a deslocar-se em campanha à Ásia Menor, a fim de derrotar o beilhique de Karaman, Ibrahim II, quebrando as tréguas que haviam sido firmadas no sultanato de Murad II. Ora, o imperador Constantino XI aproveita a aparente fragilidade política do novo sultão para lhe exigir cedências de territórios outrora bizantinos, sob a ameaça de apoiar o príncipe Orhan numa futura guerra civil otomana¹⁶⁴, mas Mehmet II, mostrando as suas competências militares (que havia adquirido nas campanhas que liderara na Europa aquando do governo do seu pai) e diplomáticas (numa jogada estratégica, casa com a filha do beilhique Ibrahim, Gülsan Hatun), estanca o problema e estabiliza rapidamente a região sudeste da Anatólia; a seguir, regressa à Europa, acabando com as aspirações do último *basileús* e mostrando-se determinado a conquistar Constantinopla¹⁶⁵. Durante a viagem de regresso a Edirne (Adrianopla), a sua hoste foi interceptada por embarcações cristãs no estreito de Dardanelos, o que o terá levado a formular planos para a edificação de uma fortaleza na costa europeia¹⁶⁶.

¹⁶³ Lembremos os conflitos internos que se seguiram à derrota de Bajazed I na batalha de Ancara, que foram explorados ao máximo pelos vassalos cristãos dos Otomanos na Europa, especialmente pelo príncipe sérvio Estêvão Lazarevic e pelo imperador Manuel II Paleólogo (1391-1425).

¹⁶⁴ Para outros pormenores sobre a ameaça de Constantino XI de fomentar uma guerra civil durante a campanha de Mehmet II no beilhique de Karaman, consulte-se Hanak 2011 397-399.

¹⁶⁵ Aliás, como acentua o historiador David Nicolle, os membros da corte otomana ficaram indignados com esta jogada diplomática do imperador Constantino, considerando-a uma traição. O próprio Çandarlı Halil (que, como atrás já foi mencionado, era considerado na corte otomana como um amigo dos infiéis) profere palavras insultuosas aos dignitários da corte bizantina. Ver Nicolle 2007 180-181.

¹⁶⁶ Outros motivos poderão ter levado o sultão a construir esta fortificação no início do seu sultanato: por um lado, já nos reinados dos seus predecessores se havia acentuado a necessidade de construir uma infraestrutura que permitisse uma transição mais fácil do Helesponto; por outro, esta edificação isolaria Constanti-

Os preparativos para a construção desta fortificação, que seria batizada de Rumeli Hisar (“castelo da terra dos Romanos”), iniciaram-se no inverno de 1451, quando Mehmet II ordena a recolha dos materiais e dos especialistas necessários, e causaram o pânico em Constantinopla¹⁶⁷, de tal maneira que a corte bizantina considerou a estratégia do sultão como uma declaração de guerra, tentando o imperador, por todos os meios possíveis, dissuadi-lo de prosseguir com esta obra¹⁶⁸. Como acentua David Nicolle, a fim de construir uma fortaleza de tal envergadura, Mehmet II precisaria de uma armada suficientemente robusta para impedir qualquer tipo de interferência (sobretudo das embarcações genovesas e venezianas¹⁶⁹), tendo concentrado em Galilopoli uma esquadra composta por 6 galés de guerra, 18 galeotas e 16 embarcações com os materiais e abastecimentos necessários. Travado qualquer tipo de resistência marítima por parte das repúblicas comerciais italianas, o sultão pôde por fim começar a construir a fortaleza triangular, em abril de 1452, na zona mais estreita do Bósforo (distavam cerca de 88 metros entre a costa europeia e a costa asiática). A construção do Rumeli Hisar concluiu-se em 31 de agosto do mesmo ano, sendo a fortaleza imediatamente guarnecida por 400 homens, liderados por Firuz Bey. Articulando esta nova fortificação com a

nopla, tanto por terra (negando-lhe o acesso à Ásia Menor e ao restante território europeu) como por mar (impediria o acesso ao mar Egeu e ao mar Negro).

¹⁶⁷ A população em Constantinopla consciencializou-se de que a edificação do Rumeli Hisar significaria o fim da cidade (chegando a associar a fortaleza ao Anticristo e ao apocalipse); cf. Hanak 2011 412-413.

¹⁶⁸ Constantino XI alegava que o sultão não lhe havia pedido permissão para construir a fortaleza num território que considerava ser seu *de jure*. Contudo, o sultão contra-argumentou, afirmando que a região se encontrava desabitada e que o *basileús* já não possuía nenhum território que se encontrasse no exterior das muralhas de Constantinopla. Para mais pormenores relativos ao jogo diplomático entre o imperador e o sultão, consulte-se Hanak 2011 402-403.

¹⁶⁹ A influência comercial destas repúblicas (especialmente de Génova) no mar Negro encontrava-se ameaçada pela edificação desta fortaleza, que bloqueava o acesso meridional ao Helesponto.

sua contraparte asiática (a fortaleza Anadolu Hisar, edificada por Bajazed I em 1393/1394¹⁷⁰), Mehmet II havia finalmente atingido os seus dois principais objetivos: a deslocação segura entre os territórios otomanos da Ásia Menor e da Turquia e o isolamento de Constantinopla, cujo abastecimento marítimo e terrestre em virtualhas se tornara virtualmente impossível; para além disso, ainda conseguira controlar o acesso marítimo do estreito, começando a cobrar alfândegas a todas as embarcações cristãs que quisessem fazer a travessia entre o mar Egeu e o mar Negro, e vice-versa¹⁷¹.

Poucos meses após a conclusão desta fortaleza (ou seja, já no outono de 1452), Mehmet II convoca tropas otomanas das províncias imperiais da Rumélia¹⁷², que complementariam os contingentes da elite palaciana de Edirne. Por outro lado, foi contratado um conjunto de especialistas com vista aos preparativos para o cerco decisivo, enquanto o sultão (que desde tenra idade se havia informado sobre as tecnologias militares de ponta) analisava as táticas de assédio aplicadas tanto na Europa como na Ásia Menor. Dos especialistas contratados para este projeto devemos salientar o famoso erudito italiano Ciríaco de' Pizzicolti (mais conhecido por Ciríaco de Ancona) e o fundidor húngaro Urbano, que, abandonando os serviços bizantinos (devido à incapacidade do governo central de lhe pagar os serviços prestados e de lhe fornecer as matérias-primas

¹⁷⁰ A Anadolu Hisar (“fortaleza da Anatólia”) foi erguida de forma a providenciar apoio logístico às tropas de Bajazed I durante o cerco que este realizou a Constantinopla (1394-1402). Cf. o capítulo anterior.

¹⁷¹ De tal forma que, imediatamente após terem sido instaladas as armas pirobalísticas da fortaleza (a 10 de novembro de 1452) e de se terem feito alguns ajustamentos quanto ao seu alcance, as embarcações venezianas oriundas do mar Negro que se recusavam a pagar as aduanas otomanas começaram a ser bombardeadas e afundadas (caso de um navio comandado por Antonio Erizzo, que foi atacado a 25 de novembro). Cf. Nicolle 2007 180-181.

¹⁷² Não nos devemos esquecer de que o Império Otomano, após as conquistas europeias dos finais do sultanato de Orkhan I (e, sobretudo, durante os reinados de Murad I e de Bajazed I), se dividiu em duas grandes províncias: a Rumélia (parte europeia) e a Anatólia (parte asiática).

necessárias), havia passado para a corte de Mehmet II e que é imediatamente encarregado de conceber uma arma pirobalística suficientemente potente para derrubar as intransponíveis muralhas de Constantinopla; esta “bombarda” (assim apelidada pelo cardeal Isidoro) demorou três meses a ser construída e, pesando mais de uma tonelada, seria transportada para as imediações de Constantinopla durante os dois meses precedentes, por cerca de 60 bois. Não negligenciando a eficácia desta peça de artilharia – que seria capaz de disparar um projétil de 450 kg – durante o cerco (estima-se que disparasse entre duas a três vezes por dia, sendo arrefecida após cada tiro, de forma a contrariar o sobreaquecimento¹⁷³), o seu efeito psicológico em ambos os exércitos terá sido avassalador.

Confrontado com estas preparações ostensivas, o imperador Constantino XI começou a reunir os mantimentos necessários¹⁷⁴ para suportar um novo cerco, que (devido à experiência dos assédios anteriores) previa que pudesse ser longo; ao mesmo tempo, procurou concentrar toda a população das povoações extramuros dentro da cidade. Chegou mesmo a retirar prata das igrejas e dos mosteiros, de forma a conseguir custear as reparações feitas às muralhas da cidade (sobretudo à milenar muralha de Teodósio)¹⁷⁵;

¹⁷³ Os meios pelos quais esta arma de cerco foi utilizada são-nos descritos por Miguel Critoboulos. Cf. Hanak 2011 365-366.

¹⁷⁴ Aliás, durante a construção do Rumeli Hisari, já existem indícios de que o imperador estaria a recolher vitualhas (sobretudo cereais) das regiões circundantes à cidade, o que terá levado a confrontos entre as populações gregas locais e os soldados otomanos quanto a esses géneros alimentares que estavam a ser deslocados para a capital bizantina.

¹⁷⁵ Existiram outras tentativas malogradas para o financiamento da reconstrução das muralhas de Constantinopla e da contratação dos especialistas necessários para o respetivo equipamento com armas. Entre elas, devemos realçar o lançamento de um imposto sobre o vinho que os mercadores venezianos residentes na cidade (em Gálata) importavam dos territórios otomanos. A impopularidade desta medida foi tal que os Venezianos ameaçaram evacuar a cidade, deixando de prestar qualquer apoio militar e financeiro, caso o imposto não fosse suprimido.

além disso, durante o inverno de 1452/1453, enviou um conjunto de embarcações ao mar Egeu, com a finalidade de comprar alimentos e equipamento militar. Ainda assim, o moral dos habitantes de Constantinopla encontrava-se num estado lastimável, até porque a população local tinha a consciência de que muito dificilmente encontraria qualquer ajuda dos outros enclaves gregos que subsistiam na Europa e na Ásia: de facto, o isolacionismo do chamado “Império de Trebizonda” (cercado por inimigos religiosos¹⁷⁶), as razias que os Otomanos realizaram no despotado da Moreia durante a primeira metade do século xv (das quais devemos realçar a razia de 1452, que já se enquadra nos movimentos preparatórios para o cerco decisivo do ano seguinte) e a localização geográfica periférica do principado de Teodoro impossibilitaram qualquer auxílio militar e económico destes enclaves bizantinos. Por sua vez, os restantes Estados da Grécia que ainda mantinham a sua soberania diante da hegemonia dos Otomanos (caso dos enclaves latinos e da Albânia) encontravam-se militarmente debilitados e pouco poderiam fazer para impedir a conquista da Segunda Roma.

A esperança encontrava-se agora no eventual apoio que as potências católicas da Europa central e ocidental pudessem dar a Bizâncio, de tal forma que o historiador (e diplomata) bizantino Jorge Frantzes chega mesmo a considerar a falta de ajuda por parte dos reinos europeus como a principal causa para a queda de Constantinopla, em 1453. Assim, será importante enunciar sucintamente os motivos que levaram os diferentes Estados da Europa (com exceção de Veneza e de Génova) a não auxiliarem Bizâncio no seu momento de maior necessidade. O Império Sérvio, após a batalha de Kosovo Polje (1389) havia-se transformado num

¹⁷⁶ Para além dos Otomanos, a ocidente, o império de Trebizonda via qualquer possibilidade de expansão da fronteira oriental inviabilizada pela federação tribal dos Turcos “ovelhas negras” (*Kara Koyunlu*).

despotado vassalo do Império Otomano, de modo que o déspota Jorge da Sérvia (devido às suas condicionantes diplomáticas e aos seus próprios interesses) não só se recusaria a apoiar Constantinopla como ainda apoiaria o sultão na conquista da cidade (já que vai existir um conjunto de sapadores de origem sérvia que terá um papel ativo durante o assédio)¹⁷⁷. Por sua vez, o papado também não contribuiu para a fortificação da cidade, apesar de os últimos dois imperadores bizantinos, como salienta Frantzes, terem reconhecido a supremacia da Igreja Católica sobre a Igreja Ortodoxa (no Concílio de Florença, na década de 1430)¹⁷⁸. Relativamente à Hungria, o historiador bizantino informa-nos que o líder militar húngaro João Corvino exigia a entrega de Nessebar e de Silivri em troca de qualquer auxílio militar ou financeiro. Por fim, ainda terão sido encetadas conversações com o rei Afonso V de Aragão, que se terá comprometido a prestar auxílio militar em troca da ilha de Lemnos (uma base naval a partir da qual o monarca facilmente socorreria Constantinopla); porém, estas negociações não terão tido nenhum efeito prático, de tal forma que Constantino XI chegaria a entregar a ilha a Génova.

Entretanto, após terem perdido a embarcação comandada por Antonio Erizzo no Bósforo, os Venezianos procuravam soluções para protegerem os seus mercadores que atravessassem este estreito, em direção ao mar Negro. Como aponta David Nicolle, Gabriel Trevisano (vice-capitão de Veneza) foi enviado a Constantinopla com instruções para a defender, se necessário; por sua vez, foram dadas ordens do Senado para que dois navios transportassem

¹⁷⁷ Frantzes tece comentários muito pejorativos à atitude apática que o déspota vai adotar durante a campanha (fornecendo tropas e fundos ao sultão e negligenciando os pedidos do imperador de envio de financiamento para a reparação das muralhas); cf. Hanak 2011 365-366.

¹⁷⁸ Para Frantzes, o papa estaria tão interessado em ajudar o imperador Constantino XI como o sultão do Cairo! Cf. Hanak 2011 369.

para a cidade cerca de 400 homens cada um (devendo ser acompanhados por 15 galeras); pelo seu lado, da ilha de Creta (sob jurisdição veneziana) deveriam sair igualmente dois navios de guerra que seriam comandados por Giacomo Loredan (capitão-general do mar). Apesar de todos os preparativos, e como veremos mais adiante, a armada veneziana chegou demasiado tarde para poder ajudar Constantinopla. Dentro da cidade, a população de origem veneziana (mercadores, capitães, marinheiros e soldados) convocou uma reunião do seu conselho (com a presença do imperador Constantino XI), em dezembro de 1452, tendo decidido lá permanecer, mas, embora não fosse permitido a nenhum navio sair de Constantinopla sem a permissão do bailio Minotto, a 26 de fevereiro de 1453 seis embarcações abandonaram-na clandestinamente, levando 700 pessoas a bordo.

Também a grande rival de Veneza, Génova, decide enviar apoio a Bizâncio, perante a ameaça de perder os privilégios comerciais que detinha na região do Bósforo e no mar Egeu; deste modo, os Genoveses enviam o general Giovanni Longo (oriundo da ilha de Kios¹⁷⁹), que chega ao Corno de Ouro com 700 soldados, em janeiro de 1453. A reputação deste comandante era tal que o imperador Constantino lhe atribui o título de marechal (*prōtostrátōr*), concedendo-lhe a referida ilha de Lemnos como recompensa pelos seus serviços; teria um papel fundamental durante o cerco, visto que conseguia facilmente catalisar o moral dos soldados que se encontravam a defender a cidade, de tal forma que só após ter sido ferido no decorrer do assédio é que os janízaros conseguiram entrar em Constantinopla. O cronista Ducas refere que as duas embarcações que este general terá levado consigo para Constantinopla eram “dois grandes navios que transportavam um número elevado de

¹⁷⁹ Para as escassas informações que nos chegaram sobre a vida deste *condottiere* antes do cerco de 1453 veja-se, por todos, Hanak 2011 377-384.

equipamento militar em excelentes condições e jovens soldados genoveses cheios de paixão marcial”¹⁸⁰.

Por fim, será importante mencionar que, apesar da relutância do papado em contribuir monetariamente para a defesa da maior cidade cristã do Oriente, a insistência da diplomacia bizantina e o comprometimento do imperador em unir as duas Igrejas cristãs (subordinando a Igreja Ortodoxa à Igreja Católica) deram os seus frutos. Assim, em novembro de 1452, o cardeal Isidoro¹⁸¹ chega à capital bizantina numa galera italiana¹⁸², acompanhado de 200 soldados¹⁸³, que a população local e o imperador consideravam ser, nas palavras de David Nicolle, “a guarda avançada de um grande exército católico que salvaria a cidade” (Nicolle 2007 186). Ainda que a união doutrinária se tenha consubstanciado através de uma cerimônia religiosa realizada na Igreja de Santa Sofia¹⁸⁴ em 12 de dezembro de 1452, não se verificou, nos meses subsequentes, a vinda de mais contingentes militares de socorro provenientes da Europa ocidental e central.

¹⁸⁰ Cf. Nicolle 2007 187.

¹⁸¹ Este delegado do papa (de origem grega) tinha sido enviado para Constantinopla com o propósito de formalizar a união das duas Igrejas. Para mais pormenores relativos à atividade diplomática do prelado nesta cidade, veja-se Hanak 2011 373-375.

¹⁸² A informação contida na bibliografia consultada é dúbia relativamente à nacionalidade da galera que transportou este cardeal (enquanto David Nicolle aponta que se trataria de uma embarcação veneziana, Marios Philippides e Walter K. Hanak apontam-nos que esta seria de origem genovesa).

¹⁸³ Estes seriam, maioritariamente, arqueiros e artilheiros napolitanos (cerca de 50), aos quais se juntaram (em Kios) voluntários latinos liderados pelo arcebispo Leonardo.

¹⁸⁴ Esta cerimônia provocou imensos tumultos na cidade, protagonizados pelo baixo clero ortodoxo e por uma grande parte da população citadina. Esta revolta seria liderada pelo monge Genádio, que, como aponta David Nicolle (2007 187), se tornaria o primeiro patriarca ortodoxo de Constantinopla indigitado por Mehmet II, após a conquista da cidade.

2. O exército otomano

Nos meados do século XV, os soldados profissionais otomanos consistiam em cavalaria *sipahi* contratada e/ou tropas *kapikulu* (soldados que originariamente eram escravos ou prisioneiros de guerra). Deste modo, podemos admitir que, nos territórios recém-conquistados na Rumélia, predominasse este segundo grupo de contingentes¹⁸⁵, visto que estas províncias não se encontravam islamizadas, o que dificultava a convocação de *sipahis*. Tal como aponta David Nicolle, os *kapikulu* (que exigiam um recrutamento e um treino muito mais dispendiosos) representavam a elite dos exércitos otomanos, pelo que o seu número era menor do que o dos *sipahis*¹⁸⁶. Já os janízaros (à letra, “soldados novos”), que, segundo a tradição, foram criados em 1326 por Haci Bektas¹⁸⁷, representavam um pequeno grupo integrado nestes regimentos palacianos (*kapikulu*), que, progressivamente (mas especialmente durante a segunda metade do século xv e no século xvi), se foi afirmando perante os outros grupos de soldados palatinos tradicionais; Mehmet II terá facilitado a emergência deste tipo de combatentes, atribuindo-lhes líderes que tinham ascendido dentro do dervixe (comunidades religiosas semelhantes às ordens mendicantes do ocidente europeu, que educavam e treinavam este tipo de soldados) a que pertenciam.

Contudo, grande parte da infantaria otomana deste período não era constituída por janízaros, mas sim por *azabs* (infantaria

¹⁸⁵ De tal forma que pelo menos metade dos *timariots* (*sipahis* que adquiriram um feudo) eram ainda cristãos. Consulte-se Nicolle 2007 198.

¹⁸⁶ A cavalaria dos *kapikulu* predominou nos exércitos otomanos até ao século xviii; cf. D. Nicolle 1983 8-50.

¹⁸⁷ Na realidade, os primeiros janízaros resultaram da educação da geração seguinte dos prisioneiros de guerra que foram capturados na sequência da conquista de Edirne (1361). Para mais pormenores sobre a origem e evolução desta tropa de elite, veja-se Nicolle 1983 8.

ligeira, sobretudo arqueiros mal treinados), oriundos do campesinato muçulmano que era convocado para uma campanha específica. Por sua vez, a cavalaria auxiliar era composta por cavaleiros fronteiriços (*akinci*), dos quais devemos realçar: os *voynuc* (tropas eslavas e romenas); a cavalaria pesada, que se mantinha fiel ao cristianismo (*lagator*), geralmente acompanhada por escudeiros a cavalo com armamento ligeiro (*gebelü*); e os turcomanos da Anatólia. Estes soldados não terão tido um papel de relevo durante o cerco de Constantinopla, devido à natureza da operação militar (o sultão não poderia aproveitar ao máximo as valências desta cavalaria auxiliar num cerco em que as armas pirobalísticas e as operações anfíbias eram fundamentais) e à necessidade de tropas desmontadas especializadas para determinado tipo de operações (caso dos sapadores sérvios).

A grande maioria dos janízaros presentes em Constantinopla em 1453 era prisioneira de guerra, mas seriam os *kapikulu*, recrutados pelo sistema de dervixe (capturavam-se crianças cristãs que eram educadas e treinadas segundo os preceitos religiosos de cada uma das correntes filosóficas islâmicas), que, segundo David Nicolle, dominariam o exército otomano nos séculos subsequentes. Estas crianças cristãs (ortodoxas) dos Balcãs eram capturadas à força (mas nem sempre relutantemente, de tal forma que, em algumas regiões, esta prática estava ritualizada), sendo a sua maioria de origem eslava e albanesa¹⁸⁸; após terem sido educadas e treinadas, e agora convertidas em soldados profissionais, integravam na sua maioria os corpos armados de janízaros, enquanto um pequeno grupo era reencaminhado para os corpos de cavalaria de elite dos *kapikulu*, podendo alguns destes chegar mesmo a ocupar cargos

¹⁸⁸ A inexistência de soldados gregos devia-se ao facto de os antigos territórios bizantinos estarem isentos do fornecimento de crianças para os dervixes otomanos e de a maioria da população desta etnia se ter concentrado nas cidades e nas ilhas, onde a captura de crianças ortodoxas era proibida. Cf. Nicolle 2007 199.

civis no governo provincial e central; como já foi mencionado, a integração de soldados oriundos dos vários dervixes nos contingentes mais prestigiosos da máquina militar otomana tendeu a aumentar na segunda metade do século xv. Tenhamos em conta que a subida ao trono de Mehmet II trouxe muita controvérsia, sobretudo nas camadas mais tradicionalistas do governo e do exército otomanos, de tal forma que a criação de mecanismos que possibilitassem a ascensão sociomilitar permitiria a médio e a longo prazo que uma nova elite suplantasse o setor mais tradicionalista, encabeçado por Çandarlı Halil.

As estruturas do comando e organização militar do exército otomano mantiveram-se iguais durante os períodos de expansão territorial e na época de consolidação política das regiões anexadas, de forma que a constituição legal de contingentes militares era, do ponto de vista administrativo, permanente. A máquina militar otomana encontrava-se, assim, altamente centralizada, visto que os contingentes provinciais comandados pelos senhores locais (*beylerbeyis*) da Rumélia e da Anatólia eram chefiados diretamente pelo sultão¹⁸⁹, e assim os *beylerbeyis* comandariam (a mando do sultão) regimentos mais pequenos dentro dos *ocak* (regimentos); as tropas auxiliares otomanas (anteriormente mencionadas) submeter-se-iam ao mesmo género de organização militar¹⁹⁰, sendo o modelo predominante o praticado pelas unidades palatinas do sultão, que se dividiam em seis regimentos: a cavalaria (*kapikulu süvarisi*), a infantaria (*kapikulu piyadesi*), que incluía os janízaros, os *bostancis* (jardineiros do sultão mas que eram, igualmente,

¹⁸⁹ Estas tropas seriam compostas, aquando do cerco de Constantinopla, por três grupos: os *topraklı süvarisi* (cavaleiros possuidores de feudo), os *serbadkulu süvarisi* (tropas montadas fronteiriças) e os *yerlikulu piyâdesi* (infantaria local). Cf. Nicolle 2007 200.

¹⁹⁰ Por exemplo, os *voynuqs* eram comandados por oficiais (*çeri-basi*), que, por sua vez, estariam sob a jurisdição do *voynuq bey* (o chefe de todos os *voynuqs*).

marinheiros e soldados prestigiados), os *segmen* (que treinavam os cães) e os *doganci* (i. e., os falcoeiros). Para além disso, o sultão ainda havia estabelecido unidades mais pequenas e especializadas de artilheiros, de armeiros e de outras profissões subsidiárias da guerra¹⁹¹.

Podemos, portanto, concluir que as táticas militares otomanas eram bastante sofisticadas, embora no cerco de 1453 tenham sido sobretudo a perícia dos artilheiros e dos soldados com armas pirometalúrgicas, assim como a excelente articulação dos planos de bloqueio (terrestre e anfíbio), que garantiram o sucesso de Mehmet II; além disso, o sétimo sultão otomano rentabilizou ao máximo a “guerra psicológica” nessa altura, através do recurso ao efeito sonoro da pirometalurgia e da música militar¹⁹².

Quanto aos triunfos do exército otomano (que rondaria os 80 000 a 200 000 efetivos, consoante as estimativas), devemos apontar sobretudo a versatilidade da sua cavalaria e a aplicação eficaz (e até decisiva) de armas de fogo, que configuravam o setor de ponta da arte bélica: as tradições da cavalaria otomana há muito que se haviam distanciado dos costumes dos Turcos nómadas da Ásia Central (e que os Bizantinos tão bem conheciam, tal como já foi explicitado em capítulos anteriores). A cavalaria armada tinha abandonado as táticas centradas na neurobalística (em especial a utilização do arco como arma de fustigação do exército inimigo), habituando-se inclusive a combater a pé¹⁹³, como aliás aconteceu

¹⁹¹ A complexidade da máquina militar otomana é bem evidenciada pela existência de um grupo de militares que serviam de estafetas (çavuses) e que relatavam ao sultão o estado psicológico dos seus soldados e oficiais.

¹⁹² Esta pressão psicológica é sublinhada pelo janízaro sérvio Constantino Mihailovic, que nos relata que, nos primeiros dias do cerco, o objetivo do sultão seria acima de tudo desmoralizar as tropas bizantinas e a população da cidade (uma rendição pacífica e rápida da cidade conviria ao sultão, pois este tencionava transformar Constantinopla na sua nova capital). Cf. Nicolle 2007 201.

¹⁹³ Neste aspeto, aproximavam-se bastante dos cavaleiros pesados do Ocidente europeu (*men-at-arms*), que, quando a necessidade o exigia, combatiam a pé. O

durante o cerco de Constantinopla de 1453. Por sua vez, o exército otomano tinha-se tornado a máquina militar islâmica mais avançada do mundo, no que às armas de fogo¹⁹⁴ diz respeito, de tal forma que, durante o reinado de Murad II, haviam sido criados corpos de infantaria pirobalística (*topcu*), assim como carreiros destas armas (*top arabaci*), aos quais se juntou uma corporação de fundidores de armas de fogo (*cebeci*) criada pelo sultão Mehmet II¹⁹⁵. Porém, os fabricantes de canhões otomanos não eram capazes de produzir trons de ferro (mais resistentes), apenas canhões de bronze ou canhões presos em aros de ferro ou em aduelas¹⁹⁶.

Nos meados do século xv, a armada otomana tinha um sistema organizativo *sui generis*, completamente autónomo do modelo militar terrestre, altamente hierarquizado. Com a sua principal base em Galilopoli, o propósito fundamental da armada dos Osmanlis seria garantir a passagem segura dos exércitos otomanos da Anatólia para a Rumélia (e vice-versa)¹⁹⁷; contudo, só nos meandros do cerco de Constantinopla a frota otomana provaria decisivamente o seu valor, perante a hegemonia secular das repúblicas italianas (em especial

contacto que a cavalaria otomana teve com os cavaleiros aristocratas europeus durante as diversas cruzadas de finais do século xiv e da primeira metade do século xv (nomeadamente a Cruzada de Nicópolis, em 1396, e a batalha de Varna, em 1444) poderá ter contribuído para a incorporação de alguns hábitos ocidentais nos soldados montados otomanos.

¹⁹⁴ Estas ter-se-ão difundido nos Balcãs e no território otomano desde a década de 1370. O negócio ilegal deste tipo de armas, de Itália para os territórios otomanos, contribuiu decisivamente para a sua disseminação. Cf. Nicolle 2007 201.

¹⁹⁵ Todos estes contingentes especializados em neurobalística foram incorporados nos exércitos palacianos de *kapikulu*. Cf. Nicolle 2007 201.

¹⁹⁶ De tal forma que só os artilheiros do duque Filipe III, “o Bom”, da Borgonha é que conseguiram equiparar-se aos soldados do sultão Mehmet II. O conhecimento do sultão sobre este “novo” tipo de arma era tal que, segundo David Nicolle, foi-lhe atribuída a invenção de um morteiro de longo alcance durante o cerco de 1453. Cf. Nicolle 2007 202.

¹⁹⁷ Relembremos que, nos finais de 1451, o sultão Mehmet II terá tido problemas a atravessar o estreito de Galilopoli, devido a um ataque inesperado de embarcações venezianas (terá, de resto, sido este o principal motivo para a construção do Rumeli Hisar).

de Veneza)¹⁹⁸. Deste modo, apesar de os Venezianos subestimarem o poder e a eficácia da armada otomana, a verdade é que esta já havia consolidado uma tradição marítima bastante eclética, reunindo características da tradição naval bizantina, das práticas marítimas dos beilhiques turcos dos séculos XIII e XIV e do conhecimento náutico do Médio Oriente islâmico¹⁹⁹. Esta mescla torna-se evidente quando analisamos a tripulação otomana de Quatrocentos: reunia não apenas turcos e outros islâmicos, mas também população grega (uma parte dela ainda ortodoxa praticante), gente de Galilopoli, italianos e catalães. O tipo de embarcações mandado construir pelos primeiros sultões assemelhar-se-ia muito aos navios de guerra do Mediterrâneo central e ocidental (onde predominava a construção e a utilização de galés²⁰⁰); no entanto, os barcos otomanos quatrocentistas (*mavna*) teriam uma envergadura maior do que as galés comuns, assemelhando-se às *galeazze* italianas.

Como refere David Nicolle, os planos de Mehmet II para a conquista de Constantinopla dependiam, fundamentalmente, de considerações diplomáticas e militares, de forma a poder efetuar uma campanha bem articulada e ao mesmo tempo célere (antecipando qualquer apoio inesperado dos Húngaros ou dos Venezianos). O sultão havia investido grande parte dos seus recursos na

¹⁹⁸ Os confrontos marítimos entre estes dois Estados já remontam, pelo menos, à segunda década do século XV. Se, numa primeira fase, Veneza afirmou a sua superioridade naval (dizimando a armada otomana, em 1416), aos poucos o poder marítimo dos Osmanlis foi-se reforçando, de tal forma que, por volta do ano 1442, os Otomanos já possuíam uma frota de 60 navios (atracados, estrategicamente, na ilha de Lemnos); segundo David Nicolle (2007 203), em 1448 pelo menos 65 embarcações terão bloqueado Constantinopla.

¹⁹⁹ Devemos realçar as informações que os Otomanos recolheram acerca do conhecimento, não só terrestre, mas também marítimo dos Mamelucos. De tal forma que o aproveitamento das táticas navais deste império se terá consumado decisivamente após a conquista da Síria e do Egipto, durante o sultanato de Selim I (1512-1520). Para informações mais pormenorizadas sobre estas campanhas, veja-se Faroqi 2012 30-32.

²⁰⁰ Como é sabido, normalmente estas embarcações eram rápidas, leves e fáceis de manobrar, com um leme à popa e um esporão para as abordagens.

construção de armas pirobalísticas que garantissem essa mesma rapidez e que evitassem a perda desnecessária de vidas²⁰¹; deste modo, queria conquistar a cidade não pela destruição ou pelo saque, mas sim pelo desgaste físico, através do bloqueio marítimo (que privaria a cidade de mantimentos externos) e da guerra psicológica. A artilharia pesada serviria apenas para abrir uma brecha nas muralhas (que se pensava serem intransponíveis e inexpugnáveis) e não para destruir os edifícios religiosos e civis que seriam, imediatamente após a conquista, aproveitados pelo sultão para a construção da sua nova capital, que acabaria aliás por se tornar o coração do Império Otomano até aos finais do século XIX.

3. O exército bizantino

No ano de 1453, Constantinopla não era mais do que uma sombra do seu antigo esplendor, com apenas entre 40 000 e 50 000 habitantes²⁰² e uma guarnição que não ultrapassaria algumas centenas de soldados: segundo Frantzes, no decurso do cerco, esta seria constituída por 4973 soldados gregos (sendo uma pequena parte destes homens profissionais e a maior parte milícias armadas) e 200 residentes estrangeiros (de Gálata); deste modo, as estimativas do número de homens que, em 1453, defenderam Constantinopla oscilam entre os 6000 e os 8500 soldados, estando a maioria deles mal preparada para a guerra²⁰³. Podemos, portanto, concluir que,

²⁰¹ Cf. Nicolle 2007 204.

²⁰² Apesar destes quantitativos serem bastante diminutos quando comparados com a população de Constantinopla durante os seus séculos de maior vitalidade, devemos ter em conta que, no panorama urbanístico europeu, esta cidade se mantinha acima da média, sendo apenas ultrapassada por algumas metrópoles do centro e do oeste da Europa (casos de Nápoles ou de Paris, entre outros).

²⁰³ O arcebispo Leonardo de Kios (que terá acompanhado Giovanni Longo a Constantinopla) aponta para cerca de 6000 gregos e 3000 estrangeiros a defende-

no século xv, as finanças do Império Bizantino se encontravam bastante debilitadas, impossibilitando a contratação de companhias mercenárias cujo auxílio era essencial para a defesa da cidade. Assim, a proteção da capital havia recaído nas tropas e milícias locais, ou em voluntários estrangeiros²⁰⁴, de tal forma que a própria cadeia de comando bizantina durante o assédio era composta por generais estrangeiros, de entre os quais devemos distinguir Giovanni Longo.

Aquando da ida do imperador João VIII a Itália, em 1437, a comitiva do *basileús* era composta por dois tipos distintos de cavalaria: os *stradioti* (considerados pelo Ocidente europeu católico como cavalaria ligeira) e os *gianitzaroi* (cavalaria munida de um equipamento ainda mais leve que os *stradioti*); por outro lado, os detentores de terras (*prónoia*) em Bizâncio dispunham das suas próprias mesnadas, pelo que subsistiam dentro dos exíguos territórios imperiais, constituindo uma elite local, e não somente um campesinato armado²⁰⁵. Relativamente às milícias locais, devemos ter em conta que, durante o século xv, Constantinopla era composta por aglomerados populacionais dispersos (dentro do grande recinto amuralhado), existindo uma área urbana de maior dimensão na parte oriental, dinamizada pelos mercadores estrangeiros (em especial venezianos). O despovoamento da cidade terá levado a uma descentralização da estrutura militar, de forma que as milícias dos respetivos povoados (dentro da cidade) seriam organizadas por um *démarchos*²⁰⁶, que responderia diretamente perante os

rem a cidade. Por sua vez, Giacomo Tedaldi, no relatório que escreveria em janeiro de 1454 ao cardeal de Avinhão, refere-nos que existiriam entre 30 000 a 35 000 homens dentro das muralhas da cidade, que por sua vez seriam defendidas por 6000 a 7000 soldados. Cf. Nicolle 2007 204.

²⁰⁴ Cf. *infra*, “Antecedentes próximos do cerco”.

²⁰⁵ A maioria seria oriunda do despotado da Moreia, o último bloco substancial de território ainda em mãos bizantinas. Muitos destes *pronoetai* não tinham origem grega, incluindo etnias muito diversificadas (ex.: Eslavos, Albaneses, descendentes dos cruzados latinos ou de grandes senhores “coloniais” italianos). Cf. Nicolle 2007 205.

²⁰⁶ O *démarchos* correspondia, inicialmente, a uma fação do Hipódromo que teve um papel político ativo, pelo menos até aos finais do século x. Durante o império

oficiais imperiais. Para além disso, na cronística descritiva do cerco de 1453 aparecem-nos referências a monges que patrulhavam os baluartes do recinto amuralhado, o que não é de estranhar, visto que os mosteiros rurais tinham guardas armados e eram, na maior parte dos casos, fortificados, estando os monges habituados a atalaiar as torres de vigia destas infraestruturas religiosas.

A população de Constantinopla ainda teria um número considerável de turcos que, possivelmente, apoiariam o pretendente Orhan durante os momentos finais do conflito. Porém, como já foi adiantado no capítulo anterior, a míngua de fontes bizantinas e o enfoque que estas dão à ascensão do Império Otomano e à sua expansão na Europa fazem com que a organização militar bizantina deste período seja bastante dúbia. Provavelmente, o pequeno exército da cidade ainda seguiria as mesmas estruturas militares dos séculos XIII e XIV²⁰⁷, tendo os arqueiros e besteiros um papel proeminente (estes últimos constituiriam mesmo uma elite, organizando-se em corporações semelhantes às da Itália tardo-medieval). As descrições das tropas bizantinas referem-nos que os soldados estariam equipados com armamento típico do Ocidente europeu, possuindo armas de fogo²⁰⁸, embora de menor dimensão do que a artilharia otomana; o fogo greguês terá sido igualmente utilizado durante o assédio, sob o comando do contratado João Grant²⁰⁹. Os restantes enclaves

tardio, este título foi obtendo uma conotação militar, de tal forma que Giovanni Longo, quando chega a Constantinopla, é nomeado *strategos* e *démarchos* (de 400 soldados) pelo imperador. Relativamente à evolução deste título, veja-se Kazhdan 1991 602-603.

²⁰⁷ Seria ainda conhecido como um exército *politikón*, dividido em regimentos (*allagia*). Cf. Nicolle 2007 207.

²⁰⁸ Estas armas de fogo (oriundas da Hungria, dos Balcãs e da Itália) teriam um pequeno porte, sendo utilizadas por cada soldado, individualmente; o que nos poderá remeter para a existência de um conjunto de soldados especializados que, provavelmente, viria de fora, sobretudo de Itália.

²⁰⁹ De origem incerta (algumas fontes remetem para a Alemanha, enquanto outras associam as suas origens à Escócia), este engenheiro, contratado pelo imperador, desempenhou um papel decisivo durante o cerco por ter identificado muitas das

costeiros que Bizâncio ainda tinha em seu poder na Trácia mantiveram-se apáticos diante da ocupação otomana (muitas destas vilas costeiras já estariam despovoadas, tendo em conta a concentração da população dentro do recinto amuralhado da cidade), excetuando três pequenas fortificações: Therapia, que se localizaria na região norte do Bósforo (perto do Rumeli Hisar); e as fortalezas de Selímbría (atual Silivri) e Epibates (Selimpasa), situadas a norte das linhas de cerco otomanas na costa do Mármara²¹⁰. No entanto, a falta de uma marinha de guerra (destruída pelos Genoveses durante o século XIV) revelar-se-ia um *handicap* tremendo para os sitiados.

Quanto aos soldados estrangeiros que defendiam o recinto amuralhado durante o cerco de 1453, devemos ter desde logo em conta que estes, na sua grande maioria, eram italianos. O crescimento demográfico de muitas cidades da península levou à emigração de muitos jovens (oriundos de famílias proeminentes), que procuravam aventuras e novas formas de ocupar a sua vida; deste modo, para além dos já mencionados Giovanni Longo e Girolamo Minotto, ainda devemos salientar a chegada do capitão veneziano Alvise Diedo, dos irmãos genoveses Bocchiardi, do catalão Pere Julià, assim como de outros jovens de famílias prestigiadas de Veneza e de Génova²¹¹. O tipo de embarcações que estas potências estrangeiras utilizaram durante o cerco terá sido bastante diverso, desde navios e galés mercantes até às galés de guerra. Giovanni Longo teria um papel estratégico bastante importante durante o cerco, entendendo que a defesa da cidade deveria ser feita (à semelhança do cerco de 1422, de Murad II) a partir da defesa dos baluartes da muralha terrestre

minas que os sapadores sérvios colocaram nas muralhas de Constantinopla, impedindo a abertura de uma brecha a partir do solo.

²¹⁰ David Nicolle (2007 208) refere que estas fortalezas serviriam, possivelmente, como plataformas para o mundo exterior, durante o cerco.

²¹¹ Uma enumeração das famílias que providenciaram jovens soldados a Bizâncio durante o cerco pode ser vista em Nicolle 2007 208.

mais afastados do centro da cidade. O *stratēgós* genovês acreditava que esta tática colmataria a grande desproporção numérica entre os dois exércitos e considerava que os outros dois recintos amuralhados teriam de ser guarnecidos apenas por arqueiros, besteiros e soldados com armas de fogo. Assim, a superioridade numérica do exército otomano não constituiria um fator decisivo perante a imponência das muralhas da cidade, de tal forma que só após a tomada do Corno de Ouro pela armada otomana é que os soldados bizantinos se consciencializaram de que a cidade estava perdida.

Por sua vez, o imperador Constantino XI e os seus conselheiros sabiam que o destino da capital dependeria da duração do cerco: quanto mais tempo os soldados bizantinos conseguissem defender Constantinopla, maior era a possibilidade de serem socorridos por embarcações estrangeiras (com mantimentos e soldados que permitissem pôr fim ao bloqueio) ou de os Otomanos se verem obrigados a levantar o assédio devido a condicionantes externas, como por exemplo uma eventual invasão húngara do território da Rumélia. Contudo, o destino da cidade estava traçado, e Mehmet II, que desde jovem se havia preparado para este cerco, saberia aproveitar de forma decisiva a versatilidade do seu exército e as debilidades que a muralha marítima de Constantinopla evidenciava relativamente às restantes defesas terrestres da cidade.

4. O início da campanha decisiva

Como já foi dito, quando o sultão regressa a Edirne (em janeiro de 1453)²¹², já um número considerável de voluntários religiosos

²¹² O sultão tinha, nos meses anteriores, organizado e inspecionado a construção da fortaleza de Rumeli Hisar, que seria fundamental para a consumação do bloqueio marítimo a Constantinopla. Só após a afinação do alcance da artilharia da fortificação é que o sultão terá regressado à sua capital.

(*ghazi*) de todos os cantos da Rumélia se havia concentrado na capital otomana. Para além destes contingentes e das guarnições palatinas, muitos mercadores otomanos acorreram à região para fornecer ao exército vitualhas e armamento; por outro lado, a tolerância religiosa existente nas hostes dos sultões permitira a incorporação de um corpo sérvio composto por 1500 cavaleiros e por auxiliares cristãos²¹³. Entretanto, a meticulosidade dos planos e da logística de Mehmet II chegava a tal ponto que ele mandara reparar a estrada que ligava Edirne à capital bizantina (numa distância de cerca de 8 km), de forma a conseguir transportar a artilharia pesada que havia construído nos meses precedentes²¹⁴! Sem qualquer tipo de oposição, o *beylerbeyi* da Rumélia (Karaca) chega mesmo a queimar as vinhas e as oliveiras que se encontravam nas imediações de Constantinopla, a fim de limpar o terreno e de eliminar os possíveis obstáculos que a artilharia poderia vir a encontrar no início do cerco. A apatia das tropas bizantinas foi de tal ordem que Karaca conquistou todas as vilas costeiras, que não lhe ofereceram qualquer tipo de resistência²¹⁵, o que por sua vez não permitiu ao comandante militar recorrer à prática de capturar as crianças cristãs dessas vilas e de as entregar posteriormente a dervixes que lhes concedessem prestígio religioso e militar.

Terá sido no mês de março que um elevado número de arqueiros *azabs* e cavaleiros *sipabis*, liderados pelo *beylerbeyi* da Anatólia (Ishak Pasha), terá atravessado o estreito (através do Rumeli Hisar)

²¹³ A esta guarnição, liderada pelo *voivode* Jaksá (comandante militar do déspota sérvio, Durad Brankovic), juntar-se-ia o grupo de sapadores sérvios oriundos de Novo Brdo. Cf. Nicolle 2007 211.

²¹⁴ As estradas e as pontes seriam preparadas por 50 carpinteiros e 200 assistentes, de forma a estas conseguirem sustentar o peso da artilharia (que, como já foi adiantado em capítulos anteriores, poderia chegar a pesar uma tonelada).

²¹⁵ Como já foi referido, apenas os recintos fortificados de Selimbria, de Epibates e de Therapia é que ofereceram resistência, ao ponto de Karaca ter negligenciado a conquista destes pontos, deixando apenas algumas tropas para vigiar as eventuais movimentações dos soldados inimigos.

para se juntar aos contingentes de Karaca²¹⁶. De seguida, o sultão inicia o transporte dos seus três canhões de maior envergadura de Edirne para as imediações das muralhas de Constantinopla, onde já se encontravam as tropas de Karaca. Entretanto, a marinha otomana, comandada por Baltaoglu Solimão Bey²¹⁷, havia-se concentrado nas proximidades de Galilopoli, tendo-se dirigido para Constantinopla em março e estabelecendo a sua base no Bósforo, a norte de Gálata; a presença das embarcações otomanas na região permitiria a livre circulação das tropas do sultão da Anatólia para a Rumélia e o bloqueio marítimo da cidade; grande parte dos navios otomanos tinha sido recentemente construída, enquanto as velhas embarcações haviam sido restauradas, de forma que os quantitativos da armada de Baltaoglu, apesar de elevados, divergem bastante consoante as fontes²¹⁸.

Após ter terminado todos os preparativos, Mehmet II, acompanhado pela maior parte dos seus soldados, decide finalmente deixar Edirne a 23 de março de 1453, dirigindo-se para as imediações de Constantinopla e posicionando-se a uns meros 4 km da cidade. A posição do principal acampamento otomano ainda é incerta, pois alguma da documentação refere que o sultão terá concentrado a maioria das suas forças no outro lado do Corno de Ouro (perto de Gálata), mas esta seria provavelmente a base do seu trem de apoio (ou seja, de batedores, de trabalhadores e de outros não combatentes); de seguida,

²¹⁶ Como refere David Nicolle, ainda durante estas operações iniciais de janeiro e fevereiro terão chegado da Anatólia três regimentos que se terão juntado às tropas de Karaca, em Bursa, com o objetivo de vigiarem todas as movimentações de Constantinopla. Cf. Nicolle 2007 211.

²¹⁷ Filho de um aristocrata búlgaro, tornou-se líder da relativamente recente armada otomana. Foi feito embaixador na Hungria e liderou uma expedição bem-sucedida à ilha de Lesbos (contra os Genoveses). Durante o cerco, deteve o título de *kapudan pasba* (“comandante da armada”).

²¹⁸ As fontes otomanas apontam para 400 navios de todos os tamanhos, enquanto Critobulo refere que a armada de Mehmet II teria cerca de 350 embarcações. Mais específico é o relatório de Jean de Wavrin (cronista borgonhês), que enumera 18 galés de guerra, 60 a 70 galeotas de menor dimensão e 16 a 20 pequenas embarcações. Cf. Nicolle 2007 212.

dispõe a sua artilharia (composta por 69 canhões, dos quais 15 seriam de maior dimensão) ao longo das muralhas de Constantinopla²¹⁹, a qual seria apoiada por uma dúzia de trabucos, que terão sido instalados a 11 de abril (ou seja, nove dias após o começo do cerco).

Antes da chegada da armada otomana, os Bizantinos, durante o inverno de 1452/53 (tendo ainda acesso ao mar), com as poucas galés que ainda possuíam, saqueiam a costa da Ásia Menor até à região de Cízico (no sul do mar de Mármara) e dirigem-se ao norte do mar Egeu e (provavelmente) à Moreia para adquirir mantimentos e equipamento militar. Por outro lado, a 26 de fevereiro de 1453, dá-se um rude golpe nas defesas de Constantinopla, com a deserção de um navio veneziano comandado por Pietro Davanzo e de outros seis navios mercantis de Creta (que transportariam 700 pessoas), os quais, sem a permissão do governo central, abandonam o Corno de Ouro. Contudo, a chegada da frota de Baltaoglu significava que os Bizantinos se encontravam agora confinados às muralhas da sua capital, cujos reparos andavam longe de estar concluídos²²⁰, apesar dos esforços do imperador, que chegou mesmo a ordenar (nesse inverno de 1452/53) que fosse retirada a prata das igrejas e dos mosteiros, uma medida extremamente impopular. A 2 de abril de 1453, o engenheiro genovês Bartolomeu Soligo lançaria sobre a entrada do Corno de Ouro uma corrente flutuante, que impediria o acesso das embarcações otomanas ao coração marítimo da cidade; os genoveses e os venezianos que aí viviam tiveram, igualmente,

²¹⁹ Três dos canhões de maior dimensão (nos quais estava incluída a segunda maior arma de fogo construída por Urbano, batizada como “basilisco”) atacariam a muralha adjacente ao palácio de Blachernes, enquanto dois outros canhões bombardeariam o portão de Charisius, quatro a entrada de São Romano e três o portão de Pege, cabendo às outras duas peças de artilharia atacarem o Porta de Ouro.

²²⁰ A humilhação que o imperador sofrera por não ter conseguido terminar as reparações da muralha foi de tal ordem que Constantino XI ordenou que o seu principal cronista e diplomata, Frantzes, omitisse este atraso à população local. Veja-se Nicolle 2007 212-215.

um papel ativo no desenrolar do cerco²²¹, de tal forma que o imperador bizantino coloca os homens do bailio veneziano Minotto (que protegeria a entrada do Palácio de Blachernes, residência do imperador)²²² a defender quatro das entradas principais da muralha; todavia, o estrangeiro que mais se iria distinguir neste cerco seria Giovanni Longo, que comandaria cerca de 2000 gregos e italianos na zona central das muralhas terrestres – a posição mais ameaçada pelas tropas do sultão.

Nos finais de março e em inícios de abril, o papa, depois de muita relutância, decide enviar três grandes embarcações genovesas de socorro (cheias de armamento e de provisões), que desgraçadamente acabariam por naufragar, vítimas de uma tempestade, em Kios. Entretanto, na fronteira norte da Rumélia, João Corvino (voivoda húngaro da Transilvânia) planeava um ataque marítimo que flanqueasse a armada otomana, plano este que nunca viria a ser concretizado. Quanto aos Venezianos, só a 11 de maio (i. e., 18 dias antes do final do cerco) é que enviaram uma esquadra para Constantinopla, sendo despachados, poucos dias depois, mais três navios de guerra comandados por Loredan (capitão-general do mar), que entretanto havia permanecido em Creta.

5. O cerco final de Constantinopla (2 de abril a 29 de maio de 1453)

A 2 de abril de 1453, iniciara-se o cerco que mudaria a Europa, com a corrente que Bartolomeu Soligo havia construído a ser

²²¹ Apesar de, oficialmente, as autoridades genovesas terem declarado a sua neutralidade no cerco que se avizinhava, verificou-se a entrada de homens e de embarcações no centro da cidade, reforçando as suas defesas.

²²² O imperador terá mesmo exigido aos homens de Minotto que escavassem um fosso que envolvesse a muralha deste palácio; contudo, como salienta David Nicolle, os fardos de lã e as folhas de couro pendurados foram inúteis contra a artilharia avançada do sultão. Cf. Nicolle 2007 212-215.

lançada sobre o Corno de Ouro, seguida de imediato pelos primeiros bombardeamentos marítimos das embarcações otomanas; nesse mesmo dia, o sultão ainda erigiria a sua tenda (e a dos seus contingentes mais próximos) no monte Maltepe, com vista direta para o portão de São Romano. Dois dias depois, após se terem rezado as orações próprias do início de um combate, Mehmet II manda os seus soldados avançarem para as linhas de cerco (ficando os contingentes da Rumélia à esquerda, as tropas sob o comando direto do sultão ao centro e os soldados da Anatólia à direita). Por sua vez, como aponta David Nicolle, uma parte substancial do exército terá sido mantida na reserva (na qual se incluíam muitos dos regimentos palacianos, acompanhados pelos auxiliares e pelos voluntários). Zaganos Pasha²²³ (havia sido nomeado segundo vizir pelo sultão) e Karaca (*beylerbeyi* da Rumélia), comandando um número de algumas centenas de homens, foram encarregados de ocupar a Porta de Ouro, enquanto uma unidade mais pequena, sob a liderança de Kasim Pasha²²⁴, vigiava qualquer tipo de ameaça que pudesse surgir da outra margem do Corno de Ouro, ou seja, da região de Gálata. A dimensão do exército otomano foi bastante inflacionada pela cronística contemporânea e posterior ao cerco, chegando algumas fontes a apontar para os 200 000 homens; o orientalista David Nicolle estima, todavia, que a hoste do sultão não possuiria muito mais do que 80 000 soldados²²⁵, a maioria dos quais seriam cavaleiros que combatiam a pé.

²²³ Este general, de origem albanesa ou ilírica, foi recrutado através de um dervixe, tornando-se um jovem escravo que rapidamente se converteu ao islão, mostrando-se completamente leal a Mehmet II. Caiu em desgraça em 1456, após uma campanha fracassada em Belgrado (na então Hungria).

²²⁴ Kasim Pasha já havia dado provas da sua perícia militar durante a Cruzada de Varna (1443/1444), tendo substituído Hadim Sehabeddin como *beylerbeyi* da Rumélia, após a morte dele diante de João Corvino.

²²⁵ Giacomo Tedaldi, sendo autor da fonte possivelmente mais verosímil, refere que “no cerco estariam juntos 200 000 homens, dos quais 60 000 eram soldados,

Seria precisamente no dia 6 de abril que a artilharia otomana iria iniciar o bombardeamento das muralhas terrestres, conseguindo, logo no dia seguinte, derrubar uma parte. Contudo, devido ao seu tamanho, o canhão de Urbano II (posicionado à frente dos muros de Blachernes) começa a sobreaquecer²²⁶ e, no dia 11 de abril, a quebrar ou a verter. Os artilheiros otomanos enfrentavam outro tipo de problemas relacionado com as lamas da primavera, que inutilizaram muitas das suas armas de fogo.

O primeiro assalto à cidade terá ocorrido a 7 de abril, contra o centro das muralhas terrestres, protagonizado por tropas irregulares mal equipadas e por voluntários (apoiados por arqueiros e por soldados com armas de fogo), que integrariam parte da vanguarda do exército de Mehmet II. Para os soldados bizantinos (liderados por Giovanni Longo e pelo imperador Constantino XI, que se localizavam no portão de São Romano), repelir este primeiro assalto foi tarefa relativamente fácil²²⁷. Apesar de terem efetuado diversas surtidas ao acampamento inimigo, o desgaste das tropas terá levado Giovanni à decisão de abandonar os muros exteriores, colocando-se no primeiro recinto muralhado principal; ora, a deslocação das tropas do *condottiero* obrigou o sultão a reposicionar as suas peças de artilharia, que iniciariam uma nova vaga de bombardeamentos à cidade nos dias 11 e 12 de abril, a qual se prolongaria praticamente até aos finais do cerco; entretanto, enviara

e 30 000 a 40 000 cavalaria". Os restantes homens seriam trabalhadores e não combatentes. Cf. Nicolle 2007 217.

²²⁶ Este problema terá sido temporariamente resolvido com a colocação de óleo no interior do cano, após cada disparo. Relembremos que, devido aos problemas logísticos inerentes ao seu tamanho, esta peça só conseguiria disparar entre dois a três projéteis por dia!

²²⁷ Os soldados bizantinos equipados com armas pirobalísticas (comandados pelos irmãos Bocchiardi) terão sido inicialmente bastante eficazes. Contudo, a excessiva utilização deste tipo de armas terá levado a que a maior peça de artilharia bizantina tenha explodido, provocando a desorganização deste contingente. Cf. Nicolle 2007 218.

soldados e artilharia ligeira para os fortes bizantinos de Therapia e de Studios (que haviam resistido às tropas de Karaca) e mandara instruções a Baltaoglu para que iniciasse o bombardeamento da corrente do Corno de Ouro. Malsucedido, o *kapudan pasha* decide esperar pela chegada de mais embarcações do mar Negro, voltando a tentar quebrar a corrente no dia 12 de abril, mas vendo-se obrigado a retirar-se mais uma vez, devido aos navios cristãos que conseguiram cercar alguns barcos otomanos²²⁸.

Passada uma semana, na noite de 17 para 18 de abril, os Otomanos lançaram um ataque surpresa às muralhas terrestres, que só foi repellido após um combate de quatro horas²²⁹. Três dias após este ataque, a armada otomana sofre um novo revés, com uma pequena frota liderada por três barcos de transporte (de Génova e do papa) a conseguir romper o bloqueio marítimo e a fornecer à cidade armas, tropas e víveres (especialmente trigo, que terá sido levado por uma embarcação bizantina oriunda da Sicília). O sultão terá ficado furioso com Baltaoglu, exigindo-lhe que capturasse as embarcações que tinham passado o estreito sem serem identificadas, mesmo com risco da sua própria vida; porém, a maior dimensão das embarcações cristãs relativamente às otomanas terá sido um fator decisivo no rompimento do bloqueio, de tal forma que os homens de Baltaoglu só poderiam tentar uma abordagem ou queimar os barcos inimigos, tendo fracassado em ambas as estratégias²³⁰. Esta derrota terá tido

²²⁸ Apesar das dificuldades sentidas durante o cerco e da incompetência de Baltaoglu em manter o bloqueio, este comandante terá recebido, numa fase inicial do cerco, o título de *sanjak bey*, adquirindo terras costeiras de importante valor estratégico (Galilopoli, Gálata e Izmit).

²²⁹ Possivelmente, a conquista das ilhas do Príncipe (*Prens Adalar*) terá sido a solução encontrada para levantar o moral das tropas otomanas, que viam os seus esforços serem sucessivamente travados pelos soldados bizantinos.

²³⁰ Esta batalha naval ter-se-á prolongado até à tarde desse dia, tendo mesmo contado com a participação do sultão (num momento em que as embarcações se aproximaram da linha de costa). A verdade é que o fracasso de Baltaoglu (que se terá ferido num olho durante o confronto) em capturar as embarcações inimigas

um grande impacto no moral de ambos os exércitos, chegando algumas fontes turcas a mencionar mesmo o aparecimento de fações no acampamento dos sitiantes; a tensão tornou-se tal que o sultão viu-se obrigado a retirar o título a Baltaoglu, a mandar açoitá-lo e a substituí-lo pelo comandante Hamza Bey; de seguida, terá reunido o conselho de guerra na costa de Diplokionion (a base da armada otomana durante o assédio) para discutir que contornos o cerco deveria tomar, tendo prevalecido a opinião de que se deveria manter (defendida por Zaganos Pasha e outros vizires, assim como pelo conselheiro religioso do sultão, Shaykh Aq Shams al-Din), contrariando a proposta mais conservadora do grande vizir Çandarli Halil de umas tréguas e do pagamento por parte de Constantinopla de uma soma anual de 70 000 moedas de ouro.

Após a humilhação de Baltaoglu, Mehmet II retira grande parte da artilharia presente nas embarcações, de forma a bombardear os soldados italianos e bizantinos que se encontravam a defender a corrente de ferro, sendo a maioria protegida pelas muralhas de Gálata²³¹. Ao mesmo tempo, manda acelerar a construção de uma rampa de madeira nos montes a norte de Gálata, até ao Corno de Ouro²³², para que os navios de pequeno porte pudessem contornar a corrente de ferro marítima que se mostrara, até então, inultrapassável. Concluída a rampa a 22 de abril, o sultão consegue transportar gradualmente, sob a proteção da artilharia terrestre, 72 dos seus navios mais pequenos (entre os quais se incluíam

terá, mais uma vez, provocado a ira do sultão. Para uma descrição mais pormenorizada deste pequeno combate naval, veja-se Nicolle 2007 221-222.

²³¹ Segundo Critobulo, terá sido durante este ataque que o sultão inventou um novo mecanismo para os morteiros de longo alcance, que consistia em colocar o canhão num ângulo muito elevado. Cf. Nicolle 2007 223.

²³² Esta rampa consistiria numa estrada suportada em madeira, que seria colocada num pequeno fosso e oleada de forma a que as embarcações deslizassem com facilidade. Partiria de Tophaine (bairro atual de Istambul), seguiria para a praça Taksim e desceria depois para a região de Kasimpasa.

30 galés), deixando somente as embarcações de maior envergadura no Bósforo.

Perdido o controlo do Corno de Ouro, os soldados sitiados que se tinham concentrado nas muralhas terrestres foram obrigados a dispersar, a fim de defenderem as muralhas marítimas da cidade, que agora se encontravam ameaçadas; por outro lado, os soldados bizantinos e italianos, presumindo que a frota otomana que se manteve no Bósforo estava debilitada após a retirada das 72 embarcações, decidem atacar os navios que permaneceram no estreito, utilizando para tal navios munidos de fogo greguês. Esta armada, comandada por Giacomo Coco, seria composta por duas grandes embarcações que transportavam sacos de algodão-pólvora, pelas galés de Gabriel Trevisan e de Zaccaria Grioni e por três navios mais pequenos: dava-se início a uma nova batalha naval, que duraria cerca de uma hora e meia e que culminaria na vitória dos marinheiros otomanos, que souberam aproveitar a imprudência de Giacomo Coco, cujo navio terá mesmo sido afundado. Na sequência desta derrota, os venezianos que se encontravam no mar Egeu à espera de instruções para furar o bloqueio da marinha otomana decidem retirar-se para Veneza, contrariando as ordens do imperador; este havia enviado uma embarcação com 12 batedores disfarçados de turcos, que a 3 de abril furou o bloqueio e que, depois, informou o *basileús* da deserção dos aliados italianos, o que terá constituído um rude golpe no moral bizantino. Por sua vez, a 3 de maio, os sitiados colocaram artilharia nas muralhas marítimas, numa tentativa de destruírem as embarcações otomanas; contudo, as batalhas sucessivas no Corno de Ouro obrigaram todas as embarcações cristãs (à exceção daquelas que guardavam a corrente de ferro²³³) a recuarem para o porto de Proosphorianus,

²³³ Esta corrente manter-se-ia um problema para a armada otomana, sendo feitos vários ataques sucessivos (a 16 e 17 de maio e, posteriormente, a 21 de maio) na

sendo a tripulação reencaminhada para a defesa da muralha de Blachernes. Entretanto, na esperança de conseguirem transportar caravanas e artilharia de uma margem do Corno de Ouro para a outra, os engenheiros otomanos construíam uma ponte flutuante, que, apesar de atacada pelo fogo greguês das tropas bizantinas, não foi possível destruir.

O bombardeamento das muralhas terrestres manteve-se durante estas operações anfíbias, intensificando-se a partir do dia 2 de maio, com a reutilização do famoso basílica de Urbano. A abertura de novas brechas na muralha da cidade²³⁴, nos dias subsequentes, possibilitou um assalto noturno, realizado no dia 7 de maio e que quase culminaria na debandada generalizada das tropas bizantinas (caso Giovanni e o imperador Constantino, entre outros notáveis da cadeia de comando, não tivessem ocorrido ao local). Uma nova brecha na muralha, adjacente ao portão de Kaligaria (fora aberta no dia 8 de maio e alargada nos dias seguintes), possibilitou um novo assalto (a 12 de maio), com invasão do palácio imperial antes de ser repellido. Simultaneamente, os sapadores sérvios enviados pelo respetivo déspota que tinham integrado a hoste otomana, liderados por Zaganos Pasha, procuravam abrir uma brecha na muralha de Blachernes; este objetivo foi contrariado por uma contramina bizantina, escavada sob a direção de João Grant. Outra tentativa malograda seguir-se-ia no dia 21 de maio, com a maior parte das minas a acabarem por ser inundadas e extintas, até que, dois dias depois, muitos dos sapadores sérvios, assim como um oficial otomano, foram capturados, sendo posteriormente

esperança de a quebrar. Cf. Nicolle 2007 221-222.

²³⁴ A 6 de maio, é aberta uma nova brecha na muralha adjacente ao portão de São Romano, que seria alargada no dia seguinte. Estas brechas traziam dificuldades para a defesa da cidade e também provocavam problemas na adoção de algumas táticas contraofensivas, como é o caso das surtidas (com as brechas, os soldados que realizassem este tipo de operações ficariam mais a descoberto, sendo mais facilmente localizados pela hoste inimiga).

submetidos a tortura até confessarem a localização das restantes minas que tinham implantado no terreno que suportava o recinto amuralhado; desta forma, no dia 25 de maio, já todas as minas tinham sido destruídas. Por fim, a hoste otomana sob o comando de Zaganos Pasha ainda construiu uma série de torres de assalto, que, apesar de não terem desempenhado um papel ativo durante o cerco (por não serem móveis)²³⁵, serviam como proteção aos projéteis oriundos da cidade.

Apesar da assanhada resistência do exército local, o moral bizantino ia-se afundando, provocando o recrudescimento das tensões entre a população residente (sobretudo entre os italianos e os gregos). Para além disso, como sublinha David Nicolle, o símbolo religioso da cidade, o ícone Hodegéttria (em grego, “ela que mostra o caminho”), que representava Nossa Senhora com o menino nos braços, caiu do seu suporte durante uma procissão religiosa; no dia seguinte, enquanto um forte nevoeiro penetrava na cidade, um estranho efeito de luz foi verificado em redor da Igreja de Santa Sofia, causando preocupação em ambos os lados²³⁶. Durante esta fase do cerco, o sultão terá enviado uma última embaixada ao imperador (liderada pelo seu cunhado Isfendiyaroglu Ismail bey, que tinha amigos entre a elite governante), exigindo-lhe que se retirasse para a Moreia e que entregasse a cidade. O imperador, possivelmente na esperança de receber auxílio externo dos Húngaros e dos Venezianos, recusou a proposta e declarou que preferia morrer com a cidade a viver como um imperador que não possuía nenhum império...

²³⁵ As torres que não foram destruídas (foi registada a destruição de uma destas torres numa surtida realizada na noite de 18 para 19 de maio) foram desmanteladas devido à falta de utilização.

²³⁶ Enquanto os líderes otomanos consideraram ser um sinal da Luz da Verdadeira Fé, alguns conselheiros do imperador sugeriram que este abandonasse a cidade e continuasse a resistência nos restantes territórios bizantinos. Cf. Nicolle 2007 227.

Perante a recusa de rendição por parte de Constantino, Mehmet II decide convocar o conselho de guerra para 26 de maio. Apesar de se ter mantido a oposição de Çandarli Halil (que advogava um compromisso, temendo que o auxílio ocidental se consubstanciasse numa nova cruzada), os restantes oficiais otomanos, discordando do velho vizir, incentivaram o sultão a organizar uma operação decisiva²³⁷; este, de seguida, inspecionou as suas tropas, tendo resolvido que o assalto terrestre e marítimo final se daria a 29 de maio. Nesta altura, o moral otomano era de tal forma elevado que foram organizados festins durante os últimos dias do cerco, no decorrer dos quais os oficiais religiosos lembraram aos soldados a importância e o simbolismo da iminente conquista da capital bizantina²³⁸. Na noite de 28 para 29 de maio, todas as luzes foram extintas e o trabalho parou; por sua vez, dentro de Constantinopla, os soldados reparavam como podiam as brechas da muralha, enquanto Giovanni Longo requeria mais artilharia aos Venezianos, que recusaram aceder ao pedido.

Na manhã seguinte, o sultão deu as instruções finais aos seus comandantes: Hamza Bey teria de espalhar as suas embarcações pelas muralhas marítimas, colocando escadas de assalto em todos os pontos com acessibilidade para tal; Zaganos Pasha enviaria homens para ajudar os navios localizados no Corno de Ouro, enquanto o resto da sua hoste atacaria as muralhas de Blachernes; Karaca e os seus contingentes oriundos da Rumélia cercariam a muralha que se estendia até ao portão de Charisius; Ishak Pasha e Mahmud

²³⁷ Zaganos Pasha terá sido o principal incitador do sultão, chegando mesmo a afirmar que o herói de Mehmet II, Alexandre Magno, havia conquistado metade do mundo conhecido enquanto ainda era jovem. O sultão terá depois enviado o seu segundo vizir para sondar as opiniões dos seus soldados, prevendo já a resposta que Zaganos lhe traria (Nicolle 2007 229).

²³⁸ Os líderes religiosos evocaram o famoso companheiro do profeta Maomé, Abu Ayyub, que morrera durante o primeiro cerco árabe a Constantinopla, em 672 (Nicolle 2007 229).

Pasha, com os Anatólicos, assaltariam o recinto amuralhado entre o portão de São Romano e a costa do mar de Mármara; por fim, o sultão, acompanhado por Çandarli Halil e Saruja Pasha, comandariam o ataque principal, que se focaria no portão de São Romano. A operação começaria ao final da tarde²³⁹ do dia 28 de maio, com as embarcações otomanas a completarem o cerco à cidade: os navios do Corno de Ouro espalhar-se-iam entre os portões de Xyloporta e Horaia e as restantes embarcações otomanas estender-se-iam até ao porto de Langa.

O exército bizantino também se posicionava o melhor que podia no gigantesco recinto amuralhado: Manuel de Génova (com 200 arqueiros e besteiros) protegia os distritos da Porta de Ouro e de Studion; o erudito Teófilo Paleólogo chefiava as forças a sul do portão de Pege; o comandante Giovanni Longo ficara com 400 italianos e com a maior parte dos soldados bizantinos no portão de São Romano (o setor mais ameaçado); os irmãos Bocchiardi ficariam a proteger a área de Myriandrion, enquanto Minotto se posicionou no Palácio de Blachernes; João de Grant defenderia o portão de Kaligaria; quanto ao cardeal Isidoro, ficaria encarregado de defender as muralhas imediatamente à direita do portão de Xyloporta; por fim, cerca de 500 arqueiros e soldados com armas pirobalísticas foram incumbidos de proteger as muralhas marítimas da cidade.

Três horas antes do alvorecer do dia 29 de maio, uma das peças de artilharia otomana disparou, tendo os auxiliares otomanos avançado de imediato, liderados talvez por Mustafa Pasha, e o ataque principal incidiu sobre o portão de São Romano, onde Giovanni Longo havia reunido 3000 soldados na muralha exterior;

²³⁹ Quando o Sol já se punha e batia nos olhos dos soldados bizantinos, após os Otomanos terem enchido as trincheiras que rodeavam as muralhas e posicionado a sua artilharia (Nicolle 2007 229).

apesar do elevado número de baixas, poucos auxiliares otomanos recuaram, até o sultão o ter ordenado, duas horas após o início das escaramuças. Entretanto, os barcos otomanos tentavam colocar escadas de assalto na muralha marítima, sem obterem grande sucesso (Nicolle 2007 231). Depois de outra vaga de bombardeamentos, seria a vez de as tropas provinciais avançarem em direção ao portão de São Romano²⁴⁰; na sua generalidade, encontravam-se mais bem equipadas e mais disciplinadas do que as tropas auxiliares (ocasionalmente, colmatavam as suas movimentações com o fogo da artilharia). Simultaneamente, na muralha de Blachernes a luta intensificara-se com o *beylerbeyi* da Anatólia (Ishak Pasha) a liderar um assalto contra os soldados de Giovanni Longo, que duraria quase até ao alvorecer. O sultão poderia agora utilizar eficazmente as suas tropas mais bem disciplinadas (cerca de 3000 janízaros chefiados por Baltaoglu), que atacaram de imediato uma brecha na Porta de São Romano²⁴¹. As escaramuças desta fase da batalha terão durado mais uma hora, até que alguns soldados otomanos se aperceberam de que os Bizantinos haviam deixado uma porta da muralha aberta após a última surtida, tendo 50 janízaros entrado na cidade e içado a bandeira otomana nas ameias de Constantinopla.

A sorte parecia estar igualmente do lado de Mehmet II, e o grande comandante genovês Giovanni Longo (a principal figura da resistência bizantina) foi ferido por uma bala, ficando incapacitado e sendo obrigado a recuar; os soldados do *condottiero* pensaram que o *stratēgós* estava a fugir do campo de batalha, pelo que o pânico se generalizou em poucos minutos e muitos dos soldados

²⁴⁰ Estes soldados levariam tochas, de forma a conseguirem ver pela madrugada, mas o seu trajeto era dificultado pela estreiteza das brechas que tinham sido abertas nas muralhas de Constantinopla.

²⁴¹ As fontes indicam que os janízaros, sob a jurisdição direta do sultão, avançaram com bastante disciplina, sem produzirem qualquer tipo de barulho ou fazerem soar a música, tendo o sultão acompanhado os seus soldados até ao fosso.

que mantinham a sua posição no círculo principal de muralhas tentaram fugir pelas brechas. O sultão e Zaganos Pasha, aproveitando-se da confusão, enviam uma unidade de janízaros, que (apesar das baixas elevadas) logram capturar o recinto amuralhado mais recuado de Constantinopla, conseguindo apanhar os soldados que se encontravam em fuga pela retaguarda. Pelas quatro da manhã, as tropas otomanas tinham entrado na cidade, de forma que grande parte dos derradeiros soldados que defendiam a capital de Bizâncio, ao avistarem as bandeiras dos Osmanlis nas ameias da muralha de Blachernes (onde se situava o palácio do imperador), deram tudo por perdido e passaram à debandada²⁴². A organização defensiva de Constantinopla havia colapsado, os soldados gregos ou se rendiam ou protegiam as suas próprias habitações, enquanto os estrangeiros tentavam a todo o custo fugir da cidade: o príncipe Orhan tentou escapar disfarçado de monge, mas acabou por ser capturado, sendo posteriormente reconhecido e executado; o cardeal Isidoro teve melhor sorte, conseguindo fugir para Gálata (disfarçado de escravo), enquanto Giovanni Longo, apesar de ferido, tentou chamar os seus homens com recurso à trombeta – este general acabaria por escapar, morrendo porém durante o regresso a casa; Alvise Diedo chegou igualmente a transpor o Corno de Ouro em direção a Gálata, liderando a fuga dos barcos cristãos (após dois marinheiros terem logrado quebrar a corrente de ferro), tendo as restantes embarcações que permaneceram em Constantinopla sido capturadas por Hamza Bey.

O imperador Constantino XI morreria no decorrer das últimas escaramuças, tendo, segundo alguma documentação, transposto a principal brecha da muralha de São Romano e sucumbido

²⁴² Nicolle informa-nos que os irmãos Bocchiardi terão tentado fugir para os navios venezianos, mas sabemos que Minotto e grande parte dos venezianos foram capturados; segundo Ducas, só os soldados da muralha do Corno de Ouro é que conseguiram escapar pela muralha marítima. Cf. Nicolle 2007 234.

dignamente em combate. David Nicolle apresenta-nos uma segunda versão dos acontecimentos (baseada em fontes otomanas), afirmando que terá sido assassinado por *azabs* (disfarçados de janízaros) enquanto procurava uma embarcação que o levasse, de forma segura, para o despotado da Moreia. Algumas áreas de Constantinopla terão resistido aos primeiros saqueadores que entraram na cidade, tendo-se posteriormente rendido às tropas do sultão (que proibiu que a sua nova capital fosse pilhada durante os três dias tradicionais). A Igreja Ortodoxa terá sido quem mais sofreu com a invasão, contudo, a tolerância do vencedor levou-o a manter a Igreja dos Santos Apóstolos como o principal templo ortodoxo, transformando por sua vez Santa Sofia na principal mesquita da cidade. ‘Apenas’ 4000 gregos morreram durante o cerco, visto que o sultão prevenira danos excessivos à cidade durante o saque. Mehmet II aproveitou igualmente as suspeitas segundo as quais o seu velho vizir, Çandarlı Halil, encorajara a resistência da população local à ocupação otomana e despojou-o dos seus títulos, especialmente do cargo de grande vizir, que entregaria ao seu comandante mais leal – Zaganos Pasha. Por fim, a 1 de junho de 1453, os castelos de Silivri e de Epibates renderam-se, pondo assim um ponto final à presença bizantina na Trácia.

Após a morte de Constantino XI, ainda existiriam três membros da família dos Paleólogos que mantiveram o título (meramente nominal) de imperador de Bizâncio: Demétrio Paleólogo (1453-1460), Tomás Paleólogo (1460-1465) e André Paleólogo (1465-1502). Porém, a verdade é que a conquista da Segunda Roma pelos Turcos Otomanos não só poria fim a um império milenar como marcaria o início de um novo império, que influenciaria muito fortemente a cultura do sudeste europeu, durante toda a Idade Moderna.

6. Consequências do cerco

O impacto da conquista de Constantinopla dentro do Império Otomano terá sido gigantesco, tendo afetado a cultura, a economia e os aspetos político-administrativos, entre muitos outros. A guerra religiosa (*ghaza*) com os vizinhos cristãos (dos quais devemos distinguir o reino da Hungria) centrou-se cada vez mais na figura do sultão, em vez de se focar em líderes autónomos fronteiriços. Após ter conquistado a cidade dos seus sonhos, Mehmet II concentra os seus recursos na reconstrução da sua nova capital, mandando reparar as muralhas e repovoar com gregos, turcos e indivíduos de outras etnias, que terão sido atraídos pelos privilégios fiscais. De seguida, iniciou-se um conjunto de obras públicas: construção de um novo palácio, um hospital, um complexo cultural, dois abrigos para janízaros e uma fundição (em Tophane). Deste modo, o sultão queria tornar Constantinopla um centro para todas as religiões do Livro, criando um ponto onde as culturas da Europa e da Ásia convergiriam; para além disso, com esta conquista, adquiria o título de *Qaysar* ou *César*, considerando-se o herdeiro legítimo dos impérios romano e bizantino, com as inerentes pretensões a territórios bastante distantes da fronteira otomana.

Do lado cristão, a conquista da cidade quebrou o comércio em que as repúblicas italianas participavam e que passava pelo estreito de Dardanelos e pelo Bósforo, chegando à Crimeia; as colónias genovesas nesta região foram progressivamente despovoadas, até terem sido conquistadas pelos Otomanos, vinte anos após o cerco. O impacto da queda de Constantinopla no mundo grego ortodoxo foi imenso, tendo grande parte da elite bizantina fugido para o principado de Teodoro (na Crimeia), para o Império de Trebizonda e para o despotado da Moreia. Contudo, seria apenas uma questão de tempo até que todos estes Estados fossem incorporados no Império Otomano: o despotado da Moreia cairia em 1460, o Império de Trebizonda em 1461 e o principado de Teodoro em 1475. Com exceção dos enclaves venezianos (os Otomanos ainda não

possuíam uma marinha suficientemente forte para conquistar estes territórios), todas as possessões latinas na Grécia caíram; por sua vez, alguns entrepostos genoveses no mar Egeu sucumbiram durante a década de 1460 (salvo Kios, que os Genoveses conseguiram manter até 1566). Nos Balcãs, uma série de campanhas permitiu afirmar, igualmente, o domínio otomano, apesar de terem existido alguns reveses: foi o caso da campanha de 1456, travada às portas de Belgrado, e da resistência albanesa, encabeçada por Jorge Castriota “Scanderberg”; os restantes Estados dos Balcãs (como a Valáquia e a Moldávia) desde a segunda metade da década de 1450 tornaram-se vassalos do Império Otomano. A sua expansão europeia, especialmente após a conquista da Grécia e dos Balcãs, suscitaria a perplexidade dos humanistas europeus, de tal forma que só com o fracassado cerco a Viena (em 1529) e com a batalha de Lepanto (em 1571) é que o avanço otomano na Europa seria finalmente travado.

Bibliografia

Fontes

- Attaleiates, M. (2012), *The History*. Cambridge, Harvard University Press.
- Dennis, G. T. (1984) *Maurice's Strategikon: Handbook of Byzantine Military Strategy*. Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- Dennis, G. (1985), *Three Byzantine Military Treatises*. Text, translation and notes by George Dennis. Dumbarton Oaks Texts IX. N.B. – inclui o tratado *De Velitatione*, atribuído a Nicéforo Focas.
- Dennis, G. (2014), *The Taktika of Leo VI*. Text, translation and commentary by George Dennis. Revised Edition. Washington, Dumbarton Oaks Research Library and Collection.
- Paleólogo, Teodoro (1983). *Les Enseignements de Théodore Paléologue*, ed. C. Knowles, Londres.

- Paquimeres, Jorge (1835), *Georgii Pachyeris de Michaele et Andronico Paleologis*, ed. Becker, 2 vols., Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae, trad. Bonn.
- Procopio, *Storie Segrete* (1999), Tradução italiana de P. Cesaretti e F. Conca. Milão, BUR Rizzoli.
- Procopius, *History of the Wars*. Tradução inglesa de H. B. Dewing (1914-1940), VII vols. Cambridge, Loeb Classical Library.
- Talbot, A. e Sullivan, D. (2005), *The History of Leo the Deacon*. Washington, Dumbarton Oaks Research Library and Collection.
- The Alexiad of Anna Comnena* (1979). Tradução inglesa de E. R. A. Sewter. (1979) Nova Iorque, Penguin Books.

Estudos

- Bartusis, Mark C. (1992), *The Late Byzantine Army: Arms and Society, 1204-1453*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Birkenmeier, J. W. (2002), *The Development of the Komnenian Army: 1081-1180*. Leiden, Brill.
- Blöndal, S. (2007), *The Varangians of Byzantium*. Cambridge University Press.
- Borsworth, C. E. (2007), "The Political and Dynastic History of the Iranian World", in Boyle, J. A. (ed.). *The Cambridge History of Iran*, vol. 5, "The Saljuq and Mongol Periods". 6.^a edição, Cambridge University Press.
- Burlot, J. (1990), *A Civilização Islâmica*. Publicações Europa-América.
- Cosentino, Salvatore, "Writing about war in Byzantium", in *Revista de História das Ideias*, vol. 30 ("A Guerra"), 2009 (pp. 83-99).
- Decker, M. J. (2013). *The Byzantine Art of War*. Westholme Publishing
- Faroqi, Suraiya N. e Fleet, Kate (2012), *The Cambridge History of Turkey*, vol. 2: "The Ottoman Empire as a World Power, 1453-1603". Cambridge University Press.
- Haldon, J. (2001), *The Byzantine Wars*. Gloucestershire, Tempus Publishing Ltd.

- Hanak, Walter K. e Philipides, Marios (2011), *The Siege and the Fall of Constantinople in 1453: Historiography, Topography and Military Studies*. Farham, Ashgate Publishing Limited.
- Kazhdan, Alexander P. (ed.) (1991), *The Oxford Dictionary of Byzantium*, 3 vols. Nova Iorque, Oxford University Press.
- Luttwak, E. N. (2009), *The Grand Strategy of the Byzantine Empire*. Cambridge, Belknap Harvard.
- Markham, Paul (2013), *The Battle of Manzikert: Military Disaster or Political Failure?* Recuperado em 18-XI-2015, às 12h27, de: <<http://deremilitari.org/2013/09/the-battle-of-manzikert-military-disaster-or-political-failure/>>
- Monteiro, João Gouveia (2006). *Lições de História da Idade Média (séculos XI-XV)*. Coimbra, Faculdade de Letras.
- Nicol, Donald M. (1999), *The Last Centuries of Byzantium: 1261-1453*, 2.^a ed. Nova Iorque, Cambridge University Press.
- Nicolle, David (1983), *Armies of The Ottoman Turks 1300-1774*. Nova Iorque, Osprey Publishing.
- Nicolle, David (2013), *Manzikert 1071: The breaking of Byzantium*. Osprey Publishing.
- Nicolle, D., Haldon, J. e Turnbull, S. (2007), *The Fall of Constantinople: The Ottoman Conquest of Byzantium*. Nova Iorque, Osprey Publishing.
- Norwich, J. J. (1997), *A Short History of Byzantium*. Londres, Viking.
- Petersen, Leif Inge (2013), *Siege Warfare and Military Organization in the Successor States (400-800 AD)*. Boston, Brill.
- Ravegnani, G. (2009), *Soldati e guerre a Bisanzio*. Bolonha, Il Mulino.
- Treadgold, W. (1995), *Byzantium and Its Army, 284-1081*. Stanford University Press.

(Página deixada propositadamente em branco).

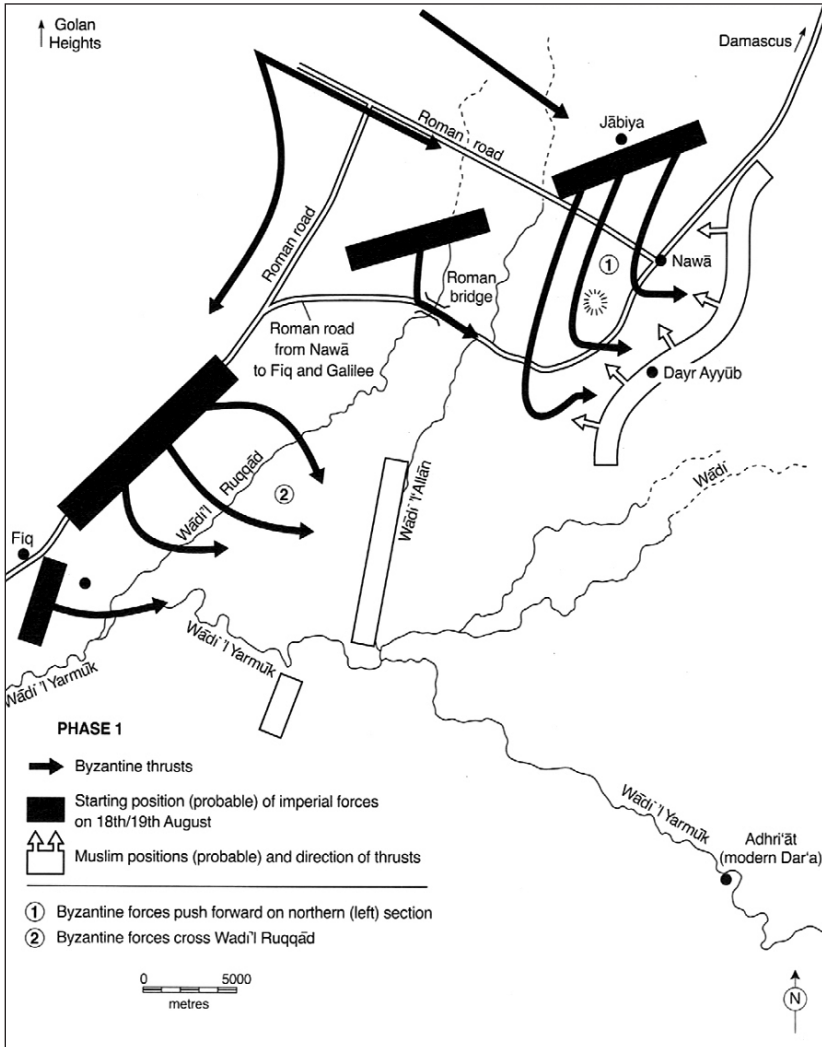
FIGURAS

(Página deixada propositadamente em branco).



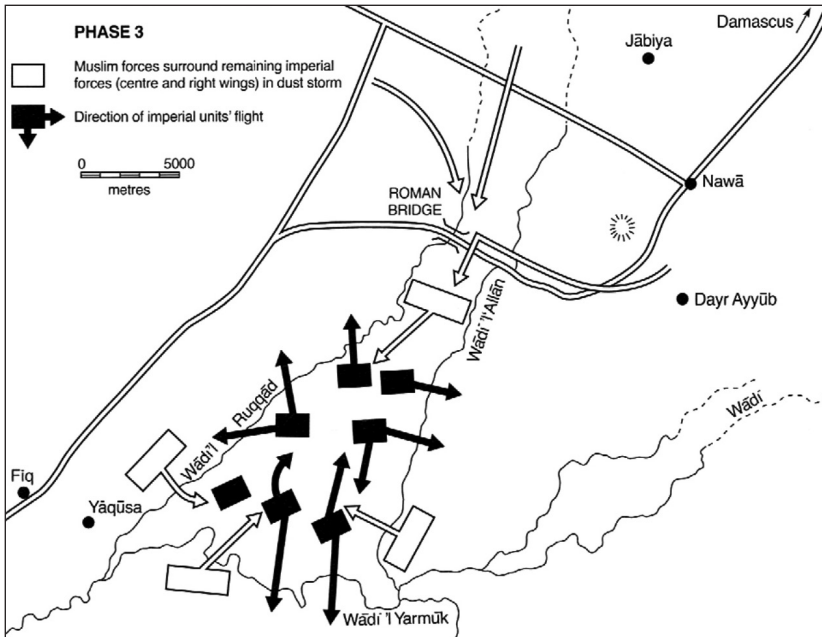
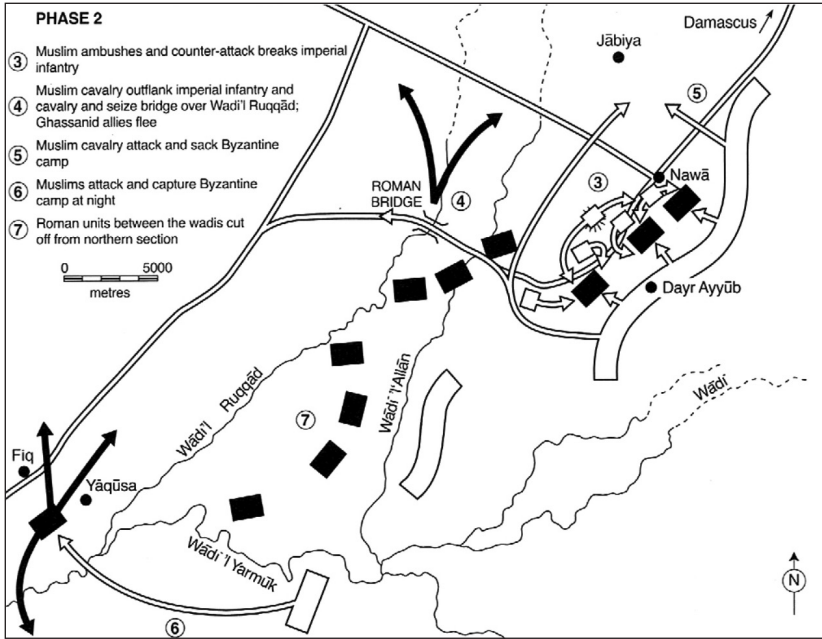
Palestina e sul da Síria, c. 636 a. C.

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 58



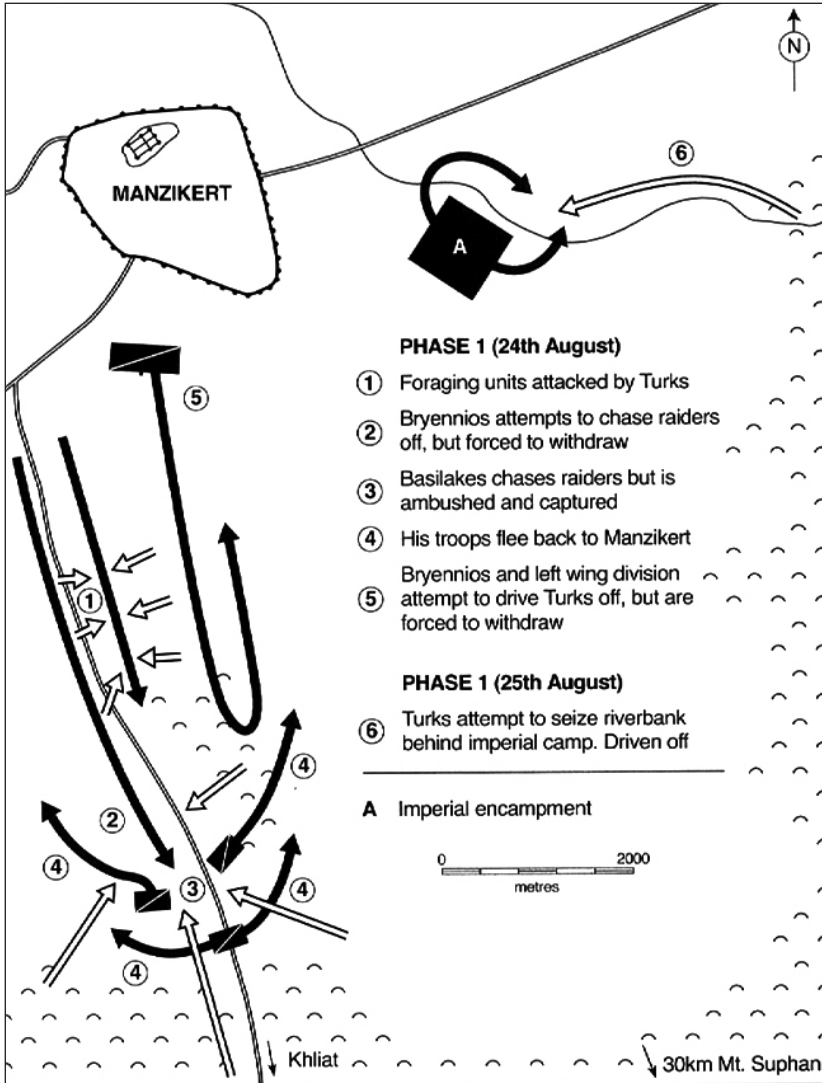
Batalha de Yarmouk (636 a. C.)

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 62



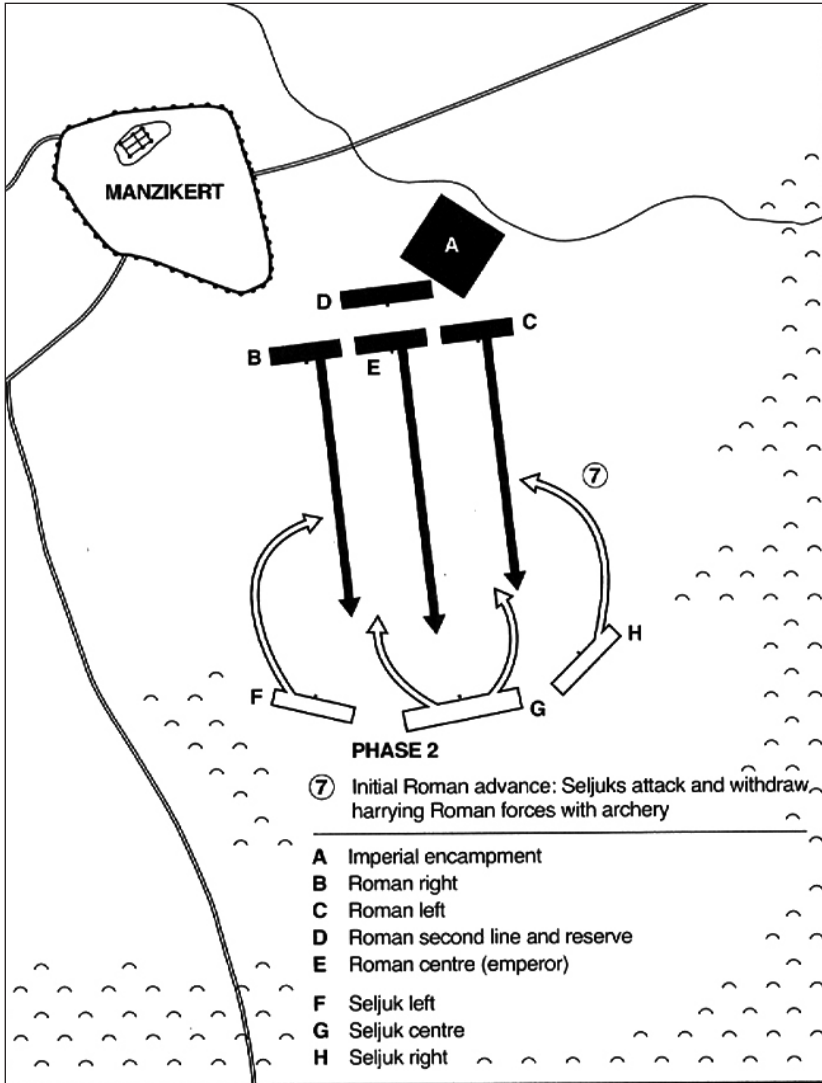
Batalha de Yarmouk (636 a. C.)

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 63



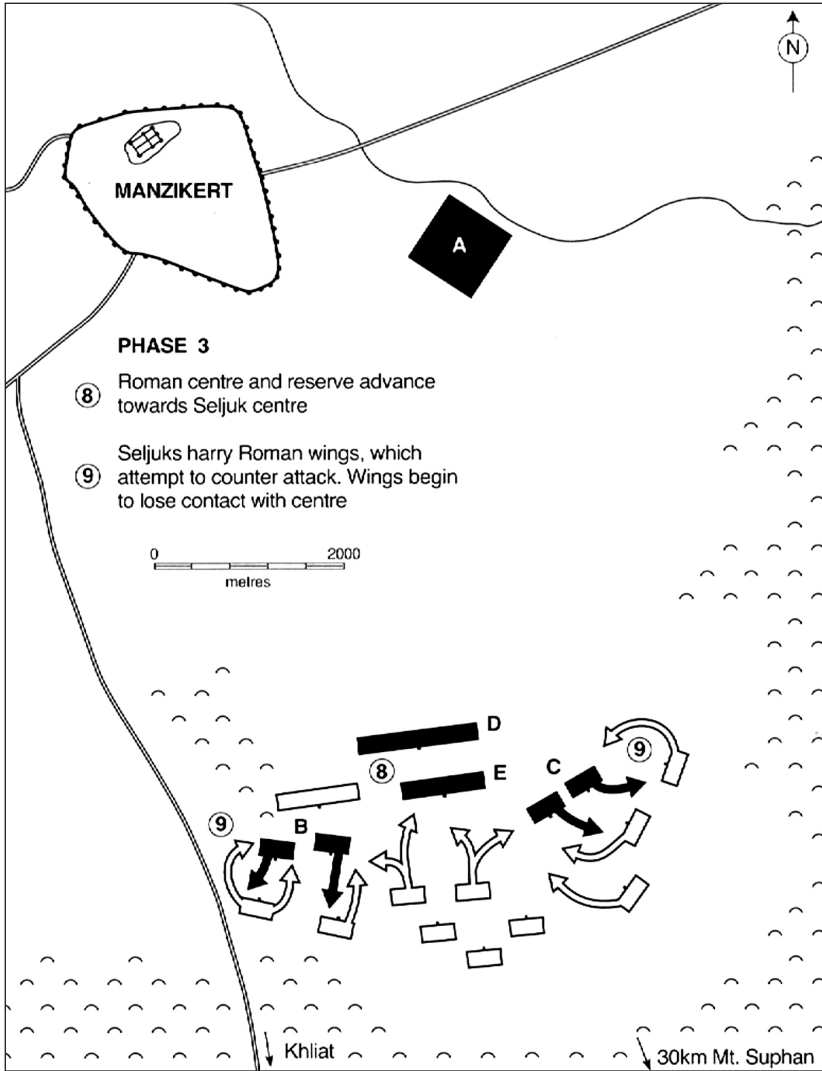
Batalha de Manzikert

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 123



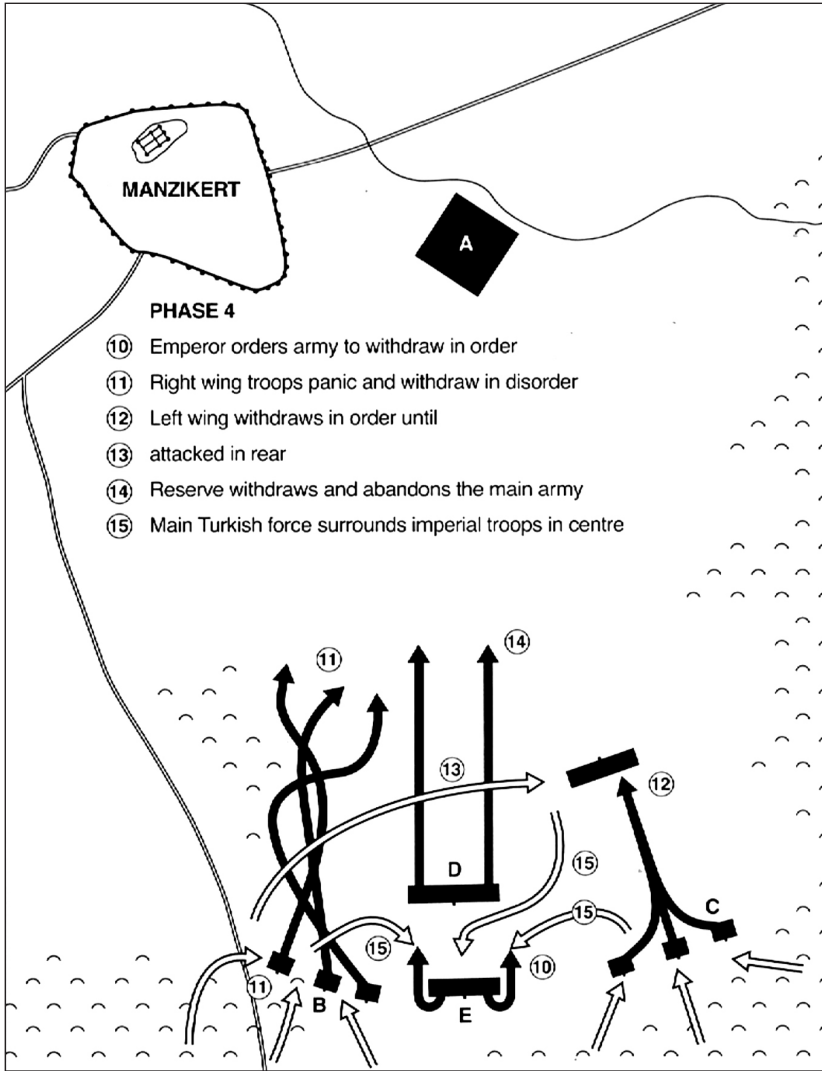
Batalha de Manzikert

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 123



Batalha de Manzikert

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 124



Batalha de Manzikert

John Haldon, *The Byzantine Wars*, Stroud, 2001, p. 124

(Página deixada propositadamente em branco).

III PARTE

A POLIORCÉTICA E O PODER NAVAL BIZANTINOS

por João Rafael Nisa

(Página deixada propositadamente em branco).

I

ATORMENTAR A ALMA, DEMOLIR A VIRTUDE E DESTRUIR A *PÓLIS* – A POLIORCÉTICA BIZANTINA: ORIGENS, ORGANIZAÇÃO, TÁTICA E INOVAÇÃO

1. Introdução

“Quando os homens saem do seu próprio país para encontrarem dificuldades e perigos em terras estrangeiras e lhes acontecem alguns desastres, em terra ou no mar, aos sobreviventes ainda lhes resta o seu solo nativo, a sua cidade e a sua pátria, de tal modo que não estão completamente destruídos”¹. Assim começa Eneias, “o Tático”, a sua obra sobre a poliorcética, isto é, sobre a arte de sitiá-la. O seu autor estaria longe de imaginar que o seu trabalho influenciaria estrategos, militares e políticos durante muitos séculos.

Neste capítulo, propomo-nos analisar a poliorcética bizantina em todas as suas vertentes. Contudo, e conforme realçou Salvatore Cosentino², existe uma linha ininterrupta que liga Eneias, “o Tático”, ou mesmo Polieno, a numerosos estrategos bizantinos que escreveram entre os séculos VI e XI, numa continuidade que marca a diferença entre Bizâncio e o mundo medieval ocidental.

¹ Jeffrey Henderson (ed.), *Aeneas Tacticus, Asclepiodotus, Onasander*, 1928 27.

² Cosentino 2009 83.

Aqui, não se produziu qualquer tratado versando a arte da guerra entre os inícios do século v e os finais do século xii! Qual terá sido a razão para este facto?

Como veremos mais adiante, Bizâncio soube preservar e, em alguns casos, melhorar os manuais poliorcéticos herdados do mundo clássico. A sobrevivência do Império Romano do Oriente – romano na lei, grego na língua e cristão na religião – contribuiu, em grande parte, para a preservação deste saber. Analisaremos a poliorcética greco-romana de forma a que se perceba quais foram as suas invenções e de que modo é que elas podem ter influenciado a poliorcética bizantina; em segundo lugar, procederemos a uma descrição da organização e da tática bizantinas, no que concerne à guerra de cerco; seguidamente utilizaremos como fonte o tratado *Parangelmata Poliorketica*, atribuído a Héron de Bizâncio, para saber se a influência greco-romana é, de facto, palpável e se a poliorcética bizantina teve alguma evolução *per se*; finalmente, procuraremos contextualizar a fonte utilizada, para verificar se o ambiente político terá tido alguma influência na produção daquele manual de instruções destinado à construção de máquinas poliorcéticas.

As fontes impressas utilizadas são, na sua maioria, traduzidas do grego para o inglês. Foram ainda consultados vários estudos da especialidade, os quais se elencarão na bibliografia.

2. As origens: a poliorcética greco-romana

Desde o momento em que as populações começaram a concentrar-se no interior de estruturas defensivas que surgiram outros grupos que tentaram tomá-las. Se bem que existam referências ao uso de máquinas de cerco por parte dos Assírios, a verdade é que foi com os Gregos e com os Romanos que a poliorcética teve o seu maior desenvolvimento.

Diodoro Sículo atribui a Péricles o primeiro uso, por parte de um grego, de um aríete, durante o cerco a Samos, em 440 a. C. Embora os Espartanos também tenham utilizado aríetes em Plateia, no ano de 429 a. C., a verdade é que os Gregos não prestaram grande atenção a este modo de fazer a guerra. Os primeiros grandes utilizadores e inovadores neste domínio, na bacia do Mediterrâneo, parecem ter sido os Cartagineses, que, em finais do século v a. C., utilizaram aríetes e torres de assalto contra algumas cidades gregas da Sicília. Este facto parece ter despertado a atenção de Dionísio I, o tirano de Siracusa que, em 399 a. C., já possuía um trem de cerco que englobava aríetes, torres de assalto e catapultas. Filipe II da Macedónia contava com engenheiros militares nas suas campanhas, sendo o mais importante Polídio da Tessália, que construiu uma *helépolis* (torre de assalto) de grandes dimensões para sitiá-lo Bizâncio, em 340 a. C. Alexandre Magno, por seu turno, apenas conseguiu tomar Tiro, em 332 a. C., com o auxílio de Polídio, que se tornou conhecido como o “homem que tomou Tiro com Alexandre”. Após o desmembramento do império de Alexandre, um dos reis helenísticos que mais viria a salientar-se no domínio da poliorcética foi Demétrio, cognominado “o Poliorcete”³ (daí a nossa palavra “poliorcética”, para designar a arte de cercar castelos e praças-fortes). Plutarco descreve a admiração que as suas *belepóleis*, de grandes dimensões, causavam nos sitiados, e os habitantes da cidade de Rodes terão mesmo solicitado que, quando a guerra terminasse, lhes fosse cedido um dos engenhos de Demétrio, para que pudessem recordar o seu poder⁴.

O modo mais simples para tomar uma fortaleza passava pela transposição das muralhas com o auxílio de escadas, porém, este método tinha muitos riscos, deixando os soldados expostos aos

³ Duncan Campbell 2003 3-5.

⁴ Plutarco, *Vies XIII: Démétrios – Antoine*, 1977 39.

arqueiros inimigos. As torres de assalto eram uma forma menos perigosa de uma força se acercar das muralhas, com o apoio de uma escada e de uma ponte móvel que permitia uma abordagem mais segura dos muros; outra das vantagens era permitir que se fizesse tiro com arco sobre os inimigos, a partir de um ponto mais elevado, e as torres de assalto utilizadas por Alexandre no cerco de Tiro teriam uma altura muito superior à das muralhas. Uma grande torre de assalto, *helépolis* (“a que toma cidades”), podia ter muitas variantes, sendo a mais conhecida a que foi concebida por Epímaco, a mando de Demétrio. Esta estrutura, que variava entre os vinte e nove e os quarenta e dois metros (consoante as fontes), encontrava-se protegida dos projéteis incendiários por várias placas de metal e estava subdividida em nove andares, aos quais se tinha acesso por duas escadas: uma para subir e outra para descer, de modo a evitar o congestionamento no interior da torre⁵.

Outro dos engenhos utilizados, que combinava o aríete e a torre de assalto, era a “tartaruga-aríete”, e a mais célebre de todas foi a chamada “tartaruga-aríete de Hegetor”, nome do engenheiro que terá desenhado esta estrutura de enormes dimensões, a mando de Demétrio, existindo a possibilidade de ter sido utilizada nos cercos de Salamina e de Rodas. Athenaeus Mechanicus afirmava que o seu aríete, de secção retangular, tinha 53,2 m de comprimento, com uma largura de 59 cm por 37 cm na cauda e 29,6 cm por 22,2 cm na ponta⁶; Vitruvius, por sua vez, refere que o aríete “tinha um comprimento de cento e quatro pés, sendo a largura, em baixo, de um pé e um quarto, e a espessura de um pé; no topo, a largura tinha a contractura de um pé e a espessura a diminuição de três quartos de pé”, com “(...) um esporão de ferro duro, semelhante ao que costumam ter os barcos de guerra, a partir do qual se encontravam

⁵ Campbell 2003 10.

⁶ Cf. Campbell 2003 18-19.

fixadas na madeira quatro chapas de ferro com cerca de quinze pés”⁷. Desconhece-se se terá existido verdadeiramente, uma vez que as suas dimensões e peso prejudicariam a respetiva mobilidade.

Quanto à artilharia primitiva, existiam dois tipos distintos: as máquinas sem torção e as máquinas de torção. O primeiro tipo, que também foi, cronologicamente, o que surgiu mais cedo, em inícios do século IV a. C., pode ser ilustrado com o *gastraphētēs*: este engenho tinha, em traços gerais, o mesmo princípio de funcionamento do arco composto, com uma aparência similar à besta, e utilizava a força gerada pela tensão da corda para disparar um projétil com força considerável⁸; a sua complexidade e o facto de ser, eventualmente, de difícil manuseamento e lento no processo de recarregar, pode ter levado ao seu desaparecimento nos séculos seguintes, uma vez que não existem referências a este tipo de engenho no período romano. Pese embora esta situação, o *gastraphētēs* terá estado na génese das primeiras catapultas simples, sem mecanismo de torção, tendo-se generalizado o termo *katapéltēs* para designar todos os engenhos capazes de arremessar projéteis⁹; a partir de finais do século III a. C., as catapultas de torção começam a substituir os antigos engenhos sem torção. Sem nos querermos alongar sobre este assunto, há que referir que o aparecimento da catapulta, designada pelos autores gregos como *lithóbolos* ou *petrobólos*, alterou a forma de fazer a guerra, principalmente no que diz respeito aos cercos, uma vez que algumas destas máquinas podiam arremessar projéteis com pesos que variavam entre os quatro e os sessenta e cinco quilos, causando danos consideráveis nas muralhas¹⁰.

⁷ Vitruvius, *Tratado de Arquitectura*, 2002 395.

⁸ E. W. Marsden 1969 5-12.

⁹ E. W. Marsden 1969 15.

¹⁰ Campbell 2003 18.

Quem mais beneficiou com a experiência e o domínio técnico dos Gregos foram os Romanos. Na verdade, as máquinas poliorcéticas assumiram um papel importante na *ars romana* de fazer a guerra, de tal modo que Vitrúvio e Vegécio lhes dedicam alguma atenção nos seus tratados. Enquanto Vitrúvio descreve os passos necessários para a construção de escorpiões e de balistas¹¹, Vegécio enuncia os engenhos utilizados para defender a muralha: “(...) os sitiados costumam defender-se usando balistas, ónagros, escorpiões (...). A balista é armada por meio de cordas de tendões (...)” e se “(...) for manobrada por homens treinados que tenham ensaiado previamente o seu alcance, ela penetra onde quer que acerte. Já o ónagro (...) arremessa como se fosse um relâmpago. Não se encontra nenhum tipo de engenho de torção mais poderoso do que estes dois”¹².

Utilizaremos os cercos mais relevantes da Guerra Judaica (66-73 d. C.) como paradigma da poliorcética romana, uma vez que neles foi aplicada uma panóplia de soluções, de natureza diversa. No decorrer do cerco a Jotapata, em 67 d. C., Vespasiano ordenou a construção de um aterro (*adgestum*), de modo a igualar a altura das muralhas, possibilitando a sua transposição pela infantaria. Flávio Josefo refere que “Vespasiano manda então posicionar concentricamente as suas máquinas de guerra perto do local – eram cento e sessenta – e deu ordens para que disparassem sobre os defensores da muralha. Com uma descarga tremenda, as catapultas dispararam dardos, as balistas lançaram pedras com um talento de peso, voaram virotes incendiários e uma nuvem de flechas”¹³. Os defensores, percebendo a intenção dos sitiantes, aumentaram o tamanho das muralhas, o que inviabilizou o plano do general romano; perante

¹¹ Vitrúvio 2002 383-388.

¹² Vegécio, *Compêndio da Arte Militar*, 2009 355.

¹³ Flávio Josefo, *A Guerra dos Judeus*, 2007 242.

isto, “Vespasiano mandou avançar o ‘carneiro’. Trata-se de uma trave gigantesca, como o mastro de um navio, com uma massa de ferro em forma de cabeça de carneiro na ponta – daí lhe vem o seu nome”¹⁴; desta feita, os Romanos conseguiram abrir uma brecha na muralha, mas, perante a resistência tenaz dos defensores, foram obrigados a retirar-se, situação que causou um redobrar de esforço por parte dos sitiados, concentrados em levar a cabo o assalto final. Vespasiano ordena então que se aumente a altura do aterro e que se proceda à construção de três torres de assalto “cada uma com cinquenta pés de altura e inteiramente revestidas de placas de ferro para que o peso garantisse a sua estabilidade e fossem à prova de fogo”¹⁵. Na noite do quadragésimo sétimo dia de cerco, os Romanos conseguiram finalmente entrar na cidade e, segundo Flávio Josefo, “massacraram todos os que se mostraram”¹⁶.

Embora os Romanos tenham acabado por conquistar Jerusalém no ano de 70 d. C., os Judeus ainda tinham três fortalezas importantes em seu poder: Herodium (tomada em 71 d. C.), Machaerus (conquistada em 72 d. C.) e Massada. No final do ano de 73 d. C., o governador Lúcio Flávio Silva cercou esta última, colocou sentinelas nos locais que julgou adequados e construiu uma muralha de circunvalação para que os sitiados não escapassem. Contudo, existia um pormenor que não era de fácil resolução: a cidadela localizava-se no topo de um rochedo, pelo que era virtualmente inexpugnável. O general romano, após encontrar um local propício à construção de uma rampa, ordenou a edificação de “um sólido aterro com duzentos côvados de altura. Porém, sendo o aterro considerado pouco estável e amplo para a colocação de máquinas de guerra,

¹⁴ Flávio Josefo 2007 246.

¹⁵ Flávio Josefo 2007 251.

¹⁶ Flávio Josefo 2007 255. Sobre o assédio romano a Jotapata, veja-se também J. Gouveia Monteiro 2010 11-30.

foi construída por cima dele uma plataforma de grandes pedras muito bem unidas, com cinquenta côvados de largura e outros tantos de altura”¹⁷. A rampa permitiu que os Romanos posicionassem uma torre de assalto, “inteiramente revestida a ferro”, munida de escorpiões, de balistas e, possivelmente, de um aríete; os sitiados, por seu turno, tentaram contrariar as suas intenções, construindo uma muralha, atrás da primeira, com troncos de madeira, desenhada para amortecer o impacto dos aríetes (o que viria a verificar-se). Frustrado, Lúcio Flávio Silva “considerou ser mais fácil destruir esta muralha pelo fogo e ordenou aos seus soldados que lançassem sobre ela chuvas de projecteis incendiários”¹⁸; o fogo, auxiliado pelo vento, envolveu a muralha, o que lhes permitiu regressar ao seu acampamento, mas mantendo sempre uma apertada vigilância. No dia seguinte, lançaram-se ao assalto e encontraram a cidade envolvida num silêncio profundo. Flávio Josefo refere que os Romanos ficaram “incrédulos face a tão espantosa coragem (...) e em vez de se regozijarem sobre os seus inimigos, admiraram a nobreza da sua resolução e o desprezo pela morte demonstrado (...)”¹⁹.

Esta simbiose entre a astúcia, a inteligência e o conhecimento tecnológico ajudará a compreender o funcionamento da poliorcética bizantina, herdeira privilegiada do saber e da tradição da guerra de cerco greco-romana.

3. A poliorcética bizantina: organização e tática

Um dos aspetos mais relevantes da arte militar bizantina diz respeito à elevada importância que assumia a captura de fortalezas,

¹⁷ Flávio Josefo 2007 462.

¹⁸ Flávio Josefo 2007 462.

¹⁹ Flávio Josefo 2007 469.

um elemento crucial para o controlo de um vasto espaço geoestratégico. De facto, tal como na tática e na estratégia, a herança greco-romana é evidente e, se analisarmos os principais tratados versando a arte militar produzidos entre o século VII e o século XI, verificamos que grande parte da informação relativa à tomada de cidades e à instalação de cercos é, na sua grande maioria, uma repetição dos ensinamentos reproduzidos nos tratados de autores clássicos, como Apolodoro de Damasco, Biton de Alexandria ou Eneias, “o Tático”.

No que diz respeito à organização da guerra de cerco, o exército bizantino recorria a forças regulares e a um corpo de engenheiros militares. Existiam ainda alguns povos que possuíam capacidades reconhecidas no domínio da construção civil e da carpintaria: os Isaurianos foram utilizados durante as campanhas de Belisário, em Itália, como tropas especializadas na guerra de cerco e na construção de fortificações. A falta de engenheiros militares durante uma campanha não prejudicava o sucesso da mesma, uma vez que o exército regular podia proceder a reparações básicas, todavia esta falha podia levar a situações complicadas, como aconteceu durante o cerco de Roma, em 546. Quando abandonaram a cidade, os Godos, sob o comando de Totila, destruíram algumas secções das muralhas, e Belisário, o grande general bizantino, conseguiu repará-las em 25 dias, mas a ausência de pessoal especializado levou a que fosse impossível consertar algumas portas a tempo da contraofensiva goda. A situação apenas se resolveu com a utilização de arqueiros e de *tribuli*²⁰.

O exército bizantino incorporava tropas com um nível de especialização mais elevado do que as restantes no que diz respeito à

²⁰ Leif I. Petersen 2013 406-429. Os *tribuli* consistiam em estacas de madeira, aguçadas em ambas as extremidades, que estreitavam no meio de modo a permitir que fossem amarradas em conjunto, constituindo um importante meio de defesa de um campo fortificado (cf. Vegécio 2009 280-281).

guerra de cerco, que eram designadas por *technítai* e assumiam a responsabilidade de construir e manobrar máquinas de cerco e de proceder à construção e reparação de fortificações; a sua destreza, particularmente na utilização de máquinas neurobalísticas, encontra-se bem documentada: no primeiro cerco de Roma, em 537, os Godos foram impedidos de se acercar das muralhas devido à precisão do tiro bizantino. Este tipo de unidades encontrava-se organizado segundo disposições legais, tendo Justiniano estabelecido que os *ballistarii* eram responsáveis pela construção, manutenção e armazenamento dos arsenais públicos (*publica armamenta*); eram pagos e recrutados como tropas regulares, sob jurisdição dos magistrados municipais (*patres civitatum*). O seu nome advém de uma das máquinas mais utilizadas pelos romanos, a *ballista*, o que sugere que este corpo era responsável pela supervisão e construção deste e de outro tipo de engenhos. Não se sabe ao certo como seria a sua organização em termos hierárquicos, embora seja seguro que tal existia: o *arkhibalistários* seria o responsável máximo, enquanto os *ballistários* mais experientes eram importantes no planeamento defensivo das cidades e na supervisão dos arsenais; os restantes, possivelmente designados pelo nome genérico de *technítai*, manobravam os engenhos de cerco, tais como os aríetes, as torres de assalto, os ónagros e as balistas²¹.

A partir de finais do século VI, com a introdução de novos engenhos como o trabuco de tração, surge um novo termo: o *manganários*. Embora tenha sido utilizado juntamente com a designação *ballistários*, começou a ser mais comum a partir do século VII; este modelo organizacional, que remontava ao reinado de Justiniano (527-565), pressupunha que os engenheiros militares agissem tanto como elementos defensivos como ofensivos. Em Nísibe, no ano de 573, os generais bizantinos atribuíram a responsabilidade da

²¹ Petersen 2013 115-119.

construção de torres de assalto e de máquinas poliorcéticas a engenheiros especializados, enquanto as tropas regulares foram responsáveis pela construção de entrincheiramentos; em 630, após a guarnição persa da cidade de Edessa ter recusado a sua rendição, o exército bizantino utilizou o poder de fogo dos seus *petrobóloi* para submeter a fortaleza²².

A população civil também tomava parte na guerra de cerco: quando uma fortaleza era cercada, a diferença entre civis e militares esbatia-se, participando todos na defesa da mesma. Devido à extensão de algumas muralhas, como no caso de Constantinopla, é provável que parte da população civil tivesse instrução para manobrar algumas máquinas de artilharia neurobalística, enquadrada por *manganárioi*; para além desta obrigação legal, também poderiam ser contratados para fazer a construção ou reparação de fortificações, em casos de emergência, procedendo-se ao recrutamento de artífices especializados (ferreiros, carpinteiros e pedreiros)²³.

A guerra de cerco assumiu uma grande preponderância na estratégia bizantina, possivelmente devido à fraca densidade demográfica, que desencorajava as batalhas em campo aberto. Embora os reinados de Aleixo I²⁴ e de Manuel I sejam uma exceção nesta matéria, para o período relativo ao reinado de João II Comneno (1118-1143) terão sido organizados aproximadamente vinte e cinco cercos²⁵!

Uma das novidades da poliorcética bizantina prende-se com a introdução e difusão (no Ocidente) do trabuco de tração, a partir do século VI, trazido do Oriente (possivelmente) pelos Ávaros. Apesar de menos elaborado, em termos tecnológicos, do que algumas

²² Petersen 2013 119-123.

²³ Petersen 2013 139-147.

²⁴ Do reinado de Aleixo I Comneno (1081-1118), há que referir o importante cerco de Niceia (1096), onde o exército bizantino participou, juntamente com as forças cruzadas, com cerca de 2000 homens de infantaria e máquinas de cerco.

²⁵ John Birkenmeier 2002 86.

máquinas de torção primitivas que vinham sendo utilizadas desde o período clássico, o trabuco de tração parece ter provocado uma escalada no nível de destruição causado pelas armas de cerco²⁶.

Os procedimentos habituais, que consistiam no cerco (ou bloqueio) e no assédio, continham muitas variáveis que dependiam de fatores tão diversos como o tamanho das forças, os recursos dos sitiados e dos sitiadores, a posição geográfica, a logística ou a capacidade técnica de um exército.

O bloqueio seria a tática mais utilizada, não implicando o assalto da fortificação (com ou sem máquinas de cerco), mas sim a privação de recursos essenciais, por parte de quem sitiava. A primeira fase passava por aniquilar a capacidade produtiva do inimigo, pilhando o gado e arrasando as colheitas das terras que se encontravam na envolvente de uma praça, impedindo o seu abastecimento. Esta situação, associada à destruição de edifícios e à perda de vidas humanas, demonstra bem a importância do fator psicológico na guerra de cerco: o elemento “medo”, inculcado na população, podia até levar a que uma determinada cidade nem sequer chegasse a ser sitiada, provocando a sua rendição e funcionando primordialmente como elemento dissuasor – os Persas utilizaram esta tática com bastante êxito na Síria, em 540, conseguindo mesmo alguns resgates avultados²⁷. A construção de acampamentos fortificados ou de perímetros reforçados junto a uma cidade destinava-se a impedir a entrada ou a saída dos sitiados e a assegurar o controlo da área envolvente, através de razias e de pilhagens que prejudicavam o comércio, as comunicações e a atividade agrícola, privando a cidade dos recursos mais básicos; neste contexto, assume grande importância o controlo da água e dos recursos alimentares: embora a provisão de víveres, dentro das fortalezas, pudesse permitir uma

²⁶ Petersen 2013 406-429.

²⁷ Petersen 2013 259.

resistência de semanas ou mesmo de meses, a falta de água podia levar à rendição de uma força, a breve trecho, por isso a destruição de aquedutos era bastante frequente e era a maneira mais fácil de privar os defensores de água potável. Após a conquista de Cartago (em 533), por Belisário, os Bizantinos trataram de reparar as suas muralhas, rodeando-as com um fosso e uma paliçada; quando os Vândalos, liderados por Gelimero, tentaram recuperar o controlo da cidade, ficaram imóveis em frente à fortificação porque não possuíam os meios para a tomar, limitando-se a destruir o aqueduto, a bloquear as vias de acesso e a aguardar que algumas das forças auxiliares trazidas por Belisário acabassem por desertar²⁸.

O último recurso será sempre a utilização de máquinas de cerco e o combate. Estas indicações são recorrentes nos tratados militares bizantinos produzidos em cronologias diversas, como o *Strategikon* (inícios do século VII) ou o *Taktika* (finais do século IX ou inícios do século X). O *Strategikon* de Maurício adverte que a astúcia e a inteligência devem ser as qualidades primordiais de um general quando este procede ao cerco de uma cidade, e um dos exemplos fornecidos relaciona-se com a aparência física dos sitiados, sugerindo-se que os soldados mais bem equipados se acerquem das muralhas para que os sitiados os consigam ver nitidamente, mantendo os que estão mais mal equipados longe do seu campo de visão, para que julguem que todas as unidades são de qualidade idêntica às que viram em primeiro lugar²⁹... Esta vertente psicológica manifesta-se de outras formas, como nas condições de rendição de uma praça, devendo ser propostos termos razoáveis aos sitiados, como por exemplo a entrega de cavalos e de armas, pois se estes forem muito onerosos a defesa poderá tornar-se mais agressiva e o cerco mais duradouro, levando a um maior número de baixas e à utilização de

²⁸ Giorgio Ravegnani 2009 130.

²⁹ George T. Dennis, *Maurice's Strategikon*, 1984 106.

mais recursos³⁰. O tratado atribuído a Leão VI, intitulado *Taktika*, acrescenta a componente “medo” à equação; esta obra refere que os cercos conduzidos durante a noite causam um maior impacto nos sitiados, uma vez que a escuridão e a conseqüente falta de visibilidade provocam o pânico e a confusão, pois apenas se pode adivinhar quais os perigos que se avizinham. Perante este cenário, os sitiados tornar-se-ão mais propensos à rendição³¹.

As máquinas poliorcéticas, como as torres de assalto e os trabucos, só seriam utilizadas em último recurso ou quando uma parte da muralha se encontrava fragilizada. Para uma melhor aproximação à fortaleza, eram importantes as *vineae* (abrigos de madeira) ou as tartarugas móveis: estas últimas destinavam-se a proteger os sitiados durante os importantes trabalhos de escavação das fundações dos muros; encontrando-se as galerias subterrâneas finalizadas e estando as paredes do túnel devidamente escoradas com o auxílio de barrotes de madeira, provocava-se a derrocada da torre ou do pano de muralha por intermédio do fogo. Estes engenhos foram descritos por alguns tratados militares bizantinos, pelo que iremos proceder a uma breve análise de um desses compêndios.

4. A tradição e a inovação do texto de Héron de Bizâncio (ou Anónimo Bizantino)

Um dos tratados mais importantes sobre a poliorcética bizantina é o intitulado *Parangelmata Poliorketica*, ou seja, um manual de instruções para construir máquinas de cerco.

Pouco ou nada sabemos sobre o autor deste texto, uma vez que nele não se encontra referido em parte alguma. A atribuição deste

³⁰ Dennis 1984 107.

³¹ George T. Dennis, *The Taktika of Leo VI*, 2014 353.

tratado, bem como do *Geodesia*, a Héron de Bizâncio deve-se a uma anotação acrescentada em período posterior, já no século XIV ou mesmo no século XV: uma vez que já se conheciam os tratados de Héron de Alexandria e de um matemático denominado Héron *secundus*, os primeiros editores que os publicaram apelidaram este autor de Héron *tertius*³². O manuscrito *Vaticanus graecus 1605* foi datado paleograficamente como pertencendo ao século XI, embora alguns especialistas apontem como data mais provável o século X, devido a várias considerações que o autor introduz no seu texto³³.

A obra faz referência a tratados de autores clássicos que versam sobre a poliorcética, tais como Apolodoro de Damasco, Athenaeus Mechanicus, Biton, Fílon Mecânico e Héron de Alexandria. Ainda na introdução, explica que “existe a necessidade de utilizar máquinas para conduzir um cerco: diferentes tipos e formas de tartarugas, tais como as tartarugas para escavação, as tartarugas tapa-fossos, as tartarugas-ariete, as tartarugas com rodas na frente e as *laisai* blindadas, recentemente inventadas e muito leves, as tartarugas em forma de cunha para proteção contra pesados objetos rolantes, ou as tartarugas de vime; os *tribuli* com cinco *pêcheis* de altura³⁴; aríetes compósitos ou feitos de uma só peça de madeira; torres de madeira portáteis que são fáceis de obter; diferentes formatos de escadas, compósitas e muito leves; proteção contra objetos que são lançados de grandes alturas e contra chamas atizadas pelos incendiários; escadas para observar o interior das cidades;

³² Alphonse Dain 1933 13-15.

³³ Denis F. Sullivan, *Siegecraft – Two Tenth-Century Instructional Manuals by “Heron of Byzantium”*, 2000 3-4.

³⁴ Na tradução inglesa utilizou-se o termo “caltrop”. Pensamos, contudo, que tanto o autor como o tradutor se referem aos *pila muralia*, referidos por Vegécio como *tribuli* (cf. Vegécio 2009 280-281); as dimensões apresentadas, cinco *pêcheis* (aproximadamente 2,34 m), parecem apontar nesse sentido. Mais adiante, o tratadista designa-os por *labdáraiai* e inclui-os na defesa contra objetos que podem ser arremessados pelos inimigos cujas cidades se localizam em pontos elevados (cf. Sullivan, *op. cit.*, p. 37).

diferentes ferramentas para minar diferentes tipos de muralhas; pontes para todo o tipo de fossos; máquinas para assaltar muralhas, sem escadas; máquinas de cerco para usar contra cidades costeiras; e pontes que permitem a passagem de um elevado número de homens, em boa ordem”³⁵.

De todos os engenhos enunciados, importa tentar compreender o que terá sido, de facto, utilizado e o que não terá passado de um projeto. Enquadramos, neste último tipo, a “escada insuflável” e a “jangada de assalto”. A “escada insuflável” é descrita como sendo aconselhável para agir, furtivamente, durante a noite, quando os sitiados não estão à espera e se encontram recolhidos nas suas casas: era constituída por várias peles de animais, cosidas umas às outras, utilizando gordura animal junto aos pontos, de modo a não perder ar, e com ganchos na extremidade para poder agarrar os merlões das fortalezas³⁶. A “jangada de assalto”, por seu turno, destinava-se a desembarques anfíbios (essencialmente em rios), tinha um formato quadrangular e podia estar equipada com uma rampa de desembarque ou com escadas³⁷. Enquanto a “escada insuflável” terá a sua origem no trabalho de Fílon Mecânico, a “jangada de assalto” deriva essencialmente do trabalho de Apolodoro de Damasco e é, na opinião de P. H. Blyth, “um exercício interessante em geometria aplicada, mas com probabilidade de ser bastante instável”³⁸.

A utilização das máquinas descritas por Héron de Bizâncio encontra-se abonada em diversas fontes. O *Taktika*, de Leão VI, refere amplamente o uso de aríetes, de torres de assalto, de tartarugas para a escavação de fundações e de “máquinas que arremessam

³⁵ Sullivan 2000 29.

³⁶ Sullivan 2000 45.

³⁷ Sullivan 2000 109-113.

³⁸ P. H. Blyth 1992 142.

pedras e que se chamam *alakátia* ou *tetraréai*”, destinadas a lançar projéteis e material inflamável para incendiar os telhados das habitações que se encontravam no interior da fortificação³⁹. Nicéforo Ouranos também refere, na sua obra *Taktika*, que as muralhas têm de ser bombardeadas com pedras, por intermédio de trabucos, e que os aríetes devem tentar abrir uma brecha⁴⁰. Leão, “o Diácono”, na sua *História*, alude à utilização de máquinas nos cercos de Chandax, de Mopsuestia, de Tarso, de Antioquia e de Preslav. Durante o cerco de Arka, Nicéforo II Focas terá também utilizado máquinas de cerco para demolir as torres da fortaleza⁴¹, e tal facto leva-nos a crer que poderá ter empregado uma tartaruga-aríete ou uma torre de assalto com aríete, do tipo da *belépolis*. A referência é breve e pouco descritiva, mas a menção que lhes é feita nos tratados militares anteriormente citados torna possível esta interpretação; o que não parece tão verosímil é o ataque ser dirigido contra uma das torres e não contra as muralhas, uma vez que as torres, em princípio, são mais fortemente guarnecidas dos que os panos de muralha.

Héron de Bizâncio descreve ainda a utilização do fogo greguês através da sua projeção com o auxílio de um tubo. Embora já se encontrem referências ao seu emprego no tratado de Leão VI⁴², o autor atribui-lhe elevada importância no abatimento do moral do inimigo, favorecendo o abandono dos postos de defesa e da vigilância, por parte deste⁴³. Curiosamente, no desenho onde ilustra a sua aplicação, observamos que o operador dirige o fogo greguês contra uma fortificação e não, como era mais comum, contra uma

³⁹ Dennis 2014 363.

⁴⁰ Eric McGeer 2008 159-161.

⁴¹ Alice-Mary Talbot e Denis F. Sullivan, *The History of Leo the Deacon*, 2005 122.

⁴² “Estes são chamados sifões manuais e foram fabricados recentemente por Sua Majestade”, cf. Dennis, *Taktika*, 2014 529.

⁴³ Sullivan 2000 99.

embarcação: as especificidades deste composto químico levaram a que a sua utilização se focasse mais na guerra do mar, pois a madeira, ao contrário da pedra, é um bom condutor do fogo.

Julgamos relevante enunciar as razões pelas quais o autor foi levado a compor este manual. A resposta parece estar no final da obra *Parangelmata Poliorketica*, onde argumenta que “se os comandantes do exército completarem cuidadosamente, com lógica e diligência contínua, estas máquinas de cerco (...) facilmente capturarão cidades, especialmente as de Agar”⁴⁴. Segundo o *Antigo Testamento*, Agar era mãe de Ismael e, no período que analisamos, era uma das expressões utilizadas pelos Bizantinos para designar o povo árabe.

5. Conclusão

Como pudemos verificar, a poliorcética bizantina congrega em si conhecimentos bastante variados. O seu mérito consiste no aproveitamento dos ensinamentos dos engenheiros clássicos e no seu aperfeiçoamento e aplicação. Mas os Romanos do Oriente foram ainda mais além: tiveram a capacidade de aproveitar as inovações tecnológicas trazidas pelos seus inimigos, como no caso da adoção do trabuco de tração, ou de desenvolver armamento próprio que viria a diferenciá-los dos demais e que ainda hoje reconhecemos como sendo da sua autoria; referimo-nos, concretamente, ao chamado fogo greguês. Os diversos tratados produzidos, versando a arte militar entre os séculos x-xi, parecem corresponder a uma intensificação das campanhas militares e, sobretudo, ao aparecimento de um inimigo, os Árabes, que não eram inferiores aos Bizantinos em termos de conhecimento científico-tecnológico.

⁴⁴ Sullivan 2000 113.

Se bem que as fontes descrevam o uso de máquinas, particularmente torres de assalto, aríetes e trabucos, a verdade é que este tipo de engenhos parece ter sido utilizado numa segunda fase, quando falhavam as negociações para a rendição de uma fortaleza ou quando se esgotavam todos os recursos dissuasores que se encontravam à disposição dos generais bizantinos (p. ex.: privação de bens essenciais, especialmente de água).

Importa ainda referir que, se bem que a guerra de cerco pudesse ser bastante dispendiosa, a verdade é que esse modo de fazer a guerra parece ter tido mais acolhimento do que as batalhas campais. Para a construção das máquinas eram necessários técnicos especializados e materiais que por vezes rareavam (ou eram totalmente inexistentes) nas regiões por onde os exércitos se encontravam em campanha, mas, tal como referimos, algumas vezes encontraram-se soluções (como o transporte marítimo) para contornar este problema. Na nossa opinião, esta preferência pela guerra de cerco poderá ter três explicações fundamentais: a primeira de ordem demográfica, uma vez que os exércitos em campanha não eram muito numerosos, tendo em conta a necessidade de defender as fronteiras; a segunda relaciona-se com o domínio geoestratégico que as fortalezas permitiam, pois as batalhas campais poderiam não ter um desfecho favorável e constituir uma sangria de homens e de dinheiro; em terceiro lugar, mas de capital importância, devido à superioridade tecnológica que os Bizantinos tinham sobre a maioria dos seus inimigos (Búlgaros, Russos, Sérvios...), com exceção dos Árabes.

(Página deixada propositadamente em branco).

II

O *DRÓMŌN* COMO ELEMENTO DE AFIRMAÇÃO DO PODER NAVAL BIZANTINO NO MEDITERRÂNEO (C. 875-1025)

Drómōn, palavra grega que deriva de *drómos* (“velocidade”), é o termo que designa o navio de guerra bizantino, sucessor da *triérēs* grega e da *liburna* romana. As primeiras referências a este tipo de embarcação datam do século v d. C., mas apenas a partir do século vi d. C. começa a ser mencionado com frequência nas fontes. Não subsistem dúvidas de que a palavra *drómōn* passou a ser utilizada para denominar os navios de guerra bizantinos em geral ou, pelo menos, alguns deles, visto que este tipo de embarcação é descrito como sendo muito mais veloz do que uma *liburna* tradicional do Baixo Império⁴⁵.

Após a queda do Império Romano do Ocidente, Bizâncio soube fazer valer a sua supremacia no mar. Em 508, uma frota composta por mais de 100 navios de guerra, transportando cerca de 8000 homens, recebeu ordens de Anastácio I para devastar a costa da Calábria e da Apúlia, de modo a desestabilizar os territórios dominados por Teodorico, o grande rei dos Ostrogodos⁴⁶. Os primeiros *drómōnes*

⁴⁵ John H. Pryor e Elizabeth M. Jeffreys 2006 125.

⁴⁶ Ravegnani 2009 178-179.

eram navios com uma só fileira de remos, encontrando-se os remadores protegidos sob o convés; as suas dimensões seriam reduzidas, quando comparadas com as birremes e trirremes greco-romanas, suas predecessoras. Constantino I terá derrotado Licínio, em 324, na batalha de Dardanelos, utilizando com sucesso unirremes contra as birremes e as trirremes que o seu adversário havia trazido para o combate. Porém, o termo *drómōn* não foi utilizado somente para designar navios com uma só fileira de remos, uma vez que no século x existiam birremes às quais se chamavam, também, *drómōnes*.

Em meados do século vii, o poder naval bizantino, até então incontestado, fica abalado devido à ação dos governadores muçulmanos da Síria e do Egito, que começam a construir frotas e a perpetrar ataques contra Chipre, Rodes e a Sicília. No ano de 655, os muçulmanos causam o primeiro grande revés à marinha bizantina, derrotando-a perto de Phoinikoûs (Liceia) e aniquilando a sua armada, tendo o imperador Constâncio II escapado, por pouco, ao desastre. Esta batalha abriu as portas do Mediterrâneo oriental à marinha muçulmana e, como resposta, foi criada uma nova frota bizantina (*karabisiânoi*), sediada em Samos, para tentar conter esta ameaça⁴⁷.

A conquista de Cartago e a invasão da Península Ibérica, em 711, aumentaram a influência do poder naval muçulmano, dotando a sua marinha de importantes pontos de apoio na costa, essenciais para o abastecimento e a reparação de navios; a partir deste momento, a marinha bizantina começou a restringir a sua ação ao Mediterrâneo oriental, tendo como limite, a ocidente, a Península Itálica e ilhas adjacentes; em 715, a Anatólia foi invadida por forças muçulmanas, que viriam a alcançar Constantinopla, em 717. Pouco depois, a frota dos *karabisiânoi* seria dissolvida, dando origem a dois comandos navais: a frota imperial (*basilikòn plóimon*),

⁴⁷ Pryor e Jeffreys 2006 25.

com base em Constantinopla, e a frota *thematiká* (*kibyrrbaioti*), com base em Antalya.

Durante as décadas seguintes, os muçulmanos continuaram a empreender a conquista de possessões bizantinas no Mediterrâneo. No ano de 827, iniciaram a conquista da Sicília (completada em 878) e, em 868, ocuparam Malta. Este período corresponde ao auge do poder muçulmano, alicerçado no elevado número de armadas muçulmanas que patrulhavam o Mediterrâneo e no domínio de pontos-chave, de elevada importância estratégica, como as ilhas de Creta, Malta e Chipre.

Em finais do século IX, a corte de Constantinopla começou a dar maior importância às questões relacionadas com a guerra no mar. O tratado militar intitulado *Taktika*, escrito (ou mandado escrever) pelo *basileús* Leão VI (886-912), é o primeiro tratado militar bizantino a realçar a importância da guerra naval, estipulando um elenco variado de diretrizes: a construção de castelos de madeira, nos navios, para que pudessem servir como plataforma elevada de tiro; a utilização de vários tipos de *drómōnes*, incluindo alguns de menor dimensão, mais velozes e especialmente indicados para operações onde a rapidez era crucial. Leão VI estabeleceu um modelo organizacional, onde pequenos grupos de navios (três a cinco) deveriam operar como uma unidade, sob o comando de um oficial superior; aconselhava ainda o arremesso de esferas de madeira inflamáveis e, por fim, o uso de uma substância líquida, projetada por intermédio de um sifão: o famoso fogo greguês⁴⁸. A utilização deste engenho encontra-se atestada desde o ano de 678, data em que uma frota muçulmana que bloqueava Constantinopla havia seis anos foi atacada por uma frota bizantina que já fazia uso desta arma; embora se desconheçam as suas origens, a tradição atribui a sua invenção a Calínico de Heliópolis, um cientista natural

⁴⁸ Dennis, *Taktika*, 2014 502-535.

da Síria. Especula-se que da sua composição fizessem parte nafta (proveniente da zona do mar Negro e já conhecida na Antiguidade Clássica), misturada com resina ou cera, enxofre, cal, terebintina e nitrato de potássio, de modo a criar uma substância inflamável que pudesse ser projetada contra as embarcações inimigas através de um *síphōn*, que se encontrava colocado na proa, devidamente protegido; contudo, Leão VI refere que podiam ser utilizados dois sifões manuais (*cheirosíphōna*) adicionais em ambos os lados do navio, a fim de repelir os ataques laterais. Construído em bronze, o sifão projetava o líquido inflamável (que se encontrava armazenado num tanque selado) através de uma bomba manual que, devido à pressão existente no tanque, era incendiada por intermédio de uma lamparina aplicada na extremidade do sifão.

Tanto os Bizantinos como os muçulmanos utilizavam projéteis incendiários lançados por arcos, por catapultas e por outros engenhos neurobalísticos, mas, por volta do ano de 835, começa a navegar no Mediterrâneo a *barraqa*, um navio muçulmano, também ele equipado com um sistema que permitia a utilização do fogo greguês. Agora que ambos os lados empregavam este tipo de arma, os Bizantinos começaram a evitar o combate contra as *barraqat*, uma vez que as batalhas poderiam ter desfechos muito adversos (ou ser meras vitórias de Pirro), aumentando consideravelmente a perda de meios humanos e materiais.

Durante o período que engloba a perda e a reconquista de Creta, que se caracteriza por uma grande expansão do império e pelo restabelecimento das suas antigas fronteiras, a pacificação do mar Egeu e a manutenção das comunicações com o Ocidente constituem os principais objetivos da política bizantina⁴⁹. Esta situação dependia, primordialmente, além da reconquista de Creta, da consolidação da presença bizantina na Itália, o que levou à construção de uma frota

⁴⁹ Hélène Ahrweiler, 1966 111-112.

de grande magnitude, de natureza puramente ofensiva, que viria a ser responsável pela erradicação da pirataria existente no mar Egeu e na Sicília, bem como pela preparação das investidas contra a ilha (uma importante plataforma que permitia levar a cabo grandes operações terrestres contra a Síria); após sucessivas tentativas para a tomar, Romano II (959-963) ordena a construção de uma grande esquadra, com um único objetivo: a sua conquista. A conjugação das melhores tropas dos *tágmata* e do poder naval bizantino permitiu que estivessem reunidas as condições para que o império passasse ao ataque; Leão, “o Diácono”, refere que a esquadra que Nicéforo Focas (963-969) utilizou nesta operação vitoriosa (960-961) incluía navios que lançavam fogo (birremes e trirremes) e navios de transporte que carregavam pranchas de madeira, que viriam a permitir um rápido desembarque na praia, para surpresa dos inimigos⁵⁰. A força naval utilizada nesta operação seria constituída por 1000 *drómōnes* de natureza diversa, 200 *drómōnes* equipados com sifão e 317 navios de transporte⁵¹.

Após o sucesso obtido com a reconquista de Creta, a esquadra que havia sido construída para esse fim viria a ser utilizada para submeter, no ano de 965, a ilha de Chipre, região onde o poder bizantino nunca tinha sido efetivo. Com o domínio destes dois territórios de grande importância geoestratégica e com a consequente pacificação da bacia oriental do Mediterrâneo, a marinha bizantina pôde então virar as suas atenções para ocidente. Nesse sentido, foram realizadas diversas operações, sem grande sucesso, contra os muçulmanos da Sicília (964-967) e contra Otão da Germânia, que ameaçava as possessões bizantinas na Apúlia e na Calábria. Abre-se aqui um novo período na afirmação do poder naval de Bizâncio, em que os grandes objetivos passam pelo restabelecimento do poder imperial em Itália,

⁵⁰ Talbot e Sullivan, *The History of Leo the Deacon*, 2005 60-61.

⁵¹ Ahrweiler 1966 114.

muito afetado pelas revoltas instigadas pelas fações locais, e pela reconquista da Sicília, que continuava nas mãos dos muçulmanos.

Tal como foi explicado na segunda parte desta obra, as guerras contra os muçulmanos, no Oriente, e contra os Russos e os Búlgaros, nos Balcãs, com a intervenção quase exclusiva do exército terrestre, absorverão as atenções bizantinas entre finais do século x e inícios do século xi, o que levará a que a marinha de guerra seja remetida para uma posição operacional secundária. Além disso, a conquista de Creta e a consolidação do poder bizantino no sul de Itália farão com que o seu papel se resuma à manutenção das comunicações e ao patrulhamento das águas territoriais, assistindo-se, assim, a um período em que não haverá necessidade de manter uma grande frota, de carácter permanente. Se, por um lado, a pacificação dos mares e a relativa acalmia propiciavam a diminuição da frota de guerra, por outro incentivavam o aumento da frota mercantil, fruto da segurança gerada pela erradicação dos focos de instabilidade no Mediterrâneo oriental.

A paz marítima e a segurança da navegação não se devem apenas às vitórias obtidas, mas também ao enfraquecimento do poder naval dos Árabes da Cilícia e da Síria. Desta forma, o Império Bizantino negligenciará a frota de *drómōnes*, que tinha a capacidade de proteger as rotas do comércio marítimo e de erradicar os inimigos que as ameaçassem, mas que, devido ao período de paz que se atravessava, se considerava desnecessária; a estratégia passará então pela criação de frotas provinciais, em número reduzido, e pelo abandono dos grandes navios que compunham a frota imperial⁵². O enfraquecimento do poder marítimo não permitirá consolidar a relativa vantagem obtida através das vitórias terrestres, o que, em conjugação com o aparecimento de novos inimigos, como por exemplo os Normandos, pôs em risco a sobrevivência da própria *pólis* outrora fundada por Constantino.

⁵² Ahrweiler 1966 117.

Bibliografia

Fontes

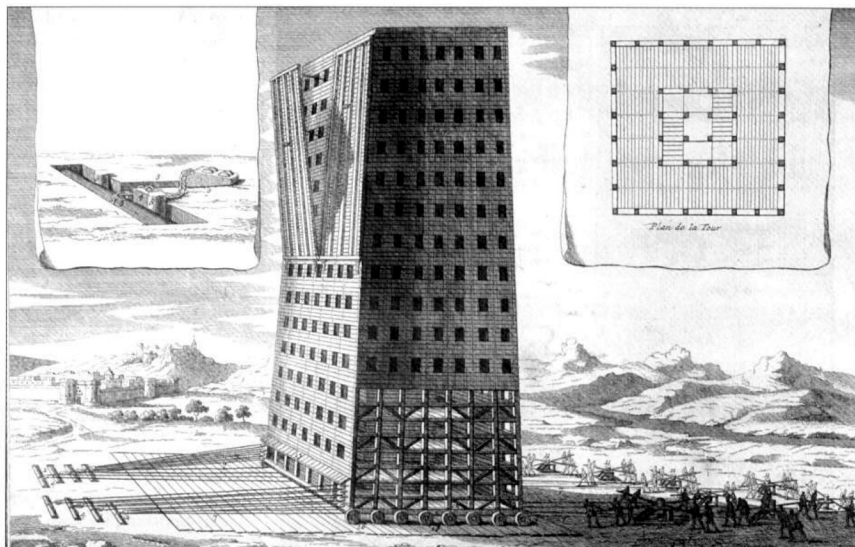
- Dennis, George T. (1984), *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Dennis, George T. (2014), *The Taktika of Leo VI. Revised Edition*. Edição bilingue. Washington, Dumbarton Oaks.
- Flávio Josefo (2007), *A Guerra dos Judeus. História da Guerra entre Judeus e Romanos*. Tradução de Miguel Mata (a partir de uma edição inglesa). Apresentação de Moisés Espírito Santo. Lisboa, Edições Sílabo.
- Henderson, Jeffrey (ed.) (1928), *Aeneas Tacticus, Asclepiodotus, Onasander*. Harvard University Press, Loeb Classical Library.
- McGeer, Eric (2008), *Sowing the Dragon's teeth: Byzantine Warfare in the Tenth Century*. Edição bilingue que contém os tratados *Praecepta Militaria*, de Nicéforo Focas, e *Taktika*, de Nicéforo Ouranos. Dumbarton Oaks Studies, XXXIII, Washington, Dumbarton Oaks.
- Plutarco (1977), *Vies XIII: Démétrios – Antoine*. Tradução de Robert Flacelière e Émile Chambry. Edição bilingue. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres".
- Sullivan, Denis F. (2000), *Siegecraft – Two Tenth-Century Instructional Manuals by "Heron of Byzantium"*. Edição bilingue. Dumbarton Oaks Studies XXXVI, Washington, Dumbarton Oaks.
- Talbot, Alice-Mary / Sullivan, Denis F. (2005), *The History of Leo the Deacon*. Introduction, translation and annotations by Alice-Mary Talbot and Denis F. Sullivan. Dumbarton Oaks Studies XLI, Washington, Dumbarton Oaks.
- Vegécio (2009), *Compêndio da Arte Militar*. Tradução de João Gouveia Monteiro e José Eduardo Braga. Estudo Introdutório, comentários e notas de João Gouveia Monteiro. Edição bilingue. Prefácio de Maria Helena da Rocha Pereira. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Vitrúvio (2002), *Tratado de Arquitectura*. Tradução do Latim, introdução e notas por Manuel Justino Maciel. Ilustrações de Thomas Noble Howe. Lisboa, IST Press.

Estudos

- Ahrweiler, Hélène (1966), *Byzance et la mer: la marine de guerre, la politique et les institutions maritimes de Byzance aux VIIe-XVe siècles*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Birkenmeier (2002), John, *The Development of the Komnenian Army: 1081-1180*. History of Warfare, vol. 5. Leiden-Boston-Colónia, Brill.
- Blyth, P. H. (1992), "Apollodorus of Damascus and the Poliorcetica"; in *Greek, Roman and Byzantine Studies*, 33. Durham, Duke University, pp. 127-158.
- Campbell, Duncan (2003), *Greek and Roman Artillery, 399 BC-AD 363*. Oxford, Osprey Publishing.
- Campbell, Duncan (2003), *Greek and Roman Siege Machinery, 399 BC-AD 363*. Oxford, Osprey Publishing.
- Cosentino, Salvatore (2009), "Writing about War in Byzantium"; in *Revista de História das Ideias*, vol. 30. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 83-99.
- Dain, Alphonse (1933), *La Tradition du Texte d'Héron de Byzance*. Paris, Société d'Édition "Les Belles Lettres".
- Haldon, John (2008), *The Byzantine Wars*. Stroud, The History Press.
- Marsden, E. W. (1969), *Greek and Roman Artillery. Historical Development*. Oxford, Clarendon Press.
- Monteiro, João Gouveia (2010), "Flávio Josefo e o cerco romano a Jotapata (67 d. C.)", in J. G. Monteiro, *Entre Romanos, Cruzados e Ordens Militares*, Lousã, Salamandra, pp. 11-30.
- Ostrogorsky, George (1984), *History of the Byzantine State*. Tradução inglesa (de Joan Hussey). Padstow, Basil Blackwell.
- Petersen, Leif (2013), *Siege Warfare and Military Organization in the Successor States (400-800 AD) – Byzantium, the West and Islam*. History of Warfare, vol. 91. Leiden-Boston, Brill.
- Pryor, John H. e Jeffreys, Elizabeth M. (2006), *The Age of the Dromon: The Byzantine Navy ca 500-1204*, Leiden-Boston, Brill.
- Ravegnani, Giorgio (2006), *Introduzione alla storia bizantina*. Bolonha, Il Mulino, 2006.
- Ravegnani, Giorgio (2009), *Soldati e guerre a Bisanzio*. Bolonha, Il Mulino.

FIGURAS

(Página deixada propositadamente em branco).



The machine rolled on eight wheels, but it is unknown whether they were arranged in two rows, each with four wheels, or four rows of two. The latter arrangement would perhaps tend to create two deep wheel ruts, whereas the former would have distributed the weight of the tower more evenly across the running surface. The wheels were 2 cubits (0.92m) thick and plated with iron. We know that a *helepolis* built for Demetrius three years earlier at Salamis, on Cyprus, had only four wheels, each 8 cubits (3.7m) high, and larger wheels will generally have made for easier movement, but there is no reason to suppose that the Rhodes machine also had 8-cubit wheels. Diodorus alleges that sideways movement was possible, but it remains a mystery exactly how this would have been accomplished.

The *helepolis* itself was divided into nine storeys, each of which had two stairways, one for men moving upwards through the tower, the other for men climbing down, to avoid congestion. Athenaeus says that it was 90 cubits (39.9m) in overall height; Vitruvius's measurement is again short at 125ft (37m), and Plutarch's figure of 66 cubits (29m) is presumably a slip for 96 cubits (42.6m). Again, Diodorus gives much more information, reporting that the corner timbers were 'almost 100 cubits long', but instead of standing vertically they tapered in towards the top. Such a structure would have stood around 40m high, like Demetrius's previous nine-storey *helepolis* at Salamis.

Each level had shuttered windows opening to the front, through which a variety of missiles could be fired. The shutters were apparently padded with wool-stuffed rawhide, like mattresses, to absorb the shock of enemy artillery fire, and, although it is likely that they opened outwards, it is not clear whether they were hinged at the top or at the bottom.

De Folard's reconstruction of the *helepolis* of Epimachus incorporates several errors, such as the number of wheels, the number of storeys, and the provision of gigantic drawbridges. But it demonstrates the inventive use of the block-and-tackle for winching the machine forwards. (Author's collection)

Fig. 1: Representação da *helépolis* de Epímaco, segundo o cavaleiro de Folard – séculos XVII/XVIII.

(Fonte: Duncan Campbell, *Greek and Roman Siege Machinery, 399 BC-AD 363*, Oxford, Osprey Publishing, 2003, p. 10.)

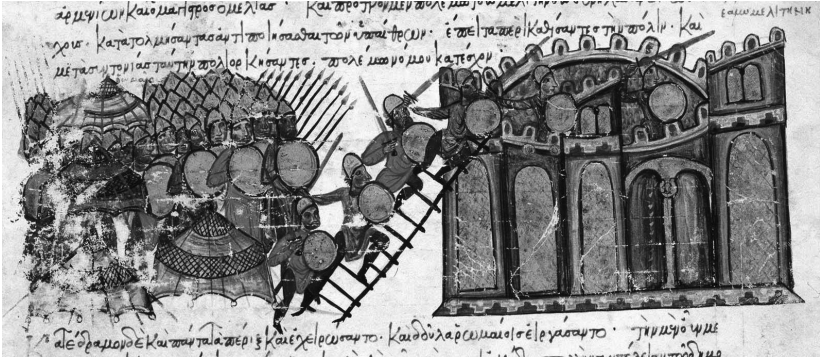


Fig. 2: Tomada de Melitena (934), com recurso a escadas, pelas tropas bizantinas.

(Fonte: Crónica de João Skylitzes, Biblioteca Nacional de Madrid.)

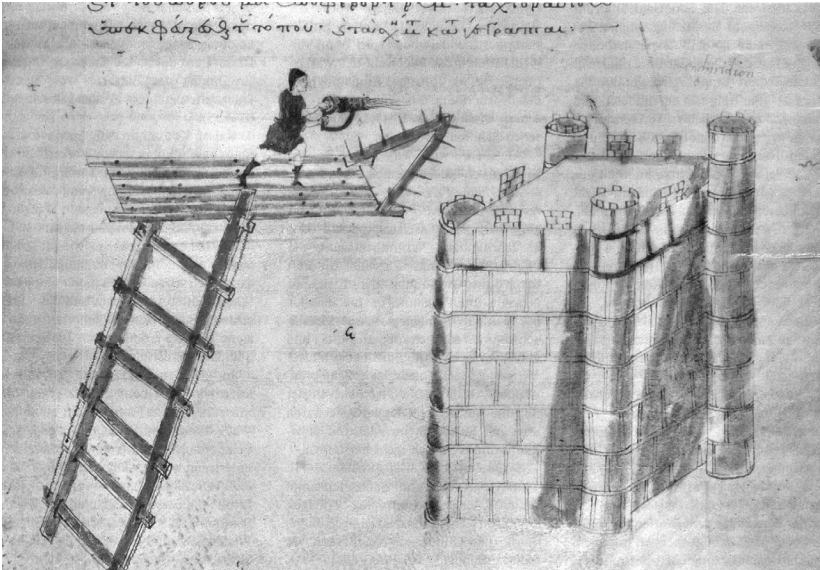


Fig. 3: A utilização do sifão manual, segundo Héron de Bizâncio.

(Fonte: *Codex Vaticanus Graecus*, 1605, Biblioteca do Vaticano.)

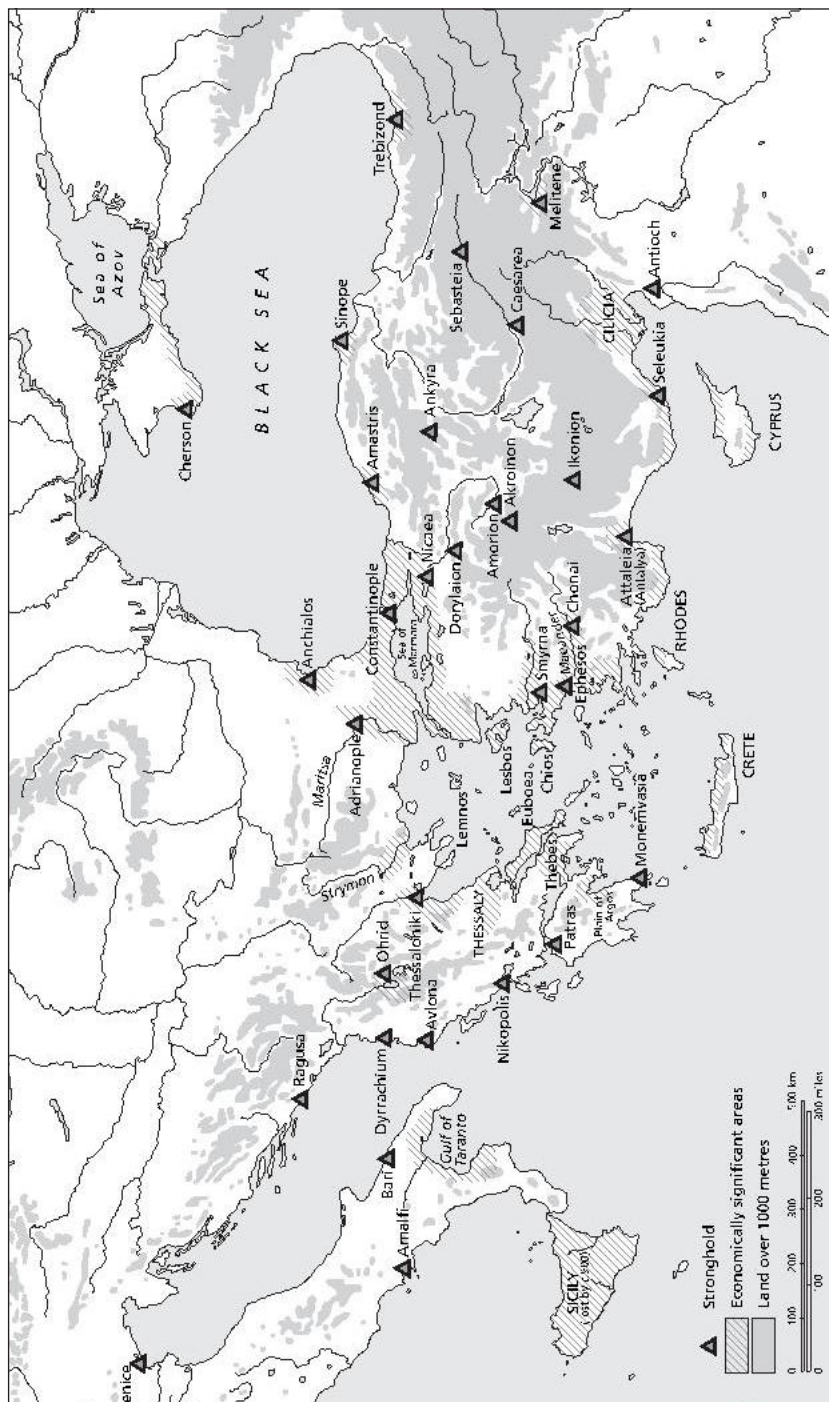


Fig. 4: Mapa com representação das praças mais importantes do Império Médio Bizantino.

(Fonte: Jonathan Shepard (ed.), *The Cambridge History of the Byzantine Empire*, Nova Iorque, Cambridge University Press, 2008, p. 35.)



Fig. 5: *Drómōn* bizantino a utilizar o fogo greguês contra outra embarcação, segundo o *Synopsis Historion* de João Skylitzes, c. 1160 (Madrid, Biblioteca Nacional, vitr. 26-2, fol. 34v.)

LISTA DE GOVERNANTES

Dinastia Constantiniana

324-337 – Constantino I

337-361 – Constâncio II

361-363 – Juliano

Não Dinástico

363-364 – Joviano

Dinastia Valentiniana

364-378 – Valente

Dinastia Teodosiana

379-395 – Teodósio I

395-408 – Arcádio

408-450 – Teodósio II

450-457 – Marciano

Dinastia Leoniana

457-474 – Leão I

474 – Leão II

474-491 – Zenão

491-518 – Anastácio I

Dinastia Justiniana

518-527 – Justino I

527-565 – Justiniano I

565-578 – Justino II (regência de Tibério, 574-578)

578-582 – Tibério I Constantino

582-602 – Maurício Tibério

Não Dinástico

602-610 – Focas

Dinastia Heracliana

610-641 – Heráclio

641 – Constantino III Heráclio

641- Heraclonas (regência de Martina)

641-668 – Constante II

668-685 – Constantino IV

685-695 – Justiniano II

695-698 – Leôncio

698-705 – Tibério II Absimaro

705-711 – Justiniano II (2.º principado)

Não Dinásticos

711-713 – Filipico Bardanés

713-715 – Anastácio II

715-717 – Teodósio III

Dinastia Isauriana

717-741 – Leão III “O Isauriano”

741-775 – Constantino V “O Coprónimo”

775-780 – Leão IV

780-797 – Constantino VI (regência de Irene)

797-802 – Irene “A Ateniense”

Não Dinásticos

802-811 – Nicéforo I

811 – Stauracio

811-813 – Miguel I Rangabé

813-820 – Leão V “O Arménio”

Dinastia Amoriana

820-829 – Miguel II “O Amoriano”

829-842 – Teófilo

842-867 – Miguel III (regência de Teodora, 842-856)

Dinastia Macedónica

867-886 – Basílio I “O Macedónio”

886-912 – Leão VI “O Sábio”

912-913 – Alexandre

913-959 – Constantino VII Porfirogeneta (regência de Nicolau Místico, 913-914; regência de Zoe Carbonopsina, 914-920, e coimperador Romano I Lecapeno, 920-944)

959-963 – Romano II Porfirogeneta

963-1025 – Basílio II *Boulgaroktónos* (o *exterminador de Búlgaros*) (regência de Teófane, 963; coimperador Nicéforo II Focas, 963-969; coimperador João I Zimisce, 969-976)

1025-1028 – Constantino VIII Porfirogeneta

1028-1034 – Romano III Argiro

1034-1041 – Miguel IV “O Paflagónico”

1041-1042 – Miguel V “O Calafate”

1042 – Zoé

1042-1055 – Constantino IX Monómaco

1055-1056 – Teodora

Não Dinástico

1056-1057 – Miguel VI Bringas

Dinastia Comnena

1057-1059 – Isaac I Comneno

Dinastia Ducas

1059-1067 – Constantino X Ducas

1067-1078 – Miguel VII Ducas (regência de Eudóxia, 1067-
-1068; coimperador Romano IV Diógenes, 1068-1071)

1078-1081 – Nicéforo III Botaniate

Dinastia Comnena

1081-1118 – Aleixo I Comneno

1118-1143 – João II Comneno

1143-1180 – Manuel I Comneno

1180-1183 – Aleixo II Comneno

1183-1185 – Andrónico I Comneno

Dinastia dos Ângelos (ou Anjos)

1185-1195 – Isaac II Anjo

1195-1203 – Aleixo III

1204 – Aleixo IV

1204 – Aleixo V Ducas Murzuflo

Dinastia Lascariana (no exílio)

1204-1222 - Teodoro I Lascaris

1222-1254 – João III Ducas Vatatzès

1254-1258 – Teodoro II Lascaris

1258-1261 – João IV Lascaris (regência de Miguel Paleólogo, coimperador)

Dinastia Paleóloga

1261-1282 – Miguel VIII Paleólogo (usurpou o trono de João IV Lascaris)

1282-1328 – Andrónico II Paleólogo

1328-1341 – Andrónico III Paleólogo

1341-1391 – João V Paleólogo (regência de Ana da Saboia, 1341-1347, e de João VI Cantacuzeno, coimperador, 1347-1354, golpe de Andrónico IV, 1376-1379)

1391-1425 – Manuel II Paleólogo

1425-1448 – João VIII Paleólogo

1448-1453 – Constantino XI Paleólogo

CRONOLOGIA

- 330** – Refundação de Constantinopla.
- 378** – Batalha de Adrianopla, derrota do imperador Valente frente a uma coligação goda liderada por Fritigerno.
- 451** – IV Concílio Ecuménico na cidade de Calcedónia, onde se condena o monofisismo.
- 476** – Odoacro toma Roma. Queda do Império Romano do Ocidente.
- 492** – Revolta isauriana contra Anastácio I.
- 493** – Conquista final da Península Itálica pelo rei Teodorico dos Ostrogodos.
- 532** – Revolta de *Níka*.
- 534** – Publicação do *Corpus Iuris Civilis Iustiniani*.
- 537** – Conclusão da construção da Igreja de Santa Sofia.
- 552** – Fim da Reconquista de Justiniano I.
- 584** – Fundação do exarcado de Ravena.
- 610** – Deposição de Focas e ocupação do trono por Heráclio, no seio da última guerra bizantino-persa.
- 626** – Cerco de Constantinopla por uma coligação ávaro-persa.
- 628** – Deposição de Cosroés II da Pérsia. Fim da última guerra bizantino-persa.
- 636** – Batalha de Yarmouk, derrota marcante dos Bizantinos frente aos Árabes. A curto-médio prazo, levará à perda de mais de metade do território do Império Bizantino.
- 674-678** – Primeiro cerco árabe a Constantinopla.

- 680** – Formação do Império Búlgaro.
- 726** – Édito de Leão III contra a veneração de imagens. Início da questão iconoclástica.
- 751** – Tomada de Ravena pelos Lombardos. Queda do exarcado bizantino em Itália.
- 843** – Restauração do culto de imagens e fim do iconoclasmo.
- 858** – Eleição de Fócio como patriarca.
- 876** – Bari torna-se a capital da Itália bizantina, cinco anos após a reconquista da cidade.
- c. 938-959** – Redação do *Livro das Cerimónias* por Constantino VII Porfirogeneta.
- 941** – Cerco russo a Constantinopla.
- 957** – Visita da princesa Olga da Rússia a Constantinopla, onde se converte ao Cristianismo grego.
- 969** – Reconquista de Antioquia pelos soldados de Nicéforo II Focas.
- 971** – Batalha de Dorostolon. Vitória decisiva de João I Zimisces frente ao príncipe Svyatoslav do *Rus*.
- 989** – Batalha de Abido. Consolidação de Basílio II no trono de Bizâncio.
- 1018** – Anexação final do (primeiro) Império Búlgaro por Basílio II, quatro anos após a batalha do desfiladeiro de Kleidion.
- 1071** – Conquista de Bari pelos Normandos, marca o fim da presença bizantina em Itália. Batalha de Manzikert, derrota do coimperador Romano IV Diógenes, frente ao sultão seljúcida Alp Arslan. Início de um grave período de instabilidade política no Império Bizantino.
- 1081** – Fim da instabilidade civil, que é marcada por uma grande redução territorial do império, com a ascensão de Aleixo I Comneno. Batalha de Dirráquio, contra os Normandos.
- 1096** – Advento da Primeira Cruzada, na qual Bizâncio se envolve.
- 1176** – Batalha de Miriocéfalo. Derrota de um exército bizantino-antioqueno sob o comando de Manuel Comneno frente a um exército turco.

- 1191** – Tomada das possessões bizantinas na ilha de Chipre por Ricardo Coração-de-Leão.
- 1204** – Captura de Constantinopla pelos cruzados da Quarta Cruzada.
- 1259** – Vitória dos Bizantinos frente aos Latinos, em Pelagónia.
- 1261** – Tratado de Ninfes, onde se firma o pacto de defesa mútua entre Génova e o Império de Niceia.
- 1261** – Reconquista de Constantinopla pelos imperadores de Niceia (general Aleixo Strategopolo).
- 1274** – Concílio de Lião, onde o imperador Miguel VIII Paleólogo prometeu a reorganização e reunificação da Igreja Ortodoxa.
- 1321-1328** – Guerra Civil em Bizâncio (entre Andrónico II e Andrónico III).
- 1331** – Conquista de Niceia por Orkhan I.
- 1354** – Os *Osmanli* invadem a Europa, tomando Galilopoli.
- 1362** – Tomada de Adrianopla (rebatizada de Edirne) pelos Turcos.
- 1396** – Cruzada de Nicópolis: vitória decisiva de Bajazed I face a uma coligação entre cruzados franco-borgonheses e o rei Sigismundo I da Hungria.
- 1402** – Batalha de Ancara: as forças de Tamerlão capturam o sultão Bajazed I, dando início a um período de instabilidade na Ásia Menor marcado pela restauração de alguns Emirados.
- 1430** – Tomada de Tessalónica pelos Turcos.
- 1438-1439** – Concílio de Ferrara-Florença e a união das duas Igrejas cristãs (ortodoxa e católica).
- 1444** – Cruzada de Varna: Murad II derrota o rei Ladislau III da Hungria e da Polónia na costa do mar Negro.
- 1453** – Conquista de Constantinopla pelos Turcos Otomanos, sob Mehmet II.
- 1461** – Anexação de Trebizonda, último estado bizantino, no Império Otomano.

(Página deixada propositadamente em branco).

GLOSSÁRIO

Arconte: Responsável por um *arkhê* (cargo). Título outorgado a altos magistrados. Em Bizâncio, eram nove os detentores deste cargo, a partir do ano 683. A sua nomeação era anual.

Arianismo: Corrente cristológica sustentada pelos seguidores de Arius, nos tempos iniciais da Igreja. Assentava na negação da consubstancialidade entre Cristo e Deus.

Basiléus: Termo grego para soberano. Atribuído aos governantes dos territórios helênicos, a partir de 629 é aplicado como substituto do termo *Augusto*, em Bizâncio.

Bucelário: soldados que, durante os Impérios Romano e Bizantino, executavam tarefas de pendor militar. Não se encontravam sob o domínio estatal, mas sim sob a tutela de individuais, como generais ou governadores.

Catafractário: Unidades de cavalaria pesada. O seu nome advém do armamento defensivo usado tanto pelo cavalo, como pelo cavaleiro: a catafracta.

Coimperador: Usurpador, ou regente, que detinha realmente o poder máximo no Império Bizantino, em lugar do verdadeiro imperador e por diversas razões, como por exemplo a menoridade do último.

Cruzadas: Movimentos religioso-militares que ocorreram sobretudo entre os séculos XI e XIII, com génese na Europa Ocidental.

Tinham por objetivo a conquista da Terra Santa e a manutenção do domínio cristão nesta região.

Doméstico: Cargo que possuía um cariz religioso, civil e militar no Império Romano. Posteriormente, o título foi associado aos guardas do palácio. Após o século VIII, o Doméstico das Escolas tornou-se o principal cargo militar no Império Bizantino, depois do *basileús*.

Drómon: navio de guerra bizantino que dominou o Mediterrâneo oriental durante a Alta Idade Média (até ser substituído pela *gallea*). Distinguiu-se da liburna Romana por ser de menor dimensão, ter um casco totalmente coberto e possuir esporões colocados acima do nível da água.

Drungário: Oficial militar bizantino. Era um drungário quem liderava a frota imperial sediada em Constantinopla.

Éparchos: Título outorgado ao prefeito de Constantinopla. Responsável pela manutenção da ordem na capital bizantina, o Eparco apenas respondia perante o Imperador.

Exarcado: Divisão administrativa bizantina, com supremacia das funções militares sobre as civis. Modelo governativo surgido aquando o reinado de Maurício, com a criação dos exarcados de África e de Ravena.

Fogo Greguês: Arma incendiária utilizada, maioritariamente, pela marinha bizantina (apesar de a historiografia recente começar a contestar a frequência da sua utilização). Possuía grande efetividade, na medida em que, mesmo sobre água, as suas chamas não se apagavam. Era, talvez, um composto de resina de pinheiro, nafta, cal e enxofre ou salitre.

Guarda Varangiana: Regimento da Guarda Imperial fundado por Basílio II, após a batalha de Abido, maioritariamente composto por membros escandinavos e russos até 1066, e por refugiados ingleses após a batalha de Hastings.

- Iconoclasmo:** Do grego “quebra-imagens”. Foi um movimento religioso dos séculos VIII e IX, que rejeitava por completo a veneração de imagens. Teve o apoio de vários imperadores bizantinos.
- Iconodulia:** Corrente religiosa que defendia a veneração das imagens, sendo oposta ao Iconoclasmo.
- Katepan:** Governador das principais províncias bizantinas, especialmente na Apúlia.
- Kleisourai:** Pequenas circunscrições territoriais, de cariz militar, localizadas nas embocaduras dos desfiladeiros do Tauro, para fazer frente a expedições de saque árabes.
- Limes:** Termo atribuído à fronteira/delimitação do Império Romano e, posteriormente, do Império Bizantino.
- Limitanei:** unidades militares dos exércitos romanos e bizantinos, com a função de proteger os territórios fronteiriços.
- Magister Militum:** O mais alto cargo militar bizantino (abaixo apenas do de Imperador) até, aproximadamente, o principado de Heráclio. O detentor deste cargo era responsável pelo comando de um dos vários exércitos bizantinos.
- Monofisismo:** Movimento religioso cristão que insiste na unidade de Cristo, ao ponto de mal se poderem distinguir as suas duas naturezas. Do grego *mono-physis*, “uma natureza”, pois atribuía praticamente a Cristo uma natureza, a divina, contrariando assim a doutrina nestoriana.
- Nomisma:** Principal moeda de ouro bizantina, até ao século XI.
- Nestorianismo:** Doutrina religiosa cristã, criada pelo patriarca de Constantinopla Nestor (428-431), que insistia na dupla natureza de Cristo, a ponto de não admitir a unidade da sua pessoa.
- Scholae:** Regimentos de elite que guardavam o palácio imperial. A partir do reinado de Constantino V, passam a ser a coluna-vertebral dos exércitos dos *tagmata*.

Tágmata: Palavra grega para contingentes. Representaram, a partir do século VIII, os principais corpos dos exércitos de campanha bizantinos. Inicialmente constituídos pelos membros da Guarda Imperial, com o passar do tempo passaram a contar com mercenários.

Témata: Circunscrições territoriais de cariz maioritariamente militar, governadas por um *strategos* e habitadas por soldados com terra própria, o que lhes fornecia a motivação necessária para defender o império.

Via Egnacia – principal estrada do território europeu do Império Bizantino, que ligava as cidades de Dirráquio, Tessalónica e Constantinopla.

FIGURAS ANEXAS

(Página deixada propositadamente em branco).

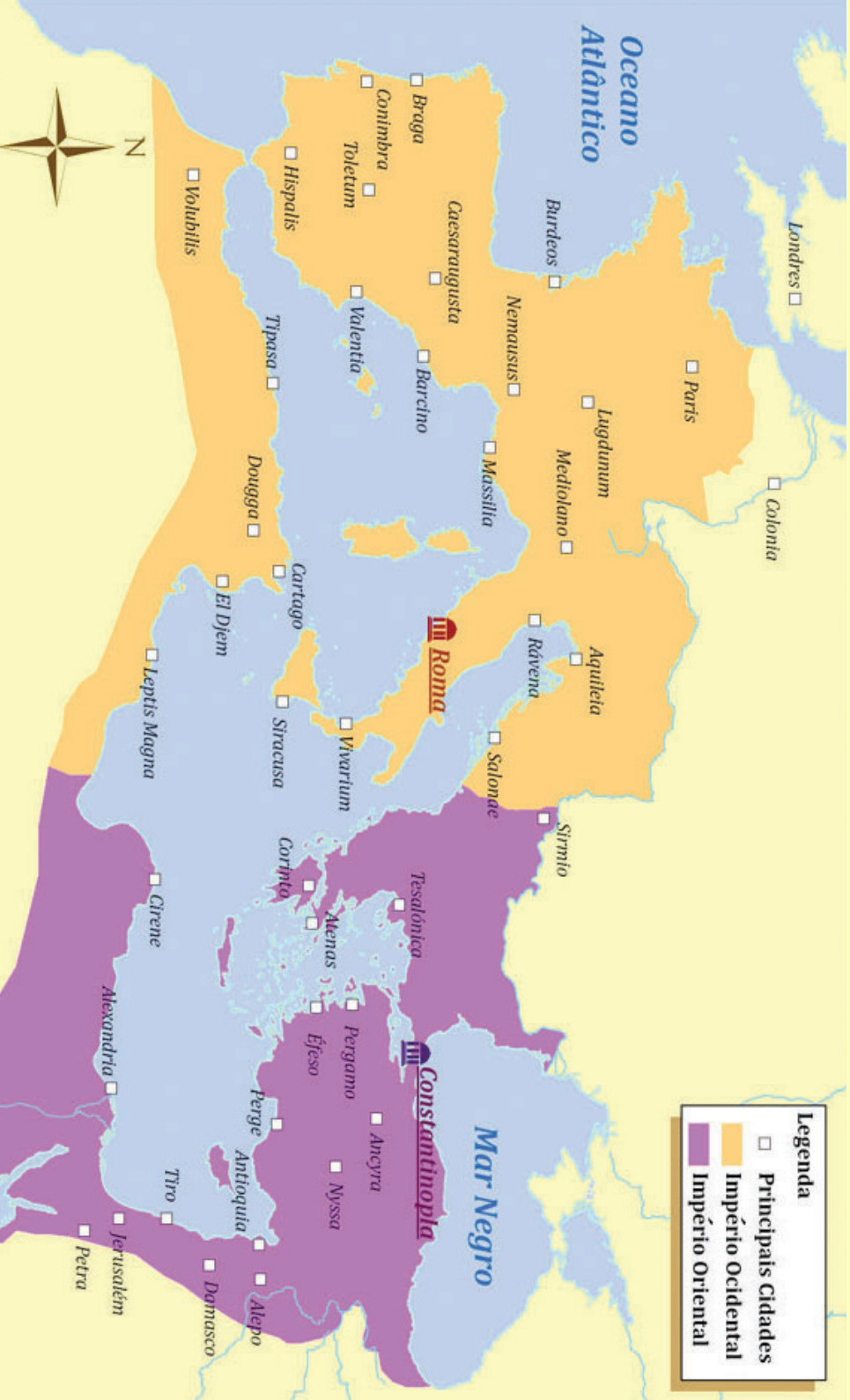






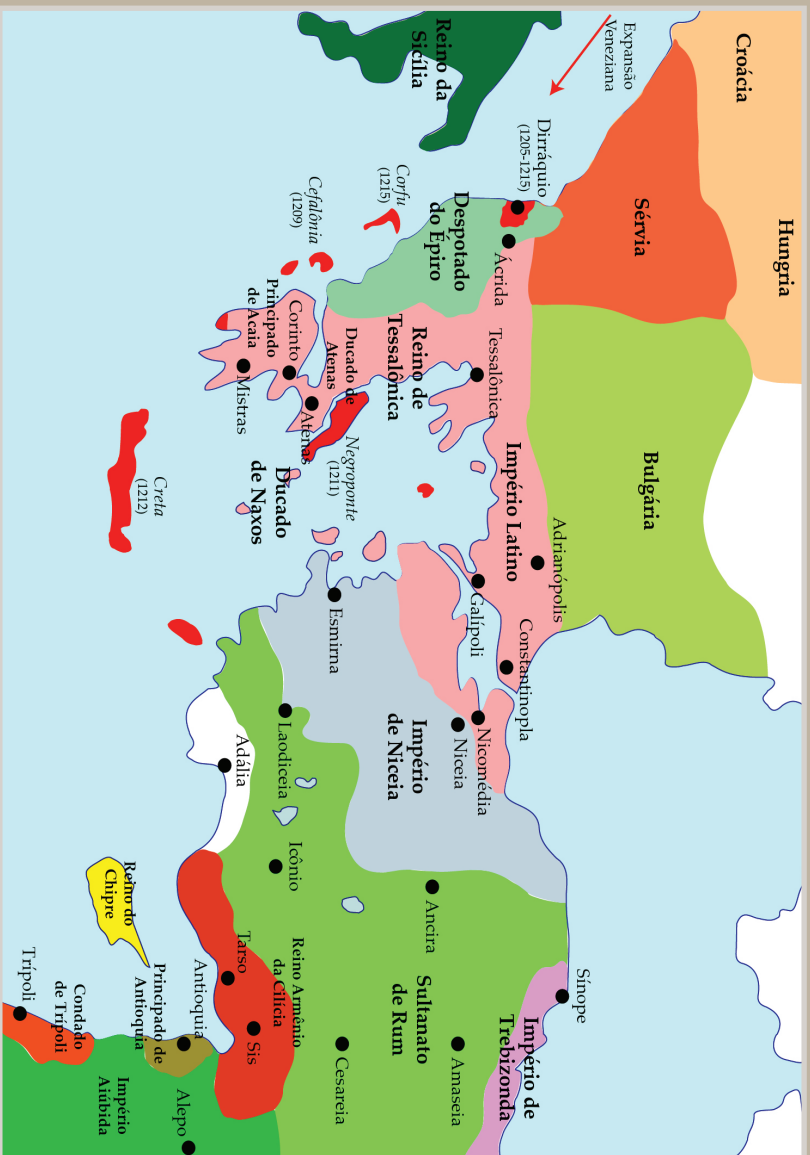
Um império de onze séculos. A influência de Bizancio.

Michel Kaplan, *Tout l'or de Byzance*, Paris, Gallimard, 1991, pp.22-23



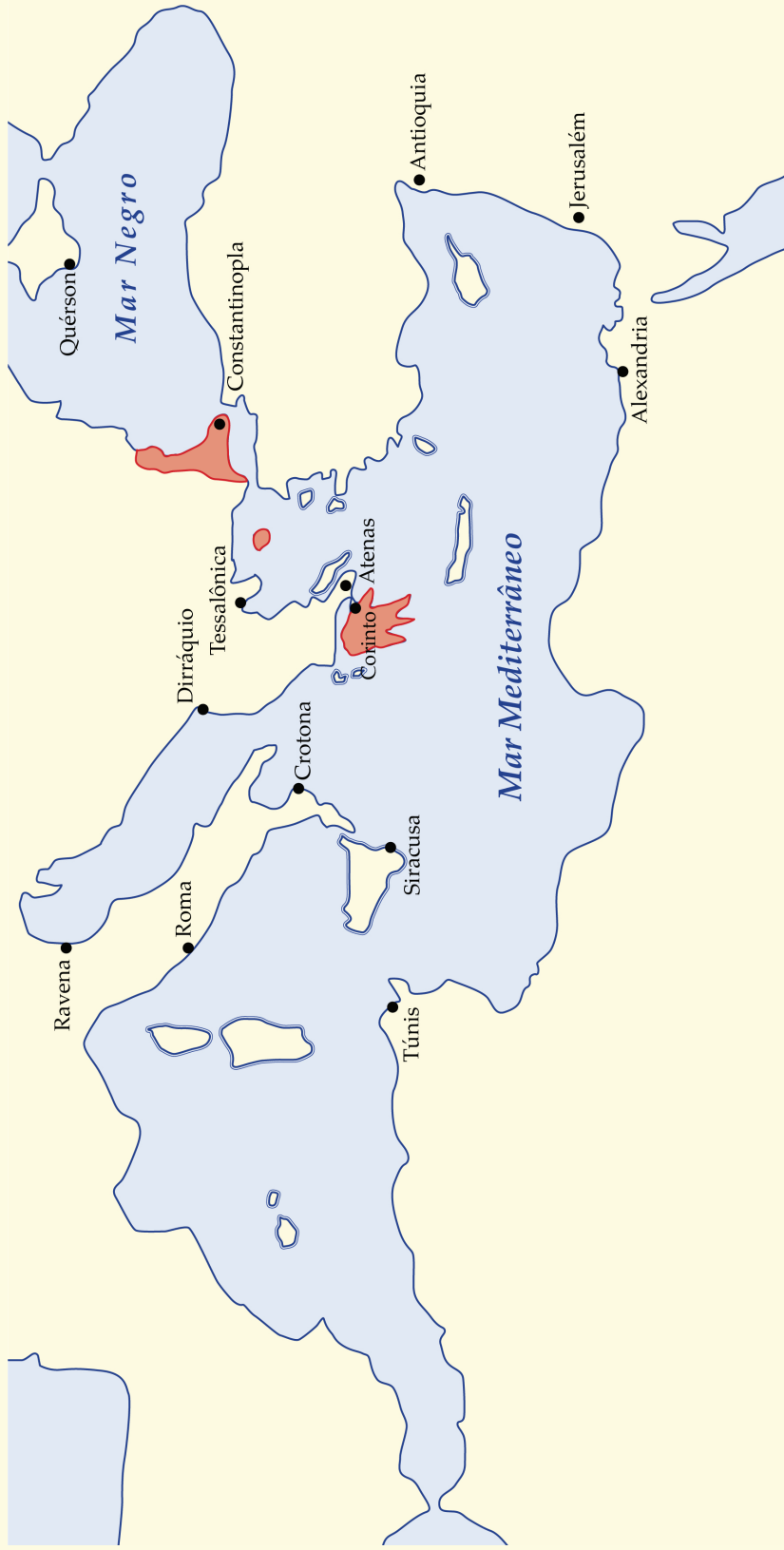
Império Romano: Ocidente e Oriente.

Fonte: <https://temerabreu.wordpress.com/mapas-historicos>



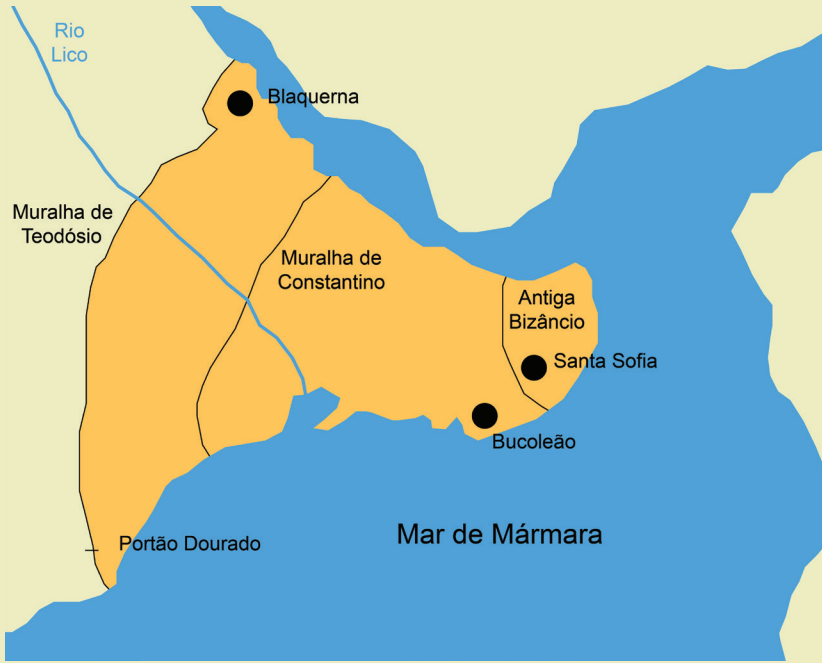
O Império Bizantino depois da Quarta Cruzada (1204).

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queda_de_Constantinopla#/media:Fiche:Byzantium1204-pt.svg



O Império Bizantino por volta de 1450.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queda_de_Constantinopla#/media/File:ByzantineEmpire1450-pt.svg



Muralhas de Constantinopla.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Queda_de_Constantinopla



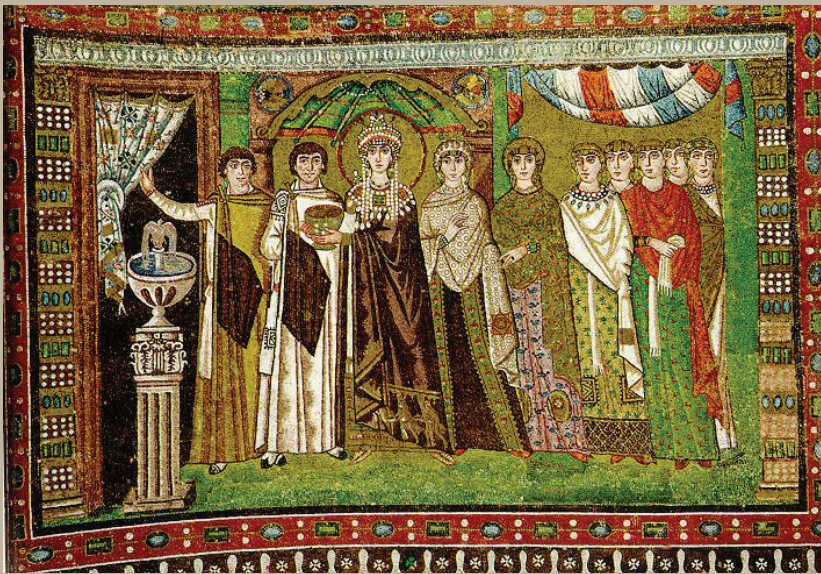
Basílica de Santa Sofia.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Império_Bizantino



Mosaico na Basílica de S. Vital, Ravena.

Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Justiniano>



Mosaico na Basílica de S. Vital, Ravena.

Fonte: <https://es.wikipedia.org/wiki/Teodora>



Că búlgaro, Krum, festeja a batalha de Pliska.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Crum_da_Bulgaria



O Hipódromo de Constantinopla.

Pintura da Praça Sultanahmet datada do século XVIII da autoria de Jean-Baptiste van Mour; a zona do hipódromo situa-se à direita; à esquerda ergue-se a Mesquita Azul

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Hipodromo_de_Constantinopla



Placas de esmalte bizantinas, provavelmente pertencentes a uma coroa, representando o imperador Constantino IX Monómaco (1042 - 1056), a Imperatriz Zoé e sua irmã Teodora.

Fonte: https://it.wikipedia.org/wiki/Teodora_Porfirogenita



Pormenor dos Mosaicos da Imperatriz Zoé (1028
– 1050) na Basílica de Santa Sofia.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Zoé_Porfirogênita



Magnaura (*magna aula*) Senado, sala do trono, salão de recepções.

Fonte: <http://www.byzantium1200.com/senato.html>



- 1. Exarcado de Ravena
- 2. Venécia e Ístria
- 3. Ducado de Roma
- 4. Ducado de Nápoles
- 5. Ducado da Calábria
- 6. Tema de Hellas

- 7. Tema da Trácia
- 8. Tema Opsiciano
- 9. Tema Tracesiano
- 10. Tema da Anatólia
- 11. Tema Carabisiense
- 12. Tema Arménia



Constantemente invadido



Temas do Império Bizantino sécs. VII-XI.

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Thema_da_Anatólia

ÍNDICE REMISSIVO

- Abd al-Malik: 238.
- Abu 'Ubayda ibn al-Jarrah: 200.
- Abu Ayyub: 403.
- Acácio, patriarca: 27.
- Academia de Atenas: 45.
- Afonso V de Aragão: 378.
- Afsin: 276.
- aftartodocetismo: 43.
- Agapito de Santa Sofia: 31; 137.
- Agátias: 40; 45; 46; 179.
- Al Mamum: 72.
- Alarico, *magister militum da Ilíria*: 19.
- Aleixo Branas, general: 325.
- Aleixo Filantropeno: 343; 351; 352; 356.
- Aleixo I Comneno (1081-1118): 90; 91; 92; 93; 94; 99; 149; 290; 294; 297; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 304; 305; 306; 307; 308; 309; 310; 312; 314; 323; 435; 463; 466.
- Aleixo II Comneno (1180-1183): 98; 322; 323; 463.
- Aleixo III (1195-1203): 100; 101; 103; 106; 327; 328; 329; 463.
- Aleixo IV (1204): 101; 329; 330; 463.
- Aleixo Strategopolo, general: 107; 335; 341; 467.
- Aleixo V Ducas Murzuflo (1204): 101; 104; 329; 330; 331; 463.
- Alexandre (912-913): 76; 156; 462.
- Alexandre Magno: 403; 427; 428.
- Alexiada*: 91; 297; 299; 303; 305.
- alfabeto cirílico: 10; 73; 74; 83.
- alfabeto copta: 73.
- alfabeto glagolítico: 73.
- alfabeto grego: 73.
- alfabeto hebraico: 73.
- Alp Arslan (1063-1073): 90; 267; 270; 272; 274; 276; 277; 279; 280; 281; 283; 285; 286; 287; 288; 290; 291; 292; 294; 295; 466.
- Alvise Diedo: 390; 406.
- Amadeu V de Saboia: 114; 144.
- Ana Comnena: 91; 134; 137; 297; 304; 306.
- Ana de Saboia: 111; 112; 144.
- Ana Porfirogeneta: 83.

Anadolu Hisar: 119; 375.

Anastácio I (491-518): 27; 28; 29; 30; 35; 123; 141; 169; 171; 172; 173; 194; 445; 460; 465.

Anastácio II (713-715): 64; 65; 461.

André Paleólogo (1465-1502): 407.

Andrónico Ducas: 279; 287; 289; 293.

Andrónico I Comneno (1183-1185): 98; 99; 103; 157; 322; 323; 463.

Andrónico II Paleólogo (1282-1328): 109; 110; 144; 325; 326; 348; 349; 350; 351; 352; 353; 354; 355; 356; 357; 464; 467.

Andrónico III Paleólogo (1328-1341): 110; 111; 142; 144; 354; 355; 356; 357; 464; 467.

Andrónico IV (1376-1379): 114; 364; 464.

Anékdota: 28; 34; 173.

Anemas: 252; 254.

Antapódosis: 80.

Antémio de Trales: 39; 42; 131; 160.

Antonio Erizzo, comandante: 375; 378.

Apolodoro de Damasco: 433; 439; 440.

Arcádio (395-408): 18; 131; 170; 459.

Ariadne: 27; 28; 163; 171.

arianismo: 21; 22.

ariete: 427; 428; 432; 434; 439; 440; 441; 443.

Arius de Alexandria, padre: 21; 22; 469.

Arsênio, patriarca: 108; 352.

Ashot III, rei da Arménia: 256.

Astolfo, rei lombardo: 68.

Atanagildo, rei visigodo: 37.

Athenaeus Mechanicus: 428; 439.

Átila: 18.

Auduin, rei lombardo: 177.

Augustéon: 130; 131; 132; 133.

Baanes, comandante arménio: 199; 200.

Baduário, comandante: 47; 182.

Bailleul, Roussel de: 278; 282; 287.

Bajazed I: 114; 115; 116; 119; 365; 366; 370; 373; 375; 467.

Balduíno: 93; 101; 102; 104; 105; 106; 107.

balista: 430; 432; 434.

Baltaoglu Solimão Bey: 393; 394; 398; 399; 405.

Barda Focas: 83; 257; 258; 259; 260.

Barda Sclero: 83; 243; 244; 245; 255; 257; 258.

Bartolomeu Soligo: 394; 395.

Basilica de São Vital de Ravenna: 39; 133; 146; 160.

Basiliká (v. *Novelle*): 75.

Basilio Boianés: 264.

Basilio I, “o Macedónio” (867-886): 74; 75; 79; 94; 134; 157; 462.

Basilio II *Boulgaroktónos* (963-1025): 58; 80; 81; 83; 84; 85; 88; 124; 126; 139; 144; 147; 160; 205; 232; 235; 257; 258; 259; 260; 261; 262; 263; 264; 265; 268; 273; 462; 466; 470.

basilisco: 394; 401.

batalha:

da Ponte (634): 198.

de Abido (989): 83; 260; 466; 470.

de Acheloos (917): 207; 234.

de Acroino (740): 64.

de Adrianopla (378): 18; 465.

de Ajnadain (634): 198.

de Ancara (1402): 116; 365; 373;
467.

de Antioquia (1211): 335.

de Apros (1305): 342; 353.

de Arcadiópolis (970): 244; 245.

de Ascoli (969): 81; 240.

de Chortaites (1384): 364.

de Civitate (1053): 89.

de Crisópolis (989): 259.

de Dandanaqan (1040): 270; 273.

de Dara (530): 174.

de Dardanelos (324): 446.

de Dirráquio (1081): 298; 299;
466.

de Dorostolon (971): 231; 246;
247; 253; 255; 466.

de Hastings (1066): 278; 470.

de Kleidion (1014): 262; 466.

de Klokotnica-Marizza (1230):
105.

de Köse Dagh (1243): 106; 345.

de Kosovo Polje (1389): 114; 365;
377.

de Lalakão (863): 209; 211.

de Lechfeld (955): 81; 95.

de Manzikert (1071): 90; 97; 160;
265; 267; 272; 273; 274; 275;
276; 281; 284; 286; 313;
418; 419; 420; 421; 466.

de Marj al-Usqf (863): 209; 211.

de Miriocéfalo (1176): 96; 97; 160;
234; 318; 322; 466.

de Mons Lactarius (Salerno)(552):
37.

de Nehawend (642): 206.

de Nicópolis (1396): 160; 365;
467.

de Pancaleia (978): 257.

de Pelagónia (1259): 107; 335;
344; 356; 467.

de Pelékanon (1329): 111; 357.

de Pliska (811): 207; 221; 223;
227; 228; 233.

de Qadisiyah (637): 198; 206; 292.

de Rovine (1395): 365.

de Sirmio (1167): 318.

de Solachon (586): 184.

de Tadina (552): 177.

de Varna (1444): 370; 385.

de Yarmouk (636): 160; 198; 203;
292; 416; 417; 465.

do Lepanto (1571): 409.

do monte Levunião (1091): 92;
312.

do rio Casilino (554): 177.

do rio Maritsa (1371): 114; 363.

do rio Oxus (651): 206.

junto a Nínive (627): 58; 195.

naval de Phoinikoûs (655): 446.

naval junto à Lícia (655): 61; 207.

Belisário, general: 35; 36; 37; 38; 43; 147; 174; 175; 176; 433; 437.

Berengário II: 80; 154; 155.

Bessarião, bispo de Niceia: 117.

Biblioteca: 72.

birreme: 446; 449.

Biton de Alexandria: 433; 439.

Bizante (v. Bizas): 17.

Bizas (v. Bizante)

Blachernes: 132; 137; 329; 394; 395; 397; 401; 403; 404; 405; 406.

Bocchiardi: 390; 397; 404; 406.

Boemundo de Tarento: 93; 94; 301; 303; 304; 309; 310.

Bonifácio de Montferrato: 102; 104.

Bono, *magister militum*: 58; 194.

Boris II, czar: 242; 246; 256.

Boucicaut: 116.

Breviário ou *História Abreviada*: 71.

califado fatímida do Egito: 72; 77; 270.

Çandarli Halil: 371; 372; 373; 383; 399; 403; 404; 407.

canhão: 119; 397; 399.

Carlos de Anjou: 108; 350.

Carlos de Valois: 109.

Carlos II de Nápoles: 350.

Carlos Magno: 68; 69; 70; 82; 206; 221.

Carlos VI: 115.

catapulta: 427; 429; 430; 448.

Catedral de Santa Irene: 330.

Cavade, rei persa: 27; 37; 172; 174.

cercos:

de Alepo (1068): 276; 280.

de Antioquia (966-969; 1097-1098): 239; 441.

de Chandax (911): 237; 441.

de Constantinopla (1041): 88.

de Constantinopla (1394-1402): 370; 375.

de Constantinopla (1422): 368; 370; 390.

de Constantinopla (1453): 119; 365; 368; 369; 377; 379; 382; 384; 385; 387; 389; 390; 394; 395; 396; 402; 403; 404; 407; 408.

de Constantinopla (626): 58; 465.

de Constantinopla (672): 403.

de Constantinopla (674-678): 61; 369; 465.

de Constantinopla (717-718): 64; 369; 370.

de Constantinopla (814): 70.

de Constantinopla (823): 71.

de Constantinopla (924): 77.

de Constantinopla (941): 466.

de Dorostolon (971): 251; 253.

de Edessa (1144): 280.

de Filadélfia (1304): 110; 342; 356.

- de Icônio (1146): 315.
- de Jotapata (67 d. C.): 430; 431.
- de Manzikert (1054): 271; 272.
- de Mopsuestia (965): 441.
- de Niceia (1096): 435.
- de Preslav: 441.
- de Roma (537): 434.
- de Roma (546): 433.
- de Sozópolis (1120): 311.
- de Tarso: 441.
- de Tessalónica (1242; 1387): 114; 335.
- de Viena (1529): 409.
- cesaropapismo: 87.
- Chadenos: 346; 348.
- Cbalkê*: 130; 133.
- Chronicon Paschale*: 195.
- Ciríaco de Ancona (v. Ciríaco de' Pizzicolli): 375.
- Ciríaco de' Pizzicolli (v. Ciríaco de Ancona)
- Cirilo: 73; 74.
- Cirilo de Alexandria: 43.
- Cirilo de Citópolis: 45.
- Cisma de Avinhão: 116.
- Codex Iustinianus* (v. *Corpus Iuris Civilis*): 33; 38; 64.
- Codex Theodosianus*: 38.
- Codex Vaticanus Graecus*, 1605: 456.
- Companhia Catalã: 110; 342; 346; 353.
- Companhia de Navarra: 366.
- Compêndio da Arte Militar*: 430.
- concílio:
- de Clermont (1095): 93; 309.
- de Constantinopla (381): 22.
- de Constantinopla (869-870): 74.
- de Éfeso (431): 22.
- de Ferrara-Florença (1438/1439): 117; 467.
- de Florença (década de 1430): 378.
- de Latrão (649): 59.
- de Lyon (1274): 108; 467.
- de Niceia (325): 22.
- Trulano (692): 63.
- IV Concílio Ecuménico em Calcedónia (451): 22; 23; 31; 32; 159; 465.
- V Concílio Ecuménico em Constantinopla (553): 42.
- VI Concílio Ecuménico em Constantinopla (680): 53; 60; 63.
- VII Concílio Ecuménico em Niceia (787): 23; 68.
- Conrado III, titular do Sacro Império Romano-Germânico: 96; 97.
- Conselho sobre uma Passagem para o Ultramar*: 342.
- Constâncio II (337-361): 18; 446; 459.
- Constante II (641-668): 60; 61; 208; 213; 214; 216; 460.
- Constantino Ducas: 76.
- Constantino Humbertopoulos: 300.

- Constantino I (324-337): 10; 17; 18; 19; 20; 22; 24; 25; 26; 31; 32; 66; 82; 130; 131; 132; 134; 170; 207; 332; 446; 450; 459.
- Constantino III Heráclio (641): 60; 460.
- Constantino IV (668-685): 61; 62; 460.
- Constantino IX Monómaco (1042-1055): 87; 88; 89; 95; 157; 269; 274; 462; 488.
- Constantino Margarites: 338.
- Constantino Mihailovic: 384.
- Constantino V, “o Coprónimo” (741-775): 57; 67; 68; 71; 157; 173; 220; 221; 461; 471.
- Constantino VI (780-797): 68; 69; 125; 143; 461.
- Constantino VII Porfirogeneta (913-959): 55; 76; 77; 78; 79; 80; 82; 126; 135; 137; 141; 144; 152; 154; 155; 213; 462; 466.
- Constantino VIII Porfirogeneta (1025-1028): 80; 85; 157; 268; 462.
- Constantino X Ducas (1059-1067): 89; 90; 157; 274; 463.
- Constantino XI Paleólogo (1448-1453): 118; 119; 136; 145; 160; 367; 372; 373; 374; 376; 378; 379; 391; 394; 397; 401; 403; 406; 407; 464.
- Constitutio Pragmatica*: 37.
- Corpus Iuris Civilis*: 38; 465.
- Cosroés I: 37; 174; 175; 176.
- Cosroés II: 49; 50; 58; 187; 191; 194; 196; 203; 465.
- Critobulo: 393; 399.
- Crónica*: 45.
- Crónica Bizantina do ano 811*: 224.
- Crónica da Moreia*: 345; 356.
- Cronografia*: 45; 87; 142; 154.
- cruzada:
- de Nicópolis (1396): 160; 385; 467.
- de Varna (1443-1444): 117; 160; 370; 372; 396; 467.
- Cruzada Popular (1096): 93; 309.
- na Terra Santa: 10; 91; 99; 309.
- Primeira Cruzada (1096-1099): 93; 313; 466.
- Quarta Cruzada (1198; 1202-1204): 26; 100; 129; 160; 325; 328; 330; 467; 480.
- Segunda Cruzada (1147-1149): 96; 316; 317.
- Terceira Cruzada na Terra Santa (1189-1192): 99; 100; 325; 326.
- De Aedificiis*: 39; 45.
- De Velitatione Bellica*: 80; 240.
- Demétrio Cidone: 116.
- Demétrio Paleólogo (1453--1460): 367; 407.
- Demétrio Paleólogo Raul: 366; 367; 407.
- Demétrio, “o Poliorcete”: 427; 428.
- dervixe: 381; 382; 383; 392; 396.

Digesta (ou *Pandeta*) (v. *Corpus Iuris Civilis*): 31; 38.
 Diocleciano: 19; 169; 173.
 Dionísio-o-Exíguo, monge: 44.
 Doação de Constantino: 82.
Drómōn: 445; 446; 447; 449; 450; 458; 470.
 Durad Brankovic: 117; 392.
Eisagōgē: 73.
Éktthesis: 31.
 Eneias, “o Tático”: 425; 433.
 Epímaco: 428; 455.
Epitoma rei militaris: 190; 234.
 Ertogrul: 110.
 escorpião: 430; 432.
 Estêvão Dusan, czar: 111; 113.
 Estêvão I, rei da Hungria: 95.
 Estêvão Lazarevic, príncipe sérvio: 373.
 Estêvão Nemanja, príncipe sérvio: 97; 318.
 Estilício: 19.
 Eudémono: 35.
 Eudóxia: 90; 275; 291; 463.
 Eufémia (Lupicina): 29; 34; 143.
 Eusébio de Cesareia: 32.
Expugnatio Hibernica: 234.
 Festa da Ortodoxia: 71.
 Filareto Bracamius: 294.
 Filipe II “Augusto”: 99; 327.
 Filipe III, “o Bom”: 385.
 Filipe IV, “o Belo”: 109.
 Filipe VI de Valois: 342.
 Filipico: 184; 185; 186.
 Filipico Bardanes (711-713): 63; 461.
 Fílon Mecânico: 439; 440.
 Filoteu: 79; 137; 155.
 Flávio Crescônio Coripo: 45.
 Flávio Josefo: 430; 431; 432.
 Flávio Vegécio Renato (v. Vegécio)
 Flavius Petrus Sabbatius Iustiniano (v. Petrus Sabbatius)
 Focas (602-610): 26; 50; 58; 191; 192; 204; 460; 465.
 Fócio (ou *Pbôtios*): 72; 73; 74; 76; 466.
 fogo greguês: 61; 64; 242; 246; 249; 250; 272; 369; 389; 400; 401; 441; 442; 447; 448; 458; 470.
 Francesco Gattiluso: 113.
 Frederico I “Barba Ruiva”: 98; 99; 100; 327.
 Fritigerno: 465.
 fuga simulada: 245; 311.
 Gabriel Trevisano: 378.
 Gagik II: 273.
 galé: 374; 386; 390; 393; 394; 400.
 galera: 379; 380.
 Gazi Evrenos: 367.
 Gelimero: 36; 45; 437.
 Genádio, monge: 380.
Geodesia: 439.
 Géza, príncipe húngaro: 95.
 Giacomo Coco: 400.
 Giacomo Loredan: 379.
 Giacomo Tedaldi: 388; 396.

Giovanni Longo: 379; 387; 388; 389;
 390; 395; 397; 401; 403; 404; 405;
 406.
 Giovinazzo: 301.
 Giraud de Barri: 234.
 Girolamo Minotto; 390.
 Godofredo de Bulhão: 94.
 Grande Palácio: 24; 25; 28; 34; 52; 76;
 79; 85; 128; 130; 132; 133; 135;
 137; 142; 150; 165.
 Grande Templo Zoroastra: 194.
 Gregório Pacuriano: 301.
 Gregório Palamas: 112.
 Gregório, patriarca de Chipre: 343.
 Gualter “Sem Haver”: 93; 309.
 Gualter de Brienne: 110.
 Guarino Veronese: 116.
 Guerra dos Cem Anos: 10; 116.
 Guerra Gótica: 36.
 Guilherme I, rei siciliano: 97; 317.
 Guilherme II de Villehardouin: 107;
 356.
 Haci Bektas : 381.
 Hadim Sehabeddin: 396.
 Hamza Bey; 399; 403; 406.
barraqa: 448.
 Harun al-Rashid, califa: 221.
 Hégira (622): 59; 197.
belépolis: 427; 428; 441; 455.
Henotikón: 27.
 Henrique Dandolo, *doge*: 100; 102; 328.
 Henrique VI: 100; 327.
 Heráclio (610-641): 51; 52; 55; 58; 59;
 60; 61; 72; 94; 191; 193; 194; 195;
 196; 197; 198; 199; 203; 204; 205;
 206; 213; 257; 460; 465; 471.
 Heraclonas (641): 60; 460.
 Héron de Alexandria: 250; 439.
 Héron de Bizâncio (ou Anónimo
 Bizantino): 426; 438; 439; 440;
 441; 456.
 hesicasmo: 112.
Hexamilion: 117; 366; 367; 368; 372.
 Hilderico, rei: 36.
 Hipázio: 35.
 hipérpiro: 346; 355.
 Hipódromo: 24; 25; 28; 30; 31; 34; 35;
 46; 50; 86; 130; 133; 135; 139;
 146; 151; 152; 153; 157; 158; 173;
 388; 487.
História: 241; 244; 256; 260; 271; 275;
 316; 441.
 Hodegétria: 402.
 Honório: 18; 170.
 Hormisdas: 49; 187.
 Iakoub Pasha: 367.
 Iba de Edessa: 42.
 Ibrahim II: 373.
 iconoclasmo: 23; 65; 67; 71; 160; 466;
 471.
 iconodulia: 23; 67; 68; 471.
 Igor, príncipe russo: 78; 242; 251.
 Igreja de Santa Sofia: 35; 39; 41; 44; 71;
 76; 86; 99; 120; 130; 131; 132; 140;

- 141; 142; 152; 154; 160; 380; 402;
407; 465; 483; 489.
- Igreja de Santo Estêvão: 133.
- Igreja dos Santíssimos Apóstolos: 34;
45; 407.
- Institutiones (v. Corpus Iuris Civilis)*:
38.
- Iolanda-Irene de Montferrato: 144.
- Irene, “a Ateniense” (797-802): 68; 69;
86; 135; 140; 143; 144; 221; 461.
- Isaac I Comneno (1057-1059): 89; 463.
- Isaac II Anjo (1185-1195): 99; 100; 101;
103; 157; 325; 326; 327; 329; 463.
- Isfendiyaroglu Ismail bey: 402.
- Ishak Pasha: 392; 403; 405.
- Isidoro de Kiev, cardeal: 117; 376; 380;
404; 406.
- Isidoro de Mileto: 39; 131; 160.
- Ivan II, czar: 105.
- Ivan III, grão-duque : 120.
- Izz al-Din Kayka’us II: 345.
- Jabala ibn al-Ayham: 199.
- Jaime Baradeu, bispo da Síria: 33.
- Jean de Wavrin: 393.
- João Cananos: 368.
- João Cínamo: 91.
- João Corvino: 378; 395; 396.
- João da Capadócia: 35; 41.
- João Damasceno: 66.
- João de Brienne: 105.
- João de Éfeso: 40; 43.
- João Ducas: 279; 291; 317.
- João Gramático: 71.
- João Grant: 389; 401; 404.
- João I Zimisce (969-976): 80; 81; 82; 83;
144; 205; 231; 232; 235; 237; 240;
241; 244; 245; 246; 247; 249; 252;
254; 255; 256; 257; 258; 462; 466.
- João II Comneno (1118-1143): 94; 95;
96; 100; 139; 157; 310; 311; 312;
313; 314; 315; 323; 328; 435; 463.
- João III Ducas Vatatzès (1222-1254):
105; 106; 333; 334; 335; 336; 338;
346; 349; 464.
- João IV Lascaris (1258-1261): 106; 107;
352; 356; 464.
- João Justiniano Longo: 119.
- João Kourkouas: 251; 252.
- João Lourenço Lido: 41; 45.
- João Malala: 43; 45.
- João Orfanótrofo: 85; 86.
- João Paleólogo: 339.
- João Skylitzes: 456; 458.
- João Smbat III, rei de Ani: 273.
- João Stracimir de Vidin: 365.
- João Troglita: 41.
- João V Paleólogo (1341-1391): 111; 112;
113; 114; 115; 358; 359; 363; 364;
365; 366; 464.
- João VI Cantacuzeno (1347-1354): 111;
112; 113; 157; 356; 357; 358; 359;
464.
- João VIII Paleólogo (1425-1448): 117;
388; 464.

- João Xifilino: 87.
- Jorge Acropolita: 338.
- Jorge Castriota “Scanderberg”: 118; 409.
- Jorge da Sérvia: 378.
- Jorge Frantzes: 377.
- Jorge Gemisto Pletão: 116; 367.
- Jorge Maniakés, general: 88; 153.
- José Bringas: 236; 237.
- José Tarcaniotes: 279; 282; 283; 284; 287; 292; 293.
- Joviano (363-364): 18; 459.
- Juliano (361-363): 18; 459.
- Justiniano I (527-565): 21; 26; 31; 32; 33; 34; 35; 36; 37; 38; 39; 40; 41; 42; 43; 44; 45; 47; 50; 54; 64; 73; 84; 123; 133; 135; 137; 141; 143; 144; 146; 147; 157; 159; 160; 169; 172; 173; 174; 175; 176; 177; 178; 179; 181; 192; 206; 232; 238; 330; 367; 434; 460; 465; 479.
- Justiniano II (685-695; 705-711): 53; 62; 63; 460.
- Justino I (518-527): 28; 30; 143; 171; 173; 460.
- Justino II (565-578): 46; 47; 133; 181; 182; 460.
- Kalojan, czar búlgaro: 104.
- Karaca: 392; 393; 396; 398; 403.
- Kardarigan: 185.
- Kasim Pasha: 396.
- Katchatourios: 291.
- Kerboga, emir de Mossul: 94; 310.
- Khalid ibn al-Walid: 198; 200; 201; 202.
- khan* Baian: 50; 58; 195.
- khan* Krum: 70; 106; 221; 224; 226; 228.
- khan* Ögedey: 106.
- khan* Tervel: 63.
- Kilidj Arslan, sultão seljúcida: 318; 319.
- Kletorológiion*: 79; 155.
- Ladislau I, rei magiar: 95.
- Ladislau III, rei da Hungria: 117; 118; 160; 370; 467.
- Landolfo, príncipe lombardo: 81.
- Laónico: 362.
- Lázaro da Sérvia: 114.
- Leão Focas: 234.
- Leão I (457-474): 18; 28; 31; 135; 170; 171; 460.
- Leão II (474): 18; 31; 460.
- Leão III, “o Isauriano” (717-741): 64; 65; 67; 70; 130; 160; 461; 466.
- Leão IV (775-780): 68; 461.
- Leão Roubênida: 313.
- Leão V, “o Arménio” (813-820): 70; 71; 141; 228; 461.
- Leão VI, “o Sábio” (886-912): 75; 76; 78; 143; 157; 217; 230; 233; 235; 438; 440; 441; 447; 448; 462.
- Leão, “o Diácono”: 232; 235; 237; 238; 241; 242; 244; 248; 255; 256; 258; 260; 441; 449.
- Leão, “o Matemático”: 72.
- lei do *protímēsis* (922): 78.
- Leonardo de Kios: 380; 387.

- Leôncio (695-698): 62; 460.
liburna: 445; 470.
 Licínio: 170; 446.
 Liparit, príncipe: 272.
 Liutprando de Cremona: 80; 81; 154; 155; 156.
 Liutprando, rei lombardo: 68.
Livro das Cerimónias: 79; 80; 141; 152; 466.
Livro dos Témata: 79.
 Longino: 46; 47; 182.
 Loredan, capitão-general do mar: 379; 395.
lōríkion (cota de malha): 232.
 Luís II, imperador franco: 75.
 Luís IX de França: 106; 108.
 Luís VII, rei de França: 96; 317.
Magnaura: 72; 134; 137; 150; 154; 490.
 Mahmud Pasha: 403.
 Mahmud, emir de Alepo: 280.
 Malik Sha, sultão: 292; 295; 308.
 Manfredo da Sicília: 107; 356.
 Manuel Crisolora: 116.
 Manuel I Comneno (1143-1180): 96; 97; 98; 139; 149; 166; 234; 315; 316; 317; 318; 319; 320; 321; 322; 323; 337; 338; 435; 463; 466.
 Manuel II Paleólogo (1391-1425): 114; 115; 116; 164; 363; 364; 366; 367; 368; 373; 464.
 Maomé: 59; 197; 403.
 Marcelino, *comes*: 45.
 Marciano (450-457): 18; 22; 459.
 Maria da Paflagónia: 69; 143.
 marquês de Montferrato (v. Teodoro Paleólogo)
 Mas'ud, sultão: 270; 314; 315; 316.
 Maslama al-Malik: 370.
 Maurício (582-602): 26; 48; 49; 50; 59; 157; 181; 183; 184; 187; 188; 189; 190; 191; 192; 193; 196; 437; 460; 470.
Mavna: 386.
 Mehmet I: 116; 368.
 Mehmet II: 26; 118; 119; 121; 160; 368; 369; 370; 371; 372; 373; 374; 375; 376; 380; 381; 383; 384; 385; 386; 391; 392; 393; 396; 397; 399; 403; 405; 407; 408; 467.
 Meles: 264.
 Menandro: 46.
Mésē: 131; 132; 142.
 Metódio: 71; 73; 74.
 Miguel Attaleiates: 271; 272; 275; 277; 279; 286; 289; 290; 291.
 Miguel Cerulário: 87.
 Miguel Critoboulos: 376.
 Miguel I Rangabé (811-813): 70; 141; 228; 461.
 Miguel II do Epiro: 107; 356.
 Miguel II, "o Amoriano" (820-829): 71; 138; 143; 461.
 Miguel III (842-867): 71; 72; 73; 74; 75; 156; 157; 210; 461.

Miguel IV, "o Paflagónico" (1034-1041): 85; 86; 142; 154; 462.
 Miguel IX Paleólogo: 111; 342; 346; 353.
 Miguel Paleólogo, general: 107.
 Miguel Pselo: 86; 87; 88; 137; 142; 154.
 Miguel V, "o Calafate" (1041-1042): 86; 462.
 Miguel VI Bringas (1056-1057): 89; 462.
 Miguel VII Ducas (1067-1078): 88; 90; 95; 157; 291; 294; 463.
 Miguel VIII Paleólogo (1261-1282): 108; 109; 160; 317; 335; 336; 339; 341; 342; 343; 344; 345; 346; 347; 348; 349; 351; 352; 354; 356; 464; 467.
 Milutin, czar sérvio: 109.
 mina: 390; 401; 402; 440.
 Mircea da Valáquia: 365.
 monoenergismo: 59.
 monofisismo: 22; 23; 25; 28; 47; 465; 471.
 monotelismo: 59; 60; 63.
 morteiro: 385; 399.
 Mosteiro de Santo Apolinário: 39; 148.
 Mouzalon, general: 353.
 Mu'tasim, califa: 210.
 Mundo, general: 35; 41.
 Murad I: 113; 114; 364; 365; 370; 375.
 Murad II: 117; 118; 160; 368; 370; 371; 373; 385; 390; 467.
 muralha de Teodósio: 228; 376.
 Mustafa Pasha: 404.
 Narsés, general: 35; 36; 46; 50; 147; 177; 179; 182.
 neoplatonismo: 42.
 Nestor, patriarca de Constantinopla: 22; 471.
 nestorianismo: 22; 23; 42; 66; 471.
 neurobalística: 247; 253; 384; 385; 434; 435.
 Nicéforo Basiliakes: 285.
 Nicéforo Botaniate: 294.
 Nicéforo Briênio: 91; 279; 284; 287; 293.
 Nicéforo de Constantinopla: 71.
 Nicéforo Gregoras: 343; 345; 349.
 Nicéforo I (802-811): 69; 70; 137; 214; 222; 223; 224; 226; 227; 461.
 Nicéforo II Focas (963-969): 75; 80; 81; 82; 142; 157; 205; 208; 230; 231; 232; 235; 236; 237; 238; 239; 240; 241; 257; 258; 259; 285; 441; 449; 462; 466.
 Nicéforo III Botaniate (1078-1081): 90; 95; 145; 279; 463.
 Nicéforo Melisseno: 301.
 Nicéforo Ouranos, general: 261; 441.
 Nicéforo Xífiás: 262; 263.
 Niceta Coniate: 91; 316.
 Nicolau Místico (913-914): 76; 78; 462.
 Nicolau, patrício: 243.
Nika (ou *Níkē*) (revolta de): 34; 36; 39; 41; 131; 159; 465.
Novelle (v. *Basiliká*): 39; 75; 76.
 Odoacro: 17; 26; 27; 465.

Oleg: 242.

Olga de Kiev, princesa: 80; 466.

Omar, emir de Melitena: 210; 211.

ónagro: 430; 434.

Oráculo de Baalbek (c. 503-504): 29.

Orhan: 356; 357; 359; 361; 372; 373; 389; 406.

Orígenes: 42.

Orkhan I: 111; 375; 467.

Osman, emir da Bitínia: 110; 111; 348; 353; 356.

Otão I: 81; 82; 83; 95; 240; 449.

Otão II: 81; 144.

Othman, califa: 61.

palácio de Ormisda: 33.

papa:

 Adriano II: 74.

 Adriano IV: 97.

 Bento XIII: 115.

 Bonifácio IX: 115.

 Clemente V: 109.

 Eugénio IV: 370.

 Félix III: 27.

 Gelásio I: 73.

 Gregório II: 65.

 Gregório III: 65.

 Gregório VII: 94.

 Gregório VIII: 326.

 Gregório X: 108.

 Inocência III: 100; 328.

 João VI: 63.

 João VIII: 74.

 João XXI: 108.

 Leão IX: 87; 89.

 Martinho I: 59; 60.

 Martinho IV: 108.

 Nicolau I: 73.

 Pelágio: 43.

 Sérgio I: 63.

 Silvestre: 82.

 Urbano II: 93; 309.

 Urbano V: 114.

 Vitaliano: 61.

Paquimeres: 334; 339; 343; 345; 347; 350; 352.

Parangelmata Poliorketica: 426; 438; 442.

Paulo Silenciário: 45.

Paz Perpétua (532): 174; 175.

Pedro de Lusignan: 114.

Pedro Hispano (v. papa João XXI)

Pedro Patrício: 137; 141; 151.

Pedro, “o Eremita”: 93; 309.

Pentarquia: 239.

Pepino, “o Breve”: 67.

Pere Julià: 390.

Péricles: 427.

peste bubónica (541): 40; 44; 176.

Peste Negra (1347): 112; 116; 371.

Petronas: 210; 211.

Petrus Sabbatius (v. Flavius Petrus Sabbatius Iustiniano): 30.

Pietro Davanzo: 394.

Piroska: 96.

- Platão: 88.
- Plutarco: 427.
- Pneumatika*: 250.
- Polídio da Tessália: 427.
- Polieucte, patriarca: 81.
- Porphyra*: 79; 134; 139.
- Porta de Ouro: 131; 394; 396; 404.
- portão de Charisius: 394; 403.
- portão de Horaia: 404.
- portão de Kaligaria: 401; 404.
- portão de Pegé: 394; 404.
- portão de São Romano: 396; 397; 401; 404; 405.
- portão de Xyloporta: 404.
- Praecepta militaria*: 230; 231; 240.
- Procópio de Cesareia: 28; 34; 39; 40; 43; 45; 135; 137; 145; 173; 174; 178; 179.
- prónoia* (concessão): 88; 89; 109; 125; 334; 336; 339; 340; 341; 342; 346; 347; 352; 355; 363; 364; 388.
- proskýnēsis*: 147; 286.
- Protetor: 46.
- Pseudo-Codino: 137; 142; 144; 349.
- Raimundo de Poitiers, príncipe: 96.
- Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse: 94.
- Raimundo, príncipe de Antioquia: 314.
- religião miafisista: 274; 279.
- Renascimento Comneno: 265; 294.
- Ricardo “Coração de Leão”: 99; 100; 327; 467.
- Roberto de Courtenay: 105.
- Roberto Guiscard: 90; 91; 93; 298; 299; 300; 301; 302; 303; 309.
- Rogério de Flor: 110; 342; 353.
- Rogério II, rei da Sicília e dos Normandos: 96; 317.
- Romano I Lecapeno (920-944): 77; 78; 79; 82; 83; 84; 126; 238; 462.
- Romano II Porfirogeneta (959-963): 79; 80; 82; 157; 221; 235; 237; 257; 268; 449; 462.
- Romano III Argiro (1028-1034): 85; 462.
- Romano IV Diógenes (1068-1071): 90; 267; 274; 275; 276; 277; 278; 279; 280; 281; 282; 284; 285; 286; 287; 288; 289; 290; 291; 292; 293; 294; 295; 307; 463; 466.
- Romano Melodista: 43.
- Rómulo Augústulo: 17; 18; 19; 26.
- Roussel de Bailleul: 278; 282; 287.
- Rumeli Hisar: 374; 376; 385; 390; 391; 392.
- Saladino: 100; 319; 327.
- Samuel, czar: 83; 84; 258; 260; 261; 262; 263; 264.
- Sanduq al-Turki: 282; 283.
- São Teodoro (v. Teodoro de Stratelates)
- Saruja Pasha: 404.
- Savci Beg: 364.
- Sayf al-Dawlah, emir: 78; 209; 212; 236; 237.
- Sebastião Ziani: 98.
- Selim I: 386.

Senado: 20; 27; 28; 31; 60; 73; 130; 136; 138; 141; 142; 171; 173; 236; 378; 490.

Sérgio, patriarca: 58; 59; 194.

Severo, patriarca de Antioquia: 32.

Shahrbaraz: 194; 195; 196; 197; 199.

sifão: 250; 447; 448; 449; 456.

Sigismundo da Hungria: 115; 365; 467.

Simeão, czar búlgaro: 75; 77.

Síntese Cronográfica: 71.

Sitas, general: 37; 41.

Sobre a administração do Império: 79.

Solimão (filho de Orhan): 359; 361.

Solimão, “o Magnífico”: 120.

Stauracio (811): 70; 461.

Strategikon: 48; 189; 190; 437.

Suleiman: 90; 303.

Suleyman ibn Kutalamis, emir: 294.

Svyatoslav de Kiev: 82; 239; 240; 242; 244; 245; 246; 249; 251; 252; 253; 254; 255; 259; 466.

Taktika: 75; 217; 230; 261; 437; 438; 440; 441; 447.

talassocracia bizantina: 61; 195; 207.

tartaruga-aríete: 428; 439; 441.

Tatikios, general: 305.

Teodora (mulher de Justiniano)(500-548): 33; 34; 35; 36; 39; 41; 45; 143; 146; 147; 160; 232; 485.

Teodora (mulher de Constantino IX Monómaco)(1055-1056): 85; 86; 144; 268; 462; 488.

Teodora (mulher de Teófilo)(842-856): 71; 72; 268; 461.

Teodoreto de Ciro: 42.

Teodorico, rei ostrogodo: 27; 36; 445; 465.

Teodoro Aliates: 287; 289; 290; 291; 293.

Teodoro Anjo: 104; 105.

Teodoro Askidas: 42.

Teodoro de Mopsuestia: 42.

Teodoro de Stratelates: 255; 256.

Teodoro I Lascaris (1204-1222): 103; 104; 464.

Teodoro II Lascaris (1254-1258): 106; 157; 335; 336; 338; 339; 346; 364; 464.

Teodoro Paleólogo (v. marquês de Montferrato): 356; 357.

Teodoro Paleólogo, déspota da Moreia: 366; 371; 377; 408; 409.

Teodoro Svetoslav da Bulgária: 356.

Teodorocanos: 262.

Teodósio I (379-395): 18; 170; 459.

Teodósio II (408-450): 18; 22; 38; 130; 134; 156; 157; 459.

Teodósio III (715-717): 64; 461.

Teodósio, patriarca de Alexandria: 33.

Teófane: 76; 80; 81; 82; 144; 236; 237; 462.

Teófano, cronista: 40; 55; 223; 224.

Teófilo (829-842): 71; 133; 148; 212; 218; 461.

Teófilo Paleólogo: 404.
Teosofia de Tubinga: 29.
 terras estratióticas: 55; 56; 126; 212;
 213; 214.
 Tibério I Constantino (578-582): 47; 48;
 182; 183; 460.
 Tibério II Absimaro (698-705): 62; 219;
 460.
 Toghrih Beg: 269; 270; 271; 272.
 Tomás Morosini: 101.
 Tomás, “o Eslavo”: 71.
 Tomás Paleólogo (1460-1465): 367; 407.
 torre de assalto: 402; 427; 428; 431; 432;
 434; 435; 438; 440; 441; 443.
 Totila, rei: 36; 37; 177; 178; 433.
 trabuco: 272; 394; 434; 435; 436; 438;
 441; 442; 443.
translatio imperii: 82.
 tratado de Aquisgrana (Aix-la-Chapelle)
 (812): 70.
 tratado de Ninfeia (1214): 104.
 tratado de Ninfeu (1261): 107; 467.
Tratado sobre os cargos: 142.
 Triboniano: 35; 38; 39; 41.
triērēs: 445.
 trirreme: 355; 446; 449.
 trom: 385.
 Turahan Bey, general: 367; 372.
Tzykanistérion: 135; 157.
 Umar Hubayra, general: 370.
 Umur Pasha, emir: 358.
 unirreme: 446.
 Urbano, fundidor húngaro: 375; 394;
 401.
 Valente (364-378): 18; 170; 459; 465.
 Vegécio: 48; 189; 190; 234; 430; 433;
 439.
 Vera Cruz: 58; 193.
 Vésperas Sicilianas (1282): 109.
Vida de Basílio I: 79.
Vida de São Filareto, “o Misericordioso”:
 125; 143.
 Vital II Miguel: 98.
 Vitaliano, *comes foederatum* da Trácia:
 28; 31; 172.
 Vitálio: 186.
 Vitrúvio: 428; 429; 430.
 Vladimiro de Kiev: 83; 144.
 Xeroé: 58; 196; 197.
 Yazdarij: 198; 206.
 Yazid I: 369.
 Zaccaria Grioni: 400.
 Zaganos Pasha, vizir: 372; 396; 399; 401;
 402; 403; 406; 407.
 Zenão (474-491): 18; 26; 27; 136; 169;
 170; 171; 460.
 Zoé (1028-1050): 85; 86; 139; 142; 144;
 154; 462; 488; 489.
 Zoé Carbonopsina (914-920): 76; 77;
 462.
 Zoé Zautzina: 76.

ÍNDICE TOPONÍMICO

- Acaia: 102; 107; 108; 117; 356; 366.
Adana: 292; 313.
Adrianopla: 18; 70; 74; 102; 104; 105;
112; 113; 119; 170; 228; 257; 305;
308; 363; 373; 465; 467.
África: 34; 36; 37; 39; 41; 44; 49; 50; 53;
58; 62; 123; 171; 175; 176; 179;
183; 184; 192; 206; 207; 214; 470.
Aix-la-Chapelle: 69; 70.
Al-Andalus: 236.
Albânia: 92; 103; 118; 258; 346; 358;
377.
Alepo: 78; 209; 212; 237; 263; 276; 277;
280; 319.
Alexandria: 21; 22; 23; 33; 43; 59; 60;
114; 123; 250; 439.
Alpes: 46; 47; 182.
Amalfi: 68.
Amório: 71; 274; 276.
Anastasiouópolis (v. Dara): 174.
Anatólia: 70; 80; 90; 120; 128; 170; 192;
193; 194; 203; 204; 206; 208; 210;
213; 214; 216; 218; 221; 267; 268;
271; 272; 274; 276; 294; 295; 299;
313; 318; 319; 335; 336; 339; 346;
347; 348; 351; 352; 362; 364; 368;
373; 375; 382; 383; 385; 392; 393;
396; 405; 446.
Anchialos: 307.
Ani: 264; 273; 274.
Antioquia: 23; 32; 37; 40; 81; 94; 96; 97;
123; 129; 176; 239; 240; 243; 256;
291; 294; 310; 311; 313; 314; 318;
335; 441; 466.
Antitauro: 203; 204; 206; 208; 215; 216;
272.
Apúlia: 49; 75; 81; 97; 317; 445; 449; 471.
Arcadiópolis (atual Lüleburgaz): 244;
245; 257.
Archech: 277.
Argos: 115.
Arka: 239; 441.
Arménia: 37; 50; 58; 59; 61; 67; 77; 78;
90; 135; 172; 174; 176; 179; 183;
187; 192; 194; 196; 199; 200; 203;
206; 210; 215; 216; 240; 256; 269;

270; 271; 272; 273; 274; 276; 277;
279; 281; 292; 295; 300; 313.

Arta: 103; 350.

Ascoli: 81; 240.

Ásia Menor: 22; 39; 50; 53; 54; 55; 58;
61; 63; 64; 67; 72; 80; 83; 89; 90;
91; 93; 94; 96; 97; 102; 103; 104;
105; 109; 110; 118; 129; 157; 172;
193; 210; 211; 217; 221; 222; 273;
276; 291; 295; 308; 309; 311; 313;
315; 317; 318; 333; 335; 337; 338;
339; 341; 342; 345; 346; 347; 348;
351; 352; 353; 354; 355; 356; 357;
359; 362; 364; 372; 373; 374; 375;
394; 467.

Atenas: 17; 45; 102; 110; 115; 120; 342;
353; 354.

Athos: 110; 112; 116; 121.

Avinhão: 114; 115; 116; 388.

Axum (atual Etiópia): 123.

Aydin: 358; 362.

Azerbaijão: 90; 281.

Bagdade: 67; 72; 89; 122; 256; 270; 271;
286.

Balcãs: 19; 27; 37; 48; 50; 58; 61; 62;
67; 78; 89; 92; 94; 97; 114; 121;
122; 123; 126; 128; 183; 188; 192;
194; 197; 225; 238; 258; 260; 262;
263; 275; 278; 293; 298; 299; 304;
318; 326; 360; 361; 362; 363; 364;
365; 369; 382; 385; 389; 409; 450.

Bari: 75; 81; 90; 264; 293; 298; 466.

Belgrado: 50; 55; 89; 396; 409.

Benevento: 47; 75; 81.

Bibas: 185.

Bitínia: 110; 111; 338; 339; 348; 355;
356.

Bizâncio: *passim*

Boémia: 47; 73; 183.

Bósforo: 17; 18; 58; 68; 78; 93; 107; 113;
118; 157; 259; 260; 309; 317; 360;
374; 378; 379; 390; 393; 400; 408.

Bósnia: 97.

Branicevo: 312.

Bretanha: 123.

Buda: 114; 115.

Bulgária: 58; 70; 73; 75; 82; 84; 109;
113; 114; 115; 118; 222; 223; 225;
238; 239; 240; 242; 245; 246; 255;
256; 257; 258; 260; 262; 263; 305;
312; 354; 360.

Bursa: 356; 393.

Calábria: 49; 65; 75; 81; 112; 445; 449.

Calcedónia: 22; 23; 31; 32; 33; 68; 159;
277; 465.

Calcídica: 344.

Califado Abássida: 221; 257.

Campânia: 49; 63.

Capadócia: 35; 41; 48; 210; 218; 274;
278; 291; 293.

Cápua: 81.

Cartagena: 37.

Cartago: 62; 437; 446.

Cáucaso: 44; 84; 95; 135; 272.

Cesareia da Capadócia: 61; 90; 274.
 Cesareia da Palestina: 59; 123; 203.
 Chaldia: 240; 256; 278.
 Chandax: 237; 441.
 Charsianon: 210; 211; 278.
 China: 22.
 Chipre: 61; 67; 81; 100; 114; 207; 237;
 238; 327; 343; 446; 447; 449; 467.
 Cilícia: 81; 96; 100; 193; 204; 210; 237;
 238; 294; 311; 313; 314; 450.
 Ciméria: 242.
 Cítia: 44; 62; 305.
 Classe: 39; 47; 148; 182.
 Coloneia: 211; 278.
 Constantinopla: *passim*
 cordilheira de Sredna Gora: 223; 225.
 Córdova: 37.
 Corinto: 17; 97; 117; 129; 366.
 Corno de Ouro: 18; 92; 108; 195; 329;
 379; 391; 393; 394; 396; 398; 399;
 400; 401; 403; 404; 406.
 Crescente Fértil: 203.
 Crimeia: 60; 345; 371; 408.
 Croácia: 90; 97; 195; 222.
 Ctesifonte: 58; 196; 198; 206.
 Curdistão: 281.
 Dalmácia: 70; 74; 97.
 Damasco: 198; 199; 203; 256.
 Dandanaqan: 270; 273.
 Dara: 46; 172; 174; 177; 181; 185; 187.
 Dardanelos: 373; 408; 446.
 desfiladeiro de Kleidion: 262; 466.
 desfiladeiro de Köse Dag: 106; 345.
 desfiladeiro de Shipka: 223.
 Didimoteico: 358; 363.
 Diocleia (v. Zeta)
 Diplokionion: 399.
 Dirráquio: 50; 298; 299; 300; 301; 303;
 304; 466; 472.
 Dniepre: 242; 255.
 Doara: 210.
 Doceia (atual Tokat, Turquia): 291.
 Dorostolon: 231; 246; 247; 248; 249; 251;
 252; 253; 255; 256; 466.
 Dubrovnik (v. Ragusa)
 Durazzo: 92; 102.
 Edessa: 42; 78; 88; 93; 277; 280; 291;
 310; 435.
 Edirne: 373; 375; 381; 391; 392; 393; 467.
 Éfeso: 22; 23; 128; 338; 351.
 Egito: 22; 23; 33; 40; 56; 58; 59; 60; 72;
 77; 114; 122; 192; 193; 204; 206;
 263; 295; 319; 446.
 Emesa (atual Homs): 203.
 Epibates: 390; 392; 407.
 Epiro: 48; 103; 104; 105; 107; 108; 111;
 112; 258; 341; 346; 350; 354; 356;
 359.
 Erzerum: 129; 279.
 Esmirna: 92; 336.
 Estados latinos: 93; 97; 100; 310; 341.
 Etiópia: 22; 44; 123.
 Europa: 17; 18; 54; 104; 106; 113; 116;
 117; 120; 121; 125; 206; 222; 227;

242; 305; 326; 327; 331; 333; 338;
 339; 341; 347; 348; 357; 358; 362;
 363; 369; 370; 371; 373; 375; 377;
 380; 387; 389; 395; 408; 409; 467;
 469.
 Fars: 270; 271.
 Filadélfia: 110; 335; 342; 352; 356; 362;
 364.
 Filipopolis: 113; 244; 262.
 Filomélion: 316.
 Fócia: 111.
 França: 93; 96; 99; 106; 108; 109; 115;
 121; 143; 310; 317; 327.
 Frígia: 61; 71; 97; 122.
 Gaeta: 68.
 Gálata: 108; 111; 376; 387; 393; 396;
 398; 399; 406.
 Gália: 72; 123.
 Galilopoli: 113; 114; 115; 361; 364; 374;
 385; 386; 393; 398.
 Génova: 97; 100; 107; 108; 109; 113;
 328; 359; 370; 374; 377; 378; 379;
 390; 398; 467.
 Geórgia: 272; 274.
 Germânia: 46; 143; 144; 169; 182; 389;
 449.
 Grécia: 37; 42; 48; 89; 97; 102; 103; 109;
 110; 115; 116; 117; 118; 121; 217;
 258; 261; 317; 354; 365; 366; 377;
 409.
 Hélade: 54; 62; 65; 217.
 Helesponto: 102; 113; 114; 373; 374.
 Heracleia: 356.
 Hierápolis: 239; 276; 277; 291.
 Hispânia: 37; 46; 72; 154; 178; 181.
 Hungria: 46; 47; 95; 114; 115; 117; 143;
 160; 182; 222; 363; 365; 370; 378;
 389; 393; 396; 408; 467.
 Ibéria do Cáucaso: 37; 174.
 Icónio: 90; 91; 97; 106; 274; 295; 315;
 316; 318; 319; 322; 333; 345.
 ilha de Corfu: 92; 97; 102; 317.
 ilha de Cós: 61.
 ilha de Creta: 80; 121; 236; 250; 351;
 379; 394; 395; 447; 448; 449; 450.
 ilha de Eubeia: 98; 102.
 ilha de Kios: 42; 75; 98; 111; 112; 357;
 379; 380; 387; 395; 409.
 ilha de Lemnos: 344; 361; 378; 379; 386.
 ilha de Lesbos: 69; 98; 113; 143; 393.
 ilha de Naxos: 121.
 ilha de Rodas: 61; 207; 427; 428; 446.
 ilha de Tasos: 361.
 ilha de Tenedos: 114; 115; 361.
 ilhas do Príncipe: 398.
 Ilíria: 19; 37; 177; 183; 192; 217.
 Império Árabe: 89; 206.
 Império Bizantino: *passim*
 Império Búlgaro: 62; 77; 105; 221; 238;
 242; 246; 257; 326; 466.
 Império de Niceia: 103; 104; 106; 160;
 333; 336; 338; 340; 356; 467.
 Império de Trebizonda: 103; 371; 372;
 377; 408; 409.

Império Gaznávida: 270.
 Império Latino: 101; 102; 105; 340; 344.
 Império Otomano: 120; 362; 369; 375;
 378; 387; 389; 408; 409; 467.
 Império Persa: 172; 198; 206.
 Império Romano: 17; 18; 19; 29; 33;
 36; 46; 169; 182; 445; 465; 470;
 471; 478.
 Império Romano do Oriente: 17; 19;
 120; 191; 210; 232; 233; 234; 236;
 268; 332; 361; 369; 426; 478.
 Império Sassânida: 191; 197; 206.
 Império Selêucida: 239.
 Império Seljúcida: 265; 270; 274; 292.
 Império Sêrvio: 113; 365; 377.
 Império Turco: 308.
 Índia: 22; 123.
 Ioannina: 304.
 Irão: 90; 206; 207; 270; 271; 272; 286;
 292; 295.
 Iraque: 59; 198; 270; 271; 272; 280;
 284; 295.
 Istambul: 17; 135; 399.
 Ístria: 49; 68; 70.
 Itália: 19; 26; 27; 37; 41; 43; 46; 47; 49;
 61; 63; 65; 68; 74; 75; 80; 81; 82;
 84; 89; 92; 97; 101; 114; 116; 117;
 120; 154; 160; 175; 176; 177; 178;
 179; 182; 183; 184; 188; 193; 213;
 218; 240; 259; 264; 265; 317; 385;
 388; 389; 433; 448; 449; 450; 466.
 Izmit: 398.
 Jabiya: 199; 200.
 Jalula: 203.
 Jerusalém: 23; 43; 58; 59; 93; 94; 100;
 101; 193; 194; 197; 203; 256; 310;
 326; 329; 431.
 Jibal: 270.
 Jilliç: 199; 202.
 Jotapata: 430; 431.
 Karaman: 373.
 Kasimpasa: 399.
 Khliat: 281; 282; 283; 284; 285; 292.
 Khorasan: 270.
 Khuzistão: 271.
 Kiev: 78; 80; 82; 83; 117; 144; 238; 239;
 242; 245; 251; 253; 255; 259.
 Lacônia: 343.
 Iago Van: 90; 281; 282; 283.
 Lazica: 37; 44; 176.
 Lícia: 61; 207; 311; 313.
 Ligúria: 49.
 Londres: 116.
 Lucânia: 49; 75.
 Lugares Santos: 93; 309.
 Maayafakin (Martirópolis): 256.
 Macedônia: 28; 30; 48; 61; 94; 102; 104;
 107; 112; 114; 127; 172; 211; 257;
 258; 262; 300; 312; 317; 339; 340;
 341; 347; 354; 355; 358; 359; 365;
 427.
 Magnésia: 353.
 Málaga: 37.
 Malta: 447.

Manzikert: 90; 97; 160; 265; 267; 271;
 272; 274; 275; 276; 277; 281; 282;
 283; 284; 286; 290; 291; 292; 294;
 295; 313; 322; 466.

mar Adriático: 48; 50; 58; 97; 101; 106;
 298; 317; 328.

mar Aral: 272.

mar Cáspio: 249; 272; 334.

mar de Mármara (v. Propôntida): 18;
 102; 130; 132; 134; 250; 361; 390;
 394; 404.

mar Egeu: 18; 58; 64; 109; 112; 217; 333;
 357; 359; 361; 374; 375; 377; 379;
 394; 400; 409; 448; 449.

mar Jónico: 92.

mar Mediterrâneo: 42; 91; 123; 207; 232;
 318; 341; 342; 386; 427; 445; 446;
 447; 448; 449; 450; 470.

mar Negro: 18; 37; 48; 62; 85; 91; 103;
 107; 108; 110; 118; 135; 157; 176;
 242; 249; 272; 333; 334; 359; 361;
 371; 374; 375; 378; 398; 448; 467.

mar Vermelho: 123.

Marj al-Usquf: 209; 210; 211.

Martiropólis (v. Maayafakin)

Meca: 197; 271; 279.

Mécia: 62.

Medina: 197.

Médio Oriente: 369; 371; 386.

Mégara: 17.

Melitena: 78; 96; 129; 210; 211; 274; 283;
 284; 292; 456.

Mesopotâmia: 50; 59; 67; 172; 176; 192;
 196; 203; 212; 213; 256; 277.

Messina: 264.

Meteore: 121.

Mistras: 116; 118.

Monemvásia: 128.

monte Levunião: 92; 307; 312.

monte Maltepe: 396.

Montenegro: 90.

Morávia: 73; 95.

Moreia: 102; 113; 115; 116; 118; 120;
 341; 343; 344; 346; 359; 361; 365;
 366; 367; 368; 372; 377; 388; 394;
 402; 407; 408.

Moscovo: 120; 121.

Mosinópolis: 325; 347.

Mossul: 78; 94; 195; 310.

Nápoles: 49; 68; 350; 387.

Neocastra: 338; 339.

Nessebar: 378.

Niceia: 22; 23; 26; 68; 70; 91; 103; 104;
 105; 106; 107; 110; 111; 117; 138;
 157; 160; 332; 333; 334; 335; 336;
 338; 340; 344; 345; 356; 357; 435;
 467.

Nicomédia: 111; 279; 308; 353; 356; 357.

Nicópolis: 115; 160; 365; 385; 467.

Nínive (atual Mossul): 58; 195.

Niš: 365.

Nishapur: 271.

Nísibe: 256; 434.

Normandia: 143.

Núbia: 33; 44.
 Ofanto: 264.
 Pádua: 47.
 Paflagónia: 85; 125; 211; 313; 338; 339.
 Palestina: 40; 59; 82; 96; 123; 160; 193;
 241; 415.
 Pancaleia: 257.
 Panfília: 39; 96; 311.
 Panónia (atual Hungria): 46; 95; 182.
 Paradunavum: 263.
 Paris: 106; 116; 387.
 Pavia: 154.
 Pelagónia: 107; 335; 344; 356; 467.
 Pelékanon: 111; 357.
 Peloponeso: 48; 70; 74; 102; 107; 108; 112;
 115; 117; 128; 143; 217; 343; 366.
 Península Arábica: 197.
 Península Balcânica: 48; 183.
 Península Ibérica: 46; 49; 51; 179; 181;
 446.
 Península Itálica: 36; 61; 97; 109; 182;
 264; 298; 318; 446; 465.
 Pérgamo: 338.
 Pérsia: 18; 22; 41; 49; 50; 59; 123; 135;
 145; 172; 179; 184; 187; 190; 191;
 192; 194; 195; 196; 207; 213; 270;
 465.
 Perúgia: 49.
 Petra: 37.
 Pisa: 100; 328.
 Pliska: 207; 221; 222; 223; 224; 225; 227;
 228; 233; 262; 486.
 Plovdiv: 363.
 portas da Cilícia: 204.
 portas de Trajano: 258.
 porto de Langa: 404.
 porto de Proosphorianus: 400.
 Preslav: 238; 246; 262; 306; 441.
 principado de Teodoro: 371; 377; 408;
 409.
 Propôntida (v. mar de Mármara)
 Qadisiyah: 198; 206; 292.
 Ragusa (Dubrovnik): 74; 100; 328.
 Ravenna: 27; 39; 47; 49; 53; 59; 63; 65;
 67; 133; 146; 147; 148; 160; 175;
 182; 184; 465; 466; 470; 484; 485.
 Ray: 272; 286.
 rio Allan: 201; 202.
 rio Araxes: 282.
 rio Arzamon: 185.
 rio Danúbio: 46; 47; 50; 62; 82; 95; 115;
 118; 182; 183; 188; 191; 207; 239;
 241; 246; 247; 248; 249; 251; 252;
 253; 256; 257; 258; 263; 268; 306;
 307; 312; 334.
 rio Eufrates: 80; 197; 273; 280; 281.
 rio Halys: 279; 287.
 rio Jordão: 59; 199.
 rio Lalakão: 209; 211.
 rio Pó: 47; 175; 182.
 rio Ruqqad: 199; 200; 201; 202.
 rio Spercheios: 261.
 rio Vardar: 303; 304.
 rio Yarmouk (v. Yarmouk)

rio Zergan: 185.
 Roma: 19; 20; 22; 23; 24; 27; 29; 30;
 32; 33; 40; 42; 45; 49; 51; 59; 60;
 63; 64; 65; 68; 73; 74; 82; 85; 87;
 93; 109; 112; 114; 115; 120; 130;
 138; 175; 176; 205; 268; 309; 366;
 369; 371; 377; 407; 433; 434; 465.
 Rousion: 307.
 Rum: 90; 106; 110; 345.
 Rumélia: 369; 375; 381; 383; 385; 391;
 392; 393; 395; 396; 403.
 Rússia: 62; 78; 83; 84; 143; 259; 371;
 466.
 Sacro Império Romano-Germânico: 81;
 96; 316; 318.
 Sardenha: 49.
 Sárdica: 312.
 Sebasteia (atual Sivas, Turquia): 278;
 279; 292.
 Selêucia (atual Silifke): 210; 313.
 Selímbría (atual Silivri): 361; 363; 390;
 392.
 Serdica (atual Sófia): 258.
 Serres: 347; 363.
 Sérvia: 95; 109; 114; 117; 195; 312; 340;
 354; 359; 360; 378.
 Shaizar: 314.
 Sicília: 49; 61; 65; 68; 71; 84; 88; 96;
 98; 107; 108; 109; 110; 214; 218;
 264; 317; 356; 398; 427; 446; 447;
 449; 450.
 Silivri (v. Selímbría): 378; 390; 407.
 Siracusa: 61; 71; 427.
 Síria: 22; 23; 33; 59; 60; 64; 67; 78; 81;
 84; 123; 125; 160; 172; 176; 181;
 192; 193; 198; 199; 200; 203; 204;
 219; 237; 243; 256; 272; 278; 295;
 314; 386; 415; 436; 446; 448; 449;
 450.
 Síria-Palestina: 100; 123; 216.
 Sirmio: 46; 48; 97; 181; 263; 318.
 Sófia: 258; 365.
 Sorrento: 68.
 Sozópolis: 311; 313.
 Strymon: 344; 347.
 Studios: 398.
 Taron: 240.
 Tarso: 210; 238; 313; 441.
 Tauro: 203; 204; 206; 208; 215; 216; 240;
 272; 313; 471.
 Tebas: 97; 129.
 Teodorópolis (v. Dorostolon): 256.
 Teodósia/Caffa: 371.
 Teodosiopólis: 129; 278; 279; 282; 285;
 294.
 Terra Santa: 91; 93; 99; 309; 310; 317;
 326; 328; 470.
 Tessália: 48; 102; 109; 110; 111; 112; 121;
 258; 340; 341; 354; 359.
 Tessalónica: 48; 50; 73; 75; 99; 102; 104;
 105; 109; 112; 114; 115; 116; 117;
 128; 129; 144; 250; 257; 260; 261;
 323; 325; 335; 347; 352; 358; 359;
 361; 363; 364; 365; 467; 472.

Therapia: 390; 392; 398.
Tiberíades: 59.
Tiro: 123; 427; 428.
Toscana: 49.
Trácia: 28; 37; 48; 54; 67; 68; 75; 94;
102; 104; 105; 107; 110; 112; 113;
118; 125; 132; 172; 177; 192; 194;
195; 206; 207; 211; 216; 221; 222;
227; 228; 244; 258; 261; 262; 300;
305; 307; 312; 317; 334; 339; 340;
341; 342; 347; 354; 355; 356; 357;
358; 359; 361; 390; 407.
Transilvânia: 117; 395.
Trebizonda: 90; 103; 106; 120; 128; 129;
143; 271; 294; 313; 371; 372; 377;
408; 409; 467.
Trípoli: 61; 78; 94; 310.
Turquemenistão: 270.
Turquestão: 22.
Turquia: 17; 90; 106; 283; 291; 292; 375.
Tzouralos: 307.
Tzympe: 361.
Urbino: 49.
Vahka: 313.
Valáquia: 115; 365; 409.
vale do Meandro: 333; 335; 351; 353.
Varna: 117; 118; 160; 370; 372; 385;
396; 467.
Vaspurakan: 264.
Véneto: 46; 49; 107.
Véria: 347; 365.
Verroia: 306; 312.
Versinika: 70; 228.
Via Egnacia: 50; 472.
Via Flamínia: 49.
Viena: 120; 409.
Yaqusa: 199; 200; 202.
Yarmouk: 59; 160; 198; 201; 202; 203;
292; 416; 417; 465.
Zara: 101; 328.
Zeta (v. Diocleia): 90; 94; 95.
Zeugminão: 313.

(Página deixada propositadamente em branco).

João Gouveia Monteiro é Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Investigador do Centro de História da Sociedade e da Cultura e Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História. Especialista em história político-militar antiga e medieval europeias, é autor de mais de uma centena de artigos e livros, publicados ao longo das últimas três décadas. Como docente, leciona História da Antiguidade Clássica, História da Idade Média, História Militar e, a partir de 2016-17, História das Religiões. Preside atualmente à Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI).

Gustavo Gonçalves, João Paiva, Rodrigo Gomes e João Rafael Nisa são licenciados em História ou em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. São formandos do Mestrado Interuniversitário de História Militar e todos eles dedicam as suas dissertações ao estudo dos principais tratados militares bizantinos, tendo João Rafael Nisa já defendido a sua tese.

9 789892 612898 >

SÉRIE ENSINO
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
2016



I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U